HISTORIA DO CAFÉ NO BRASIL

AFFONSO DE E. TAUNAY
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

HISTORIA DO CAFÉ NO BRASIL

VOLUME NONO

NO BRASIL REPUBLICA

1889 — 1906

(TOMO I)

Edição do
DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ
Rio de Janeiro 1939

PREFACIO

No desempenho do honroso encargo de que pelo orgão de seu tão culto e esclarecido presidente, Dr. Armando Vidal Leite Ribeiro fui incumbido, commissão renovada pelos seus dignos substitutos Srs. Antonio Luiz de Souza Mello e Jayme Fernandes Guedes, entrego ao Departamento os originaes da primeira parte de minha "Historia do Café no Brasil Republica".

Se o desencargo que a ella procurei dar, não corresponde ao que poderia ter sido, sobra-me a convicção de que com a maior consciencia me esforcei por esclarecer os assumptos, soccorrendo-me como já o fizera anteriormente do maior numero possivel de autorisadas fontes.

A formidavel influencia da cultura cafeeira sobre o progresso e a civilização brasileiras de que foi o principal, o capital propulsor durante largos e largos decennios, até os dias de hoje, fatalmente traria a aparição e o desenvolvimento da mais consideravel bibliographia. A principio restricta, tomou esta literatura, com o correr dos annos, enormes dimensões a ponto de provocar a constituição de verdadeira bibliotheca qual a que hoje existe, com centenas de obras e milhares de opusculos redigidos em numerosas linguas.

Bibliotheca de publicações officiaes, relativas á producção consumo e exportação do café, ás crises de superproducção, obras referentes á influencia do crescimento da producção sobre o regimen financeiro e economico do Brasil; bibliotheca de tratados sobre a agronomia cafeeira, cada vez mais volumosa, sobre methodos de cultura, flagellos dos cafesaes, processos de beneficiamento; bibliotheca de estudos atinentes ás questões do aprovisionamento de braços para as lavouras, aos problemas de substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, aos factos da industria dos transportes animados e mais tarde mecanicos, ferro e rodoviario etc.

Além destes aspectos, principalmente estatisticos e meramente historicos, ha ainda avultado numero de faces a encarar quaes sejam as que dizem respeito á historia da civilização brasileira, tão notavelmente modificada na região centro me-

ridional pelo exito do surto cafeeiro com reflexos os mais importantes sobre o resto do paiz.

Basta-nos recordar um destes para que nos capacitemos de tal: as consequencias oriundas do apello vehemente de braços para as regiões cafeicultoras sobre o despovoamento progressivo das lavouras do norte do paiz pelo exodo dos escravos vendidos para o sul.

O exame do surto immigratorio sobremodo avolumado depois de 1889 *tem capital importancia para a historia do café pois foi a coincidencia de duas circumstancias capitaes a offerta de trabalhadores e os altos preços, que o consumo pagou durante annos successivos, pela arroba de café, o que permittiu o extraordinario avolumamento dos cafesaes brasileiros, sobretudo em S. Paulo, onde a cultura tomou enormes proporções.*

Para a confecção desta quarta parte de minha obra continuei a valer-me, sobretudo, dos relatorios annuos, officiaes, das mensagens dos presidentes da Republica e dos presidentes dos estados cafeeiros ao Congresso Nacional e ás assembléas estaduaes, dos relatorios dos ministros da Fazenda, da Agricultura, ao Parlamento Nacional, dos secretarios dos Estados aos congressos respectivos, dos impressos de associações commerciaes, das obras de financistas, estatistas nacionaes e alienigenas e das da agronomia cafeeira. Recorri ainda á bibliographia sobre as questões de immigração e as de transporte. Obedecendo ao plano anteriormente esboçado subdivide-se esta quarta parte em diversas secções assim compendiadas:

Influencia do surto cafeeiro sobre o regimen financeiro, o cambio internacional e a economia do Brasil.

Dados sobre a propagação da cafeicultura nos grandes estados productores como S. Paulo, Minas Geraes, Rio de Janeiro, Espirito Santo e outros de menor importancia como a Bahia e Ceará.

O problema do aprovisionamento de braços para a lavoura.

O café e a industria de seu transporte.

Agronomia do café.

Tão extraordinaria a importancia do café na vida brasileira que os reflexos das vicissitudes de sua industria a cada passo se manifestaram sobre as condições da economia nacional, assim como sobre ella vieram influir, de modo decisivo, as perturbações do regimen financeiro do paiz.

Ninguem mais pode pôr em duvida que a crise da super-

producção cafeeira haja deixado de ser uma consequencia da enorme inflação de 1890-1891.

Diversas causas se conjugaram innegavelmente para a produzirem: a baratesa do enorme jorro de numerario, á procura da aplicação immediata, a falta de café nos grandes centros consumidores, que se vinha accentuando de 1887 *em deante, e sobremodo se accrescera em* 1889, *a extensão tomada pela rede ferroviaria paulista permittindo transporte razoavel dos productos das zonas afastadas do mar de modo a permittir o que outrora tornava prohibitiva a exploração das lavouras.*

Assim a grande e subita inflação veiu trazer o mais poderoso contingente de circumstancias favoraveis á extensão prodigiosa da agricultura pelo plantio de enormes cafesaes na região paulista e de lavouras menos consideraveis, mas, assim mesmo, muito avultadas, no Sul de Minas Geraes, no extremo norte fluminense e no Espirito Santo.

Ao mesmo tempo como o café "desse para tudo" renovavam-se as velhas lavouras já gastas das antigas "Matas", a do Rio de Janeiro e a de Minas Geraes.

As ultimas reservas florestaes daquelles municipios de cultura já antiga desappareceram para que as fazendas pudessem manter a producção e aproveitar a aura extraordinaria que bafejava o mundo cafeeiro. E isto explica o extraordinario avantajamento das porcentagens cafeeiras no total da exportação brasileira. Se de 1888 *a* 1889 *houvera um salto enorme, em* 1892 *se verificaria um ponto maximo da curva de reversão* (71,4). *Dahi em deante no diagramma dos valores se accentuaria a depressão continua e dolorosa que em* 1905 *attingiria o nivel baixo de* 48 *por cento.*

Mas não pela deficiencia productora que esta crescera, sempre e enormemente, e sim, a principio, pela depressão cambial e depois pela das cotações.

Assim é impossivel fazer a historia do café no Brasil separando-a da historia financeira do paiz. Entrelaçam-se as duas historias; as questões cafeeiras financeiras e cambiaes caminham "pari passu." A presença e a ausencia das letras de café em nossos mercados tem influencia poderosa, decisiva sobre o mercado cambial, com reflexos sobre as operações do Thesouro Nacional em relação ás suas remessas para a Europa, afim de attender ao pagamento dos juros da divida externa e as compras indispensaveis dos ministerios militares, da Viação etc.

A grande crise bancaria de 1900 *tambem se reflecte fun-*

damente na vida da lavoura cafeeira pela liquidação da carteira hypothecaria do Banco da Republica do Brasil e das de outros estabelecimentos operando tambem em credito agricola. Esta liquidação sobretudo affecta os cafeicultores da região fluminense e mineira, tributaria do Rio de Janeiro, menos intensamente a paulista.

Os tratadistas de maior prestigio dentre as resenhas de nossa bibliographia como sejam Calogeras, Castro Carreira, Amaro Cavalcanti, Antonio Carlos de Andrada, Victor Vianna, Ramalho Ortigão, Agenor de Roure, etc. deixam bem frisada esta correlação entre as nossas questões financeiras e as cafeeiras.

Por este motivo procurei, valendo-me das lições destas autoridades expor aos leitores a sequencia dos factos dos annaes financeiros do Brasil, que vão da proclamação da Republica á assignatura do convenio de Taubaté, limite que põe termino a este periodo do nosso exame dos fastos cafeeiros.

Foi a grande tentativa valorizadora de 1906 o mais notavel acontecimento cafeeiro do paiz até então occorrido.

Processou-se lentamente, instigada por movimento de mal estar economico que levaria a opinião publica a uma attitude de pressão vehemente sobre os governantes do paiz. Provocou vivissimos debates entre apologistas e opoentes. Surgiram ardentes panegiristas do plano valorizador combatido por acerrimos adversarios. Tardou o caso a ser levado ao ambiente do Congresso Nacional mas afinal, assignado o accordo de Taubaté, fez o pedido de endosso da União, pleiteado pelos trez grandes estados productores, com que para a sua approvação occorressem longos e calorosissimos debates. Tão importante este capitulo dos fastos cafeeiros que detidamente resolvi compendial-o.

O resto da obra abrange um exame dos progressos da agronomia no Brasil em relação ao cultivo da rubiacea, á luz dos depoimentos de agronomos contemporaneos dos mais autorizados, como Dafert, Moura Brasil, Sylvio Ferreira Rangel, Peckolt, etc.

Emquanto preparava estes originaes, hoje entregues ao Departamento Nacional do Café, appareceram trez volumes de minha lavra a reedição dos antigos "Subsidios para a historia do Café no Brasil Colonial" e o primeiro dos quatro tomos que abrangem os fastos cafeeiros do Brasil imperial.

Foi tal reedição sugerida pelo presado e distinctissimo amigo Dr. Manuel J. de Mendonça Martins, a cujo cargo se acha o Departamento de Publicidade do D. N. C. E' uma

distincção que sobremodo me desvanece havendo ganho immenso a apresentação da obra com tal determinação.

Ao conjuncto apresentou o Exmo. Sr. Jayme Fernandes Guedes, digno Presidente do Departamento. Tal a generosidade de suas expressões que não sei como possa agradecer-lhas. E' o mais evidente reflexo de sentimentos elevados que norteiam o espirito e os sentimentos do illustre presidente do Departamento Nacional do Café, o especialista consumado, clarividente e dedicado a quem em tão bôa hora entregou o Exmo. Sr. Presidente da Republica a presidencia do Departamento.

A este com firme descortinio vae conduzindo, a promover e a obter o incremento da nossa exportação, a enfrentar variados e complexos problemas provindos de causas numerosas em grande parte já longinquas e accumuladas pelos annos além de sobremodo aggravadas pela crise mundial do ultimo decennio; difficuldades de mil e um generos assoberbadoras do commercio cafeeiro universal.

Aos seus dignos companheiros de actuação, á testa do Departamento Exmos. Srs. Drs. Noraldino de Lima e Oswaldo P. de Barros, sobremaneira penhorado extendo os meus agradecimentos.

O meu principal intento foi procurar, quanto possivel, honrar a alta incumbencia de que cometteu a illustre Directoria do Departamento.

Esforçei-me por documentar-me de todas os modos, tentando, sobretudo, avolumar os dados estatisticos.

Varias das minhas tentativas resultaram lacunosas, muito embora haja eu recorrido a numerosas fontes, scientificando-me muitos dos meus consultados que os dados por mim desejados não se encontram nos quadros officiaes da producção e da exportação cafeeira.

Espero que da leitura do meu trabalho possa ao observador caber a impressão de que elle proveiu de um esforço de consciencia compendiado no brocardo plurisecular do: "Omnia feci quod potui."...

AFFONSO DE E. TAUNAY.

São Paulo, 30 de julho de 1939.

PRIMEIRA PARTE

O Panorama cafeeiro do Brasil em 1889 — As finanças nacionaes, o cambio e o café — Influencia enormemente preponderante do café na economia do paiz — A terrivel crise dos preços — A valorisação de 1906.

CAPITULO I

O panorama cafeeiro sob o Imperio — Retrospecto de sete decadas de cultivo — Os facies sobremodo variados do surto cafeeiro — O celebre axioma de Silveira Martins — Preponderancia crescente e dominadora do café na economia nacional — A propagação da cultura e seus grandes rumos — O problema do braço — As crises de producção — Evolução e progresso da cultura — A transformação do commercio cafeeiro — O café e as estradas de ferro

Celebre phrase que o Brasil todo repetiu, tão laconica quanto synthetica, proferiu Gaspar da Silveira Martins, no Parlamento, pelas vizinhanças de 1880, procurando definir a economia nacional: *o Brasil é o café e o café é o negro.*

Nada mais conciso, nada mais proximo da verdade do que este conceito verdadeiramente lapidar. Realmente assim era: o grande esteio basico da economia do Brasil o genero de que, com enorme superioridade sobre os demais, elle dispunha para manter o seu cambio internacional e poder figurar vantajosamente no rol das nações civilizadas pela comparticipação vultosa do commercio mundial era o café.

E o café, de 1822 a 1880, fôra, realmente, o trabalhador rural de pelle escura, mantido nas lavouras pela contenção do regimen servil.

Nos ultimos annos imperiaes, até a queda do regimen, a formula do famoso tribuno rio-grandense seria quasi immutavel. Em meiados da ultima decada do governo de D. Pedro II começara a avultar, mas quasi que só nas fazendas do oeste paulista a mancha branca da immigração européa.

Assim póde-se affirmar, sem receio de exageração, que, em todo o decurso dos sessenta e sete annos do regimen imperial o Brasil foi o café e o café o negro, o misero escravisado a quem o poeta, em bellissimo soneto, evocou, a proclamar que "os fructos do café eram-lhe os globulos vermelhos do sangue,.

escorrido no penar dos eitos. E que o Brasil lhe devia a grandeza real de tudo quanto possuia."

Ao panorama cafeeiro imperial fixa a moldura eloquente das cifras da exportação; ás 186.000 saccas de 1822 valendo 3.866 contos de reis ou £ 789.000 contrapozeram-se as 5.586.000 saccas de 1889 no valor de 172.258 contos de réis ou £ 18.983.000.

Trinta vezes crescera a produção cafeeira em volume, quasi quarenta e cinco vezes em valor venal.

A preponderancia cafeeira no conjuncto do commercio exterior do Brasil assignalariam de modo mais frisante as porcentagens relativas á exportação: 19,6 em 1822 e 66,5 em 1889.

A attracção provocada pela cultura da rubiacea tambem se revela no adensamento da população das grandes provincias cafeeiras. Se ao ficar o Brasil independente a sua população se avaliava em 1.531.648 almas, cincoenta annos mais tarde passara a ser 4.116.756 e ao cahir o Imperio .... 6.347.084.

Representavam, em 1822, trinta e oito por cento da população total brasileira, quarenta em 1872 e quarenta e quatro em 1889.

Um imperativo de vantagens economicas determinara o surto da rubiacea no Brasil: a fome cafeeira, determinada pelas guerras da Revolução e napoleonicas, e irrupta no Universo, passado Waterloo e assentada a paz definitiva do congresso de Vienna.

Insignificante até então fôra a producção brasileira, sobretudo em face da antilhana. Em 1798 o Rio de Janeiro apenas exportara 1.118 arrobas e o Brasil todo menos de oito mil. Dez annos mais tarde a safra fluminense exportada attingia 30.000 arrobas e a paulista 4.867. Pois bem no quinquiennio que antecedera ao anno da Independencia verificavam-se cifras cada vez mais avantajadas; em 1817 arrobas 334.925 (Porto Alegre) em 1818 371.072 (Walsh) em 1819: 441.520 (Porto Alegre) em 1820: 539.000 (Pizarro) em 1821: ..... 526.934 (Calogeras).

Dahi em deante, de anno a anno, crescem a producção e a exportação. E' sabido que á safra grande segue-se outra mais fraca. O accrescimo verificado annualmente corresponde á entrada em scena de novas lavouras. As medias decenaes avolumam-se. Para 1821-1830 saccas 318.000; 1831-1840, saccas 974.000; 1841-1850, saccas 1.712.000; 1851-1860 saccas 2.625.000.

Na decada seguinte o accrescimo não se mostra tão consideravel. E' que aos cafesaes assola a terrivel praga das lagartas do microlepidoptero já conhecido nas lavouras antilhanas o "bicho do café" a borboletinha *Elaiotes coffeela*. Assim mesmo de 1861 a 1870 a media sobrepuja a anterior chegando a 2.865.000 saccas. De 1871 a 1880 ainda avulta, passando a ser de 3.634.000 saccas para, no ultimo decennio imperial, alcançar 5.330.000.

Manipulando tão notavel genero de commercio mundial conseguira o Brasil ter cambio internacional vantajoso porque a sua exportação se esteiava como que sobre largo estrado, sobremodo robusto, cujas columnas de sustentação fossem representadas por pilhas de milheiros e milheiros de saccas do grão da rubiacea. Era a base do arcabouço nacional quando o assucar de canna, batido pelo da beterraba, perdera a primazia de artigo, de fator principal da opulencia do paiz, baixando as suas medias decennaes de 30,1 para 1821-1830, a 21,2 em 1851-1860; 11,8 em 1871-1880 e 9,9 em 1881-1890. E ainda não se dera a ascensão da borracha que no decennio de 1851-1860 representava 2,3 por cento da exportação nacional para subir a 5,5 de 1871 a 1880 e 8 por cento de 1881 a 1890.

Assim o superavit decennal da exportação brasileira, sob o Imperio, que se estabelece penosamente, só se affirma e robustece depois de passados quarenta annos de vida nacional. O nosso primeiro meio seculo encerra o seu balanço com um saldo negativo exportador de 38.843 contos de réis. Ainda no decennio de 1851-1860 ha oito exercicios deficitarios. E' a partir de 1861-1862 que os annos commerciaes passam a apresentar saldos positivos da exportação. O superavit assaz avultado de 1861-1870 quasi dobra, no decennio seguinte, para decrescer um pouco na ultima decada imperial.

Qual o factor desta lenta mas firme vantagem da exportação sobre a importação? o café que nas trez ultimas decadas do Imperio tem as suas porcentagens em continuo augmento. Passa de 45,6 a 56,6 e a 61,5.

Todo o enorme e constante accrescimo de exportação cafeeira se fizera á custa do desflorestamento de enorme área. A principio e sobretudo, no valle do Parahyba, no Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo, mais tarde na bacia do Paraná, no Oeste paulista, e nos valles dos rios espirito santenses que vertem para o Oceano.

Mas até 1889 o grande sustentaculo da economia e da prosperidade do Imperio é o valle do Parahyba do Sul. Tal

preponderancia assume este, que para se o designar se dispensa a adenda do toponymo. Basta dizer simplesmente "o valle" que todo o Brasil sabe o que isto significa.

"Foi o Valle que venceu a guerra do Paraguay!" exclamou um parlamentar, synthetisando, á feição de Silveira Martins, o alicerce principal da economia brasileira que permittira ao Imperio haurir recursos para a terrivel pugna dos cinco annos, devoradora de centenas de milhares de contos.

E com effeito como as guerras só se vencem, no dizer de Moltke, graças a trez factores *geld, geld und geld* o grande esteio do Brasil, o que lhe permittiu conseguir a realização dos emprestimos externos graças, aos quaes se compararam os encouraçados forçadores de Humaytá e a artilharia de 24 de Maio e de Lomas Valentinas, o maior sustentaculo do Imperio veiu a ser a riqueza provinda de seus cafesaes.

Tomou a disseminação da rubiacea diversas directrizes no periodo imperial.

Sabe-se que o primeiro centro vibratorio da propagação foi o proprio districto do Rio de Janeiro, cujas irradiações reflectiram para sudoeste, partindo do municipio carioca em direcção a Rezende e aos districtos do chamado Norte Paulista.

Ao tempo em que os cafesaes correm a contra corrente do Parahyba, vencendo os municipios paulistas de Areas, Bananal e Queluz, a S. José dos Campos e Jacarehy, chegando a vencer a escarpa de Mogy das Cruzes, tambem caminham de montante a jusante do grande rio, de Rezende a Barra Mansa e a Barra do Pirahy.

Parallelamente outro grande nucleo se forma, galgando as encostas da serra maritima pelo valle do Rio Sant'Anna e outros, attingindo o planalto. Occupando os districtos vassourense, pirahyense, parahybano, transpõe o Parahyba em terras valencianas para occupar o valle do Rio Preto em grande transbordamento "além da fronteira de Minas sobretudo em Juiz de Fóra e no valle do Parahybuna. Aos magotes descem os mineiros do centro para as terras cafeeiras da Matta do Rio.

Acompanhando o Parahyba, marcham os cafesaes para Sapucaia e Porto Novo e invadem a Matta mineira onde até, havia bem pouco, existia uma floresta admiravel, extreme do contacto com os nucleos civilizados e refugio de indios purys.

Assim as terras limitrophes do Parahyba se povoam de lavouras e mais lavouras, ricas, por vezes riquissimas, em Mar de Hespanha, Rio Novo, Pomba, Leopoldina. Cada vez mais

a se internarem procuram as cabeceiras dos rios que vertem para o Doce. A' margem fluminense avançam por São José de Leonissa e attingem S. Fidelis municipio onde acabam as grandes fazendas.

A planicie campista continua fiel á sua grande lavoura assucareira bisecular. Mas desde que o Parahyba passa a ter ambas as margens fluminenses os cafesaes se espraiam á esquerda do grande caudal. Padua e Miracema, lindeiras de grandes districtos de Minas tambem são avassaladas pela planta ethiope, como Muriahé e Cataguazes.

O oriente fluminense entraria em scena mais tarde do que o centro e o occidente.

A zona chamada cantagalense se abre serodiamente, em relação aos outros districtos da Provincia, embora depois tome immenso desenvolvimento.

Os cafesaes occupam as grimpas da serra maritima e descem-lhe as encostas pelas vertentes dos tributarios do Parahyba e as dos pequenos cursos d'agua que se dirigem para o Oceano, como o Macahé e o Macabú.

E assim o districto occidental torna-se dos maiores centros productores do paiz, afamado pelas suas fazendas, algumas dellas citadas com verdadeira admiração, como por exemplo as dos Condes de Nova Friburgo e São Clemente.

Em outras linhas de penetração o avanço da cultura encontra muito serios obices: como no oeste paulista.

Dois obstaculos gravissimos precisam ser vencidos: a distancia e sobretudo a geada.

Em fins do seculo XVIII pequenos cafesaes vicejam muito mediocremente em torno de S. Paulo, referem os recenseamentos locaes. O capitão general Mello e Castro (1797 a 1802), agindo á feição dos satrapas, intima os ituanos a plantar a rubiacea.

Mas gêa a valer e as lavouras morrem a cada passo. E depois se a distancia á costa não é das maiores o paredão abruptissimo da serra de Paranapiacaba constitue barreira tremenda a vencer-se.

Ainda em 1860 é axiomatico que plantar café além do Rio Claro, a cerca de quarenta leguas de Santos, constitue verdadeiro absurdo. O frete tudo consome.

Mas as terras do oeste paulista, mostram-se o habitat do cafeeiro que nellas dão abortivas colheitas. E assim os fazendeiros paulistas se atiram açodadamente á conquista da matta, desafiando a geladura letal aos cafesaes. Muitos e muitos delles com a ruina pagam a luta tentada contra a natureza nesses

"ninhos de geada" como pittorescamente se dizia de Araras, S. Carlos, Descalvado e tantos outros municipios.

O desflorestamento modifica o clima e os cafesaes partindo de Campinas e seguindo por Limeira, Rio Claro, dentro em breve sobem por S. Carlos e Araraquara, esgalhando para todos os lados como para Pirassununga, Santa Rita e Jahú. Neste ultimo districto occorre typica demonstração do que narramos. Suas terras roxas apuradissimas, capazes de enorme producção são quasi repentinamente occupadas por verdadeira leva de lavradores ituanos que dellas fazem um dos mais notaveis centros da producção brasileira.

Campinas, até 1830, apezar da excellencia das terras, não passa de mediocre nucleo cafeeiro. Verdade é que dentro em pouco se desforra. E das suas fazendas se irradiam levas e levas de homens energicos que, espalhando-se por todo o oeste paulista, são os verdadeiros bandeirantes do café.

No Sul mineiro as lavouras nascem mais tarde. A distancia e o dobrado da topographia não lhes permittem grande desenvolvimento e os seus lavradores se estabelecem de preferencia nas terras lindeiras e multo mais chãs de S. Paulo onde a fama de uberdade, sobretudo a da mancha de Ribeirão Preto, atrahe plantadores de todos os cantos do Brasil.

No Espirito Santo a cultura augmenta consideravelmente mas sem notavel vulto ainda no conjuncto da producção do paiz. Por toda a parte o grande obstaculo é sobretudo o problema do braço.

Não se multiplicam os cafesaes por falta de trabalhadores ruraes. O imperativo do café nos primeiros annos imperiaes começa por provocar enorme recrudescencia do trafico africano, a principio legal, até 1831 mais tarde clandestino e criminoso, verdadeiro contrabando, e por ultimo cerceado graças á fiscalização exercida pelos cruzeiros britannicos, nos mares equatoriaes.

Taes os reclamos de café, taes os lucros da vendagem dos miseros africanos, cada vez mais caros, que o commercio do ebano se arrisca a correr as vicissitudes de prejuizos totaes, como tantas vezes succede.

Afinal, com a extincção absoluta do trafico, em 1851, e 1852, vê-se a lavoura cafeeira como que entorpecida em seu desenvolvimento. Subindo notavelmente o preço dos escravos estabelece-se segunda fonte de abastecimento de braços: a da corrente inter-provincial. Verifica-se uma corrente immigratoria das provincias do Norte para as do Sul, mau grado os altos impostos lançados pelas assembléas das circumscripções

lesadas. E assim se restringe a cultura da canna, do algodão, do arroz no septentrião brasileiro, ante as exigencias da do café sulino.

A industria do transporte do grão ethiope, ao mesmo tempo, crea curioso apparelhamento sem o qual é impossivel a exportação: o da utilização de dezenas de milhares de muares destinados a trazer das terras altas, atravez dos resvaladouros da serra maritima, as saccas despejadas das fazendas para o Rio de Janeiro, os portos fluminenses e Ubatuba, São Sebastião e Santos.

Contemporaneamente, verifica-se no mundo civilizado o surto ferroviario que não tarda a empolgar o Brasil, fenomeno naturalissimo num paiz semi-deserto, sem capitaes accumulados, com distancias immensas a vencer em terrenos asperos afim de se attingir os centros de producção.

As primeiras de nossas grandes ferrovias são legitimas estradas de café como os nossos primeiros caminhos de penetração haviam sido picadas de indios.

Determina o café o traçado da Grão Pará, da Dom Pedro II, da São Paulo Railway, da Cantagallo e da Leopoldina, da Paulista e da Mogyana.

Desde que surgem os trilhos da Pedro II e da São Paulo-Rio de Janeiro, ao longo da Parahyba, morrem os pequenos portos fluminenses e paulistas. E dentro em breves annos a estrada de ferro extingue por completo as feiras de Sorocaba.

Com o immenso alargamento de capacidade de transporte representado pelo confronto entre a cangalha e o vagão, surge a possibilidade de recuarem as fronteiras da região cafeeira.

O rush paulista cafeeiro apodera-se das terras uberrimas de S. Simão, Cravinhos e Ribeirão Preto. E a infiltração se faz para uma serie de districtos do Sul de Minas onde a rubiacea ainda se acha escassamente representada.

Assim tambem occorre, embora em menor proporção com os trilhos de Leopoldina, em sua marcha para o Norte mineiro e de tantas outras vias principaes, ou secundarias, de penetração e amanho da terra.

Com a população escassa do Brasil a facilidade de vida e a cultura extensiva, a exigir diariamente supprimento de gente, cada vez mais sobe o preço do trabalhador rural escravo, apezar do engrossamento da corrente immigratoria do Norte para os cafesaes do Sul.

Dahi as primeiras tentativas de colonisação por meio de immigrantes europeus. Toca ao illustre Vergueiro a prioridade

da intuição resolutiva do problema: o europeu só póde ser fixado na agricultura brasileira no cafesal, unico meio de se lhe proporcionar trabalho remunerador. E' o que determina a tentativa celebre e philantropica de 1846 na famosa fazenda do Regente em Ibicaba.

Varios dos grandes agricultores paulistas seguem-lhe as pegadas, desde logo, como o Barão de Souza Queiroz, o Visconde de Indaiatuba, o Barão de Jundiahy, o commendador Souza Barros, o Dr. José Elias Pacheco Jordão e tantos mais. Mas este primeiro rush immigratorio é limitado. Só depois de 1871 e da lei do ventre livre e quando o preço dos escravos attinge a cotações elevadissimas é que os lavradores de S. Paulo comprehendem a necessidade imprescindivel da fixação de colonos livres em seus cafesaes, ante a perspectiva proxima da desorganização do trabalho agricola pela occurrencia da abolição.

Dahi o seu notavel tentamen fixador, nos cafesaes, de milhares de trabalhadores europeus já nos ultimos annos imperiaes; iniciativa que ao grande e lucido espirito de Conty proporciona a redacção de paginas admiraveis sobre as condições da producção cafeeira em 1882.

Costuma-se recriminar aos lavradores de Minas Geraes e do Rio de Janeiro o facto de não haverem seguido os exemplos dos agricultores de S. Paulo. E esta reprovação é impensada geralmente.

A lavoura de S. Paulo estava em condições muito mais favoraveis do que a das provincias vizinhas. Em primeiro lugar, dispunha de cafesaes muito mais novos e terrenos incomparavelmente mais faceis de amanho, as terras de suave derrame os largos chãos parados de Oeste e não as encostas alcantiladas da região fluminense e mineira, encostas além de tudo muito erosadas onde as replantas só vingam quando o alqueive permitte o aproveitamento do capoeirão derrubado.

Nestas abas de serra não se fixaria o colono europeu senão transitoriamente como em tantos pontos succedeu.

As lavouras em taes condições davam um rendimento incomparavelmente menor do que as de suas congeneres paulistas. O que se passa com as fazendas do Rio de Janeiro e de Minas Geraes é exactamente o que occorre nas de Norte de S. Paulo, onde os fazendeiros não conseguem nem poderiam conseguir a fixação de immigrantes nos cafesaes.

Tanto comprehendem a situação que, em grande numero, estes lavradores do norte paulista preferem deixar a região natal para continuar a vida fazendeira nas terras de oeste.

E muitos delles homens do maior criterio como o Presidente Rodrigues Alves e seu irmão Virgilio, o conselheiro Moreira de Barros etc. etc. Aliás o mesmo fazem familias inteiras de lavradores fluminenses e mineiros.

Os ultimos annos imperiaes assignalam a crescente preponderancia do nucleo cafeeiro tributario de Santos sobre o seu congenere dependente do Rio de Janeiro. Dentro em breve deixará a capital brasileira de ser a capital do café brasileiro, estacionando a producção escoada pela Guanabara em face dos progressos continuas da que sahe pela barra santista.

Nem sempre porem haviam sido favoraveis as épocas aos que entregavam a sorte de sua vida economica ás vicissitudes das cotações do café, "lavoura que se dava casaca tirava tambem a camiza", no dizer energico de Martinho Prado Junior. No decorrer dos annos imperiaes varias crises economicas occorrem algumas dellas muito serias e uma sobretudo gravissima.

De 1821 a 1839 o optimo preço da sacca 25$400 (£,10s) chega em 1826 a 10$850 (£ 2,40), para subir lentamente em 1831 a 16$580 (aliás então apenas £ 1 s 16) e em 1832 a 17$380 (£ 2,10 s).

Declina novamente, mas de modo lento, de 1832 a 1847, em que se merca a 9$205 rs. (£ 1 e pequena fracção). Verifica-se grande alta em 1849-1850 (15$817 ou £ 1,13 s). Occorrem alternativas não muito grandes de baixa e alta até 1858 e 1859 (de 15$718 a 18$332).

As safras seguintes, de 1859-1860 a 1863-1864 se vendem em alta até 27$012 mantendo-se excellentes as cotações, embora em decrescimo, até 1870-1871 (22$081). A colheita seguinte se vende mal, em grande desproporção, com a anterior (17$647) mas logo depois verifica-se que a producção mundial está em deficit para com o consumo. Dahi a alta notavel dos preços que attingem 39$716! em 1873-1874 e determinam notavel rush de alargamento de lavouras cahindo os preços mais ou menos gradualmente até 27$331. Em 1878 e 1879 presencia-se alta jamais até então vista (48$000).

Mas verifica-se logo o reverso da medalha. Formam-se stocks assaz volumosos e occorre então a primeira grande crise do café brasileiro, verdadeiramente calamitosa que abrange as safras de 1881-1882 e sobretudo a seguinte, baixando a sacca a 18$341.

Contra esta depressão insurgem-se os cafesistas do Rio de Janeiro e de Santos, organisadores desastrados de um *corner*, o do chamado *Syndicato*, estrondosamente derrotado pe-

los adversarios europeus e norte americanos, com immensos prejuizos.

Depois de alguns annos maus e mediocres, aliás curtos, em que os preços se arrastam, não remunerando os produtores em face do encarecimento do custeio, já nos ultimos annos imperiaes a posição dos mercados cafeeiros revela-se excellente e a situação estatistica do producto nos mercados mundiaes magnifica, com a alta conjugada da cotação da sacca e do cambio (30$888 valendo £ 3,8 s).

Mostram-se os stocks reduzidissimos e prenuncia-se uma era de grande lucros para os productores do grão arabico.

Taes os principaes caracteristicos dos facies economico e financeiro do café sob o regimen imperial.

Outros sobremodo curiosos e pittorescos e dignos de estudo que precisa ser feito (e certamente o será, mais annos menos annos, porque abrange varios dos mais interessantes e valiosos quadros dos fastos da formação brasileira) vem a ser os aspectos variadissimos, e cheios do maior attractivo, da civilização incipiente promovida pelo desenvolvimento dos cafesaes numa região de que se poderia dizer *heri solitudo hodie civitas* e subitamente opulentada. Correspondem os sessenta e seis annos que vão de 1822 a 1888 a um estagio de civilização cheio dos mais curiosos paineis. Vem a abolição do regimen servil transformar, e por completo, este ambiente onde occorrem scenas, episodios, incidentes do mais accentuado pittoresco.

Ainda não foram convenientemente observados os traços principaes da vida dos grandes landlords, dos chamados "barões do café", tão numerosos, que seu rol toma talvez um terço do nosso nobiliario imperial e tão prestigiosos que as suas maneiras de hospitalidade, largueza de mãos, extravagancias e prodigalidade trazem aos brasileiros na Europa o renome de verdadeiros cresos.

Os nossos homens de letras ainda não conseguiram reproduzir com fidelidade os numerosos facies desta vida fazendeira imperial que tão interessante é.

Um ou outro ensaio, timido e deficiente, apresenta certo valor, mais porém como documentação utilisavel pelos posteros que se dedicarem a esta tarefa reconstructiva, tão attrahente como poucas offerecerá o mundo. Nenhum certamente mais empolgante do que elle poderá offertar o Brasil.

Outra reconstituição a se realizar vem a ser a das relações dos lavradores com as cidades nascidas á ilharga das fazendas decorrentes de sua prosperidade, estes villarejos filhos do café que passaram de arraiaes e povoados a burgos e villas

e afinal á dignidade urbana. Alguns delles cheios da maior celebridade nacional como, entre tantos, Vassouras e Valença, Cantagallo, Juiz de Fóra, Mar d'Hespanha, Pindamonhangaba, Campinas etc.

A influencia do fazendeiro sobre estes pequenos nucleos, os costumes nelles determinados pela preponderancia do convivio com os lavradores opulentos e sua sequella de parentes, agregados servos e parasitas merecem detida e arguta observação.

Assim tambem capitulo dos mais interessantes será a exposição dos feitios da mentalidade creada pelo contacto de senhores e escravos dos cafesaes. Dar-nos-á uma serie de apanhados caracteristicos, de documentos humanos no genero daquelles que Gilberto Freyre tanto tem reunido, já em *Casa Grande e Senzala* já em estudos parciaes. E' a mesma directriz que levou o Dr. Honorio Sylvestre a averbar em serie assaz extensa de ensaios, muitos delles excellentes, subordinados ao titulo *Coisas de negro.*

Outro exemplo tipico desta litteratura a que falta a coordenação são os estudos de Eloy de Andrade compendiados em *Grandeza e decadencia da Provincia do Rio de Janeiro,* cheios de material sociologico valioso atufado em digressões e divagações dispensaveis.

Assim a phase do Brasil imperial é de todas do cyclo cafeeiro a mais interessante. Com a abolição da nefanda sujeição servil perdeu muito em pittoresco do que immenso ganhou em moralização. Como que se standartisou no conjuncto das operações da agricultura universal de nossos tempos niveladores.

Os reflexos da riqueza cafeeira do hinterland sobre a capital do Imperio não menos dignos são de observação attenta, numa Côrte em que se destacam numerosas e interessantes figuras de um patriciado cujas raizes de opulencia são os cafesaes.

A descripção das installações e das condições agricolas das fazendas notaveis, sobretudo as fluminenses, e uma ou outra, da matta mineira, do norte paulista e do districto campineiro, dará um roteiro que os evocadores do passado sobremodo apreciarão.

Não nos podem bastar as paginas fragmentarias de viajantes estrangeiros que, desambientados, só enxergaram unilateralmente. Verdade é que alguns com grande conhecimento de causa como A. d'Assier em 1860. A contribuição nacional precisará trazer o indispensavel contingente a tal obra.

A agronomia do café é que pouco progrediu no periodo imperial. Estudos originaes valiosos quasi não se fizeram. Os agronomos de tempo quer os velhos Ferreira de Aguiar, Agostinho Rodrigues da Cunha, José Silvestre Rebello, Carlos Augusto Taunay, e outros, quasi todos, em geral, repetem as lições dos autores inglezes e francezes, relativas á cultura em Ceylão e nas Antilhas.

Contribuição mais brasileira vem a ser a mais moderna do Barão do Paty do Alferes, do Padre Ignacio Caetano da Fonseca, do Dr. Carlos Ilidio da Silva, fazendeiros no Rio de Janeiro, em Minas e em São Paulo.

De 1870 em deante o contingente dos tratadistas revela-se mais consideravel como quantidade e qualidade, nelle figurando os nomes de Nicolau J. Moreira, Paulo Porto Alegre, Theodoro Peckolt, Couty, van Delden Laerne etc. Encetam-se as primeiras experiencias sobre a chimica do café, e a actuação phisiologica da bebida ethiope. Reunem-se dados estatisticos mais e menos copiosos. E sobrelevam a todas estes trabalhos os notaveis inqueritos de Couty e os seus lucidos relatorios e ensaios em que prima o *Ensaio de biologia industrial sobre o café.*

Nos ultimos dias do Imperio, com a fundação do Instituto Agronomico de Campinas encetam-se as experiencias tão notaveis de Dafert sobre o estercamento dos cafesaes e a applicação dos processos capazes de augmentar a produtividade das lavouras.

Ao mesmo tempo acompanha o Brasil, embora ainda lentamente, o progresso mundial da agronomia, relativo ao melhor apparelhamento beneficiador por intermedio do emprego do machinario.

Começam a apparecer e a funccionar, nos engenhos das fazendas, despolpadores brunidores, seccadores, etc.; nas lavouras as primeiras capinadeiras etc.

O beneficiamento archaico pelo monjolo, o carretão e o engenho de pilões cede o lugar ao moderno, por intermedio do machinario, importado ou já fabricado no paiz em officinas que cada vez mais efficientes angariam justo prestigio como Lidgerwood, Mac Hardy e outras. Conseguem-se typos muito melhorados no preparo, que vão desfazendo a má reputação antiga dos cafés brasileiros. E o paiz começa a perlustrar a via dos cafés finos que, dia a dia, cresce de importancia.

Assim no conjuncto da historia cafeeira mundial a phase do Brasil imperial assume extraordinaria importancia. E' nelle que se affirma a preponderancia cada vez maior da nossa pro-

ducção sobre a Universal. No immenso giro de negocios que envolve um dos maiores commercios mundiaes a comparticipação brasileira avulta annualmente.

Assim de 1829 a 1830 a safra brasileira representava dezoito por cento da producção mundial. Já de 1859 a 1860 equivalia a 51 para no ultimo quinquiennio imperial chegar a 57 por cento.

Os primeiros annos da Republica ainda viriam accrescida esta porcentagem que nos quinquiennios de 1896-1900 e 1901-1906 chegaria a 66 e a 75!

E esta preponderancia serviria como um dos maiores e melhores argumentos em favor da tentativa arriscada do *corner* de 1906.

Assim, para o commercio universal do café, a posição dos mercados brasileiros assumira capital relevo, em relação á producção, mas sem que houvesse paridade em relação á situação commercial do paiz.

E com effeito dependera este quasi sempre, e nos ultimos annos em absoluto, das imposições dos compradores estrangeiros, sobretudo das dos norte americanos pois é de sobra sabido que o grande centro consumidor do genero brasileiro eram os Estados Unidos. Os pedidos da Confederação Americana se haviam avantajado tanto, de anno para anno, que já em 1847 causavam a admiração de reparadores sagazes, como o Conde de Straten Ponthoz. Declarava este que a situação economica brasileira constituia como que um exemplo unico no Universo de privilegio excepcional. Era a de um paiz que tinha um cliente rico, generoso, sem exigencias de reciprocidade, como que a pedir só que o seu fornecedor cada vez mais lhe enviasse o seu genero em volume maior.

Daquela data em deante á queda do Imperio a solicitação dos americanos crescera sempre, e do modo mais avantajado. O commercio cafeeiro do Brasil, a principio rudimentar e que vinha da era colonial passara por diversas phases no decorrer dos annos imperiaes.

A principio os nossos cafesistas, quasi todos do Rio de Janeiro, consignavam simplesmente a mercadoria aos centros consumidores para que os seus comittentes a vendessem por conta e risco.

Como se avolumasse a producção brasileira as casas estrangeiras começaram a enviar ordens, de prazo não limitado, para o embarque, compra e remessa do café, apenas fixando o limite dos carregamentos, geralmente de alguns poucos mi-

lhares de saccas. Estas casas pagavam uma commissão de cinco por cento sobre as faturas.

Mais tarde viram-se os cafesistas brasileiros e europeus em conta de participação dividindo entre si os riscos e lucros do negocio. Por vezes admittiam que outras pessoas delle comparticipassem. As firmas brasileiras expediam café para cobrir as remessas de que precisavam fazer para pagamento de importação, dando, ás casas européas, participação nestes carregamentos.

Mas, até então, o commercio era incerto por causa da falta de entendimento rapido entre abastecedores e abastecidos, separados pela distancia das grandes jornadas oceanicas.

Já o estabelecimento de linhas de vapores modificara o systema até então seguido, com notavel melhoria para todos.

Mas o que trouxe enorme modificação nos processos commerciaes foi o estabelecimento do telegrapho submarino.

Surgiram então no Brasil as firmas estrangeiras quasi todas para o commercio de exportação, vigorando o systema das vendas de custo e frete, fixando as quantidades das partidas a serem fornecidas, seus preços e época para o embarque.

Durante certo numero de annos este methodo prestou reaes serviços dando resultados aos intermediarios, porque os preços correspondiam ás necessidades do consumo e as fluctuações dependiam sempre de causas justificadas, influindo ahi notavelmente as avaliações das safras.

Este serviço capital de estatistica commercial começava a ser feito sob certas normas modernas até assumir extraordinaria e justa importancia.

Afinal, com a instituição dos negocios a termo, iniciou-se nova phase de especulação, tornando maiores os riscos do negocio que até então haviam sido insignificantes.

Foi então que os grandes compradores reconheceram a necessidade da formação de stocks, verdadeiros reservatorios compensadores e reguladores dos mercados.

No Brasil a velha classe dos commissarios, que se entendia directamente com os fazendeiros, via o apparecimento dos exportadores e dos intermediarios, entre uns e outros, os ensaccadores.

Já na phase republicana é que os exportadores procurariam activamente entender-se com os lavradores passando por cima dos intermediarios. Os ultimos annos imperiaes ainda assistiriam ao declinio da importancia do Rio de Janeiro como praça cafeeira ante os progressos da exportação paulista enviada por Santos.

A producção do Norte de S. Paulo escoava-se como é sabido a principio pelos portos do littoral norte da Provincia, ou pelos portos fluminenses seus limitrophes. Isto na phase das tropas. Mais tarde cessara a remessa para o littoral proximo, como o avanço dos trilhos da Dom Pedro II. Nesta época a marcha cafeeira do Oeste era pequena limitando-se a Campinas, e districtos circumvizinhos como Limeira, Itú, Itatiba, Amparo etc. O desenvolvimento do systema ferroviario paulista, a principio com a S. Paulo Railway, depois com a Paulista e a Mogyana viria já pelas vizinhanças de 1889 assegurar á exportação paulista o prenuncio de que dentro em breve tempo ella sobrepujaria a do Rio de Janeiro, distanciando-a immenso. E isto haveria de occorrer já aos primeiros annos da Republica.

Para tanto, convem frisal-o, concorreria, poderosamente, o facto de se achar o grande porto paulista apparelhado com a esplendida installação da Companhia Docas de Santos.

Quanto ao resto da producção brasileira, alheia ao Rio de Janeiro e Santos, esta cresceria bastante no Espirito Santo. Mas tambem já no periodo republicano.

Em suma ao se encerrar a phase monarchica a industria cafeeira do Brasil gyrava em torno dos dois grandes centros de remessa Rio de Janeiro e Santos.

CAPITULO II

A situação financeira do Brasil em fins de 1889 — Notavel vulto de operações bolsistas — Ocurrencia da revolução de 15 de novembro — Primeiras medidas de Ruy Barbosa — O decreto de 27 de dezembro de 1889 — Conceitos de Calogeras

Ao cahir a situação conservadora, em principios de junho de 1889 atravessava o Brasil prospera fase, pelo menos de muita movimentação financeira e commercial. A politica do Visconde de Ouro Preto tendeu ao incremento desta agitação que no Rio de Janeiro, sobretudo já tomara largas proporções. Pretendia o Ministro da Fazenda determinar consideravel expansão de forças no sentido da fundação de empresas para fins industriaes e commerciaes.

De seu programma se destacavam a regulamentação da lei bancaria, e os emprestimos á lavoura por intermedio dos bancos.

A organisação de institutos emissores, embora sujeitos ao freio da conversibilidade metalica, representava perspectiva de dinheiro abundante. Os emprestimos á lavoura, cujos intermediarios eram os bancos, que sobre as quantias recebidas para acudir aos lavradores não pagariam juros, destes cobrando, porém, cinco por cento, incitara a creação de novos institutos e o augmento do capital de varios dos já existentes, todos visando especialmente tal genero de negocio.

Destas facilidades decorreu grande febre de especulação que os algarismos traduzem eloquentemente.

De 1828 a 13 de maio de 1889 os manifestos para a formação de novas empresas no Brasil correspondiam a 410.879 contos; de junho a novembro de 1889 a mais 301.500! Taes as scenas que acompanharam a fundação do Banco Constructor do Brasil, episodios de incipiente febre lawesca, que o Visconde de Ouro Preto se alarmou conforme dez annos mais tarde declararia na *Decada Republicana*.

Reuniu no Thesouro, os directores de bancos, ponderando-lhes o perigo de se favorecerem semelhantes tendencias. Aconselhava e recommendava, instantemente, que puzessem côbro a taes demasias, difficultando as cauções e levantando as taxas de descontos, no sentido de auxiliarem o commercio regular.

Tal o desvairamento dos subscriptores do Banco Constructor que o *Jornal do Commercio,* de fins de setembro de 1889, descrevendo o que com elles se dera relatava: apezar de terem invadido os pretendentes todos os compartimentos do edificio, tal a agglomeração de gente, tal o aperto, que varias pessoas tiveram syncopes, sendo algumas dalli retiradas a braços.

A sofreguidão era tamanha, que os que estavam na area e nas escadas, desanimados de chegar á sala da inscripção de acções, atiravam dalli mesmo, dentro de sobrecartas, as quantias correspondentes aos titulos que desejavam obter.

Durante algum tempo ficara completamente paralisado o movimento daquella enorme mó de gente. Ninguem podia entrar nem sahir do edificio.

Creara-se o Clearing House do Rio de Janeiro, com enorme movimentação inicial e as vibrações financeiras fluminenses propagavam-se ás provincias, sobretudo á de S. Paulo. O trimestre de agosto a outubro viu a excitação financeira crescer de modo extraordinario. Titulo de emprezas que mal acabavam de installar-se já se negociavam com agio de 20,50 e até cem por cento !

Inesperadamente occorreu a Revolução de 15 de novembro e a implantação das novas instituições brasileiras.

O Ministro da Fazenda do Governo Provisorio, Conselheiro Ruy Barbosa, começou a gestão da sua pasta, continuando a dar execução ao decreto imperial, relativo á autorização emissora, extensiva a nove bancos do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. A uns se fixou o maximo a emittir a outros, como ao Banco do Brasil e os Bancos de Pernambuco e da Bahia até o triplo do capital em ouro, como o primeiro, e o triplo do fundo em ouro.

Mas como Ruy Barbosa fôra o mais vehemente oppositor ás idéas do Visconde de Ouro Preto, sobretudo quanto á orientação financeira, não tardou que contra as medidas do antecessor se pronunciasse e agisse.

Já, a 27 de dezembro de 1889, se marcava um prazo de trez mezes aos bancos emissores para executarem suas concessões, sob pena de se verem privados das faculdades outor-

gadas. Era preciso fixar um maximo de emissão de notas para impedir a imobilisação dos lastros metallicos.

Ante a queda das taxas cambiaes intimidaram-se porém os bancos, receiosos de alguma corrida seria como a que já houvera no Banco Municipal.

As emissões dos novos bancos se retrahiram pois a não ser quanto a dois o Nacional que lançara 17.400 contos de réis e o Banco de S. Paulo com apenas 752. Desistiram os demais de emittir.

Esta restricção sobresaltava muito os meios financeiros; perturbando a marcha do crescendo em que as especulações da praça vinham vindo desde meiados de julho de 1889.

O novo Governo, lançou papel moeda, á vista da escassez do meio circulante, para impedir alguma explosão bolsista eventual, perigosa em momento politico tão delicado.

A baixa precipitou o troco de notas, annota Antonio Carlos de Andrada em sua reputada obra *Bancos de Emissão no Brasil* e só não viria o curso forçado porque, estando as emissões em começo, nenhum banco havia emittido siquer o equivalente aos depositos em ouro. O regulamento e o contracto com o Banco Nacional previam esta medida perigosa para o caso de crise politica ou financeira, a juizo do governo; e a queda do cambio, com a suspensão do troco, avultaria como tal.

Fazendo justiça aos grandes meritos do Visconde de Ouro Preto declara o mesmo autor que este estadista foi comtudo victima de illusão que já ao Visconde de Itaborahy assaltara: tomar como estavel, e persistente, uma situação monetaria instavel e fugaz.

Bancos de emissão conversivel eram e serão sempre incompativeis com um regimen de cambios erraticos, só podendo medrar em ambiente vivificado por factores economicos e financeiros mais ou menos normaes.

Bastava lançar os olhos para um tabella chronologica annual das medias cambiaes brasileiras para se verificar quanto os periodos remansosos eram curtos. Mantinham-se as taxas mercê da importação do ouro dos emprestimos; o declinio do cambio traria inevitavelmente o curso forçado, o fracasso das emissões bancarias, automaticamente, pelos proprios termos contractuaes dos bancos.

Ao ver de Antonio Carlos de Andrada o erro do Visconde de Ouro Preto fôra pretender estabelecer um parallelismo das condições entre o Brasil e os paizes de grande riqueza pu-

blica... Em todo o caso algumas de suas idéas eram reveladoras de notavel capacidade.

Entende o autor dos *Bancos de Emissão no Brasil* que, em face da cessação das emissões, por parte dos bancos, fôra muito melhor que o Ministro da Fazenda cruzasse os braços, visto como os bancos tinham recursos sobejos para o resgate das respectivas notas. Não deveria transigir com a corrente dominante nas praças de commercio, agitadissimas nos ultimos mezes. Cedendo á mentalidade que na época, se creara enveredou pelo caminho escorregadio e perigoso das emissões, inconversiveis, de papel-moeda, com o rotulo de emissões bancarias o que em nada lhes alterava os graves vicios.

Observa Calogeras na sua *Politique monétaire du Brésil*, que Ruy Barbosa, o mais acerbo dos criticos dos planos do Visconde de Ouro Preto, subiu ao poder num ambiente onde tinham larga influencia elementos contrarios a uma administração judiciosa e clarividente.

As teorias financeiras admissiveis em épocas de calma não podiam ser acceitas integralmente num momento em que todas as forças politicas provocavam um empuxo descentralisador a ponto de quasi converter o Brasil mais em Confederação de diversos estados do que em Federação de antigas provincias autonomas mas não soberanas.

Mandava a prudencia que afim de se manter o paiz coheso se combatesse todo e qualquer excesso financeiro.

Outra causa de erro provinha da orientação erronea do novo governo que não avaliando bem o valor real dos inconsistentes sentimentos monarchicos do paiz entendera poder consolidar as novas instituições por meio de derivativo para os campos da actividade industrial e financeira assim desviando os espiritos que, talvez, sem este engodo, se deixassem levar a tentar alguma contra revolução.

O Imperio não creara raizes no Brasil e assim a Republica assustava-se com inexistentes fantasmas. Deveria ter-se limitado a ser a herdeira das tradições e dos methodos administrativos do regimen que derrubara.

Ao envez de semelhante criterio principiara como demonstração de apego á nova ordem de coisas a contrariar as diretrizes do regimen deposto. "A prudencia de antanho passara a ser timidez enfermiça; o exame profundo dos fenomenos hesitação servil."

Ninguem queria procurar, no passado brasileiro, o estudo das crises anteriores e as lições para a previsão do futuro, receioso da pecha de obscurantismo impenitente.

Viera o 15 de novembro encontrar trez bancos emissores com lastro metallico; o Nacional do Brasil que lançara 20.003 contos de réis, o de S. Paulo com 1.891 contos e o do Commercio do Rio de Janeiro que nada ainda emittira e retrahiu-se a vista dos acontecimentos politicos. O Banco Nacional, que reembolsara em ouro as suas notas, retirou-as da circulação abrindo mão da faculdade emissora.

Mas desde a primeira quinzena de vida começou o Governo Provisorio a deferir petições de estabelecimentos com pretenções emissoras. Nada menos de dez bancos obtiveram a permissão de emittir papel sobre o triplo do deposito metallico feito nas arcas do Thesouro.

Já em doze dias, de 26 de novembro a 8 de dezembro de 1889, permittira o novo Governo que se espalhassem mais 400.000 contos de papel moeda além dos 200.000 concedidos pelo Imperio, observa Calogeras.

De nada valeu a baixa cambial cada vez mais accentuada. Mas como ella atrapalhasse seriamente a formação dos depositos e estes não se realizassem, as concessões foram declaradas caducas pelo decreto de 27 de dezembro de 1889.

CAPITULO III

A exposição de Ruy Barbosa em janeiro de 1890 — Projeto da instituição de trez grandes bancos emissores — Enorme latitude da ação concedida a estes estabelecimentos — Oposição ao projeto, no seio do Governo Provisorio — Crise ministerial — Creação de dous grandes bancos emissores— Critica de Calogeras

A 18 de janeiro de 1890 expunha Ruy Barbosa, ao Marechal Deodoro, os motivos que o levavam a considerar a emissão bancaria verdadeira necessidade, devendo o Governo recorrer á circulação baseada sobre os titulos do Estado.

Entende Antonio Carlos de Andrada que tal conducta foi sobretudo imposta pela grande delicadeza do momento politico, quando se tratava, como questão essencial, da consolidação das novas instituições.

O interesse nacional seria a resistencia ao jogo da Bolsa. Mas este tinha por si "a collaboração de quasi toda a gente". A vaga do *ensilhamento* que cada vez mais se alteava só dois annos mais tarde, após haver attingido ao apogeu, alimentada, pela inflação fiduciaria, teria de esboroar-se, causando ás finanças publicas e á fortuna privada os mais avultados damnos.

O systema imaginado pelo novo Ministro da Fazenda, para os bancos emissores, foi exactamente o que Ouro Preto combatera: a emissão sobre lastro de apolices.

Apontava Ruy Barbosa a pratica das medidas adoptadas nos Estados Unidos para combater a escassez do meio circulante. A nova atmosphera nacional, após os grandes abalos de 13 de maio e de 15 de novembro, o rythmo dos grandes negocios recentes, reclamavam maior abundancia de numerario.

Ora sendo a emissão, conversivel em metaes, impraticavel, tentar-se-ia a que repousava sobre a garantia das apolices.

Neste genero de emissão a nota é inconversivel, fazia repa-

rar o ministro mas não é menos certo que a cedula bancaria, afiançada por titulos do Estado, reune as condições essenciaes a esse factor economico para auxiliar o desenvolvimento da riqueza do paiz... E observava ainda: "contar hoje com a emissão sobre metal seria fechar voluntariamente os olhos em presença da realidade."

Trez bancos emissores espalhariam dentro das circumscripções que lhes eram privativas um total de 450.000 contos de réis.

O do Norte, cuja séde era a Bahia, 150.000 e do Centro com séde no Rio de Janeiro 200.000; o do Sul fixado em Porto Alegre 100.000.

A emissão das notas tinha a garantia de apolices da divida publica. Nestas seria invertido o capital dos bancos, limitando-se a emissão á quantidade de apolices averbadas, como inalienaveis, em nome dos mesmos bancos depositarios.

Emprestavam-se as caracteristicas do curso forçado aos bilhetes desde que o cambio, durante um anno seguido, attingisse e se mantivesse ao par de 27 dinheiros. Tomavam os bancos igual compromisso quanto ás notas do governo em circulação, sem direito a indemnização alguma. Quando começasse a conversibilidade, os Bancos deveriam ter sempre encaixe metalico igual á circulação das notas dessa natureza.

Desde que alguma das novas instituições transpuzesse o limite emissor ficaria passivel das penas de revogamento da autorisação para funccionar e submetida á liquidação forçada.

O campo das operações dos novos institutos é que tinha enorme latitude operando sobre:

emprestimos, descontos e cambio;

hypothecas a curto e longo prazo, para tanto emittindo-se letras hypothecarias;

penhor agricola sobre fructos pendentes, colhidos e armazenados;

adeantamento sobre instrumentos de trabalho, machinas, apparelhos, e todos os meios de producção das propriedades agricolas, engenhos centraes, fabricas e officinas;

emprestimos de caracter e natureza industrial, para construcção de edificios publicos e particulares, estradas de ferro e outras, caes, docas, melhoramentos de portos, telegraphos, telephones e quaesquer emprehendimentos industriaes;

compra e venda de terras, incultas ou não. Podiam ser parcelladas e demarcadas por conta propria ou alheia;

o desempenho de assumptos tendentes á colonização fazendo os adeantamentos necessarios mediante ajuste e contracto com os colonos ou terceiros interessados;

a incumbencia por conta propria ou alheia, de desecamentos, drenagens e irrigação do sólo.

Enormes favores se concediam aos novos institutos dentro do prazo de cincoenta annos, aliás prorogaveis.

Passando pela reforma brasileira, declarava o Ministro, a idéa americana recebera typo differente, mais arrojado e original. Duplicava-se-lhe o merecimento em relação aos interesses do Estado. No regimen da emissão americana, era a apolice utilisada simplesmente como garantia da emissão, como parte estatica do lastro. No regimen estatuido pelo decreto de 17 de janeiro, resgatava-se a si mesmo pelo emprego no deposito dos bancos: e este, além do papel inerte de garantia, exercia a funcção de consumir a apolice depositada, reduzindo progressivamente a divida nacional.

Era natural que esta reforma, com tantos caracteristicos innovadores, e desconhecidos ainda no Brasil, causasse grande impressão nos meios politicos e sociaes.

Defendendo-a mais tarde explicava o seu auctor a revidar vehemente:

"Na desafinação furiosa de coleras, que contra o decreto vociferaram em diabolico frenesi, a nota predominante não era então o horror ás emissões, mas o horror aos privilegios com que se acercava ao capital confiado á organisação desses bancos."

Observa Antonio Carlos de Andrada que positivamente, entretanto, a critica alvejava mais alguns pontos além do dos *privilegios*. Verberava-se a extravagancia de se conglomerarem nos bancos tantos e tão contraditorios, fins, desde a emissão de bilhetes até hypothecas, penhores, exploração de minas e construcção de estradas de ferro. Aos bancos a veia satyrica popular alcunhou *bazares*.

No seio do proprio Governo Provisorio encontrou logo o Ministro da Fazenda vivaz contradita. Sobretudo por parte de Demetrio Ribeiro de cuja impugnação diria Ruy Barbosa mais tarde, ironico, que ella o decepcionara fundamente.

A 30 de janeiro de 1890 houve reunião verdadeiramente tempestuosa do Governo Provisorio, dando-se diversos ministros por offendido porque seu collega da Fazenda, desprezando combinação previa, e valendo-se unicamente da licença do

Marechal Deodoro, publicara a 17 de janeiro um decreto de grande alcance relativo a emissões bancarias.

Diversos delles offereceram a sua demissão, se o decreto não fosse annullado. Deodoro todavia, declarou que o decreto era irrevogavel. Abandonaria o governo, caso os ministros se mantivessem firmes em suas exigencias. Depois de muito se discutir, a conclusão foi que ninguem se retirou, excepto Demetrio Ribeiro, a quem substituiu Francisco Glycerio.

Triumphava Ruy Barbosa cujo projecto admittiu apenas uma emenda a de Campos Salles dividindo o paiz em dois districtos emissores em lugar de trez: Norte e Sul e reduzindo o total a emittir a duzentos mil contos.

Mais tarde explicaria Ruy Barbosa a sua annuencia a esta emenda em *Finanças e Politica,* entre topicos assaz asperos em relação ao seu antigo collega da Agricultura.

"Annuira immediatamente a este alvitre porque respeitava absolutamente o mecanismo da reforma de 17 de janeiro, mantendo o mesmo systema de emissão, a mesma organização bancaria, a mesma orientação financeira."

Quanto ás emissões, conservado, que fosse, o principio adoptado o molde que elle dera ao seu mecanismo, frivolo seria que se opuzesse a uma diminuição na importancia total a emittir, quando ella não se destinava a ser lançada na circulação de um jacto, e quando, além do mais, era persuasão sua que a experiencia mostraria aos seus proprios collegas a insufficiencia dos limites fixados pela emenda.

Analysando a exposição de motivos de Ruy Barbosa relativo á lei de 17 de janeiro de 1890 fez Calogeras minudente critica a este documento celebre.

Assim lembrou as opiniões do Visconde do Cruzeiro e de Lafayette Rodrigues Pereira de que no Brasil uma emissão sobre base metallica era impossivel por causa das taxas cambiaes inferiores á paridade legal o que faria com que o ouro emittido, nestas circumstancias, poderia ser expellido pelo papel-moeda, resgatavel ao par.

Declarara Ruy Barbosa que Ouro Preto conseguira o triumpho de suas idéas graças ao prestigio politico, quando fizera approvar a sua emenda em virtude da qual a emissão podia realizar-se quanto ao triplo do deposito em especies.

A instabilidade da situação economica brasileira, que só apparentemente se mantinha estabilisada, e por periodo que não seria certamente longo, fazia com que o Presidente do Conselho houvesse agido com a maior soffreguidão preten-

dendo estabelecer no Brasil a circulação metallica o que não passava de miragem agradabilissima.

Affirmara Ruy Barbosa que a alta de cambio dos ultimos mezes imperiaes era ficticia devida a manobras indebitas do Thesouro e Calogeras entende que tal critica se mostra injusta, attribuindo a alta cambial á iniciativa individual que o Governo acompanhava, e não creava, tendo ainda ao seu dispor a possibilidade de não intervir nos mercados por contar com saldos no Exterior.

Por outro lado eram muito cabiveis os reparos á frequencia dos emprestimos na era imperial, embora fosse injusto não assignalar a brilhante operação de 1889 feita pelo Visconde de Ouro Preto da conversão das apolices de 5 para 4 por cento.

Não acredita Calogeras, comtudo, que a alta cambial de 1889 pudesse ser duradoura. A influencia das operações sobre os fundos publicos, a importação consideravel de numerario, as innumeras empresas fundadas, a contar de 1888, haviam sido os principaes factores de ascenção cambial. Transcorrida esta fase excepcional declinariam as taxas, abaixo, certamente, da paridade legal.

Encetava-se um periodo de hypertrophia commercial e desenvolvimento industrial. Seria um principio de crise ou o inicio de um periodo expansionista. Tudo dependeria da sabedoria dos governantes.

A Republica, sobrevindo subitamente, causara temor aos banqueiros prestamistas do Brasil. Dahi a interrupção dos creditos concedidos ao ultimo gabinete imperial, ou postos á disposição da actividade brasileira.

Como consequencia viria o exodo de avultados capitaes já circulando e a completa cessação, senão o alteamento exhorbitante do credito. Inaugurar-se-ia uma phase de desconfiança financeira, fatal a muitas das novas industrias projectadas. Tal atmosphera de espectativa hostil tendia a accentuar-se em consequencia das medidas financeiras da época.

Assim entende o illustre autor, cujas opiniões resumimos, que havia injustiça por parte da *Exposição de motivos* ao atribuir exclusivamente ao equivoco de uma situação anterior, *soi disant* creada pelo regimen decahido tendo em vista fins politicos, e ao restabelecimento do nivel economico normal, a queda progressiva dos cambios e a impossibilidade de funccionamento do mecanismo projectado para a emissão.

Fossem quaes fossem as normas escolhidas para tal fim era impossivel que não soffressem tremendo abalo com a occurrencia de uma crise da importancia da de 15 de novembro,

creadora de um meio totalmente diverso daquelle no qual ellas haviam sido chamadas a operar.

Era habil recurso politico aquelle de que o novo ministro lançara mão. Tinha a grande vantagem de fallar ás paixões do momento arvorando os vencedores recentes em pregoeiros de novo Evangelho economico.

"Attingiu o fim colimado, mas a illusão dahi resultante, muito mais tarde dissipada, causou ao Brasil males que, decorridos vinte annos, duravam ainda."

O Banco Nacional, intimidado, tratara de resgatar toda a sua emissão sobre base metallica. E esta medida fora apontada com a condemnação evidente da efficacia do regimen propugnado pelo Visconde de Ouro Preto.

E assim se apregoou a excellencia dos titulos de Divida Publica como base de garantia da circulação fiduciaria.

Ironicamente observa Calogeras:

"Sobre esta extranha concepção da natureza e de funcção da moeda o processo de se caucionar uma divida por meio de titulos de outra divida foi tido como a solução scientifica do problema brasileiro da circulação."

Ás timidas vozes dos que ousavam contrariar taes pontos de vista, observa, apodavam-se de conspiradoras, e outros epitetos amenos. Aos mais espectadores dos acontecimentos apontava-se o volume notavel que iriam tomar os negocios, com a maré enchente da especulação baseada na inflação.

A *Exposição de motivos,* segundo o autor da *Politica monetaria do Brasil,* é curioso mixto de observações exactas e argumentos injustificaveis.

Assim o criterio de garantia das emissões por meio dos lastros na proporção de um para trez vinha a ser o mais falho quando a tendencia nas maiores nações era para o seu reforço a 50 e 60 %.

Augmentar o volume do papel moeda official era accrescer, sem compensações, o fardo da divida publica.

A circulação baseada sobre apolices dividida em caução de outra permittia augmentar a somma em giro de accordo com os imperativos do renascimento economico nacional, diminuido, e quiçá até amortizando completamente, titulos de renda que tão seriamente pesavam sobre o orçamento nacional.

Previra-se que com o resultado da accummulação de dez por cento dos lucros brutos dos bancos emissores em fundo especial, a juros compostos de seis por cento, accummulados semestralmente, afim de se reconstituir e amortecer o quantum

das apolices caucionadas se attingiria um total de 1.018.000 subtrahidos ao total da Divida Publica.

Severamente analysa o autor de *La politique monétaire du Brésil* estas perspectivas fagueiras:

"Era como sempre a influencia malfazeja daquelle genero de raciocinio que aos phenomenos sociologicos applica a regra de trez, como se mil outros factores não viessem perturbar as acções e reacções reciprocas."

Implantava-se o caso famoso de Mofina Mendes no programma financeiro do Brasil, o simile portuguez da famosa fabula lafontaineana de *Perrette au pot au lait*.

Depois de longamente expor os numerosos pormenores do plano Ruy Barbosa commenta Calogeras:

"Era este mecanismo demais complicado para poder funccionar com segurança. E além de tudo tanto mais delicado para se executar quanto trazia no bojo aventuras financeiras das mais arriscadas, como por exemplo a immobilização de capitaes em emprezas industriaes de longo prazo, e resultados aleatorios, compromettendo-se assim a perspectiva de reembolso eventual da divida contrahida para com o publico pela emissão de notas.

E isto era tanto mais perigoso quanto as idéas financeiras reinantes, voltadas todas para o terreno da especulação tendiam irresistivelmente, para a superabundancia das empresas cujo fim apparente vinha a ser a valorisação dos recursos naturaes do Brasil quando na realidade não passavam de pretexto para o jogo e a alta e baixa de titulos."

"Critica aspera e por vezes real, pela visão dos acontecimentos, datada exactamente dos dias em que Ruy Barbosa divulgou o seu plano é a de um publicista francez de renome, Max Leclerc, enviado ao Brasil por grande jornal parisiense o *Journal des Débats* para estudar os aspectos da transformação das instituições.

A 19 de janeiro de 1890 enviava a oitava correspondencia ao seu jornal. Analysava, tendo deante de si o *Diario Official,* a dissertação de Ruy Barbosa intitulada *Emissão e credito,* justificativa do longo decreto que radicalmente transformava todo o systema financeiro e economico do Brasil.

E a tal proposito ironisava, fazendo comparações entre o que a infracção subita e volumosa iria produzir e o que occorreu em França em principio do século XVIII quando o regente Philippe de Orleans acceitara as idéas financeiras do famoso John Law."

CAPITULO IV

As emissões de 1890 — Fundação do Banco dos Estados Unidos do Brasil — Derrame de papel moeda — Conversão das apolices de 1889 — Desenfreada especulação bolsista — Os decretos de 13 de outubro e de 25 de dezembro de 1890

Apezar das notaveis surprezas que o decreto de 17 de janeiro concretisava houve insatisfeitos: os chefes da especulação bolsista desabalada e os timoratos alarmados pelo enorme avolumamento do meio circulante.

A 21 de janeiro de 1890 fundava-se o Banco dos Estados Unidos do Brasil com um capital que poderia ser elevado a 200.000 contos de réis com faculdade de emittir até o quantum das apolices do seu fundo social.

Além da grande redução admittida para o total a emittir-se, o plano Ruy Barbosa ia dentro em breve soffrer séria alteração.

Como sentisse positiva opposição e certo de que esta vinha dos Bancos do Brasil e Nacional, cuja emissão se fundava sobre lastro metallico sem conversibilidade, expediu o ministro o decreto de 8 de março, pelo qual estes dois estabelecimentos obtiveram a concessão de emittir, até ao duplo de 25.000 contos, que, em moeda metallica, depositasse, no Thesouro, por prestações convencionadas. Exigia-se que o deposito precedesse sempre á emissão correspondente.

Os pretextos para tal medida eram a necessidade immediata e inevitavel de se ampliar largamente o meio circulante, a conveniencia de se conciliarem as exigencias do regimen de emissão sobre ouro com as do systema de emissão sobre titulos da divida nacional, e a impossibilidade, manifestada pela experiencia, de se manter a emissão sobre base metallica nas condições em que essa lei a prescrevera.

Reduziu-se então a 50.000 a emissão sobre apolices do

Banco dos Estados Unidos do Brasil, presidido pelo Conselheiro Mayrinck.

A instabilidade cambial já para meiados do anno de 1890 ia provocar reclamações contra a disparidade do regimen emissor.

A 29 de agosto de 1890, elevou-se novamente a cem mil contos o limite emissivo do Banco dos Estados Unidos do Brasil, attendendo-se ao papel notavel representado por esta instituição no mercado nacional, explicava o ministro ao justificar a faculdade concedida.

Menos de um mez mais tarde, a 25 de setembro, decretava o Governo que a faculdade para emissão sobre o duplo do deposito em ouro se generalizasse a todos os bancos creados pelo decreto de 17 de janeiro, ficando elles porém obrigados, sob pena de liquidação, a receber as notas uns dos outros.

Explicava o Ministro da Fazenda as necessidades de tal medida declarando que a cifra primitiva de 450.000 contos, que varios achavam exagerada se mostrava insufficiente para o vulto dos negocios correntes.

Nesta data haviam cinco bancos emittido 65.299 contos sobre apolices (dos quaes 49.999 do Banco dos Estados Unidos do Brasil) 49.853 sobre o lastro metallico (21.299 do Banco do Brasil e 28.537 do Banco Nacional) e mais 361, contos de notas de mais dois bancos regidos pelo decreto Ouro Preto.

Ascendia pois a emissão total a 115.152:500$000, lançada em curtissimo prazo, a reunir-se aos 170.781:414$000 em circulação a 15 de novembro o que elevava a massa de papel circulando no Brasil a 285.933:914$000.

A excitação especulatoria oriunda do augmento inconsiderado do instrumento das trocas, tocava ao apogeu.

Dentro em breve o lastro em ouro das emissões passaria a ser novamente constituido por apolices.

Pelo decreto de 6 de outubro de 1890 deliberou Ruy Barbosa realizar a conversão das cem mil apolices de conto de réis do Visconde de Ouro Preto pelos lastros metallicos dos Bancos.

O resgate destes titulos seria feito mediante a aplicação dos depositos metallicos dos bancos emissores para as suas emissões sobre ouro.

Explicava o ministro as razões que o haviam levado a tal medida: O lastro metallico dos bancos cobria apenas metade de suas emissões. Em caso de fallencia cincoenta por cento das notas ficaria sem valor algum.

A 7 de dezembro fundava-se o novo Banco da Republica

dos Estados Unidos do Brasil, com 200.000 contos de capital, devendo durar sessenta annos, prazo aliás prorogavel pelo Governo.

Este lhe reconhecia o direito de emittir notas ao portador e á vista, "com circulação em todo o territorio da Republica", na razão do "triplo do deposito em ouro". Esta somma poderia elevar-se á importancia equivalente ao capital do estabelecimento uma vez recolhida ao Thesouro Nacional. As notas só seriam conversiveis quando, durante um anno, o cambio se mantivesse a 27.

Os demais bancos emissores poderiam ceder ao novo estabelecimento os direitos e privilegios de emissão. Marcava-se-lhes um biennio para completar a emissão, sob pena de caducidade. Neste caso "seus privilegios e o direito de emittir" se incorporariam ao Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Com este banco, á semelhança do que fizera Ouro Preto, em 1889, com o Banco Nacional, contractou-se o resgate do papel-moeda do Thesouro, sem remuneração alguma, quanto a dois terços. Receberia, quanto ao outro terço, apolices de 4 % de juros, devendo o resgate operar-se dentro de cinco annos.

Concedendo ao novo estabelecimento a emissão no triplo sobre a parte do capital ainda não empenhada na emissão sobre apolices, elevar-se-ia a sua circulação, no todo, a:

Sobre apolices	50.000:000$000
Sobre ouro	450.000:000$000
	500.000:000$000
Menos em papel moeda a resgatar	171.000:000$000
Total	329.000:000$000

Sommada esse algarismo a importancia das emissões facultadas aos outros sete bancos, emissões que deveriam passar ao novo banco, o total seria de 515 mil contos de réis.

Incumbir-lhe-ia tambem, ao novo Banco, o resgate do papel moeda do Thesouro.

A 7 de dezembro de 1890, conseguira o inflacionismo triplicar a massa de papel moeda circulante que passara de 170.781 a 515.000 contos.

A unidade bancaria, entretanto, não poderia vir a ser

completa. O proprio decreto que a creara, o citado de 7 de dezembro, excluira deste os bancos que ao da Republica deveriam transferir o direito emissor como o Banco de Credito Popular.

A 3 de junho de 1890 haviam sido feitas emissões no valor de 266.035 contos de réis dos quaes cabiam ao Banco da Republica 229.271 contos ou fossem oitenta e seis por cento do total.

Ao ver de Calogeras o mal do Governo Provisorio foi não ter programma monetario nem visão de conjuncto acerca dos phenomenos financeiros deixando-se a cada passo influenciar pelo fluxo e refluxo dos movimentos da especulação bolsista.

Confessou Ruy Barbosa, recorda o illustre autor que tivera de ceder diversas vezes ante conjuncturas impostas por tempos absolutamente anormaes. Dahi uma legislação caotica cheia de viravoltas, commenta Calogeras, a justificar os seus pontos de vista por uma dedução chronologica.

A *Exposição de Motivos,* de janeiro de 1890 declarara ser a pluralidade dos bancos de emissão uma necessidade; a emissão sobre lastro ouro, utopica para o Brasil; as apolices base acceitavel para o reembolso das notas e a somma indispensavel ás transacções das praças de 450.000 contos. Isto a 17 de janeiro de 1890. Quatorze dias mais tarde reduzia-se este quantum a 200.000 contos. Menos de dois mezes depois desta retracção encarecia-se a emissão baseada em deposito metallico e permittida até 100.000 contos. Em agosto do mesmo 1890 permittia-se que se emittisse até 150.000 contos ouro. Em setembro preconisou-se a coexistencia dos dois sistemas, ouro e apolices, para os bancos submettidos anteriormente ao regimen de janeiro.

As emissões autorizadas subiram a 706.000 contos. O methodo antigo de amortização dos emprestimos internos reduziu-se á metade do primitivo valor embora a circulação prevista houvesse mais do que triplicado. Dahi uma redução proporcional de 84 por cento. E afinal as novas estipulações do fim do anno, as de 7 de dezembro de 1890 substituiram a pluralidade de emissão pela unidade e a caução em titulos da Divida Publica por deposito de metal amoedado.

"Se tal allegação era exacta não se estava mais em face de uma evolução progressiva e sim ante a subversão do methodo que um anno antes fôra proclamado orthodoxo."

Neste interim estabelecera-se completa desordem na cir-

culação e a ruina do elemento fiduciario sobre o qual elle devia basear-se.

Entende Calogeras que a mesma incoherencia pautara os actos do ministro quando decretara a fusão do Banco dos Estados Unidos do Brasil e do Banco Nacional do Brasil, sob o nome de Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

A nova organização em nada melhoraria a situação da *currency*. Os unicos motivos da expedição deste acto provinham de exigencias da especulação bolsista e das allucinações proprias dos periodos de inflacionismo contagioso.

A nova estructura em nada correspondia a um instituto central coordenador que regulasse e limitasse a massa de papel de accordo com as exigencias das transacções e o desenvolvimento das riquezas do paiz.

Fornecia novos elementos aos especuladores, e o Governo não parecia conscio da responsabilidade de solucionador de tão delicado problema da economia nacional. A pluralidade dos bancos emissores continuava a ser o regimen dominante. Os dois annos concedidos para completar o total das emissões era mais que sufficiente para se chegar a tal resultado. Proseguia a emissão sobre bases de apolices do mesmo modo.

A enorme maré enchente inflacionista trazia todas as consequencias classicas das emissões. Frisantemente annota Calogeras que ante a immensa proliferação das companhias do Ensilhamento attingiu o delirio das organizações a tal ponto que já nem mais havia nomes que chegassem para as novas empresas. Tudo já estava occupado! Pagaram-se até gratificações pela suggestão de titulos ainda ineditos.

Armava-se o grande brazeiro de 1892 em que mais uma vez se verificaria a regra universal: a todas as expansões inconsideradas do credito corresponde fatalmente um periodo de especulação intensa que termina inflexivelmente com o juncamento de destroços nos mercados em que decorreu.

Os prenuncios de que tal ia verificar-se no Brasil se multiplicavam: pela baixa cambial, o exodo das especies metallicas, o avolumamento extraordinario das importações, o augmento das mercadorias abandonadas nas alfandegas, a derrocada dos leilões por falta de pagamento dos direitos e a restricção crescente dos descontos.

Tal a precipitação febril das operações da bolsa fluminense que, observa-o Calogeras criteriosamente, os bancos emissores como não tivessem papel proprio, puzeram-se a sobrecarregar o do Thesouro. E muitas destas notas improvisadas ficaram tão mal feitas que os carimbos podiam ser

apagados facilmente permittindo que o seu resgate se effectuasse no Thesouro e não na séde emissora.

Muitos destes bancos jamais chegariam aliás até a ter dinheiro proprio como certos do Norte. E, affirma ainda Calogeras, um delles, o Banco de Credito Popular, lançou mão de notas do Banco dos Estados Unidos do Brasil a que sobrecarregou com os seus carimbos.

Feitas geralmente ás pressas eram as notas demais falsificaveis e assim occorreu grande derrame de dinheiro illegitimo. Os prazos concedidos para a substituição de notas foram excedidos. A balburdia augmentou em virtude da differença de garantias das emissões e da limitação das zonas de espalha. Assim, dentro em breve, geral discredito cobria as emissões.

Outras medidas provaram uma desorientação, attribuida por Calogeras a certa obnubilação propria dos momentos de crise. Assim os correntistas das Caixas Economicas viram os juros majorados e os prestamistas dos emprestimos internos de 5 por cento tiveram os seus computados a 4 por cento ouro o que dentro em breve, com a baixa cambial, traria funestas consequencias para o Thesouro. Esta operação exigiria mais tarde, de Rodrigues Alves, penosas negociações de liquidação.

Em outubro de 1890 tentou Ruy Barbosa oppor uma barreira aos excessos do Ensilhamento. Pelo decreto de 13, dahi em deante, não se haveriam por definitivamente constituidas as sociedades anonymas sinão depois de subscripto por inteiro o capital social e delle effectivamente depositados, em um banco, 30 % pelo menos, em dinheiro. Não se permittiriam vendas de acções sinão depois de realizados 40 % do capital, prohibidas, para as transferencias, as procurações em causa propria.

Os considerandos deste decreto dão a justa medida do alarme causado no seio do Governo pela desvairada jogatina. Declarava o ministro urgir atalhar essa superfetação de especulações estereis, damninhas e perfidas que poderiam assumir as proporções de grave perigo, neutralizando, ou pelo menos diminuindo os beneficios reservados ao paiz, por tantos e tão importantes commettimentos, que o recommendavam á confiança dos capitalistas nacionaes e estrangeiros .

Observa Antonio Carlos de Andrada, e com toda razão, que os resultados deste decreto seriam fatalmente inefficientes.

A causa da excitação dos negocios, da especulação e do jogo firmava-se na inflação monetaria e esta ia crescer.

Pouco antes desse acto a praça queixara-se da escassez de numerario e as emissões velhas reclamavam novas. A acceleração, necessidade que as caracterisava começava a impor-se.

Tal a grita da especulação que pelo decreto de 25 de dezembro de 1890 o Governo facultava aos Bancos a emissão sobre o duplo do deposito em ouro recolhido ao Thesouro.

Mas a especulação desenfreada reclamava a emissão, não mais sobre o duplo do ouro e sim agora sobre o triplo!

A 7 de dezembro obtinha tal desideratum com a fusão dos dois grandes bancos o Nacional do Brasil e dos Estados Unidos do Brasil sob o nome dos Bancos dos Estados Unidos do Brasil. Permittia-se-lhe a emissão até esse *triplo* do deposito em ouro num maximo de 600.000 contos, isto é, trez vezes o seu capital uma vez realizado em ouro.

Em 31 desse mez o meio circulante nacional se expressava pela cifra de 298.992 contos, cerca de 90 % da circulação existente um anno antes.

Argumentando a posteriori, em fins de 1891 lembrou Ruy Barbosa que de 15 de novembro de 1889, a 15 de outubro de 1890 as novas sociedades anonymas constituidas correspondiam a um capital de 1.160.000 contos quando de 7 de setembro de 1822 a 13 de maio de 1888, este total fôra de 410.879 contos.

Propugnava, assim observa Antonio Carlos de Andrada, "principios de uma Economia Politica nova, para a qual o bilhete de banco, ao envez de méro instrumento de circulação, tinha a virtude de criar riqueza e poderia ser valorimetro apreciavel sem o endosso do ouro; e que admittia o arbitrio na fixação da quantidade de moeda necessaria a um paiz."

Historia o auctor dos *Bancos de Emissão do Brasil* a explicar as coisas psychologicas do inflacionismo de 1890.

"O abalo causado pela queda do Imperio, repercutindo nos negocios, chegou a crear situação prenunciadora de pannico.

O cambio declinou, o Banco Nacional retrahiu emissões e apressou o troco de notas.

Annunciou-se começo de pressão monetaria.

O novo Ministro da Fazenda interveiu no mercado cambial para amparar as taxas, o que conseguiu por pouco tempo; e, attendendo a representação dos bancos, emittiu papel-moeda para auxiliar o commercio, nos termos da lei de 1885."

Houve quem lhe insinuasse o curso forçado das notas bancarias emtitidas e a persistencia nas emissões que se fariam inconversiveis. Mas, adversario vigoroso, dos planos bancarios do Visconde de Ouro Preto, preferiu — entre decretar a inconversibilidade das emissões iniciadas, ou lançar-se a novo plano em cuja essencia o que havia era o mesmo curso forçado, embora sob differente mascara preferiu orientar-se por esta segunda solução da alternativa. E assim expediu o decreto de 17 de janeiro de 1890.

Dahi em deante cahiria o paiz no paroxismo inflacionista cujo reflexo immediato veiu a ser o desapoderado furor das organizações de sociedades anonymas confessado pelo proprio Ruy Barbosa.

"Não ha especie de divida publica, que tenha sido e continue a ser objecto da mais viva discussão e controversia, como o papel-moeda", commenta Amaro Cavalcanti em seus conhecidos *Elementos de finanças.*

Desacreditado, condemnado formalmente, pelos principios da sciencia, elle e, não obstante, o ultimo esteio a que se apoiam os Estados, nos momentos de penuria financeira; — e a historia está cheia dos grandes beneficios, que os povos lhe devem por toda parte.

Tornando-se excessivo na circulação, perde o papel-moeda. desde logo, o caracter de moeda, de medida exacta dos valores, para tornar-se elemento perturbador de todos os interesses e relações da economia publica.

Não fôra, porém esta circumstancia, ou esse perigo de o papel-moeda, tornar-se facilmente excessivo na circulação proclama o nosso auctor, e ninguem talvez duvidaria em proclamal-o, "como o melhor de todos os instrumentos do credito publico, sinão tambem, — como a forma, mais commoda e mais perfeita, da propria moeda."

Justificando pelos exemplos da Historia o que se passava no Brasil lembrou Amaro Cavalcanti, que apezar dos fastos desastrosos do papel-moeda, a elle haviam recorrido todos os Estados modernos, e muitos delles continuavam a fazel-o, como recurso imprescindivel ás condições economicas e financeiras.

Não obstante esses exemplos, tão autorizados e frequentes, todos os economistas e publicistas estavam de accordo em considerar o papel-moeda, como a peor das formas do credito publico. Assim só em circumstancias, as mais difficeis, seria licito aos governos valerem-se de tal meio, para occorrer ás despezas do serviço publico.

A terrivel convulsão mundial de 1914-1918 revolucionaria extraordinariamente as bases de antiga sciencia das finanças, dando curso ás mais ousadas theorias sobre o papel-moeda e suas caracteristicas como instrumento de troca, occorreriam applicações as mais extraordinarias destes modos de ver, como de sobra é sabido.

CAPITULO V

A incerteza reinante nos primeiros dias da Republica — Apreciações de Souza Ferreira sobre a politica financeira de Ruy Barbosa — As tarifas alfandegarias — A cobrança dos direitos em ouro — O prurido das concessões bancarias e ferroviarias — Os desvarios bolsistas — A predominancia do café — As estimativas de safra — O privilegio Carneiro Brandão — Protestos de commissarios e exportadores — Decadencia da lavoura fluminense — Fundação de companhias ruraes — A falta de estatisticas — As transformações operadas no comercio cafeeiro — As cotações em 1890

O Conselheiro J. C. de Souza Ferreira auctor do *Retrospecto do Jornal do Commercio,* para 1890, encetou o seu relato lembrando que a transformação das instituições provocadas pela revolução de 15 de novembro não causara receio aos meios financistas pois o Governo Provisorio os tranquillzara com as promessas formaes de garantias. Assim apenas trouxera ansiosa e justificada espectativa.

As declarações, ou manifesto de Ruy Barbosa, a 28 de dezembro de 1889, endereçadas ao chefe do governo, mas realmente dirigidas ao paiz e ao mundo, não deixara entrever o menor vislumbre da futura politica financeira do novo gestor das finanças brasileiras.

Havia quem lhe prognosticasse as reticencias como politica puramente de administração; e não faltava quem opinasse que a Republica, cumpriria, religiosamente, os compromissos do Imperio, sem maiores innovações além das que a mudança radical nas instituições tornasse absolutamente necessarias.

Pouco tempo durara tal crença porém. A 17 de janeiro assignalava-se o decreto estabelecendo bancos de emissão.

A 31 de janeiro novo decreto modificara o primeiro; em março o ministro introduzira outra innovação autorisando os bancos do Brasil e Nacional a emittir contra um deposito de ouro no Thesouro.

Viera em setembro novo decreto e, em dezembro, mais outro, organisando grande instituição bancaria, o Banco da Republica dos Estados Unidos. Esperava-se que poria termo, pelo menos por algum tempo, á legislação sobre materia bancaria.

Esta pluralidade de decretos tornara o publico desconfiado, emittia o analysta da politica do novo ministro da Fazenda.

Causa de desassocego, tambem, para o commercio importador, fôra a decisão governamental sobre as novas tarifas alfandegarias.

A principio se decretara que vinte por cento dos direitos se cobrariam em ouro e afinal que o seria a totalidade em moeda metallica.

Os confidentes do ministro entendiam e proclamavam que os seus decretos formavam os elos de homogenea corrente.

Podia-se porém affirmar que a pouca firmeza na politica financeira do Thesouro occasionara transtornos ao commercio em geral. As fluctuações nas taxas cambiaes thermometro do mundo commercial, mostravam quão consideraveis haviam sido os prejuizos dos importadores devido, em não pequena parte, á incerteza sobre aquella politica.

As alterações das tarifas alfandegarias haviam produzido notavel augmento nas rendas publicas pois todo o commercio importador se déra pressa em mandar vir do estrangeiro artigos em grande escala não só para supprir as necessidades immediatas mas para prevenir futura procura e temida baixa cambial accentuada.

Mas este augmento de arrecadação resultaria certamente illusorio:

No futuro se daria fatal diminuição na importação das mercadorias incapazes de supportar pesados direitos.

Apontava o memorialista os resultados, a seu ver funestos, da lei Mac Kinley, nos Estados Unidos, onde firmas importantes haviam preferido fechar portas a se verem forçadas a dedicar-se ao contrabando.

Não que o Brasil devesse ser livre cambista, o que as suas circumstancias não comportavam.

As industrias de um paiz novo necessitavam de alguma protecção. Mas esta dependia, em tão alto grau, das rendas alfandegarias que se a protecção á industria concedida porventura as fizesse diminuir o caso se tornava da maxima importancia.

Deplorava o analysador a febre de especulação que invadira o Brasil e assim a historiava:

Infelizmente a especulação bolsista, já vinda de 1889, augmentara com facilidade proporcional á de se obter dinheiro nos bancos.

Creada pela chamada *politica de horizontes largos*, a revolução impuzera-lhe temporaria parada mas a calmaria pouco durara.

Já em março de 1890 a febre reapparecera desta vez mais intensa. Seria demasiada severidade condemnar em absoluto as companhias e empresas organizadas no decorrer de 1890. Eram algumas inuteis e a outras pareciam ter sido engendradas, exclusivamente, para torpe lucro pessoal; todas poderiam muito bem ser confiadas ao juizo inexoravel do tempo, que seguramente separaria o grão do joio.

Não se justificava a condemnação absoluta do jogo de Bolsa. Era inteiramente impossivel extinguir a especulação pois a natureza humana levava cada sêr a ter opinião individual sobre valores e esta opinião era muitas vezes reforçada pelo embate com outros modos de ver.

Faltava porém uma regulamentação para as operações bolsistas, actos officiaes que impedissem as transacções defeituosas e deshonestas e a má fé no cumprimento dos contractos.

A balança commercial brasileira é que apresentava curiosos aspectos:

Ao commercio legitimo conforme as melhores informações não fôra 1890 inteiramente desfavoravel.

Quanto á importação, o primeiro semestre deixara muito a desejar. A alta do cambio estimulara muito a importação e as vendas realizadas sobre a base do cambio na data das transacções haviam sido remettidas com differença muito sensivel á taxa da data do pagamento. O ultimo semestre de 1890 mostrara-se notavelmente melhor.

Tomando-se um termo medio, o anno de 1890 não poderia ser considerado como dos peores para os importadores. Havia queixas a proposito de incerteza do cambio e as tarifas alfandegarias, tinham restringido de certo ponto as encommendas que no mercado fluminense assumiam tão importante feição.

Mas fôra o resultado geral satisfactorio. Devia se registrar que o commercio mostrara louvavel pontualidade nos pagamentos, facto que pelo menos dava côr á hypothese de que o verdadeiro commercio não se envolvera no jogo da Bolsa.

Esta asserção traduzia circumstancia do mais alto significado.

Pesara muito sobre a balança commercial brasileira a importação de cereaes, vindos da India e do milho do Rio da Prata. Era um reflexo da alta consideravel do café que ia monopolisando os braços.

Explicada plausivelmente quanto ao milho sabia-se que os fretes das estradas de ferro não deixavam proveito algum ao lavrador que precisava fazer o genero chegar aos mercados maritimos.

Conviria lembrar a escassez dos braços pois já começara o mez das novas lavouras cafeeiras estimulada pela elevação das cotações.

Quanto á cobrança dos direitos de importação em ouro tão preconisada pelo Ministro da Fazenda a opinião publica ia se habituando a ella.

O paiz tinha compromissos exteriores avultados que só podiam ser satisfeitos em especie metallica. Onde buscar este ouro si não nas alfandegas de onde sahia a quota principal das rendas publicas?

Apreciando o movimento intensissimo da bolsa, que continuava em crescendo, no decorrer de 1890, dizia Souza Ferreira "que se durante os ultimos mezes do imperio e da administração do Visconde de Ouro Preto o furor em organizar bancos fôra agudo, estimulado maximé pelos favores offerecidos aos bancos intermediarios nos chamados auxiliares á lavoura" não menor o ardor mostrado durante 1890.

Á opinião publica alarmara o prurido legislativo em materia financeira. O ministro, embora instigado pelos melhores sentimentos, feria interesses respeitaveis offendendo direitos dos estabelecimentos que já nos ultimos mezes imperiaes haviam adquirido o direito á emissão.

A questão da circulação fiduciaria ficara reduzida a este ponto: o Banco da Republica teria autorização para emittir 600.000:000$ sobre o deposito de 200.000:000$000 em ouro além do qual ficava a emissão autorizada dos bancos estabelecidos em Porto Alegre, S. Paulo, Bahia, e Belém.

Além do grande Banco dos Estados Unidos do Brasil. organizado em fevereiro de 1890 haviam surgido numerosissimos estabelecimentos de credito em lista formidavel.

Rondavam-n'os os especuladores, ardentes, cobiçadores de privilegios com os quaes esperavam rapido enriquecimento.

Assim a praça fluminense se alarmara com a noticia da fundação de grande banco hypothecario por meio de capitaes

estrangeiros e dotado de largos privilegios. Nos meios financeiros começaram a circular noticias desagradaveis sobre este e outros estabelecimentos de credito alguns delles até emissores cujas primeiras operações se envolviam de certo segredismo.

Estabelecera-se, ao mesmo tempo, a proposito do papel de taes bancos, bastante balburdia occasionada pelos decretos que, fixando zonas de circulação ás emissões bancarias, fizeram com que as notas do Banco dos Estados Unidos não tivessem curso fora do Rio de Janeiro e que os bilhetes dos outros bancos ahi não corressem. Fôra este transtorno solvido.

Era voz publica porém que as notas dos bancos dos estados invadiam a praça fluminense em desfavor da circulação local; ainda que taes bilhetes não pudessem ser recusados nem pelas estações fiscaes, nem pelos bancos emissores. Outros estabelecimentos não queriam recebel-os comtudo em pagamento, havendo no commercio certa duvida em acceital-os e trocal-os.

As concessões de toda a especie avultavam diariamente, entre ellas sobresahiam as ferroviarias.

A tal respeito dizia ironicamente um articulista:

Que se todas ellas, outorgadas em 1890, chegassem a se realizar, ficaria a Republica dotada de uma rêde de 20.000 kilometros pouco mais ou menos, além da extensão actualmente em trafego, (pouco mais de 9.000).

Durante a segunda administração do Conselheiro Antonio Prado na pasta da Agricultura, o governo adoptara o systema de garantir 6 % de juros sobre 30:000$000 por kilometro de estrada de ferro de reconhecida utilidade.

Tal decisão abrira as portas aos maiores disparates, pois os concessionarios tinham interesse em alongar o mais possivel o leito das estradas. Observando-se tal regimen obras de elevado custo seriam supprimidas. Era mais facil contornar uma montanha do que a perfurar. E mais conveniente tambem quando deste desvio resultasse augmento na garantia de juros.

As fusões de diversas companhias ferroviarias estavam em moda, muitas dellas feitas atabalhoadamente. E no emtanto envolviam, por vezes, operações do maior vulto.

O acontecimento deste genero e da maior importancia durante o anno fôra a organização da *Empresa Geral,* operação em verdade gigantesca destinada a conglobar todas ou ao menos a maior parte das estradas do centro do Brasil em uma só grande empresa. O capital fôra fixado em Rs. ..... 200.000:000$ e até o fim do anno e ella já adquirira toda a

vasta rêde da Leopoldina, a Linha de Minas e Benevente e outras da região cafeeira.

Commentando o derrame das multiformes e numerosissimas empresas de todo o genero creadas em 1890 dizia o articulista do *Jornal do Commercio*:

E' difficillimo, sinão impossivel, offerecer uma resenha resumida de tudo quanto aconteceu na praça do Rio de Janeiro durante 1890.

Tantas, em numero, e tão diversas, nos fins, as companhias organizadas, que talvez seja mais conveniente dizer que só o tempo mostrará quaes destas empresas possuem a vitalidade necessaria á existencia. Fôra o decreto de 17 de Janeiro de 1890 o estimulador desta movimentação extraordinaria de capitaes. Conjugava-se ao que organizara os bancos de emissão.

Criticando este estado de coisas dizia o retrospectista que se vira tamanho movimento de valores em titulos na Bolsa, que tal circumstancia causara aos espiritos mais conservadores bastante receio. A 6 de junho fizera o ministro publicar uma declaração explicativa de uma clausula do decreto de 17 de janeiro, relativa ás companhias estrangeiras.

A 13 de outubro novo decreto reformara o de janeiro, augmentando a proporção do capital pago, para que as companhias anonymas pudessem installar-se com 10 a 30 % e operar com 30 a 40 %, sendo o capital pago antes que as acções pudessem ser transferidas.

Esta medida se tomara com o louvavel proposito de restringir o mais possivel a furia organizadora de novas companhias. Para tanto parecia adequado o correctivo. Era a molestia grave demais para se alcançar instantanea cura. Em todo caso nos ultimos tempos haviam apparecido novas empresas felizmente menos extravagantes.

O decreto de 4 de novembro preenchera sensivel lacuna, especificando regularmente ás empresas que gozavam de direito de livre entrada nas alfandegas para os varios generos necessarios ao seu desenvolvimento.

Nada mais expressivo do que o quadro com a relação geral dos bancos companhias fundadas em 1890 na praça do Rio de Janeiro. Nada menos de trinta e trez bancos e duzentas e quarenta e uma companhias! com cerca de um milhão e quatrocentos mil contos de capital!

Assim pois verificaram-se chamadas de capital:

	Contos de réis
No primeiro trimestre de .	251.850
No segundo trimestre de .	62.416
No terceiro trimestre de .	558.180
No quarto trimestre de .	501.410
Total	1.337.856

O volume dos capitaes inscriptos nos novos estabelecimentos bancarios e companhias de toda especie, haviam dest'arte attingido no segundo semestre de 1890 a cifra verdadeiramente astronomica, a mais de um milhão de contos de réis!

Quem procurar a lista destas empresas ficará surpreso com alguns dos titulos dessas empresas do *Ensilhamento* curiosos, pittorescos por vezes grotescos até como *Companhia Locadora Immigratoria, Companhia de Lavanderias e Banheiros, Companhia Industrial de Encaixotamentos, da Pharmacopea Nacional,* de *Garantia aos Locadores* etc. etc.

Algumas destas companhias propunham-se a fins absolutamente phantasticos, outros a fabricação de productos compativeis apenas com o estado industrial o mais avançado das grandes nações de velha civilisação.

A exportação da praça do Rio de Janeiro podia se dizer resumia-se desde muito a um só artigo, o café, que continuava a ser o unico genero de grande e incontestavel valor.

A industria assucareira é que via deante de si futuro assaz carregado. Cada vez mais se annunciava o triumpho da beterraba nos mercados europeus.

Felizmente nos Estados Unidos ainda não tomara raizes solidas.

Os grandes engenhos centraes viviam muito mal. O de Quissaman não distribuia dividendos.

Os de Bracuhy e Porto Feliz haviam sido vendidos por preços infimos, em relação ao valor primitivo.

A borracha, esta sim, tinha larga perspectiva ante os olhos. Emquanto o Brasil possuisse virtualmente, como até então, o monopolio do café e da gomma elastica estes dois productos magnificos não deixariam que o paiz se reduzisse ás condições financeiras vigentes nas republicas do Prata.

Cada vez mais se evidenciava a importancia das boas estimativas da safra cafeeira.

Os commissarios fluminenses assumiam a obrigação de fornecer ao publico a avaliação das colheitas em dezembro e fevereiro.

Informação que parecia fidedigna levava-os a orçar a colheita de 1890-1891 em 3.500.000 saccas, contra as ...... 2.500.000 orçadas pela junta dos commissarios.

A' vista das mil e uma contingencias a que estava sempre exposta a colheita de café, parecia da maior conveniencia que os commissarios restringissem os calculos a um só definitivo e organizado em fevereiro, quando os dados que possuissem estes representantes directos dos fazendeiros pudessem assignalar os mercados consumidores com quasi certeza, qual o algarismo da colheita vindoura.

A responsabilidade dos commissarios não era pequena: estimativas exactas durante dois ou trez annos lhes haviam dado importancia immensa.

Por outro lado, qualquer impensado esforço de illegitimidade tendenciosa para influir sobre os mercados consumidores por meio de algarismos hypotheticos redundaria infallivelmente no desprezo das estimativas futuras.

A questão era pois da maxima importancia.

Antes de fevereiro de cada anno tornava-se prematuro o calculo das colheitas com bases de real acerto.

Em dezembro de 1890 calculara-se entre quatro e meio a cinco milhões a safra da zona tributaria do Rio de Janeiro e entre trez e meio a quatro milhões a de Santos.

A praça cafeeira fluminense ficara sobremodo alarmada com o facto de uma concessão, dada ao Sr. Carneiro Brandão, em setembro de 1890, pelo qual o concessionario obtivera certos privilegios, vigorosamente atacados não sómente pelos commissarios de café como pelos exportadores.

Afinal os bons officios dos proprios ministros haviam conseguido que tal privilegio se cancellasse.

Dizia o analysta que os cafeicultores fluminenses faziam grandes esforços para conseguir reerguer a producção do Estado e colocal-a, na posição proeminente que sempre occupara no commercio nacional. O governo estadual não duvidara em emprestar o seu credito a fazendeiros que pareciam dispostos a fundir diversas fazendas em uma só empresa.

A companhia *Nova Era Rural do Brasil* com um capital de 25 mil contos fôra o resultado desta nova orientação dos fazendeiros.

Assim seriam os resultados promptos e favoraveis, pois

ninguem podia observar a decadencia da ex-provincia do Rio de Janeiro sem que se lhe constringisse o coração.

O que cada vez mais se tornava insufficiente era o serviço de estatistica no Brasil.

Achara o governo conveniente supprimir a unica publicação que fornecia dados relativos ao commercio o *Boletim da Alfandega*. Tornara-se trabalho insano colligir qualquer informação.

Nada se sabia dos orçamentos e as tabellas com a collecção de decretos, privilegios etc. achavam-se esparsos pelo *Diario Official*. Existia no emtanto uma directoria de estatistica; si esta repartição já produzia qualquer coisa estava ainda a chave do mais guardado e severo sigilo.

Não se comprehendia a repugnancia que as repartições publicas mostravam pela estatistica: e entretanto, sem ella todos os cidadãos desde a alta administração do Estado até o mais modesto concorrente andavam mais ou menos ás apalpadelas, era obvio recordal-o.

Na opinião do restropectista do *Jornal do Commercio* o anno de 1890 demonstrara como o commercio de café se transformara nos ultimos annos dando isto que pensar aos interessados em tão importante ramo de trocas internacionaes.

Quando alguem se lembrava que era o café que fornecia em grande proporção ao Brasil os meios de fazer face aos seus compromissos no estrangeiro, pois cada sacca do precioso grão representava ouro, ninguem deixaria de estudar o movimento das entradas e da exportação, com o mesmo interesse com que nos Estados Unidos os verdadeiros financeiros tomavam notas quasi diarias, das receitas e da exportação de algodão. Havia um paralelo a este respeito, quanto ás duas republicas, pois cada uma dellas monopolisava um artigo de grande consumo.

Relativamente ao commercio cafeeiro, no Rio e Santos, podia se dizer que a navegação a vapor e o telegrapho tinham revolucionado os processos do negocio. A transacção consistia agora em vender o café antes do embarque ou em outras palavras, o commercio do Rio e de Santos, procurava impôr aos mercados consumidores os riscos das fluctuações desde o dia de embarque até o da chegada da mercadoria ao porto de destino. Não se poderia censurar esta determinação dos exportadores do Brasil; vendiam a mercadoria por preço fixo em ouro e o comprador sabia o que teria de pagar.

Mudança mais radical e de anno em anno mais apparente viria a ser seguinte. Convinha prevenir não somente aos fa-

zendeiros como tambem a seus representantes directos os commissarios, que, quasi certamente, os mercados do Brasil, d'ahi por deante, teriam de conservar existencias relativamente maiores, que as anteriores. A facilidade com que se encommendavam remessas de café pelo telegrapho a facilidade com que as mesmas remessas podiam ser recebidas por vapor, forçosamente influiriam sobre os mercados estrangeiros e as existencias alli seriam reduzidas, ao passo que no Brasil iriam em augmento.

Sem se pretender doutrinar aos mais praticos commerciantes convinha lembrar que elles proprios não podiam receber com desdem um aviso digno de nota: a gradual reducção das existencias do café nos mercados consumidores. Procurava o analysta mostrar estreita a correlação entre os preços de café e as taxas cambiaes mez por mez, tomando como base a qualidade *primeira ordinaria*.

Janeiro:

9$650 por a	23,3/16 d.
9$900 por a	26,1/4
10$000 por a	24,3/8

Fevereiro:

10$400 por a	24 d
10$800 por a	24,1/8

Março:

10$400 por a	23,7/8
11$500 por a	22,1/2
11$700 por a	22 d

Abril:

11$700 por a	20,7/8 d

Maio:

11$400 por a	22

Junho:

12$000 por a	21,1/4
11$000 por a	22,3/4

Julho:

10$800 por a 23,1/8

Agosto:

11$400 por a 22,5/8

Setembro:

11$400 por a 22,1/4
11$600 por a 22,3/8

Outubro:

11$000 por a 23,3/8
9$700 por a 23,7/16

Novembro:

10$500 por a 23,1/8

Dezembro:

10$600 por a 22,7/8

Assim se firmava o conceito que deveria perdurar muitos annos entre os nossos lavradores: cambio baixo e café alto e vice versa.

Novas firmas exportadoras enviavam grandes massas aos portos do Exterior como Arbuckle Brothers, Hard Rand, Edward Johnston, Norton Megaw etc.

Assim se dividira a exportação em 1890, sahida do porto do Rio de Janeiro.

	Saccas
Estados Unidos	1.871.519
Europa etc.	861.081

O stock mundial de junho de 1890 era de 2.417.000 saccas, sobrando escasso pois, para as necessidades de um commercio mundial da cultura do café.

CAPITULO VI

A crise politica de janeiro de 1891 — Demissão do Governo Provisorio — Organização do gabinete Lucena — Oposição parlamentar a Ruy Barbosa — Palavras de Bulhões — Defesa de Ruy Barbosa

A 21 de janeiro de 1891 e após largo dissidio com o Chefe do Estado demittia-se o Governo Provisorio e com elle Ruy Barbosa.

No dia seguinte, ao Gabinete de 15 de novembro de 1889 succedia o Ministerio do Barão de Lucena.

A Ruy Barbosa substituiu na pasta da Fazenda o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe.

Penosa successão iria encontrar este ministro.

Já viviam as praças em fortes difficuldades; o cambio a baixar cada vez mais, o commercio legitimo a debater-se no meio de incertezas, o credito cerceado gradativamente com a apertura geral por parte dos infelizes e ingenuos *patinhos* subscriptores dos titulos das empresas fantasmagoricas do *Ensilhamento*.

Commentando estes factos em sua *Historia Constitucional da Republica*, escreveu Felisbello Freire:

"Foi uma época de jogatina nunca vista entre nós. Verdadeiras aventuras em que a audacia de uns sacrificou a ingenuidade de outros. Fortunas que existiam desappareceram. Typos que de vespera se apresentavam mendigando um pão do Estado, em um decreto de nomeação, apresentavam-se millionarios. Possuir fortunas facilmente adquirida foi o caracteristico da época. Os advogados, medicos, artistas, operarios, negociantes, agricultores, lavradores, todos abandonaram suas profissões, ficando sob a ambição do jogo e a pressão da riqueza."

Commentando a sahida dos ministros de 15 de novembro traçou Dunsches de Abranches no seu volume sobre o *Governo Provisorio*, asperos conceitos sobre a actuação financeira do

gabinete que "afogara logo no berço a Republica no regimen desgraçado dos largos derrames de papel-moeda e das mais odiosas e inqualificaveis indemnisações."

Os desastres do Ensilhamento foram levados ao plenario do Congresso Nacional, quando a opposição ao Governo do Marechal Deodoro começou a se mostrar cada vez mais forte, por causa das proximas eleições presidenciaes.

Levantaram-se vehementes e autorisadas vozes contra a politica financeira de Ruy Barbosa.

Em discurso de 19 de janeiro de 1891, dois dias antes da demissão do Governo Provisorio, severamente censurava Leopoldo de Bulhões a actuação do Ministro da Fazenda.

Nunca se vira dizia, a circulação fiduciaria tão desenvolvida, com caracter tão accentuado e definitivo, como nas condições em que o titular da pasta a collocara. Estava-se em frente de duas escolas; uma que considerava o papel-moeda a divida mais onerosa de um paiz, verdadeira calamidade publica, como perturbadora constante dos cambios; a outra, a do Ministro da Fazenda, que entendia innocente o papel inconversivel, excellente agente de circulação que nenhum inconveniente produzia, nenhuma influencia exercia nos preços e nas taxas cambiaes.

Felizmente para o futuro do paiz, declarava, acabaria preponderante a primeira de taes escolas. Fôra a que dominara desde os primeiros dias do Brasil nação e achava-se agora em momentaneo eclypse.

Depois de chamar erradas as idéas do ministro sobre o cambio, observava que quando este se achava a 22, exprimindo a depreciação do papel inconvertivel de 22 %, depois das emissões dos bancos, cahira a 19, o que significava uma depreciação de 42,1%.

Desceria provavelmente a 14, como no tempo da guerra do Paraguay, traduzindo uma depreciação de 92,83 % da moeda fiduciaria, se os bancos emissores obtivessem permissão para esgotar a sua carteira emissora.

A seu ver, era inegavel a influencia do papel inconversivel sobre o cambio e a medida do ministro convertendo as apolices da divida publica em papel-moeda não fôra outra coisa sinão fazer desapparecer uma divida para crear outra muito mais onerosa.

A depreciação da taxa cambial pela inflação trazia inevitavel alta do custo de vida, minguava o valor dos salarios, dos contractos, recahia sobre a arrecadação fiscal.

Em sua peroração expendia o illustre parlamentar goyano

que o papel-moeda, sempre considerado expediente pessimo, perigoso meio de satisfazer necessidades imperiosas do Thesouro, e de que só se lançava mão em occasiões de verdadeiro *salus populi*, fora transformado em agente natural de circulação.

A Ruy Barbosa accusou de incoherente, levado á reconsideração de actos. Assoberbado pelas difficuldades perdera a norteação segura que outróra o caracterisara. Tudo quanto previra sahia ao contrario, a moeda fiduciaria depreciara-se e o cambio baixava.

Foram as ultimas palavras de Bulhões de verdadeira deprecação. Appellando, em nome dos mais caros interesses da patria, e da Republica, nascente, que se abandonasse de vez os principios dessa funesta escola economica, recusando-se a ver na inconvertibilidade do papel-moeda, a causa da depreciação, das flutuações bruscas e assombrosas dos cambios estrangeiros, a fonte perenne de todas as graves perturbações da vida economica nacional.

Em seu relatorio de ministro da Fazenda referente a 1890 recordou e allegou Ruy Barbosa que teve immensas difficuldades a vencer, enfrentando idéas e pretenções ora de desvairados ora, frequentemente, de inescrupulosos partidarios de um inflacionismo absolutamente vertiginoso.

Aberta a comporta á violencia da torrente desencadeada tal se mostrara esta que não permittira a menor diminuição da area de vazão.

"Ninguem poderia imaginar o que fora então o descommedimento das pretenções, neste terreno, onde as exigencias particulares de toda ordem bastariam de per si sos, para extenuar e desacoroçoar um ministro da Fazenda.

Subiria provavelmente, a mais de um milhão de contos a importancia total da emissão, si se houvesse de attender ás solicitações, que se desencadearam em torno do governo."

Depois de examinar os diversos meios que se lhe antolhavam para o represamento da furiosa onda papelista, entendera que o unico proveitoso seria passar da multiplicidade emissora á unidade.

Era o rumo que lhe impunha a experiencia universal, mas, ainda e com maior força, a propria experiencia, "a experiencia laboriosa, reflexiva, attentissima, abundantissima em lições de um anno de governo."

Esta unidade precisava, porém, de solida base e esta se constituiria mercê da fusão do Banco Nacional do Brasil,

presidido pelo conde de Figueiredo e do Banco dos Estados Unidos do Brasil, dirigido pelo Conselheiro Mayrink.

Funccionariam sob o titulo de Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil, o que traria a uniformisação da moeda bancaria no Brasil.

Preparar-se-ia, ao mesmo tempo, a circulação metallica pelo resgate do papel-moeda e subordinação do movimento emissor á influencia de regulador assaz poderoso para dominar o mercado.

Como lhe pudesse arguir porque então já não assim agira, desde os primeiros dias do novo regimen, appellava Ruy Barbosa para os argumentos de ordem politica.

Fora preciso, em primeiro lugar, que o Governo Provisorio desse aos Estados da novel Federação arras de seus sentimentos descentralisadores. Dahi a necessidade da creação de bancos regionaes. A delicadeza do regimen nascente não permittiria efficaz reforma de grande vulto. E depois a situação contractual privilegiada do Banco Nacional, mercê de ajustes com o ultimo ministerio imperial, afim de proceder ao resgate do papel moeda, só poderia ser liquidada com muito gravame para o Thesouro. Occorria ainda a circumstancia de que seria encarada e explorada contra elle como um golpe na fé dos contractos e uma ameaça geral aos interesses fundados na palavra da administração brasileira.

E revidando a pécha de incoherencia que acaso lhe assacassem os inimigos, declarava Ruy Barbosa que longa serie de evoluções o tinham levado de um ponto de partida muito diverso ao termo final do seu plano financeiro por meio de experiencias que affirmava se traduziam em fructos de prosperidade para o Brasil.

E accrescentava:

"Outros substituirão o qualificativo de *evoluções* por *contradições*. Pouco importa. A natureza, a realidade humana, a pratica do governo são sempre contraditorias, aos olhos do pirronismo, da intransigencia, do espirito de seita, que nunca souberam sinão dogmatizar e destruir."

CAPITULO VII

A luta parlamentar contra o inflacionismo em 1891 — Criticas de Oiticica e Demetrio Ribeiro — Eleição de uma commissão parlamentar para o estudo da situação — Palavras do Barão de Lucena — Defesa de Ruy Barbosa — Forte oposição parlamentar á orientação financeira do Governo — A crise de novembro de 1891

A 15 de junho de 1891, quando o Ensilhamento attingira o auge, a mensagem presidencial ao Parlamento na parte relativa á situação financeira mostrou assaz sumaria.

O regimen financeiro nacional teria necessariamente de soffrer alguma transformação, logo que ficassem bem delineadas as bases para discriminação das rendas, e despezas federaes, estaduaes e municipaes, lembrava o presidente.

Recordava-se depois que a expansão das industrias, e do commercio e as novas regalias conferidas por diversas leis promulgadas, ultimamente, aos que viessem residir no Brasil, haviam concorrido para o progressivo augmento do consumo e, por conseguinte, das rendas publicas, orçadas em Rs. ..... 160.000:000$000 para o exercicio de 1889, poderia ser calculadas para o de 1891 em 200.000:000$000, mostrando um accrescimo annual de 22 %.

Ao ver da mensagem, as difficuldades orçamentarias eram muito pequenas.

Muitas das despezas que pesavam sobre o orçamento e creadas em circumstancias anormaes, poderiam ir sendo annuladas ou restringidas com a entrada no regimen regular.

Tudo pois, fazia crer que, sinão já, ao menos dentro em breve periodo, poder-se-ia conseguir o equilibrio, sem novos onus para os contribuintes, si houvesse prudencia na decretação das despezas, perseverança em não exceder os creditos votados e escrupulosa regularidade na arrecadação das rendas."

A 15 de junho de 1891, abriam-se as sessões ordinarias do Congresso Nacional. A 23 de julho immediato encetava-se

a reacção contra a politica inflacionista, partindo da commissão da Fazenda e Industria. Nella figurava o deputado alagoano Francisco de Paula Leite Oiticica que gosava de renome de abalisado financista.

Affirmava o parecer da commissão que se tornava insustentavel para o paiz a situação das praças, em virtude da baixa extraordinaria do cambio e da desconfiança nellas reinante de modo a produzir abalo profundo em todas as relações commerciaes, dahi provinha enorme alta no custo da vida.

Tal perturbação se devia sobretudo a excesso de moeda fiduciaria e á falta de confiança inspirada aos estrangeiros pela ausencia de garantias effectivas metallicas dessa moeda.

A circulação nacional fôra levada á depreciação pela imposição do curso sem obrigação de convertibilidade, o que, de um lado, privava de todo o corretivo a má applicação dada aos bilhetes emittidos.

Era isto o que permittira aos bancos emissores entregar-se á especulação em titulos de sociedades anonymas industriaes, desvirtuando-se-lhe o papel.

As circumstancias que regulavam a vida nacional brasileira, a profunda paz do paiz, o desenvolvimento da producção, o augmento da riqueza publica, não justificavam, de todo, a baixa cambial que além de tudo, depreciava as cotações dos titulos da divida externa, cerceando o credito da Nação.

O proseguimento de tal situação, vaticinava Oiticica, traria fatalmente o descredito do paiz, que até então conseguira satisfazer seus compromissos.

Pouco depois, a 20 de agosto de 1891, apparecia, na tribuna da Camara, o antigo collega de Ruy Barbosa, no Governo Provisorio, e acerbo contrariador de seus planos, Demetrio Ribeiro.

Requereu ao Parlamento a eleição de uma commissão especial de cinco especialistas em finanças para estudarem, entre outras coisas,. a situação e o conveniente resgate do papel moeda contractado com o Banco da Republica, a revisão dos contractos com os bancos emissores no sentido de se unificar o padrão da moeda fiduciaria da qual o Estado assumira, ou não, a garantia, limitar as emissões, desde logo, á quantia em circulação, e valorizar o papel moeda. Já pela restricção do maximo da emissão, já pelo restabelecimento dos depositos em ouro garantidores das emissões bancarias, já pela redução gradual, mas perseverante e ininterruptivel da circulação fiduciaria garantida ou não pelo Thesouro...

Ficou a commissão composta de Demetrio Ribeiro, Leo-

poldo de Bulhões, Serzedello Correia, conde de Figueiredo e Conselheiro Mayrink.

Menos de um mez mais tarde a 16 de setembro arbitrava medidas das quaes as mais importantes eram:

Limitação das emissões ás cifras verificadas no momento, não podendo continuar a emittir banco algum.

Exonerar-se o Banco da Republica do resgate do papel-moeda, ficando sem effeito o ultimo contracto celebrado entre elle e o Governo.

Resgate do papel-moeda, destinando a este fim os juros das apolices que serviam de lastro ás emissões bancarias e recursos que o orçamento consignaria.

Unificação da moeda fiduciaria.

Causou este projecto a melhor impressão ao publico, frisaria o retrospecto do *Jornal do Commercio* para este mesmo anno de 1891. Vivia este talvez mais assustado pela possibilidade de novas emissões de que mesmo pelas difficuldades decorrentes da massa de papel em circulação.

Em principios do segundo semestre de 1891, cada vez mais angustiosa se apresentava a situação bolsista.

Baixavam os titulos assustadoramente.

Relatava um parlamentar na sessão da camara dos Deputados a 26 de agosto que no segundo semestre de 1891 a situação dos negocios começara a transformar-se. Era o inicio da fase de depressão. Aperturas no commercio, queda cambial, restricção de credito, difficuldades por parte dos subscriptores para a realização das entradas relativas ao capital das companhias, emfim, prejuizos imminentes e aprehensão geral.

Na Bolsa os pregões dos titulos accusavam franco declinio. As acções da Companhia Geral de Melhoramentos do Brasil, que se haviam vendido a 750$ e até 800$, sendo crença firme de que attingiriam um conto de réis por titulo, baixavam a 41$000, mas levado em conta o seu desdobramento em quatro, o preço era de 164$, as do Banco Constructor cahiram de 400$ a 140$; as da Companhia Sapucahy, com entradas de 140$ valiam 45$; ás do Banco Universal estavam sem compradores; as de todos os demais bancos, inclusive os da Republica, Rural e Hypothecario e do Brasil, mantinham-se em franca depreciação.

Começavam as directorias de bancos e empresas a urgir os subscriptores para as entradas e estes, sem recursos, não podiam corresponder a taes appellos.

Em julho havia na praça do Rio de Janeiro bancos com um capital de 1.437.920 contos! e companhias com o de

2.463.315! Deste total de 3.901.235 contos! eram chamados insistentemente 1.541.249 ainda!

O Barão de Lucena caracterisando o recente periodo de febre papelistica que avassalara o Brasil a tal respeito proclamava em termos candentes, a 18 de setembro de 1891:

"As empresas e companhias multiplicaram-se em progressão espantosa, de tal sorte que ultimamente já escasseavam ao genio inventivo denominações para o lançamento de empresas, tanto aos incorporadores como aos tomadores.

Taes companhias e empresas eram offerecidas á subscripção suportando logo as grandes despesas da incorporação ou a commissão dos bancos que se encarregavam de lançal-as. Formavam-se directorias mais ou menos apparatosas, com retribuições avultadas; na febre do jogo todos os titulos rivalisavam em procura e agio, e quasi não havia quem não se deixasse arrastar pela sedução dos *papeis*, cada dia mais procurados, fosse o objectivo uma utopia ou uma fundada esperança no exito."

Poucos dias antes, ironicamente frisara um membro da Camara dos Deputados a denunciar as manobras que naquella época eram chamadas *chimicas!*

"Existem mais bancos no Rio de Janeiro do que na praça de Londres, seu capital nominal é de 1.690.000 contos, e o realisado de 714.000." Na praça do Rio só existiam elementos para tantas organizações bancarias pelo jogo de cauções das acções de uns em outros bancos.

A 19 de setembro aparecia, perante a Camara, uma exposição do Poder Executivo contrariando os planos da commissão. Mostrava-se inteiramente favoravel ao Banco da Republica e ao desenvolvimento das emissões, que se propunha monopolizar, já tendo mesmo, segundo os termos do decreto de 7 de dezembro, adquirido o direito emissor do Banco do Brasil.

Este plano voltava ás emissões sobre apolices no que faltava para integrar a circulação em 600.000 contos, propondo-se a entregar ao Estado os depositos metallicos dos bancos, mediante substituição, por titulos federaes de amortização e juros em ouro.

Tal deposito ascendia a 67.000 contos de réis dos quaes 60.757 no Banco da Republica, e o resto em dois bancos da Bahia (4.000) e em um de Pernambuco. Mas desta somma o que havia em ouro era apenas 27.843 contos de réis, estando o resto convertido nas apolices de 1889.

O Senado pendeu para o acatamento das suggestões do

Executivo, mas o mesmo não se deu com a Camara dos Deputados, que a ellas se mostrou muito adversa.

Resolveu-se então a creação de uma commissão mixta de seis senadores e nove deputados.

Escreve Antonio Carlos de Andrada que "o espirito dominante no seio da commissão era, claramente, o de reagir contra o Banco da Republica. Principal banco emissor, havendo já encampado as notas do Banco do Brasil, caminhava para a monopolização. Tal privilegio, entretanto, estava sendo exercitado antes para o mal do que para o bem.

Suas emissões justamente em outubro, tocavam a algarismo elevado, e, conforme resultava de seus balanços muito pouco se havia destinado ás operações legitimas, calçando o resto á estimulação do jogo bolsista.

A execução do resgate do papel-moeda, obrigação em troca da qual haviam sido concedidos importantes favores, estava sem execução.

Por todos os motivos, pois, havia o banco de ser o alvo principal do movimento reaccionario. O governo entretanto, tendo á frente o Ministro da Fazenda, Barão de Lucena, dava á administração do instituto o maior apoio, propugnando sua reorganização com favores novos.

O Conselheiro Mayrink, presidente do Banco, aliás, membro da Commissão, e seu unico dissidente, defendeu ardorosamente o ponto de vista do Governo mas a Camara, sob a justa impressão de que os males do momento decorriam das emissões bancarias, foi além da commissão e collocou-se em attitude quasi radical.

Por grande maioria aprovou a 19 de outubro, o dispositivo limitando as emissões do Banco da Republica, e, rejeitou o dispositivo facultando aos bancos regionaes completar suas emissões.

Debates acaloradissimos acompanharam os tramites do projecto que a 28 de outubro recebia redacção final sendo remettido ao Senado.

A attitude da Camara, diz o *Retrospecto do Jornal do Commercio*, impressionou bem a opinião, merecendo applausos de parte da imprensa.

Os titulos externos subiram um pouco; o cambio melhorou, chegando a 14 ½.

Observa ainda o *Retrospecto* de 1891 que o Barão de Lucena telegraphara á Casa Rotchild descrevendo-lhe favoravelmente a situação politica e financeira do paiz mas o correspondente do *Jornal do Commercio* affirmava que na capital

ingleza havia muito scepticismo a tal respeito e o temor de que se não puzesse *um cravo á engrenagem das machinas de papel pintado.* (sic).

A 3 de novembro entrava o projecto em terceira discussão no Senado o que dava ensejo a que Ruy Barbosa pronunciasse celebre discurso defendendo o seu programma e actuação de ministro.

Desta notavel peça oratoria diz Antonio Carlos de Andrada, que "seu merito, no tocante á eloquencia, ao primor da forma, á força, á habilidade de dialectica, e aos extraordinarios recursos do grande orador, é excepcional; mas, quanto á essencia da questão monetaria, teria de ser mais tarde vantajosamente destruido, não só pelas orações que, no curso dos debates, lhe seriam oppostas, como sobretudo, pela força dos factos. A responsabilidade, recahia porém, não só sobre o primeiro Ministro da Fazenda da Republica, como tambem, e em grande parte, sobre os que ainda na presidencia do marechal Deodoro da Fonseca, a elle immediatamente haviam succedido na direcção do Ministerio das Finanças."

Nesta mesma data decretava o Marechal Deodoro a dissolução do Congresso. Vinte dias mais tarde, como se sabe, occorria a contra revolução do Contra Almirante Custodio José de Mello, que levava ao poder o Marechal Floriano Peixoto.

Commentando o caso relativo á questão que dera ensejo ao dissidio dos poderes, escreveu o retrospectista do *Jornal do Commercio,* que a contra revolução victoriosa viera sustar, no *Diario Official* a publicação do decreto que elevava a 600.000 contos a emissão do Banco da Republica.

Ao dissolver o Congresso Nacional, a 3 de novembro de 1891, allegava o Marechal Deodoro da Fonseca que a situação financeira e economica do paiz era prospera.

Explicando os meios pelos quaes o Congresso combatera o seu governo invocava ainda o presidente o recurso empregado pela Camara dos Deputados como arma de guerra, sem attender a que a primeira victima sacrificada seriam as nascentes instituições republicanas.

A pretexto de que a situação financeira era de completa ruina, e de que colossal *defict* se verificava entre a receita e a despeza, a Camara desorganizara a maior parte dos serviços creados, cortando ou suprimindo verbas indispensaveis á boa marcha da administração.

A exaggeração do *deficit* orçamentario, completamente eliminado com o simples recurso do corte de despezas, e a

elevação de algumas tarifas aduaneiras, bastaria para demonstrar quanto eram vastos os recursos do paiz.

Era preciso notar-se, que o Governo satisfizera pontualmente todos os compromissos do Thesouro.

Apezar de confirmados officialmente todos estes factos, insistira-se, da tribuna parlamentar e em varios orgãos da imprensa, adversos ao Governo, que a situação nacional era a da bancarrota, com um deficit orçamentario superior, em dois terços, á receita ordinaria.

Retrucando ao presidente, accusava o manifesto do Congresso dissolvido, datado de 4 de novembro de 1891, o governo gravemente. E entre outros topicos de ordem economica allegava que em pleno dominio da legislatura vigente, creara cargos publicos de privativa atribuição do Congresso, e, legislara sobre sociedades anonymas, levando a prepotencia a crear direito novo considerando licito o que era declarado criminoso pelas leis vigentes.

A parte do manifesto que se refere ao estado das finanças, era verdadeiramente infeliz.

Pagina arrancada dos debates interesseiros da Bolsa, este ponto reflectia em si a reproducção de exigencias inacceitaveis, já excluidas pelo Congresso com o applauso da melhor opinião no assumpto.

Assumindo o Governo affirmou o Marechal Floriano Peixoto, que a administração da fazenda publica, com a mais severa economia e a maior fiscalização no emprego das rendas do Estado, seria uma das suas maiores preoccupações. Povos novos e onerados de dividas nunca poderiam ser felizes, e nada augmentava mais as dividas dos estados do que as despezas sem proporção com os recursos economicos da nação, as forças vivas do trabalho, das industrias e do commercio, donde provinha o desequilibrio dos orçamentos, o molestar social, a miseria. Esperava que, fiscalizada e economizada a fazenda publica mantendo a ordem no paiz, a paz com as nações estrangeiras, animado o trabalho agricola e industrial e reorganizando o regimen bancario, os abundantes recursos do solo valorisariam progressivamente o meio circulante, depreciado para as permutas niternacionaes, fortificando-se o credito do Brasil no interior e no exterior.

A 18 de dezembro de 1891, reabriram-se as sessões do Congresso e o vice-presidente fazia um retrospecto da seria situação financeira do paiz.

A 19 de setembro, enviara o Marechal Deodoro ao Parlamento uma mensagem que se propunha a demonstrar as

causas geradoras da crise perturbadora do movimento commercial e industrial do paiz, e, ao mesmo tempo estudar as condições economicas e financeiras então dominantes. Indicava, ao mesmo tempo, as medidas que em seu conceito, poderiam remover os graves embaraços que affligiam as classes productoras.

Já era o importantissimo assumpto objecto da attenção e solicitude do Congresso.

As difficuldades que então tanto o preoccupavam, não haviam desapparecido e pelo contrario se aggravado.

A grande producção de café em que se confiava, para a elevação da taxa cambial, tivera, era certo, entrada regular no mercado, sem que, entretanto, melhorassem as suas condições. O cambio que, nos termos da mensagem, "cahia gradativamente, por forma tão pertinaz e caprichosa, que todas as providencias administrativas falhavam em suas diversas applicações", continuara com a mesma tendencia á baixa, embora houvesse melhorado com a queda do governo do Marechal Deodoro.

Mostrava-se o vice-presidente optimista comtudo.

A situação do Thesouro podia, por meio de providencias acertadas, tornar-se proximamente favoravel, sendo fechado o periodo dos deficits orçamentarios, o que concorreria efficazmente para a alta do cambio e a elevação do credito nacional nos mercados monetarios do exterior.

Preparava-se a derrocada fragorosa daquellas empreitadas insensatas de bancos e companhias que o diluvio das emissões fizera brotar em numero prodigioso e cujos capitaes excediam de muito todas as economias existentes no Rio de Janeiro e capazes de serem aplicadas no desenvolvimento das industrias.

Explicava o retrospectista do *Jornal*, lucidamente, o processo do estrondoso desabar do Ensilhamento.

Para o vortice daquelle tonel das Daneidas eram reclamadas as novas affusões da torrente emissora; sob o pretexto illusorio da escassez do numerario. Mas emittir, com lastro cada vez mais baixo passara a ser difficil á vista da intransponivel barreira da baixa cambial que tornava impossivel a acquisição dos metaes.

Aggravara-se, e muito, a situação politica com o dissidio cada vez mais accentuado entre os Poderes Executivos e Legislativo.

Sentindo-se cada vez mais fraco ante a opinião publica e assustado ante a grita da praça do Rio de Janeiro, quizera

o Barão de Lucena diminuir o temporal, ou pelo menos adiar o seu desencadeamento por meio de nova inflação, promovida por intermedio de uma reorganização do Banco da Republica, de modo que as emissões deste attingissem 600.000 contos de réis.

A actuação deste ministro, attribuiu o *Jornal do Commercio*, os mais duros commentarios. E o seu *Retrospecto Commercial* para 1891, encheu-se de phrases as mais amargas.

Nada mais desolador do que o exame do quadro das transacções de titulos em fins de 1891.

Vejamos as oscillações de alguns dos mais cotados titulos da época:

Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil de	295$ a 130$
Banco Constructor de	310$ a 128$
Banco União de	505$ a 320$
Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brasil de	100$ a 41$
Empresa de O. Publicas no Brasil de	360$ a 40$
Companhia Evoneas Fluminense de	74$ a 7$
Companhia Geral de Melhoramentos no Brasil de	754$ a 40$ etc.

Synthetisando os desastres do Ensilhamento escreveu Antonio Carlos de Andrada, conceitos irrespondiveis.

"No ponto de vista moral, as emissões, despertando e animando o luxo e a ostentação de prazeres, estimulando a ambição desmedida de riquezas, sem attenção aos processos para attingir aos fins, foi poderoso e lamentavel instrumento de corrupção de costumes.

No ponto de vista material, ellas importaram na desvalorisação do *instrumento das trocas* e, portanto, em perturbações e damnos para o Estado e para todas as classes sociaes.

A depreciação refletiu logo logo na taxa do cambio internacional? e o declinio della — lei economica de Lord King — ficou sendo a prova e a medida da desvalorisação de nosso meio circulante.

O cambio viera de roldão, em dois annos, de 27 9/16 a 11 ½."

Entretanto houvera consideravel superavit da exportação sobre a importação:

Exportação . . .	417.753:805$000
Importação . . .	322.613:475$000
Saldo	95.140:320$000

O commercio importador vivia assoberbado a reclamar contra as tarifas alfandegarias e à cobrança integral dos direitos em ouro.

Diversos alvitres foram aventados verdadeiros palliativos que em nada minoravam as aperturas da situação.

Os afoitos e os desesperados falaram, até, em lançar mão de ouro depositado no Thesouro para lastro das emissões bancarias o que teria sido nefasto.

Declara Calogeras, depois de severa e minudente critica aos actos de Ruy Barbosa, que, em todo o caso, sobre elle não recahe a responsabilidade integral da derrocada financeira de 1891. Foram-lhes os planos modificados pelos successores e de modo verdadeiramente desastroso.

"Mesmo sem isto, a crise já declarada, e em plena evolução, teria attingido o apogeu, mas menos grave teria sido, sem a intervenção do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe e do Barão de Lucena, ministros da Fazenda em 1891.

Do primeiro affirma que "jurisconsulto extraviado no mundo das finanças de que jamais cogitara tornou-se verdadeiro joguete dos financistas da época". Sua passagem pelo ministerio assignalou-se por uma série de desastres.

Excellente medida tomara Ruy Barbosa determinando, a 10 de maio de 1890, que parte dos direitos alfandegarios fosse paga em ouro. Sábia determinação que permittia ao Thesouro armazenar fundos por occasião do pagamento dos juros externos.

Este decreto fora recebido sem hostilidade e até mesmo merecera certo applauso. A industria reclamava tarifas mais proteccionistas, e sua grita levou o ministro a decretar, a 11 de outubro de 1890, que todos os impostos aduaneiros se pagassem em ouro.

Entende Calogeras que esta medida era de primeira ordem e tanto mais louvavel quanto o proprio commercio importador a encarecia.

Mas como o cambio continuasse em descensão e o commercio importador tentasse debalde lutar contra este facto pelo abaixamento do preço do custo das mercadorias, a grita commercial levou o Barão de Lucena pelo aviso de 4 de outubro de 1891, a permittir que se voltasse ao pagamento em papel.

De modo vehemente censura o autor da *Politica monetaria*

esta medida "que ao Brasil viria custar caro" trazendo um dos mais fortes elementos á aggravação da crise determinadora afinal da moratoria de 1898. Abria-se o abysmo das differenças de cambio, qual durante annos sorveria porcentagem cada vez mais avultada da receita nacional.

Outra critica viloenta do mesmo autor ao ministro é a que se refere á venda por elle ordenada do ouro excedente das necessidades officiaes, acto a seu ver illegal e até inconstitucional porque collidia com as prerogativas do Poder Legislativo.

Outra medida nefasta; a alteração do mecanismo das leis sobre a emissão referente aos depositos para a garantia da circulação.

Já Ruy Barbosa enfraquecera taes garantias transformando em titulos de divida parte do ouro depositado. Embora representados por especies de valores e realisabilidades diversas, em todo o caso constituiam reservas do Thesouro.

Sob a influencia de perniciosos conselhos, seus dois successores emprestaram £ 2.600.000 da Caixa de Depositos a trez bancos sob a falaz promessa de pagamento em cambiaes.

Esta sobra servira para que os institutos beneficiados emittissem 54.229 contos de réis. Deste modo, sem dar de si o quer que fosse, haviam constituido um fundo de garantia, A liquidação desta operação desastrosa ainda seria Rodrigues Alves, alguns annos mais tarde, quem a realisaria e com prejuizo.

Depois de referir outro caso assim termina Calogeras a sua critica á phase do Ensilhamento: "O Sr. Ruy Barbosa desencadeou a tormenta mas os seus successores immediatos della fizeram um cyclone."

"A inflação monetaria produziu, naturalmente, os resultados bem conhecidos, que della costumam decorrer em toda parte e em todos os tempos, commenta Ramalho Ortigão. A massa de papel buscando emprego gerou a facilidade de negocio de toda a especie, dando origem, por sua vez, ás aventuras da especulação e aos abusos do credito. A agiotagem desenvolveu-se, no terreno em que se praticam as operações mercantis, e o jogo dominou todos os espiritos, tendo por objecto tanto os titulos da Bolsa como a taxa do cambio.

Nesta phase da nossa historia economica e financeira, só se expressavam em milhares de contos as fortunas faceis que surgiram da conta feita sobre a cotação dos papeis; e não ha palavras com que se possa descrever a febre intensa, que então se manifestou, de incorporar emprcsas de toda especie, sob a forma de sociedade anonymas."

Os productores de café, sob a fascinação dos preços altos

do producto expressos em papel depreciado, como que não percebiam que os preços em ouro de sua mercadoria não se elevavam em egual proporção.

"Pensando ao mesmo tempo resolver os problemas que se lhes deparavam com o augmento do custo de producção atiraram-se sem conta nem medida, a novas plantações, principalmente no Estado de S. Paulo, dando origem á superproducção de que adviria uma crise", observa Ramalho Ortigão em sua moderada e conscienciosa critica.

"Pode, dizer-se com segurança que o proteccionismo tarifario, levado ao exagero e do qual depois resultou grande crise industrial a consideravel baixa dos preços do café, que, por sua vez, teve como consequencia difficuldades geraes e depressão prolongada, não só para a industria agricola mas para todo o paiz; e o desequilibrio financeiro dos Estados, por vezes incidindo, por phenomeno de refracção, sobre as proprias finanças da União — são effeitos immediatos e naturaes da inflação monetaria."

CAPITULO VIII

Declinio rapido do Ensilhamento — Extravagancias sobre extravagancias — Balburdia financeira — As condições excelentes dos mercados cafeeiros — Entradas reduzidas e pequeno stock — A especulação cambial — As letras de café — Persistente baixa cambial — Perturbações no transporte da safra de café — Cotações jamais excedidas — Lucros enormes dos lavradores de café e dos intermediarios — Estimativas e estatisticas mais bem feitas

Dizia o retrospectista do *Jornal do Commercio* para 1891 que a esse tempo neste anno ainda fôra mais ardua do que no anterior a sua tarefa.

A febre de organizar companhias e empresas — e de aproveitar as competentes commissões — continuara com intensidade durante o primeiro trimestre do anno.

Em março o capital nominal das companhias com estatutos registrados na Junta Commercial do Rio de Janeiro chegara á importancia de 526.000:000$000!

Mas o Ensilhamento ia entrar em celere agonia.

Dahi principiara a reacção e, com excepção de uma ou outra companhia, de capitaes avultados, o negocio de se organizar em empresas mostrara visivel enfraquecimento.

Pretendia-se, já em 1891, estabelecer no Brasil algumas das mais especialisadas industrias, só possiveis em paizes super-civilizados como se dava com o programma do manifesto da Companhia Industrial de Instrumentos de Engenharia e Nautica Optica! E falava-se em fabricar marfim vegetal e objectos de arte em larga escala, inspirados na arte franceza e na hespanhola.

Ia escasseando a nomenclatura para os novos estabelecimentos, surgiam nomes inadequadamente pittorescos como Banco Impulsor, Banco das Estradas de Ferro, Banco Sportivo.

E como já houvesse um Banco Mineiro surgiu um Banco

Central Mineiro. Inventou-se um Banco Continental do Brasil e é extranho que não tenha havido outro denominado Banco Insular do Brasil.

Algumas das companhias appareceram não menos interessantemente denominadas como a Companhia Protectora das Costureiras e a Mercantil de Brinquedos, o Banco União dos Carroceiros, a Companhia Garantia de Enterros e Construcções para Obras, o Banco Vitalicio do Brasil, o Petit Banque (sic) do Brasil, a Bancaria Theatrel (sic) do Bresil.

Apezar de tudo frisava o retrospectista o futuro do paiz em fins de 1891 afigurava-se melhor do que um anno antes.

E' que terminara o terrivel periodo do Ensilhamento cujo declinio bem comprovaram as cifras dos manifestos para a fundação de novas sociedades anonymas. No primeiro trimestre fora este total 1.137.629 contos! no segundo 506.690, no terceiro 131.420, em outubro e novembro 60.000 contos.

Assim a perto de trez milhões de contos de réis ascendera a cifra total dos capitaes dos manifestos do Ensilhamento fluminense!

Naturalmente uma porcentagem equivalente quiçá á metade do total e assim mesmo arrazadora da economia de milhares e milhares de lares.

Fóra do Rio de Janeiro a febre da especulação só fôra realmente sensivel em S. Paulo, onde numerosas empresas tambem se haviam organizado. Mas em muito menor escala. Contou Garcia Redondo que em todo o caso podia o Ensilhamento paulista gabar-se de uma nota pittoresca que o fluminense não conseguiria superar: o facto de nos seus fastos se consignar a fundação de uma companhia cujo manifesto declarava tratar-se de empresa *fundada para fins que depois se diriam!*

O grande restaurador da economia brasileira era ainda e seria o café.

Grande parte dos compromissos commerciaes no exterior devia ser liquidado: Tendia a importação a diminuir e não havia receio de mezes de entradas de café de 55.000 e 50.000 saccas; as existencias no estrangeiro, moderadas, deixavam prever procura regular a preços remuneradores; os especuladores em cambio e os em titulos haviam recebido lições de que não se esqueceriam rapidamente.

Todas estas causas pareciam favoraveis a melhoras sensiveis no estado economico do paiz, e oxalá se verificassem!

O mercado cambial em 1891 é que trouxera verdadeiras

angustias ao commercio. As consequencias da subita e exaggerada inflação alli estavam.

Dizia o Retrospectista do *Jornal do Commercio* que pondo de lado o diluvio de papel moeda, os algarismos ensinavam que o saldo de pagamento, contra o Brasil, na permuta internacional dos annos de 1889 e 1890, augmentara, e em grandes proporções.

Duas colheitas pequenas de café já por si deviam ter creado receios quanto ao curso do cambio; e o augmento notavel da importação demonstrado pelos rendimentos das alfandegas, ainda mais complicava as relações commerciaes da Republica com os mercados estrangeiros.

Principiara pois, 1891 com um saldo contra o Brasil que devia por força augmentar até que nova safra principiasse a entrar com franqueza, em junho.

Contando todos com o alivio a ser produzido pelas entradas, os importadores haviam demorado as remessas, e os exportadores sacado a descoberto.

Os especuladores tambem tinham prestado seu contingente offerecendo cambiaes a preços extravagantes, que, tomadas pelos bancos, proporcionavam lucros attrahentes aos tomadores.

Demais, cegos pelo brilho de fortunas ganhas da noite para o dia, os especuladores brasileiros haviam comprado um banco estrangeiro, facto que não somente reduzira o numero dos bancos sacadores, mas exigira a remessa de mais ou menos £ 500.000 que este estabelecimento sempre tinha a descoberto sobre sua caixa matriz.

Comprara-se uma companhia de navegação estrangeira que tomara £ 150.000 do depauperado mercado nacional.

A Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brasil que annunciara ter feito um emprestimo em Londres, arranjara contracto de tal ordem que em vez de receber alguma coisa por conta do emprestimo, tivera de remetter para Londres enorme somma: nada menos de £ 900.000!

Mostrou-se o analysta do *Jornal do Commercio* justo no modo de explicar as causas da baixa cambial. Era em grande parte ainda a consequencia de medidas do governo imperial.

Todos os que viviam em contacto com o mercado de cambio confessavam que, durante annos, haviam as taxas sido conservadas muito além do verdadeiro valor da moeda corrente brasileira.

As sommas assustadoras pagas pelo Thesouro, todos os

annos, em differenças de cambio não representavam somente a differença entre o padrão legal de 27 dinheiros por mil réis e o preço no mercado de libras esterlinas; representavam sim os premios pagos para sustentar o cambio a taxas que o movimento internacional não autorisava.

Os emprestimos periodicos durante o Imperio não tinham passado de méras consolidações de deficits mas desde a proclamação da Republica, o Brasil não levantara emprestimo algum no estrangeiro e a sua exportação tivera de supprir as necessidades do Thesouro, até então aliviadas pelos mercados estrangeiros que concediam credito e credito bem merecido ao paiz, além dos fundos ao movimento commercial.

Portanto, mesmo sem a emissão tumultuaria do papel moeda, as taxas cambiaes tendiam naturalmente á baixa.

A emissão violentissima e subitanea viera, porém, aggravar terrivelmente a situação. Severamente commentava o articulista lembrando que faltara o mais comesinho conhecimento de relações commerciaes aos que esperavam crear capital com credito. Como podia ser facilmente previsto, o mercado cambial ponto de contacto do Brasil com o mundo inteiro, immediatamente demonstrara em que bases incertas tinham edificado os advogados do diluvio de circulação fiduciaria seus planos para crear ficticia prosperidade a custa de méro papel pintado.

As extremas cambiaes haviam sido em 1891 em janeiro 19 7/8, em dezembro 12 1/8 o confronto com o triennio anterior apresentou-se desolador. Para os productores de café correra o anno bem apezar das perturbações do trafego ferroviario.

Haviam os exportadores sido favorecidos pelas taxas sempre baixas do cambio, e se alguns delles se tinham enganado quanto á tendencia do mercado, tambem haviam satisfeito os compromissos e perdendo algum dinheiro, adquirido experiencia.

Os fazendeiros haviam vendido seus cafés por preços até então jamais vistos nos mercados brasileiros. Se tivessem applicado convenientemente o saldo das safras para compromissos, todos se desempenhariam.

Só os cafés mandados ao mercado fluminense nos doze mezes de 1891 haviam produzido quantia não muito abaixo do enorme total de 150.000:000$000.

Os intermediarios tambem deveriam ter aproveitado muito. Em resumo, o ultimo semestre de 1891 recompensara, de sobra, os desgostos causados pelo primeiro.

As paredes dos estivadores e a morosidade ferroviaria prejudicaram muito o commercio. Como avultasse cada vez mais a producção paulista haviam se alarmado os mercados mundiaes; dahi uma baixa momentanea occorrida em setembro. Novembro vira o maximo das cotações verificando-se então os maiores embarques.

Commentava o analysta:

"O anno de 1891 demonstrou claramente que o negocio de café em nossos mercados está sujeito ás fluctuações do cambio, como já occorrera em 1890.

Os exportadores não consideram o preço em moeda corrente; mas somente o preço em ouro, pouco se importando com o valor da libra esterlina em papel, uma vez que esta compre uma arroba, mais ou menos de café."

Os preços extremos das varias sortes haviam sido estes por dez kilos:

	Em 1891	Em 1890
Lavado	8.510 a 11.710	7.750 a 9.530
Primeira regular . . .	7.760 a 8.030	6.740 a 8.570
Primeira ordinario . .	7.150 a 12.120	6.530 a 8.510
Segunda bôa	7.150 a 11.920	6.060 a 8.170
Segundo ordinario . .	6.400 a 11.230	4.900 a 7.830

Assim pois era a situação de franca alta geral, sinão mesmo de assignalada alta.

Continuava-se a verificar, do modo mais positivo, o phenomeno da contraposição das taxas cambiaes de letras particulares e das cotações de café.

Era o que um analysta frisava em communicado á imprensa em fins de 1891, tratando do typo 7 de café.

Em janeiro:

10.300	20,3/4
11.700	19,7/8
11.000	19,7/8

Em fevereiro:

11.600	19,3/8
11.800	19,1/2

Em março:

11.900	19,1/4
13.400	18 d

Em abril:

14.300	17,3/4

Em maio:

14.300	17,1/2
14.800	17

Nas primeiras semanas de junho as entradas de café da colheita nova principiaram a apparecer com certa franqueza nas praças.

A qualidade e o preço destes cafés deixavam muito a desejar, porém, o mercado ficara quasi reduzido á paralisação. Como os possuidores modificassem as idéas d'ahi resultaram algumas transacções relativamente regulares.

O cambio mostrou-se firme e as cotações do café baixaram de 14$000 a 17,1/4 para 12$000 e 17,5/8. Notavel baixa pois.

Em fins da primeira quinzena de junho a qualidade do grão entrado melhorara sensivelmente mas a firmeza no mercado de cambio restringira as transacções no de café não obstante fossem as cotações reduzidas quasi diariamente.

Subira o cambio a 18,1/8 baixando o genero a 11$600. Logo depois baixava o cambio a 18 e o café subira a 12$000.

Mas é que nos Estados Unidos havia verdadeira fome de café. Facto typico! havendo naufragado grande navio carregado do grão verificara-se nova alta.

As estatisticas e estimativas brasileiras mostravam-se mais bem orientadas. Assim havendo-se avaliado a safra de 1 de junho de 1890 a 30 de junho de 1891 em 2.500.000 saccas tinham realmente entrado 2.413.000.

Em julho estava a 12.800 a arroba com 17 d. Baixara o cambio novamente cahindo a 15,5/8 subindo então o café a 14$000.

Nos ultimos mezes de 1891 verificaram-se as seguintes fluctuações:

Em agosto:

13$300	16 d
14$400	15,1/4
13$300	15

Em setembro:

10$000	16 d
9$800	15,3/4

Em outubro:

10$000	15,3/4
10$400	14,1/8
11$000	13,1/8

Em novembro:

12$400	13,1/8
12$600	13,3/4
15$500	12,1/8

Em dezembro:

13$700	12 d
15$000	11,3/8

Assim pois, dia a dia se robustecia a convicção corrente no Brasil de que era indesmentivel aphorisma: cambio alto e café baixo e vice-versa.

Viviam muitos cafeicultores certos da inflexibilidade desta lei anciosos a consultar as oscillações das taxas cambiaes, alarmados com a possibilidade da valorisação do mil réis.

O stock mundial a 30 de junho de 1891 era de 2.996.000 saccas.

Neste numero baixo se achava a solução do enigma para se explicar as tendencias justamente altistas dos mercados.

CAPITULO IX

Reação anti papelista vehemente — Rangel Pestana e Ramiro Barcellos — O relatorio de Rodrigues Alves em 1892 e seu tom pessimista — Propostas por elle feitas — Mensagem de Floriano Peixoto — Politica prudente de Rodrigues Alves — Injustiça que lhe faziam — Advertencias de Londres — As difficuldades da situação financeira — Crise politica aggravada — Demissão de Rodrigues Alves

Com a subida ao poder do Marechal Floriano Peixoto encetou-se a reacção anti-papelista, aliás vigorosamente combatida pela fracção do Congresso que apoiara o governo do Marechal Deodoro da Fonseca.

Foi chamado á pasta da Fazenda o Conselheiro Rodrigues Alves, sabiamente favoravel á encampação, pelo Estado, das notas bancarias, propugnador acerrimo da cessação das emissões, do resgate do papel-moeda, restringindo-se-lhe a circulação.

Ao illustre paulista secundavam fervorosamente, no Senado, homens do prestigio de Campos Salles, Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Ramiro Barcellos entre outros.

Projecto por elles apresentado estatuia, como medida principal, a responsabilidade directa do Estado sobre as emissões de notas bancarias existentes em circulação. O governo chamaria a sua propriedade dos depositos em apolices da divida publica e moeda metallica, devendo reduzir as emissões a um só typo. As notas dos bancos, seriam em tudo egualmente ao papel-moeda official.

Ao resgatedas emissões, na quantidade, tempo e forma que o governo julgasse conveniente, applicar-se-ia o producto da venda das apolices depositadas e resgatadas com o lastro bancario e a moeda metallica recolhida ou a recolher, em cambiaes.

Reappareceu Ruy Barbosa na liça parlamentar defendendo

a unidade bancaria e combatendo a encampação das notas bancarias.

Teve a contradita vehemente de Ramiro Barcellos que o combatia desde a Constituinte e de Rangel Pestana que lançou mão, diz Antonio Carlos de Andrada, "de dialectica segura no desfechar sobre a obra bancaria do Governo Provisorio, e suas consequencias, os mais adestrados golpes de accusação e de critica."

Foram severissimos os topicos dos discursos de Rangel Pestana profligadores do Ensilhamento.

Verberando o papel dos bancos de emissão e os seus desmandos, exclamava o illustre parlamentar que assim como se achavam constituidos não passavam de entidades ficticias, falsas.

Com effeito que constituia o credito de um banco de emissão? que lhe dava força para ser o representante do governo na funcção de emittir bilhetes representativos da moeda? a confiança que podia inspirar, a garantia de pagamento de suas notas apresentadas a troco.

Mas, no Parlamento, numerosos se mostravam os partídarios do regimen deposto de 23 de novembro de 1891; dahi a circumstancia de se travarem os debates em ambiente sobremodo agitado.

O levante das fortalezas da Barra da Guanabara, geralmente denominado revolta do sargento Silvino, fez com que o Congresso adiasse suas sessões.

Esperava-se anciosamente o relatorio de Rodrigues Alves, a ser apresentado á reabertura das Camaras, a 3 de maio de 1892.

Declarou elle que, no decorrer de 1891, as emissões bancarias haviam ascendido de 187.554 a 346.115 contos de réis, quasi dobrado! desta massa 277.042 contos de réis pertenciam ao Banco da Republica.

O papel-moeda do Estado decrescera um pouco, resgatado por este banco e o Banco Nacional. Baixara de 178.856:413$ a 167.611:397$000.

Os lastros das emissões achavam-se representados por 177.052:028$ dos quaes 95.850 contos em ouro e o resto em apolices. Assim valiam pouco mais do que 33,33 % do total emittido.

Do deposito em ouro 39.857 contos de réis haviam sido substituidos por apolices. A desordem na circulação monetaria provocara crise economica e financeira caracterisada pela baixa constante do cambio, attingindo a uma taxa desoladora,

pela desvalorisação de todos os titulos, a retracção do capital, a carestia dos generos de primeira necessidade. Aggravavam-se as difficuldades da vida, com a exigencia de salarios elevados e o receio do decrescimo das rendas publicas.

A seu ver era urgente a necessidade de assumir o Estado a responsabilidade das emissões bancarias, garantindo-lhes o pagamento na qualidade de moeda fiduciaria nacional chamaria a si os lastros das emissões, quer em titulos da divida publica, quer em ouro, liquidando em prazos determinados, mais ou menos longos, as dividas dos bancos, quer as provenientes dos emprestimos, quer do excesso que se verificasse entre o valor das emissões effectuadas e do lastro em apolices e ouro.

Esta medida, accrescentava, não produziria evidentemente, por si só, os effeitos que se visavam, si não fosse complementada por outras, como principalmente, o resgate parcial, mas constante e persistente, das emissões, pelo fundo de garantia.

A anarquia do papel bancario e a desconfiança que dahi se suscitara, em todo o territorio da Republica, cessaria de vez com esta providencia, que a alguns, aliás, se afigurava radical.

Em mensagem de 3 de maio de 1892 lembrava o Marechal Floriano ao Congresso que, por decreto de 17 de dezembro de 1892, fôra autorisada a fusão dos Bancos do *Brasil* e da *Republica dos Estados Unidos do Brasil*. Não era possivel adiar por mais tempo a promulgação de medida instantemente reclamada por todos os orgãos da opinião nacional. Veria o Parlamento ao estudar, em suas minudencias, o decreto, que haviam sido consultadas tanto quanto possivel, as altas conveniencias publicas e conciliados todos os interesses legitimos.

A 12 de maio de 1892 na mensagem da abertura do Congresso Nacional lembrara o Marechal vice-presidente que subsistiam ainda e talvez aggravadas, as coisas determinantes da crise perturbadora do movimento regular do commercio e industria do Paiz, que, ultimamente, tanto merecera o estudo e attenção do Congresso.

A' vista de reiteradas e insistentes reclamações das mais importantes instituições bancarias, e estabelecimentos commerciaes fluminenses, estudadas convenientemente as circumstancias financeiras e, ouvidas autorisadas opiniões dos competentes, resolvera o Governo usar da autorisação concedida pela Lei de 1875, restabelecida pela de 1885, que permittia a concessão de auxilios aos bancos, sob condições determinadas, até um maximo de vinte e cinco mil contos.

Medida de caracter provisorio determinada pelas circums-

tancias não produzira comtudo o resultado obtido em outras occasiões, porque a maior parte das instituições que procuraram o auxilio não podiam offerecer as garantias exigidas pela Lei de 1885.

Continuava o paiz infelizmente sob a pressão da fluctuação, cambial, com grande prejuizo dos interesses do commercio. Taes phenomenos encontravam explicação natural na anormalidade do periodo. As instituições que se consolidassem, houvesse estabilidade, criterio e patriotismo na administração, fosse elaborada boa lei orçamentaria, lealmente executada, e era firme convicção delle vice-presidente que, em muito proximo futuro, veria a Nação perfeitamente restabelecida a confiança nas forças productoras de um paiz, que soubera honrar, com a mais rigorosa pontualidade, os compromissos assumidos.

Não tendo cessado as causas da crise economica e financeira que, havia tanto já, affligia o Brasil tornava-se necessario um conjuncto de providencias tendentes a regularizar a circulação e valorizar a moeda, sem isto a confiança não se firmaria.

Era de tanta relevancia o assumpto, ao qual se prendiam os mais serios interesses do paiz, que o Governo não demoraria um só instante os esclarecimentos de que precisava o Parlamento para resolver, com urgencia, a momentosa questão.

Vinham dos Rothschild advertencias que Rodrigues Alves transcreveu no relatorio de sua pasta:

"A baixa do cambio e a depressão dos titulos brasileiros denotavam muito seria crise financeira, devida principalmente ao temor de novas emissões de papel-moeda, consideradas muitissimo prejudiciaes ao credito do Brasil e a todo o paiz."

A baixa do cambio devia ser attribuida, primeiramente, mas só em pequena parte, ás difficuldades no transporte de café e outros productos e respectivo embarque, mas sua razão principal provinha do grande augmento nos ultimos tempos das emissões de papel-moeda. Não só os recentes acontecimentos, na America do Sul, como a historia de semelhantes factos, no passado, mostravam quão perigosa era tal politica financeira para augmentar o descredito do paiz impedindo que de qualquer forma se beneficiassem as finanças do Brasil.

O cauteloso, clarividente e experimentado Rodrigues Alves prevenia a opinião publica com a maior lealdade.

"E' este tambem o tom geral da imprensa européa e, principalmente, o das revistas financeiras, que se referem invariavelmente ao excesso de nossas emissões bancarias, á má applicação que lhes foi dada e á desconfiança de que não se

acham devidamente garantidas. Dizia, ainda, em outro trecho: Entre as causas a que geralmente se attribuem as nossas difficuldades economicas e financeiras, e sobretudo, a depreciação da moeda nacional — que nunca attingiu ao limite destes ultimos tempos — assignalada, com insistencia, como a principal, o excesso das emissões bancarias aggravado pela desconfiança de que não repousam em garantia effectiva pelo receio de novas emissões."

Emquanto assim procedia o ministro certa imprensa do Rio de Janeiro, instigada por individuos levianos, certamente, e por outros a quem moviam sentimentos subalternos, apodava em todos os tons o lucido e patriotico gestor da pasta da Fazenda de dorminhoco, querendo que remediasse a tão terrivel situação creada por dois annos de desvarios.

E Angelo Agostini reflectindo estas correntes da opinião, hebdomadariamente, representava em seu jornal illustrado o provecto estadista em estado lethargico á escrevaninha do seu gabinete.

O anno de 1892 passou-se em continuos sobresaltos financeiros aggravados pela situação politica. Sabendo perfeitamente que não haveria como de prompto obter melhoria da situação contemporisava Rodrigues Alves pedindo o conselho e os alvitres dos financistas e homens de negocio mais provectos do paiz.

Uma commissão por elle nomeada e composta de pessoas de grande prestigio — os conselheiros Paulino de Souza e Souza Dantas, o visconde de Guahy, Drs. Didimo da Veiga e Honorio Ribeiro, declarava que a causa da crise fôra a ruptura do equilibrio entre os productos e o seu denominador — a moeda. Seguira-se a depreciação desta, revelada na baixa do cambio, no preço das especies e na elevação do preço dos productos de importação e da industria interna.

Propunha como remedio de prompta execução a compressão das emissões inconvertiveis que trouxera uma depressão financeira jamais conhecida no Brasil.

Assim encarecia o resgate do papel bancario e a sua substituição pelo do Thesouro, operando-se tal resgate gradativamente, de modo a evitar os abalos que acompanhavam sempre as variações rapidas de valor do meio circulante e por via de accordos celebrados com os bancos emissores. Nelles se estipularia a transferencia dos lastros para o Estado e a obrigação de assumir este a responsabilidade correspondente ao valor das emissões, ás quaes resgataria com os referidos lastros, até reduzir-se o papel circulante na mesma proporção.

A' espera das providencias legislativas ia Rodrigues Alves procurando seguir o seu programma sem mutação de rumos. Assim entrara em accordo com o Banco Emissor da Bahia no sentido de conseguir a reducção dos direitos emissivos.

A 29 de agosto de 1892, deixava a pasta correndo então a versão declarou o *Jornal do Commercio* que a sua exoneração se devia ao facto de que não lhe fora possivel alcançar do chefe do Estado franca adhesão ás idéas de encampação das emissões bancarias.

Foi Rodrigues Alves substituido por jovem e talentoso ministro. Innocencio Serzedello Corrêa que, á Camara dos Deputados, allegava que apezar do excellente balanço commercial com um saldo de 50.300 contos de réis descia e descia a taxa cambial, a devorar a receita brasileira com os desnivelamentos das sommas exigidas para o pagamento do serviço da divida externa e as despesas forçadas no Exterior. Descia o cambio inexoravelmente!

Frisa Calogeras que os graves acontecimentos politicos de fins de 1891 haviam feito com que a lei orçamentaria para 1892 não pudesse ter sido estudada, nem discutida, e apenas votada para legalizar a percepção fiscal, dando-se ampla permissão ao Executivo para abrir os creditos necessarios a enfrentar as insufficiencias orçamentarias.

Annunciava-se 1892 muito mau; encetava-se a serie de fallencias ás quaes encabeçava a da Companhia Geral de Estradas de Ferro com um passivo de 314.527 contos!

O commercio importador e exportador oppunha-se tenazmente ao restabelecimento do imposto em ouro em substituição aos cincoenta por cento addicionaes. E o Governo vira-se forçado a condescender á vista do estado politico do paiz e da delicadissima situação financeira.

O programma traçado pelo Conselheiro Rodrigues Alves era theoricamente simples mas de realização pratica inauditamente difficil, cessação das emissões, retracção do meio circulante exaggerado, garantia do resgate do papel-moeda emittido.

Agira o Ministro, com segurança e notavel criterio desde os primeiros dias, frisa Calogeras, liquidando vantajosamente negocios com bancos emissores. Mas eram operações pequenas em relação ás dimensões da gravidade do problema relativo á moeda fiduciaria.

O cambio desgovernado em relação á lei da offerta e da

procura, trabalhado por inaudita especulação, tornava a situação do Thesouro cada vez mais difficil.

O Congresso reflectia o mal estar politico do paiz. Agitava-se sem produzir resultados proficuos. A retirada de Rodrigues Alves do Governo aggravou a situação. Devia o Brasil eminentes serviços a este estadista, da lucida visão financeira.

Ao se reabrir o Congresso em maio de 1893, reproduziram-se os embates do anno anterior: Bulhões, Oiticica, Severino Vieira, combatiam acerbamente a reforma bancaria; Glycerio, Mayrink, Seabra pelejavam em prol da reorganização bancaria. Mas felizmente havia unanimidade de vistas sobre alguns pontos dos mais ponderosos quaes os da cessação das emissões e compressão do meio circulante.

A Camara, depois de longos e acres debates, acabou por approvar o decreto de 17 de dezembro ,embora o reputasse inconstitucional (sic). E o projecto do Executivo impoz algumas modificações importantes como a manutenção dos lastros antigos que garantiam as emissões — apolices e ouro — ao envez das novas apolices de 2 ½ %, pelas quaes o decreto mandava trocar taes lastros, ao cambio do dia. Concedeu-se autorização ao Governo afim de entrar em accordo com os diversos bancos emissores para a transferencia de suas emissões e respectivos lastros, no sentido de indemnizal-os por conta da substituição dos lastros ou dentro dos recursos destinados á constituição do fundo de garantia, das vantagens e direitos recem-cassados. Deveriam quaesquer differenças a favor dos bancos ser levadas á conta dos respectivos debitos para com o Thesouro.

No Senado foi o debate curto. Aprovou a Camara o projecto modificando-o apenas quanto aos lastros que deveriam ser convertidos em apolices de conto de réis de 4 % ouro.

Assim se promulgou a lei de 23 de setembro de 1893:

Com ella ficaram, de facto, extintas as emissões bancarias. Persistiam as notas então circulantes, correndo unificadas sob a responsabilidade do Banco da Republica, mas garantidas por apolices-ouro de juro de 4 %.

Mas já então se estava em plena e gravissima guerra civil. A luta riograndense, entre castilhistas e federalistas, amplificara-se immenso com a revolta da Armada a 6 de setembro de 1893. E esta impuzera ao governo do Marechal Floriano Peixoto lançar mão de medida da mais legitima aliás das defensivas, forçara-o a emittir, para despezas extraordinarias 83.000 contos e a fornecer 75.000 contos ao Banco do Brasil afim de attender aos reclamos vehementes da praça.

Analysara Leopoldo de Bulhões a situação em agosto de 1893. Expuzera com o maior criterio a posição angustiosa do paiz.

Em um regimen de circulação normal affirmou o balanço dos compromissos internacionaes regula a taxa do cambio. Em outro de circulação de papel-moeda, tal balanço se modificava:

1.º — pela emissão ou reducção de papel;
2.º — as alterações do credito do Estado;
3.º — a ação da especulação;
4.º — o panico em épocas de insegurança politica.

A irritação dos espiritos sobretudo na capital da Republica crescia diariamente.

O *nessun maggior dolore* dantesco applicava-se a athmosphera creada pelo krach bolsista.

As classes pobres viviam opprimidas pela alta do custo da vida e o Governo estabelecera postos de soccorros publicos.

Receiavam-se motins decorrente da excitação popular produzida pelo contraste entre a ostentação do luxo dos que haviam enriquecido na Bolsa e as aperturas, para subsistir, das classes populares.

E, como sempre acontece, os reclamadores, não percebendo a verdadeira causa do mal, tudo attribuiam á *ganancia* dos exploradores da miseria proletaria pedindo o commercio a intervenção do governo.

E o cambio continuava no profundo despenhadeiro de baixa. Estas haviam sido as taxas medias de 1.º de janeiro de 1890 a 1.º de janeiro de 1893.

1890	22 5/8	£ 10$607
1891	16 17/32	£ 14$648
1892	11 15/16	£ 20$926
1893	11 9/36	£ 20$756

CAPITULO X

As condições commerciaes em 1892 — Perspectivas mais risonhas — Melhoria accentuada da situação cafeeira — Alta assignalada — Má situação do thesouro federal — A politica financeira de Rodrigues Alves — Substituição deste ministro — Politica cafeeira de Serzedello Corrêa — Optima situação do café — Preços nunca vistos — Perspectivas esplendidas — Cambio e café

Em fins de 1892 as condições commerciaes brasileiras eram sensivelmente melhores do que as do ultimo periodo de 1891, assignalava o *Retrospecto do Jornal do Commercio*.

Os stocks nas praças nacionaes tinham se reduzido muito por causa das violentas oscillações do cambio. Desnorteados haviam os negociantes deixado de comprar até mesmo o necessario para o consumo do paiz, perdendo a esperança de tornar a ver as taxas cambiaes ao nivel que regulara durante tantos annos.

No primeiro semestre de 1892 o movimento nos mercados de importação fora, talvez, o maior até então visto no Rio de Janeiro. O resultado de tal movimento fora favoravel aos importadores e os intermediarios não se queixavam do resultado dos negocios. Este feitio auspicioso continuara, com algumas intermitencias, até agosto, quando as difficuldades sobrevindas na Estrada de Ferro Central, proveniente da affluencia dos cafés da colheita nova, produziram uma quasi paralysação no mercado de importação persistente até o fim do anno. Tão favoravel, porém, o resultado do primeiro semestre que se acreditava geralmente ter elle quasi coberto os prejuizos soffridos pelo commercio importador no anno de 1891, e tal facto não podia ser considerado de somenos importancia.

Quanto á exportação o curso do mercado fôra igualmente satisfeito.

As exigencias de café nos mercados consumidores tinham ficado reduzidas pelas colheitas pequenas de 1889-1890 e

1890-1891 a proporções verdadeiramente alarmantes ante as exigencias do consumo.

A casa James Cook & C. de Londres, calculava a existencia total dos stocks a 31 de dezembro de 1891 em 64,519 toneladas ou pouco mais do que o consumo de um mez. E a tendencia dos mercados estrangeiros fôra naturalmente quasi sempre para alta, assim deixando grande margem de lucros aos exportadores do Rio de Janeiro e de Santos.

Assim era de crer que com este movimento promissor as combalidas finanças nacionaes melhorassem sensivelmente graças ao notavel incremento do valor da Exportação.

Cumpria comtudo recordar que a prosperidade commercial de um paiz não significava necessariamente prosperidade financeira.

O saldo commercial podia ser favoravel e o de pagamentos contrarios. Não havia a menor duvida de que a exportação da Republica deixara superavit favoravel nos mercados estrangeiros, mas este não fôra bastante para fazer face ás necessidades do Thesouro, das companhias e empresas que deviam no estrangeiro, ás remessas de juros e dividendos, pertencentes a capitalistas residentes fóra do paiz.

Causava geral surpreza que o Brasil não houvesse suspenso os serviços de pagamento de juros dos emprestimos externos sem realizar novas operações de credito.

Se a producção da agricultura nacional conseguisse, ainda que incompletamente, satisfazer as obrigações que, em grande parte, encontravam meios nos consecutivos emprestimos do Imperio facil seria imaginar qual a posição do commercio internacional se o Thesouro não pesasse sobre o mercado cambial.

Havia outros indicios de melhores dias. As finanças estadoaes, em geral, tinham melhorado bastante, de modo que não pesavam as circumscripções regionaes sobre o thesouro federal salvo quanto a trez das menos ricas: Piauhy, Goyaz, e Parahyba. Muitas das demais apresentavam bons saldos, alguns até muito elevados como S. Paulo, Minas Geraes e Espirito Santo.

Mas a situação do Thesouro Nacional continuava difficil. Em relatorio de 1892 alinhara o ministro da fazenda Conselheiro Rodrigues Alves cifras assaz impressionadoras, a proposito do ultimo triennio.

Em 1889 as rendas ordinarias e extraordinarias haviam attingido 160.840 contos e as despezas a 186.165 donde um deficit de 25.325 contos. Mas como os depositos, emissões da

moeda e os emprestimos interno e externo tinham produzido 258.925 contos o governo tivera como saldo do anno 90.910 contos.

Em 1890 as rendas ordinarias e extraordinarias tinham produzido 195.010 contos e as despezas attingido a 219.263 donde um deficit de 24.252. A elle faziam frente o remanescente dos recursos da receita incluindo-se ahi o saldo de 1889, os depositos dos bancos donde, em fins do anno, um saldo de 119.482 contos, mas não ainda definitivamente apurado.

Em fins de 1891, estes fundos montavam a 82.222 contos. Em 1892 fôra o deficit calculado em 211.184 contos e Conselheiro Rodrigues Alves previa que em 1893 elle fosse de 35.000 contos.

A 29 de agosto deixara elle a pasta da Fazenda sendo substituido pelo tenente coronel Dr. Innocencio Serzedello Correa.

Dizia o *Jornal do Commercio* que o commercio vira o afastamento do illustre paulista com verdadeiro sentimento.

Sua politica financeira fôra de repouso, depois dos acontecimentos occorridos durante a gestão da pasta pelos Conselheiros Ruy Barbosa, Araripe e o Barão de Lucena. Não faltavam opiniões respeitaveis affirmando que a verdadeira politica financeira a seguir-se era a do Conselheiro Rodrigues Alves.

O novo ministro, a 29 de setembro, reunira os exportadores de café e lhes submettera um projecto relativo á cobrança dos direitos de exportação em letras de cambio. A opinião geral dos interessados mostrara-se favoravel ao projecto mas o ministro não conseguira reduzil-o á pratica, até o fim de 1892.

Resumindo as condições sob as quaes terminara o anno, dizia o analysta que em 1892 principiara com existencias mais que regulares de quasi todos os artigos de importação, o que deveria causar a diminuição nas entradas dos mezes proximos de 1893 e em consequencia, menor pressão sobre o mercado de cambio nos mezes em que vinham menos cafés ao mercado.

A posição do café nos mercados consumidores mostrára-se favoravel e assim deveria resultar procura sempre regular para o principal producto brasileiro, tão importante factor no commercio internacional.

Era voz publica que os importadores já haviam comprado cambiaes para satisfazer suas remessas até os principios de março de 1893.

A não ser a dubieza da politica do Rio Grande do Sul,

o paiz estava gozando plena paz e os Estados, com rarissimas excepções, prosperavam em suas finanças.

Havia porém, por outro lado, a situação difficil do Thesouro Nacional e a incerteza sobre os resultados favoraveis da fusão dos Bancos do Brasil e da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Era difficil sinão impossivel, estabelecer o balanço entre os dois lados da conta.

Falando das liquidações do Ensilhamento; expendia o jornalista: As transacções realizadas á hora official da Bolsa triste figura faziam, em confronto com as operações registradas nos annos de 1890 e 1891. Poucos os titulos cujas vendas haviam chegado aos *cinco algarismos* no dizer dos inglezes. Em compensação as flutuações, em quasi todos, haviam-se mostrado alarmantes. A baixa geral soffrida pelos varios papeis cotados na Bolsa causaria panico em qualquer outra praça do mundo, mas, felizmente, no Rio, o prejuizo era mais apparente do que real. Certos titulos, pela reducção do valor, causaram prejuizos sem duvida, mas nos outros casos as transacções realizadas haviam se passado em geral entre a mesma roda que, perdendo hoje, ganhava amanhã ou vice versa. Não eram estes conceitos muito exactos.

Milhares e milhares de fortunas haviam sido arrazadas pela differença das cotações dos titulos.

Muitas companhias — e alguns bancos — tinham desapparecido dos quadros dos pregões mas *de mortuis nil nisi bonum*. Assim pois esta conclusão era a denegação da primeira parte do allegado.

Tratando da situação particular do café dizia o retrospecto de 1892 que o anno fora favoravel a todos os interessados no principal artigo brasilerio. Os mercados estrangeiros regularam quasi sempre com tendencia para a alta, dando lucros aos exportadores, e os preços no Brasil chegaram a nivel nunca visto na historia do mercado de café. As fluctuações no preço em ouro haviam sido menos violentas do que as dos preços em moeda corrente, pois estes acompanharam mais ou menos de perto, as taxas do mercado de cambio, e o consumo estrangeiro retirara dos mercados nacionaes o café de que precisavam quasi na mesma proporção em que vinham entrando do interior. Não houvera paredes de estivadores nem difficuldades de embarque mas o trafego desorganizado da Central do Brasil prejudicara muito o escoamento da safra fluminense, mineira e do norte paulista.

O supprimento visivel mundial era muito moderado e

se a safra paulista não ultrapassasse 2.500.000 saccas os preços nos mercados consumidores subiriam certamente ainda. 1893 promettia um nivel de cotações nos mercados estrangeiros superior ao que regulara em 1892.

As tabellas demonstravam como a procura sempre acompanhara o supprimento, durante o decurso de 1892. Nunca houvera accumulação de stocks; os negocios de café pareciam ter passado por uma mudança radical fazendo suppor, que d'ahi em diante, as transacções se baseariam mais sobre as necessidades presentes do consumidor do que sobre o futuro dos mercados.

Para os especuladores existiam as bolsas. Fôra interessante notar, durante 1892, a pouca importancia prestada pelos vendedores brasileiros ás manobras dos *bolsistas* no estrangeiro. Os cafesistas do Brasil deviam aproveitar-se das fantasias estrangeiras e quando os mercados externos chegassem a cotações ridiculas servirem-se das bolsas para reduzir o preço do artigo, em ser, no Brasil.

Os extremos das cotações fluminenses durante o anno foram de 12$400 por arroba, em outubro, a 18$000 nos mezes de junho e julho, para o typo n. 7. Em Nova York o mesmo typo disponivel abrira em janeiro a 13,1/4 cento por libra; descera a 12,½ c em maio, subira a 17,1/4 c em novembro e o anno fechara com a cotação de 17 c.

Continuava a processar-se o phenomeno da inversão entre as cotações e taxas cambiaes.

Em janeiro o typo se cotava a 13$200 por arroba sob um cambio de letras particulares, sobre Londres, de 12,3/4.
Subira o pregão a 14$ com 12,3/4.

Em fevereiro houvera:

14$200	12,3/8 d
15$400	12 d

Em março houvera:

15$400	10,7/8
15$100	12,1/8

Em abril houvera:

15$000	11,9/16
14$500	11,7/16

Em maio houvera:

14$500	11,1/4
15$000	11,1/8

Os depolpados novos attingiram preços phenomenaes, cotações jamais visiveis, vinte e cinco mil réis por arroba. Em junho subira o preço de 1$800 por arroba, o cambio baixara e os stocks quasi se esgotaram.

Vigoraram os preços de 14$600 por arroba de typo sete e cambio 11,5/16 e depois 15$000 com 10,3/4; 15$800 e 10,7/16 e afinal 16$400 a 10,3/4.

Em julho verificaram-se:

16$400	10,11/16
16$800	10, 1/2
17$300	10, 3/8
18$000	10, 1/4

Como o cambio reagira em agosto os preços do café foram considerados nominaes durante alguns dias. No fim do mez estivera o typo 7 a 18$000 e o cambio a 11,1/16 em setembro tendeu o cambio para a alta e o café baixou.

17$500	11 d
15$600	12, 3/8
14$800	13, 1/2

Outubro fora um mez arduo para os negocios cafesistas.

14$500	13, 7/8
15$400	14, 1/2
13$400	15, 1/4
12$400	16 d

O dia 8 de outubro marcou o dia de mais alta taxa cambial do anno da mais baixa cotação cafeeira. Recuaram as taxas cambiaes para o fim do mez.

14$800	14,13/16
16$500	13, 1/2
15$400	14, 3/8
15$700	14, 1/8

Em novembro:

16$800	12, 3/4
16$400	13, 1/2

Em dezembro:

16$800	13, 1/8
15$600	14 d

Assim novas comprobações se offereciam e as mais flagrantes de um antagonismo cuja existencia cada vez mais se arraigava no espirito publico brasileiro.

Fechara-se 1892 com excellentes perspectivas para os cafeicultores. Assim no Rio de Janeiro, por exemplo, as entradas haviam sido de 3.251.276 saccas e os embarques .... 3.313.561. As existencias que em janeiro eram de 224.353 saccas haviam passado a 72.987 em junho mantinham-se na cifra baixissima de 299.251 em dezembro.

Eram estes os confrontos entre os preços medios por arroba do typo 7 e as cambiaes medias approximadas sobre Londres.

Janeiro	13.800	12, 1/2 d
Fevereiro	14.950	12, 1/8 d
Março	15.300	11, 7/8 d
Abril	14.700	11, 5/8 d
Maio	14.800	11, 1/4 d
Junho	15.300	10, 7/8 d
Julho	17.500	10,7/16 d
Agosto	17.800	10, 3/4 d
Setembro	15.650	12, 1/2 d
Outubro	14.750	14, 5/8 d
Novembro	16.700	13, 1/4 d
Dezembro	13, 5/8 d	

Havia em Santos 112.000 saccas apenas e a media do kilo de café subira de 1.004 rs. da passada safra para 1.184 rs.

O stock mundial a 30 de junho de 1892 era de ...... 3.091.000 saccas apenas. Assim os appellos vehementes á offerta certamente determinariam nova e grande alta de cotações, majoradas ainda pela baixa cambial.

CAPITULO XI

Perturbação nas normas comerciaes decorrentes da situação politica — Enorme alta de café — Lucros extraordinarios de venda da safra — Esgotamento dos stocks — fluctuação das cotações

Escrevendo em principios de 1894, sob o troar dos canhões da esquadra rebelde, na Guanabara, contra o governo do Marechal Floriano Peixoto, após quasi quatro mezes da guerra civil mais grave que jamais vira o Brasil, pela extensão e o vulto das operações bellicas, declarava o retrospectista commercial do *Jornal do Commercio* ver-se forçado a confessar que encetaria sua analyse do anno de 1893 bastante constrangido. A irresistivel força da verdade levava-o comtudo a declarações receiosas. Apezar do movimento commercial, por si, não poder ser considerado como prova nem de decadencia do credito brasileiro no Exterior, nem de diminuição do commercio internacional do paiz, este ultimo soffrera, entretanto, modificações tão importantes, que agora parecia mais limitado ás transacções de vulto a que as praças do paiz e sobretudo a do Rio de Janeiro se acostumaram.

Pouco a pouco, os negocios de importação haviam ficado reduzidos ás encommendas remettidas aos mercados estrangeiros para satisfazer o consumo de semanas ou mezes. De taes praxes resultavam modificações em outros ramos do movimento commercial. Sem receio de muito exaggero, poder-se-ia asseverar que os negocios de importação em 1893 se haviam reduzido ás remessas de generos, destinadas não a negociantes de grande trato, mas a intermediarios, vendendo directamente ao consumidor.

Procurando modificar esta mudança radical no movimento importador dizia-se que os intermediarios se haviam visto obrigados a encommendar generos, porque os importadores, assustados pelas fluctuações cambiaes, não queriam compromettter-se, procurando vender a preços sobre base ouro. Convinha portanto, mais, ao intermediario pagar uma com-

missão modica a importar directamente os generos de consumo do que pagar ao importador um lucro e ainda se sujeitar ás fluctuações cambiaes. Dahi, ao ver do articulista, procediam muitas das queixas exaradas pelos importadores durante o decorrer de 1893.

In arma silent artes diz velho brocardo. E o commercio tambem era excusado lembral-o. E entre as lettras as do commercio.

Assim se nos apresenta curioso, o aspecto dos conceitos do retrospecto constrangido pela feia catadura do ambiente, a falar com a maior prudencia.

Os negocios de café continuavam no Rio de Janeiro com o conservantismo, que se impuzera absolutamente graças ás cotações extraordinarias vigentes durante o anno. Com uma sacca de café valendo cerca de 100$000 não havia incentivo para se conservarem stocks, e esta politica de prudencia fôra em geral seguida, durante o anno, pelos commissarios e ensacdcaores.

A firmeza do mercado recebera rude choque, quando a especulação bolsista explodira, em abril, nos mercados consumidores, mas pouca influencia tivera este acontecimento no mercado.

O movimento, em geral, nos mercados estrangeiros, tambem fôra favoravel e podia-se affirmar que os resultados do commercio cafeeiro deviam ser tidos como lisongeiros, durante o anno.

Em suma, o commercio importador não deixara os lucros esperados, em parte porque os importadores se tinham esquecido do resultado de colheitas pequenas de café, e em parte por motivos que a ninguem fôra dado prever. Não ousava o analysta dizer que estes factores eram a guerra civil e suas consequencias.

A exportação dera resultado satisfatorio, porque nunca 2.500.000 saccas de café haviam produzido tanta moeda corrente, na historia das praças brasileiras. As cotações, nos mercados estrangeiros, passada a crise bolsista de abril, mostraram sempre tendencia á alta. E devia-se accrescentar que os preços, em ouro, nunca haviam chegado ás cotações extremas, apregoadas em annos anteriores, de colheitas pequenas, facto reconhecido no estrangeiro, como o consumo regular de café claramente demonstrava.

Nunca, na historia do commercio cafeeiro do Brasil, houvera fluctuações tão violentas de preços, como em 1893. Nunca

registraram os mercados brasileiros preços de longe eguaes aos que tinham sido pagos durante este milesimo.

No emtanto os resultados, em geral, do anno, se não foram de todo satisfatorios, deixaram lucros, aos interessados ao mercado, pois, excepção feita dos mezes de abril e maio, quando explodira a especulação altista na Europa, e de agosto, quando as difficuldades financeiras nos Estados Unidos repercutiram sobre o mercado brasileiro, a tendencia das cotações, geral, fôra sempre para a alta. Haviam os cafesistas aprendido que, o valor em ouro, interessando sómente aos exportadores, cada baixa no valor cambial da moeda corrente justificava a alta proporcional nos preços ao curso dos mercados brasileiros.

Quanto ao curso dos mercados estrangeiros, os preços nunca chegaram a ser relativamente altos, si se conformassem as cotações durante o anno com as anteriores, annos de colheitas pequenas. Provara a estabilidade no consumo, além de tudo, que os preços não eram considerados excessivos.

Como acontecia em todos os annos de colheitas pequenas, no Brasil, os competidores dos paizes da America Central, da Venezuela, etc. haviam feito alguns esforços para chamar a si a attenção dos mercados consumidores, mas a julgar por excerptos da imprensa estrangeira, pouco devia o Brasil receiar a concurrencia dos demais paizes do continente americano.

Nos mercados dos Estados Unidos levantara-se certa celeuma contra a exclusão dos cafés da America Central. Isto porém em nada aproveitara ao Brasil pois os cafés excluidos dos Estados Unidos seguiram para fazer concurrencia aos do Brasil nos mercados europeus. Uma das razões justificantes do mallogro da especulação altista, em abril, fôra que estes cafés excluidos dos Estados Unidos tinham sido despachados para a Europa transtornando os calculos sobre o supprimento possivel nos mercados daquelle paiz. Pouco interesse produzira a referida especulação em mercados brasileiros apezar de se verem cotações das mais extravagantes nos paizes consumidores.

Os negociantes do Brasil acreditavam que o combate travado seria simplesmente entre os altistas. Estes haviam errado os calculos e os *baixistas* decidiram-se a comprar os cafés dos estrangeiros prova de que os negociantes do Brasil não se tinham enganado.

A crise financeira de agosto, nos Estados Unidos, que repercutira no Brasil, fôra muito mais importante, ameaçando

o credito do seu melhor cliente, mas, mesmo assim, apenas causara transtorno passageiro nas praças brasileiras. Destes, o principal se produzira no mercado cambial.

Em suma, os mercados estrangeiros haviam verificado que durante todo o anno de 1893 os do Brasil tinham sustentado posição muito firme.

Os extremos das cotações do café typo 7 foram 16$600 por arroba, a de 2 de janeiro, e 22$800, a 11 de novembro. Julho mostrara-se o mez das maiores fluctuações, sendo os extremos verificados de 18$000 a 21$500. As entradas de cafés novos principiaram nesse mez e houvera alta nas taxas cambiaes. Os acontecimentos de setembro em que se dera a revolta da esquadra e a generalização da guerra civil, depois de passados este mez e o de outubro, haviam causado menos transtornos no mercado de café do que se esperava quando se declarara a revolta. E' verdade que os exportadores fluminenses haviam volvido as vistas para os mercados de Santos e Victoria, realizando-se embarques importantes, tanto em uma como em outra praça, para os Estados Unidos.

Cafés destinados ao mercado do Rio mas retidos em Imbetiba junto a Macahé foram alli comprados e seguiram para Victoria com destino aos mercados americanos. As compras feitas na Europa para os Estados Unidos, em outubro, tambem tinham sido importantes, resultantes porém mais de certa irregularidade de preços entre mercados consumidores do que de qualquer acontecimento do Brasil.

Em principios de dezembro a delegação dos commissarios de café publicara a estimativa provisoria da colheita fluminense e mineira de 1894, orçando esta em 3.000.000 saccas. Apezar do valor que sempre tinham estas estimativas fôra esta considerada muito moderada, e a opinião geral tendia a orçar a colheita entre 3.250.000 e 3.750.000 saccas. Talvez fosse mais seguro calcular um termo medio donde a seguinte estimativa:

Existencia no paiz em 1 de janeiro de 1893 .	1.800.000
Colheita de 1893-1894	2.700.000
	4.500.000
Recebidas no anno de 1893	2.500.000
Colheita de 1894-1895	3.500.000
Suprimento para os 18 mezes até julho de 1895	5.500.000

Estes algarismos eram hypotheticos, porém, e muitos entendidos não orçavam o café existente a 1.º de janeiro, em mais de 1.400.000 ou 1.600.000 saccas. Quanto á colheita de Santos, as estimativas de 1894-1895 estavam mais ou menos concordes, avaliando-a em 4.000.000 saccas, mas havia divergencias em relação á de 1893-1894, e apezar das entradas no mercado de Santos no primeiro semestre do anno sommarem apenas 1.400.000 saccas, em fins de dezembro, havia pessoas bem informadas a orçarem o café ainda existente no Estado de S. Paulo em cerca de 500.000 saccas apenas.

Era de se notar que, como acontecera em 1892, em 1893, nunca occorrera formação de stocks de cafés nos mercados.

A procura regulara quasi sempre igual ao supprimento, mas, em diversas ocasiões, houvera certa disposição da parte dos exportadores no sentido de comprarem café, contando com a baixa no mercado cambial para revender as compras, ou embarcal-as a preços mais baixos em ouro. Esta manobra causara alguns dissabores, pois as revendas de café não eram bem acceitas no mercado do Rio e o convenio sobre o prazo de pagamentos fôra sempre rigorosamente observado nas praxes commerciaes.

Poucas casas exportadoras, no Rio de Janeiro, poderiam pagar o café comprado antes de embarcado e as transacções realizadas para a revenda não deviam ser toleradas. Se fosse absolutamente necessario realizar tal genero de negocio, então melhor seria estabelecer *contractos para entregar* como se dava no mercado cambial.

Em relação ás finanças dos Estados convinha registrar, que todas, com muito poucas excepções, continuavam em prosperas condições.

Fôra comtudo necessario prestar auxilios a Parahyba, Piauhy e Goyaz.

Dos preços altos que durante todo o anno haviam regulado para os generos de exportação muito tinham aproveitado as rendas estaduaes pelo augmento de direitos cobrados e a prosperidade dos Estados fizera preponderar certa opinião de que a elles deviam agora pertencer alguns dos serviços que ainda pesavam sobre o Thesouro Nacional. São Paulo, Espirito Santo, Rio de Janeiro e Minas Geraes já haviam chamado a si o de immigração e os dois primeiros e o ultimo encetado grandes melhoramentos materiaes.

Comquanto, porém, a prosperidade das finanças estadoaes repousasse quasi exclusivamente sobre a exportação de productos do solo, não seria inutil que as respectivas administra-

ções empregassem todo o cuidado na escolha dos melhoramentos projectados. Emfim a prosperidade dos Estados não podia deixar de influir sobre o credito do Governo Geral, cabendo a este procurar sempre harmonisar os respectivos interesses com os da justiça e equidade.

CAPITULO XII

As primeiras medidas de Prudente de Moraes — A crise geral brasileira — Penosa situação industrial — Campanha proteccionista — Primeiras difficuldades da lavoura cafeeira paulista — Pendencia entre o Thesouro e os Bancos de Emissão — Aplauso de Calogeras aos planos de Rodrigues Alves — Primeiros prenuncios de grave crise cafeeira — Novos proccessos introduzidos no commercio de café — Operações dos exportadores

Vencida a revolta de 6 de setembro consagrava o Marechal Floriano Peixoto em sua mensagem de 7 de maio de 1894 ao Parlamento poucas linhas, apenas, á questão financeira.

No intuito de levantar o credito nacional, reduzindo-se cada vez mais a emissão, já unificada no Banco da Republica do Brasil, era conveniente que o Congresso decretasse medidas tendentes ao resgate gradual dessa emissão e ao equilibrio do orçamento. Fôra terrivel a convulsão da guerra civil e como consequencia desta situação 1894 decorreu sobremodo angustioso.

Foi deante da situação financeira difficilima, quasi desesperadora por assim dizer que se encetou o governo do Dr. Prudente José de Moraes Barros.

No seu manifesto á Nação, no momento de assumir a Presidencia da Republica, a 15 de novembro de 1894, incluia Prudente de Moraes entre os principaes itens do seu programma:

Administração d aFazenda Publica com a maxima fiscalização na arrecadação e emprego da renda com a mais severa e perseverante economia, reduzindo-se a despeza de modo a equilibral-a com a receita, extinguindo assim o deficit orçamentario e convertida a lei de fundos em realidade.

Pontualidade na satisfacção dos compromissos successivos, que desde passado remoto se vinham accumulando em onus pesadissimos a se transmittirem de geração a geração fazendo-

se o resgate gradual da moeda fiduciaria para elevar o seu valor depreciado.

Viera a guerra civil como vimos provocar nova inflação de mais de oitenta mil contos de réis.

O Ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, novamente, encontrou um meio circulante de 712.358 contos de réis e o desapparecimento do lastro ouro garantidor das emissões.

Das apolices destinadas ao mesmo fim restavam menos de cem mil contos quando este total fôra de 172.831 contos.

Ao ministro pretendiam atropelar novamente os sofregos, os imaginosos, norteados pela philosophia do velho proloquio francez: *tout nouveau, tout beau!* Mudara o governo milagres se fariam immediatos, proclamavam os enthusiastas que no dizer espirituoso de Calogeras *balouçavam nas mãos o pedrouço* do celebre urso da fabula.

Houve então frenetica especulação cambial, a que acoroçoava a nova legislação em vigor, regulando as actividades dos corretores, cambistas e zangões, que com o Ensilhamento haviam proliferado immenso. Esta gente não se limitava a approximar vendedores e compradores, especulava por conta propria, freneticamente. Taes as deficiencias da regulamentação que até os bancos se viam forçados a acceitar os offerecimentos desses corretores da agiotagem.

Chegou a jogatina cambial, em 1894, a tal ponto que o Syndicato dos corretores expressivamente exclamava: "Já ninguem examina a solvabilidade das partes, compra-se e vende-se cambio, simplesmente; só se trata de lucrar ou perder nas differenças cambiaes". Os altistas triumpharam em agosto e setembro mas a liquidação de fins de novembro lhes foi durissima, aggravada pela crise de transportes ferroviarios que detinha no interior a safra cafeeira. Dahi por deante agravaram-se as suas condições e a grita dos vencidos foi enorme, sobretudo contra o Ministro da Fazenda. Queriam que saccasse, contra as disponibilidades do Thesouro em Londres, no sentido de assegurar a alta cambial!

Ora o ministro se alheirara do giro da praça, exactamente, accumulando recursos na Europa para não pesar sobre o mercado do Rio como adquirente de cambiaes o que aggravaria a liquidação já em si gravissima. Se avalisasse os desatinos da especulação faria acto de vredadeira inepcia.

Entre os remedios apontados para a minoração da crise, no enorme debater de opiniões então emittidas, sobretudo por um inquerito especial, do *Jornal do Commercio*, vinham os classicos: economia, compressão de despezas, emprestimos em

ouro, resgate de papel moeda .Queriam outros a restricção da especulação, a prohibição de negocios por conta de méros committentes, a reducção dos agentes de cambio que teriam todos nomeação official.

Rodrigues Alves, escreve Calogeras, bom financista e politico experimentado, ouvia sem emittir opiniões. Em todo caso fez limitar o numero de corretores, officialisando-lhes o cargo.

Medida que ainda aventou foi a da necessidade de um banco nacional, fortemente amparado pelo Governo, dispondo de creditos estaveis no Exterior e podendo converter-se em volante de mecanismo economico do commercio internacional, afim de regular as cotações. Prepararia o seu stock metallico no periodo de afluxo das cambiaes, deixando-o escoar-se no semestre de carencia afim de distribuir mais uniformemente, pelos diversos mezes do anno, a irregularidade das chegadas de mercadorias e por consequencia dos creditos sobre o Exterior.

Era a politica monetaria que alguns annos mais tarde seria sanccionada mas que, de prompto, não poude ser seguida.

Seria de toda a conveniencia estabelecel-a logo para fazer face á actuação dos bancos estrangeiros que especulavam sobre o ouro, de accordo com suas matrizes, levando a vantagem da cobertura certa, da ausencia das commissões a pagar, da illimitação das operações, podendo ditar leis ás praças e fazendo-o, exclusivamente, norteados pelas instigações de seus interesses.

Grande lacuna na organização commercial e monetaria do paiz era assim apontada sem que fosse possivel preenchel-a, o que só se faria em 1905.

Muito judiciosas observações emittiu Rodrigues Alves em seu *Relatorio* referente a 1894. Fez notar a discordancia flagrante entre o estado do Thesouro, a circulação e a situação economica do paiz.

Mau grado todas as loucuras do Ensilhamento o Brasil continuava a ver crescer sua producção e desenvolver seu mercado consumidor.

Se os fazendeiros empobreciam porque especulavam, hypothecando suas fazendas, a producção continuava e sua crise não era a dos productos.

Esta occorreria mais tarde, em virtude dos exaggeros emissionistas, que permittira fornecer elementos ao desenvolvimento immoderado das lavouras de um genero não de primeira necessidade: o café.

Tal crise constituia um reflexo de desenvolvimento inconsiderado das plantações, de excesso, nunca de restricção ou deficit.

Os dados apontados pelo Conselheiro Rodrigues Alves foram os seguintes:

Annos	Importação	Exportação
1888	260.998:000$000	212.592:000$000
1889	316.256:933$000	216.641:332$000
1890	325.246:596$000	272.144:530$000
1891	322.613:475$000	417.753:805$000
1892	382.062:012$000	432.362:395$000
1893	328.539:331$000	606.052:556$000
1894	341.539:331$000	601.046:334$000

Haviam sido estes os dados orçamentarios:

Annos	Receitas	Despezas
1888	165.564:480$498	160.056:894$561
1889	186.738:179$513	208.395:715$826
1890	308.616:756$575	262.578:788$254
1891	327.034:039$560	276.814:876$841
1892	292.668:501$843	313.681:311$259
1893	390.646:310$508	375.560:221$684
1894	393.661:278$096	496.070:007$771

Ao mesmo tempo fôra a circulação:

EMISSÕES

Annos	Do Thesouro	Dos Bancos	Total
1888 . . .	188.869:263$000	16.419:100$000	205.288:363$000
1889 . . .	185.819:213$000	11.337:350$000	197.157:563$000
1890 . . .	171.081:414$000	127.910:610$000	299.092:024$000
1891 . . .	167.611:400$000	346.115:960$000	513.727:360$000
1892 . . .	215.100:000$000	346.115:860$000	561.215:960$000
1893 . . .	285.744:750$000	346.115:960$000	631.860:710$000
1894 . . .	367.358:652$000	345.000:000$000	712.358:652$000

O primeiro destes quadros accusando os saldos de exportação, dava uma prova cabal da convalescença economica do paiz. Verificava-se a baixa pregressiva das importações apezar do augmento relativo do valor em papel-moeda devido á baixa cambial. Estas cifras explicam o optimismo do ministro que comtudo tinha difficuldades immensas a vencer.

As cifras de Rodrigues Alves, para os annos de 1888-90, são bastantes, e, por vezes, extraordinariamente, diversas dos dados hoje officiaes da Directoria de Estatistica Economica e Financeira do Thesouro Nacional, segundo publicações feitas em 1937, sob o titulo: Commercio Exterior do Brasil (P. 199).

Dados do *Commercio Exterior do Brasil*:

Annos	Exportação	Importação	Saldos
1888	206.405	187.488	18.917
1889	259.095	217.800	41.917
1890	280.665	255.520	25.145
1891	439.091	413.680	25.411
1892	618.319	527.104	91.215
1893	666.801	546.144	120.657
1894	729.455	649.402	80.033

Total dos saldos 402.693 contos de réis.

Como vemos segundo este quadro, desde 1888, dera a Exportação sempre saldos.

O total de tal superavit 402.693 contos mostra-se assim mesmo inferior, e largamente, ao apontado pelo relatorio de Rodrigues Alves 481.186.

CAPITULO XIII

As esperanças depositadas na presidencia de Prudente de Moraes — O desenvolvimento enorme das lavouras cafeeiras — Importação sobremodo consideravel de generos alimenticios — Operações cambiaes infelizes do Thesouro Nacional — Continua baixa cambial — Espectativa de reflexo favoravel no mercado cafeeiro — Influencia deste sobre o movimento cambial — Especulação desenfreada em 1894 — Accentuação da predominancia da exportação santista — Rapidez do escoamento das safras.

Commentando a pacificação occorrida, após os dias tormentosos da tão prolongada guerra civil rio-grandense, e mais tarde brasileira, fazia notar o auctor do *Retrospecto* de 1894 que a atmosphera nacional se desanuviara graças ao novo ambiente estabelecido com a presidencia de Prudente de Moraes.

Em fins de 1893, eram as perspectivas as mais sombrias não só pelo lado politico quanto pelo economico.

Immensas as despezas publicas e não se atinava como poderiam ser satisfeitas. A subida do Presidente Prudente de Moraes ao poder, governo bem acceito no paiz e no estrangeiro, commettida a politica economica a prestigioso Ministro da Fazenda, da ordem do Conselheiro Rodrigues Alves, fazia prenunciar uma era de reconstituição e reparação da Fazenda Publica submettida, no ultimo quinquennio, a experiencias e theorias de que, graças á Divina Providencia, o Brasil parecia achar-se liberto.

Em 1894 fôra a fluctuação cambial formidavel. Os altos preços do café, o sustento da massa de trabalhadores ruraes das lavouras que se alargavam, haviam sido os determinantes da importação de enorme volume dos generos alimenticios os mais vulgares. Milhões de saccas de arroz, de milho, feijão que o paiz poderia ter produzido! Em todo o caso o commercio importador tivera resultados regulares no exercicio de 1894.

No mercado de café, houvera sempre preços em alta, até que os desvarios do cambio, em setembro, e as enormes entradas em Santos, houvessem determinado prejuizos consideraveis.

Desde esta época, até o fim do anno, reinara certa restricção das entradas, com ou sem razão, geralmente attribuida aos fazendeiros. Contando com a repetição dos factos do primeiro semestre do anno, haviam decidido guardar seus cafés na esperança que a colheita do Estado de S. Paulo se esgotasse.

Verdadeiro ou não este prognostico, o curso do mercado durante o anno, despechara forte golpe na supremacia do mercado fluminense sobre o paulista, onde as entradas haviam causado admiração, e onde se tinham ultimado não poucos negocios que deviam ter sido realizados no Rio de Janeiro.

Quando, em dezembro, os receios que a epidemia que surgira no valle do Parahyba fosse o cólera, e tornara-se preciso tomar-se medidas preventivas severas, como a suspensão do trafego da Estrada de Ferro Central, já as entradas de café tinham diminuido a tal ponto que a interrupção de communicações com o interior pouco ou nenhum effeito produzira sobre as cotações.

Mostrava-se o analysta assustado com a extensão das plantações e os possiveis effeitos de uma superproducção cafeeira.

"Sentimos verdadeiro receio que durante o anno proximo a posição de nosso mercado entre os do mundo soffra importante depreciação. Já que Santos conta com colheitas de 4.000.000 de saccas, e a exportação directa da Victoria tende a crescer, sempre, parece necessario que os commissarios concentrem toda a sua competencia no estudo das condições a vigorarem no mercado de café brasileiro."

Receiava, aliás, o articulista que a supremacia cafeeira passasse do Rio de Janeiro para o grande porto paulista e, possivelmente, até para o da capital espirito-santense.

Ninguem contestaria a quasi certeza de que a capital da Republica viesse a ser por muitos annos o centro commercial do paiz, porém não faltavam prophetas para predizer que a exportação de café dentro de poucos annos seria transferida para Santos e Victoria. Para contradizer taes agoureiros não era bastante referir-se ao anno extraordinario que acabara de terminar. Acaso fosse verdade que o Estado de São Paulo ficaria em posição critica, durante o primeiro semestre do anno (e isto se comprovava) sempre se poderia contar com

entradas diarias de 20.000 saccas de café no mercado de Santos; não por alguns dias apenas mas durante mezes inteiros. Tão intimamente ligados eram todos os interesses commerciaes do Rio de Janeiro aos da exportação cafeeira que a perspectiva da colheita pequena esperada de 1895 a 1896 devia provocar medidas de verdadeira precaução por parte dos commissarios de café.

Assumindo a pasta da Fazenda procurara o Conselheiro Rodrigues Alves informar-se das condições do Thesouro Nacional, decorridos diversos annos de desordens financeiras. E as cifras apuradas forneciam maus prognosticos.

Se 1891 fechara com um saldo real de 166.000 contos nelle se incluiam 120.120 do saldo anterior, anno de enormes emissões de papel-moeda, e mais 418.866 de depositos.

Já 1892 para um total de 231.000 contos de receita ordinaria e extraordinaria houvera uma despesa de 281.237; verdade é que ahi haviam entrado 31.083 de depositos retirados.

Em 1893 fôra o deficit de 39.993 contos de réis. Viera a Revolução Federalista — a rebellião da Esquadra. E o Governo do Marechal Floriano fôra obrigado a emittir quasi uma centena de milhares de contos de réis.

Em 1894, dizia o auctor do Retrospecto, houvera o afastamento de um ministro da Fazenda o Dr. Felisbello Freire por causa de transacções cambiaes desastradas. Seu successor tambem fôra muito infeliz procurando deter o cambio em sua continua depressão.

Em geral os governos, no decorrer do anno pouco se haviam intromettido nas transacções da praça. O Ministro Freire realizara uma transacção em cambiaes, cujo resultado ninguem de fóra conhecia com certeza qual fôra e o Ministro Cassiano do Nascimento tambem procurara sustentar as taxas cambiaes, porém sem resultado para as condições da praça e com perda para o Thesouro.

Concluindo os reparos sobre aquelle anno, ultimo de um quinquiennio de desastres financeiros, dizia o articulista que em conclusão, fôra 1894 uma phase de transformações. Sob o ponto de vista estricto do lado commercial, não devia apezar de todos os transtornos, ser considerado dos peores, e, sinceramente, incluira licções proveitosas a todos.

A desenfreada especulação proteiforme, que invadira toda a cidade do Rio de Janeiro, abrangendo larga escala entre as operações cambiaes gigantescas e as modestas apostas das corridas de cavallos, etc. necessitava algumas restricções, que as autoridades virtualmente haviam promettido.

As ultimas palavras do articulista verberavam a inexperiencia e despesa dos noveis financeiros.

Assim viesse 1895 cicatrizar as feridas abertas pela falta de pratica — para não empregar mais aspera expressão dos governos que desde 1889 se haviam succedido. Inspirado pela prudencia e a circumspecção o novo Governo Geral certamente saberia e conseguiria rehabilitar sem demora os bons creditos do paiz.

Os principaes cambios estrangeiros baixavam constantemente em relação ao mil réis. Era impressionante tal verificação das maximas e minimas das taxas das lettras particulares, como se deduzia do quadro.

1889	28 1/2	26 7£8
1890	26 1/8	20 5/8
1891	21 5/8	10 3/4
1892	16 1/8	10 1/8
1893	13 3/4	10 3/16
1894	13 d	9 1/16

Assim as pqeuenas reacções altistas haviam sido modificadas pelo triumpho das cotações baixas.

Fôra 1894 de oscilações constantes, e nunca na historia do Brasil houvera maior especulação, cujo resultado pouco satisfatorio se mostrara aliás aos interessados.

A procura extraordinaria de papel particular, isto é, das lettras sacadas contra mercadorias exportadoras, era perenne, e nunca chegara o suprimento a satisfazer tal procura. O movimento internacional do commercio do Brasil ficava reduzido a um sistema de permuta de generos, e a exportação não fornecia, além da importancia necessaria aos encargos puramente commerciaes do paiz, o sufficiente para saldar os compromissos do Governo Federal, e outros que exigiam remessas em ouro estrangeiro.

A pequena colheita de café, em S. Paulo, no anno de 1893-1894 e a safra menos que regular na zona do Rio haviam obrigado o commercio a adiar sempre suas remessas, ou pela compra de cambiaes "para entregar" nos mezes futuros, ou por meio de emprestimos realizados em ouro, a serem liquidados na mesma especie.

A este movimento commercial se juntassem as sommas despendidas pelo Governo com a compra de navios, armamento e artigos bellicos, em material para estradas de ferro, além do serviço ordinario da divida, etc., em paizes estrangei-

ros. Facil seria imaginar quanto sommariam os compromissos geraes do paiz perante os paizes estrangeiros, quando a nova colheita do Estado de S. Paulo principiasse a chegar no mercado de Santos.

Não fosse a especulação que reinava no mercado cambial o restabelecimento da ordem no paiz, teria produzído effeito salutar sobre o valor da moeda-papel brasileira. A ganancia induzira porém os incautos a procurar prevenir o futuro, dahi resultando verdadeiras loucuras graças a desenfreada jogatina que em setembro culminara.

Em dezembro annunciara-se um emprestimo temporario ou credito aberto, na importancia de £ 3.000.000, que o Governo Nacional acceitara sob certas condições, e sabia-se que outras offertas haviam sido submettidas ao Ministro da Fazenda. Sem ter perfeito conhecimento das condições do referido credito, nem se o Ministro necessitaria saccar ou não, entrara a especulação em campo novamente, e o anno fechara com toda a possibilidade de que o mercado de cambio abriria com taxas baixas.

Restava sempre uma consolação a quem observava as fluctuações do mercado, e esta era que as taxas baixas aproveitariam aos fazendeiros, como demonstravam as cotações de café.

Mandava a lealdade accrescentar que o commercio legitimo do paiz soffrera relativamente pouco com as fluctuações cambiaes. Os grandes importadores tinham por habito remetter dinheiro, fosse qual fosse a taxa, sem esperar aleatorias altas, desde que realizassem as vendas.

A analyse das operações cambiaes, mez a mez, demonstrava a influencia enorme exercida pelo mercado de café sobre o cambial.

Em março de 1894 por exemplo o disponivel se reduzira a cincoenta mil saccas, apenas, no Rio de Janeiro, volume irrisorio portanto. A exportação santista esta se achava esgotada.

A 12 de abril o pregão registrava o record da baixa cambial nos fastos do Brasil: 9 1/16 dinheiros! Não havia café! e a exportação do Norte pouco influia para uma possivel reacção.

Maio e junho decorreram entre as fluctuações continuas da indecisão. Esperava-se a entrada apressada da safra paulista.

Durante a primeira quinzena de julho soffrera o mercado da recepção dos vendedores de cambiaes, que, contando com entradas francas de café, acharam-se mallogrados. E, como já acontecera em tantas occasiões, os que deviam ter forne-

cido letras tornaram-se compradores de cambiaes. Na segunda quinzena do mez continuaram as liquidações, mas durante os ultimos dias a tendencia do mercado melhorara fechando firme: houvera sommas regulares em lettras fornecidas de Santos, onde o café principiara a entrar com franqueza.

No principio do mez a procura de papel particular sempre regulara activa, e em diversas occasiões fôra este cotado á mesma taxa com as lettras bancarias. Attribuira-se tal procura ao vencimento de compromissos incorridos na esperança de sensivel alta sob a influencia da colheita nova de café. O empenho de realizar negocios para os mezes futuros influira quasi tanto sobre o curso do mercado quanto estes embarques importantes de café.

Em setembro encetara-se uma reacção altista que o articulista verberou vehementemente.

O mercado de cambio das praças brasileiras mais parecia uma Bolsa, ou até mesmo uma casa de jogo desabrido do que um mercado cambial da primeira praça da America do Sul e de outra de alto prestigio como Santos.

O movimento nos mercados de café se resentira vivamente da incerteza diaria das taxas, e embora lucros importantes realizassem os *altistas*, muito pouca vantagem auferira o commercio legitimo.

A offensiva levara o pregão de 9 ½ a 13 d. Mas já no fim do mez estava a 12.

Outubro abrira-se com o mercado sustentado. Ainda subsistia o effeito dos cambiaes resultantes da venda de 370.000 saccas de cafés do Rio e Santos.

Em dezembro declinara a taxa cambial francamente e o anno se fechara com o minimo de 10 1/4. Em todo o caso assim superior á do *black month* que fôra abril.

Houvera, por momentos, serias desconfianças de que Santos e as praças do norte viessem a ser o theatro de loucuras como as de setembro no Rio de Janeiro.

Para o commercio fluminense, observava o restropectista: deixara 1894 poucas saudades entre os interessados no mercado de café. Durante o primeiro semestre os possuidores — ensaccadores e commissarios — acharam-se livres de qualquer concurrencia do mercado de Santos. Resultara deste facto certa obstinação perdurando durante quasi todo o anno a restringir as transacções do mercado, e nem sempre produzindo os esperados resultados. Por outro lado, os exportadores, salvo em raras occasiões, demonstraram verdadeira animação comprando quasi sempre sómente os cafés indispensaveis, e depois

de alguns dias de movimento regular, retrahindo-se á espera de novas encommendas dos mercados consumidores, onde tambem as transacções pareciam reguladas pela mesma politica; se dali não proviera a dos exportadores do Rio.

Baixavam consideravelmente a qualidade e o aspecto da safra da zona fluminense. Haviam os corretores chegado a retirar das cotações os typos 7 e 6!

Accentuava-se dia a dia a predominancia de Santos. A epidemia de colera morbus no valle do Parahyba ainda aggravara esta situação penosa.

Declinava tambem a producção; o que valia era o facto de que no exterior os preços se sustentavam por não haver bastante café acoroçoador da formação de stocks mundiaes.

Apezar dos embarques importantes de Santos as existencias no estrangeiro nunca se accumulavam. Os preços em ouro, na verdade, haviam sido sensivelmente abaixo do termo médio do anno de 1893, devido ás taxas calamitosas do mercado de cambio. Receiara-se que os stocks augmentassem durante os ultimos mezes do anno. A posição quando este fechara fornecia esperanças de que apezar do valor da moeda corrente brasileira sensivelmente depreciada, durante 1895 os mercados nacionaes não soffreriam fortes abalos.

Estas perspectivas de melhoria cambial é que não se verificariam em 1895.

Quanto ao movimento das cotações os preços extremos por dez kilos e por arroba dos typos de Nova York haviam sido os seguintes.

O typo 6, o antigo *segunda bôa*, tivera os seguintes extremos por arroba 23 a 25$. A maxima cotação fôra em março.

O 7, antigo *segunda ordinaria*, e legitima, oscilara entre 19 e 25$500, subira sempre de janeiro a abril para declinar para o fim do anno.

O typo oito (segunda ordinaria mais fraca) tivera enormes variações de 13$500 a 24$000. Subira de 21$600 a 24$500 de janeiro a abril; declinara lentamente de abril a agosto para depois soffrer quéda brusca em setembro. Reagira depois recuperando a posição até certo ponto pois se cotara a 18$000 em dezembro.

Com o typo 9 (segunda ordinaria fraca) os extremos haviam acompanhado os do typo anterior mas em escala mais baixa (12$500 a 23$000). Subira de 21$200 a 23$800 de janeiro a abril, descera, reagira até julho soffrera a mesma

quéda brusca de 8 em agosto, reagira novamente fechando o anno em dezembro do modo mais animador (17$500).

Assim os seus extremos haviam sido de 12$500 a 23$800.

As velhas denominações das cotações brasileiras ainda persistiam nos nossos preços.

Assim por dez kilogrammas haviam sido durante o anno

Lavado	11$915 a 20$754
Primeira regular .	15$252 a 16$886
Primeira ordinaria .	11$438 a 18$711
Segunda bôa . . .	9$873 a 18$031
Segunda ordinaria .	6$809 a 15$524

O que valiá era que quanto café entrasse nas praças sahia quasi immediatamente para o exterior. Assim em 1894 recebera o Rio de Janeiro 2.742.789 saccas e expedira .... 2.671.958. O stock em dezembro se reduzira a 70.831 saccas apenas.

O preço médio, typo 7 e 8 por arroba e o cambio médio sobre Londres haviam sido:

Em janeiro	22$624	10 1/8 d
Em fevereiro	23$250	9 3/4 d
Em março	23$600	9 7/8 d
Em abril	24$800	9 1/2 d
Em maio	22$375	9 3/8 d
Em junho	22$250	9 3/8 d
Em julho	22$740	9 3/8 d
Em agosto	20$300	9 3/8 d
Em setembro	16$100	11 d
Em outubro	14$000	12 d
Em novembro	15$750	11 5/8 d
Em dezembro	16$920	10 7/8 d

Assim se verificava, por méra coincidencia, decorrente da posição dos stocks universaes de café, numa época em que o consumo estava com grandes exigencias, cirmumstancia que se ia tornando enraizada no consenso publico brasileiro: cambio baixo correspondia a café alto, motivo pelo qual se pretendia estabelecer certo antagonismo de idéas entre os interesses dos productores, exportadores e o do commercio importador.

CAPITULO XIV

Palavras sombrias da mensagem presidencial de 1895 — As difficuldades financeiras — As baixas cambiaes — A campanha proteccionista — Extensão enorme das novas lavouras cafeeiras — Esforços de Rodrigues Alves para regularizar a situação financeira — Importação de cereaes produzida pela alta cafeeira — Primeiros symtomas de crise cafeeira — Reflexos parlamentares deste mal estar incipiente — O projecto de Erico Coelho sobre o monopolio cafeeiro pelo Estado

Em sua primeira mensagem ao Parlamento a 3 de maio de 1895 expendia Prudente de Moraes as seguintes considerações:

A situação financeira, aggravada por causas conhecidas continuava a preoccupar muito seriamente a attenção do Governo.

Os grandes encargos, creados pela guerra civil, e os provenientes dos creditos extraordinarios e supplementares haviam forçado o Governo a procurar recursos no Exterior, para acudir aos encargos da divida, alliviando o mercado cambial de concorrencia que seria de consequencias muito graves no estado da praça, trabalhada por máos elementos de perturbação.

Modestamente enunciava o austero presidente:

"Parecia-me que emquanto não fosse bem apreciada no Exterior a politica de economia, de moderação e severo respeito á lei, que constitue a base do meu programma de Governo, não deveria aventurar-me á experiencia de grande operação financeira."

Assim contractara, com a casa dos Srs. M. M. Rothschild & Sons, a emissão de bilhetes do Thesouro, na importancia de dois milhões esterlinos, ao preço de 97 e juro de

5 % a curto prazo, e resolvera fazer um appello aos capitaes do paiz, de cuja confiança não podia absolutamente duvidar. Assim se lançara manifesto para um emprestimo de cem mil contos, em apolices de 1:200$000 e juros de 5 %, no typo de 95 %. Metade do producto seria destinado ao resgate do papel-moeda, emittido depois de 23 de dezembro de 1893.

Fôra a subscripção coberta duas vezes, obtendo-se assim o mais lisongeiro exito.

Expedira-se o decreto de 14 de março, providenciando sobre o resgate do papel moeda, de conformidade com as disposições do decreto anterior e dos votos do Congresso. Determinara o Ministro da Fazenda a retirada immediata da circulação, em notas de qualquer especie, da quantia de vinte mil contos, recolhidas á Caixa de Amortização, onde se conservariam em deposito até serem as notas bancarias trocadas por papel-moeda do Thesouro, a ser incinerado. De 30 de abril em diante seria applicada ao resgate a quantia que o Ministro entendesse razoavel, tendo em vista as necessidades da circulação.

A execução da lei de 23 de setembro de 1893 não fôra possivel no tocante á substituição dos lastros.

Rodrigues Alves, demonstrara em 1894 que a operação traria pesados encargos ao Thesouro. Só de juros, importaria em mais de 10.000 contos ouro.

No anno seguinte emittiu o parecer de que o plano da encampação das emissões, lhe parecia a solução definitiva e a melhor a se dar, como epilogo ultimo, á aventura das emissões bancarias conversiveis.

Reconhecia que um paiz não podia passar por modificações publicas e sociaes do vulto das do Brasil sem que houvesse surgido poderoso reflexo sobre as suas finanças. No segundo semestre de 1889 havia-se operado grande movimento de especulação provocado pelo annuncio de grandes emissões e largas subvenções do Thesouro a bancos em beneficio da lavoura.

Depois de pequena solução de continuidade, provocada pelo 15 de novembro, vira-se enorme massa de bilhetes bancarios atirados á circulação em pouco mais de um anno, facilitando o credito de maneira incrivel. Produzira isto os funestos effeitos que se podiam prever, dando logar a innumeras creações de empresas, cujo unico fim fôra fornecer titulos a desenfreado jogo de Bolsa, consumindo colossaes quantias adeantadas pelos bancos. Haviam estas empresas sossobrado na maior parte ou na quasi totalidade, e os poderes publicos se tinham visto na necessidade de por cobro á faculdade de

emittir notas, tão desastrosamente utilisadas pelos institutos que as possuiam.

Este desvario provocaria o maior transtorno á vida nacional.

Preconisava o ministro a encampação das emissões bancarias. Pela transferencia ao Thesouro das apolices e do ouro, que lhes serviam de base, o primeiro effeito seria a redução do *quantum* da divida consolidada pela qual respondia a Nação.

Pelo regimen da lei de 23 de setembro de 1893 a responsabilidade de taes emissões implicitamente pesava sobre o Thesouro, de sorte que, no computo da divida publica, era corrente ver-se sommar a importancia das apolices emittidas, e a emittir, para a garantia das emissões com a propria importancia destas.

Em nada ficaria enfraquecida a possibilidade da volta ao troco das notas por moeda metallica, pois que se applicava a retirada do papel-moeda somma elevadissima, embora por prestações, a distribuir, por certo numero de annos. Graças á redução da massa do papel-moeda, o desenvolvimento da riqueza publica e o augmento de população, valorisar-se-ia a moeda, facilitando-se a vinda de capitaes estrangeiros para o paiz. Poderia então o Thesouro resgatar avultadas sommas com apolices, que ora retiraria da circulação e recebidas como lastros dos bancos.

Convinha sobretudo não desfallecer na politica de compressão do meio circulante lançando-se mão de todos os recursos disponiveis.

O Congresso concordou, *in totum,* com a idéa do Executivo, a ponto de conceder autorisação ao governo para arrendar as estradas de ferro da União, destinando o producto da operação ao resgate do papel-moeda. Esta medida por si era sufficiente para permittir aquilatar-se quanto se generalisara e se firmara a convicção de que se tornava preciso combater inflexivelmente o papel inconversivel.

Traçando o panorama financeiro economico do Brasil, em 1895, diz Calogeras que ao paiz dominava geral mal estar. De todos os cantos irrompiam queixumes e lamentações. O commercio serio, o que não especulava, lamentava-se de não poder estabelecer preços de custo de venda sobre bases fixas.

As oscillações continuas e bruscas do valor do ouro obrigavam a procurar enormes margens para se precaver contra as eventualidades. Dahi a alta dos preços e a restricção do consumo.

Assim se via o commercio importador forçado a viver a abastecer-se dia a dia. Esta transformação das praças brasileiras de grandes centros distribuidores a simples intermediarias de transacções limitadas exasperava os commerciantes habituados a negocios de vulto.

Dahi o mal estar reinante em todo o Brasil, desde o importador litoraneo até o ultimo varegista do *farwest*.

Affirma Calogeras que os industriaes, estes viviam então em perpetuo sobresalto. A megalomania bolsista inventara planos grandiosos cujos primeiros delineamentos mal haviam sido esboçados. Já nos arredores do Rio de Janeiro, e de outras grandes cidades, surgiam ruinas soberbas de empresas cuja amplidão só era sobrepujada pelas chimeras de que provinham.

Dos salvados de naufragios os destroços juncavam os armazens alfandegarios, permittindo compras extraordinarias por parte dos beneficiados de loucuras alheias. Fabricas inteiras montadas com os melhores machinismos da época se vendiam com rebates de sessenta, oitenta, noventa por cento porque os seus primitivos proprietarios nem haviam conseguido meios de pagar os direitos de importação relativos a este material vultoso e precioso.

Haviam algumas manufacturas conseguido installar-se mas produziam carissimo e apenas reduzidas facções da capacidade daquillo para o que tinham sido projectadas.

"Seus productos, annota Calogeras, expressivamente, não podiam lutar com os da importação, pois provinham de um cyclo economico anormal. Constituiam producção insufficiente, sob o ponto de vista de apparelhamento, caro como mão de obra, adstricta a um mercado consumidor limitado pela diminuição da capacidade acquisitiva, reduzido ainda pelo encarecimento devido a producção muito cerceada, em face da importação das mercadorias similares e mais baratas, a impossibilidade de restabelecer o equilibrio pelo desapparecimento completo do credito industrial, a crise crescente do mercado interno, a impossibilidade de se arranjarem escoadouros externos nos paizes visinhos submettidos a um regimen alfandegario absolutamente livre ou muito moderado.

Serviu isto de pretexto a uma das principaes bases da campanha proteccionista. Até então, as tarifas preponderantemente fiscaes, do regimen politico decahido, admittira sobretaxas com o fito especial de augmentar as receitas para fazer face ás despezas do Exterior. Assim a preoccupação fiscal dominava.

A grita levantada pelos industriaes impressionou, e muito, o ambiente politico, abafando as pequenas resistencias dos que exprimiam pontos de vista adversos, aliás timidamente, e a discordancia, tambem temida, dos consumidores, ameaçados pelo encarecimento dos preços das mercadorias correntes.

A testa dos proteccionistas figurava o proprio vice-presidente da Republica o Dr. Manuel Victorino Pereira, aliás homem de alta intelligencia e firme vontade.

Sob o influxo desta campanha votaram-se, para 1895, tarifas alfandegarias majoradas. No interior do paiz fazia-se a crise sentir na classe rural, mas a situação financeira era menos penosa do que a do commercio e industria.

Havia porém uma região muito importante em que as aperturas já começaram a ser serias, a da lavoura de São Paulo.

A derrama de dinheiro, a cata de emprego, provocara a mais extraordinaria elasticidade do credito. Coincidira isto com o momento em que, em virtude de factores varios, haviam, com o alargamento do consumo, os stocks mundiaes de café declinado tanto que sobreviera alta fortissima de cotações. Dera-se então enorme valorisação ficticia de terras e lavouras.

Ás imaginações feria a miragem da uberdade prodigiosa do oeste paulista onde o solo virgem mostrava ser o verdadeiro habitat da rubiacea.

Verdadeira febre para a plantação de café apossara-se de quantos tinham conseguido approximar-se dos fornecedores de fundos e alcançar-lhes os favores.

Viram-se quantias consideraveis entregues a individuos que poucas e por vezes muitissimo poucas garantias podiam offerecer para o fito de abrirem fazendas novas ou adquirirem lavouras já formadas.

E nem se dissesse que se tratava de valores confiados a individuos representando solidas condições. Se se fazia credito a provectos e experimentados lavradores, a homens especialisados na cafeicultura, forneciam-se tambem centenas de contos de réis a pessoas que exerciam profissões as mais diversas, liberaes, artisticas, etc. e jamais haviam tido o menor contacto com as lavouras da rubiacea.

Fosse como fosse o periodo da inflação determinava verdadeira *course à l'abime* para os terrenos cafeeiros. Em prazo curto, enormes extensões florestadas desappareceram e os renques de cafesaes novos cobriram milhares e milhares de alqueires de terras novas do oeste paulista. E as ultimas reservas de

matta das velhas fazendas, desde muito exploradas, das antigas zonas, desappareceram.

E como o café seja, como todos sabem, planta de assaz longo periodo de formação antes de produzir, estas novas inversões de capitaes em lavouras exigiram periodo de não remuneração de capitaes, consideravel.

A maioria dos que se aventuraram nesta nova senda de vida não tinha recursos sufficentes para apparelhar as fazendas. Havia procurado recorrer ao credito hypothecario. E como as taxas de juros tinham sempre sido caras, num paiz de capitaes escassos, como o Brasil, dahi proviera terrivel sobrecarga de onus para estes neo-cafeicultores.

Contavam todos, allucinadamente, com a constancia das esplendidas cotações dos ultimos annos sonhando muitos, ainda, com a elevação dos preços.

Já no anno immediato o presidente de S. Paulo, então Bernardino de Campos, lançaria uma nota de pessimismo no meio daquelle delirio optimista. Aventada a possibilidade de uma quéda de preços mostrava-se alarmado com a circumstancia de que a divida hypothecaria pesando sobre a lavoura paulista passava de 400.000 contos de réis.

Não era o credito hypothecario aquillo de que precisavam os fazendeiros e sim o agricola, o credito annuo, para o custeio das fazendas. O hypothecario, longo, pesado tornava-se frequentemente sobremodo oneroso aos lavradores.

As difficuldades que assaltavam os individuos não eram porém sufficientes para influir sobre o conjuncto da producção nacional que crescia sempre. O saldo de exportação subia mas a sua reducção em valor ouro accentuava-se em virtude da baixa cambial.

Eloquentemente, traça Calogeras o quadro da situação creada pela explosividade das emissões de 1890 a 1891, oscillações dos preços de venda, variabilidade dos salarios, superproducção imminente, abandono de culturas cerealiferas pela do café, indisciplina crescente das empresas de transportes, maritimas e terrestre, variações bruscas das cotações. O abuso do credito trouxera o desvio das actividades do trabalho sadio e creador de reservas para as vias damnosas do jogo e da especulação; o abandono dos methodos lentos de mediocre remuneração mas firmes e seguras do trabalho aturado, pela miragem fatal das operações bolsistas e das fortunas improvisadas."

A nova discriminação de rendas, com a contribuição de importantes impostos federaes aos Estados, era outra causa de perturbação.

O Thesouro federal vivendo sobretudo das rendas alfandegarias lutava contra a baixa destas e os Estados dispondo da totalidade dos impostos de exportação, outr'ora em parte geraes, impostos *ad valorem* dispunham de recursos como jamais haviam conhecido. E agora punham-se a gastar largamente, procurando melhorar seu apparelhamento civilisado.

A abolição dos impostos ouro, pelo Conselheiro Araripe, jamais restabelecidos, trazia nova apertura aos cofres federaes.

Os prazos fataes dos pagamentos no Exterior obrigavam o Governo Federal a intervir nos mercados cambiaes o que frequentemente era medida prejudicial ao proprio Thesouro. Dahi a necessidade da previsão de parcelas cada vez mais pesadas no orçamento federal, as das diferenças de cambio que chegariam a porcentagem de um terço do orçamento da receita!

A tarefa dos governantes tornara-se ardua pois.

Era preciso liquidar as contas provenientes da guerra civil, attender ao atrazo do reembolso dos adeantamentos feitos aos bancos de credito agricola, restabelecer a ordem na circulação, liquidar as pretenções excessivas dos bancos que haviam perdido o direito de emittir, unificar a moeda e reduzir-lhe a massa, calcular a emissão de apolices que iam substituir os depositos de garantias desvanecidas encontrar recursos para fazer frente aos compromissos em ouro.

Quiz Rodrigues Alves restabelecer os direitos em ouro pelo menos parcialmente, mas o Congresso a isto se negou.

Obteve porém a licença do Legislativo para effectuar uma manobra de compressão do meio circulante dahi a emissão de apolices de cem mil contos em papel; metade destinada a destruição de papel-moeda.

Os bancos fluminenses haviam ajudado poderosamente o bem inspirado ministro.

A pacificação do Rio Grande do Sul trouxera desanuviamento consideravel do horizonte.

Logo depois encetara-se uma luta entre o Thesouro e os Bancos de Emissão que reclamavam indemnisações em troca da cessação dos privilegios.

Com muitos pormenores explica J. P. Calogeras esta contenda expondo a situação de cada um destes estabelecimentos: Bancos União de S. Paulo, Emissor de Pernambuco, Emissor da Bahia, Emissor do Norte, que reclamavam um total de cerca de trinta mil contos de réis.

A algumas destas exigencias verbera Calogeras do modo

mais aspero como as do Banco Emissor de Pernambuco a que accusa de positiva fraude.

Depois de muita discussão propuzeram os bancos ao Thesouro depositar na Caixa de Amortização em notas de todas as procedencias, o total das emissões. O Governo lhes restituiria as apolices dos depositos em valor correspondente ás sommas entregues até a retirada total das notas em circulação.

O Ministro não podera por falta de autorisação legal, acceitar tal projecto mas solicitara das Camaras a solução do problema, applaudindo altamente o novo plano dos bancos.

Fazendo o elogio da administração de Rodrigues Alves, diz o illustre auctor que elle, em 1895, propuzera a verdadeira solução da crise: impostos em ouro restabelecimento da ordem nas finanças e administração pedindo paz, sobretudo, e economia.

Mas os sobresaltos pelos quaes havia passado o paiz, tão recentemente, de tal modo perturbara a nitida visão das coisas que o Parlamento ainda não se convencera da verdadeira via a seguir. Preferia continuar com o augmento de tarifas alfandegarias.

O cambio resvalava sempre. Em janeiro de 1895 mantivera-se numa media de 10 15/32 para em junho cahir a 9 1/2 e em dezembro a 9 5/32. Havia deficit orçamentario. Á receita de 1895, 374.060 contos, contrapuzera-se uma despeza de 392.961.

Os direitos alfandegarios, cada vez mais elevados, já não eram mais tarifa proteccionista; assumiam ares de barreira prohibitiva. O Thesouro ainda mantinha os pagamentos na Europa porque dispunha de seis milhões de libras tomadas a 85, a 5 por cento de juros e 1 por cento de amortisação.

Queimaram-se trinta mil contos de papel-moeda mas o resultado da medida fôra pouco proveitosa para o fim que se tinham em vista: o de actuar sobre o cambio. Era indispensavel a volta á cobrança dos impostos em ouro mas o Parlamento continuava a não pensar assim.

"Os espiritos ainda estavam profundamente perturbados pelos vortices do Maelstrom financeiro e politico das emissões e da revolta para distinguir nitidamente o caminho a tomar. As intelligencias lucidas e clarividentes viam-se na situação de quem prega no Deserto."

Attingira-se o apogeu das difficuldades legadas pelos erros do passado. Processavam-se lentamente as operações das grandes liquidações do Ensilhamento.

Assim a *Leopoldina Railway* erguia-se sobre os escom-

bros da Companhia Geral de Estradas de Ferro mas a troco de que redução! Era o prejuizo dos accionistas superior a 90 por cento!

Começaram porém a apparecer os primeiros symptomas graves da crise cafeeira.

As cotações ainda se mostravam favoraveis mas uma campanha movida pelos baixistas fazia com que se deprimissem a ponto de trazer uma depreciação de 40 por cento.

As condições locaes davam nascimento a dois elementos serios que começaram a causar certa perturbação nos mercados.

Começaram as casas exportadoras a operar no interior, tratando directamente com os fazendeiros sem recorrer aos antigos intermediarios: os commissarios e os ensaccadores.

Da emissão das guias resultava habito, desde muito corrente, uma especulação sobre o valor de compra destes documentos, de que beneficiavam parcialmente os productores por occasião da liquidação, de contas entre elles e os vendedores de seus cafés.

Esta situação desde muito tambem provocava a perturbação da percepção dos impostos exportadores.

Resolveram os estados cafeeiros fazer um accordo relativo a esta questão das guias que dentre em breve desappareciam dos mercados cafeeiros.

Outra e grande causa de perturbação economica era que o café monopolisando todas as vistas e attenções provocara enorme diminuição da producção de cereaes. Importados produziam estes, formidavel sobrecarga para a baixa cambial.

Assignalavam os relatorios do tempo este accrescimo notavel de unidades importadas:

Annos	Arroz Saccas	Milho Saccas
1891	866.588	58.470
1894	1.914.015	859.833
1895	1.198.430	919.706

Os disturbios da circulação não cessavam. Pedia o Governo meios de acção, e o Congresso se mantinha inerte. Receioso do augmento das tarifas alfandegarias comprava o commercio importador, á larga. Assim como reflexo attingiria a baixa cambial a 8 7/8 em fevereiro de 1896.

As aperturas governamentaes chegaram a ser enormes e Calogeras assim as define.

O ministro da Fazenda não podia fornecer cobertura para as cambiaes emittidas pelos Bancos do Rio, livremente, afim de não permittir a baixa das taxas.

A lei não conseguia refrear a especulação cambial e a especulação sobre o ouro; isto aliás tendia, mais, para ajudar qualquer alta real e permanente do que para pesar no sentido contrario.

A recusa dos bancos estrangeiros em empregar, as disponibilidades em transacções commerciaes, deixava entrever sua preferencia em obter lucros mais faceis, maiores, especulando em cambio com os recursos proprios e os das respectivas matrizes. Os bancos nacionaes mostravam-se demais fracos para dictar a lei e o mecanismo tributario não podia fornecer ao Governo nenhuma arma defensiva, como o imposto em ouro que Rodrigues Alves reclamava sempre, com grande insistencia e espirito de previsão.

Apezar de todas as advertencias, as economias solicitadas pelo Governo, e por todos quanto estudavam os negocios do paiz, não se inscreviam nos paragraphos do orçamento e as exhortações do Thesouro eram muito pouco escutadas pelos outros ministerios. As differenças de cambio continuavam a aggravar-se e a necessidade de se normalizar o meio circulante apresentava-se cada vez mais intensa.

Já em fins de 1895, havia bastante quem se sentisse mal impressionado com a excessiva abertura de novas lavouras cafeeiras, prevendo immenso alargamento da producção brasileira em discordancia com os reclamos de consumo. Já aventara a imprensa o projecto de se conceder o monopolio da exportação de café á União.

No Parlamento, na Camara dos Deputados, a 7 de outubro deste anno o Dr. Erico Marinho de Gama Coelho, deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, requereu a nomeação de uma Commissão Especial, afim de dar parecer sobre um projecto de monopolio da exportação do café pela União, e isto com a maxima brevidade.

Nomeou o presidente da Camara a commissão solicitada Em sessão de 11 de outubro o deputado Serzedello Corrêa contava que ella se reunira tendo-o nomeado presidente e a Alcindo Guanabara relator.

Deliberara considerando o projecto da mais alta importancia, visando os interesses capitaes do commercio e da lavoura, e resolvera constituir-se em commissão de inquerito

para proceder a minucioso estudo sobre a producção, o commercio, as condições de transporte e a posição do mercado cafeeeiro.

Para fazer um estudo completo de todas estas circumstancias ficara o relator encarregado de apresentar um programma de trabalhos, a serem iniciados pela commissão. Neste intuito, apressava-se em declarar á Camara que seu fim era tanto quanto possivel, conciliar os legitimos interesses do paiz, os reaes e cordeaes interesses do Thesouro Federal e os não menos respeitaveis, não menos dignos de acatamento, cuidado e escrupulo da lavoura.

Não queria absolutamente precipitar assumpto de tamanha importancia, tinha a preoccupação de fazer demorado estudo cuidadoso e cauteloso, conciliatorio de interesses geraes.

Não tiveram andamento porém os trabalhos da commissão, nem se falou mais no projecto E. Coelho.

CAPITULO XV

O ano comercial penoso de 1895 — A questão das guias perturbadora do mercado cafeeiro carioca — Cotações razoaveis e stocks avolumados — Incerteza politica e má situação financeira — Declinio do surto cafeeiro — Novas praxes do comercio do café — Cambio e café — Restrição das remessas

Correra 1895 entre dissabores e desgostos para o commercio, escrevia o retrospectista do *Jornal do Commercio* em fins deste milesimo.

Sem exageração, poder-se-ia asseverar que o desanimo invadira o espirito das classes, de cuja prosperidade e socego dependiam em alto gráo os interesses vitaes do paiz, observara ao encetar a analyse do movimento economico financeiro de 1895.

A importação estrangeira continuava restricta a pequenas partidas de encomendas e as difficuldades decorrentes do mau trafego da E. de Ferro Central tinham sido as mais prejudiciaes. A importação procurara até encaminhar-se para Santos em detrimento do Rio de Janeiro.

No mercado de café, a chamada *questão das guias*, conservara os interessados perplexos, até fins de maio, e a primeira quinzena de junho fôra de notavel actividade, seguindo-se baixa importante nas cotações que, não acarretara porém, prejuizos importantes. Em geral durante todo o anno, os ensacadores de café tinham demonstrado louvavel prudencia, e se os resultados de 1895 não haviam sido de grande lucros, pelo menos sempre tinham deixado alguma remuneração para o capital empregado no commercio de ensaque. Que os preços correntes haviam satisfeito os fazendeiros comprovara-se pelas cotações e entradas no Rio e Santos; mas o curso dos mercados consumidores durante o anno produzira alguns receios de que talvez nascessem difficuldades para os exportadores de café durante o ultimo trimestre do anno.

Principalmente se o anno novo desse saldo de cerca de 1.800.000 saccas, entre o Rio e Santos e colheitas proximas orçadas entre 8.500.000 a 9.000.000 saccas.

O suprimento visivel do mundo, a 31 de dezembro, mostrava-se importante, mas os preços nos mercados estrangeiros razoaveis.

O grande effeito das colheitas proximas já se fazia sentir nas Bolsas de café do estrangeiro. Acreditava o analysta que antes de começarem as novas entradas de cafés nos portos de embarque, se veria porém, alguma diminuição das existencias nos mercados consumidores.

A situação financeira do paiz é que continuava cada vez mais seria. Esconder a sua gravidade seria inutil, pois ella se impunha á consciencia de todos.

O Ministro da Fazenda, Conselheiro Rodrigues Alves, não arrefecera nos esforços de regularizar as finanças do paiz, mas poucos auxiliares encontrara, neste trabalho quasi sobrehumano. Levantando um emprestimo de £ 2.000.000 em Londres, em janeiro, ferira interesses e adquirira hostilidades immerecidas. O emprestimo interno de 100.000:000$000 absolutamente indispensavel, fôra criticado de maneira que produzira certas duvidas acerca da seriedade das criticas, e quando, em julho se realizara o emprestimo de £ 6.000.000 em Londres, chegara a vez dos jornaes estrangeiros se arvorarem em conselheiros do Brasil e lançarem verdadeiros libellos de doestos sobre *as extravagancias do Brasil,* predizendo a bancarrota nacional.

Ao mesmo tempo notava-se no paiz grande desorientação de espiritos no tocante a uma politica financeira que era capaz de restaurar a economia publica.

E, força era confessal-o, o mal estar provinha em parte da incerteza politica.

Aos financeiros estrangeiros era difficil explicar porque motivo a pacificação do Rio Grande do Sul realizada em agosto, e tão desejada pela grande maioria do povo brasileiro, tão mal recebida fôra na Camara dos Deputados, representante directa da Nação. Eram os reflexos fortissimos ainda do exacerbamento dos odios nascidos da guerra civil.

Amargamente commentava o articulista que não convinha renovar as lembranças de desgostos passados e tão fundos.

Um relatorio da Commissão de Finanças do Senado em fins de 1895, assim avaliava os encargos nacionaes em Rs. 2.434.557:374$000 a saber:

Divida externa £ 36.098.800 ou cerca de 867.000 contos de réis pelo cambio medio do anno.

Divida interna	362.488:635$000
Apolices de juros em ouro .	275.473:500$000
Papel-moeda do Thesouro . .	337.358:652$000
Papel-moeda bancario	340.714:370$000

Responsabilidades do Cofre de Orfãos, Caixa Economica e Monte de Soccorro, bens de defuntos e ausentes, depositos publicos 244.628:677$000 em fianças diversas 6.893.500.

Depois de se ter affirmado que o novo regimen fugiria aos pedidos de dinheiro europeu vira-se o governo brasileiro forçado novamente a recorrer á praça de Londres, pedindo-lhe seis milhões esterlinos ao typo baixo de 85 e juros de cinco por cento. Destas £ 6.000.000 dois milhões se destinavam ao pagamento de letras do Thesouro.

E ainda precisara realizar um emprestimo interno de cem mil contos, ao typo liquido de 95 e juros de 5 por cento, para a consolidação da divida flutuante.

E além de tudo causava apprehensões a possibilidade de maus desfechos judiciarios contra a Fazenda Nacional e outras causas, oriundas ainda do terrivel furacão do Ensilhamento. Entre outros motivos de receio occorriam a regularisação da conversão dos lastros dos antigos bancos de emissão; que não fôra definitivamente decidida.

Taes as aperturas da época que já se cogitava em arrendar e, até mesmo, alienar a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Synthetisando as impressões deixadas pelo anno de 1895, dizia o critico do *Jornal do Commercio* que o retrospecto era o mais carregado de sombras de quantos o dever de analysta imparcial o obrigara a organizar. Desfalques, contrabando, jogo desenfreiado enraizado por toda a parte, desanimo e presagios de desastres, tudo isso se lhe deparara ao formar a opinião imparcial sobre o movimento commercial do anno findo. Assim confessava que a unanimidade das queixas levantadas lhe calara profundamente no animo.

Em 1895 entrava em declinio o surto cafeeiro que nos annos anteriores tão grandes lucros deixara. Os resultados para os ensaccadores haviam sido mediocres. O movimento do mercado obstara comtudo serios prejuizos.

A questão das taxas cobradas pelos fiscos estaduaes, e das guias fôra a causa de desagradaveis incidentes. Assim por

exemplo se vira o governo fluminense forçado a recuar de uma altitude julgada nefasta aos interesses fiscaes.

A questão das guias foi debatida e combatida calorosamente, e a solução ficou demorada até 21 de maio, quando, na reunião dos representantes dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes, S. Paulo e Espirito Santo, se decidira conceder embarques de café livres da formalidade da apresentação de guias até 15 de junho, data em que devia cessar a concessão.

Em theoria o embarque livre de cafés, já satisfeito o imposto estadual, por occasião da chegada aos portos não devia poder admittir discussão; mas tão enraizada se achava a pratica antiga de creditar nas contas de vendas o producto de taes guias, cuja apresentação era necessaria, quando os direitos de exportação se partilhavam entre o Governo Geral e os dos primeiros productores, que a iniciativa do Secretario das Finanças do Rio de Janeiro, autorisando o embarque de café, sem a referida formalidade, levantara verdadeira tormenta, deante da qual tivera elle de ceder.

Quanto ao resultado da experiencia fôra ella pouco satisfatoria. Logo que se publicara o prazo fixo dentro do qual os embarques livres se effectuariam tinham os exportadores tratado de se munir com despachos representando quantidade de café muito superior á existencia. Ainda que houvesse alta dos preços durante os principios de junho, com a approximação do encerramento do prazo o mercado mostrara fluctuações violentas. Todos os interessados no commercio de café sentiram-se aliviados quando o accordo final fôra publicado.

Outras causas de queixa: as malversações, as interrupções do trafego da Central e as paredes dos estivadores. Um deputado fluminense o Dr. Erico M. da Gama Coelho levara ao Parlamento um projecto pelo qual se concedia ao Governo da União o monopolio do commercio de café que não lograra ser tomado em deliberação ante os geraes protestos levantados.

Iniciara-se nova praxe que muito dera que falar de si. Casas exportadoras puzeram-se em relações directas com fazendeiros fluminenses despachando para o Rio de Janeiro dezenas de milhares de saccas, em transito para Nova York.

Como era natural, este novo negocio, ferindo interesses estabelecidos, encontrara opposição provocadora de um augmento de fretes pelas estradas de ferro aos portos, de onde os cafés se embarcavam para a Guanabara, e este augmento fôra combatido energicamente, sem, ao que parecia, ter produzido effeito sobre a administração da Estrada de Ferro Leopoldina.

Calculava-se a safra de 1896-1897 em 3.750.000 saccas na região tributaria da Guanabara.

Das entradas francas durante o ultimo semestre do anno resultara alguma desconfiança sobre a estimativa da colheita, mas os commissarios declararam-se persuadidos da exactidão da sua estimativa, e o augmento, no fim de 1895, talvez houvesse resultado da certeza dos fazendeiros de que a colheita proxima não somente seria abundante, mas tambem estaria prompta a ser enviada aos portos de mar mais cedo que nos annos anteriores.

Demais, com o systema, mais ou menos generalizado, de meiação entre o fazendeiro e os colonos, ainda que a posição dos mercados justificasse alguma restricção das remessas de café, esta seria de difficil realização. E, ainda mais, os preços em moeda corrente vinham a ser satisfatorios aos fazendeiros.

Nos mercados estrangeiros vira-se a tendencia á alta durante o primeiro semestre do anno. De junho a setembro haviam os mercados regulado mais ou menos sustentados. Mas em fins de outubro a baixa declarara-se continuando até o fim do anno. Coincidira tal baixa com a transmissão das estimativas sobre as colheitas. Em Santos se falara a principio de safra proxima de 6.000.000 de saccas, com o augmento das entradas diarias e finalmente com a baixa decidida no mercado de cambio, regulador do valor em ouro da exportação brasileira.

Durante todo o anno, o consumo nos mercados estrangeiros, demonstrara que os preços eram considerados regulares, mas salvo em setembro quando houvera diminuição de cerca de 10.000 toneladas, o supprimento visivel dos mercados do mundo augmentara sempre. De 159.630 toneladas a 1 de janeiro de 1895, passara a ser calculado em cerca de 206.000 em 31 de dezembro.

Começava o processo da rapida superproducção devida ao alargamento dos cafesaes paulistas.

O *Jornal do Commercio* assim avaliava as cifras de exportação:

	1894	1895
Santos	3.132.000	3.611.000
Rio de Janeiro . . .	2.671.955	2.763.000
Total	5.803.955	6.374.000

Em 1895, os extremos de cotação para o *good average*, por dez kilos variara entre 13$200 em janeiro, 16$800 em março e 15$000 no fim do anno.

Quanto á relação entre o cambio e café fôra a seguinte aproximativamente para o typo 8 que correspondia mais ou menos á *segunda ordinaria* a arroba se cotara entre 21$000 e 21$500, em janeiro, ao cambio de 10 1/16 d a 10 5/8. Em fevereiro estivera o mercado apatico. O governo fluminense permittira o embarque livre de seus cafés e constava que duzentas mil saccas haviam sido despachadas. O governo mineiro protestara, exigindo a apresentação das guias, declarando-se o conflito. O café estivera frouxo á base de 10 d.

O Rio de Janeiro e Minas realizaram um accordo em março sobre as guias, accordo que não parecera aliás favoravel aos interessados.

Notaram-se as seguintes cotações:

20$500 — 10 d.
22$600 — 9 1/2 d.

Em abril as cotações de 20$000 — 20$500, com 9 5/8 haviam descido sem haver baixa cambial, reagindo porém os preços a 20$500 com 9 3/8.

Em maio estabelecera-se o accordo sobre a questão das guias, havendo alta de preços.

Deram-se as seguintes relações.

22$000 por arroba — 9 3/16 d.
23$500 por arroba — 9 1/8.
23$000 por arroba — 9 1/4.

Apresentando a permissão de livre embarque, sahira muito café na primeira quinzena de junho, para depois escassear na segunda. Os stocks baixaram semanalmente. Registraram-se

Em junho:

23$500	9 1/4 d
19$500	9 3/4

Em julho:

19$000	10 1/8
17$000	11 1/4
19$000	10 5/8

Em agosto:

20$000	10 5/8
19$000	10 7/8

Em setembro:

19$500	11 1/8
20$500	10 5/8

Em outubro:

21$500	10 5/16
20$800	10 1/8

Em novembro:

21$500	9 3/4
22$500	9 1/4

A baixa porém se dera assaz sensivel a 20$000 sem que o cambio variasse.

Em dezembro o panico financeiro nos Estados Unidos perturbara o mercado brasileiro realizando-se negocios a Rs. 20$000 com o cambio inalterado sob a pressão de noticias de difficuldades graves nos mercados financeiros americanos.

Em suma o anno de 1895 em pouco se differençara do de 1894, á vista da incerteza e persistentes flutuações no mercado de cambio. Não houvera a desenfreada especulação de 1894, mas esta deixara certa herança nefasta sob a forma dos *reports* cuja liquidação ainda continuara em vigor durante quasi todo o anno.

A procura perenne de papel particular legitimo, isto é, de cambiaes representando mercadorias exportadas, demonstrara que os compromissos no estrangeiro continuavam importantes e difficilmente se satisfaziam com o producto da exportação. Além do movimento legitimo do commercio houvera diversos factores que ainda mais complexo tornavam o curso

do mercado cambial, e aproveitados com habilidade pelos especuladores, e pelos bancos, para produzir as variações nas taxas, sem as quaes os primeiros deixariam de existir.

Os saldos em caixa nos bancos estrangeiros, e a recusa destes de os empregar francamente, em transacções commerciaes, demonstravam que estes saldos descançavam no Brasil para pagar cambiaes já compradas, ou resultavam de saques contra as praças estrangeiras, que em época certa haviam de obrigar os bancos a comprar cambiaes. Em uma palavra nas praças estrangeiras tambem havia especulação nas taxas do cambio brasileiro, dahi resultando supprimento ficticio de lettras, e baixa certa quando taes transacções se liquidavam.

Além dos compromissos legitimos da praça fluminense e do Estado de S. Paulo perante os mercados estrangeiros, o movimento entre os mercados do Norte e os do Sul da Republica produzira outros que para sua liquidação necessitavam de fundos no estrangeiro. O algodão e o assucar enviados de Pernambuco e outras praças do Norte, eram pagos no Rio em letras sobre a Europa. Os bancos compravam as letras sacadas contra as mercadorias enviadas aos mercados do Sul e pagavam-nas com o productos de saques contra os banqueiros estrangeiros. Vencidos os compromissos dos negociantes, fabricantes etc., os possuidores destes titulos achavam-se obrigados a comprar cambiaes para saldar contas com os correspondentes no estrangeiro dahi resultava mais uma fonte de procura a affligir a já amofinada exportação nacional.

Em resumo, o mercado de cambio do Rio parecia destinado a servir de centro financeiro do Brasil, e a solução do problema, do saldo commercial, os acontecimentos o tornavam cada vez mais complexo.

PREÇOS EXTREMOS POR ARROBA DOS "TYPOS" DE NOVA YORK

Mezes	N. 6		N. 7	
	1895	1894	1895	1894
Jan. . . .	Nominal	23$000 a 24$000	18$500 a 22$500	22$200 a 23$100
Fev. . . .	Nominal	24$000 a 25$000	22$000 a 22$500	23$100 a 23$400
Março . .	Nominal	— a 25$000	22$000 a 24$100	23$000 a 24$200
Abril . .	Nominal	Nominal	21$500 a 23$500	24$200 a 25$500
Maio . .	Nominal	Nominal	22$500 a 24$500	21$500 a 23$300
Junho . .	Nominal	Nominal	21$500 a 24$500	21$500 a 21$500
Julho . .	20$000 a 22$000	Nominal	18$000 a 21$800	22$400 a 23$400
Agosto. .	21$000 a 22$500	Nominal	19$500 a 21$500	— a 22$400
Set. . . .	20$000 a 21$400	Nominal	19$400 a 20$500	Nominal
Out. . . .	22$000 a 22$500	Nominal	20$500 a 21$500	Nominal
Nov. . . .	21$500 a 23$200	Nominal	20$000 a 20$000	Nominal
Dez. . . .	21$200 a 21$800	Nominal	20$000 a 20$800	19$000 a 19$500
Extr. . .	20$000 a 23$200	23$000 a 25$000	18$000 a 24$500	19$000 a 25$500

PREÇOS EXTREMOS POR ARROBA DOS "TYPOS" DE NOVA YORK

Mezes	N. 8 — 1895	N. 8 — 1894	N. 9 — 1895	N. 9 — 1894
Jan. . .	16$500 a 21$500	21$600 a 22$400	15$500 a 20$500	21$200 a 21$800
Fev. . .	20$500 a 21$000	22$400 a 22$600	19$000 a 20$000	21$800 a 21$900
Março . .	20$500 a 22$600	22$200 a 23$200	19$500 a 21$600	21$600 a 22$500
Abril . .	19$500 a 22$000	23$200 a 24$500	18$000 a 21$000	22$500 a 23$800
Maio . .	20$500 a 23$500	20$500 a 22$500	19$000 a 22$500	19$700 a 21$900
Junho . .	19$500 a 23$500	20$300 a 22$300	18$000 a 22$500	19$500 a 21$500
Julho . .	16$500 a 19$000	21$200 a 22$200	15$500 a 18$000	20$000 a 21$400
Agosto . .	18$500 a 20$000	20$000 a 20$700	17$500 a 19$000	18$500 a 19$700
Set. . .	18$000 a 19$400	14$000 a 20$000	17$400 a 18$400	13$000 a 18$500
Out. . .	19$000 a 20$500	13$500 a 14$400	19$000 a 19$500	12$500 a 13$500
Nov. . .	19$000 a 21$200	15$000 a 16$800	19$000 a 20$200	14$000 a 15$800
Dez. . .	19$000 a 20$000	16$000 a 18$000	18$800 a 19$400	15$000 a 17$500
Extremos	16$500 a 23$500	13$500 a 24$500	15$500 a 22$500	12$500 a 23$800

As cotações dos antigos typos brasileiros haviam sido por 10 kilos:

COTAÇÕES OFFICIAES EXTREMAS POR 10 KILOGRAMMAS EM 1895

Mezes	Lavados	Superior	1.ª Boa	1.ª Regular
Jan. . . .	—	—	—	—
Fev. . . .	—	—	—	—
Março . .	—	—	—	—
Abril . .	—	—	—	—
Maio . .	—	—	—	—
Junho . .	17$703 a 20$427	—	—	—
Julho . .	15$000 a 18$384	—	—	13$617 a 14$639
Agosto . .	14$980 a 17$703	—	—	11$370 a 16$341
Set. . .	14$639 a 17$022	15$320 a 16$001	14$640 a 16$341	14$435 a 16$001
Out. . .	14$949 a 17$703	14$979 a 16$341	14$979 a 16$341	14$435 a 16$001
Nov. . .	14$298 a 17$703	14$298 a 17$022	14$298 a 17$022	14$298 a 17$022
Dez. . .	14$298 a 16$341	14$298 a 16$340	14$298 a 16$340	14$298 a 16$340

Mezes	1.ª ordinaria	2.ª boa	2.ª ordinaria
Janeiro	11$575 a 14$980	10$894 a 15$660	8$710 a 13$618
Fevereiro . . .	12$937 a 16$001	12$256 a 15$660	8$170 a 14$979
Março	12$937 a 16$341	12$256 a 17$020	8$511 a 15$660
Abril	13$958 a 15$524	13$277 a 16$680	8$170 a 14$979
Maio	13$958 a 17$363	13$277 a 17$700	8$179 a 16$341
Junho	13$958 a 17$863	13$277 a 17$700	9$530 a 16$800
Julho	12$733 a 15$660	10$894 a 15$600	8$851 a 14$640
Agosto	12$935 a 16$341	12$256 a 15$660	9$873 a 14$300
Setembro . . .	13$754 a 16$001	13$073 a 14$700	10$553 a 14$026
Outubro. . . .	14$435 a 16$341	13$618 a 15$320	10$894 a 14$707
Novembro . . .	14$094 a 17$022	13$414 a 15$790	11$575 a 14$979
Dezembro . . .	14$094 a 16$340	13$414 a 15$320	11$575 a 14$300

CAPITULO XVI

A mensagem presidencial de 1896 e os prodromos da crise cafeeira — Alarme dado pelos governadores de S. Paulo e Espirito Santo — A reunião de Petropolis — Liquidação de contas com os bancos emissores — Onus sobre garantias oferecidas — Agravação da crise financeira — A vice-presidencia do Dr. Manuel Victorino Pereira — A lei de 9 de dezembro de 1896 — Explicações do Governo — Palavras do "Financial News"

Na mensagem presidencial de 3 de maio de 1896 fazia Prudente de Moraes referencias á enorme expansão da cultura cafeeira.

Impressionados com a consideravel extensão da cultura do café, que constituia a grande riqueza do paiz, e isto sem que houvesse augmento correspondente no consumo, os governadores de S. Paulo e do Espirito Santos tinham dirigido uma circular aos dos principaes Estados productores do genero, convidando-os a uma conferencia cujo fim seria a organisação de propaganda sistematica e continua para a conquista de novos mercados consumidores.

A reunião effectuara-se em Petropolis, no começo de 1896, e os representantes dos differentes Estados accordaram ahi nas providencias necessarias para levar por deante a utilissima e patriotica idéa.

Estava o Governo Federal disposto a auxilial-a por todos os meios ao seu alcance.

Expondo as enormes difficuldades financeiras do momento affirmava Prudente de Moraes quanto perseverava o seu governo no plano que traçara de executar a lei com lealdade reduzindo a despeza publica tanto quanto lhe fôra possivel e esforçando-se por bem fiscalizar a arrecadação das rendas.

Não obstante este programma, efficaz em toda a parte para a restauração das finanças de um paiz; não obstante a tranquillidade interna, assegurada pela pacificação do Rio

Grande do Sul, estancando-se enorme fonte de despezas para o Thesouro e de perturbações para a Nação; apezar de ter o Governo levantado no exterior grande emprestimo, que lhe permittia afastar-se do mercado, livre assim da concorrencia de um grande tomador de cambiaes; a despeito de haver o Governo iniciado o seu pensamento de resgate do papel-moeda, retirando da circulação 30.000:000$000 o cambio descera ainda com geral surpreza, a uma taxa que perturbava os que conheciam os grandes recursos do paiz.

Nos ultimos mezes, o commercio importador, augmentando encommendas constituira-se maior tomador de letras no mercado, e a safra do café fôra pouco abundante com entradas realmente escassas, mas era incontestavel que o valor da exportação dadas aquellas circumstancias, não autorisava tão grande depressão cambial.

Durante 1895, embarcaram na Guanabara para o exterior 2.763.727 saccas de café e em Santos 4.195.588 no valor de 279.177:016$790. Estas cifras, entre parenthesis estão em completo desaccordo com as do Commercio Exterior do Brasil, lembramos nós.

No mesmo anno, o Pará exportara 15.398.256 kilogrammas de borracha. Estes dados isolados mostravam bem que para um periodo de não avultado movimento commercial e talvez de esmorecimento como o anno de 1895, a taxa cambial descera muito abaixo do nivel natural, deixando de ser o reflexo fiel do estado economico do paiz.

A' vida da Nação perturbava, immenso, taxa tão pobre. E a quantos sacrificios obrigava o Thesouro para poder solver os compromissos no Exterior?

A renda ordinaria não bastava para cobrir a despeza augmentada sempre pela que provinha de creditos votados para differentes serviços e o deficit se accumulava, provocando a necessidade de ser coberto por meio de emprestimo. Representavam estes onus de natureza diversa as maiores responsabilidades para o Thesouro.

Um bom orçamento, opportunamente decretado e profundamente economico era a grande necessidade do momento, o equilibrio da receita com a despeza constante aspiração dos brasileiros.

Ás medidas já decretadas para a retirada do papel-moeda cumpria a aplicação de um plano capaz de normalizar a circulação.

Diversos remedios apontava o presidente:

Dispondo a União de forte direito creditorio sobre o

Banco da Republica, que aliás não poderia sem comprometer a propria existencia solver rapidamente tal divida, alli encontraria o Estado recursos sufficientes a serem aplicados no resgate gradual do papel-moeda, sem augmentar as responsabilidades do Thesouro nem trazer bruscos abalos á circulação.

Assumindo ao mesmo tempo o Governo a responsabilidade das emissões bancarias pela transferencia do Thesouro dos respectivos lastros, ficaria tambem habilitado a accelerar o resgate, em momento opportuno, por meio de apolices retiradas da circulação.

Acceitas estas bases, ou outras suggeridas pela experiencia e sabedoria do Congresso, reforçados aquelles elementos com os que pudessem ser consignados no orçamento, quando se conseguisse o seu equilibrio, dentro de prazo relativamente curto, ter-se-ia reduzido a circulação a condições regulares.

A 9 de dezembro de 1896, promulgava-se uma lei que concedia autorização ao governo para assumir a responsabilidade exclusiva dos bilhetes bancarios em circulação, passando a pertencer-lhe os lastros depositados em garantia dos mesmos bilhetes.

Realizada a encampação, haveria extincção da faculdade emissora concedida a instituições bancarias por leis anteriores e concentrada no Banco da Republica do Brasil; bem como o direito exclusivo de emissão de notas ao portador.

Concedia-se tambem autorisação ao governo para entrar em accordo com o Banco a proposito da redução ou liquidação de seu debito dando-se-lhe prazo razoavel, e para a revisão de seus estatutos, pondo-os de accordo com o regimen da lei, e nelles fazendo as modificações convenientes.

Far-se-ia o resgate gradual, intenso quanto possivel do papel moeda podendo o Governo, para tal fim, proceder ao arrendamento das estradas de ferro federaes. Determinavam-se as normas para tal fim.

Em principios de 1896 havia em circulação: 678.073 contos ou em numeros redondos.

	Contos
Em notas do Thesouro	337.358
Em notas bancarias	349.715

O volume do papel bancario baixara, de 1892 a 1896, de 5.401:590$000 e o papel do Thesouro crescera de 167.611 a 337.358 contos ou fossem 169.747 contos a mais. Esta diffe-

rença representava a emissão pela superveniencia da guerra civil e os emprestimos dos Bancos da Republica e do Brasil.

Escrevendo a tal proposito no — *O mal financeiro e seu remedio* allegava Leite Oiticica que o Governo emittira, para fazer frente ás despezas publicas, bastante menos do que o vulto dos seus emprestimos aos bancos que elle avaliava em 106.747 contos de réis.

Mas como estes houvessem innundado ao paiz com .... 346.714 contos de papel verificava-se que taes estabelecimentos haviam imposto 453.000 contos de réis de encargos novos á Nação!

Allegariam os seus defensores que dispunham de 175.753 contos de lastro em ouro e apolices, cifra, com que elle, Oiticica, aliás, não concordava affirmando que seria tal garantia apenas de 148.637 contos. Assim pois havia a descoberto 304.824 contos de papel bancario! somma enorme que só aproveitara a poucos felizardos, causa do jogo desenfreado da bolsa, das enormes especulações feitas, dos desastres da Republica em seu começo, da baixa aviltante do cambio, da cotação do ouro a mais de 300 por cento do seu valor.

Havia ainda a computar a somma assaz avultada de indemnisações pagas, 14,630 contos o que elevava a quasi 320.000 contos o total dos encargos da inflação.

Quasi toda a emissão bancaria provinha dos dois bancos da Republica dos Estados Unidos do Brasil e da Republica do Brasil nada menos 321.683 contos restando menos de 20.000 contos para os cinco outros bancos emissores.

Liquidou o Governo contas com tres destes bancos: União de S. Paulo, Emissor da Bahia e Emissor do Norte, operações que lhe valeu graves criticas tanto mais quanto Rodrigues Alves a combatera vivamente.

Cada vez mais se entenebreciam os horizontes financeiros; para tanto ainda concorriam as indemnisações a pagar a subditos de diversas nações estrangeiras como no caso celebre italiano dos chamados *Protocolos*.

O credito brasileiro era, continua e fortemente, atacado nas praças européas e pela imprensa financeira que não cessava de publicar a respeito do Brasil noticias as mais tendenciosas.

E como houvesse o commercio importador feito grandes compras em principios de 1896 para evitar a majoração das tarifas alfandegarias dera-se o desequilibrio numa occasião em que as disponibilidades sobre o exterior se haviam reduzido ao minimo.

A especulação sobre o café ao mesmo tempo provocara uma depreciação de quarenta por cento. Em outubro occorreu serio principio de corrida no Banco da Republica e o fim do anno registrou numerosas fallencias.

E o peor era que por sobre as difficuldades financeiras se enxertavam agora as economicas trazidas pela desvalorisação do café.

Em meiados de 1896 accentuou-se, notavelmente, o mal estar geral.

Havia divergencias serias em relação aos processos de que se devia lançar mão para o saneamento do meio circulante.

O parecer governamental era em favor da responsabilidade das emissões pelo Estado, devendo o Thesouro receber os depositos de garantia e proceder ao resgate gradual das notas mediante reembolso progressivo da divida do Banco da Republica. A esta verba se addiccionaria outra: uma somma fixa para reforço deste resgate de amortisação. Limitar-se-ia o total do meio circulante em 400.000 contos de réis.

O Banco da Republica acceitava a retomada das emissões pelo Estado como beneficiario unico que era pela lei de 23 de setembro de 1893.

As camaras inclinavam-se a acceitar tambem esta maneira de ver mas apresentando emendas ao projecto.

Occorreu então a grave molestia do Presidente Prudente de Moraes que teve de se submetter á operação da talha hypogastrica.

Precisou pois passar o governo ao Vice-Presidente Dr. Manuel Victorino Pereira. Este convidou para a pasta da Fazenda a Bernardino de Campos, procurando fazer prevalecer as proprias idéas financeiras divergentes, em diversos pontos, das de Rodrigues Alves.

Dahi a lei de 9 de dezembro de 1896 muito influenciada aliás pelo criterio a que preconisara o ministro de Prudente de Moraes.

Votou-se sob a pressão de verdadeiro panico provocado pelo estado super-agudo da crise.

Fôra preciso que as cousas chegassem a este ponto para se decretarem medidas desde muito reclamadas. E medidas que desde muito aliás os poderes publicos apontavam e solicitavam. Decretadas a tempo poderiam ter impedido a agravação dos embaraços financeiros.

Entende Calogeras que a adopção da lei Manuel Victorino, de 9 de dezembro de 1896, constituia verdadeiro progresso. Em todo caso ella trazia ao mesmo tempo medidas de

que podia provir a inefficacia do conjuncto sobre a situação monetaria do paiz.

Admittia-se o imposto em ouro apenas em principio, pois elle só se aplicaria quando o cambio subisse acima de 18 d. Ora pensar nisto quando a taxa oscillava em torno de 8 parecia irrisão!

Dest'arte, estancada a fonte unica onde se poderia abastecer o Estado para alcançar os recursos metallicos indispensaveis era este forçado a voltar ás intervenções periodicas nos mercados cambiaes.

O resgate do papel-moeda devia basear-se, sobretudo, nos recursos fornecidos pelo producto de arrendamento das estradas de ferro federaes, de cujos resultados se esperavam cinco milhões de esterlinos.

Mas o Governo estabelecera taes bases para este arrendamento que o tornavam impraticavel. Assim o mecanismo do resgate desabava.

O problema da circulação permanecia sem solução pratica embora já simplificado pela encampação das notas pelo Thesouro.

E o mercado continuava trabalhado pelas correntes antagonicas da especulação desabalada, empolgado pela febre da aposta, aliás enfraquecida graças ao cheque soffrido pelos projectos officiaes sobre os quaes se fundava o saneamento plausivel do meio circulante.

Já o Banco da Republica vinha entregando valores para fins de amortisação de divida como os titulos do Lloyd Brasileiro e da Estrada de Ferro Sorocabana, diversos immoveis ao lado de valores de solidez muito discutivel e até mesmo contestavel.

Não julgando talvez que o seu governo fosse tão transitorio lançou-se Manoel Victorino Pereira a uma via de medidas parallelas, á de sua politica monetaria. Começou a fazer a compressão das despezas publicas severamente sem ligar grande importancia ás questões judiciarias.

Assim ordenou grande numero de recisões de contractos de obras publicas e outros, o que provocou vivos protestos na imprensa e no Parlamento.

Historiando a situação financeira do segundo semestre de 1896 dizia um articulista do tempo, visivelmente inspirado pela corrente politica de Prudente de Moraes.

"Foi muito difficil para a Republica o anno de 1896. Nos mezes de maio a junho o cambio havia attingido o maximo de 10 5/16 e aguardava-se que a situação continuasse a melhorar

no segundo semestre, durante o qual tinha de se fazer a exportação da safra do café, que, como se sabe constitue o grande fornecedor de letras para o mercado. Infelizmente, a baixa do preço deste producto, as vendas que haviam sido feitas por antecipação no principio do anno e as grandes necessidades do commercio determinaram a depressão das taxas, que ainda assim attingiram em agosto ao maximo.

Os ultimos mezes do anno, porém, além da influencia de causas politicas conhecidas, soffreram o embate de graves successos na praça, creando-se uma situação muito delicada."

Em outubro o *Times* de Londres publicara o memoravel telegramma expedido do Rio de Janeiro e no qual se annunciava como extremamente critica a situação commercial e financeira do Brasil falando-se na apresentação, no Congresso, de um projecto de lei concedendo moratoria geral de seis mezes.

Ao mesmo tempo o perfido correspondente afirmava "que o Governo se via sem recursos, mostrando-se o Congresso incompetente para enfrentar a emergencia e que a tendencia dos seus actos era peor o commercio augmentando o custo da vida com despezas militares inuteis e promovendo negociatas politicas."

Como era natural, esta noticia publicada no grande orgão da imprensa de Londres, produzira grande alarme, assustando os portadores dos titulos brasileiros no exterior, cujas cotações baixaram vindo repercutir nos mercados do paiz, deprimindo as taxas cambiaes, já sob a acção de outras causas de desfallecimento.

Fôra necessario ao governo grande esforço para dominar as difficuldades, e, graças ás providencias então dadas, a calma se restabelecera, a confiança começara a renascer, cessando a corrida na Caixa Economica pela firmeza e segurança que os depositantes haviam encontrado na pontualidade com que eram attendidos, trabalhando a repartição além das horas do expediente regular.

Nos primeiros dias de novembro eram já claros os indicios de que a crise diminuia. Segundo o *Jornal do Commercio*, o Governo agradecera ao gerente do River Plate Bank os bons serviços prestados á praça, em momentos tão difficeis.

Soubera-se tambem que em grande reunião promovida pelo Conselheiro Rodrigues Alves, então Ministro da Fazenda, de accordo com os seus collegas, os directores da politica se haviam compromettido a promover, no Congresso, a adopção de medidas tidas como de grande alcance para a marcha dos

negocios financeiros do paiz. Concomitantemente se dera seria crise nos Estados Unidos cujos reflexos haviam attingido e bastante no Brasil, seu grande cliente.

A enfermidade do Presidente Prudente de Moraes tornara a situação melindrosa. Occorrera ahi a imperiosa necessidade da operação cirurgica obrigando-o á passagem do Governo ao seu substituto legal.

Com Prudente de Moraes afastado retiraram-se varios ministros, entre elles Rodrigues Alves substituido, como sabemos, por Bernardino de Campos, aliás tambem sobremodo ligado ao Presidente enfermo.

Ao se retirar do governo, em março de 1897 pintou o Vice-Presidente Manuel Victorino a situação em côres negras, num manifesto violento, em que accusou o seu antecessor de emissão clandestina aliás pequena, de negocios como café secretamente tambem e de sustentar artificialmente o cambio. E sobretudo de falta de verdade quanto á verdadeira situação dos saldos do Thesouro no Brasil e no interior.

A grave accusação da emissão clandestina provocou aspero revide do Governo a collocar a questão em seus verdadeiros termos: pareceu então imminente o krack. Explicou que não emittira, apenas fizera com o Banco da Republica, cujas condições eram muito precarias essa transacção valendo-se da autorisação legislativa que permittia transformar-lhe os bonus em moeda corrente, sendo o emprestimo garantido por titulos da divida publica.

Continuando a sua defesa dizia o Governo que accusado de haver feito uma emissão clandestina, recolhera pelo contrario a somma consideravel de 30.000 contos de papel-moeda, o maior recolhimento até então conseguido no Brasil.

Tendo a faculdade legal para emittir a 5.ª serie de bonus na importancia de 20 mil contos, não só não se utilisara de tal autorisação, como suspendera a ordem para a emissão dada pelo seu antecessor.

E contestando formalmente outras asseverações affirmava o defensor de Prudente de Moraes que os recursos de que dispunha o Governo, no paiz, não eram de 15.200 contos de réis como allegara seu adversario e sim de perto de 40.000.

Assim tambem não precisava o Brasil, em fins de 1896, de mais um milhão de libras a se addiccionar ao seu saldo em Londres mas apenas de £ 342.448.

A lei de 9 de dezembro de 1896 marcara duas grandes conquistas: a encampação pelo Estado das notas em circulação e o seu resgate gradual.

Faltava o seu grande complemento. Era o que o *Financial News* vinha em continuo *clama ne cesses* apontando como ainda no celebre artigo de 4 de agosto de 1896 que muita impressão causou no Brasil e no Exterior.

"Ha para as difficuldades do Brasil um unico remedio real, mas em relação a este o governo brasileiro sempre mostrou repugnancia invencivel em delle lançar mão, isto é, crear fonte de receita insensivel as variações cambiaes. Isto só se poderá fazer cobrando a proporção dos direitos de importação necessaria, para cobrir a despeza em ouro do paiz tanto interna como externa, em ouro ou em papel, á taxa corrente do cambio. A opposição de pequeno grupo de commerciantes tem infelizmente conseguido embaraçar a decretação desta providencia."

Pela lei de 9 de dezembro de 1896 os depositos de garantias das emissões de todos os bancos inclusive o da Republica, os desastrados bonus, moeda liberatoria entre o Thesouro e seus devedores, foram incorporados á circulação geral como perfeito papel moeda.

Estabeleceu-se o mecanismo para o resgate progressivo do papel-moeda até o restabelecimento normal da paridade legal dos 27 pence.

Fez-se então a verificação do debito de Banco da Republica para com o Thesouro, fixado em 180.858 contos em papel e £ 574.621 ouro.

O Banco entregou varias propriedades ao Estado para a amortisação do debito. Entre elles figuraram então o Palacio do Barão de Nova Friburgo e de seus filhos, os Condes de São Clemente e Nova Friburgo, que passou a ser a residencia dos chefes de Estado.

Previu-se ao mesmo tempo a liquidação dos bonus compromettendo-se o Banco a emprestar 25.000 contos á lavoura em dez anuidades eguaes.

A 31 de dezembro de 1896 era esta a posição do meio circulante 371.641 contos do Thesouro e 340.714 dos bonus ou fossem 612.355 contos.

Entende Calogeras que a orientação dada pelo Vice-Presidente Manuel Victorino Pereira nos seus pouco mais de cem dias de governo complicou a situação mais do que a simplificou.

Assim votara-se orçamento ficticio com um saldo apparente de 30.000 contos.

Parecia que o proprio vice-presidente duvidava da exequibilidade do plano da lei de 9 de dezembro pois por mani-

festo lançado ao paiz em abril de 1887 annunciou que cogitara de grande emprestimo de dez milhões de esterlinos, ao typo de 85 e 5 % de juros. Estivera em via de realização, destinando-se não só á compra das apolices existentes no Thesouro, como á acquisição do restante do emprestimo nacional de 1889, e das apolices convertidas de 4 %.

Pensava ao mesmo tempo em vender o Lloyd e a Sorocabana aplicando o producto da transacção ao resgate do papel-moeda.

Os defensores de Prudente de Moraes, com quem o vice-presidente se achava em absoluto dissidio não se cansavam de apregoar que as idéas consignadas na lei de 9 de dezembro haviam sido sempre altamente recommendadas pelo presidente paulista.

A idéa da encampação das emissões bancarias vinha de longe, e, por não haver sido executada no governo do marechal Floriano Peixoto, como pretendia o ex-ministro da Fazenda, este o Conselheiro Rodrigues Alves, renunciara ao cargo, como se tornara de publica notoriedade.

Por esta idéa insistira o Presidente Prudente de Moraes em suas diversas mensagens ao Congresso. A instancias do seu Governo, se devia a aprovação do projecto de agosto de 1896, consagrando tal providencia, assim como a da mobilisação dos lastros que serviam de garantia ás emissões afim de ser aplicado o producto ao resgate do papel-moeda.

Ainda havia pouco declarara Leopoldo de Bulhões, de modo peremptorio, a verdade de taes factos.

Procedera bem adoptando-a o vice-presidente da Republica, mas errara contando com a venda de titulos, em periodo de retrahimento de capitaes e geral desconfiança, assim como calculando com a existencia de saldos no orçamento, quando se continuava a viver no regimen do deficit. Elle proprio não tivera forças, no seu governo, para eliminar este vicio pertinaz da lei do orçamento votada para 1897.

Ante os prodromos evidentes da crise da super-producção cafeeira começaram os governos estaduaes a movimentar-se.

A 3 de março de 1896 effectuou o Estado do Rio de Janeiro um accordo como os de S. Paulo, Espirito Santo e Bahia ,para a propaganda do café, mais tarde aprovado por decreto de 11 de novembro de 1896.

Presentes o Conselheiro Affonso Augusto Moreira Pena, por parte de Minas Geraes, Dr. Jorge Miranda e Senador Antonio de Lacerda Franco, por parte de S. Paulo; Dr. Francisco Pires de Carvalho Aragão, por parte da Bahia, Commen-

dador Urbano de Faria, por parte do Espirito Santos, e Dr. Annibal Teixeira de Carvalho, secretario das Finanças do Estado do Rio de Janeiro, por parte do mesmo Estado; todos autorizados pelos respectivos governos para o fim de tratarem da propaganda do café, foi aclamado presidente o Dr. Annibal de Carvalho. Depois de ouvida uma exposição feita pelo Dr. Jorge de Miranda e de estudarem o assunto em duas reuniões consecutivas, resolveram os representantes dos cinco governos firmar um convenio obrigatorio para os cinco Estados contractantes pelo prazo de cinco annos.

Resolveram que a propaganda do café na Europa, Asia e America seria feita por uma commissão de cinco membros, nomeando cada Estado um delles, com séde no Rio de Janeiro, cabendo a presidencia ao representante de S. Paulo, junta que se denominaria commissão propagadora do café brasileiro.

Plenos poderes teria ella para escolher o melhor sistema de propaganda e executal-o; promover perante os poderes publicos a adopção de medidas capazes de interessar o commercio e á lavoura de café; nomear e demittir todo o pessoal necessario á propaganda, determinar-lhe atribuições e fixar-lhe vencimentos; apresentar annualmente aos governos dos Estados accordantes, relatorio dos serviços e aplicação dos fundos recebidos; promover entre os agricultores e commerciante auxilios no sentido de facilitar a iniciativa dos Estados.

Para a installação do custeio do serviço de propaganda, os Estados accordantes concorreriam no primeiro anno com dois mil contos de réis e nos subsequentes com mil, cabendo a São Paulo 40 %, Rio de Janeiro e Minas Geraes 20 %, Espirito Santo e Bahia 10 %.

Depois do primeiro anno, o Estado que se julgasse prejudicado pela diminuição da producção poderia pedir a revisão deste calculo.

Reportavam-se os governos dos cinco estados ao referendum dos respectivos Congressos.

Nada resultou porém de aproveitavel desta tentativa que parecia auspiciosa.

CAPITULO XVII

Ausencia de ecos das questões cafeeiras no Parlamento em 1896 — Exercicio comercial penoso o deste ano — As oscilações cambiaes perturbadoras do ritmo dos negocios — Peiora sensivel do mercado cafeeiro — Situação penosa dos fazendeiros — Declarações do Conselheiro A. Prado — Aggravação da crise financeira nacional — Ainda a retirada de Rodrigues Alves e sua substituição por Bernardino de Campos na pasta da Fazenda — Triumpho dos baixistas do café nos Estados Unidos — Avolumamento dos stocks

Passou-se 1896 sem que no Congresso houvesse o menor éco das questões cafeeiras. Já no emtanto dera Bernardino de Campos neste mesmo anno o seu tão conhecido grito de alarme, apontando o perigo da excessiva producção brasileira, e o do abarrotamento dos mercados consumidores.

Encetando o seu retrospecto economico commercial para 1896 declara o analysta do *Jornal do Commercio,* que os maus prognosticos para este anno se haviam verificado.

Da elevação das taxas aduaneiras pela Lei do Orçamento de 1895 resultara excessiva importação estrangeira. Esta não encontrara a sahida que os importadores esperavam, implantando no commercio as primeiras sementes, de que se originara a situação critica dos ultimos mezes do anno.

Esta importação coincidira com remessas pequenas de café, aos mercados do Rio e Santos, produzindo um total de dividas aos mercados estrangeiros, que só com difficuldades haviam sido liquidadas, causando abalos nas taxas cambiaes, e empenhando com antecedencia os primeiros supprimentos dos cafés das colheitas novas.

Todos os que se achavam em contacto com o commercio importador, sabiam o que era o chamado sistema de encommendas, muito desenvolvido durante os ultimos annos, graças frequentes visitas de caixeiros-viajantes de estabelecimentos que se dedicavam a este ramo de negocios.

Este processo de negociar inflingira grave prejuizo ás casas mais importantes de importação, reduzidas a competir realmente com fabricantes estrangeiros, continuando, entretanto, sujeitas a pesados impostos, e devendo empatar fortes capitaes quando seus concorrentes se conservavam desembaraçados tanto de um, como de outro onus.

Admittia-se geralmente que o proprio commercio importador fôra que, em parte, creara tal estado, procurando salvaguardar-se contra as variações no valor cambial da moeda corrente. Mas esta mudança de praxes commerciaes antigas, produzira extravagancias por parte dos intermediarios, redundando em difficuldades, a que se haviam seguido fallencias ou moratorias.

A importação excessiva, resultante da elevação das tarifas, e de mallogradas esperanças, baseadas sobre maior actividade commercial, fôra dos principaes factores das difficuldades pelas quaes as praças tinham passado.

Houvera reuniões importantes dos importadores; e nomeara-se uma commissão, composta de alguns dentre os mais conspicuos destes commerciantes, commissão que prestara relevantes serviços á classe.

A dura experiencia de 1896 traria certamente um decrescimo de renda aduaneira.

A situação do mercado cafeeiro é que em 1896 peorara sensivelmente.

Fôra o resultado do anno pouco satisfatorio. A campanha baixista que se declarara nos mercados consumidores conseguira deprimir o valor do principal artigo da exportação brasileira em cerca de 40 % e os prejuizos resultantes tinham recahido, com todo o peso, sobre a lavoura. Os ensacadores em geral demonstravam muita prudencia, mas sem conseguir escapar a prejuizos no mez de dezembro, quando a alguns indicios de melhoria nos mercados estrangeiros se seguira nova baixa de preços.

A lavoura angustiada começava a agitar-se.

A situação penosa dos fazendeiros de café produzira diversos projectos, tendentes a suavisar a situação, entre os quaes o do banco para negociar em guias, que não merecera a acceitação do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro. Renovara-se tambem a agitação acerca da questão de letras hypothecarias. Realizara-se um congresso de fazendeiros, na cidade de S. Paulo, em fins de setembro e principios de outubro, em que muitas propostas se apresentaram para melhorar a situação.

Causaram grande sensação as declarações do Conselheiro Antonio Prado nesta assembléa, dada a autoridade de quem as emittia, na dupla qualidade de homem publico de illustre passado e elevado prestigio social e a sua posição de grande fazendeiro.

Entendia elle que a lavoura de S. Paulo não atravessava uma crise economica.

Para que tal se desse seria preciso que os elementos de sua producção estivessem affectados de modo a fazer com que os gastos da producção absorvessem o valor do producto.

A realidade, porém não vinha a ser esta; o preço obtido, no momento, pelo producto nos mercados exportadores era mais que sufficiente não só para remunerar os gastos da producção como para ainda deixar ao productor um saldo de mais de oitenta por cento.

Ora, em taes condições acaso se poderia dizer que a lavoura do Estado de S. Paulo atravessava uma crise economica? Nunca absolutamente.

Se difficuldades havia para os lavradores, se ellas podiam constituir uma crise para a lavoura, tal phenomeno era unicamente de natureza financeira.

Explicando o que succedia a muitos fazendeiros expendia o illustre politico do Imperio: ninguem se illudisse, o fazendeiro encontrava naquelle momento difficuldades em obter o necessario para soccorrer ao custeio de sua lavoura, não por falta de confiança por parte dos bancos e commissarios, mas porque, a estes e aquelles, faltava o capital necessario para supprir ás necessidades de seus clientes, e por isso estes soffriam. Esta era a verdade pura e simples.

Esta situação, porém, repetia-se annualmente, aggravando-se, mais e menos, conforme os fazendeiros sacavam tambem, mais e menos, sobre o futuro. Em 1896, á vista da grande colheita com que todos contavam, haviam os lavradores sacado largamente sobre a futura safra.

Dahi a explicação das difficuldades financeiras que embaraçavam as transacções das praças de S. Paulo e Santos, a respeito do estado das lavouras de S. Paulo. Esta se achava em perfeitas condições de prosperidade economica.

Nem devia a opinião publica preoccupar-se com o facto da baixa sensivel nos preços do producto nos mercados consumidores.

A tal proposito emittia o Conselheiro Prado conceitos repassados de grande optimismo.

Tal circumstancia correspondia a um facto economico

proprio de toda e qualquer producção. Já se dera, mais de uma vez, em relação ao café.

Tratando-se de genero considerado de primeira necessidade, a consequencia economica de tal facto vinha a ser o alargamento do consumo do producto.

Tal augmento teria como consequencia a maior procura nos mercados consumidores, dahi resultando a elevação dos preços.

Haveria portanto verdadeira compensação neste, por assim dizer acontecimento economico que, em vez de amedrontar os lavradores, devia inspirar-lhes confiança na prosperidade da producção.

Aquillo de que a lavoura precisava era que o fazendeiro fosse educado de modo a não ser simplesmente o explorador da terra, e sim o seu cultivador.

Impunha-se a circumstancia de que o fazendeiro residisse na sua propriedade, deixando de entregar a direcção dos seus estabelecimentos a administradores, quasi sempre ineptos e muitas vezes deshonestos; que se limitasse a uma lavoura proporcional aos seus recursos de capitaes e braços; que sobretudo, educasse os filhos de modo a lhes incutir no animo o amor pela vida rural, para que a geração nova de agricultores não se envergonhasse de mostrar as mãos calejadas pelo trabalho e a tez crestada pelo sol dos cafezaes.

Quando isto se desse e quando, nos comicios e congressos agricolas, a discussão versasse sobre os melhores processos de cultivar a terra, sobre as melhores formulas para os adubos quimicos, sobre as melhores raças de animaes de trabalho; quando tal se desse, alguem se lembraria de levantar-se para pedir auxilios ao Governo afim de occorrer ás necessidades da lavoura.

Os capitaes abundariam; o credito se fortaleceria, alargar-se-ia; os bancos appareceriam, emfim, a lavoura iria *da se*, como diziam os italianos.

Os annos subsequentes não confirmariam o optimismo do Conselheiro Prado em materia da reacção dos preços.

O anno de 1897 parecia aliás prometter perspectiva melhor do que offerecera o passado. Principiara com existencias grandes nos portos nacionaes, mas com colheitas proximas muito menores do que em 1895, e os mercados consumidores apenas regularmente suppridos. Mas nada levava a esperar alta importante nos preços, pois a posição actual do genero não a justificaria.

Contara-se, porém, com alguma reacção contra as mano-

bras dos "baixistas" e com mais esperanças, por ter sido a campanha dirigida exclusivamente contra os cafés brasileiros, que a simultaneidade de colheitas francas e difficuldades financeiras no paiz haviam tornado indefesos a esses ataques hostis realizados em conjuncto pelos consumidores e especuladores.

Calculava-se, com as existencias no Rio e em Santos, o supprimento do primeiro semestre de 1897 em cerca de .... 3.400.000 saccas e as colheitas de 1897-1898 em 6.000.000 saccas, ou 9.400.000 saccas, contra cerca de 11.000.000 saccas no mesmo periodo do anno anterior.

A situação das finanças nacionaes é que continuava muito grave.

Com verdadeira aspereza escrevia o analysta do *Retrospecto do Jornal do Commercio.*

"A situação financeira de nosso paiz continua muito séria, e tem preoccupado a attenção de todos. Os *deficits* persistentes, gradualmente absorveram os saldos que o Governo Provisorio encontrava nas arcas do Thesouro. E a inexperiencia ou incapacidade de diversos sobraçadores da pasta da Fazenda, accumulara intoleravel carga sobre o Thesouro Nacional.

No Relatorio apresentado pelo Conselheiro Rodrigues Alves, em maio de 1896, nada escondera o ministro, formulando diversos alvitres que o Congresso tratara com pouca consideração, gastando no emtanto mezes na discussão de negocios politicos, ou de somenos importancia, até que a possibilidade de uma crise se tornasse imminente, auxiliada por boatos e noticias infundadas. Ahi, á ultima hora, o Poder Legislativo como que dominado pelo panico concedera ao Executivo meios de conjurar o abalo ameaçador. Se estes tivessem sido outorgados com a antecedencia necessaria, a crise poderia conjurar-se.

A necessidade inconteste de, com energia, se reduzir a massa enorme de moeda-papel em circulação tornava a encampação dos bilhetes emittidos pelo Banco da Republica inadiavel. As Camaras, porém trataram de tão grave materia perfunctoriamente. Passara, em agosto um projecto de lei, apresentado pelo Senador Oiticica, e a incluir-se na lei orçamentaria pelo qual ficava o Governo autorisado a effectuar esta encampação, convertida em lei a 9 de dezembro, sanccionada pelo Vice-Presidente Dr. Manuel Victorino Pereira.

Principiaria 1897, portanto, com a responsabilidade definitiva do Governo Nacional sobre todo o moeda-papel em cir-

culação e seu resgate, passo bem importante para melhorar a situação do paiz.

Novo decreto, a 16 de dezembro de 1896, ainda do Vice-Presidente, Manuel Victorino Pereira, mandara substituir os bonus por notas do Thesouro Nacional.

Commentava um financista que entre todas as experiencias infelizes dos ultimos annos talvez fosse esta emissão de bonus a mais infeliz. A necessidade de retirar uma especie de moeda com curso forçado, entre o Thesouro e seus devedores, e não entre aquelle e seus credores, era patente.

Com o desapparecimento de tal papel attendera-se a mais de uma difficuldade do Thesouro Nacional.

Taes as aperturas do erario nacional que se haviam entabolado negociações para a suspensão de obras publicas.

No estrangeiro corriam boatos os mais desagradaveis sobre o credito do Brasil, rumores que se diziam aliás procedentes do Rio de Janeiro.

Falando da attitude dos pessimistas e negativistas escrevia o analysta do *Jornal* ainda:

Durante 1896, no Rio de Janeiro, discutiu-se a possibilidade da bancarrota do Brasil. Era commum ouvir em rodas, chamadas *financeiras*, a expressão picaresca *Está tudo pôdre!* Se na paiz se exprimiam *opiniões* destas não admirava fossem ellas aproveitadas pelos mercenarios que as telegraphavam a paizes estrangeiros, onde fortemente repercutiam em prejuizo do Brasil.

Certo relatorio da legação britannica tambem causara pessima impressão em Londres por declarar que a baixa cambial fizera quasi triplicar a divida do Brasil. Assim tambem o *Times,* allegara em suas columnas noticias, tendenciosas e perversas, sobre as finanças e a politica brasileira, em artigos cuja divulgação causara a baixa dos titulos da Republica. Dizia o *Jornal do Commercio* que muitas destas más noticias provinham da leviandade das discussões parlamentares exagerando-se incrivelmente a importancia de pequenos incidentes politicos. Aos suspicazes europeus faziam crer terem occorrido no Brasil verdadeiras revoluções.

Em summa fôra 1896 um anno mau, a importação excessiva dos primeiros mezes não se vira compensada pelas entradas de café da safra nova, quer em Santos quer no Rio.

No segundo semestre deram-se muitas fallencias algumas das quaes vultosas. E até occorrera um principio de panico bancario. Felizmente a exportação cafeeira se mantivera franca

e para o fim do anno tinham renascido melhores dias e mais risonhas perspectivas.

"O commercio em 1896 pagara dividas accumuladas durante annos de movimento artificial, estimulado pelas loucuras da especulação e talvez por peculatos; acabara o anno deixando destroços, que o futuro removeria, e experiencias que oxalá não fossem tão cedo esquecidas.

As medidas de saneamento do meio circulante, tomadas pelo Governo, pareciam auspiciosas. E o commercio, em geral, parecia disposto a seguir uma trilha de prudencia. A especulação, desatinada dos ultimos annos, mostrava-se muito mais reduzida.

O programma a seguir exigia muito grandes sacrificios por parte de governantes e governados, na politica de economias, unica em condições de restabelecer o credito do paiz. Assim houvesse constancia na execução de um plano que se impunha para a salvação do Brasil.

Não corresponderia 1897 a estas antecipações, mercê das enormes difficuldades politicas que levariam o Brasil aos dias mais difficeis, ante o dissidio de duas correntes politicas poderosas, a que apoiava o Presidente Prudente de Moraes e a que pretendia apeal-o do poder.

Esta luta impatriotica culminaria com um facto absolutamente virgem nos annaes brasileiros: a tentativa de assassinato do Presidente, a 5 de novembro de 1897 e a suppressão do seu ministro da Guerra.

Em principios de 1896 era pequeno, muito pequeno mesmo, o supprimento de café nas praças brasileiras. Não satis fazia á procura, mostravam-se nos mercados as tendencias para uma alta grande chegando a arroba do typo 7 a 21$000.

Mas como se annunciasse larga safra em perspectiva esboçara-se forte campanha baixista. Esta encontrava elementos quer com as noticias do Brasil de que os lavradores se reuniam para incrementar a propaganda do genero quer com a affirmativa da mensagem presidencial de que a producção de café cresceria dentro em breve, e muito, com a entrada em scena das novas lavouras de S. Paulo.

Abrindo o segundo semestre de 1896 sob tão desfavoraveis prognosticos não era de estranhar que os preços soffressem forte abalo. A situação tornava precisa a restricção dos recursos, que os commissarios, geralmente com razão, esperavam dos bancos. A estes a baixa persistente nas cotações de café obrigava a precauções extremas. Assim aos fazendeiros não restavam meios de satisfazer compromissos senão por

meio da remessa prompta de seus cafés aos portos de mar. Taes transtornos eram esperados com antecedencia pelos exportadores, dahi resultando baixa, muito exaggerada nos mezes de setembro e dezembro, quando se cotava o café do typo 7 a 13$500 por arroba.

Os preços, inesperados, pelos fazendeiros, haviam produzido reclamações por vezes extravagantes, como o appello ao Governo para que emitisse dinheiro afim de sustentar os preços. Haviam tambem surgido inqueritos sobre as praxes do commercio de café.

Começaram a apparecer numerosos projectos tendentes a amparar a producção, alguns dos quaes extravagantes e até por vezes de mecanismo quasi incomprehensivel, parecendo encobrir transacções duvidosas.

Desenhava-se a situação penosa para o futuro do café.

Nas bolsas americanas triumphavam os baixistas, positivamente.

De 1.º de janeiro a 1.º de junho, o suprimento visivel baixara de 205.556 toneladas a 147.280, mas, no segundo semestre de 1896, recomeçaram os stocks a se avolumar fechando-se o anno com um suprimento visivel de 239.000 toneladas.

Em suma a 1.º de janeiro de 1895, as existencias americanas, e europeas, eram de 128.541 toneladas ou cerca de 2.142.000 saccas e dois annos exactos mais tarde chegara o stock a 2.950.000 ou fossem mais 800.000 saccas.

Uma tabella de extremos das cotações, em cents por libra de café, mostrava incisivamente a victoria dos baixistas:

Janeiro	13	14 3/8
Fevereiro	13	13 1/4
Março	13	13 3/4
Abril	13 3/4	13 7/8
Maio	13 1/4	14
Junho	13	13 1/4
Julho	11 1/2	13
Agosto	10 5/8	11 1/2
Setembro . . .	10	10 1/2
Outubro	10 3/8	11
Novembro . . .	9 3/4	10 7/8
Dezembro . . .	9 3/4	10 1/8

Em summa, o mercado de café brasileiro, no anno de 1896, soffrera com a conjugação de causas, naturaes em parte, como occorrencia de colheitas grandes, e, em parte extraordi-

narias, como resultando de complicações financeiras talvez inevitaveis, mas previstas nos mercados nacionaes, como e tambem nos estrangeiros. Principiava 1897, sob condições mais satisfatorias. As existencias estrangeiras não podiam ser consideradas enormes as colheitas proximas estavam orçadas em quantidades quando muito regulares e embora os stocks brasileiros fossem importantes a procura do genero certamente se faria por parte das praças do Exterior.

Em Santos, restava a 1.º de junho de 1897, um stock de um milhão de saccas.

No Brasil as flutuações haviam sido muito consideraveis.

Em janeiro (typo 7)

20$500	9 1/8
19$000	9 5/6

Em fevereiro:

19$000	9 1/8
19$800	8 27/32

Em março.

20$000	8 27/37
20$800	8 29/32

Em abril:

20$800	8 7/8
20$000	9 5/8

Em maio:

20$500	9 9/16
17$500	10 1/4
16$200	10 5/16

Em junho:

16$400	10 3/8
16$500	10 1/32

Em julho:

16$500	9 15/16
17$000	9 1/2
15$000	9 3/8

Em agosto:

15$500	9 3/16
16$000	8 15/16
15$800	8 13/16

Em setembro:

13$500	9 1/2
15$000	8 13/16
15$200	8 3/4

Em outubro:

14$800	8 27/32
16$200	8 13/16
17$200	8 1/4
18$600	8 1/8

Em novembro:

18$000	8 8/16
18$600	8 d
15$800	8 3/8
14$800	8 5/16

Em dezembro:

14$800	8 3/8
14$800	9 1/8
16$000	8 3/4

Assim pois já não se verificava mais aquelle antagonismo accentuado entre os preços do café e as cotações cambiaes.

Com o cambio a 9 1/8 se havia vendido por exemplo a arroba a 20$000, a 19$000 e a 14$800 num desnivelamento de cotações realmente notavel.

Em 1896 havia o Rio de Janeiro recebido 2.996.806 saccas e embarcado 2.784.956. Santos recebera 4.324.000 saccas.

Haviam sido estes os preços medios do typo 7 e de cambio medio:

Janeiro	19$650	9 3/16
Fevereiro. . .	19$350	9 1/16
Março	20$900	8 13/16
Abril	20$400	9 3/16
Maio	18$180	9 15/16
Junho	16$540	10 1/16
Julho	16$180	9 9/10
Agosto	15$580	9 1/16
Setembro . . .	14$620	8 12/16
Outubro . . .	16$430	8 9/16
Novembro . . .	17$180	8 1/8
Dezembro . . .	14$940	8 3/4

CAPITULO XVIII

Palavras da mensagem de 1897 — Mau exercicio financeiro — A falta de lettras de cafe — Campanha no Exterior contra o credito do Brasil — Liquidação de contas entre o Thesouro e o Banco da Republica — Agitação politica — Posição cafeeira má tendendo a aggravar-se — Situação depressiva accentuada

O anno que findara, confessava o Presidente Prudente de Moraes, em sua mensagem de 3 de maio de 1897, fôra de sobresaltos e inquietação para o commercio e a lavoura do Paiz. E de grande agitação nos movimentos da praça, sempre irregulares e por vezes incomprehensiveis.

Nos primeiros mezes, em consequencia da elevação das tarifas, houvera grande crescimento de importação, sendo fracas as entradas de café das quaes se devia obter o dinheiro para os pagamentos no Exterior.

Esperava-se, com a maior confiança, que, no segundo semestre, afluiriam, aos mercados do Rio de Janeiro e de Santos, valiosos recursos com a venda da nova safra. Assim a situação da praça tornar-se-ia mais folgada e melhores as taxas cambiaes.

Infelizmente, parte da safra fôra vendida antecipadamente, de modo que o valor das primeiras entradas não pudera exercer, desde logo, grande influencia nas transacções e o preço do producto baixara tanto que forte abalo se produzira no mercado, revelando-se aliás o commercio animado de notavel firmeza, sem que, comtudo, deixasse de soffrer alguns revezes.

Quando, em outubro, mais melindrosa se desenhava a situação e não só o Governo como os estabelecimentos de credito se esforçavam por debellar, sinão uma crise grave, pelo menos perturbação commercial muito seria, viera exactamente um telegramma cheio de inverdades sobre a situação do Brasil, remettido malevolamente do Rio para o *Times,* produzir a maior

depressão nos titulos brasileiros, no exterior, e dolorosa repercussão nas praças da Republica.

Fôra em taes condições que, nos ultimos dias do anno findo, o Congresso decretara um conjuncto de providencias tendentes a melhorar a situação financeira do Paiz e cujos effeitos não podiam ser ainda apreciados.

Restituida a tranquillidade aos negocios, começara 1897 sob bons auspicios, parecendo que ia cessar de vez a desconfiança contra o credito e os grandes recursos do Brasil.

Nunca fôra indifferente ao Governo a sorte da lavoura, opprimida pela redução enorme dos preços e sujeita ainda aos salarios elevados e á carestia dos generos de primeira necessidade. Estes começavam graças a melhor comprehensão das condições economicas nacionaes a ser cultivados em maior escala, em varias zonas.

Em accordo combinado com o Banco da Republica do Brasil comprometteu-se este a empregar, dentro do prazo de dez annos a somma de vinte e cinco mil contos, á razão de dez por cento anuaes, em auxilios á lavoura. Dominado pelo mesmo pensamento, expediu a Presidencia decreto regulamentando a emissão de *warrants* e creando facilidades para a acceitação e circulação deste utilissimo instrumento de credito.

Ninguem deixava de comprehender quão desastrosa seria para o Paiz uma crise na sua lavoura, constituindo principalmente o café a principal riqueza nacional fornecedora dos melhores elementos no jogo das transacções com o Exterior. Alentar, pois, a industria agricola, animando-a com auxilios e medidas efficazes e promover, por toda a forma, a variação das culturas, de modo a augmentar a producção, barateando os generos de primeira necessidade e libertando o Brasil do onus da importação de taes productos — devia ser uma das mais serias preoccupações dos governantes do momento.

De conformidade com o pensamento consignado na Mensagem de 1896 fôra o Governo autorisado, pela Lei de 9 de dezembro de 1896, a assumir a responsabilidade exclusiva das notas bancarias em circulação e a proceder ao resgate gradual do papel-moeda, tendo sido destinados para tal fim varios recursos.

Ao mesmo tempo ordenara o Poder Legislativo a substituição dos bilhetes bancarios por notas do Thesouro, assim como os bonus do Banco da Republica do Brasil, determinando que, realizada a encampação, ficasse extincta a faculdade emissora concedida a instituições bancarias por leis anteriores,

e extincto tambem o direito exclusivo de emissão de notas ao portador, conferido ao Banco da Republica pela lei de 23 de setembro de 1893.

Taes providencias, que dentro em breve concorreriam para o melhoramento da circulação monetaria, haviam sido acompanhadas de outras tendentes a fortalecer a situação do Banco da Republica e o credito do paiz.

A 18 de maio de 1897, o Banco da Republica confessava dever ao Thesouro Nacional 159.100 contos de réis e mais £ 574.621, o que correspondia a um total de quasi 177.000 contos. Os bens e titulos que elle offerecia para a liquidação de tão grande debito deram em resultado um prejuizo positivo de 106.000 aos cofres nacionaes.

Em principio de 1897 viu-se o Vice-Presidente em exercicio a braços com difficuldades serias. Precisara recorrer a um banco estrangeiro pedindo-lhe um milhão esterlino pagavel em lettras de Thesouro no valor de dois milhões a 97 e juros de 5 por cento.

Já em fins de novembro fôra forçado a lançar um emprestimo interno em apolices, ao typo de 95 e juros de 6 por cento.

A esta situação penosa viera aggravar uma fase de agitação politica, terrivel, provocada pelos desastres militares de Canudos em março de 1897.

Ás pressas, mal restabelecido, reassumiu Prudente de Moraes o Governo e foi alvo de furibunda opposição contra elle movida sobretudo por antigos florianistas exaltados, os chamados *jacobinos*, e os dissidentes do Partido Republicano Federal.

Dispondo de maioria no Congresso achou-se o Governo apezar de tudo tolhido de todos os modos pela grita politica e consequente agitação que iria ter o mais tragico desfecho no atentado de 5 de novembro de 1897.

Verificava-se, anota Calogeras, desde os primeiros dias do anno quanto fôra descuidada e insincera a confecção dos orçamentos. Viram-se os ministerios forçados a pedir, desde o inicio do exercicio, creditos suplementares para attender ás despezas irredutiveis dos serviços ferroviarios, como os que se referiam á acquisição de combustivel e lubrificantes e até para pagamento de garantias de juros, rescisões contractuaes e indemnisações judiciarias já passadas em julgado!

A crise de superproducção de café cada vez mais se accentuava. A baixa das cotações era cada vez maior. Havia já grande depreciação, ameaçando maior depressão.

Assim o typo 7 que se mercara, em 1896, entre 21$700 a 13$500 reagira um pouco em 1897 para cahir mais, entre limites 16$400 e 10$800!

A superproducção trouxera outra causa de transtorno: não havia sacaria para tanto café! dahi a paralisação dos stocks, pesando sobre os mercados.

E, apezar de tudo, a balança commercial brasileira não se mostrava favoravel, o valor global da exportação não deixara saldos.

Os seus vinte e sete milhões esterlinos precisavam fazer face aos 21.500.000 da importação e aos 9.500.000 de juros vencidos no Exterior, de muitas procedencias.

Mantinham-se o governo como que indeciso no regimen dos *panos quentes*, dos expedientes de curto prazo, dos emprestimos de breve saldamento emfim na serie de soluções de moratoria.

Diz Calogeras que a leitura da documentação contemporanea lhe deixou a impressão de uma confusão absoluta, de um vasio de idéas, e resignação taciturna, sem esperanças, acomodando-se á inevitabilidade das peores catastrophes.

Uma ou outra sugestão, timida, surgia, mais para definir as responsabilidades das desgraças da hora presente do que para as enfrentar virilmente.

Verdadeiro assombro causava o quadro realmente apavorante das differenças de cambio:

	Sommas remettidas		Valor ao par
		Francos	Contos
1891	£ 3.770.065		33.515
1892	£ 1.772.508		15.757
1893	£ 4.059.225		36.086
1894	£ 3.896.688		34.641
1895	£ 1.494.362	27.000.000	21.815
1896	£ 650.803	10.000.000	10.096
1897	£ 3.254.652	18.656.000	35.321

	Valor corrente das remessas	Differenças cambiaes
	Contos	Contos
1891	37.635	4.119
1892	31.975	16.217
1893	68.419	32.332
1894	97.235	62.593
1895	52.769	30.953
1896	43.294	33.198
1897	106.373	70.658

Para 1898 annunciava-se um credito de 110.000 contos para tal rubrica.

Para libras 2.006.728 no valor de 91.942:869$000 as differenças haviam subido a 68.769:057$000.

Em 1897 absorviam mais de 25 por cento da receita federal.

Não havia economia nem cerceamento de despezas capaz de enfrentar este desnivel formidavel que ameaçava prejudicar, de modo absoluto, o apparelhamento civilisado do Brasil, desorganisando as grandes administrações dos departamentos essenciaes.

Emquanto isto o cambio baixava. E 1897 se convertera num periodo de panico, quasi continuo, para maior gaudio dos agiotas. Em janeiro o cambio medio fôra de 8 23/32 d; em julho de 7 15/32 para, em dezembro, cahir a 7 7/64.

Começou a impor-se, á consciencia de todos, que só um remedio serio havia, o do saneamento do meio circulante.

Fracassara o recurso do arrendamento das estradas de ferro e o Congresso recusava autorisar o imposto obsoleto, suggerido pelo Executivo, da capitação.

Declarou-se esgotada a capacidade tributaria dos contribuintes, e autorisou-se a reconversão das apolices de 4 p. cento ouro, em 5 por cento papel, resgatando-se os titulos de Rs. 1:000$000 por 1:250$000.

Haviam as apolices geraes internas tido uma baixa de 30 por cento fracassando a idéa do recurso a novo emprestimo de dez milhões esterlinos.

Pensou-se em suspender a amortização da divida externa mas a casa Rotschild recebeu mal a sugestão.

Os titulos de divida externa de 4 por cento haviam cahido a 41 por cento, desvanecendo-se a esperança da collocação de titulos brasileiros na Europa para a obtenção de recursos que dispensassem a compra de cambiaes no Rio de Janeiro.

CAPITULO XIX

Exposição de Bernardino de Campos a Prudente de Moraes — Os auxilios reclamados pela lavoura — Causas complexas da crise — Medidas a serem adoptadas — As manobras da especulação norte americana — As medias do custeio das lavouras nas zonas fluminense, mineira e paulista — Dados estatisticos sobre a posição do café em 1897 — Projeto de creação de um Banco Central de Credito Agricola — As questões cafeeiras no Parlamento em 1897 — Os projectos de Ildefonso Alvim e Alfredo Ellis —Propostas de subsidios á propaganda estrangeira do café

Em 1897, apresentava Bernardino de Campos a Prudente de Moraes de quem era ministro da Fazenda como sabemos uma serie de considerações sobre o café e sua crise. Causaram funda impressão.

Como introito lembrava que o Brasil encontrava em sua lavoura a fonte de renda capital de sua renda. Paiz novo, a maior somma de recursos haveria de lhe provir, forçosamente, da cultura do solo.

Entretanto, era de notoria evidencia a situação periclitante deste ramo da actividade nacional, cujas causas, decorrendo de origens diversas, tinham, como corolario, a falta de credito e a profunda desorganisação do trabalho.

Entregue aos proprios recursos e orientação, ser-lhe-ia impossivel reerguer-se tão grave a crise economica em que se debatia, ferido nos seus mais serios interesses.

Da incuria daquelles que sempre haviam pretendido tutelar a lavoura com falsos auxilios, resultara a maior parte dos obstaculos interceptadores do desenvolvimento agricola do Brasil, não sendo para desdenhar a circumstancia de que as rendas publicas teriam de resentir-se profundamente deste retardamento perigoso, sem justificação plausivel em paiz prodigamente favorecido de dons naturaes.

Não bastavam os auxilios indirectos e a iniciativa parti-

cular, ainda acanhada no paiz. Tornava-se necessario a intervenção dos poderes publicos. Ninguem pretendia criminar a actual geração de lavradores pelo fausto e a prodigalidade de outr'ora.

A maioria dos fazendeiros não conhecia deste periodo sinão as consequencias. Recebera as suas propriedades em condições desfavoraveis, oneradas de pesados compromissos e muitas dellas em perfeita insolvabilidade.

Os actuaes lavradores, além da herança ruinosa de praticas condemnadas haviam visto operar-se, do modo mais desastroso, a substituição dos braços consagrados á sua industria.

Complexas, e diversas, as causas determinantes do estado critico da lavoura. Apontadas, geralmente, como principaes vinham a ser as seguintes:

Carencia de conhecimentos de mecanica e das sciencias naturaes. Necessidade da subdivisão da propriedade, aplicação da lei de Torrens e falta de estatisticas. Necessidade de transporte rapido e economicos e da restituição integral das mercadorias despachadas.

Deficiencia de trabalhadores remunerados, de modo proporcional aos resultados de seu trabalho.

Necessidade indispensavel de modificações no processo, em vigor, prejudicial e absurdo, da arrecadação do imposto de exportação; escassez de capital e credito.

Verberava o ministro o misoneismo dos lavradores brasileiros e o seu apego á rotina. A agricultura nacional, avassalada pelo empirismo, conservava-se estacionaria, tornando-se inaccessivel aos proventos que fartamente poderia colher, extranha ao progresso da mecanica aplicada, á chimica agricola, e á meteorologia. Os lavradores em geral não votavam á sua nobilissima profissão o amor, a dedicação que lhes devia inspirar pelos interesses que lhes conferia e a grande somma de bem-estar prodigalisada.

A verdade desta asserção decorria do empenho, com que o cultivador procurava afastar dos labores da vida agricola, aquelles que deviam receber desde a primeira idade, educação adequada á profissão de seus paes, seus legitimos successores, herdeiros e depositarios de suas tradições.

Assim ficavam as propriedades ruraes entregues a pessoal inhabil, baldo das qualidades essenciaes a quem tinha de dirigir empreza tão complexa, quanto a da exploração do sólo, não podendo prescindir de conhecimentos technicos, capazes de alargar a esphera dos recursos para agir no phenomeno economico da producção.

Em geral, mostrava-se o lavrador inteiramente extranho ás sciencias de que dependia o exito de sua profissão. Tão accentuada a sua invulnerabilidade, que chegava a condemnar, sem exame prévio. qualquer innovação subversiva dos habitos a que se sentia escravisado.

O exclusivismo de cultura creara o regimen de dependencia corrente no Brasil e contra o qual não havia como reagir deante da obstinação dos lavradores de café e de canna de assucar, productos por excellencia da grande propriedade do Brasil.

Occupadas grandes extensões de terras com a cultura do café, que symbolisava a riqueza nacional, e influia poderosamente no mercado do cambio, haviam sido abandonadas as demais culturas, sem excluir a dos cereaes. As baixas successivas do preço do precioso producto crearam aos cultivadores difficuldades indiziveis, e os tornaram arrependidos de sua imprevidencia.

Deste erro de que alguns ainda não se haviam penitenciado, lhes cabia, no emtanto, responsabilidade; porque não lhes devia ser extranho que tambem a canna de assucar tivera dias fastos, dando fausto ás moradas dos proprietarios de engenho. A concurrencia transmutara, inopinadamente, a vida de outrora tão farta e feliz. A maioria dos engenhos passara a indicar a decadencia deste ramo de exploração agricola, secular, do Brasil.

Urgia, sobretudo, incentivar o ensino agricola sobre bases mais modernas, renovar as idéas dos velhos fazendeiros, sob pena do Brasil se atrazar, cada vez mais, no atoladouro da rotina que ao commercio universal só podia offerecer productos cada vez mais distanciados dos competidores progressistas.

Aconselhada a aplicação da lei Torrens e o incentivamento á mobilização do sólo, por seu intermedio, affirmava Bernardino de Campos que da aplicação daquella famosa lei australiana, ao Brasil decorreriam consideraveis vantagens dentre as quaes cumpria salientar, a verdadeira mobilisação do enorme capital empregado nas propriedades territoriaes, commercialisando seus valores por meio de titulos negociaveis e transferiveis por endosso.

Assim se teria verdadeira base e preparo para a estatistica territorial e agricola, sem onus ao erario publico.

O Dr. André Peixoto de Lacerda Werneck, fazendeiro, autor da bôa obra *Auxilios á lavoura,* escrevia a proposito da mobilisação do sólo: fazendo notar que o Governo Provisorio,

decretando o regimen Torrens esquecera-se de que tal regimen era completamente desconhecido no paiz: seu intento, mobilisar o sólo não o comprehendiam a massa popular; nem os directores da opinião.

"Accrescia ainda, que na campanha abolicionista fôra agitada a lei *Torrens,* porém como desforço contra os fazendeiros."

"Por isto estava a lavoura prevenida contra este regimen que, pela morosidade da aplicação, nunca seria uma realidade."

Além disso as exigencias para a sua realização eram taes que, em um paiz como o Brasil, parecia maior o desejo de evitar, do que de promover-lhe, a execução. Era preciso pois, que se simplificassem suas condições. Falhara a tentativa de modo lamentavel. Ao ver do ensaista fluminense é que lhe faltavam homens que a propagassem com intelligencia e a executassem conforme o meio: é que os Torrens não appareciam por decreto.

Assim pois, se o legislador brasileiro tinha em vista, decretando a lei Torrens mobilisar a terra, devia, antes de tudo, lançar mãos de meios mais faceis, preparar a legislação para que, em consequencia do seu movimento, chegasse a completa execução do seu *desideratum* e não permanecesse letra morta. O primeiro passo, para tornar os immoveis de facil transferencia, era, principalmente, supprimir todos os impostos de transmissão de propriedade, sellos e direitos, cobrados no valor de cerca de 7 %, e admittir a transferencia de direitos hypothecarios pelo endôsso, livre de impostos, sellos e outras despezas, apenas com a cessão do registro, por meio de simples escriptura.

O imposto de transmissão seria substituido por outro, annual, e, por conseguinte, não sobrecarregando mais do que uma só vez annualmente a mesma propriedade.

Transtorno extraordinario, obice formidavel ao desenvolvimento das transacções commerciaes brasileiras vinha a ser a deficiencia das estatisticas nacionaes.

A tal proposito, observava Bernardino de Campos, e com a mais lucida exacção, que no Brasil os poderes publicos, o commercio e as industrias se sentiam, a cada passo, embaraçados e prejudicados pela falta de estatisticas, o fundamento seguro, sobre qual devia repousar a sua organisação administrativa e economica, e o meio mais proficuo de fazer com que o paiz attingisse com dados certos, a maior prosperidade.

O Brasil, com extensos territorios apropriados a culturas rendosas dispondo de diversos climas, e das facilidades de

criação de animaes de utilidade commercial, vivia quasi exclusivamente da cultura do café, da canna e do fumo e do cacáo além da industria extractiva da borracha. E isto sem estatistica territorial, agricola e commercial organizada!

Os trabalhos de estatistica, que appareciam no paiz sobre a producção e consumo dos generos nacionaes, eram organizados nas praças estrangeiras, que importavam taes generos e utilisavam, destes elementos em proveito proprio, e, por conseguinte, com prejuizo dos productores.

Era lamentavel não se conhecerem tambem, verdadeiramente, as posições, os limites e riquezas das propriedades ruraes do paiz.

Quem ousaria negar a vantagem do conhecimento exacto de taes dados, factores do valor das propriedades. Com a sua determinação, ficariam evidentes a natureza dos terrenos, suas riquezas mineraes e vegetaes, as distancias dos mercados de venda e consumo, as facilidades de communicação, o numero de fogos, a densidade da população, os terrenos devolutos, emfim todas as relações de augmento ou diminuição do valor das mesmas propriedades.

Os trabalhos regulares de estatistica territorial, agricola e commercial, manifestavam o perfeito conhecimento destes dados determinativos do valor real das propriedades, ruraes, fornecendo base segura para que a lavoura e o negociante, com a garantia dos bens pudessem dispôr do credito de que tanto precisavam para viver e prosperar. Os preços dos generos estabelecidos pela relação entre a procura e a offerta, só podiam ser determinados quando conhecidas as qualidades produzidas e consumidas dos mesmos generos.

Pela actividade da realização das permutas, de accordo com essa lei economica, assim como pelo saldo dos valores das mercadorias exportadas sobre os das importadas, é que se aferia o progresso industrial e commercial de um paiz.

Deste saldo resaltava a capitalisação da moeda e a subida do cambio sobre os paizes estrangeiros.

A decadencia industrial e commercial determinava-se pelo marasmo das compras e vendas nas praças mercantis e os constantes saldos que, na balança geral do commercio, apresentavam os valores das importações, fazendo baixar o cambio para fóra do paiz por falta de capitalisação nacional.

"Consideravam-se incluidas nesses saldos as differenças entre os valores das moedas e cambiaes sahidas e entradas porquanto, moedas e cambiaes eram tambem mercadorias, de valores determinados pela lei da offerta e da procura.

Dahi a necessidade de se fomentar a producção nacional e o seu valor, afim de se augmentar o valor geral do capital a entrar no paiz, diminuindo o dos capitaes, a sahir para o estrangeiro.

A diminuição da producção e a do valor dos productos do paiz, bem como a diminuição do consumo destes productos, eram as causas principaes das crises commerciaes e financeiras.

Manifestava-se esta diminuição, ora naturalmente, quando a producção se mostrava maior que o consumo, ora artificialmente: quando, por falta de trabalhos estatisticos, os mercados productores, desconhecendo o que realmente possuiam, e ignorando as necessidades do consumo, entregavam seus generos por baixo custo aos especuladores que os embarcavam figurando, mediante noticias e telegrammas inexactos, abundancia dos artigos quando havia no emtanto escassez.

Ou então quando, não tendo o mercado nacional recursos para resistir á pressão de baixas arbitrarias, adrede preparadas pelos exportadores coligados, achava-se na contingencia forçosa de entregar os productos indigenas aos preços infimos que a exploração lhes impunha.

Applicando o caso á crise cafeeira contava o ministro da Fazenda curiosa historia divulgada nas columnas do *New York Herald*, em fevereiro de 1897.

A commissão especial eleita pelo Congresso Nacional dos Estados Unidos examinara cuidadosamente as condições de vida de grande associação de torradores a *Coffee Roasting Trust* a cerca da qual sarcasticamente dissera o grande jornal newyorkino: comquanto ainda no periodo do crescimento já era creança notavelmente sadia.

A sua testa estava um grande conhecedor das condições dos mercados. Esta *Coffee Roasting* no primeiro anno de vida dera um dividendo de cem por cento ás suas acções nada menos do que isto, denunciaram seus competidores da *Woolson Spice* por sua vez accusada de realizar lucros fabulosos, especulando com café brasileiro.

A' sua frente achava-se um homem extraordinariamente perito em materia de comprar café por baixo preço gabava-se o presidente deste syndicato. O relatorio do consul brasileiro em Hamburgo, e em 1895, denunciara um syndicato francez, poderoso, que, tambem, muito ganhara jogando no termo, a exercer grande pressão para a baixa do café brasileiro.

Entendia o ministro que o principal factor de triumpho

dos especuladores estrangeiros provinha do rigor das estatisticas de que dispunham.

A carencia de conhecimentos positivos da producção e do consumo, e a penuria de recursos da lavoura e do commercio do Brasil, facilitavam a baixa do genero cujos preços em lugar de subir, á razão da queda do cambio haviam sempre baixado.

Sem que se pudesse seguramente affirmar ser a producção superior ao consumo geral, o café de typo 7, que em abril de 1896, com o cambio a 9 3/16, ou a libra esterlina a 26$122, se cotara no Rio de Janeiro a 20$400, por 15 kilos, um anno depois, e com o cambio a 7 13/16 e a libra esterlina por .... 30$720, descera a 11$000.

Assim, a sacca de typo 7, em abril de 1897, vendera-se a 44$000 ou £ 1.8.7, ao cambio de 7 11/16, quando no anno passado se mercara a 81$600 ou £ 3.2.5., ao cambio de 9/16.

Era preciso por força que o Brasil se defendesse apparelhando-se com as mesmas armas dos adversarios.

Para atalhar os maleficios que vinha soffrendo, e fazer respeitar os valores reaes da producção nacional, tornava-se indispensavel que a União, os Estados e as associações commerciaes e industriaes:

1.º — organisassem trabalhos estatisticos, por onde se conhecesse a producção do paiz e a estimação que podia ter, determinada sómente entre as necessidades reaes da procura nos outros mercados similares das nações competidoras do Brasil.

Delles se obteria, com a possivel approximação, o calculo das medias das colheitas anteriores e por meio de informações fidedignas a necessaria informação sobre a quantidade e qualidade das colheitas futuras, bem como a existencia (*stocks*) dos generos iguaes aos destas colheitas, accumulados nos mercados estrangeiros, a fim de se avaliar a possivel extracção do genero nacional nos mercados consumidores e determinar-se-lhe o verdadeiro valor.

Medidas completamente indispensaveis eram: a fundação dos estabelecimentos de credito, no intuito de manter o mercado em alta natural, facilitando aos productores, e aos negociantes, as quantias precisas ao movimento das transacções e á expansão de sua industria, sob a garantia dos generos em transito, nas tulhas ou ainda pendente das arvores, armazenados em docas, alfandegas e armazens de estradas de ferro a mobilisação da terra pela transferencia de hypothecas por endôsso; a execução da Lei Torrens; o estabelecimento do credito movel; as lettras agricolas e os warrants, além da aber-

tura, no Exterior, de casas brasileiras filiaes das mais importantes firmas das praças nacionaes.

Estabeleceu Bernardino de Campos suggestivo quadro das medias dos preços de um kilo de café do Brasil, typo sete, vendido a 885 réis.

	Réis
Nos Estados Unidos	1.234
Na Allemanha	2.648
Na França	4.170
Na Italia	5.956!

Abatendo-se o valor dos impostos e das despesas de transporte ainda assim o lucro liquido por kilo passava a ser:

	Réis
Nos Estados Unidos . . .	251
Na Allemanha	1.011
Na França	1.251
Na Italia	2.732

E sabia-se que taes lucros eram obtidos por intermedio de recursos alcançados com a propria garantia dos generos negociados. Mostrou ainda Bernardino de Campos que na melhor hypothese a lavoura cafeeira, em 1897, remunerara os capitaes, nella empregados, do modo mais parco. O lavrador, além de trabalhar, empatara capitaes, pagando juros e salarios altos. Precisava ter, no preço dos generos, compensação correspondente ás despesas, sacrificios e contrariedades.

Desde que não obtivesse, nos mercados, remuneração compensadora, desanimava, abandonava a lavoura, cahindo na indolencia ou empregando a actividade em outros negocios, onde iria encetar nova aprendisagem.

O lavrador de Minas Geraes, da Matta, onde a producção média se calculava em 30 arrobas por mil pés, para ter no mercado uma arroba de café typo 7, dispendia, em média approximada, com a colheita, incluidos os salarios para o preparo de terras, capinas e trato dos cafeeiros, durante um

anno (calculando-se que 22,5 alqueire ou 100 litros de café em cereja produziam uma arroba de café preparado). . . . . 5$000
a seca e beneficio do café $900

Total .. .. 5$900

os carretos até a estação de embarque absorviam . $500
o frete-tarifa movel pelo cambio de 10 ou transporte até o mercado de venda .. .. 1$900
o carreto e passagem na estação e no mercado de venda até o armazem do commissario $200
o aluguel da sacca (1/4 de aluguel da sacca de quatro arrobas) $100
a commissão da venda, a 3 % sobre 13$000 .. .. $390
o imposto de 11$000, com a, restituição pela venda da guia, desvalorisação de 30 % $436

Assim custava ao lavrador 1 arroba de café .. .. 9$000
para ser vendida por .. .. 13$000

dando de lucro .. .. 3$574
Colhendo por exemplo, 5.000 arrobas annuaes, podia o fazendeiro ter o lucro de .. .. 17:870$000

Ora uma fazenda montada com essa producção média, custava no minimo 100:00$000 ou os juros de 8 % .. .. 8:000$
Amortisação em 25 annos .. .. 4:000$

12:000$
Ficava ao lavrador a insignificante renda de .. .. 5:000$

sujeita ainda a depreciação do material, ao envelhecimento das lavouras e ao esgotamento do sólo. As despesas de fretes e transportes, era obvio lembral-o variavam conforme as distancias; a da colheita e séca conforme a remuneração ou salario dos trabalhadores; a do imposto e a da commissão do preço da venda do café.

Na maior parte do Estado do Rio de Janeiro a média da producção era inferior a 30 arrobas por mil pés; mas as distancias das fazendas ao mercado de venda, sendo menores, com isto diminuiam as despesas dos fretes.

No Espirito Santo e no Sul de Minas, zonas de lavouras novas a média da producção era de 60 arrobas por mil pés. Em S. Paulo, conforme as zonas, variava entre 30 e 200 arrobas podendo-se tomar a média de 100 arrobas por mil pés.

Esse augmento da producção via-se porém, absorvido pelo do salario, alto. Desde que a qualidade do café fosse inferior ao typo 7, como geralmente occorrera depois da desorganisação do trabalho em 1888, o preço da venda seria menor e o lucro do lavrador quasi negativo. Assim, pois, a venda do genero, mesmo a 13$275 por arroba ou $885 por kilogramma, não compensava os trabalhos do lavrador, nem lhe remunerava o capital.

Chegara-se a um periodo em que se verificava verdadeira desharmonia entre o vulto das entradas, nas grandes praças exportadoras o volume dos stocks e as taxas cambiaes.

Organisou o Ministro diagrammas para demonstrar sua proposição. Assim em 1895 para uma média diaria da entrada de 4997 saccas verificava-se um preço médio, para o typo 7, de 24$500, sob um cambio de 9 1/8 d. Vira-se no emtanto em janeiro e fevereiro de 1897 subirem notavelmente o cambio, os preços e as médias de entrada.

No decorrer do anno a baixa cambial como que arrastara a das cotações. Para o fim do anno, houvera larga alta cambial com baixa de preços e baixa de entradas.

Em 1896 a oscillação cambial como que determinara a das cotações, salvo nos ultimos quatro mezes em que á grande alta do mil réis se contrapuzera a queda dos preços.

As entradas haviam como que acompanhado as cotações havendo porém desharmonia, igualmente, para o fim do anno.

Nos quatro primeiros mezes de 1897 é que o desaccordo se tornara notavel os cursos do cambio e dos preços divergiam por vezes bastante como em fevereiro mas notava-se enorme discordancia entre os do cambio, em alta, e os das entradas que naturalmente eram muito fracas em abril. Commentava Bernardino de Campos:

A baixa de preço do café, acompanhando a baixa do cambio não póde ser attribuida á exuberancia de producção, pois a exportação brasileira no ultimo decennio tem gyrado em torno da cifra de saccas de 60 kilos	6.000.000
e a dos outros paizes em	4.500.000
Producção mundial	10.500.000

Até então os stocks, a primeiro de junho de cada anno, no Rio de Janeiro e em Santos, eram pequenos, desde 1880-81 até 1895-1896 segundo uma estatistica do Barão de Quartim, grande commissario fluminense.

EXISTENCIAS			TOTAL
Época	Rio	Santos	
30 de junho de 1881 . .	175.000	30.000	205.000
30 de junho de 1882 . .	81.000	180.000	261.000
30 de junho de 1883 . .	300.000	235.000	335.000
30 de junho de 1884 . .	150.000	290.000	440.000
30 de junho de 1885 . .	140.000	165.000	305.000
30 de junho de 1886 . .	236.000	210.000	446.000
30 de junho de 1887 . .	182.000	260.000	442.000
30 de junho de 1888 . .	102.000	130.000	232.000
30 de junho de 1889 . .	278.000	218.000	496.000
30 de junho de 1890 . .	163.000	55.000	218.000
30 de junho de 1891 . .	153.000	56.360	210.000
30 de junho de 1892 . .	54.515	188.000	242.515
30 de junho de 1893 . .	104.789	120.000	224.789
30 de junho de 1894 . .	76.152	40.231	116.385
30 de junho de 1895 . .	152.930	131.219	284.149
30 de junho de 1896 . .	114.551	115.792	230.343

Lançando mão de estatisticas oriundas de respeitaveis fontes como fossem as de G. During Zoon, a grande firma de Rotterdam e da *The coffee Exchange of the City New York* publicou o ministro da Fazenda um quadro do café visivel existente em stock nas praças estrangeiras e em viagem para essas praças, avaliado em saccas de sessenta kilos.

Café, a primeiro de junho de cada anno, data do inicio da safra, então:

Datas	Saccas de 60 kilos
1882	4.213.616
1883	5.188.150
1884	5.167.733
1885	5.030.016
1886	4.153.050
1887	3.519.933
1888	2.314.516
1889	3.640.150
1890	2.582.016
1891	1.721.300
1892	3.038.833
1893	3.294.266
1894	2.184.216
1895	2.048.333
1896	2.463.636

Observações:

A maior quantidade de café existente conhecida no mundo e em viagem, fôra de 318.389 toneladas ou 5.306.483 de saccas em abril de 1884.

As 2.463.666 saccas, visiveis no fim da safra de 1895-96 representavam pequena quantidade em relação ás do fim das outras safras, em igual data, como em 1892, 1887, 1884, etc. Assim a provada deficiencia de café para o consumo no começo daquella safra, seria supprida pela de 1896-1897 a terminar, no Brasil, visivelmente muito maior, do que a dos outros annos, sendo menor, em outros paizes productores, o que determinaria o equilibrio entre a producção e o consumo.

O café em stock a 1.º de maio dos annos de 1893 a 1897 assim se cifrava:

	1893	1894	1895	1896	1897
Stocks na Europa . . .	2.068.333	1.222.500	950.000	1.713.333	2.343.333
Stocks nos E. Unidos . .	488.233	392.150	487.166	396.666	621.500
Stocks em Rio de Jan. .	185.300	8.906	260.833	72.500	235.333
Stocks em Santos . . .	275.483	36.266	306.833	95.000	403.833
Totaes	3.017.349	1.659.822	2.004.832	2.250.499	3.603.999

Havia ainda a computar as quantidades de café em transito do Brasil, do Oriente para os Estados Unidos e a Europa e dos Estados Unidos para a Europa o que elevavam estes stocks.

Assim haviam elles sido

Em 1893	3.510.363
Em 1894	2.176.231
Em 1895	2.409.663
Em 1896	2.521.163
Em 1897	4.270.497

Assim a situação em 1896 com o consumo maior era bem mais favoravel de que em 1884 quando em maio deste anno o stock subira a 5.306.483.

Apezar disto tal consumo nos grandes paizes era ainda *per capita* muito limitado.

Falando da importancia da producção cafeeira, mostrou Bernardino de Campos o que representava a baixa para a economia brasileira.

Dos generos de producção nacional, do que era permutado por maior valor metallico tinha o café incontestavelmente primazia, quem de tal duvidava? Havia sido vendidas no estrangeiro, nos ultimos annos, uma média annual de seis milhões de saccas de 60 kilos, ao preço médio de 90$000, ou £ 3, produzindo a favor do paiz, ao cambio médio de oito, £ 18.000.000 ou 540.000:000$000.

Com a baixa de preço o café vinha sendo vendido a 11$000 por arroba, de modo que ainda se elevasse a exportação em 1897 a oito milhões de saccas, entrariam no paiz £ 11.775.000 ou 353.250:000$000. Assim a desvalorisação do producto, neste anno seria de £ 6.225.000 ou 186.750:000$000. Dahi a necessidade de propaganda para o consumo e valorisação do genero não só por parte da diplomacia sobretudo dos consulados verdadeiras agencias commerciaes, como tambem por parte do Governo da União, dos Estados e das associações particulares, do commercio e da lavoura.

Dahi tambem a urgencia da organisação de trabalhos fidedignos de estatisticas territorial, commercial e agricola para orientar a producção nacional e não a deixar exceder ao consumo preciso.

Taes estatisticas, territorial e agricola, deviam ser preparadas pelos Estados e União, e a commercial pelas juntas commerciaes ou Camaras Syndicaes.

O Governo Provisorio da Republica, conscio das vantagens dos trabalhos estatisticos, baixara bem justificado decreto em fevereiro de 1890, creando as secções de estatistica commercial, annexas ás associações commerciaes.

Destas repartições não decorrera o resultado desejado. Assim haviam sido extinctas em novembro de 1892, passando tal serviço ás alfandegas.

Serzedello Corrêa, em 1893, em seu relatorio de ministro da Fazenda, externara a necessidade inadiavel do serviço, com clara comprehensão da sua utilidade, frisando quanto, em materia de estatistica, estava o Brasil em situação deploravel.

Por falta de dados estatisticos, via-se o Governo constantemente embaraçado em importantes relações, e obrigado a responder ás continuas requisições de Governos estrangeiros, publicistas e repartições de estatisticas, confessando que ainda não tinha organisado serviço, cousa em que aquelles Governos, punham tanto esmero, e que até em paizes de mesquinhos recursos, a administração nacional, sem attender ao rigor do sacrificio, mantinha de modo que já nos trez primeiros mezes do anno, conhecia todo o movimento commercial do anno anterior, e, ordinariamente em cada mez, dispunha dos elementos colhidos no mez precedente.

Deste estado de coisas decorriam enormes prejuizos era obvio lembral-o. Depois de largamente attender ás defeituosas condições dos serviços de transporte no Brasil recordava Bernardino de Campos quando havia a maior escassez de braços, para a lavoura e abordava questões bancarias discorrendo largamente sobre a necessidade de organisação de credito agricola expondo o mecanismo das caixas Raiffeisen, ainda desconhecidas no Brasil, dos bancos populares typo Luzzatti na Italia, o systema Schulze, de outro typo, e concluia:

"Por toda a parte, ainda mesmo nos paizes em que superabunda o braço, em que ha instrucção industrial, facilidade de transporte isenção ou modicidade de impostos, machinismos baratos, em que os mercados se abrem remuneradores para os productos agricolas, existem bancos facilitando emprestimos á lavoura.

No Brasil, porém, não ha ainda verdadeiros institutos, que façam emprestimos á lavoura com garantias hypothecarias."

E reforçava os conceitos emittidos por F. de P. Rodrigres Alves, quando, recentemente, ministro da Fazenda.

"As necessidades da lavoura têm augmentado consideravelmente.

"A cultura de hoje reclama maior somma de capitaes; porque o custeio se tornou muito mais oneroso.

"Além disto, essa rarefacção do numerario, que se accentua por nossos centros agricolas resulta em grande parte, da confiança que os valores industriaes, as rendas do Estado e esta enormidade de titulos da Bolsa incutiram no animo dos capitalistas e banqueiros, que com elles têm constituido as suas carteiras.

"De sorte que o dinheiro que fecundava a agricultura com sua circulação e alimentava o credito agricola, embora muito mal organisado, emigrou para os centros commerciaes."

Havia peorado e não pouco a situação da Lavoura. Fiado na opinião de especialistas e na experiencia propria dizia Bernardino de Campos que a seu ver a lettra hypothecaria era a fórmula mais perfeita da mobilisação e valorisação da propriedade real chegando-se á conclusão de que para auxiliar a lavoura tornava-se preciso valorisar tal titulo.

O mais acertado e pratico parecia o auxilio, mediante caução de lettras, regularisando-se cuidadosamente o serviço dos emprestimos e das emissões, de modo a salvaguardar os multiplos interesses envolvidos em tal operação.

Inculcava-se a fundação de um banco central, com o qual a União deveria contratar auxilios, ficando elle obrigado a fundar nos Estados (que garantissem os juros e a amortização das lettras hypothecarias emittidas, em virtude de emprestimos realizados nos respectivos territorios) filiaes, cuja organisação obedecesse ás seguintes bases geraes:

Escripturação inteiramente separada, afim de se discriminar a responsabilidade de cada um, em relação ás operações proprias, ao banco central, ao Thesouro Federal e ao Estado garantidor.

Administração local sufficientemente autonoma, quanto á concessão dos emprestimos, á avaliação dos immoveis e ao mais, excepção feita somente da emissão das letras, formando parte dessa administração o fiscal do Governo do respectivo Estado e o da União.

Assim seriam organizados verdadeiros bancos estaduaes federados, tendo por élo a emissão e o serviço das letras hypothecarias, esta a cargo exclusivo do banco central.

Teria este Banco Central o direito de incorporar a si, mediante accordo e approvação do Governo, as carteiras ou os bancos de credito real, já existentes. Caberia ao Congresso a solução do problema da unidade ou da pluralidade dos bancos de credito real, que, incontestavelmente, precisavam de urgentes recursos para o desenvolvimento das industrias, principalmente da agricola, pela valorisação e mobilisação da propriedade.

Na sessão de 16 de julho de 1897, o deputado mineiro Ildefonso Alvim, trazia ao recinto da camara e justificava um projecto de sua lavra.

Muitos eram os problemas legados pelo Imperio á Republica, dizia. Dentre estes, alguns de alta importancia infelizmente ainda não recebiam dos poderes constituidos da Republica, a attenção que deveriam merecer. Dentre elles destacava-se o que dizia respeito á lavoura do café.

Documentando a sua asserção affirmava o deputado por Minas Geraes, que, após a decretação da lei de 13 de maio, e a agitação por que passara o serviço agricola e sua completa desorganisação, (por imprevidencia dos legisladores do antigo regime, que não haviam cercado o trabalho das medidas necessarias, ao seu desenvolvimento racional) viera a Republica carregar com males, devidos á imprevidencia dos antigos legisladores. Assim era dever do Congresso Republicano, por compromissos assumidos por todos os seus propagandistas principalmente pelo que entre todos mais serviços prestara, Silva Jardim; era dever do Congresso, prestar a devida attenção á classe conservadora que mais do que qualquer outra concorria para a prosperidade nacional, por meio da percepção do imposto.

Um ou outro esforço se realisara em relação ao credito real, e ao agricola, esforços infelizmente perdidos por não aproveitados, pela classe mais necessitada, a lavoura. Concorrendo poderosamente para que se firmasse a instituição republicana, deixara ella comtudo de imiscuir-se nos interesses exclusivamente politicos do paiz. Dahi talvez o seu pequeno prestigio.

Reconhecia o Dr. Alvim que o problema era muito complexo, demandando a mais acurada attenção. Assim requeria que se convidasse o Senado a nomear Commissão Mixta, propondo as medidas dependentes do Congresso Federal, afim de que pudesse o Governo auxiliar a lavoura cafeeira.

Não tiveram seguimento os trabalhos desta commissão.

Na sessão de 17 de julho de 1897, indeferia a camara, sob proposta de commissão de que era Calogeras o relator, um requerimento em que Chagas, Duprat e Francisco Ribeiro Guimarães, pediam trezentos contos de auxilios, durante 25 annos, para fazerem a propaganda de café em diversos paizes estrangeiros.

E fazia-o expendendo considerandos de que não só no proprio commercio estavam comprehendidas as despesas imprescindiveis para a conquista de novos mercados, como apenas cabia aos Poderes Publicos indirectamente auxiliar taes tentativas. Assim tambem a situação financeira do Brasil não permittiria conceder os favores pretendidos pelos peticionarios.

A 3 de outubro immediato, o deputado paulista Alfredo Elis, que mais tarde tanto se assignalaria na campanha valorisadora, propunha que o Congresso autorisasse o Governo a mandar proceder nos paizes estrangeiros, onde se cultivava o café, e por intermedio de seus representantes diplomaticos ou

consulares, ou por meio de agentes especialmente nomeados para esse fim, a estudos minudentes sobre a cultura da rubiacea, afim de, com segurança, poder lançar mão de meios capazes de debellar a crise desvalorisadora do producto.

Não teve o projecto igualmente andamento.

CAPITULO XX

Má situação economica financeira — Motivos de desalento — Entradas de café excepcionalmente grandes — Augmento dos stocks — Baixa das cotações — Desaccordo entre cotações cambiaes e preços de café — Crise economico financeira aggravada pela crise politica — O encontro de contas com o Banco da Republica — Motivos para pessimismo — Muito más perspectivas cafeeiras — Avaliação de safras — Congressos de lavradores

No dizer do auctor d o*Retrospecto do Jornal do Commercio* para 1897, este millesimo se escoou entre desgostos e dissabores, no meio dos quaes se haviam malogrado todas as esperanças, que o anterior fundára. Desde a proclamação da Republica, nunca houvera concurso igual de transtornos, politicos, financeiros e commerciaes, como os occorridos em 1897.

A importação constara, em grande proporção, dos generos chamados de *estiva,* sendo notavel a reducção na de fazendas.

O commercio mostrava-se escarmentado com as duras experiencias de 1896. A renda das Alfandegas, em geral accusara forte differença a menos, em relação á de 1896, e o commercio importador á vista das fluctuações cambiaes mostrara achar-se possuido por espirito de louvavel prudencia restringindo as encommendas ás necessidades do commercio.

Certos productos mostravam-se quasi ausentes do grosso da importação como por exemplo os pannos. Havia quem prognosticasse até o seu proximo desapparecimento dos mercados brasileiros.

Começava a desenhar-se a importancia da industria nacional viçando á sombra das tarifas aduaneiras. E os governos nomeavam commissões encarregadas de encontrar solução conciliatoria entre a proteção reclamada pelos industriaes e a renda razoavel das alfandegas.

Ao commercio exportador havia trazido seria perturbação um affluxo de productos jamais visto.

As grandes entradas de café, sem precedentes na historia deste commercio, nos mercados nacionaes, ultrapassavam a espectativa; e o consumo mostrava-se impossibilitado de acompanhar o supprimento. Dahi forte augmento nos *stocks*, tanto no Brasil como no exterior, e baixa das cotações nos mercados estrangeiros a tal ponto que ninguem se recordava de preços iguaes.

Os embarques do Rio e Santos haviam sido importantes, e a depreciação da moeda nacional em conjuncção com a procura trouxera alguma estabilidade aos preços, no ultimo semestre do anno, fechando este porém, em condições bastante difficeis.

A situação da lavoura, naturalmente, resentira-se do reduzido valor ouro do café, realisando-se conferencias, no correr do anno, para estudar a questão de virem os poderes publicos em auxilio dos fazendeiros.

Commentando zombeteiramente os factos deste desequilibrio escrevia o analysta do *Jornal do Commercio* que de taes conferencias nada de aproveitavel surgia, graças a uma razão simplissima; a crise da lavoura de café não provinha de factores naturaes, como fossem secas, chuvas excessivas e outros phenomenos, mas da excessiva producção de um só artigo de consumo, em detrimento de outros de igual, senão de superior necessidade. Justificar-se-iam auxilios a uma classe acaso flagelada por desgraças inevitaveis; mas sob qualquer ponto de vista economico poder-se-iam facilitar auxilios, quando os transtornos resultavam de actos proprios por parte dos prejudicados?

Os factos de 1897 haviam demolido por completo as illusões dos ingenuos que pretendiam estabelecer a famosa correlação entre as cotações e as taxas cambiaes, frisava o analysta.

As entradas de mais de 7.000.000 saccas de café nos portos do Rio e Santos, nos seis mezes entre julho e dezembro, haviam desmoralisado as antigas e tão frequentes reclamações sobre a falta de braços; e por outro lado, o curso dos mercados encarregava-se de provar a absoluta improcedencia da falsa theoria, pretendendo provar que os preços de café dependiam do valor cambial da moeda, quando sempre innegavel fôra que taes preços obedeciam ás leis da offerta e procura.

Quanto á situação dos cafeicultores reconhecia que a situação do fazendeiro era melindrosa, embora não pudesse ser considerada desesperadora.

A baixa do café traria como consequencia um incitamento á cultura dos cereaes. E o Brasil não passaria pela vergonha de importar milho do Prata e toucinho dos Estados Unidos, concluia o articulista num desabafo simplista discutivel.

As consequencias do periodo de especulação do Ensilhamento na vida economica e commercial da praça do Rio de Janeiro, provocaram um estado de coisas muito tenso que se avizinhava de verdadeiro *crack*.

No emtanto, as instituições de credito, mórmente o Banco da Republica, tinham no seu poder bens e valores que, manejados com habilidade, davam de sobra para solver compromissos e levantar a apathia e depreciação em que se achavam todos os elementos de trabalho e producção do paiz.

Bem longe da verdade dos factos estava o observador ao se expressar, assim, acerca da solvencia do grande banco do Ensilhamento que menos de trez annos mais tarde ruiria...

Concluindo o seu apanhado dizia o retrospectista:

"Se a situação do paiz fôra muito grave em 1896, em 1897 chegara-se até a apregoar que a bancarrota o ameaçava do modo mais serio. A pedra angular do programma, com que 1896 fechara, fôra o arrendamento da Estrada de Ferro Central, de cujo producto, auxiliado pelas severas economias promettidas, dependia o restabelecimento do credito do paiz. O arrendamento não se effectuara, por causas alheias á influencia do Governo; e as economias, ainda que realizadas em grande parte, tinham sido neutralizadas pelos acontecimentos politicos imprevistos.

O estado do Thesouro continuava sobremaneira critico e não haveria ministro algum que, de pronto, desse remedio, capaz de provocar a melhoria de tão grave situação, por mais habil financista que fosse, mais patriota e zeloso do credito do paiz.

A politica de expediente não ameaçava apenas o credito do paiz e sim tambem sua estabilidade commercial.

O Congresso nada de efficiente realizara.

As Camaras consumiram semanas e mezes em discussões politicas. Ao mesmo tempo que os representantes da Nação proclamavam a gravidade da situação e a necessidade imperiosa de se fazerem todas as economias, elles proprios haviam augmentado as despesas publicas com duas prorrogações da sessão legislativa, e, como de costume, só tratado das leis orçamentarias á ultima hora. Com taes exemplos por parte dos

fiscaes do erario publico, como esperar ordem ou calma por parte do poder executivo?

Continuavam a ter curso boatos dos mais desagradaveis.

Por duas vezes a approximação do fim dos semestres trouxera ao espirito publico a aprehensão de que os juros das apolices da divida interna não seriam pagos.

O adeantamento de dois milhões esterlinos pelos Irmãos Rothschild e o levantamento de novo emprestimo interno de 60.000 contos de réis em nada conseguira melhorar as condições cambiaes.

Fazendo umas tantas considerações optimistas para compensar os conceitos desalentadores do *Retrospecto* dizia o analysta que:

Um paiz capaz de poder augmentar sua receita de Rs. 186.738:000$000 em 1889 a 336.728:000$000 em 1896 não devia ser considerado entre os de *finanças avariadas*. O que lhe estava faltando era tino administrativo na applicação desta somma colossal. Desta deficiencia provinham quasi todos os seus males, tendo ella ficado assignalada no anno anterior, pelo conjuncto de circumstancias imprevistas. O Thesouro devia reconhecer que os credores do Brasil até então se tinham mostrado complacentes. Mas se proseguisse a politica dos contiuados emprestimos, e realisados estes *in extremis*, dahi reresultaria aos prestamistas a convicção de que o Brasil existia sómente graças á sua condecendencia. E de tal exigencias talvez intoleraveis. A necessidade de economias, ainda que estas envolvessem profundos desgostos, era a todos patente, e sem ellas o futuro ficaria nublado, ou mesmo ameaçado.

Logo depois vinha uma série de periodos desmentidores de eventuaes prognosticos favoraveis.

O anno novo abrira com os animos ainda influenciados pela gravidade dos acontecimentos politicos de fins de 1897. As perspectivas do mercado de café, principal recurso do paiz no movimento internacional eram desanimadoras. Restava sómente a esperança de que a quantidade aproveitavel á exportação neutralisaria a depreciação no valor da safra. Existiam desconfianças acerca da situação verdadeira do Thesouro, aggravadas pelos boateiros, situação esta que sómente a maxima franqueza do ministro da Fazenda poderia dissipar. O commercio de importação parecia decidido a seguir uma politica de prudencia, da qual não se podia esperar augmento das ren-

das aduaneiras. Confessava o articulista com franqueza compartilhar do desanimo geral.

Por outro lado, era de se acreditar que as experiencias de 1896 deixariam o Governo resolvido a proceder com prevenção e cautela. Mas a calma e a necessaria circumspecção, para restabelecer o credito da patria dependiam de factores que os interesses individuaes haviam compromettido no anno anterior, e ainda não se achavam bem assentados na confiança da classe commercial.

Realisar-se-ia, em março a eleição do novo Presidente da Republica: Até que esta se decidisse não se divisavam probabilidades de crescente movimento nos circulos commerciaes e financeiros.

Em todo o caso a victoria do Governo de Prudente de Moraes depois de ter arriscado o lance culminado pelo attentado de 5 de novembro trouxera grande resultado: cessar por completo a agitação politica e poder subir ao poder, sem o menor obice opposto á eleição, o Dr. Manuel Ferraz de Campos Salles.

A producção excessiva dos cafesaes brasileiros sobretudo os das lavouras novas de S. Paulo, ia, no anno de 1897, provocar a aggravação da crise dos preços.

Bastava lembrar que os extremos do typo 7 haviam sido:

Em 1896	13$500 a 21$700
Em 1897	10$800 a 16$400

Tinha o café, principal producto brasileiro de permuta internacional, os preços a acompanhar sempre as fluctuações do valor cambial das cotações no estrangeiro. Tal facto fôra duramente apresentado ao commercio em 1897, e com ainda mais força aos fazendeiros, que abandonando a cultura de cereaes, quando uma arroba valia uma libra esterlina, achavam-se na posição de vender três arrobas para obter igual quantia em ouro, e com todos os generos de consumo regulando um pouco mais ou menos a mesma base em moeda estrangeira.

A colheita da zona tributaria do Rio de Janeiro (3.740.887 saccas) quasi attingira a estimativa de 3.750.000 a de Santos, produzira mais 604.000 saccas do que o calculo 5.104.000 em vez de 4.500.000.

Multiplicavam-se as reuniões de fazendeiros e commissarios para estudar e resolver a crise cafeeira quando taes iniciativas em nada adiantavam pois a crise provinha de causas naturaes do desequilibrio entre producção e consumo.

Eram sinistras as noticias das cotações norte americanas em cents por libra:

Mezes	1897	1896
Janeiro	9 3/4 a 10 1/4	13 a 14 3/8
Fevereiro	9 5/8 a 9 7/8	13 a 13 1/4
Março	8 1/4 a 9 5/8	13 a 13 3/4
Abril	7 1/4 a 8	13 3/4 a 13 7/8
Maio	7 5/8 a 8	13 a 13 1/4
Junho	7 3/8 a 7 3/4	13 a 13 1/4
Julho	7 1/4 a 7 1/2	11 1/2 a 13
Agosto	6 7/8 a 7 1/2	10 5/8 a 11 1/2
Setembro	6 5/8 a 7 1/8	10 a 10 1/2
Outubro	6 5/8 a 7	10 3/8 a 11
Novembro	6 1/8 a 6 5/8	9 3/4 a 10 7/8
Dezembro	6 3/8 a 6 5/8	9 3/4 a 10 1/8

Quanto ás correlações do café e do cambio brasileiro haviam sido estas:

Mezes	Preço por arr. (typo 7)	Cambio médio
Janeiro	15.280	8 11/16
Fevereiro	15.160	8 9/16
Março	14.240	8 3/16
Abril	12.440	7 15/16
Maio	13.650	7 9/16
Junho	12.470	7 13/16
Julho	12.400	7 9/16
Agosto	12.300	7 11/16
Setembro	12.240	7 11/16
Outubro	11.830	7 7/16
Novembro	11.030	7 3/16
Dezembro	11.620	7 1/4

Baixara o cambio e o café baixara constantemente tambem. Estava derrocada a theoria dos economistas simplistas de antanho.

As antigas denominações de typos de café desappareceram do Retrospecto do Jornal em 1897 para vigorarem as dos typos de Nova York de 6 a 9.

Preços extremos por arroba dos TYPOS de Nova York.

Mezes	N. 6		N. 7	
	1897	1896	1897	1896
Janeiro . .	Nominal	20$400 a 21$500	14$300 a 16$400	19$000 a 20$500
Fevereiro. .	Nominal	20$300 a 22$000	14$600 a 15$500	18$700 a 20$000
Março . . .	Nominal	21$500 a 23$100	13$000 a 15$200	19$800 a 21$700
Abril . . .	Nominal	21$900 a 22$800	11$000 a 14$000	19$600 a 21$000
Maio . . .	Nominal	Nominal	12$600 a 14$500	15$800 a 20$300
Junho. . .	Nominal	Nominal	11$500 a 13$400	16$000 a 17$500
Julho . . .	Nominal	Nominal	11$600 a 13$400	15$000 a 17$000
Agosto . . .	Nominal	Nominal	11$200 a 13$600	15$000 a 16$000
Setembro. .	Nominal	Nominal	11$000 a 13$400	13$800 a 16$600
Outubro . .	12$000 a 13$300	Nominal	11$200 a 12$500	14$400 a 18$600
Novembro .	11$400 a 12$800	Nominal	10$800 a 11$300	14$800 a 19$000
Dezembro. .	11$800 a 13$000	Nominal	11$000 a 12$400	13$500 a 16$000
Extremos	11$400 a 13$300	20$300 a 23$100	10$800 a 16$400	13$500 a 21$700

Preços extremos por arroba dos TYPOS de Nova York.

Mezes	N. 8		N. 9	
	1897	1896	1897	1896
Janeiro	13$700 a 15$700	18$200 a 19$800	13$000 a 15$200	17$400 a 19$100
Fevereiro . . .	14$000 a 14$800	18$000 a 19$000	13$000 a 14$800	17$200 a 18$500
Março.	12$400 a 14$600	19$000 a 21$000	12$000 a 14$200	18$500 a 20$400
Abril	10$200 a 13$400	18$800 a 20$300	10$200 a 12$800	18$000 a 19$700
Maio	11$900 a 13$800	14$800 a 19$300	11$100 a 13$300	14$000 a 18$700
Junho.	10$700 a 12$700	15$000 a 16$700	10$000 a 11$900	14$000 a 15$500
Julho	10$800 a 12$600	14$000 a 16$000	10$000 a 11$700	13$000 a 15$200
Agosto	10$600 a 12$800	14$000 a 15$000	10$000 a 12$200	13$000 a 14$600
Setembro	10$400 a 12$600	13$000 a 14$800	10$000 a 11$800	12$400 a 14$300
Outubro	10$600 a 11$900	13$600 a 17$800	10$400 a 11$500	13$300 a 14$800
Novembro	10$200 a 10$800	14$200 a 18$300	9$900 a 10$400	13$800 a 17$800
Dezembro . . .	10$400 a 12$000	12$900 a 15$300	10$400 a 11$600	12$600 a 14$800
Extremos . . .	10$200 a 15$700	12$900 a 21$000	9$900 a 15$200	12$600 a 20$400

CAPITULO XXI

Estudos de Franco de Lacerda sobre a lavoura brasileira e o commercio cafeeiro mundial — Opiniões optimistas — Declinio de producção extra brasileira — O custeio de uma fazenda paulista em 1897 — A situação dos agricultores de S. Paulo — Dividas que os oneravam — As safras esperadas provaveis

Dentre os cafesistas de S. Paulo que angariaram reputação como conhecedores dos assumptos relativos á economia cafeeira em fins do seculo XIX cita-se Joaquim Franco de Lacerda.

Pertencente a uma familia de grandes lavradores, nascido e creado na lavoura, durante muito tempo trabalhando no commercio de Santos tinha larga experiencia, quer dos assumptos agricolas propriamente ditos quer, e sobretudo, dos negocios internacionaes do genero. Havendo vivido largos annos na Europa a acompanhar o movimento das bolsas de café, sobretudo no Havre e em Antuerpia, Amsterdam e Hamburgo, angariara larga experiencia das questões atinentes ao café.

Suas relações eram sobretudo com os cafesistas do Havre, onde chefiava a casa Lacerda, dahi a alcunha familiar que lhe deram de *Joaquim do Havre* para o distinguir dos parentes homonymos. Filho do Barão de Arary, José de Lacerda Guimarães, opulento fazendeiro de Araras, sobrinho do Barão de Araras, Bento de Lacerda Guimarães, contava numerosos parentes lavradores de grandes posses, commissarios de café; exportadores.

Homem intelligente, lograra prestigio a sua contribuição, pela imprensa paulista e carioca, de estudos sobre a crise, chegando a ser distinguido com a honra da transcripção de seus trabalhos nos *Annaes* do Congresso Nacional.

Dos seus diversos opusculos os mais conhecidos são *Producção e consumo do café no mundo* (1897) *Estudos sobre a crise do preço do café e sua solução* (1901) *Solução economica financeira do Brasil* (1897) além de grande contribuição esparsa pelos jornaes do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

Quando em setembro de 1897 reinava o maior pessimismo sobre o futuro do café emittiu Franco de Lacerda opiniões optimistas a tal respeito. Começou a argumentar com os dados fornecidos pelas velhas estatisticas estrangeiras sobre a producção geral do café de 1852 a 1897, valendo-se sobretudo da excellente memoria de Van Delden Laerne de meiados da decada de 1880-1890 e das organizadas por grandes negociantes como During e Zoon, Dalen e Flemps Leonard Jacobson e Zoon etc.

A seu ver a redução da producção mundial constituia indiscutivel facto.

Era interessante ver a tendencia havida na marcha geral do café. Depois de boa producção, por alguns annos, seguira-se uma diminuição rapida em cada anno, chegando ao ponto de desapparecer (sic). Nas procedencias asiaticas tal facto se accentuara de maneira constante durante o ultimo quartel do seculo XIX.

Assim em Ceylão a exportação de 892.454 saccas em 1869 a 1870 declinara rapidamente de anno para anno, ficando reduzida a cerca de 50.000 saccas!

Em Java, Padang, Maccasar, etc., cuja maior exportação occorrera em 1883, com 1.787.342 saccas, as entregas baixaram de metade.

Na America Central a producção accusara, nos ultimos trez annos, declinio bem sensivel, parecendo que se accentuaria ainda mais, segundo as noticias enviadas para a Europa e publicadas pelos tão acatados During & Zoon.

Tal facto devia convencer aos brasileiros de que as producções dos diversos paizes da America Central, Haiti, etc., ficariam na melhor hypothese, estacionarias durante muitos annos. O augmento, proveniente das novas plantações, difficilmente o suppria os cafesaes velhos, decadentes e em vias de extincção.

No proprio Brasil notava-se tal redução, apezar das novas lavouras.

Nos ultimos annos, a producção dos Estados do Rio, Minas e Espirito Santo haviam diminuido consideravelmente, em virtude do abandono de cafesaes velhos.

A exportação do Rio de 4.209.200 saccas de 1884 a 1885, passara a ficar estacionaria com cerca de 2.750.000. A producção da Bahia e do Ceará, em crescendo durante os ultimos annos, esperando-se dahi algum desenvolvimento progressivo, pouco valor tinha, em face da insignificancia do total das exportações daquelles Estados.

O factor de desequilibrio de producção eram as lavouras de S. Paulo. A construcção das estradas de ferro Paulista, Mogyana, Rio Clarense, Sorocabana e Ituana fôra o grande elemento de impulso.

Haviam-se aberto grandes centros para o augmento de plantações, em zonas cujo desenvolvimento, peiado até então, devido ás difficuldades de transportes, mostravam-se inaccessiveis ao café.

Nos ultimos dez annos tivera S. Paulo uma corrente de immigração estrangeira e nacional, avaliada em cerca de um milhão de individuos.

Os preços remuneradores, obtidos de 1887 a 1895, haviam encorajado os agricultores levando-os a empregar todos os recursos disponiveis de capital e credito, no augmento das plantações e acquisição de novas propriedades agricolas.

Interessantes os dados fornecidos por Lacerda como base do rendimento de uma fazenda colhendo 10.000 arrobas, em media, em 1897, mas, em condições vantajosas de producção pois elle admittia, como ponto de partida, que esta fosse de 66, arrobas por mil pés o que já não podia ser a regra commum.

O custo de uma propriedade capaz de produzir 150.000 kilos de café com 150.000 pés de café (a 4$000) equivalia a .	600:000$000
50 casas de colonos a 1:500$	75:000$000
Machinas, terreiros, pastos, casa para administrador e dependencias	125:000$000
400 alqueires de terras a 500$000	200:000$000
Somma real Rs.	1.000:000$000

Despesas com o custeio da propriedade, colheita, beneficio e remessa para Santos, commissão de venda, etc. por 1.000 pés	15:000$000
Colheita de 1.000.000 de litros a 750 por 50 litros	15:000$000
Carretos, séca e beneficio de 1.000.000 de litros	10:000$000
Despesas de administração e gastos geraes	20:000$000
Fretes para a Estação e dahi para Santos a 8$000 por sacca de 60 kilos	20:000$000
Commissão de 3 % e carretos em Santos . .	10:000$000
Somma Rs.	90:000$000

As despezas em Santos e nos mercados consumidores, desde a compra até a venda para o consumo: eram as seguintes: Preço da sacca, impostos de 11 % sobre o valor do café, despesas de embarque, commissão de exportação, corretagem, frete do vapor e seguro maritimo.

Na Europa occorriam estes outros desembarque, armazenagem, seguro, commissão bancaria, commissão de venda, corretagens, descontos, táras, etc. Todas estas despezas elevavam-se em média a 23 % sobre o valor total do valor da mercadoria.

Estabelecendo-se um calculo sobre a sacca de café, á base de 100 francos por 50 kilos, ou 2 francos por kilo, valeria a sacca 120 francos.

Descontando-se 23 por cento restavam 92 f. 40 que, ao cambio de 13 1/2 dinheiros, isto é, a $700 o franco, dariam Rs. 64$680.

Deduzindo-se dahi as despezas de producção, que se elevavam a Rs. 36$000, sobraria ao productor, como remuneração do trabalho e emprego de capital, 28$680 por sacca de café.

As dez mil arrobas de café ou duas mil e quinhentas saccas, produziriam, livres, para o fazendeiro, cerca de Rs. 71:700$000 ou apenas 7 % ao anno de juros do capital empregado.

Bastavam estas condições para demonstrar que a remuneração dos capitaes invertidos na lavoura desta fazenda typica vinha a ser a mais deficiente.

Uma industria que no Brasil de 1897 apenas dava sete por cento do capital era simplesmente precaria. E para isto ainda exigia uma média de producção consideravel, de lavouras novas a chegar.

Historiando o que se passara com o desenvolvimento da cafeicultura paulista dizia Franco de Lacerda que a grande actividade das novas culturas no interior começara em 1870, sendo dessa época em deante, com o auxilio das estradas de ferro recem construidas, abertas grandes lavouras em todas as direcções da penetração ferroviaria. De 1870 em deante haviam-se afazendado em S. Paulo muitos agricultores de Minas, do Rio e das provincias do Norte, trazendo trabalhadores e formando grandes cafesaes. A producção do café, bem como a duração da arvore, no Estado de S. Paulo, dependia da bôa qualidade das terras e da planta.

Podia-se calcular que um terço dos cafesaes de S. Paulo estava plantado em terras de primeira qualidade, um terço em chãos de segunda e o resto em terras inferiores. As de

primeira qualidade podiam produzir durante muitos annos. Viam-se cafesaes com mais de cincoenta annos carregando ainda regularmente. Nas de segunda os cafeeiros iam até os 30 e 35 annos e nas de terceira nada produziam passados 15 ou 20 annos, quando muito.

A planta do café creoulo era de maior duração que a do bourbon. Em geral este produzia com menor idade do que o creoulo, suas safras eram mais abundantes, durante os primeiros 15 annos, ficando dahi em deante as arvores muito estragadas e deformadas e reduzindo-se-lhe a producção gradualmente.

O bourbon, nas terras de segunda e terceira, estragava-se mais depressa que o café commum. O clima exercia grande influencia na formação e producção do cafeeiro.

Nos climas quentes a arvore se formava rapidamente, ao passo que nos frios eram necessarias replantas e as arvores a custo se desenvolviam.

Nos primeiros, a producção mostrava-se mais abundante nos primeiros annos, chegando, ás vezes, até a ser excessiva ao ponto de prejudicar a arvore que deixava de carregar no anno immediato.

Em geral, todo o cafesal só tinha um anno de producção excepcional e tal carga deixava sempre vestigios perdurando por alguns annos. Nos climas frios as producções eram mais regulares e menos abundantes. Tinha a planta mais duração do que nos quentes onde as repetidas producções fortes exgotavam mais depressa as arvores.

As terras de segunda ou de terceira que houvessem levado café, ficavam estragadas e depauperadas ao ponto de nem por algum tempo produzirem cereaes.

As grandes plantações, de 1870 em deante, haviam sido maiores no Oeste de S. Paulo. A volumosa producção daquella região ainda poderia guardar certo equilibrio, devido ás lavouras novas dos ultimos annos que viriam compensar as falhas da producção dos cafesaes avançados em idade, a ponto de serem abandonados.

As culturas antigas perdiam importancia dia a dia. Apezar das arvores, em alguns postos, conservarem certa vitalidade, sua producção era quasi nulla, dando pouco ou nenhum resultado ao agricultor que, melhor avisado andaria abandonando taes lavouras.

A baixa dos preços em 1897 e, ao ver do auctor, a falsa theoria de producção tinham estacado as novas plantações que se faziam annualmente. Convinha lembrar quanto a cul-

tura do café era difficil, demandando emprego de grandes capitaes durante alguns annos, para a sua formação, sem remuneração alguma, correndo os fazendeiros risco de verem annullados todos os esforços pela superveniencia de accidentes de força maior.

As geadas, secas e as chuvas de pedra damnificavam extraordinariamente as arvores, chegando em muitos casos a lhe serem fataes.

As chuvas continuas e as secas demoradas, por occasião das floradas prejudicavam as safras, e por vezes muito.

Os lavradores de café estavam expostos a prejuizos serios e constantes, podendo, em uma noite, perder todo o capital e trabalho de muitos annos, por effeito de uma geada.

Na cultura do café, para que a planta não soffresse era necessario tratamento especial. A falta de carpas regulares ou a cessação de tratamento, durante um anno, estragava muitissimo o cafesal que deixava de produzir por um ou dois annos.

Quando as lavouras ficavam abandonadas por dois annos, as arvores se enfraqueciam de tal fórma que, si depois se procedesse á carpa, chegavam a morrer sob a acção do sol.

Comprehendia-se pois o inconveniente a que estavam sujeitos os lavradores que, pela falta de recursos, devido á baixa do café, não dispunham de meios para o bom tratamento das lavouras.

Alguns annos seriam necessarios para o restabelecimento dos cafesaes.

Assim os agricultores necessitavam da estabilidade dos preços remuneradores para poder tratar, convenientemente, as culturas.

A baixa de preços viera estancar as novas plantações, paralisando-as durante alguns annos, até que a diminuição da producção se accentuasse largamente.

A situação dos agricultores de S. Paulo, ao ver do auctor assim se podia definir: Uma terça parte estava com as propriedades livres de quaesquer onus, por pertencerem a capitalistas; o segundo terço se achava em bôas condições de credito, com debitos liquidaveis dentro de um ou dois annos, uma vez que os preços do café se mantivessem sob cotações razoaveis; o resto vivia a braços com difficuldades em virtude de debitos excessivos motivados pela compra de propriedades por preços elevados descriteriosos ou o facto de terem dado grande desenvolvimento ás lavouras ou fazerem grande dispendio em jogo, e especulações ou despezas sumptuarias.

Felizmente poucos eram os que superfluamente gastavam

os capitaes, affirmação assaz discutivel observemol-o de passagem.

No numero dos agricultores em difficuldades avultavam os que haviam dado grande expansão ás culturas não produzindo estas ainda, ou apenas começando a produzir. Assim tambem os compradores de propriedades agricolas crentes na estabilidade dos preços do café.

Como vemos, sustentava Lacerda a these de que os excessos da producção paulista dariam para compensar o deficit da colheita mundial antes do declinio das lavouras. Nunca imaginaria que as safras dos annos de 1897 a 1900 que calculava num total de dezoito milhões de saccas attingissem as 25.407.124 saccas exportadas por Santos.

E isto em vesperas da safra abortiva de 1900-1901 que chegaria a nada menos de 10.165.044 saccas! O proprio Lacerda tinha visão erronea do que poderiam dar as colheitas de seu estado natal.

Ao emittir este juizo antecipador achava que se houvesse alguma differença no computo total das colheitas do quadriennio o engano seria pequeno.

Dizia ainda que cessara a era das grandes derramas das lavouras novas o que tambem traduzia uma impressão mal baseada. Se assim fosse não haveria meio de produzir, o Estado de São Paulo grandes colheitas quanto as que viriam de 1900 em deante. Continuava-se a plantar, e muito, apezar de tudo, como se pode verificar pela inspecção dos numeros das safras de 1897 em deante.

Para que se chegasse, em 1906-1907, a uma cifra absolutamente extraordinaria de 15.392.170 saccas não era possivel invocar argumentos de ordem climaterica ao se considerar a serie seguinte:

1900-1901	7.973.148
1901-1902	10.165.044
1902-1903	8.349.783
1903-1904	6.397.441
1904-1905	7.422.758
1905-1906	6.982.885
1906-1907	15.392.170

Em relação aos stocks dos annos transactos ia tambem o nosso ensaista enganar-se redondamente calculando-os para 31 de dezembro de 1897-1898 e 1899 muito abaixo do que iriam a ser na realidade.

Achava elle que não podia haver paridade possivel entre as cotações de café em outra era de grande crise, a de 1882-1886.

Datas	Stocks	Cotações extremas em francos
31 de Dezembro de 1882 .	3.011.000	42,55
31 de Dezembro de 1883 .	3.847.000	40,5 — 695
31 de Dezembro de 1884 .	3.800.000	48,73 — 5
31 de Dezembro de 1885 .	3.826.000	45,5 — 52
31 de Dezembro de 1886 .	2.466.000	45,25 — 77,5
31 de Dezembro de 1896 .	2.186.000	57,75 — 89
30 de Julho de 1897 . . .	1.936.000	43,25 — 64,25

No periodo de tristes recordações de 1882-1886 deram-se grandes fluctuações nas cotações e em 1886, quando os stocks se reduziram a menos de trez milhões de saccas, os preços começaram a subir e mantiveram-se altos até 1895, época em que os especuladores haviam começado a vender para entregar no anno de 1896 com grande *deport* dando como motivo a grande safra de 1896-1897 no Brasil.

Não era possivel descrever-se a desorientação dominadora dos espiritos dos grandes negociantes europeus e americanos arrastados pelos baixistas a ponto de confundirem a situação em 1897 com a de 1882 a 1886.

Nos periodos de grande baixa, como o de 1897, os intermediarios dos paizes consumidores não faziam provisões, acompanhavam a baixa, comprando diariamente o indispensavel para satisfazer a clientela; assim os mercados internos dos paizes consumidores deviam achar-se completamente desprovidos de stocks.

Estes intermediarios passariam a ser grandes compradores e a preços altos, logo que ficassem conhecendo a verdadeira situação estatistica do artigo.

A marcha da producção era cheia de embargos e difficil augmento. O consumo, entretanto, crescia gradualmente.

Tal o optimismo de Lacerda que incitava aos lavradores a cuidar de novas lavouras! Não deviam intimidar-se com os motivos que determinavam a baixa dos preços do café. Pelo contrario cabia-lhes empregar toda a energia em defesa dos seus interesses, procurando desenvolver novas lavouras para substituir as que, pelo avanço da idade, iam deixando de produzir, para assim se estabelecer um equilibrio da producção no futuro.

Era pois do interesse dos proprios consumidores que a producção se mantivesse em condições de satisfazer ás necessidades do consumo, para que os preços se conservassem razoaveis.

Gabava-se o nosso auctor de haver feito excellentes prognosticos para as safras de 1889-1890 e 1891-1892 e lançou o seguinte para a colheita mundial em 1897-1898.

	Saccas
Rio	3.000.000
Santos	3.750.000
Outras procedencias . .	4.000.000
Total	10.750.000

Desta vez ia porém enganar-se. O Brasil produziria mais de um milhão de saccas além de sua estimativa.

Assim tambem as safras seguintes de 1898-1899 e 1899-1900 que elle avaliava deverem orçar por 13 e 11 milhões na realidade seriam de 13.850.000 e 13.941.000.

Estava absolutamente equivocado o cafesista de S. Paulo.

Declarava Joaquim Franco de Lacerda, em fins de 1897, que a marcha dos preços do café, nos mercados consumidores, apresentava oscillações que nem sempre correspondiam á situação estatistica do artigo, fluctuações de altas e baixas vertiginosas, não justificadas pelo desenvolvimento da producção e do consumo.

A marcha dos preços do café, a partir de 1852 até a época em que se haviam estabelecido os negocios a termo obedecia, mais de perto, ao effeito da posição estatistica, servindo de balança, para o equilibrio das cotações, a offerta e a procura.

A partir de tal época haviam occorrido flutuações enormes não baseadas na situação estatistica, e unicamente movidas por interesses especulativos.

Nos Estados Unidos a marcha do consumo apresentara grandes oscillações. De 1852 a 1862 conservara uma média de 1.500.000 saccas annuaes; reduzindo-se muito de 1862 a 1865, por causa da Guerra de Secessão, e da creação do imposto sobre o café.

De 1866 em deante, tomava o consumo desenvolvimento progressivo até elevar-se em 1885-1886 a cerca de quatro milhões de saccas. Em 1887 a diminuição dos stocks devida ao

augmento do consumo e á escassez da producção, determinara nova reducção do consumo que baixara a 3.096.200 saccas; conservando-se em 3.600.000 saccas até 1889.

Em 1890 o consumo attingira novamente a 4.075.700 saccas continuando dessa época em deante a augmentar, elevava-se em 1897 a uma média de 4.500.000 saccas, com tendencia a progressivo augmento, seguindo o desenvolvimento da plantação da grande republica sul americana.

Nos paizes Europeus o consumo do café tivera marcha normal, acompanhando sempre o desenvolvimento da producção.

CAPITULO XXII

A marcha do consumo — Confronto com a crise de 1882 — Explicação das normas das operações cafeeiras nos Estados Unidos — Torradores e refinadores — Operações de deport — Posição indefesa dos productores do Brasil — Campanha baixista intensa

Apezar de grande augmento de producção, de 1870 a 1890 a marcha do consumo a esta acompanhava, absorvendo os accrescimos annuaes.

A industria dos intermediarios supprira ás necessidades do consumo, acaso imperiosas, momentaneamente, impingindo succedaneos de toda a especie aos mercados deficitarios.

Em geral estava o consumidor habituado a certa quantidade de café para o seu uso. Os intermediarios não podendo suppril-o, com quantidade equivalente, quando escasseava o artigo em procura, como quasi sempre acontecia com o café, augmentara a falsificação.

Os grandes impostos de entrada do café na França, Italia, Austria, e Allemanha davam lugar ao abuso das adulterações porém. Ainda assim os mercados absorviam a producção.

Introduzido como se achava o uso do café nos paizes consumidores e attendendo-se á grande massa das populações desses paizes, e ao seu augmento constante, o café produzido só poderia chegar para o consumo de parte dessas populações.

Durante os annos de 1882 a 1886 a baixa justificava-se em parte pelos volumosos stocks de café disponivel, nos mercados europeus e americanos; elevando-se a 3.000.000 de saccas durante os annos de 1883, 1884 e 1885.

Continuava o articulista a emittir opiniões extraordinariamente optimistas. O interior dos paizes consumidores afiançava estava desprovido do grão. Ao primeiro embate da reacção dos preços surgiriam de todos os lados compradores do café disponivel; tendo nessa occasião os vendedores forçosamente de recomprar as suas vendas a termo.

O descoberto existente, graças a estas, devia ser enorme e os compradores do café disponivel, procurariam comprar o equivalente para a cobertura das suas vendas a entregar; esta dupla procura occasionaria alta violenta, como sempre acontecera em situações analogas.

Explicando o mecanismo do commercio cafeeiro do Brasil dizia o ensaista de S. Paulo, que a grande alta de 1887, depois do largo periodo de preços baixos, devia servir de comparação para que o paiz confiasse na alta immediata dos preços nos mercados consumidores.

A campanha baixista destes baseava-se em um excesso de producção, sobre base falsa. Não existindo producção, os preços deviam voltar ao seu valor emquanto isto se fazia crer no apregoado excesso da producção cafeeira.

A campanha baixista ousara e abusara da situação do Brasil indefeso por lhe faltar organisação commercial que o libertasse da acção especulativa dos intermediarios do seu café.

A direcção dos negocios de exportação do café brasileiro passara por quatro phases distinctas, acompanhando as modificações determinadas pelo apparecimento de factores novos, cuja influencia predominava no momento.

Durante a primeira a exportação das producções de café brasileiro haviam sido feitas por negociantes estabelecidos no Rio, que consignavam a mercadoria aos mercados consumidores para serem vendidos por sua conta e risco.

Na segunda phase, o augmento da producção e do consumo dera logar a que as casas enropeas enviassem ordens, sem limitação de preço e prazo, para o embarque, para a compra e remessa de café, limitando apenas a quantidade do carregamento, que era de 5.000 saccas. Estas casas pagavam a commissão de 5 % sobre a factura.

Na terceira phase os negociantes brasileiros e europeus começaram a operar em conta de participação, dividindo entre si os riscos e lucros do negocio e admittindo mesmo, ás vezes, outras pessoas a tal participação.

As firmas brasileiras expediam café para cobrir as remessas que tinham de fazer, para pagamento da importação, dando ás casas européas participações nesses carregamentos.

Na quarta phase o estabelecimento das linhas de vapores viera por sua vez modificar o systema até então seguido, tornando faceis as communicações de noticias e mais rapido o transporte da mercadoria. Trouxera graças a esses factos, a possibilidade de se alargar o negocio por outro numero maior de intermediarios.

Estabeleceram-se então no Brasil firmas para o negocio exclusivo de exportação de café chegando-se pela concorrencia dessas casas e o estabelecimento do cabo telegraphico, ao systema então adoptado e que consistia em vendas de custo e frete, fixando-se as quantidades, os preços e as épocas para o embarque.

Este systema prestara, durante muito tempo, reaes serviços dando resultados aos intermediarios, porque os preços correspondiam ás necessidades do consumo e as fluctuações dependiam sempre de motivos justificados, a saber maior ou menor producção.

Viera, porém, a creação dos negocios a termo modificar o segundo periodo da quarta phase, iniciando a da especulação que assumira logo largas proporções, tornando maiores os riscos do negocio até esse tempo quasi insignificantes e dando origem á necessidade da formação de *stocks*.

Desenvolvera-se o jogo com tal rapidez e tanto se avolumara que em um mez se effectuaram vendas a termo de quantidades superiores á producção annual.

Deante de taes factos as operações regulares soffreram muito, tendo ficado a estabilidade de preços dependente da marcha da especulação.

A tudo accrescia ainda a instabilidade vigente nas taxas de cambio brasileiro determinando a completa incerteza do resultado das operações de custo e frete por serem imprevisiveis as oscillações a que elle obedecia diariamente.

Em 1897, assim se operavam os negocios cafeeiros, pelas casas americanas representantes de suas matrizes.

Grandes e importantes organizações especializadas proprietarias de grandes torrações e vendedoras a retalho, por intermedio de numerosos agentes, dirigiam-se directamente ao consumidor.

Este comprava quasi sempre a preço fixo, desconhecendo completamente as pequenas ou grandes fluctuações dos mercados productores.

O lucro destas casas americanas consistia pois, na reducção do custo do café, nos mercados productores, sendo para ellas de capital interesse a conservação dos preços baixos nos mercados productores.

Não havia interesse algum na alta, nos mercados productores, ou nos mercados commerciaes americanos ou europeus.

Só procuravam deprimir as cotações; na extensão da baixa residia-lhes o lucro maior ou menor.

No Brasil, não se limitavam sómente a comprar café no

Rio, Santos ou Victoria. Espalhavam agentes em todas as direções no Espirito Santo, Rio, Minas e S. Paulo.

Estes agentes exerciam a industria de explorar as necessidades dos agricultores que lhes cahiam ás mãos, comprando-lhes o café a preços verdadeiramente ridiculos.

Achava-se o Brasil sitiado por essas firmas, cujo maior interesse era comprar o mais barato possivel, visto como os seus clientes estavam habituados a pagar preço fixo.

Não era possivel imaginar-se situação mais afflictiva do que aquella dentro da qual se debatia o fazendeiro, assediado pela ganancia de taes exploradores, forçados por estas casas, dia a dia mais importantes, graças aos grandes lucros provenientes do systema de negociarem com o café brasileiro.

Não admittindo intermediarios, compravam do productor e vendiam directamente ao consumidor.

Além da pressão exercida nos mercados productores, as casas americanas, manipulavam os mercados a termo, vendendo em *deport.*

Esta operação consistia em emprestar titulos de valores mobiliarios a especuladores que haviam vendido taes papeis sem os possuir, afim de lhes permittir continuar as operações baixistas entre duas liquidações de bolsa.

Era incrivel a acção que estas firmas exerciam, aproveitando-se dia a dia do menor incidente para pesar sobre o mercado e armando verdadeiras emboscadas ao commercio regular.

As cotações por ellas pagas nos mercados productores e as do termo em New York; marcavam differenças enormes, excedendo sempre de 10 % entre o preço do disponivel e do termo. Existia ainda maior differença entre os preços do café disponivel em New Yok e os do Brasil.

O facto de estarem as cotações de New York abaixo das cotações dos mercados productores explicava-se pela necessidade que as casas Americanas tinham de impressionar a marcha do artigo para poderem agir livremente, comprando a preços que bem lhes parecia pagar.

A 9 de julho de 1897, em New York, o termo typo 7 estava cotado a 6,55 c. e o disponivel a 7,25 c., ao passo que no Rio, no mesmo dia, pagavam os mesmos compradores cotações superiores a 7,25.

Se as casas Americanas olhassem para o seu interesse immediato, deveriam comprar em New York, onde se vendia o disponivel e o termo para julho, a preços mais baixos. Esclarecendo-se porém o jogo que faziam percebia-se que aquelles preços eram mantidos por ellas proprias, afim de poderem fa-

zer pressão sobre os mercados productores. Facto typico como argumento *ad rem* relembrou F. de Lacerda.

Travara-se nos Estados Unidos verdadeira guerra entre importante casa americana torradora de café e os grandes refinadores de assucar.

Motivara esta campanha haver a grande casa torradora estabelecido uma refinação de assucar para o vender em pacotes, com o café torrado.

Viera esta nova creação fazer concurrencia aos poderosos refinadores de assucar, que intimaram a casa torradora a cessar a refinação de assucar, pois do contrario abririam luta, fazendo-lhe frente na venda do café torrado.

A casa torradora acceitara o desafio continuando com a refinação de assucar. Os refinadores haviam comprado então muitas acções de grande associação torradora de café e começaram a fazer baixar os preços do café torrado, facto que determinara uma reclamação judiciaria por parte da firma torradora aliás accionista da associação que tinha como maiores quinhonistas os refinadores de assucar.

O pleito judiciario dera em resultado provar que a associação torradora, longe de ter perdido dinheiro, alcançara lucros superiores a 50 %.

Pelo inquerito ficou-se sabendo que entre as diversas casas americanas não existia accordo firmado afim de se estabelecerem os preços para o consumo.

Estava tacitamente comprehendido porém que todos deviam operar sobre a mesma base, adoptando a mesma cotação para a venda ao consumidor e ficando livre, a cada qual, operar francamente no sentido da depressão dos preços dos mercados productores, afim de haver os cafés pelos preços mais baixos.

A casa torradora que iniciara o pleito judicial, a titulo de accionista e motivando a acção sob o pretexto de que era prejudicial a direcção dada á associação torradora pelos refinadores de assucar, perdera a questão.

Os americanos eram praticos até na solução dada a estas rixas; quando encontravam adversarios, acabavam por se afastar, não se hostilisando ou entrando em accordo para alcançar maior proveito da industria explorada.

Assim se arrefeceram o calor da luta entre torradores e refinadores, sendo de crêr que houvessem cessado as hostilidades.

Direito tinham as grandes firmas americanas de procurar

avultados lucros. Deviam porém lembrar-se de que ao productor tambem se devia um pouco de ar para respirar.

Precisavam as casas americanas ter presente a que os preços a que attingira o café não pagavam o custo da producção.

Viria tudo isto causar uma diminuição rapida de producção pelo abandono das culturas.

Então ahi os preços forçosamente subiriam a extremos que lhes não deixariam margem para os grandes lucros actualmente usufruidos.

Sendo os mercados Americanos grandes consumidores do café era indispensavel oppôr barreiras a estes descalabros refreando-se os intermediarios insaciaveis que, na faina de descomedidos lucros, arriscavam levar o Brasil ás portas da miseria; sem proveito algum para os consumidores que pagavam immutavelmente preço elevado e fixo por estas mesmas casas que, antecipadamente, compravam cafés a entregar, no Brasil, de safra futura em mezes futuros.

Este systema de vendas a entregar, em Santos, como meio de obter recursos pelos comissarios e fazendeiros, estabelecera-se de 1895 em diante.

No Rio, já era seguido, havia muitos annos, pelos ensaccadores que alli vendiam a entregar, acompanhando os preços do mercado mas não recebendo adeantamento algum do exportador.

Em Santos, de 1895 a 1897, tal negocio tomara grande desenvolvimento e as condições sob as quaes se faziam estas operações eram cada vez mais onerosas para o vendedor.

No anno de 1895 e começo de 1896, os preços eram estabelecidos pelas cotações, em *deport,* do mez em que devia ser entregue o café e a casa exportadora reservava-se uma margem de lucros de 20 a 25 por cento.

Depois que sobreviera a grande baixa e dasapparecera o *deport,* os exportadores haviam estabelecido uma margem de dois a tres mil réis por 10 kilos, como differença de preços entre as cotações do dia e as das vendas a entregar, em mezes futuros, por commissarios ou fazendeiros.

Viera este systema falsear completamente a base dos preços e difficultar ás operações das casas commissarias que não effectuavam vendas a entregar, pois que estas tinham que se sujeitar aos preços que os exportadores quizessem pagar no momento, uma vez que a preferencia era dada aos vendedores, por causa da grande margem de lucros certos que lhes proporcionavam taes operações.

Grande incremento haviam assumido em Santos, realisando-se constantemente vendas importantes, por causa do adeantamento que as casas exportadoras faziam aos commissarios ou fazendeiros.

Todos os que acceitavam estes negocios estavam scientes de que eram exportadores vendo-se porém, para obterem recursos promptos, obrigados a realizar taes vendas.

As casas exportadoras facilitavam tambem alguns adeantamentos a commissarios que se obrigavam a vender-lhes o café ao preço que estabelecessem para occasião da entrega, segundo a cotação do mercado.

Estas transacções tambem se apresentavam onerosissimas, porque os exportadores eram tão exigentes na classificação que chegavam ao ponto de burlar completamente a cotação estabelecida.

As casas exportadoras, comprando sempre, com grande margem, o café a entregar, podiam offerecer aos mercados consumidores a preços reduzidos, facilitando, assim, a venda de exportação em mezes futuros, em concurrencia com as vendas da expedição immediata.

Nos mercados consumidores, tal facto causava naturalmente má impressão parecendo provar que os brasileiros julgavam vantajoso vender a entregar, por preços reduzidos.

As firmas que assim operavam tambem tinham agentes no interior dos Estados para comprar directamente dos fazendeiros, mediante pagamento á vista e entrega immediata.

Eram incriveis as bases destas compras; em regra no interior para 15 kilos vigoravam as mesmas cotações que em Santos e no Rio se estabeleciam para 10 kilos!

Existiam alguns commerciantes que se diziam mais conscienciosos, fazendo adeantamentos ao agricultor, mas cobrando-lhe juros de 2 % ao mez e reservando para si 1$500 e 2$000 por kilo, nas contas de venda, a titulo de commissão, pelo adeantamento concedido.

Esta situação afflictiva dos vendedores a entregar prejudicava profundamente a marcha dos negocios, no Brasil e na Europa e Estados Unidos.

Por todos os adeantamentos feitos aos vendedores a entregar computados juros mais ou menos onerosos.

Comprehendia-se facilmente quanto este estado de coisas vinha facilitar o jogo das grandes casas americanas, que tiravam partido de todas as circumstancias, para o fim de forçarem a baixa.

Os negocios regulares de custo e frete haviam desappare-

cido completamente, por não ser possivel guardar-se uma margem para cobrir differenças de cambio ou fluctuações dos mercados consumidores.

Os preços variavam tão precipitadamente que a ninguem era dado prevêr a oscillação do cambio ou das cotações do café nos mercados consumidores, no espaço de um dia; entretanto o negocio nas condições de custo e frete, para se comprar o café, passar o cambio e combinar o embarque, necessitava sempre de algum prazo, materialmente indispensavel, para serem levadas a effeito taes negociações.

Algumas operações realizadas nas condições de custo e frete haviam decorrido com grande risco das casas que assim operavam, sendo mais uma operação de pura especulação do que negocio regular, com fito de lucro de uma commissão de 2 e 3 %.

Ninguem ignorava em Santos e no Rio, que as casas exportadoras negociando nas condições de custo e frete, ou tinham offertas firmes dos mercados consumidores, para a exportação naquellas condições, ou nada haviam feito, como negocio regular, nos ultimos tempos.

Depois de haver exposto fielmente a maneira de se operarem as exportações de café no Brasil, como julgava tel-o feito entendia Joaquim Franco de Lacerda haver sabiamente demonstrado que os agricultores brasileiros estavam sem defesa alguma e com os seus productos sacrificados a preços cada vez mais baixos, por falta de uma organização comercial que verificasse as manobras dos intermediarios.

Historiando a marcha da especulação nos mercados consumidores affirmava que ella tivera o ponto de partida quando, em 1895, se annunciavam as noticias das floradas da safra de 1896 a 1897.

A partir dessa época estabelecera-se grande *deport* para as vendas a termo para dezembro de 1896, a 82 francos, sendo o disponivel cotado a 93 francos.

As fluctuações daquella época em deante tornavam-se extraordinarias, accentuando-se cada vez mais o *deport* para os mezes da campanha de 1896-1897, até setembro de 1896 quando desapparecera o *deport* para dar logar a um pequeno *report*.

A especulação baixista, tornara-se menos violenta, flutuando os preços entre 54,25 a 65 francos.

Já, em abril de 1897 se haviam registrado cotações abaixo de 50 francos, tendo os mercados consumidores, desta data

em deante, conservado uma apparencia de indifferença, baixando os preços sem motivo algum e sem pressão apparente.

Parecia que um desanimo geral se apoderara de todos os espiritos e a situação do café só tinha motivos para novas decepções aos que arriscassem emprehender operações para a alta.

Extraordinario o prejuizo causado a todos os que negociavam seriamente com o café disponivel nos mercados consumidores.

Haviam sido obrigados afinal a acceitar a depressão provocada nos mercados consumidores pelas offertas baixas do Brasil.

O estado de apatia dos mercados consumidores se devia ao modo de se operar no Brasil nos dois annos, pelo desapparecimento de qualquer resistencia. Repetiam-se as offertas diariamente, fazendo-se continuas concessões de preços ante a perspectiva da menor paralysação de vendas.

A baixa cambial tambem concorrera para a do café.

Os exportadores se recusavam a elevar os preços na proporção da depreciação da moeda-papel, brasileira.

Chegara-se a uma situação verdadeira excepcional, pois em geral todos concordavam, nos mercados consumidores, que os preços eram baixos, accrescendo ainda a circumstancia de existir grande differença de cotações entre o café brasileiro e os de outra procedencia, de valor equivalente.

Entretanto, ao passo que estas se mantinham a preços firmes mais elevados, o café brasileiro baixava e achava-se abandonado, sem attrahir a attenção dos interessados.

Para que se avaliasse o absurdo a que se chegara em relação aos preços do café brasileiro o das outras procedencias, bastava examinar as cotações officiaes do Havre, em differentes épocas, por onde se poderia ver que o café do Brasil, de valor equivalente, tivera grande baixa e cotava-se por preço inferior aos preços a que se pagavam os cafés das duas procedencias.

	Java	Cap.	Santos
1895 — Janeiro	115	101	95
1895 — Junho	120	100	97
1895 — Dezembro . . .	120	102	90
1926 — Janeiro	120	100	89
1926 — Agosto	125	86	65
1926 — Dezembro . . .	125	95	60
1897 — Janeiro	125	86	65!
1897 — Junho	120	70	43!

A razão destas grandes differenças por qualidades que se pagavam aos mesmos preços, era devida exclusivamente á situação indefesa do Brasil e á necessidade em que se via a lavoura brasileira forçada a vender por qualquer preço offerecido.

A campanha baixista baseava-se na allegação de que havia excesso de producção. A este argumento vieram juntar-se outros, sendo a situação financeira dos agricultores e do Brasil a mais explorada de todas, infelizmente, sob este ponto de vista a fraqueza de que o Brasil dera provas que não fazia mais do que justificar tal idéa.

Para justificar a differença das cotações sempre pagos, como de valor equivalente, aos mesmos preços, diziam que o café brasileiro era café para a exploração de qualidade muito inferior.

Entretanto os consumidores pagavam preços altos pelos cafés vendidos como de outras procedencias, de cotações muito mais elevadas.

Quanto a se dizerem que os preços do café do Brasil deviam ser baseados nas cotações phantasticas dos preços especulativos esta questão devia ser encarada como muito séria e de grande alcance.

CAPITULO XXIII

Necessidade do Brasil defender-se — Causas da grande baixa cafeeira — Synthese da situação em 1897 — Opiniões favoraveis sobre o futuro do café — Falta de organização do commercio cafeeiro no Brasil

Devia o Brasil defender-se com todas as forças contra tal modo de ver e agir.

Qual o criterio em que se baseavam os adversarios para qualificar o café do Brasil de café para especulação?

Somente porque o productor não tinha defeza entregue por qualquer preço, a vontade dos intermediarios.

Quanto á qualidade inferior do café brasileiro, forçoso era confessar que em parte os inimigos tinham razão; o café do Brasil já fôra, na sua totalidade, melhor preparado.

No momento actual parte dos agricultores descuidava-se do preparo nos terreiros e do beneficio.

Dependia, pois, dos agricultores um esforço que lhes traria preços mais remuneradores.

A producção dos cafés finos das procedencias asiaticas diminuira consideravelmente.

O café produzido no Estado de S. Paulo e sul de Minas era o que mais se approximava do de Java e de Ceylão e de algumas regiões da America Central.

Eram os mais apreciados pelos consumidores Europeus que preferiam os cafés doces.

Os americanos consumiam de preferencia os do Rio, mais fortes e de sabor mais amargo.

Os torradores americanos empregavam, em grande escala, os cafés baixos, por lhes offerecerem margem a maior lucro.

Não queria isto dizer que não preferissem as melhores qualidades. Eram porém explorados pelos torradores, monopolistas tanto nos Estados Unidos, como no Brasil, a imporem a sua acção interesseira.

As firmas americanas não haviam realizado grandes lu-

cros com a baixa. As europeas que pela sua organização negociavam como intermediarias precisando ter stocks de café disponivel, estas pelo contrario tinham soffrido com a baixa grandes prejuizos.

As que possuiam grandes stocks de café disponivel e mantinham-se firmes em suas idéas, haviam sido forçadas a abandonar a partida, acompanhando a baixa que se accentuava de dia para dia, auxiliada pela fraqueza dos mercados do Rio e Santos.

As casas Europeéas, fieis ás suas idéas altistas, baseavam-se na excellente situação estatistica do artigo e nos preços baixos já então vigentes.

Os americanos e os especuladores termistas europeus favorecidos pelos systemas de vendas a entregar, conseguiam vencer facilmente a campanha contra os commerciantes europeus que trabalhavam seriamente.

Deprehendia-se pois que os factores da grande baixa eram as seguintes causas:

a) — Monopolio do commercio do café nos Estados Unidos, pelos torradores de café;

b) — Falta de organização commercial no Brasil, para se operar a exportação do café;

c) — Falta de organização no Brasil;

d) — Falsa theoria de excesso de producção;

e) — Excesso dos especuladores de vendas a termo,

f) — Ausencia de conhecimentos estatisticos sobre a verdadeira situação do café e sobre a marcha da producção e do consumo.

Passando a examinar as condições do comercio europeu affirmava Franco de Lacerda que: a organização commercial dos mercados do Velho Mundo era diversa da America do Norte.

Na organização commercial européa, os lucros das operações procediam da venda por maior preço do que o custo na compra e para isto era necessario que o mercado tivesse uma alta de preços ou que as compras fossem effectuadas com margem para lucro de commissão.

Nos Estados Unidos, os torradores de café, estabelecendo preço fixo para a venda, tudo tinham a ganhar com as flutuações dos preços em baixa, não lhes offerecendo lucro algum commercial a alta de preços nos mercados consumidores.

Na grande luta que se travara, sahiram vencedores os americanos e os especuladores europeus do termo.

Os mercados brasileiros, pela sua fraqueza, auxiliaram os baixistas, antecipando a quéda de preços que em outras condições não se teriam realizado.

Dadas as circumstancias dos systemas commerciaes, nos differentes mercados do mundo, fora necessario um estudo completo dos interessados, para se organizar a defeza do café.

Os preços baixos correntes não se justificavam pelo excesso de producção ou volume dos stocks de café disponivel.

A tendencia nos mercados consumidores era para uma diminuição constante até a entrada da safra de 1898 a 1899.

Augurava o analysta um periodo de um anno, durante o qual os stocks de café disponivel deveriam soffrer constantes reducções, com a queda das existencias a 1.686.000 saccas de todas as procedencias, em fins de 1897.

A situação real do artigo era comparavel á dos annos de 1887 a 1895, época dos preços remuneradores.

A baixa existente não se fundava em motivos de ordem natural, era arbitrariamente estabelecida pela ganancia especulativa, e pelas vendas a entregar realizadas em Santos, por parte dos commissarios, e dos fazendeiros no interior, com prejuizos de 20 a 30 %.

Synthetisando o que em 1897 se dava com a situação do café, dizia Joaquim Franco de Lacerda:

O periodo decorria cheio de difficuldades, por falta do conhecimento exacto da situação do café e dos motivos determinadores da grande e irresistivel baixa.

Os mercados europeus haviam comprado a medo, o necessario para o seu consumo, acompanhando servilmente os preços estabelecidos e as cotações dos mercados a termo.

O mercado americano mantinha-se, como lhe era peculiar, com *deport* nas vendas a termo e cotando o typo 7 abaixo das cotações do disponivel para as entregas do mez corrente.

As suas filiaes não se fatigavam em proclamar que existia café em excesso devendo as cotações baixar muito ainda.

Tinham em mãos o monopolio da metade da producção brasileira, impondo o preço que queriam, dadas as circumstancias em que o Brasil se achava pela falta de organização commercial e financeira.

Os negociantes europeus haviam lutado sustentando os seus stocks e resistindo á baixa até o preço de 55 francos no Havre, epoca em que alguns por não terem mais recursos e outros por verem as offertas sempre em baixa, nos mercados brasileiros, tomaram a resolução de liquidar, com grandes prejuizos.

Este facto intimidara aos que, conhecendo a boa situação do artigo, pretendiam operar, o que dera em resultado ficar a producção nacional entregue á acção dos manipuladores baixistas, sem encontrar a menor resistencia por parte dos productores e commerciantes, com pequenas fluctuações, e parecendo na opinião dos especuladores americanos e termistas europeus, não terem chegado ao seu extremo, pois, e apregoavam, desde já, maior baixa se as floradas para a nova safra de 1898 a 1899 corressem em boas condições.

Esta perspectiva de boa safra servia de manobra baixista e para que se forçasse o Brasil a ir vendendo o seu café a preços ridiculos.

A situação estatistica do café era em 1897 excellente. As casas americanas e os especuladores termistas se viriam forçados a reconhecer que os preços haviam baixado além dos limites razoaveis, devendo pois, os commissarios de Santos e os agricultores abandonar o systema de vender a preços inferiores á cotação.

Acreditava Lacerda que uma grande alta se manifestaria e de todos os lados a procura se generalisaria para a compra do café disponivel e a cobertura do termo vendido a descoberto ou contra mercadoria disponivel.

Era boa a occasião para as casas européas tirarem a desforra dos prejuizos, pois, os preços deveriam voltar ao nivel natural.

A direcção dos preços de café poderia até passar a mãos brasileiras.

A questão era de organização apenas.

A baixa pouco ou quasi nada aproveitava aos consumidores, que ainda pagavam o mesmo dos annos anteriores.

A marcha dos preços nos mercados consumidores era prova cabal e palpavel da falta de defeza em que se achava o productor brasileiro.

E a prova de tal era o que occorria com o café javanez. Cotado a 115 francos por 50 kilos em 1895 subira neste anno a 120, a 125 em 1897 voltando a 120 depois.

Durante o grande periodo de baixa que tanto prejudicava

o Brasil, os preços do Java não só se tinham mantido como até elevado.

Todos os que trabalhavam em negocios de café sabiam que o Java não estava abandonado ao azar da especulação, como o do Brasil.

A Hollanda creara organização especial para a venda dos productos de sua colonia.

O governo neerlandez, mais previdente do que o brasileiro, não deixara os seus productos a mercê dos especuladores.

Tinha organização permittindo manter os *stocks* na Hollanda com venda methodica, segundo as necessidades do consumo, realizada em leilões mensaes.

No Brasil os commissarios iam ser forçados a vender por qualquer preço offerecido pelos intermediarios quando estes, só procuravam explorar.

O mesmo se dava com os cafés da America Central embora em menor escala. Em todo o caso alcançavam sobre o mesmo peso trinta francos, e até mais, do que os brasileiros.

O consumo absorvia toda a quantidade produzida pagando preços remuneradores aos cafés de procedencias diversas das do Brasil.

Era necessario que sinceramente se tivesse de organizar a defeza para cessar a exploração e os desmandos dos aproveitadores.

Era isto para o Brasil questão de vida ou de morte.

As considerações expendidas por Franco de Lacerda tanta impressão causaram no publico brasileiro que mereceram a honra da transcripção nas paginas do Annaes do Congresso Nacional.

E se nelas havia muita coisa certa, como no que diz respeito á pressão baixista dos grandes *roasters* norte americanos, tambem nelas se entremeiavam numerosas apreciações falsas, falsissimas até como por exemplo a tentativa de prova de que não havia superproducção e de que dentro em breve cessaria a crise voltando a regular as cotações em grande alta dos annos proximos passados.

Dentro em breve seria o ensaista de S. Paulo totalmente desmentido pelos acontecimentos e teria os seus argumentos optimistas absolutamente pulverisados.

A facilidade com que angariara applausos numerosos e dos mais prestigiosos mostra quanto a questão, cafeeira, provavelmente por causa da deficiencia de bases estatisticas, era mal conhecida não só do grosso do publico e dos dirigentes como dos especialistas em materia do commercio cafeeiro.

CAPITULO XXIV

As cores sombrias da mensagem de 1898 — Explicações de Prudente de Moraes — A continua e progressiva baixa do café — Saldos da exportação nacional — Palavras do ministro da Fazenda, Bernardino de Campos — Primeiras negociações para o Funding Loan — O contracto de 15 de junho de 1898 — A situação gravissima economico-financeira dos meiados de 1898 — O desabafo trazido pela assignatura do Funding — Posse de Campos Salles na Presidencia da Republica — Manifesto deste presidente — Exposição de motivos de Joaquim Murtinho

Não melhorara a situação financeira, confessava o Presidente Prudente de Moraes em sua mensagem ao Congresso, a 3 de maio de 1898.

Das mais importantes medidas, reconhecidas necessarias á rehabilitação do Brasil haviam-se tornado effectivas as que se referiam á uniformisação da moeda fiduciaria, sob a responsabilidade da União, á redução das despezas publicas, ao restabelecimento da escripturação e contabilidade federal, á reorganização do serviço aduaneiro e á ordem administrativa. Comquanto devessem produzir salutares effeitos, não podiam estes ser immediatos e independentes de outras providencias solicitadas do Congresso.

Ainda havia, incontestavelmente, economias a fazer e muito a completar, no desenvolvimento natural dos serviços em execução.

Não se conseguira o equilibrio orçamentario, tendo sido rejeitados o imposto sobre a renda e alguns cortes indicados no orçamento da despeza.

Era verdade que o deficit resultava unicamente da verba onerosissima da differença cambial no pagamento dos compromissos externos mas tambem não menos certo de que

o alcance, officialmente declarado, na lei orçamentaria, contribuira a augmentar o agio do ouro em relação á moeda.

Nas circumstancias em que se achava o Brasil, não permittindo aguardar tranquillamente a sua reorganização economica, que, entretanto, se operava e traria fortes cabedaes, eram inadiaveis as providencias que garantissem, largamente, o desempenho das responsabilidades indiscutiveis, como elemento imprescindivel á manutenção da confiança que cada vez mais se fortaleceria ante a certeza, demonstrada pelos algarismos, da capacidade dos recursos da receita para supprir todas as necessidades da despeza.

Mallograra-se a espectativa das vantagens esperadas pelo arrendamento da Estrada de Ferro Central do Brasil. A unica proposta apresentada não se conformara ás clausulas da concorrencia.

Emquanto se aguardava a solução, até setembro de 1897, não pudera o Governo suggerir outros alvitres que não fossem os consignados na lei de 9 de dezembro de 1896, constitutivos do plano acceito pelo Congresso e posto em execução, a não ser a indicação de meios conducentes ao augmento da receita e diminuição da despeza.

Afastado o arrendamento, a situação mudara inteiramente, pois perdera o principal ponto de apoio. Caminhava-se para uma instabilidade que se não poderia manter.

Suscitara, então, o Governo a idéa de pedir ao paiz, pelo lançamento de uma contribuição de realização immediata, os recursos necessarios a manter em dia os compromissos publicos, demonstrando-se que seria menos onerosa a quota temporaria do imposto do que o tributo indirecto, mas incalculavel e indefinido, do mau cambio.

Essa idéa convertera-se em projecto de receita, acceito apenas em parte e transformara-se na lei que regulava o exercicio de 1898.

Offerecendo os pesados encargos a satisfazer no Exterior graves embaraços, pela necessidade da frequente e continua conversão da moeda nacional em ouro, que embora exagerada pelos que especulavam em cambio, em todo caso contribuia para deprimil-o, esforçava-se o Governo para diminuir, quanto possivel, as responsabilidades externas e afastar-se do mercado cambial, só intervindo quando preciso e isto mesmo com a maior precaução.

Dominado por tal pensamento, desembaraçara-se do onus da parte adiavel das construcções navaes, conseguira reduzir, por este meio, e pela conclusão do armamento do Exercito e

de alguns vasos da Armada, as responsabilidades do paiz, quasi exclusivamente aos serviços do Corpo Diplomatico, das garantias de juros e da divida publica, supprimidas tambem as commissões mantidas na Europa.

Haviam sido pagos todos os depositos feitos em Londres, pelas companhias que tinham contractos com a União.

Apresentava-se, pois, grande a reducção effectuada nas prestações a realizar fora do paiz, tendo sempre sido mantida a mais escrupulosa pontualidade na satisfação dos juros e amortisações. O cumprimento de taes deveres, que não teriam apresentado difficuldades em quadra normal, custara verdadeiros sacrificios e esforços pesadissimos em meio das perturbações constantes, oriundas de factos conhecidos e das agitações pela palavra escripta e falada, gerando o alarma, o panico e a desconfiança, e pondo em duvida a permanencia da ordem legal e da tranquillidade publica.

Infelizmente, circumstancias de outra ordem, ainda haviam trazido a sua collaboração ao acervo de males, facilitando a acção das más paixões e dos interesses á causa publica.

Inesperados contratempos affligiam a lavoura e o commercio, agravando a situação, que já reclamava cuidados especiaes; mas a propria agudeza da crise denunciava o seu termino e as energias que ella despertava trariam a desejada rehabilitação.

Confiava o Presidente nos esforços do Legislativo conjugados aos do Executivo para conseguir a regularidade orçamentaria, meio seguro de firmar de vez o credito publico e de attingir o ideal sempre procurado do melhoramento de meio circulante.

A continua e progressiva baixa dos preços do café, contribuira, fortemente, para desfalcar o mercado de fundos de valores reaes aplicaveis aos pagamentos externos augmentando a differença entre a estimativa de nossa moeda e a do ouro.

Este estado de coisas estimulava a inclinação já existente em parte da sociedade pelas operações de caracter aleatorio, que ultimamente haviam buscado um campo de exploração no commercio cambial causando males incommensuraveis á fortuna publica.

A elevada cifra alcançada, excepcionalmente, pela ultima safra de café, a situação especial em que se achavam, no momento, productores e intermediarios commerciaes, o exclusivismo das culturas, não permittiram que as importantes classes

interessadas no augmento do consumo e na manutenção dos preços da preciosa mercadoria desenvolvessem os meios necessarios á sua defeza e conveniente apreciação nos mercados.

Eram interessantes, para esclarecer o assumpto os dados seguintes:

	Saccas
A producção mundial do café de 1896 a 1897, segundo as melhores estatisticas fôra de	12.608.000
das quaes do Brasil	8.680.000
de outros paizes	3.928.000
O consumo mundial, segundo as mesmas estatisticas fôra de	12.500.000
Em 1897 haviam vindo de centros productores aos mercados do Brasil ..	10.261.440
Comparado este ultimo algarismo com o computo da colheita de 1896-1897 de	8.680.000
resultava uma differença de..	1.581.440
que representava os stocks existentes, resultantes da avultada colheita anterior Haviam sido vendidas para o o extrangeiro, nos mercados do Brasil	9.817.493
Da venda deste café, consideradas as differentes qualidades podia se tomar o preço medio á razão de £ 1-10 por sacca. Assim as 9.817.493 saccas haviam produzido	£ 14.726.239
equivalentes ao cambio de 8 a	441.787:170$000
Considerando-se que nos ultimos annos as vendas para o extrangeiro tinham mantido uma media annual de .... 6.000.000 de saccas ao preço medio de £ 4 por sacca produzindo	£ 24.000.000
equivalente ao cambio de 8 a	720.000:000$000
encontrar-se-ia em 1897 uma differença contra o Brasil de	£ 9.273.761
igual a	278.212:830$000
A exportação da borracha proveniente dos Estados do Amazonas, Pará, Ceará e Bahia em 1897 attingira ..	k. 14.874.435
no valor official de	102.213:896$819

O valor das operações sobre o cambio da moeda era orçado em mais de £ 60.000.000.

Estavam portanto de alguma sorte attenuadas as faltas e inconvenientes pela nova direção dada ás actividades que operavam na agricultura, bem compenetradas agora da necessidade de se aproveitarem as multiplas e varias propriedades do solo em culturas differentes e em outros trabalhos vantajosos cujos productos, abastecendo o paiz dos generos mais necessarios e uteis, tornariam a vida facil e mais propicio o meio do desenvolvimento das populações laboriosas, além da circumstancia de constituirem artigos de consumo geral e illimitado e influirem favoravelmente para o equilibrio das relações do commercio internacional, diminuindo as importações.

Forçoso, indispensavel, era agir decisivamente, já preparando a regeneração economica nacional, como base segura para boas finanças, já recorrendo ás providencias de occasião aplicaveis ao momento critico que opprimia o Brasil.

Escreve Antonio Carlos de Andrada frisantemente:

"Em 1898, quando, pela execução em todos os termos, da lei de 1896, se liquidavam, pela encampação, para o Estado, as emissões bancarias, é a relativa aos 80.000:000$000 dos *bonus* emittidos pelo Banco da Republica, o meio circulante se elevou a 778.364:614$000, dos quaes vinham das emissões do Thesouro só 337.000. A importancia excedente a essa — 441.000 contos, provinha dos Bancos."

Offerecida em demasia desvalorisava-se a moeda progressivamente e verificava-se cada vez mais a queda cambial.

Em 1893, havia 631.860 contos em circulação para um cambio minimo de 10 1/8 em 1896 esta massa de papel subira a 712.355 contos e o cambio caira a 8, em 1898 os 788.364 contos em giro provocavam uma taxa de 5 5/8.

E, no emtanto, no hexenio de 1893-1898, o saldo da exportação attingira 10.164.000 libras esterlinas e haviam entrado no paiz 19.765.710 libras esterlinas dos trez emprestimas de 1893 (£ 3.710.000) 1895 (£ 442.000) e 1898 (£ 8.613.710).

Em 1898 affirmava o Ministro da Fazenda, Bernardino de Campos, a sua convicção de que a derrocada cambial provinha exclusivamente das emissões inconversiveis que saturavam a circulação.

Timbrava o Brasil em manter a pontualidade de seus serviços de juros, no Exterior, e este empenho, de anno para anno, tornava-se mais penoso em ser cumprido.

No heptenio de 1891-1897, recordava Bernardino de Campos ao Parlamento em 1898 o total das differenças de cambio

dos pagamentos externos attingira a somma, para o tempo, enorme, de Rs. 250.267:728$895.

Justamente no anno anterior chegara ao auge, a Rs. .... 70.851:893$388.

Expressivamente lembrava o ministro:

A verba *differença de cambio,* que ha poucos annos, fôra fixada em 10.000:000$000, elevou-se, por insufficiente a 50.000:000$000 e depois a 110.000:000$000, sem conseguir attingir o limite procurado, sempre fugitivo, e cada vez mais distanciado.

Suprimem-se serviços, reduzem-se despezas, melhora-se a arrecadação; e apezar de tudo o accrescimo de recursos advindos destes processos de economia, aliás louvaveis, e em que se deve perseverar, não basta para equilibrar a receita e a despeza, porque a differença entre a moeda do paiz e o ouro, em que se fazem os pagamentos externos, augmenta em escala maior do que aquella em que se elabora a renda.

Os dois ultimos orçamentos os de 1897 e 1898 apresentavam cifras sinistras:

Annos	Receita	Despeza	Dif. camb.	Deficit
1897	303.410	390.992	70.851	87.581
1898	324.080	659.705	100.000	335.621

Fazia B. de Campos notar as relações entre o agio do ouro e a depreciação do papel brasileiro.

A 18 d, o agio de ouro era de 50 % e a depreciação do papel 33,33.

A 12 d o agio de ouro era de 125 % e a depreciação do papel 55,55.

A 6 d, o agio de ouro era de 350 % e a depreciação do papel 77,77.

O mal estar cambial forçara a diminuição da importação e por correlatividade a da exportação:

Annos	Importação (em £ 1.000)	Exportação (em £ 1.000)
1890. . . .	24.019	26.382
1891. . . .	25.565	27.136
1892. . . .	26.302	30.854
1893. . . .	26.215	32.007
1894. . . .	27.145	30.491
1895. . . .	29.212	32.586
1896. . . .	27.880	28.333
1897. . . .	22.990	25.833
1898. . . .	23.536	25.019
Total . .	232.864	249.141

Estes dados, convem notal-o, são os do *Commercio Exterior do Brasil,* divergentes dos que o relatorio de Bernardino de Campos consigna.

Assim o saldo da balança commercial brasileira, durante nove annos apenas fôra de £ 16.277.000 ou o que equivalia a uma media baixissima de £ 1.808.555 apenas.

No terceiro triennio inflacionista as cifras da importação e da exportação estavam, pois, como que de nivel com as do primeiro, passadas as altas do triennio intermedio.

Verificava-se a justeza dos conceitos de P. Leroy Beaulieu relativo ao isolamento economico que aos povos trazia o curso forçado e a correlação existente entre a importação e a exportação.

E a seu turno verberava-a Bernardino de Campos a lembrar que a emissão exagerada de papel-moeda inconvertivel fôra grande mal, por ter creado a falsa abundancia de capitaes, e o delirio da riqueza facil pelo jogo e a especulação.

O capital metallico, que lograra escapar á absorpção do diluvio emissor, não vinha aos canaes da circulação, conservava-se retrahido á immobilidade improductiva, porém segura, ou continuava empregado no exterior ao abrigo das fluctuações dos valores locaes e das alternativas do azar bolsista.

Do capital fixo grande parte achava-se depreciado ou perdido inteiramente, por ter sido applicado e empresas sem condições de viabilidade, de que só restavam esboços ou esqueletos em machinismos e edificios.

Era aquelle o desenlace da grande illusão financeira que ao Brasil suscitara as maiores fantasias.

Em maio de 1898, sob os auspicios do *London and River*

Plate Bank, veio ao Rio de Janeiro um dos directores deste estabelecimento o Sr. Alberto Tootal. Representava o Banco um grupo avultado e respeitavel de prestamistas da Divida Externa do Brasil. Encetaram-se negociações em março com o Ministro da Fazenda, Bernardino de Campos.

Puzeram-se estes, o Presidente da Republica e o Presidente eleito, Campos Salles a estudar a proposta de que Tootal era portador. Depois de diversas transformações, passou ella a ser o celebre contracto do *funding loan* de 15 de junho de 1898.

Esteve Campos Salles na Europa a acompanhar as negociações, a discutir longamente as condições do accordo, abrindo mão lealmente de varios de seus pontos de vista e ideaes para adoptar lealmente o da nova combinação. Sua cooperação foi util no sentido de se melhorar o *funding* de que se tornou corresponsavel promettendo a observação severa e fiel do compromisso durante o seu periodo presidencial, prestes a encetar-se.

Ia o *funding loan* atacar o flagello financeiro do Brasil em suas raizes, o abuso das emissões, o excesso de despezas ministrando um meio para obtenção de recursos destinados a fazer face ás despezas da União no Exterior: a percepção dos impostos em ouro.

Era o remedio heroico e provocaria uma das mais furibundas campanhas de opposição parlamentar e jornalistica jamais presenciadas no Brasil, a que Campos Salles e seu illustre e inflexivel ministro Joaquim Murtinho, iam oppor inabalavel resistencia, sem recorrer aos remedios extremos da compressão da opinião de seus encarniçados adversarios.

Resumiu Calogeras o mecanismo do *funding* em suas linhas geraes.

Reconhecia o Governo brasileiro a sua impossibilidade de pagar os juros e amortização tanto de sua divida externa, como de emprestimos que traziam o seu aval como o da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, do emprestimo interno de 1897 cujos juros se venciam em ouro, as garantias de juros de varias estradas de ferro. E de accordo com os banqueiros submettia-se a novo regimen uma serie de emprestimos proprios a garantias de juros de quinze companhias ferroviarias.

Durante trez annos, de 30 de junho de 1898, a 30 de junho de 1901, juros e garantias seriam pagos em titulos de cinco por cento ouro (os chamados *funding bonds*) emittidos

á medida que se vencessem os prazos suspendendo-se as amortizações até 30 de junho de 1911.

O maximo previsto para a emissão do *funding loan* era de dez milhões esterlinos mas na realidade elle só attingiu £ 8.613.717 — 9s 9d.

Os titulos deste *funding* traziam a garantia hypothecaria das rendas da alfandegas do Rio de Janeiro e, accessoriamente, as de outras alfandegas brasileiras.

Os juros seriam pagos, trimestralmente, em Londres, Paris, Amsterdam, Bruxelas e Hamburgo. A emissão seria ao par e a amortização em 63 annos.

Os fundos, para os pagamentos vencidos, deviam estar em Londres, quinze dias pelo menos antes do prazo. E o governo brasileiro não emittiria emprestimo algum, sem prévio accordo a Casa Rothschild, reservando-se comtudo o direito de resgatar ao par os titulos em circulação, em qualquer tempo.

A partir de 1.º de janeiro de 1899, simultaneamente, com a emissão dos titulos, depositaria o Governo o valor, em papel moeda, a 18 d, nas caixas de dois bancos inglezes, o *London and River Plate Bank* e o *London Brasilian Bank* e num allemão o *Brasilianische Bank für Deutschland.*

Tal papel-moeda seria retirado da circulação e destruido ou transformado em letras sobre Londres, se o cambio favoravel afim de constituir um fundo em mãos de *Rothschild and Sons* para a retomada dos pagamentos.

Preferiu o governo brasileiro a primeira solução.

Encontrava o *funding loan* a situação brasileira economica muito desfavoravel.

A crise de superproducção cafeeira diminuia o valor venal do grande producto do paiz, fazendo baixar o activo internacional.

Dá Calogeras um quadro da balança commercial do quadriennio de 1895 a 1898.

Annos	Cambio Medio	Importação	Exportação	Differenças
1895	9 15/16	470.087:943$000	696.360:354$000	226.272:411$000
1896	9 1/16	553.947:203$000	694.057:870$000	140.110:667$000
1897	7 23/32	557.463:260$000	669.774:098$000	112.310:838$000
1898	7 3/16	563.037:893$000	636.285:393$000	73.247:500$000

Os dados do *Commercio Exterior* do Brasil divergem muito notavelmente destes aqui exarados. Estão expressos em milhares de libras.

1895	709.018	790.836	81.908
1896	743.467	755.555	12.088
1897	732.173	824.305	92.132
1888	792.457	842.985	49.928

O total das diferenças segundo Calogeras é de 552.000 e segundo o Commercio Exterior apenas de 236.056 muito menos da metade! A quem caberá a razão?

Como vemos os saldos credores eram cada vez menores. Chegaram em 1898 a ser menos de 33 por cento do que haviam sido em 1895!

Não davam para compensar as differenças exigidas pelas responsabilidades publicas e particulares do Brasil no Exterior.

O estado do mercado fluminense era absolutamente indescriptivel. A derrocada completa; multiplicavam-se as fallencias, ou concordatas entre credores e devedores incontaveis.

Apezar da depressão continua do cambio as cotações do café mantinham-se cada vez mais baixas. Desapparecera por completo a velha crença de que a cambio baixo correspondia café alto e vice versa.

Publicou então a Companhia Centro Pastoril do Brasil, empreza que adquirira grandes fazendas antigas, sobretudo do Estado do Rio de Janeiro, como a famosa fazenda de Ubá, do Barão deste nome e de seu filho, o commendador Pereira de Almeida, e a de Itatiaia, do commendador Rocha Leão, um quadro que Calogeras transcreve e causou naquelle momento grande impressão.

Declarava a Companhia haver obtido para cafés, *tratados pelos mesmos methodos, os mesmos processos de beneficiamento, e vendidos pelos mesmos intermediarios os seguintes preços*:

	Por arroba
Em 1892	16$731
Em 1893	19$284
Em 1894	18$236
Em 1895	18$866
Em 1896	13$876
Em 1897	12$663
Em 1898	9$662

Estas cifras tomariam muito maior destaque desde que se fizesse sua conversão em ouro.

A especulação cambial como que entretinha um estado de impressionabilidade enfermiça.

Em abril de 1898, recorda ainda Calogeras, chegaram as coisas a tal ponto que foi preciso um accordo bancario redu-

zido a cinco dias o prazo graças ao qual os tomadores de cambio podiam exigir a entrega das cambiaes!

Era uma restricção opposta á agiotagem mas ao mesmo tempo serio prejuizo imposto ao commercio honesto que, dentro de limites tão curtos, não podia contar com recursos. A jogatina contornou a difficuldade fazendo contractos de opção que a procura legitima teve de ajudar para poder cobrir-se, independentemente de exigencias excessivas dos bancos quanto aos prazos de entrega.

Apezar de todas as barreiras levantadas as taxas declinavam; suspenderam-se as encommendas navaes; os cruzadores couraçados em construcção na Inglaterra, foram cedidos a diversas potencias como os Estados Unidos e a Turquia, então envolvidos nas guerras de Cuba e contra a Grecia.

Suspenderam-se igualmente todas as despezas no Exterior, salvo os juros da Divida e os gastos de representação diplomatica, mas tudo isto de nada valeu. Multiplicavam-se os boatos prenunciando a proxima bancarrota official.

O maximo de acuidade da crise occorreu em abril e maio de 1898. O commercio importador pedindo a intervenção do Presidente da Republica, endereçava-lhe um memorial, em que lhe pedia a actuação no mercado, dominado pelo terror diario, e continuo, de um panico que tudo empolgava e ameaçava.

Já então se negociava o *funding loan*, e Prudente de Moraes poude dar algumas esperanças em resposta a tão lancinantes clamores.

A 23 de abril de 1898, cahira o cambio a 5 5/8 d á vista. A depreciação do papel-moeda quasi attingiu quatro quintos, exactamente, 79,17 % e o agio de ouro subiu a 380.

A noticia da realisação do *funding* trouxe immediato desabafo; as taxas reagiram para a alta. De 5 5/8 em abril foram a 7 13/32 em junho e 8 1/2 em outubro, chegando a 8 17/32 em novembro para depois declinarem, em dezembro, para 7 25/32.

Esta baixa foi aliás provocada pela especulação que procurava determinar a alta e precisava cobrir-se de perdas anteriores.

E como o commercio importador queria fugir á aplicação dos impostos ouro antecipou-se em compras dahi provindo maior procura de cambiaes o que enfraqueceu o papel-moeda.

O governo de Prudente de Moraes tendo dominado a agitação politica, completamente, o anno de 1898, correu em plena

paz e o Parlamento poude tomar medidas proficuas a proposito do restabelecimento das finanças.

Tornou-se possivel o arrendamento de diversas estradas federaes crearam-se impostos novos como o de consumo e a terrivel verba das diferenças cambiaes conseguiu ser notavelmente aliviada. Passou de 110.000 contos em 1898 a 60.208 no anno immediato.

A 15 de novembro de 1898 entregou o illustre paulista o governo do paiz ás mãos de Campos Salles cujo ministro da Fazenda ia ser Joaquim Murtinho.

"Ao assumir o Governo da Republica, cheio de confiança nos poderosos elementos da vitalidade nacional e seguro da dedicação patriotica dos meus concidadãos, cumpre-me expor á Nação, com sinceridade e clareza, todo o meu pensamento na direção dos seus altos destinos", dizia Campos Salles em seu manifesto á Nação a 15 de novembro de 1898.

A restauração financeira, supremo objectivo do momento, para que fosse solida e duradoura, dependia essencialmente de profunda reconstituição das forças economicas, de tal sorte que os agentes da riqueza nacional pudessem attingir á sua maior capacidade productora, servindo de base a todas as vantagens que pudessem ser alcançadas em relações do commercio internacional.

O estado monetario de um paiz, facto comprovado por valiosissimo exemplo, dependia menos da sua legislação do que da sua situação economica. Baseava-se e mantinha-se mais pela agricultura, commercio e industria dos Paizes do que pelo conjuncto das leis.

"Faço, portanto consistir na nossa Constituição economica a base da nossa regeneração financeira", insistia o novo Presidente, cathegorico.

Evidentemente, muito restava a fazer, para constituir a riqueza nacional á altura dos vastos recursos naturaes que o Paiz possuia.

A posição do café nos mercados de consumo, quando elle era o principal producto da exportação nacional, denunciava claramente consideravel decrescimento do poder economico nacional. Sendo, como se sabia, da maior gravidade tal facto, era todavia, de natureza antes a provocar a attenção previdente dos brasileiros, do que a lhes produzir o desalento.

O que cumpria, em semelhante emergencia, vinha a ser não fechar os olhos á evidencia, nem procurar lutar em vão, por meios artificiaes, contra a natureza das coisas e sim en-

carar o problema com coragem e energia, obedecendo-se ás leis naturaes.

Mas, o que sobretudo aggravava as preoccupações do poder publico, no difficil momento atravessado pelo seu caracter extremamente urgente, vinha a ser a intensidade da crise financeira.

Resultava de erros gravissimos e longinquos, acumulando, progressivamente, os encargos dos pesados effeitos, que cumpria, quanto antes, reparar, pelos meios mais adequados e os processos mais promptos, começando por se lhe assignalar as causas preponderantes, como as seguintes, entre outras de menor relevo.

O proteccionismo inopportuno, e por vezes absurdo, em favor de industrias artificiaes, á custa dos maiores sacrificios para o contribuinte, e o Thesouro; — a emissão de grandes massas de papel inconvertivel, causando profunda depressão no valor do meio circulante; — os *deficits* orçamentarios creados pelo funccionalismo exaggerado, as despesas de serviço de caracter puramente local, o augmento continuo da classe dos inactivos; as despezas extra-orçamentarias provenientes dos creditos extraordinarios abertos pelo Executivo e das leis especiaes votadas pelo Congresso; — as indemnisações por sentenças judiciaes, annualmente ascendendo a sommas avultadas; as despezas determinadas por comoções intestinas; — o augmento constante da divida fluctuante, que se originava dos proprios *deficits* e consequente augmento da divida consolidada; — a má arrecadação das rendas publicas; — o effeito moral da má politica financeira, acarretando o descredito; — o consequente retrahimento da confiança dos capitaes no Paiz e no estrangeiro — a especulação que neste meio se desenvolvia como os parasitos em organismo em decadencia; — finalmente a baixa da taxa cambial, synthese e expressão de todos os erros.

Assignalava o novo Presidente ao mesmo tempo singular criterio então corrente: consideravam-se capitulos de receita o que procedia das caixas de depositos e dos montepios! A situação exigia o emprego de medidas complexas, que urgentemente deviam ser adoptadas.

"Agir com promptidão, energia e perseverança sobre todos os elementos apontados como agentes de decadencia economica e financeira, abandonando a politica dos expedientes e dos adiamentos para tomar francamente a politica das soluções é em suas linhas geraes o programma do meu governo, concluia Campos Salles. Não vejo outro caminho, seguro e

honesto, que possa conduzir ao restabelecimento das relações normaes com os credores da Republica."

Queriam o Presidente e o seu ministro da Fazenda provocar uma restricção elevada do meio circulante, primeiro passo para o estabelecimento da circulação metallica e da fundação de bancos emissores de bilhetes convertiveis, problema que a Republica não podia nem devia deixar de resolver no mais breve espaço de tempo.

Fora este o quadro da inflação:

	Contos de réis
1889	182.800
1890	297.800
1891	513.727
1892	561.000
1893	631.700
1894	712.000
1895	678.100
1896	711.641
1897	720.962
1898	785.941

Dizia Murtinho:

Esses numeros formam a escala de decadencia economica e financeiras que a Republica devia descer logo nos seus primeiros annos de existencia.

Comquanto no regimen da monarchia as emissões tivessem emprego improductivo, (generalisação aliás injusta) o valor real da circulação embora com oscillações mais ou menos ontaveis, mantinha-se em certo nivel elevado, relativamente falando, ao que então se observava. As correntes de ouro que periodiamente entravam no Brasil, já por meio de emprestimos do Estado, já como capitaes de companhias estrangeiras, neutralizavam, até certo ponto, a multiplicidade das emissões e seu emprego improductivo.

Entretanto, como bem o demonstrara o Dr. José Carlos Rodrigues em seu importante trabalho sobre o papel-moeda no Brasil, mesmo no tempo da monarchia as emissões relativamente pequenas, neutralizadas pelas correntes de ouro do exterior, nunca haviam deixado de exercer influencia deprimente sobre o cambio, desvalorizando a circulação nacional.

A 31 de dezembro de 1898, o meio circulante era de 779.965:423$000. Ia abrir-se um periodo de duros sacrificios. Observa Calogeras: grande honra é a de Campos Salles e Joaquim Murtinho, não terem fraqueado um só momento, arrostando a impopularidade que chegou á violencia das mais graves ameaças.

"Houve durante este periodo alguns exaggeros, occorreu a pratica de violencias inuteis, e transacções discutiveis, realizaram-se mas todas estas sombras não foram de vulto a obscurecer a grandeza do serviço prestado pelos dois estadistas em face de um programma vasto, doloroso e de difficuldades quasi insuperaveis.

Era preciso encontrar, de chofre, recursos em ouro sem perturbar ainda mais o mercado cambial, augmentar a productividade fiscal do paiz, que se debatia em plena crise economica trazida pela depressão cafeeira cada vez mais accentuada. Tornava-se indispensavel assegurar a continuidade na politica de resgate do papel.

Os recursos em ouro foram pedidos aos direitos aduaneiros, dez por cento para 1899. A entrada regularisada, lenta, do metal attenuava immenso as aperturas do momento em que o Thesouro pedia ás praças largas sommas para o serviço da divida externa.

As majorações fiscaes seriam solicitadas ao desenvolvimento systematico e progressivo dos direitos internos de consumo que o Governo Provisorio creara mas que até então, tinham vivido estagnados em sua cobrança.

Havia uma enorme evasão de rendas desta natureza.

Deante da applicação desta medida a grita que se alçou foi immensa. Os adversarios do governo crearam toda a sorte de obstaculos recorrendo até ao uso de trocadilhos ineptos e grosseirissimos para augmentar a impopularidade do Presidente, e fazendo um *jeu de mots* imbecil com o nome de Salles e o substantivo *sello*.

Crearam-se dois fundos especiaes destinados ao serviço de resgate do papel, a desvalorisação progressiva deste, a 20 de julho de 1899.

O fim do resgate abrangia os proventos auferidos dos contractos de arrendamento das estradas de ferro, da percepção da divida activa, dos saldos e rendas eventuaes. O fundo de garantia era constituido pelo reembolso eventual de circulação de uma fracção de 5 por cento ouro sobre os direitos aduaneiros, o saldo das taxas ouro e outras fontes de producção do metal.

E afinal nova medida preventiva de alta importancia: aboliu-se a legislação antiga e recente que permittia ao Governo emittir as leis de 29 de maio de 1873, 18 de junho de 1885, e 23 de setembro de 1893.

Prevendo crises monetarias podia o Governo distrahir fundos de garantia até 20.000 contos para a tensão dos mercados, e isto por intermedio do Banco da Republica, mas sob caução de apolices federaes e prazos inferiores a um anno, findo os quaes, capital e juros seriam reembolsados.

Mensalmente se faria a incineração do papel resgatado, e publicamente, devendo dar-se a maior publicidade a todas as operações financeiras quer as da situação do erario publico quer e sobretudo a do fundo de resgate.

CAPITULO XXV

Considerações sobre o aggravamento da crise cafeeira — Continuação do plantio exaggerado — As lamentações da lavoura — Reflexo no estrangeiro — Os transtornos decorrentes da má classificação dos typos — Incertezas do anno commercial — Aprehensões muito serias em fins de 1898 — Affirmações de Leopoldo de Bulhões, no Senado, de enorme super-producção — Alarme dahi decorrente — Reflexo sobre o Parlamento — Os artigos de Mercator — Suggestões feitas por este publicista — Proposta do projecto que mais tarde se tornaria uma realidade — Projecto de restricção de exportação — Afastamento dos typos baixos do mercado

Ao encetar o retrospecto commercial, annuo, habitual, do *Jornal do Commercio,* lembrava seu redactor quanto 1898 decorrera a principio sob as mais negras aprehensões em relação ao futuro politico e economico do Brasil. O apaixonado manifesto de Manuel Victorino Pereira causara grande abalo; o mercado cambial vivia como que em estado de panico. Discutia-se a necessidade de suspender o serviço de juros da divida externa, esquecendo-se os advogados da medida que a bancarrota do paiz não implicava augmento de credito para seu commercio.

O mercado londrino estava desconfiadissimo com a situação brasileira. Em maio o Centro Commercial do Rio de Janeiro entregara um memorial ao Presidente da Republica pedindo a suspensão do serviço de juros externos e Prudente de Moraes, respondendo-lhe declarara que o Governo de tal cogitava.

O mercado cafeeiro vivia em sobresaltos; constava que em virtude da guerra hispano-americana seria o café taxado pelos Estados Unidos.

Enormes embarques se haviam feito para se anteciparem á imposição.

Como não surgisse o imposto cahira o mercado em apathia e depois em baixa. Houvera alguma alta de preços e a colheita tendo sido pequena parecia melhor a situação com a diminuição relativa do grande stock mundial.

A baixa do café tivera pelo menos a vantagem de produzir um accrescimo na producção de cereaes o que alliviára a balança brasileira.

Longamente historiou o retrospectista as negociações do convenio do *Funding loan* com larga pormenorisação.

Applaudiu vigorosamente a operação, verberando a campanha do *Financial News* de Londres que em sua velha má vontade contra o Brasil tudo fizera para atrapalhar as negociações. Transcreveu os discursos de Rodrigues Alves no Senado e de Serzedello Correia na Camara dos Deputados que com tamanha felicidade expuzeram a situação do paiz insolvavel em face das diferenças de cambio e apregoaram a necessidade do convenio.

Lembrou o articulista o apoio vehemente do *Jornal do Commercio* a esta campanha saneadora das finanças racionaes a recordar as palavras com que o grande orgão saudara a assignatura do convenio.

"O Governo debelou o mais temeroso e o mais verdadeiro inimigo que podiam ter as instituições, firmando o nosso credito em bases sobre que vai assentar um futuro melhor e mais seguro.

Não fazemos encomios ao Sr. Presidente da Republica. S. Ex. tem a recompensa dos seus constantes esforços, para tirar a Republica do tremendo caminho em que se achava, na satisfação de sua consciencia. Os contemporaneos são muitas vezes ingratos; a justiça dos vindouros é indefectivel."

E referindo-se a sahida de Prudente de Moraes da presidencia da Republica assim a commentou.

"Vilipendiado na imprensa e nas tribunas do Congresso, caminhou o presidente sempre mirando os interesses do Brasil, e no fim dos quatro annos de martyrios deixou a Suprema Magistratura da Nação sem a menor mancha na sua probidade de homem, nem na sua reputação de estadista. Erros, decerto, houve na direção das finanças do paiz, mas foi isto devido antes á concatenação de circumstancias, senão imprevistas, pelo menos até certo ponto desprezadas. Desbravou o caminho para o seu successor, arcando com rancorosos inimigos, que nem hesitaram em lançar mão da arma do homicidio."

Commentando as operações do commercio cafeeiro em

1898 dizia o retrospectista que não fôra a prudencia dos ensaccadores teria o exercicio presenciado verdadeiros desastres.

Excesso de supprimento, constituira o pêso que sempre opprimira o mercado, e a classe dos ensaccadores despedira-se do anno sem saudades. E convinha falar propositalmente dos ensacadores, pois ninguem que lidasse com o commercio de café contestaria os serviços prestados pela classe que, intervindo entre os commissarios, com pouco interesse em sustentar os preços, e os exportadores, procurando sempre reprimil-os, empatara capitaes importantes, para muitas vezes realizar prejuizos. Emquanto o commercio de café continuasse nas mesmas condições, que já duravam havia muitos annos, exigindo os exportadores certas qualidades, a necessidade de um intermediario era patente. Não assistia razão áquelles que consideravam o ensaccador de café desnecessario ou prejudicial ao fazendeiro.

Houvera grande oscillação de preços durante o anno; o typo sete assim variara:

	Por arroba	
Em 1896	13$500	21$700
Em 1897	10$800	16$400
Em 1898	9$000	15$600

Notava-se verdadeiro equilibrio instavel nas cotações. Mas em summa o que se registrara de positivo era uma depreciação enorme do producto.

Plantava-se sempre e continuava-se o plantio dos cafesaes não só nas terras virgens do oeste paulista como nas zonas velhas.

Era typico o que dizia o recente relatorio da importante companhia fluminense dos Centros Pastoris ao referir que os cafesaes de suas fazendas estavam muito gastos:

Se, por meio de novas e vastas plantações não se houvesse conseguido elevar tanto a producção estaria a Companhia reduzida á metade da renda proveniente do principal producto das suas propriedades agricolas e sem poder com o seu computo fazer frente ás despezas para atravessar o periodo difficil da actualidade, que só seria vencido pelos que tivessem tido previdencia e ainda soubessem ter coragem e prudencia.

E a respeito da desvalorisação do producto ainda lembrava:

"Nas crises economicas a reducção dos gastos da producção não acompanha pari-passu a depreciação dos productos. Não se retrocede voluntariamente naquella na proporção em que esta espontaneamente progride com a effectividade irremissivel das leis economicas."

Apezar de cuidar a Companhia desde logo de reduzir, quanto possivel, as despezas de custeio, fora procedendo, gradativamente, com firmeza e oportunidade que as encaminhara, para o ponto em que razoavelmente teriam de ficar até definitivamente fixar-se, pela acção dos factores economicos, a sorte dos productores de café.

Vendo a baixa cada vez maior do preço da arroba procuravam os fazendeiros multiplicar o volume de sua producção para resarcir prejuizos.

Outro facto perturbador proviera da defeituosidade das avaliações das safras.

Computava-se a safra exportada pela Guanabara em 36.000.000 de saccas e a de Santos entre cinco e cinco e meio milhões. Pois bem! verificara-se uma sahida de 4.721.000 do Rio e 6.053.000 de Santos!

Houvera um erro de dois milhões de saccas a mais!

Advertia o analysta aos fazendeiros que cessassem o seu coro jeremiaco. Delle surgiam serios inconvenientes.

Estava claro que os consumidores aproveitariam estas declarações para influir sobre os mercados, pois, se a lavoura brasileira estivesse em condições tão lastimosas, seus cafés forçosamente seriam sacrificados para satisfazer compromissos. Quando se calculava que as colheitas findas em junho de 1898 nos Estados do Rio e de S. Paulo haviam produzido somma superior a 400.000:000$000, o destino desta quantia colossal fornecia base para serias aprehensões, pois, a moeda não era exportavel, e os depositos nos bancos não augmentariam em proporção com o producto das colheitas. A ilação era portanto que o dinheiro em grande parte existia em poder de individuos, e talvez de colonos declarando os fazendeiros que elles não o tinham.

Havia tambem muita indeterminação na classificação dos typos de café.

O commercio cafeeiro precisava chegar a um accordo sobre as classificações das qualidades. Da falta deste accordo resultara sensivel differença entre as cotações fornecidas pelos correctores. Era sabido que, em geral, os exportadores

remettiam aos correspondentes, no estrangeiro, amostras especiaes, sobre as quaes as offertas se baseavam e fosse qual fosse a classificação, a qualidade real ficava sendo a questão principal. Mas as cotações publicadas regulavam sobre typos da Bolsa de Café em Nova York, e o perigo de cotar como typo n. 7 cafés não da referida qualidade tornava-se patente. Chamava o retrospectista a attenção da directoria do Centro dos Cafesistas para esta questão de notavel importancia.

A retracção das bolsas cada vez mais se accentuava em face da superproducção brasileira. Apezar de tudo as cotações do fim de 1898 eram um pouco mais altas do que um anno antes.

Os extremos dos preços do typo sete em Nova York haviam sido por libra:

	Cents.
Em 1896 de	9 3/4 a 14 3/8
Em 1897 de	6 1/8 a 10 1/4
Em 1898 de	5 1/2 a 7

Comparando-se as cotações de dezembro de 1897 a 1898 chegava-se a este confronto:

	Cents.
Em 1897 de	6 3/8 a 6 5/8
Em 1898 de	6 3/8 a 7

Como vemos era insignificante a variação mas não deixava de ser significativa em face do avolumamento do supprimento mundial que passara de 370 mil toneladas a 387.000.

O anno findara com os mercados nacionaes, resentindo o accrescimo do supprimento durante as ultimas semanas de dezembro, e, portanto incertos; mas a perspectiva do anno novo parecia sensivelmente melhor do que em fins de 1897.

Não se ousava esperar alta nos mercados estrangeiros durante o primeiro trimestre de 1899, porém, de maio em deante. Mas se melhores preços houvesse nos mercados estrangeiros redundariam estes em igual alta nos brasileiros? Era o que não parecia claro. As existencias visiveis e as do interior da America e da Europa eram muito consideraveis e para reduzil-as seria necessario influir sobre os consumidores, porém, infelizmente, o augmento do consumo não implicaria augmento desde logo da procura nos mercados nacionaes.

Seria lento este reflexo.

Em summa o anno commercial cafeeiro correra entre incertezas, desanimo, discussões sobre estimativas de safra, a reiteração de noticias sempre desfavoraveis dos mercados consumidores. Na primeira quinzena de agosto o movimento fôra bem satisfatorio, com a procura mais generalisada e a tendencia dos preços, em geral, para alta. Houvera alguns dias de summa actividade, e quasi sempre luta entre exportadores e ensaccadores, influindo com estes a diminuição no supprimento no Rio e em Santos, pois nem o mercado de cambio nem as noticias dos mercados estrangeiros haviam auxiliado o commercio. Notara-se certa vontade de avultar as vendas diarias, que alguns atribuiam a vendas a descoberto pelos ensacadores, e outros ao caracter das transacções realizadas pelos exportadores que effectivamente pareciam ter um que de obrigadas. Nos ultimos dias da quinzena reinara actividade relativa com alta dos preços das Bolsas estrangeiras, mas de pouca duração e o supprimento visivel do mundo no dia primeiro de setembro tornara a accusar augmento, demonstrando sahidas resumidas nos centros consumidores. Não obstante este facto desfavoravel raro fôra o dia em que os exportadores não houvessem experimentado o mercado.

Mas setembro escoara-se do modo mais melancolico; noticias de baixa constante, consumo limitado e crescimento dos stocks; outubro e novembro não se mostraram melhores. Em dezembro verificara-se positiva melhoria. Um discurso no Senado, de Leopoldo de Bulhões, trouxera grande alarme e retrahimento quando este parlamentar contestando o que se affirmava do volume da safra de 1898 a 1899 declarara que o Brasil produzira 12 milhões de saccas das quaes oito sahiriam de S. Paulo.

Os extremos das cotações dos diversos typos haviam sido em 1898:

Para o typo 6	9$600 a 16$500
Para o typo 7	9$000 a 15$600
Para o typo 8	8$600 a 15$100
Para o typo 9	8$200 a 14$700

Cada vez mais se aggravava a crise cafeeira e a 22 de julho de 1898 o deputado fluminense, José de Barros Franco Junior, justificava um requerimento pelo qual se requeria do Governo Federal um conjuncto de informações ao Parlamento

o mais completo para a orientação do publico brasileiro acerca da importancia, do commercio preços vigentes e volume de producção mundial.

Em abril de 1898, publicou o *Jornal do Commercio* um artigo assignado por pseudonymo: *Mercator*. Produziu este escripto impressão, pois vinha, pela primeira vez lembrar a applicação de um processo de defesa economica, mais tarde largamente preconisado e empregado. Aliás não era a primeira vez que surgia nos desaccordos entre a producção e consumo. Era evidente aliás que o articulista, ou o seu inspirador, conhecia muito bem a questão cafeeira.

Observava *Mercator*, que para remediar ao estado de coisas, reinante, appareceram nos ultimos tempos, muitos escriptos a respeito da baixa do café. Em nenhum delles, porém se indicara um meio pratico e realisavel a oppor a tal baixa.

Aconselhara-se "uma organisação commercial que pudesse resistir ás manobras especulativas", sem, porém, dizer-se claramente de que modo deveria ser formada tal organisação; outros affirmavam que a lavoura de café carecia reformar o rotineiro systema de vendas, para tanto indicando medidas de realisação mais duvidosa. Eram ainda outros de opinião que os impostos sobre o café deviam ser diminuidos, "para facilitar ao fazendeiro a resistencia contra a especulação" e que o Governo Federal devia concluir tratados de commercio favoraveis á introducçãod o café nos paizes estrangeiros.

Infelizmente, com todos estes conselhos, de difficil realisação, senão mesmo impossivel ou de effeito problematico, não se adeantara um passo e isto ainda muito menos por meio de declamações contra a especulação e os "elementos perturbadores."

Mas então não haveria remedio pratico para este estado de coisas? Devia a lavoura brasileira resignar-se a deixar a solução de sua gravissima crise unicamente á acção do tempo? Existia, no emtanto, medida de facil execução que á falta de melhores alvitres bem merecia ser estudada.

Parecia que, com muito poucas excepções era consenso geral haver excesso de producção dando as grandes colheitas resultados menores que as pequenas. Os preços remuneradores para o fazendeiro, o rendimento de £ 20.000.000 por safra só voltariam com supprimentos moderados e mais em harmonia com o consumo. A medida a tomar seria, pois, por-se parte do café de um a 2 milhões de saccas, fora do mercado destruindo-a. A' primeira vista a idéa pareceria extravagante, mas examinando-se friamente a realidade das coisas, tal ex-

travagancia desapparecia. Quando o tempo corria mal para as plantações, dando em resultado uma colheita pequena, havia praticamente falando, destruição, e desde que todos estivessem convencidos que melhoraria a situação geral não havia motivo para se não fazer o que a natureza deixara de operar. Havia alguns annos a colheita das passas de Corintho na Grecia, avultara tanto, que os cultivadores tinham resolvido destruir-lhe uma parte. Nos Estados Unidos esta mesma idéa fora estudada com referencia ao algodão, e se os yankees não a haviam posto em pratica, fora talvez, por não se sentirem os arbitros do mercado mundial do algodão, como o Brasil o era incontestavelmente a respeito do café.

O Brasil, dominava a posição estatistica do mercado, porque elle só produzia 70 % da producção total do Globo. Se se resolvesse a pôr 1 a 2 milhões de saccas fora do mercado, a situação do artigo mudaria immediatamente.

Admittia *Mercator,* que tal destruição exigiria augmento da taxação dos cafés correspondentes a um gravame de vinte por cento.

A questão principal, para elle assim se collocava:

Seria a alta produzida pela destruição do café sufficiente para compensar aos 20 % de impostos nacionaes? Nas actuaes condições do mercado, podia se responder affirmativamente, mas com a condição de não haver duvida que ao menos um milhão de saccas fosse de facto posto fora do consumo, sendo para isto preciso que uma lei dos tres Estados cafeeiros, mais interessados, estabelecesse tal garantia.

Viviam os mercados sob a influencia do que poderia vir a ser o avultamento das safras brasileiras.

No momento presente, os effeitos dos grandes stocks, e das grandes estimativas para as futuras colheitas, já estavam descontados nos preços extraordinariamente baixos, e o curso do mercado, conforme as noticias provenientes de todos os mercados consumidores, dependia desta questão: seriam os supprimentos do Brasil maiores ou menores do que aquelles que os baixistas affirmavam?

Estava na consciencia de todos, que já se desenhava uma reacção altista.

Nos centros consumidores ao lado dos baixistas, já existia muita gente inclinada a acreditar na possibilidade de uma reacção, disposição esta já indicada nas cotações mais altas dos mezes distantes. Seria, pois, preciso ajudar a estes elementos

altistas, levando aos mercados consumidores, e aos capitalistas, a convicção de que os supprimentos seriam menores do que se esperava e que por isto o ponto mais baixo nos preços já estava attingido.

Se se chegasse a este resultado, estaria a partida ganha.

Apontava o articulista uma situação que lhe parecia similar nos proprios annaes cafeeiros do Brasil. Caso analogo se verificara em fins de 1882 e principios de 1883, em consequencia das grandes e successivas colheitas brasileiras, muito superiores ao consumo daquelle tempo. Em novembro de 1882, os preços haviam cahido de 40 a 42 francos e o mercado estava frouxo, em dezembro vieram noticias que os supprimentos provavelmente seriam mais pequenos em consequencia de colheita moderada no Brasil e os preços firmaram-se. Em janeiro e fevereiro houvera uma alta de 20 % que attingira 30 % nos mezes seguintes, alta que se sustentara mais ou menos durante os annos subsequentes. Se, pois, dado o primeiro impulso para a alta, se repetisse o que se dera em 1882 e 1883, poderia muito bem ser que uma vez estabelecida a alta, esta se estendesse não só á colheita de 1898 e 1899, mas tambem á de 1899 a 1900. Em todo o caso, mesmo se a alta não fosse tão grande quanto em 1883, parecia impossivel que a diminuição dos supprimentos não tivesse algum effeito sobre o mercado, impedindo pelo menos que os preços baixassem ainda mais.

No mez seguinte, combatia, *Mercator,* o que pela imprensa carioca advogara certo articulista cujo pseudonymo era *Fazendeiro*.

Seria sem duvida, muito util e talvez até necessario, para o desenvolvimento satisfactorio da industria cafeeira, que se procurasse alargar o consumo, por meio da propaganda, tenaz e constante nos paizes, por ora pouco consumidores, formando-se uma sociedade central de fazendeiros que cuidasse destas e outras multiplas questões de agricultura.

Mas a medida proposta por *Fazendeiro,* de contribuir cada lavrador com 5 % em café, quantidade a ser empregada na propaganda e assim afastada do supprimento, não teria nenhum effeito sobre o estado actual do mercado, por ser, além de tudo, a quantidade retirada insufficiente.

E a medida indicada tambem não teria effeito mesmo se toda a quantidade comprada pelos 20 % de imposto adiccional, fosse retida para a referida propaganda, porque os mercados consumidores, com toda a razão, não acreditariam no afastamento definitivo desta massa, que de um momento para outro,

poderia voltar ao mercado, constituindo assim, para elles, uma ameaça constante.

Além disto, a medida lembrada, só podia ter effeito util para o futuro, quando, no momento se tratava do presente.

Tratava-se de saber, com os braços cruzados, se a lavoura brasileira, se resignaria a receber, pela colheita corrente de £ 10 a 12.000.000 em logar de £ 15 a 20.000.000, que talvez poderia embolsar, se fosse possivel fazer subir os preços.

Reiterava *Mercator,* o seu ponto de vista:

A reacção immediata contra os preços baixos, só podia ser alcançada por medida que corrigisse os effeitos do excesso de producção, causa unica da depressão actual, restabelecendo-se o equilibrio entre a offerta e o consumo. E como o Brasil não tinha meio algum de influir no consumo, restava-lhe, como unica medida, a diminuição definitiva dos supprimentos pela destruição da parte necessaria, ao restabelecimento do equilibrio, a saber de 1 a 2 milhões de saccas.

Esta cifra, baseava-se nos seguintes dados estatisticos; as entregas para o consumo haviam sido, em 1897, de ...... 13.000.000 de saccas, mas a vista da progressão normal do augmento do consumo, demonstrada pelas tabellas, já divulgadas, não se devia calcular o consumo real em mais de ..... 12.000.000 de saccas. Por outro lado, a colheita brasileira, em 1898 a 1899, fora orçada, pelas commissões avaliadoras, em 7.000.000 de saccas e como a producção media dos outros paizes, do mundo, durante os ultimos 5 annos, não passara de 5.000.000 de saccas, a producção total para 1898 a 1899, podia ser calculada em mais de 12.000.000 de saccas. De 1882 a 1886, com uma existencia permanente durante 4 annos de m/m 3.600.000 saccas, termo medio, equivalente a um supprimento visivel de 4 a 4.500.000 de saccas, os preços se haviam mantido acima de 46 francos, de modo que um supprimento visivel de 4.500.000 de saccas podia ser considerado como o lastro dos mercados consumidores por elles podendo ser supportado sem exercer demasiada pressão sobre os preços.

O supprimento visivel, a 1 de março de 1898, fora porém conforme During de 5.700.000 de saccas.

Assim recapitulando estes dados, deprehendia-se o seguinte:

	De saccas		
Producção geral . .	12.000.000		
Sup. visivel	5.700.000		
	17.700.000		
Consumo real		12.000.000	
Suprimento visivel que faria pressão sobre os preços . .		4 a 4.500.000	16 a 16.500.000
Excesso a destruir		1.200.000	17.700.000

Se, se calculasse o consumo em 13.000.000 de saccas e a producção brasileira em 8.000.000, o resultado do calculo seria o mesmo. Se, porém, o consumo fosse de 13.000.000 e a producção geral de 12.000.000 ficando, assim, por si mesmo restabelecido, approximadamente o equilibrio, entre a offerta e o consumo, o sacrificio com a destruição do café de certo não seria perdido, porque o supprimento seria tanto menor e estava provado que os melhores resultados haviam sempre sido obtidos quando o Brasil tinha quantidades moderadas a offerecer. E se o consumo fosse de 12.000.000 e a producção de 13.000.000, havendo assim um excesso de 2 a 2 1/2 milhões de saccas, a destruição impor-se-ia ainda com maior imperiosidade.

Fosse como fosse, em presença do enorme prejuizo, que a colheita de 1898 a 1899 ameaçava, deixar e prejuizo que importava entre em £ 11 e 13.000.000 comparando-se o seu resultado com o de 1896 a 1897, e em £ 14 a 16.000.000 em relação a 1894 a 1895, a medida indicada devia ser estudada seriamente.

Assim vivia *Mercator* a ser o precursor de idéas que mais tarde teriam a mais completa applicação, e na maior escala, no Brasil, applicação de methodos e principios da economia dirigida, que se tornariam correntes em todo o Globo.

CAPITULO XXVI

Programma de Campos Salles exposto ao Congresso — As suas idéas sobre a imperiosa necessidade da deflação — Apregoamento dos maleficios da inflação sobre a crise economica — O proteccionismo exaggerado — Desvio do Brasil da boa orientação economica — Resultados em fins de 1899 da politica deflacionista — Aggravação notavel da crise cafeeira

Em sua mensagem ao Congresso Nacional de 3 de maio de 1899 lembrava Campos Salles que a politica financeira fora e continuava a ser a principal preoccupação do seu governo, atacando e resolvendo os importantes problemas que apresentava em sua complexidade tanto á actuação do Executivo como ás resoluções do Legislativo.

A primeira questão e a mais importante, para a rehabilitação economico-financeira do paiz, era a da valorisação do meio circulante. Sob o dominio funesto do curso forçado, e portanto ausente um indicador directo, só existente quando o papel é convertivel, o criterio para avaliar a deficiencia ou excesso do meio circulante vinha a ser o estado do cambio. No Brasil parecera fóra de duvida, como ensinara a experiencia, o nivel da taxa cambial descera muito além do que justificava o estado da balança internacional ou as agitações da politica interna. A explicação do phenomeno encontrava-se, pois, na depreciação da moeda.

Em nações como o Brasil, com enorme massa de papel de curso forçado abandonara o ouro a sua importante função de agente da circulação entrando na categoria de simples mercadoria. Operava-se então a grande transformação em virtude da qual, deixando de ser unidade para medir valores, passava elle proprio a ser avaliado, como todas as demais mercadorias, pela unidade do papel-moeda inconvertivel. Dahi resultava que, quando os preços das mercadorias se elevavam, como en-

tão occorria, o do agio do metal nobre se traduzia pela baixa cambial.

Mas, attingidos os limites extremos da depressão, as mais insignificantes oscilações cambiaes se reflectiam por grandes differenças no valor do ouro, desafiando todos os estimulos da ambição chegando a especulação ao maximo de intensidade. Tal especulação causada pela propria crise, tornava-se por sua vez causa productora de maior depressão gerando-se verdadeiro circulo vicioso, do qual só se podia sahir atacando pela raiz a causa originaria — a depreciação do meio circulante.

Tornava-se evidente, que o meio de agir uma vez por todas e com efficiencia contra um excesso de emissão de papel-moeda de curso forçado era promover uma contracção pelo resgate, para cujo serviço seria necessario constituir um fundo especial.

Queria isto dizer que o resgate do papel-moeda constituia um dos pontos capitaes da politica financeira do seu governo

Além deste processo indirecto, pelo qual a parte de papel que se retirava valorisava a que permanecia em circulação, poder-se-ia tambem realizar a valorisação indirecta, instituindo um fundo de garantia para esse mesmo papel. Ahi residia outro ponto capital da politica financeira do Governo.

O fundo de resgate poderia ser constituido pelo producto das estradas de ferro arrendadas, menos a Central, por todos os saldos orçamentarios, pela quantia proveniente de pagamento de dividas de diversos bancos e afinal todas as rendas eventuaes.

Este fundo de garantia da emissão poderia ser constituido pelo producto da majoração da taxa aduaneira mais de 50 % ouro, sobre a importação, ainda e o saldo do producto de todas as arrecadações ouro.

Para o fim de se habilitar a attender, com a devida amplitude, ás necessidades occurrentes, tornava-se indispensavel que o Governo se visse autorisado a empregar o fundo de resgate no reforço do fundo de garantia, e vice-versa, conforme as circumstancias cambiaes e de accordo com a reducção operada na circulação. Convinha que o fundo de resgate pudesse, no todo ou em parte, ser transformado em fundo de garantia, comtanto, porém, que este nunca fosse reduzido a menos de metade do seu valor.

Entretanto, dadas as circumstancias excepcionaes, a que alludia a lei de 1875, e que até então haviam tido como unico remedio a emissão autorisada pela propria lei, era necessario

que o Governo estivesse em condições de retirar deste fundo determinada somma, para se applicar aos fins indicados na mesma lei com a clausula imperativa de ser restituida, dentro de curto prazo, ao primitivo destino.

Afim de que taes medidas pudessem trazer resultados solidos e duradouros, era porém de indiscutivel conveniencia que desde logo se eliminasse a faculdade emissora, concedida pela mesma lei de 1875, para que, antes de tudo, se puzesse termo ao mysterio que acompanhara o movimento da emissão brasileira, e tanto concorrera para a deploravel depressão monetaria verificada. Posta fóra de verdadeiros intuitos na aplicação, tal lei creada verdadeira dictadura financeira, transformando em recurso quasi ordinario do Thesouro medida de natureza excepcional e provisoria.

Reproduzidas na legislação do paiz com caracter permanente, as medidas por elle consagradas haviam dado logar a abusos assignalados pela enorme massa de papel que de tal fonte tinham vindo para a circulação. A sua conservação, portanto, no corpo da legislação nacional seria pelo menos a permanencia do estado de desconfiança, que por si só bastaria para neutralizar os mais sinceros esforços no sentido do resgate.

No empenho de attenuar os funestos effeitos de um regimen, aggravados positivamente pela falta de publicidade, resolvera o Governo fazer publicar mensalmente o estado do movimento da emissão.

Por estes motivos propunha, como medida complementar de seu plano, a suppressão do systema creado pela lei de 29 de maio de 1875 e mantido por actos legislativos posteriores regulamentando-se especialmente as providencias de caracter excepcional nella consignados.

Eram taes os elementos que pareceram mais seguros ao Presidente para a valorisação do meio circulante.

Esse a seu ver seria o primeiro passo para o estabelecimento da circulação metallica e da fundação de bancos emissores de bilhetes conversiveis, problema que a Republica não podia nem devia deixar de procurar resolver no mais breve lapso.

O excesso de papel-moeda de curso forçado, factor preponderante da crise financeira brasileira actuava por sua vez, como poderoso agente, na crise economica parallela. Dahi a elevação do preço do ouro e o consequente augmento dos preços dos objectos importados, fazendo subir consideravelmente o curso da producção de tudo quanto o Brasil exportava. Por outro lado, este mesmo excesso de papel gerando falsa crença

da super-abundancia de capitaes, produzira funestissima agitação febril, que se aninhara no seio da propria lavoura dando desenvolvimento demasiadamente rapido á producção do café, abrindo margens á especulação, com grande detrimento dos preços de venda.

Nas industrias manufactoras, a acção malefica daquelle agente tornara-se ainda mais sensivel. A mania das grandezas, engendrada pelas emissões determinara a creação de empresas industriaes de todas as especies imaginaveis. Não tardara muito, infelizmente, para que a realidade viesse apagar as illusões. As liquidações bruscas e violentas, produzindo perdas consideraveis, haviam concorrido para destruir grande parte da fortuna particular e publica, empobrecendo cada vez mais o paiz.

Para deter taes desastres fora-se procurar recurso peor que o proprio mal; creara-se na tarifa aduaneira a taxa ultra-proteccionista para conseguir manter industrias absolutamente artificiaes á custa da elevação do preço dos objectos e a troco de sacrificios dos interesses de toda a população e em proveito de alguns fabricantes. Chegava-se graças á tarifa prohibitiva ao monopolio de facto, em manifesta desvantagem dos productos agricolas. Isto queria dizer que o Brasil se achava virtualmente desviado da boa direção economica. Era tempo de tornar á verdadeira orientação e para isto o que cumpria vinha a ser tratar o paiz de exportar tudo quanto pudesse produzir em melhores condições que os demais paizes, e procurar importar o que elles pudessem produzir em melhores condições do que o Brasil.

Assim, a modificação da tarifa, aduaneira, para subordinal-a aos principios expostos, era ainda ponto capital da financeira do Governo.

Valorizando o meio circulante e dando um regimen de estabilidade á moeda, teria o Governo aberto franca entrada aos capitaes estrangeiros, que ao Brasil viriam solicitar a collocação vantajosa que lhes proporcionariam as riquezas nacionaes.

Terminando a sua exposição ao Congresso declarava Campos Salles que a situação se achava sufficientemente esclarecida em toda a sua complexa e extensa gravidade. Ella propria se encarregava de indicar a necessidade de uma acção energica, sem hesitações nem adiamentos, em que as urgencias do Thesouro Federal fossem resolutamente collocadas no ponto culminante dos interesses nacionaes, como o criterio superior de todas as deliberações. Esperava pois o Presidente

que da animação e solidariedade do Parlamento lhe viessem a força necessaria para o cumprimento exacto de seu programma penoso. E solemnemente affirmava:

"Uma conducta de firmeza e perseverança, tendo em vista produzir e economizar, conduzirá a Republica á conquista segura do supremo ideal financeiro, nunca até hoje attingido — equilibrio orçamentario sem emissão nem emprestimo."

A lei de 31 de julho de 1899 veiu regulamentar novamente o sello do consumo de modo a dar maior superficie á incidencia do imposto.

A lei orçamentaria de 14 de novembro de 1899 augmentou muito o numero de artigos submettidos agora á lei do sello; abrangia entre os novos os tecidos e os chapéos, além dos antigos artigos já taxados como os phosphoros, o sal, as bebidas, o calçado, as drogas e perfumes, vinagre e conservas, etc.

Foi um reclamar sem fim o que então occorreu; no Rio de Janeiro viveu-se sob ameaças de arruaça. Mas o Governo não cedeu.

Fez-se a revisão da tarifa alfandegaria que abrangeu sobretudo o trigo a granel, adoptou-se, medida que Calogeras entende de efficacia discutivel, a base de uma tarifa dupla de maxima e de minima, devendo esta ultima representar o conjuncto das taxas vigentes.

Visava esta medida defender a exportação dos productos nacionaes gravados de taxas muito fortes em certos paizes europeus.

Tratou o Governo de obter a conversão dos antigos emprestimos em ouro. Itaborahy de seis por cento (1868) e Ouro Préto de quatro por cento (1889).

Foram as negociações penosas mas as apolices destes emprestimos acabaram resgatadas pagando o estado Rs. .... 1:000$000 pelos titulos de 1889 e 2:200$000 pelos de 1868.

A lei orçamentaria de 1899 determinou a discriminação da receita em duas parcelas parte em ouro e parte em papel.

Ao mesmo tempo prohibiu-se terminantemente a circulação da pseudo moeda divisionaria emittida em muitos pontos do Brasil e do modo mais abusivo, pretextando-se a penuria de trocos. Emissões tão miseravelmente executadas sob o ponto de vista das artes graphicas quanto abusiva pelos titulos imponentes de que algumas se revestiam: *apolices* havia até de cem réis!

Uma lei especial caracterisou taes emissões como incidentes no Codigo Penal, e uma medida acertadissima de Murti-

nho mandou cunhar vinte mil contos de réis de moeda divisionaria de nickel.

Em 1899 houve uma retracção do meio circulante de 46.146 contos de réis e as estradas de ferro arrendadas de deficitarias em 1897 já em 1898 mostravam superavits accentuados ainda em 1899.

A importação se restringia e notavelmente; diminuia a capacidade acquisitiva brasileira e operava-se a restricção da alta das tarifas. Cahiu de 563.037 contos em 1898 a 374.468 contos em 1899, ou cerca de 30 por cento. A esta differença de valores não correspondeu a pequena alta cambial media de 7 3/16 a 7 7/16.

O café é que continuava a perlustrar a *Via crucis* da baixa. Os especuladores aproveitavam as circumstancias para forçar os preços no meio de um coro intenso de lamentações jeremiacas dos productores. Estes como que não comprehendiam que seus queixumes creavam um meio altamente favoravel as influencias depressivas das cotações. Em todo o caso destes males resultou pequena compensação desenvolveu-se certo sentimento de associação, de cooperativismo dos fazendeiros traduzido na multiplicação de reuniões de lavradores de congressos agricolas.

A diminuição das cifras da Balança do Commercio em 1899 foi notavel segundo Calogeras. Sob o cambio medio de 7 7/16, a importação subiu a 374.468 contos de réis e a importação a 575.758 contos donde um saldo de 201.290 contos.

Segundo o *Commercio Exterior do Brasil* estes numeros são absolutamente falsos, lembremol-o entre parenthesis.

	Contos
Exportação	832.082
Importação	734.940
Saldo	97.142

Elevadas haviam sido, durante 1899, as oscillações do cambio. O Thesouro não precisava agora mais senão de limitadas cambiaes. Mas a especulação sempre activa, amparada pelos bancos estrangeiros, aproveitava-se da liberdade.

Foram as taxas extremas 6 11/16 e em março a 8 7/32 em agosto; dado o alto valor do soberano a oscillação era assaz forte; de 35$000 a 29$200.

Haviam as taxas subido no meio do anno. Mas em summa a media de janeiro 7 7/16 pouco differia da de dezembro 7 d.

Mas em 1899 realizava Murtinho verdadeiro *tour de force* alcançando um saldo real orçamentario.

Receita	373.687:557$000
Despesa	335.946:148$000
Saldo	37.741:409$000

Parte deste *superavit* era em ouro, havendo todas as despeas feitas em metal sido saldadas.

Os fundos especiaes de resgate e garantia do papel-moeda passavam a ser capitulos orçamentarios separados e dotados de funcções particularisadas.

Elevaram-se os direitos aduaneiros em ouro de 10 a 15 por cento: as tarifas alfandegarias haviam sido revistas.

Promovera-se ao mesmo tempo o arrendamento de varios caminhos de ferro.

CAPITULO XXVII

Periodo difficil — Reclamações continuas aos poderes publicos — A resistencia aos planos de Murtinho — Conceitos deste ministro — Industrias artificiaes — Aggravação extraordinaria da crise cafeeira — Rumores em extremo pessimistas — Avalanche de café — Opiniões de Murtinho sobre a crise cafeeira — A reunião de congressos de lavradores de café — Medidas sensatas e medidas impracticaveis — A continua queda das cotações nos Estados Unidos — Previsões um pouco mais optimistas para 1900

Falando do anno commercial de 1899 concordou o autor do Retrospecto Commercial do *Jornal do Commercio* em que, em 1898, deixara-se levar por certo optimismo acerca dos resultados, auferiveis no anno seguinte.

Entretanto para o commercio fluminense fôra 1899 mais penoso do que 1898, em todos os ramos de negocios. Grande parte das reclamações, protestos, etc. registrados na imprensa durante os doze mezes, provinham tanto do mal estar commercial da praça, como da opposição systematica ás medidas financeiras do Governo.

Explicava-se a resistencia ás medidas do plano Murtinho pelo facto de que o commercio relutara de todos os modos em fornecer ao Governo os recursos de que este exigia, durante um periodo de terrivel crise como aquella que o Brasil vinha atravessando, havia trez annos já.

A importação correra muito desanimadora; diminuira sensivelmente em todos os artigos e até em alguns muito importantes.

Seu decrescimo fôra antes devido ao augmento dos direitos aduaneiros do que ao menor poder acquisitivo do paiz, pois o producto ouro da exportação brasileira não podia differenciar-se notavelmente do do anno anterior, e o facto de estarem adiadas as remessas do Thesouro deveria estimular forçosamente o incentivo para se alargarem as transacções.

O importador em geral acceitara as incertezas nas taxas cambiaes; os direitos augmentados exerciam comtudo sobre o seu animo influencia desanimadora. As tarifas novamente elevadas para 1900 faziam aguardar os resultados vindouros com desconfiança e receio. Havia não poucos reparadores que consideravam a importação limitada como valioso factor para o restabelecimento do cambio. Não podia o analysta compartir desta opinião persuadido aliás que talvez dentro em breve prazo tivesse o Governo de examinar se as taxas aduaneiras vigentes não seriam demasiadamente pesadas e se não teria sido preferivel, em virtude de judiciosa modificação, estimular a importação, para elevar as rendas publicas, e assim alliviar o commercio e a industria de parte dos vexatorios impostos de consumo.

Em 1899 desenvolveram industrias e commerciantes notavl actividade em reclamar contra as leis fiscaes postas em vigor recentemente.

A questão do sello de consumo excitara muito os animos provocando grande representação de industriaes e commerciantes do Rio de Janeiro ao Governo, promovida pelo Centro Commercial. Pedia ella a suppressão de diversas medidas fiscaes até que o Poder Legislativo se pronunciasse a seu respeito e sobre os vicios que se apontavam em sua regulamentação.

Oppuzera-se Campos Salles, formalmente, a obtemperar a taes reclamações mas suavisara as exigencias da lei do sello. Com o decorrer do anno e a approvação de novas tarifas e novos impostos para 1900 recomeçara a discussão acrimoniosa.

A Associação Commercial do Rio de Janeiro dirigira representações ao Congresso Nacional mas sem maior resultado mantendo o Governo os seus pontos de vista e decisões em attitude algo aspera, até, que chegara o Presidente a advertir: "Não posso obrigar ninguem a ser patriota, mas posso obrigar qualquer cidadão ao cumprimento da lei. Por todos os motivos indicados está absolutamente indeferida a reclamação apresentada. A lei será cumprida e se, infelizmente, para tanto fôr preciso, o Governo lançára mão de todos os meios ao seu alcance no sentido de serem obedecidas as leis e acatadas as autoridades."

Commentando a intempestiva representação, filha da exaltação do momento lembrou o *Jornal do Commercio* que outra não podia ser a attitude do Presidente, executor de leis votadas pelo Congresso. A este deviam os protestantes dirigir-se.

A sellagem da producção dos stocks accarretara realmente

despesas elevadas que muitos industriaes não podiam satisfazer e assim a lei de 19 de julho de 1899 viera melhorar a situação mediante a votação de medidas menos severas do que as primeiras.

Mas as novas tarifas alfandegarias e o lançamento de novos impostos trouxeram novas questões entre o commercio e os poderes publicos.

A Associação Commercial do Rio de Janeiro, infatigavelmente, como que se manteve em sessão permanente, a defender os interesses de sua classe que considerava ameaçada.

Chegou a representar ao Congresso Nacional em nome do Commercio e Industria nacional pedindo-lhe que não adoptasse de afogadilho o plano de nova pauta alfandegaria apresentada pela commissão das Tarifas da Camara dos Deputados.

Neste documento surgiram conceitos sobremodo severos.

A revisão fora feita em todas as classes e numeros da tarifa actual e não era por certo temeridade affirmar que a grande maioria dos deputados federaes não tivera sequer tempo para fazer a leitura do importante e arduo trabalho da sua Commissão, distribuido nos ultimos dias, durante os quaes a Camara se preoccupara com a 2.ª discussão do Orçamento da Receita e diversos orçamentos da Despesa".

Após uma serie de considerações terminava com as seguintes conclusões.

"Creia o Egregio Congresso aNcional que é preferivel uma tarifa defeituosa, porém permanente, ao regimen das tarifas instaveis, que mudam todos os annos, como as modas de vestidos e chapéos que nos vem da Europa.

As innovações introduzidas no novo plano de tarifas poderão ser estudadas com pausa e muita attenção; não é trabalho para algumas horas, mas para muitos e muitos dias, semanas e talvez mezes."

Como prescindir da audiencia das classes interessadas?

Esta dispensa importaria em menoscabo dos maiores contribuintes de rendas para a União, e excepção odiosa, deprimente e injusta, sem precedente no paiz, desde o regimen imperial.

Iam o commercio e industria ficar sujeitos aos novos impostos de consumo, extensivos a todos os generos e com taxas em muitos casos exaggeradas.

Além da sobrecarga dos 10 % em ouro, creara-se ainda outra de 5 %.

A crise economica se aggravava continuamente.

O momento era o mais inopportuno para a decretação de

nova pauta aduaneira a qual viria colher de surpresa as classes contribuintes, que não deviam ser tratadas como idiotas.

Mas o governo manteve com verdadeira inflexibilidade seus pontos de vista na prosecução do plano de obter recursos para operar custasse o que custasse, a deflação papelista.

Synthetisando as apreciações sobre a politica financeira de Joaquim Murtinho dizia o retrospectista do *Jornal do Commercio* que parte de seus planos lhe merecia o mais franco senão mesmo enthusiastico apoio oppondo, porém, restricções a outras medidas. Assim preconisava vehementemente a incineração do papel-moeda.

Os ministros do antigo regimen, um após outro, haviam insistido sobre a necessidade de se reduzir o volume do meio circulante, mas nenhum encontrara as facilidades precisas para executar medidas apregoadas de tão alta importancia para as finanças do Brasil.

Antes pelo contrario, a politica sob o Imperio fôra dissimular emissões por meio de emprestimos no estrangeiro, conservando-se assim folgado o mercado monetario local e ao mesmo tempo que se sustentavam as taxas cambiaes.

Durante annos fôra o Brasil o Paraiso do importador e o Purgatorio do exportador. Tambem a conversão dos emprestimos internos com capital e juros pagos em ouro merecia geraes aplausos; os encargos do Brasil em metal haviam occasionado o convenio de junho de 1898 e a sua reducção tornava-se absolutamente necessaria, já que não se podia conseguir abatimento nos compromissos com os estrangeiros.

A resistencia tenaz que o ministro demonstrara a qualquer interferencia no mercado cambial, a ser sustentada mais faria para acabar com a especulação que tanto incommodava o publico do que todas as leis possiveis e imaginaveis; pois se reduziria a um combate entre bancos e especuladores. O commercio legitimo poderia assim formar juizo aproximado sobre as causas das variações das taxas, que passariam a ser não sómente menos violentas, como tambem de menor duração.

O que o grande orgão conservador fluminense não aplaudiu porém foi o conjuncto das novas leis fiscaes.

A espionagem parecia constituir a principal feição de quasi todas as medidas recentes; á denuncia estimulavam as multas; emfim as autoridades provavam a existencia de suspeitas graves. Ninguem pretenderia que o corpo commercial do Brasil fosse inteiramente composto de pessoas acima de suspeição; mas a espionagem tinha o grande defeito de provocar o suborno e a intimação para fazer dinheiro. Os que pretendessem com-

metter actos illegaes prevenir-se-iam; os que por descuido e negligencia cahissem nos laços da lei seriam com toda a probabilidade victimados. Entendia o reparador que illusoria era a esperança de que os impostos de consumo viriam prehencher o deficit da renda das Alfandegas.

A tal proposito, e em pittoresca frase, emittiu o articulista a hypothese de que nova causa de evasão de rendas proviria, ainda, da falsificação das estampilhas.

"Na verdade via-se o brasileiro sellado da cabeça aos pés isto é, do chapeu ao calçado, com sellos porém de qualidade inferior e facil falsificação, tornando-se possivel a evasão do pagamento dos impostos, principalmente no interior do paiz."

Decorreu 1899 no meio de atribulações as mais serias e aprehensões as mais graves não só para quantos tinham as actividades economico-financeiras presas á lavoura de café, como para o paiz em egral cujo esteio principal era a producção da fava etiopica.

A persistencia de preços baixos nos mercados nacionaes produzira, afinal, sensivel effeito sobre o animo dos fazendeiros donde haviam resultado congressos em diversas cidades nos Estados productores de café.

Continuava a queda dos preços, desalentadora.

Os extremos das cotações dos corretores durante o anno tinham sido de 9$000 por arroba para o typo n. 7, em setembro, a 14$000 em dezembro contra extremos de 9$000 e 15$600 em 1898 e 10$800 e 16$400 em 1897.

Não fôra tanto a nova depreciação no valor do genero que produzira o desanimo, mas a continuação, durante o periodo de julho a outubro, de preços que haviam rendido pouco mais do que as despesas do transporte. Já em maio a situação parecia tão seria, que aconselhava aos fazendeiros restringir as remessas, ainda que em geral como medida para influir sobre a situação dos mercados; mas fosse porque os fazendeiros não pudessem fazel-o, ou porque não se lhes afigurasse a posição tão perigosa, as entradas no Rio e Santos de 1 de julho a 31 de outubro haviam sommado cerca de 5.200.000 de saccas. E o effeito desta avalanche de café manifestara-se nas cotações dos portos de embarque. Nada mais natural pois de que houvessem os mercados estrangeiros aproveitado deste supprimento para fazer baixar os preços tambem.

Na imprensa surgiam os clamores do desanimo senão de verdadeiro desespero. Causou fundissima impressão na capital da Republica certo artigo de julho de 1899 no qual se dizia

que a lavoura paulista onerada por divida de 440 mil contos de réis estava na mais negra das situações .Fazendeiros de largas lavouras se viam condemnados a não pretender retirar das propriedades mais de cem mil réis mensaes!

Surgiram as contestações diminuindo o negrume do quadro mas o effeito de tal artigo causara verdadeiros males. O espectador estrangeiro prestara mais attenção ao malefico artigo do que á sua refutação.

A Commissão de commissarios do Rio de Janeiro avaliara a colheita de 1899-1900 em virtude da seca em 2.250.000 saccas. Em Santos fora a estimativa de 5.750.000. Do estrangeiro acusavam os avaliadores brasileiros de improbidade. Como porém houvessem entrado, no primeiro semestre, no Rio e em Santos, 6.800.000 das 8.750.000 da safra orçada parecia forçoso convir que a estimativa de Santos se mostrara realmente falha. Entretanto não o era.

Convinha lembrar que parte da producção paulista se desviava da cidade de S. Paulo para o Rio de Janeiro, desvio provocado pela vantagem das cotações fluminenses, facilitada pelas tarifas da E. de Ferro Central o que occasionara continuos e vehementes protestos dos commerciantes de Santos.

Defendia-se a directoria da Estrada fazendo ver que era muito mais barato o frete da tonelada de café para Santos do que da Estação do Norte ao Rio. As vantagens auferidas pelos que demandavam a mercadoria do porto paulista provinha de outras causas. Aliás não chegava tal desvio a ser avultado attingindo algumas dezenas de milhares de saccas apenas.

Na introducção de seu tão famoso relatorio assim se expressou Murtinho sobre a crise cafeeira:

"Uma industria natural em um paiz pode, desenvolvendo-se além de certo ponto, tornar-se em parte artificial, quando a producção excessiva em relação ao consumo determinar redução exaggerada nos preços da mercadoria.

E' o que se dá actualmente com a industria agricola do café no Brasil.

Em nenhum outro paiz se póde produzir este genero em condições tão economicas como entre nós; entretanto, o resultado desta industria, quer considerado debaixo do ponto de vista particular quer encarado sob o ponto de vista nacional, chegou a diminuir de forma tal, que quasi deixa de remunerar o trabalho de sua producção.

A lavoura do café deve ser considerada, em relação ao consumo actual, como composta de duas partes, uma constituida pela cultura em terrenos e climas superiores, por agri-

cultores intelligentes em boas condições economicas, outra representada pela cultura em terrenos e climas inferiores por agricultores rotineiros e em más condições economicas.

A producção da segunda parte contribue para a desvalorisação da primeira, augmentando a producção geral; ella actua, pois em relação áquella, como agente parasitario, debaixo do ponto de vista nacional.

Os capitaes e actividades empregados nesta segunda parte não são sómente elementos estereis; são factores prejudiciaes á riqueza publica no momento actual, são agentes da destruição e não de producção de valores. A situação, pois, creada na agricultura pelas grandes emissões de papel-moeda foi um movimento brusco e desordenado, dando em resultado uma producção de café excessiva em relação ao consumo actual.

Os effeitos das emissões exaggeradas sobre a circulação monetaria e sobre a producção nacional são muito semelhantes em suas manifestações: discordancia entre o valor real da circulação e a sua extensão; discordancia entre a producção do café e o seu consumo, acarretando como consequencia fatal — baixa do preço da nossa moeda, baixa do preço do café.

A superabundancia de um genero no mercado creará um elemento novo, que pode; tomando desenvolvimento, exercer uma influencia notavel e preciosa sobre a situação economica, como está acontecendo actualmente entre nós.

Quando a producção de um genero corresponde ao seu consumo, dá-se a absorpção desse genero a circulação do producto faz-se com regularidade e o preço que se estabelece é o preço normal.

Quando a producção excede de pouco o consumo, a absorpção do genero não pode ser logo completa; firma-se uma pequena estagnação, uma pequena estase na circulação produzindo-se um stock; mas o excesso de offerta determina baixa do objecto, e esta baixa provoca augmento do consumo, regularisando-se desta forma a circulação.

Neste caso o preço apezar de um pouco mais baixo, é ainda um preço normal, visto que elle resulta da offerta e procura, exercendo-se naturalmente.

Quando porém, a producção é excessivamente grande em relação ao consumo, dá-se então uma grande estáse na circulação formando um grande stock.

O augmento de consumo produzido pelo abaixamento do preço já não é sufficiente para regularizar a circulação.

O stock tende, pois, acrescer constantemente, perturbando, cada vez mais, a circulação e organisando um apparelho por meio do qual o especulador forma mercado artificial, fixando arbitrariamente o preço da mercadoria.

O grande stock de café é bem conhecido, o grande stock de papel-moeda é representado pelos depositos bancarios, que não se destinam a operação commerciaes e industriaes.

O preço do objecto, sendo o resultado da luta entre o comprador e o vendedor, tanto mais forte o primeiro, tanto mais fraco o segundo, tanto mais baixo o preço.

O grande stock é arma poderosa do comprador contra o vendedor.

Por meio della o comprador supprime a procura, não tendo necessidade de comprar por algum tempo, e impõe o preço que lhe convem; e se de outro lado, o vendedor tem necessidade urgente de vender, a luta é impossivel e elle terá de acceitar o preço imposto pelo comprador.

O preço, então, do genero não é o resultado normal da offerta e procura, mas a consequencia da imposição do especulador.

O abaixamento do preço não é mais nessas condições proporcional á differença entre a producção e o consumo e não tem outro limite senão a ruina do vendedor, limite nunca attingido porque elle traria a supressão do negocio e por conseguinte, das vantagens para o comprador. E' esta a situação do mercado de café e do mercado de cambio ou do papel-moeda entre nós."

Falava-se muito em organizar nova campanha de propaganda em favor do consumo de café brasileiro sobretudo em paizes onde elle se reduzira immenso como na Inglaterra ou ainda não se estabelecera como na Russia.

Gabavam muito os jornaes do tempo a fundação de uma Companhia Motta Brasileira Coffee C. Ltd. que devia estabelecer grande torração em Londres e outras cidades do Reino Unido dirigida pelo Sr. Gabriel Pinto da Motta, a quem dava mão forte a firma Gaffrée e Guinle. Multiplicavam-se os congressos de lavradores em S. Paulo e em Minas Geraes e as idéas sensatas, e as impraticaveis, por vezes mesmo insensa-

tas, reflectiam o estado de conturbação dos espiritos apavorados ante a baixa continua das cotações. O congresso agricola de Juiz de Fóra em outubro de 1899, preconisava a reorganisação do commercio de café por meio da venda em leilão publico nos portos de embarque; a apresentação do conhecimento da venda em leilão como condição de embarque para fóra do paiz, e fixação official do preço minimo de café para a venda em leilão, sendo o preço oficial fixado em papel, mas pago em ouro, ao cambio do dia. A não ser assim que se adoptasse o systema do monopolio official do grão para impedir a baixa do preço por especulação.

Queria ainda a creação dos entrepostos para a descarga do café junto dos portos de embarque.

Preconisava tambem o estabelecimento immediato de centros de propaganda activa do café nos paizes consumidores e para a abertura de novos mercados além da fundação de casas brasileiras de torração e retalhistas nos diversos paizes consumidores, com supprimento directo nos mercados nacionaes.

Recommendava que os agentes diplomaticos e consulares da Republica estudassem e com o maior afinco, as questões attinentes ao commercio de café, em grosso e a retalho. E ainda que os fazendeiros entrassem com quotas em especie para a manutenção de agencias de propaganda, recommendando-se a approximação dos lavradores para o fim de se fundarem co-operativas agricolas.

Advogara o Congresso a fundação de bancos regionaes de mutualidade para o fomento do credito agricola, destinado ao custeio das lavouras sob a base principal de lettras de penhor dos fructos e com um prazo de anno além de reducção de fretes nas estradas de ferro. A realidade se tornava cada dia mais sombria. Assim após um periodo em que os fretes para Nova York haviam baixado um pouco notara-se nova ascensão de taxas e afinal augmento de quasi cincoenta por cento sobre os primitivos.

O peor era que os stocks exteriores continuavam a crescer.

De 386.860 toneladas a 1.º de janeiro de 1899 haviam passado a 468.360 em 1.º de janeiro de 1900.

Era tetrico o quadro dos computos em cents. por libra de peso do typo 7, disponivel, em Nova York do anno de 1896 ao de 1899.

Janeiro	6,1/2 a 6,3/4	6,1/4 a 6,1/2 c	9,3/4 a 10,1/4 c	13 a 14,3/8 c
Fevereiro	6,1/4 a 6,3/4	6,1/4 a 6,3/8 c	9,5/8 a 9,7/8 c	13 a 13,1/4 c
Março	6,1/2 a 6,1/4	5,1/2 a 6,1/4	8,1/4 a 9,5/8 c	13 a 13,3/4 c
Abril	6,1/8 a 6,1/4	5,7/8 a 7	7,1/4 a 8	13,3/4 a 13,7/8 c
Maio	6,1/4 a 6,1/2	6,1/4 a 7	7,5/8 a 8	13 a 14
Junho	5,7/8 a 6,1/4	6,1/4 a 6,1/2	7,3/8 a 7,3/4	13 a 13,1/4
Julho	5,3/4 a 6,1/8	6 a 6,1/4	7,1/4 a 7,1/2	11,1/2 a 13
Agosto	5,5/8 a 5,3/4	6 a 6,3/8	6,7/8 a 7,3/8	10,5/8 a 11,1/2
Setembro	5,1/2 a 5,5/8	6 a 6,3/8	6,5/8 a 7,1/8	10 a 10,1/2
Outubro	5,7/16 a 6,1/8	5,7/8 a 61/4	6,5/8 a 7	10,3/8 a 11
Novembro	6,1/2 a 7	5,7/8 a 6,3/8	6,1/8 a 6,5/8	9,3/4 a 10,7/8
Dezembro	6,3/4 a 7	6,3/8 a 7	6,3/8 a 6,5/8	9,3/4 a 10,1/7

Em janeiro de 1899 abrira o mercado sob a influencia das entradas francas, e os exportadores submetteram os cafés offerecidos á classificação rigorosa, resultando differenças importantes entre as cotações dos correctores. Publicara-se a estimativa européa das colheitas do Rio e Santos, que fôra de 8.000 saccas. As idéas de alta entre os ensaccadores produziram vendas entre os exportadores.

Oscillaram os typos de 6 a 9 por arroba neste mez, do seguinte modo:

N. 6	12.200 a 13.200
N. 7	11.600 a 12.500
N. 8	11.200 a 12.300
N. 9	10.800 a 11.750

Durante fevereiro os exportadores americanos realizaram transacções importantes em Santos. Houve baixa no cambio que produziu alta nos preços. Os representantes dos torradores americanos vieram a ser porém os unicos compradores. O curso dos mercados estrangeiros parecia indicar tendencia á baixa.

Assim se cotaram os preços por arroba:

N. 6	12.600 a 13.600
N. 7	12.000 a 12.800
N. 8	11.600 a 12.200
N. 9	11.200 a 11.800

Em março os ensaccadores pareciam influidos pelo curso do cambio, mas á vista das entradas moderadas os esforços dos exportadores para conseguir a baixa não tiveram exito. As estimativas augmentadas relativas ás colheitas recebidas da Europa desanimaram os altistas ainda que os preços correntes fossem considerados muito razoaveis.

Haviam sido estas as cotações extremas:

N. 6	12.600 a 18.400
N. 7	12.000 a 12.800
N. 8	11.600 a 12.300
N. 9	11.200 a 17.800

Os ensaccadores não pareciam dispostos a sustentar os preços em favor dos santistas. Levantou-se uma questão a proposito de saccos de algodão, recommendados como devendo substituir os de juta.

Na segunda quinzena do mez os ensaccadores pareceram dispostos a vender ás idéas de baixa, e as classificações rigorosas dos exportadores limitaram, porém, as transacções.

Cotações:

N. 6	12.800 a 13.800
N. 7	12.100 a 13.200
N. 8	11.500 a 12.600
N. 9	11.400 a 12.200

Em maio surgiram os primeiros cafés novos da safra. Foi porém a procura limitada e o cambio mostrou tendencias para firmar-se. Os vendedores cederam e cada baixa produziu algum movimento, mas com poucos compradores no mercado. Os cafés novos atrahiram a attenção dos exportadores europeus.

Cotações:

N. 6	11.400 a 12.000
N. 7	10.600 a 12.200
N. 8	10.100 a 11.800
N. 9	9.800 a 11.400

Em junho o movimento surprehendera o mercado mas indicando a liquidação de contractos a vencer no estrangeiro e no Brasil. Chegaram queixas do Exterior sobre a falta de avaliação da safra.

Cotações:

N. 6	10.800 a 11.600
N. 7	10.300 a 11.000
N. 8	9.800 a 10.600
N. 9	9.400 a 10.200

Durante o decurso de julho as entradas augmentaram sensivelmente e a procura no mercado foi quasi exclusivamente para a Europa.

Os preços baixaram influindo mais o retrahimento dos exportadores do que o supprimento augmentado que tambem produzira pouco effeito no estrangeiro.

Cotações:

N. 6	10.000 a 11.400
N. 7	9.600 a 10.800
N. 8	9.200 a 10.400
N. 9	8.800 a 10.200

A 30 de junho liquidara-se a safra bem menor que a anterior.

Portos	1898-1899	1887-1898
Santos	5.535.361	3.053.521
Rio	3.462.277	4.271.076
Victoria	282.646	449.288
	9.279.684	11.223.885

Agosto abrira com o mercado firme, acreditando-se que as vendas a descoberto se achassem liquidadas. Proclamou-se o calculo da safra paulista (5.750.000 saccas). Na segunda quinzena do mez as entradas avultadas haviam neutralisado o effeito da baixa cambial.

As cotações vieram a ser:

N. 6	19.500 a 10.300
N. 7	9.100 a 10.800
N. 8	8.700 a 9.400
N. 9	8.300 a 9.000

Em setembro houve bastante exportação para a Europa, Notou-se tambem falta de vapores cargueiros. Propalaram-se noticias desagradaveis sobre o exodo de trabalhadores ruraes em S. Paulo. Na segunda quinzena houve melhores tendencias. As bolsas estrangeiras tornaram-se muito mais animadas. A baixa cambial contribuiu para que a situação parecesse melhor.

Cotações:

N. 6	9.400 a 10.500
N. 7	9.000 a 10.000
N. 8	8.500 a 9.600
N. 9	8.300 a 9.300

Em outubro o supprimento moderado, a procura regular e o cambio incerto conjugaram-se para elevar os preços. A declaração de guerra da Inglaterra ao Transvaal causou certo abalo nos mercados financeiros. As transacções nos mercados brasileiros indicavam compromissos importantes no estrangeiro onde os baixistas passaram a altistas.

A alta nos preços estimulava as revendas no Brasil. A epidemia de peste bubonica em Santos não influiu sobre os preços.

Cotações:

N. 6	10.100 a 13.000
N. 7	9.700 a 11.400
N. 8	9.400 a 10.000
N. 9	9.100 a 9.700

Em novembro a firmeza no cambio nenhum effeito produziu sobre o mercado de café, e idéas extravagantes tiveram curso no Brasil. As entradas foram mais francas do que se esperava mas a procura continuou muito regular. A suspensão do pagamento pela firma importante Andrade Fortes & Azevedo, annunciou-se. O mez fechou com o mercado mais frouxo.

Cotações:

N. 6	12.900 a 15.000
N. 7	12.200 a 14.500
N. 8	11.700 a 14.000
N. 9	11.400 a 13.600

Dezembro abriu com pouca animação depois da actividade febril no mez anterior. Os exportadores americanos em geral se conservaram retrahidos, sob a persuação da existencia de cafés em segunda mão que deviam apparecer á venda mas ficaram mallogrados e durante a segunda quinzena do mez houve luta constante entre compradores e vendedores.

Foram estas as cotações:

N. 6	13.900 a 15.600
N. 7	13.400 a 14.600
N. 8	12.800 a 14.000
N. 9	11.400 a 13.600

Assim os extremos haviam sido em 1899:

N. 6	9.400 a 15.000
N. 7	9.000 a 14.600
N. 8	8.500 a 14.000
N. 9	8.300 a 13.000

Eram pois os confrontos com 1897 muito penosos.

Typos	1897	1899
N. 6	11.400 a 13.300	9.400 a 15.000
N. 7	10.800 a 16.400	9.000 a 14.600
N. 8	10.200 a 15.700	8.500 a 14.000
N. 9	9.900 a 15.200	8.300 a 13.600

Em todo o caso o retrospectista do *Jornal do Commercio* mostrava-se optimista para 1900.

O anno novo abriu sob condições auspiciosas e tudo fazia crer que o commercio de café teria deante de si um periodo que talvez não pudesse compensar todos os desgostos e prejuizos de 1898 a 1899 mas que pelo menos o faria parcialmente. Não se podia acreditar em grande alta regular ainda.

A especulação porém parecia compromettida na elevação dos preços de café, depois de experimentar quasi todos os outros artigos de consumo geral, e o facto de possuir os mercados consumidores existencias regulares era favoravel á sustentação das cotações.

O anno de 1899 fechara com supprimento resumido. Tornara-se provavel que durante o primeiro semestre de 1900, devido á colheita pequena de cafés brandos e se o consumo continuasse identico ao de periodo igual do anno anterior que o supprimento visivel, a 1 de julho, deveria reduzir-se a proporções justificadoras de preços ainda mais altos do que os que provavelmente regulariam no semestre de janeiro a junho.

Concluia o analysta com verdadeiro rasgo de optimismo:

"Variações para a alta e para a baixa forçosamente hão de apparecer mas achamo-nos agora persuadidos que o futuro do café está garantido."

O futuro proximo, bem proximo, haveria de o desmentir cabalmente.

Cumprindo o promettido operara o governo do Presidente Campos Salles a compressão do meio circulante que de 785.491 contos em 31 de dezembro de 1898 passara a 733.727 em 31 de dezembro de 1899 quasi mais sete mil contos além daquillo a que o convennio de 1898 obrigava.

Os adversarios do Governo propalavam toda a sorte de boatos para contrariar e desmoralizar o plano de valorisação da moeda a ponto de espalhar que o Thesouro levantava dinheiro por meio de letras para o incinerar por *bluff*.

Sensatamente explicava um articulista do *Jornal do Commercio*:

O convenio com os nossos credores, realisado em junho de 1898, estipulara a retirada de dinheiro papel *pari passu* com a emissão de titulos do *funding loan* em Londres; ao Governo caberia a decisão da queima deste dinheiro, ou então simplesmente depositat-o; mas, de qualquer forma a retirada fôra condição expressa no convenio. Portanto, decidindo o Governo a incineração, a obrigação de a realizar tornara-se tão imperativa como o pagamento de juros sobre as apolices ou a satisfação de outro qualquer compromisso do Thesouro. Para cumprir este dever nada haveria de extraordinario se o Governo chegasse até a lançar mão de operações de credito plenamente autorisados pela lei do orçamento.

Em 1899 os nove primeiros mezes se apresentaram muito mediocres em relação á exportação.

Nos mercados estrangeiros reinara visivelmente, forte empenho em deprimir as cotações de café, e as persistentes circulares nesse sentido publicadas, principalmente por certa firma de Nova York, haviam conseguido sem duvida alguma restringir o consumo nos mercados americanos. O curso dos centros consumidores repercutira nos mercados nacionaes, e a colheita nova começara a correr em julho sob condições penosas. Augmentava o desanimo dos cafesistas a proporção que as entradas excediam as de outro qualquer anno anterior. No primeiro trimestre commercial o de julho a setembro — entraram no Rio e no mercado de Santos cerca de 4.200.000 saccas e em principio de setembro os preços registrados haviam sido os mais baixos do anno.

Não causava admiração pois que todos os interessados no artigo café houvessem reagido contra tal situação, com o resultado que se congressos agricolas reclamavam contra o custo de transportes. Afinal tornara a apparecer a idéa de se fazer propaganda do artigo nos paizes onde parecia provavel que o consumo pudesse ser augmentado.

Felizmente porém já em outubro houvera indicios de melhores tendencias nos centros consumidores, em parte devidas á producção limitada nos paizes fornecedores das qualidades conhecidas por *brandos*. Durante o ultimo trimestre do anno subiram os preços nos mercados nacionaes de 9$000 em setembro a 14$600 em fins de dezembro, o que significava alta superior a 60 %.

Tão importante não havia ella sido nos mercados americanos, onde a cotação de 5,7/16 cent. por libra, em setembro

subira a 7 cents em dezembro mas este facto se explicava pelas baixas no mercado cambial brasileiro permittindo aos exportadores pagar preços mais altos em papel.

Ao fechar o anno a perspectiva dos mercados de café era assaz animadora. Existia forte especulação para a alta, implicando variações mais ou menos violentas nas Bolsas estrangeiras, mas o consumo egualmente demonstrava tal augmento, que os mais pessimistas acreditavam que durante o proximo semestre as existencias no estrangeiro exercendo tão funesta influencia sobre o curso dos preços, soffreriam forte reducção.

Esta alta de fins de anno insinuava ao economista o commentario de que viera abrir um clarão de esperanças pois em 1899 "fôra verdadeiro suplicio observar a prosperidade espantosa reinante em todo o mundo, quando o Brasil passava pelas mais duras provações."

A 21 de outubro de 1899 voltava Alfredo Ellis á tribuna da Camara, a pronunciar um discurso que causou impressão.

A situação da lavoura do café era tão precaria, tão critica proclamava, que reclamava a attenção esclarecida e os cuidados de todos os patriotas.

Quem ignorava que a chave do problema financeiro do paiz, se achava na solução dessa questão economica, synthetisada nas palavras — valorizar o café?

Quando se ponderava que só o Estado de S. Paulo soffrera, no anno commercial de 1898-1899, e no valor de sua exportação, uma depreciação correspondente a 400 mil contos, ficava-se aterrado ante a enormidade do prejuizo que ameaçava não só a existencia da propria lavoura como a de todas as classes que, della auferiam recursos para sua vida e prosperidade.

A desvalorização do café, produzia baixa cambial, e, conseguintemente, o empobrecimento de todos os brasileiros.

Outr'ora valera a sacca quatro libras esterlinas.

Sendo a exportação de dez milhões de saccas, recebia o Brasil para as suas permutas commerciaes 40 milhões esterlinos.

Actualmente, a sacca não conseguia alcançar mais de 25 schillings, assim a exportação de 10 milhões de saccas não produzia mais que 12 1/2 milhões esterlinos!

Empregando o mesmo esforço e até melhorando a qualidade do producto, agora infinitamente melhor, era o paiz

prejudicado em 27 1/2 milhões esterlinos, ou ao cambio de 8 *pence* na enorme somma de 825 mil contos.

Estes algarismos em sua eloquencia sinistra, assignalariam se persistissem os mesmos factores, a inevitavel ruina do Brasil.

Attribuia-se a baixa vertiginosa do café ao excesso de producção, tantas vezes repetido que muitos poucos seriam os que em tal não acreditassem.

Entretanto continuava o genero carissimo quer na Europa, quer nos Estados Unidos, fôra do alcance das bolsas proletarias.

Baixavam os preços no Brasil mas não nos centros consumidores!

Comparava o orador o caso de 1899 ao de 1882, de enorme baixa tambem. Esta não se poderia attribuir ao excesso de producção. Vencera o Brasil graças ao regimen de trabalho servil, então vigente.

Explicando que a seu ver causava a crise reclamava Ellis que tanto antes como agora o causador da crise era a avidez insaciavel da especulação.

E explicava-o. Estava o mercado de café em poucas mãos, que para auferir fabulosos lucros precisavam obter em troca do seu ouro a maior porção possivel de moeda-papel. Assim procedendo, concorriam os açambarcadores para a baixa do cambio, e de posse do papel-moeda, precisavam fazer baixar o café para comprar a maior porção possivel do genero com esse papel por elles proprios depreciado e desvalorizado.

Ganhavam os especuladores duplamente: — no cambio do seu ouro, na compra do café brasileiro.

Não havia maxima mais certa: *quem compra do pobre marca o preço!*

Era por isto que impunham as cotações do producto brasileiro porque os lavradores precisavam vendel-o para pagar ao colono e não tinham elementos para resistir á pressão.

Ahi estava a razão da baixa miseravel a que chegara o precioso producto do Brasil.

Antigamente, os exportadores de café, os representantes dos *trusts* e syndicatos, contentavam-se em mungir a vacca, dando-lhe entretanto, o sufficiente para não morrer á fome.

Agora, não só exigiam o leite, queriam o *bife* tambem, pouco importando que a vacca perecesse.

Em vehemente comparação exclamava o orador:

Em summa, o lavrador engordava a rez durante um anno, matava-a e pendurava-a para a divisão.

Chegava o colono e levava a metade ou mais, vinha a estrada de ferro e arrecadava para si um dos quartos. Afinal o fisco carregava o resto.

O commissario tirava o couro, concluia o observador parlamentar empregando logo depois pittoresca imagem.

De braços cruzados o lavrador assistia á *razzia,* sem poder tugir nem mugir. E verificava que lhe haviam deixado apenas os chifres, provavelmente para palitar os dentes, e a cauda para divertir-se enxotando os usurarios que, como moscas famintas, esvoaçavam sobre os restos mesquinhos da carniça!

Qual o remedio para semelhante situação?

As providencias a adoptar eram de ordem interna e externa.

Na primeira se incluiam as medidas tendentes a habilitar o productor com recursos para fazer face ao custeio sem deixal-o entregue ás aduncas e ferozes garras da usura, ou forçal-o a ceder o seu café por preço miseravel e insignificante. Assim se impunham:

A revisão das tarifas de estradas de ferro.

A modificação do systema tributario irracional e antieconomico.

A organização de sociedades cooperativas para promover a venda dos cafés, nas praças do paiz, e nas da Europa e dos Estados Unidos, concomitantemente com a installação de caixas com o capital preciso para as cooperações de custeio mediante a garantia de safras pendentes.

As de ordem externa resumiam-se no momento a accordos com a França e Italia, no intuito de se conseguir equitativa reducção de tarifas alfandegarias prohibitivas.

E, finalmente em se tratar do augmento do consumo, estabelecendo-se nas principaes cidades da Europa e dos Estados Unidos, torrefações e vendas de café do Brasil, no duplo intuito de se valorizar e tornar conhecido o nosso café superior, vendido como de outras procedencias, ao passo que se apregoava o de infima qualidade como sendo do Brasil.

Si fosse possivel realizar taes providencias, poder-se-ia evitar o naufragio da lavoura e a ruina do paiz.

Terminando o seu discurso apresentava Ellis um projecto interessante.

Ficava o Governo autorizado a despender até 1.000:000$ em premios de 100:000$000 concedidos de uma vez ou parceladamente — ás associações nacionaes que montassem, nas principaes cidades da Europa ou da America do Norte — á

escolha do Governo — installações para a torrefação, moagem e venda de café do Brasil, com capacidade minima de cinco toneladas diarias.

Os premios só poderiam ser concedidos depois de bem provada a fiel execução das disposições anteriores. Tal projecto tambem não teve andamento porém.

gem
inco

bem
pro-

CAPITULO XXVIII

Bibliographia de crise cada vez mais avultada — Novas ideias de Franco de Lacerda — Refutação das alegações de um financista inglez — Optimismo mais moderado — These de que o consumo acompanha a producção — Declinio desta fóra do Brasil — A necessidade imprescindivel de uma operação valorisadora

Com a aggravação da crise cafeeira começou a proliferar a bibliographia nascida da pena de economistas e financistas. Dentro em breve se avolumaria de modo mais notavel.

Condensando idéas e pontos de vista de toda a natureza e por vezes suggerindo soluções extravagantes ao par de outras sensatas e aproveitaveis. Notava-se em geral grande desorientação de espiritos demonstrando não haver ainda correntes assentadas de opinião.

Em abril de 1899 publicou Joaquim Franco de Lacerda dois novos estudos sobre finanças nacionaes, o cambio e o café que tiveram repercussão nas rodas politicas financeiras e cafesistas a ponto de um deputado ex-ministro da Fazenda requerer a sua transcripção no *Diario do Congresso Nacional.*

Os estudos do mesmo ensaista de 1897 haviam sido largamente divulgados e commentados. Naquella época sustentara elle a these de que não havia, de todo superproducção de café sendo o Brasil victima da cupidez de açambarcadores norte americanos poderosissimos que lhe dictavam os preços miseraveis das cotações a que haviam chegado os preços do seu principal producto.

Haviam tambem completa desorganização por parte do Brasil oppondo-se a uma organização potentissima que dispunha de enormes recursos financeiros.

A 16 de março de 1899 uma nota editorial do *Jornal do Commercio* commentando certo artigo do *The Economist* de Londres acoimava Franco de Lacerda de optimista exaggerado

pelo facto de proclamar que não havia superproducção de café brasileiro.

A famosa revista britannica, attribuira aos preços de café os seguintes numeros indices, considerando que cem representava a base em 1850.

1.º de Janeiro de 1892 . . .	185
1.º de Janeiro de 1893 . . .	179
1.º de Janeiro de 1894 . . .	179
1.º de Janeiro de 1895 . . .	175
1.º de Janeiro de 1896 . . .	172
1.º de Janeiro de 1897 . . .	161
1.º de Janeiro de 1898 . . .	112
1.º de Janeiro de 1899 . . .	82

Assim pois terrivel quéda tivera o genero em dois annos baixa de quasi cincoenta por cento! No dizer do grande jornal fluminense: o productor brasileiro só tinha de queixar-se de si proprio.

E acremente accrescentava:

"O facto é que o café tem sido sempre dos productos mais felizes e prosperos, nos mercados do mundo.

Ainda hoje, apezar da estupenda baixa o seu preço, comparado com o que era, ha 50 annos, é melhor do que o de quasi todos os principaes artigos de primeira necessidade da vida, excepto o fumo de luxo, a seda bruta, a lã de carneiro, o anil, o tabaco, os couros curtidos, o cebo e a folha de Flandres."

O productor de café abarrotando os mercados com o genero é quem causara a propria ruina.

Sahira a campo o ensaista do *Economist* os seus numeros não representavam a verdade das coisas.

Assim já a base tomada para 1850 era inexacta. Valera-se o jornal inglez da média dos preços dos cafés não brasileiros quando devia ter recorrido ao exame dos cafés do Brasil á vista das cotações do Havre. Pela media do quenquiennio de 1845 a 1850 a sacca de café brasileiro, no Havre valia 52,fr.4 e 116,4 em 1891 a 1893 baixando a 57,6 em 1897 e a 44,4 em 1898. Assim os numeros indices seriam:

Em 1850	100
Em 1891	225
Em 1893	225
Em 1897	109
Em 1898	84

A depressão era muito maior do que dissera o *Economist,* quanto ao café do Brasil em relação aos preços do quinquiennio de 1893 a 1898 mais de sessenta por cento.

E o articulista inglez não levara em consideração as condições de capacidade acquisitiva da moeda. Em 1850 o preço apontado deixava melhor resultado do que o mesmo preço actual si se attendesse a que o custo da producção era então menor, devido ao serviço feito pelo braço escravo.

Si se analysasse o custo da producção que se traduzia no salario do trabalhador, no valor, propriedade, machinismos e terreiros, despesas de transporte, administração, impostos, juros elevados, etc., etc., chegar-se-ia ao resultado de que não podiam de todo ser comparaveis as despesas em 1845 a 1850 com as de 1898-1899.

Entretanto naquelle periodo, os preços eram de 42 francos por 50 kilos e em Nova York a 5 cs. por libra, para o café disponivel.

A situação brasileira já desesperadora, se tornaria insustentavel para os agricultores, e o paiz, pela continua baixa das taxas cambiaes, consequencia fatal da desvalorização do café, motivando o desequilibrio das permutas externas do Brasil.

Para 1900 mostrava-se a perspectiva dos preços desoladora, devido ao pouco interesse dos manipuladores dos mercados, na crença de que os preços ainda baixariam, no Havre, a 30 francos por 50 kilos e em Nova York a 5 cs. por libra, para o café disponivel.

Continuava Franco de Lacerda a sustentar que o consumo acompanhava a producção de perto.

A producção media de 1896 a 1898 fôra segundo During Zoon e Comp.

Para o Brasil	10.167.000
Para o resto do mundo	4.724.000
ou	14.891.000

Ora o consumo geral em 1898 attingira 14.325.800 nos

oito principaes mercados europeus e americanos, havendo pois pequeno superavit de 565.200 saccas.

During Zoon calculava as duas safras de 1898-1900

	Saccas
Para o Brasil em	20.175.000
Para o resto do mundo	8.475.000
Total	28.650.000

ou em media 14.650.000 saccas de modo que ficaria de nivel com o consumo não se avolumando os stocks.

Empunhava o articulista de S. Paulo a trompa do optimismo. Attingira o consumo ao maximo da média da producção e a causa dos baixos preços actuaes se devia aos grandes stocks accumulados nos ultimos annos.

Estes stocks explicavam-se pelo rapido augmento da producção, ao passo que o consumo se elevava vagarosamente até equilibrar-se com ella.

A producção geral, em todos os paizes cafeeiros, parecia ter attingido o maximo, si se attendesse a que de 1895 em deante haviam cessado as novas e grandes plantações de café no Brasil, constando mesmo que, por falta de recursos, tinham sido abandonadas culturas novas no interior de São Paulo, especialmente nos pontos afastados das estradas de ferro. Assim tambem quanto aos cafesaes velhos, cuja producção não compensava o custo.

Esta asseveração não era aliás verdadeira. Plantara-se e muito depois de 1895.

Explicava o memorialista o que occorria nas lavouras de seu estado natal onde o cyclo de producção tinha a seguinte marcha:

Começava o cafesal a produzir realmente aos cinco annos de idade. Até aos 18 annos, a producção era bôa em um anno e regular no seguinte; dos 18 annos aos 25 produzia um anno, falhando no seguinte; havendo uma safra regular no posterior e bôa no que se lhe seguia.

Dos 25 annos em deante, depois de bôa safra, o cafeeiro levava dois annos para se refazer, cessando completamente a producção.

Esta marcha era notada em terras de bôa qualidade.

Em geral a plantação fazia-se em terras uberrimas, regulares e ordinarias.

A producção nas primeiras tinha limite certo de edade, desde que se tratasse com cuidado e adubasse a lavoura constantemente.

Nas terras regulares a producção ia até a edade de 30 a 35 annos das lavouras quando nas ordinarias não ultrapassava os quinze.

E a apregoar o fatal afrouxamento dos cafesaes affirmava peremptoriamente o nosso autor que a questão de zona tambem influia na marcha da producção, pois se observava que na zona quente a producção era mais abundante nos primeiros annos. Deste facto resultava o enfraquecimento da planta que se esgotava rapidamente.

O oeste de S. Paulo, zona quente, fôra a que mais produzira nos ultimos annos, grande parte porém das lavouras se achava enfraquecida, após 18 annos de grandes cargas.

Entrara pois o periodo em que a producção não proporcionaria augmentos surprehendentes.

Devia-se, pelo contrario, esperar alguns annos de egual carga e depois outros de falha, em virtude do limite da edade do cafeeiro e da qualidade das terras. Convinha considerar que um terço das plantações fôra feito em terras de primeira ou em terras regulares e os ultimos em terrenos seccos.

Circumstancia de grande alcance a ser lembrada: a difficuldade de se sustentar grande producção como a que attingira o Estado de S. Paulo em virtude dos cafeeiros attingirem tambem o limite da edade e em regiões onde as terras se achavam enfraquecidas.

Não deviam ser criticados os promotores de tão larga extensão de lavouras. Se acaso houvesse superproducção ninguem se esquecesse de que ella conferira ao Brasil o monopolio cafeeiro, por assim dizer. Podia pois abalançar-se a uma valorização do seu producto principal.

Era convicção geral de que o preço do café com as cotações vigentes não passava do resultado inevitavel das condições estatisticas naturaes do artigo.

A baixa continuaria e era irremediavel. Assim prophetizavam os grandes manipuladores das safras intermediarios entre o productor e os consumidores europeus e americanos.

Não se marcavam limites de baixa para o productor. Entrementes os consumidores continuavam a pagar, nas compras do varejo, os mesmos preços antigos, não lhes aproveitando as differenças que aquelle supportava, differenças que só redundavam em proveito dos intermediarios.

A estabilidade dos preços dependia exclusivamente de quem conservasse o stock estavel passando de anno para anno.

As relações entre o productor e o consumidor se deveriam estabelecer sem a intervenção da especulação: esta era sempre arbitraria e má reguladora dos valores.

Os especuladores costumavam agir, segundo as circumstancias de momento ou de futuro proximo, tirando vantagem das altas e baixas que provocavam.

Quando as safras eram grandes havia pressão baixista, abandonando os stocks disponiveis e vendendo a descoberto, a prazo, para entregas futuras, causando assim prejuizos aos productores na reducção do valor dos productos, além do limite razoavel.

Quando a safra era pequena, adquiriam os baixistas todos os stocks disponiveis e manipulavam os mercados com as compras a prazo, liquidados por differença. Neste caso eram os consumidores que pagavam caro, tornando assim difficil a marcha regular do consumo e dando logar a falsificações com as misturas de succedaneos diversos.

Dahi se concluia que os especuladores se mostravam sempre prejudiciaes.

Continuava Joaquim Franco de Lacerda a sustentar pertinazmente a these de que o consumo acompanhava a producção absorvendo-a até. Só estacionara quando elle tambem o fizera.

O mal, o enorme mal do Brasil provinha da falta absoluta de defesa commercial.

Estavam os productores infelizmente, nas condições em que vulgarmente se diz — de *enforcados*. A questão brasileira era vender, pouco importava o preço visto como urgia realizar as vendas, porque a tanto se via o productor forçado.

O principio da offerta e procura se verificava quando as transacções o entendiam regulamentar. Não quando as vendas eram feitas sob a pressão da necessidade, e sim quando havia normalidade nos preços e estes não estavam sujeitos a oscillações bruscas, provocadas pela especulação.

Era contra isto que se tornava preciso lutar, em defesa dos interesses e da fortuna nacional.

Em geral, no Brasil, o commercio consistia em comprar e vender por conta propria ou á commissão por conta de terceiro. Não se estudava, não se procurava saber por que baixara ou elevara-se o preço de qualquer genero.

E si a baixa ou alta se deviam a circumstancias normaes ou arbitrarias.

Tetrico o panorama economico-financeiro da maior republica sul americana.

Assim abondonado ao azar da ignorancia não offerecia o productor brasileiro nenhuma resistencia, e dia a dia afundava-se o paiz em crise intensa, como no momento se presenciava.

Os particulares e os governos da União e dos Estados achavam-se perplexos e sem coragem de se mover deante de tão graves acontecimentos.

A situação dos agricultores de cafés mostrava-se desesperadora; o preço da venda já não cobria o custo da producção!

As permutas externas do Brasil achavam-se desequilibradas e grandemente deficitarias. A desvalorização das propriedades agricolas e urbanas accentuava-se cada vez mais e o credito nacional, tanto o externo como o interno, desapparecia. Os capitaes que poderiam movimentar as operações commerciaes, dormiam nas caixas dos Bancos, principalmente estrangeiros, ahi depositados *até sem juros!*

Os legisladores e as classes dirigentes pareciam ignorar o descalabro do paiz — só se occupando com a politicagem. Era mais que tempo de se reagir contra tal estado de coisas.

Espirito de cooperação não existia no paiz, a não ser quanto a uns esboços que vinham despontando. Tal o caso dos lavradores de Campinas que se haviam reunido em congresso.

Em relação ao credito agricola tudo estava por fazer, a crear-se em qualquer dos trez grandes estados cafeeiros.

Não occorresse tão violenta baixa e o cambio não teria descido tanto, compensando o seu desequilibrio pelo augmento da exportação do grão da rubiacea.

Nos quatro ultimos annos fôra este o quadro da balança commercial brasileira:

Annos	Exportações	Importação e remessa em especie
1894-1895	£ 40.000.000	£ 47.775.000
1895-1896	£ 36.000.000	£ 48.325.000
1896-1897	£ 13.250.000	£ 46.508.000
1897-1898	£ 28.250.000	£ 40.774.000
Totaes	£ 137.500.000	£ 183.384.000

donde um deficit de £ 45.882.000.

Se o café se tivesse mantido ao preço de £ 4 por sacca, que vigorara em 1894-1896, este deficit se reduziria a £.... 5.632.000 apenas.

E o paiz teria resistido até a inflação determinada pela guerra civil de 1893-1894.

Era o caso porém de se indagar do articulista se haveria meios de calcular-se o que viria a ser a extensão das lavouras cafeeiras, velhas e novas, e renovadas se os preços de 1894-1895 se houvessem mantido invariavelmente. Que enxurro de saccas se despenharia para o littoral? a que altura attingiria a exportação santista?

O Governo Federal, affirmava o memorialista, não podia occupar-se exclusivamente do problema do meio circulante e da redução, das despesas publicas. A diminuição das importações iria, em breve, collocal-o em pessima situação, porque era das alfandegas que hauria os principaes recursos de que podia lançar mão.

Como custearia as suas despesas ordinarias?

A unica taboa de salvação possivel era a valorização da exportação a adopção de medidas promptas e energicas para o alentamento dos preços do café.

Com esta alta occorreria a mudança da situação e enterraria o Brasil francamente em um periodo de prosperidade geral.

Teria o Brasil o monopolio da producção do café por muitos annos, ainda que o consumo attingisse a producção.

Só os grandes stocks disponiveis pesavam sobre as cotações dando logar ás manobras especuladoras exercidas sobre os productos indefesos.

Tornava-se necessario que todos os lavradores se convencessem que a sua posição não estava perdida. Existiam meios de se modificar tal estado de coisas e de se voltar á prosperidade antiga.

Os credores da lavoura deviam prolongar os prasos e evitar as liquidações forçadas que só serviriam para os lesar, prejudicando os seus devedores. Seriam estes forçados a vender suas propriedades por infimo preço.

Estava absolutamente em mãos dos Governos da União e dos Estados cafeeiros tal resolução.

Não era o optimismo o instigador desta asseveração e sim a confiança de um convicto da grandeza do futuro do Brasil.

A crise ao ver do ensaista tinha multiplos factores. A transformação do trabalho escravo em trabalho livre; a

expansão das emissões do papel-moeda, dando logar a valorizações insensatas por meio de desabaladas especulações; a grande importação de artigos diversos da industria dos grandes paizes; as grandes despesas das revoluções de 1893 e 1894; a grande baixa do café, a partir de 1896-1897.

O primeiro item como sabemos era dos mais contestaveis. A lei de 13 de maio pouco affetara a lavoura fora justamente depois de 1896 que occorrera a extraordinaria superproducção.

Explicava o nosso auctor:

De 1888 até fins de 1895 tivera-se como causa da crise economica a desorganização do trabalho causadora de profundo abalo e trazendo como consequencia a falta de producção de cereaes e o encarecimento do custo da producção de outros artigos de exportação da lavoura nacional.

Como causa da crise financeira a expansão de papel-moeda, o augmento das importações de cereaes e de artigos de luxo, machinismo para fabricas e materiaes para construcções urbanas, etc., as valorizações extravagantes, determinadas pelas especulações de 1890 a 1891 e as despesas occasionadas pelas comoções internas de 1893-1894.

De 1896 em deante a baixa do café concorrera para maior depreciação das taxas cambiaes aggravando-se esta causa de anno para anno até 1898.

O accordo financeiro, entretanto, deveria reanimar as taxas levando-as a cerca de nove pence para baixar novamente a 6 5/8 em principios de 1899.

Num decennio viera o cambio de 27 9/16 a 6 5/8!

Já num quinquiennio de 27 9/16 a 9 d.

De 1896 em deante a baixa dos preços do café trouxera novos elementos de desvalorização ás taxas cambiaes, pela grande reducção do valor das exportações nacionaes, apezar da compressão, a partir de 1897, da importação, a cerca de £ 25.000.000, quando nos annos anteriores se elevara a mais de £ 32.000.000.

Em 1898 como effeito do *funding loan* as remessas do Brasil para o Exterior haviam decrescido de 15 para 11 milhões esterlinos. Não fôra a queda das cotações cafeeiras teria logo o cambio reagido muito mais brilhantemente do que o fizera graças á deflação dirigida por Murtinho.

A valorização do café vindo ao encontro da deflação tornaria muito mais rapida a solução da crise e o restabelecimento economico do paiz.

Esta valorização levantaria o nivel da exportação brasiilera a £ 36 milhões. Quaesquer outros meios de que se lançasse mão, afiançava o partidario *outré* da intervenção, não poderiam passar de méros expedientes, cujo resultado seria a aggravação geral de males já penosos.

A reducção da importancia e das remessas para o exterior traria como consequencia a diminuição das rendas das Alfandegas, provocando o desequilibrio orçamentario collocaria o Governo Federal em situação precaria, pela falta de recursos para as despesas ordinarias.

Os Estados cafeeiros ver-se-iam endividados e com grandes deficits orçamentarios; mais do que se achavam. Os agricultores não conseguiriam cobrar o custo da producção de suas lavouras; viveria o commercio atrazado e em serias difficuldades; o valor das propriedades agricolas, industriaes e urbanas, assim como os titulos mobiliarios, depreciados; a fortuna publica exhausta e o custo da vida elevadissima.

Não existindo credito de especie alguma, chegar-se-ia a imprevisiveis extremos.

A alta do cambio, com a valorização do café nos mercados consumidores, viria trazer maiores difficuldades aos Estados cafeeiros, pois a baixa dos preços, pagos em moeda nacional, completaria a ruina financeira dos Estados, dos agricultores e das demais classes com interesses ligados á lavoura, base da riqueza publica.

Com os preços vigentes no Estrangeiro, como no Havre, por exemplo, a sacca de café ao cambio de 7 7/8 rendia ao productor brasileiro 40.650 réis.

A alta desabalada do cambio teria como reflexo a baixa do rendimento se os preços na Europa se mantivessem estacionarios.

Ao cambio de 10 dinheiros receberia o lavrador pela mesma sacca 32.020 réis ao de 3 1/2 d 23.760. Ao par de 27 d apenas 11.860 réis!

Assim era delicadissimo este problema cambial.

A renda dos Estados cafeeiros provenientes dos impostos sobre o café se reduziria consideravelmente a cada alta das taxas cambiaes.

Os agricultores que em geral já não cobriam o custo da producção, teriam de abandonar as culturas por absoluta falta de recursos. Os commerciantes importadores vendendo a prazo para o interior, e já encontrando grandes difficuldades em receber as contas vencidas, nada mais recobrariam então.

E ninguem pensasse que as zonas attingidas seriam apenas as cafeeiras.

O extenso sul do paiz, productor de cereaes viria a capacidade de seus grandes compradores do centro extraordinariamente diminuida. Dahi o reflexo geral sobre as rendas percebidas pela União.

Só a Amazonia em plena prosperidade dos altos preços da borracha não seria provada duramente por tal estado de coisas em perspectiva.

Mostrava-se Franco de Lacerda verdadeiramente convicto de que as taxas cambiaes dependiam sómente do equilibrio das permutas internacionaes.

A baixa do cambio, portanto, tinham por causa o desequilibrio entre o que o Brasil importava e remettia em especies para o exterior e o total que exportava.

Assim se estabelecesse um parallelo entre o Brasil e outros paizes de circulação fiduciaria.

O Governo russo afiançava ter um encaixe de ouro de 95 milhões esterlinos e outro de prata de cinco milhões para uma emissão de papel de 60 milhões.

Estava esta pois amplamente garantida. E no entanto a libra esterlina em vez de valer 6,25 rublos cotava-se por 9,45.

A valorização do papel moeda moscovita deveria restabelecer-se com o equilibrio das permutas externas e não por meio de simples expedientes de medidas financeiras, sem alcance de ordem economica.

A Hespanha com £ 24.219.000 de especies em caixa tinha £ 58.820.000 em papel-moeda com um agio de ouro de 22 por cento ao passo que este agio na Russia chegava a 30 por cento!

Eram excessivamente baixas as taxas cambiaes brasileiras não sendo possivel julgar qual a sua marcha futura, porque nas condições em que o paiz se achava faltava-lhe a base, pela perspectiva de augmento constante do *deficit* actual com o estrangeiro.

Assim julgava o autor paulista ter demonstrado, á saciedade, que a causa da baixa do cambio era o resultado da diminuição no valor da exportação e não o effeito do descredito do Brasil no Exterior, com os seus titulos de 4 por cento ouro cotados a 67 por cento.

Cumpria agir sem demora. O Governo da União e o dos Estados cafeeiros precisavam estudar seriamente a situação em que se achavam as suas finanças e procurar, na valorização dos preços do café, nos mercados consumidores, o remedio

para a solução da crise que no Brasil tudo ameaçava avassalar e fazer desmoronar.

A valorização dos preços se tornaria possivel desde que se estabelecesse organização commercial methodisada de entregas ao consumo, sustentando os stocks disponiveis e tomando medidas conjuntas complementares.

Com a valorização entraria o Brasil firmemente em nova phase de prosperidade geral, beneficiando a lavoura e como reflexo a Industria, o commercio.

Subiria o cambio pelo effeito do equilibrio das permutas externas, sem ser necessaria medida alguma financeira do Governo.

A creação de novos impostos aduaneiros em ouro, é que se mostrava inexequivel.

Já com os existentes se verificava continua baixa nas rendas alfandegarias. Com os impostos vigentes si as permutas externas se equilibrassem, naturalmente, teria o Brasil o sufficiente para satisfazer a todos os compromissos externos e renunciar até ao accordo financeiro de 1898 affirmava cathegorico o partidario incondicional do *corner* cafeeiro.

A prosperidade geral das rendas alfandegarias acompanharia o augmento natural das importações. Então, em vez de se incinerar papel, poderia ser este applicado á compra de cambiaes para o pagamento dos compromissos no Exterior.

Não precisaria o Brasil nem deveria vender suas estradas de ferro e proprios nacionaes unica reserva disponivel para acudir a qualquer emergencia de guerra.

Com os grandes elementos de que dispunha o Brasil, boa orientação economica e financeira poder-se-ia em rapido lapso reconstruil-o e fazel-o progredir com os proprios recursos.

CAPITULO XXIX

Considerações de Augusto C. da Silva Telles sobre a crise — Alteração divisada no velho mecanismo commercial brasileiro — Approximação do exportador e do productor — Afastamento do comissario — O papel baixista do exportador — O immenso incremento da producção paulista — A crise — Historico e exame de antecedentes — A extorsão do commercio estrangeiro ao productor brasileiro — A camuflagem dos cafés não brasileiros por intermedio dos typos finos do Brasil — A necessidade da intervenção valorisadora

Em fins de 1899, e pela imprensa paulista, escreveu o Dr. Augusto Carlos da Silva Telles uma serie de artigos depois reunidos em volume intitulado: *O café e o Estado de São Paulo*. Nelles analysava o feitio da crise cafeeira cada vez mais aguda. E notava-lhe um aspecto, novo no paiz muito especial; a alteração profunda no mecanismo commercial de antanho.

Notava-se a tendencia no exportador de approximar-se do productor, passando por cima do orgão intermediario do movimento, o comissario. Este passo, no caminho da simplificação, não era o unico; em breve se veria o productor a se approximar do consumidor, tão directamente quanto possivel, supprimindo por inutilmente onerosas muitas das innumeras paradas do genero, dispersivas de proventos que deviam reverter em favor do productor e do consumidor — as entidades essencialmente interessadas na questão.

A iniciativa do exportador indo ás fazendas comprar o café só visava um alvo; sugar os lucros attribuidos ao comissario e ainda fazer por este meio o jogo certo da baixa do genero.

Retirando-se para o interior, deixava o mercado sem procura, o que influia certamente para a baixa; uma vez realizada esta, apresentava-se exigente e poderoso ante o fazendeiro, a quem offerecia preços acompanhando os do mercado.

Resultado de tudo; prejuizo para o productor, nenhuma vantagem para o consumidor. Continuava este a comprar café pelos mesmos preços; as oscillações nas altas regiões não affectavam as camadas que só conheciam o café aos kilos, ás libras, e acostumados a preços sempre a par das grandes altas.

Depois de mostrar quanto a falsificação do café se operava dentro do proprio Brasil em larga escala apezar dos preços baixos do genero, graças a torração do milho e carnauba, e outros agentes de fraude, pedia o ensaista que o governo brasileiro começasse a agir com toda a severidade contra os falsificadores antes de encetar a campanha de propaganda européa de que se fazia tão grande cavallo de batalha.

Recordava depois incisivamente as fluctuações de mentalidade provocadas pela occorrencia das crises.

Dera-se em 1882 e 1883 extraordinaria baixa nos mercados de café.

Para uns a calamidade fora tomada como verdadeiro toque de debandada. Tudo abandonaram maldizendo o café já então causa de todos os males:

Para outros fora o aviso de alerta. Exclamavam "uma vez que o café dá muito menos, plantemos muito mais" — tal a expressão cheia de alento e natural philosophia do lavrador paulista genuino.

A temerosa crise succedera notavel augmento de producção que viera ao mercado quando já em plena reacção offerecendo cotações que tanto concorreram para a riqueza de S. Paulo.

Sobreviera o grande abalo da agitação abolicionista e a necessidade inadiavel de se emancipar o elemento servil; os acontecimentos precipitaram-se e dentro em breve occorria o 13 de maio!

Não poucos os desalentados que tudo consideraram perdido e acabado no Brasil; mas... passara a onda de desanimo mesclado de odio e quem percorresse o interior paulista teria logo depois ouvido por todos os cantos — "Se ha mais escravos é preciso plantar muito mais para se ter com que manter o braço livre nas lavouras."

E as plantações estenderam-se de modo a parecer a muitos que S. Paulo se achava possuido pela insania do café.

Quando, nos ultimos dias do captiveiro no Senado dizia conspicuo chefe politico: "Vae chegando o momento de pensar nos meios de se substituir o braço escravo" e para tanto se pedia ao Parlamento nacional uma verba de 200 ou 300 contos de réis no intuito de se promover a immigração para

o Brasil, a Assembléa de S. Paulo votara 600 contos destinados a atrahir colonisação para a Provincia.

Em 1888 a producção total de café no Brasil era de cinco milhões de saccas; dera-se a grande comoção do 13 de maio e dez annos mais tarde a exportação de S. Paulo, por si só, elevava-se a mais de seis milhões de saccas!

A producção paulista que era em 1879 apenas 13,3 do total em 1899 passara a 37 %. Fôra em 1899 um quinto da brasileira para vinte annos mais tarde attingir o coeficiente de sessenta por cento.

De longe provinha o habito de se considerar que a lavoura precisa de capital e mais capital — a juro modico e prazo longo. — Para tanto se reclamava do governo todo o genero de medidas. A lavoura, dizia-se, merece todas as attenções, tudo lhe era devido; da lavoura provinha a riqueza publica. Enfraquecida em seus meios de acção tudo periclitava. Mas claro era que ahi não podia repousar o principio da salvação nem da vitalidade de tal industria; tudo ahi assentava sobre um circulo vicioso. — Si da lavoura tudo vinha, da propria lavoura sahiria o que para ella se pedia. — A resultante ultima forma de amparar e desenvolver a industria agricola era sem duvida — pesarem os embaraçados sobre os equilibrados.

Grande passo se teria dado quando não mais se cogitasse do patronato official para a resolução de difficuldades financeiras da industria privada.

Tambem não era justo exigir que as estradas de ferro fossem attingidas tão duramente pela baixa excessiva a ponto de não poderem mais remunerar os capitaes nellas invertidos.

Lembrava Silva Telles as affirmações cathegoricas de van Delden Laerne a respeito do futuro do café brasileiro. Em 1884 afiançara que o Brasil jamais conseguiria alargar sua producção. O maximo que conseguiria seria mantel-a estacionaria. E no emtanto dez annos mais tarde produzia São Paulo mais do que todo o Brasil na época do desastroso vaticinio!

O maior escolho era a incerteza da sorte do artigo nos grandes mercados do Exterior, a cujos acenos se moviam os de Santos e do Rio submissos e disciplinados.

Em 1874 chegaram as cotações nos mercados estrangeiros a 148 frs. por 50 kilos e dahi se haviam precipitado, em quedas successivas, até tocarem a 41 frs. em 1883.

Differença de mais de 2 frs. por kilo!

Ao consumidor não tocara quinhão algum dos beneficios de tão extraordinaria reducção de preços nas grandes transac-

ções; o kilo de café continuara a ser comprado no varejo, conforme a qualidade, entre 4frs. 50 e 6 frs. 20.

Ao productor, porém, quasi mortal fôra o golpe.

As differenças de cotações tinham trazido, só para a lavoura paulista, um prejuizo de quasi 82.000 contos, somma perdida pelo productor quando no emtanto não deixara de ser paga pelo consumidor.

Nem sempre, porém, estas enormes cifras representavam lucros exorbitantes para os intermediarios. Taes as complicações armadas nas emaranhadas operações, a que a especulação se aventurava a toda sorte de probabilidades que não raro perdiam todos, productor e intermediario, nada aproveitando o consumidor.

Em que se fundava a voluvel inconstancia das cotações do café?

Reinava no Brasil a ingenuidade de se acreditar que neste mercado se exercia a plenitude da lei geral da offerta e da procura, variando o preço com a relação — crescendo quando diminuia a offerta e vice-versa; nesta doce illusão procuravam todos os annos os centros commerciaes de Santos e do Rio fazer a estimativa da safra futura. Para que?

Dir-se-ia que pelo prazer das surprezas.

A estatistica era farta em exemplos offerecidos pelos mercados sempre a zombar de todos os elementos naturaes conducentes ao preço provavel do genero.

Sobremodo interessante a inspecção dos factos:

Em 1879 a producção total do café fora menor de 400.000 s/c do que em 1878: — Baixa nos mercados.

Em 1883 menos 1.213.000 s/c do que em 1882 e o café chegara ao maximo da baixa a 41 frs.

Em 1885 menos 1.952.000 s/c do que em 1884; — a cotação minima viera a 4 frs. e a maxima a 18 frs. abaixo das do anno anterior.

Em 1884 com a producção de 11.440.000 s/c, subira o preço a 71 frs.

Em 1891 com 11.858.000 s/c alteara-se o preço a 108 frs.

Em 1896 com 21.608.000 s/c (o augmento do consumo reveria cobrir largamente a differença da producção em relação á de 1884 doze annos antes) — o preço attingira o maximo de 78 frs. tendo cahido a 58 frs.

A differença era pequena, em relação á producção de 1891 cinco annos antes, e o café cahira de 108 frs. a 58 frs.!

Não faltavam exemplos para provar a influencia nulla da

producção como factor natural do preço nos mercados brasileiros. Só se verificava um simulacro de sua acção, quando vinham os factos ao sabor dos altos patronos do mercado.

Não era crivel que dentro do mesmo exercicio as differenças de interpretação da producção influissem de modo tão violento, como sucedera naquelle mesmo anno de 1899 em que se tivera café em janeiro a 38,25 francos em setembro a 31, em novembro a 41,75 e em dezembro a 37!

Porque motivo se operara alta de mais de 10 frs. de setembro para novembro? e depois a baixa de quasi 5 frs. de novembro para dezembro?

Acaso occorrera o perigo da diminuição de safra entre setembro e novembro? Faltara café aos mercados? Dissiparam-se os receios de novembro para dezembro? Exorbitara a offerta?

Alguma coisa de tal acaso se déra? Certamente não.

O mercado dirigente decretava a baixa ou proclamava a alta á medida das urgencias accusadas pela especulação nas transacções a prazo, conforme a aragem no grande jogo, o regulador soberano...

Comprehendia-se a vantagem de se manter afastado o abundante celeiro onde se iria buscar, quando preciso, a necessaria provisão não para o consumo mais para as entregas dizia expressivamente o ensaista de S. Paulo. Simples travessia nos porões dos transatlanticos era quanto bastava para transformar os cafés do Brasil em genuinos Malabar. Para não escandalizar demais, que se deixasse ao rebotalho o pomposo nome de café Rio e café Santos!

Viviam os brasileiros muito compenetrados de que tinham mercados livres quando a verdade era que as grandes praças do Rio de Janeiro e de Santos dependentes como eram viviam sempre a medir o bom ou o mau humor dos ditadores do mercado — os grandes exportadores.

Superiores em seus modos, aproveitavam-se de todos os pretextos para desvalorizar a mercadoria brasileira que cobiçavam; ora a apregoar noticias do exterior; ora as do interior; hoje o cambio; amanhã o boato de qualquer occurrencia!... Conheciam de sobra a franqueza da resistencia!... Aliás a quem se entregaria o genero se não a elles, unicos compradores.

São Paulo com a maior producção de café do mundo, resignava-se á triste condição de quem recebia uma generosidade quando o exportador se dignava forçar a venda de umas saccas de café a cujo preço regulava sua exclusiva conveniencia.

Mas uma reacção benefica se desenharia logo ante tão deploravel estado de coisas, affirmava convicto o illustre ensaista.

Quanto mais se meditava sobre o problema do café, transcendente para o Brasil, mais se aprofundava a convicção de que a má situação em que se arrastava o primeiro elemento da riqueza nacional, provinha exclusivamente da organização viciosa dada ao commercio que o escoava para os grandes centros consumidores.

O systema em vigor assentava sobre o poder discricionario exercido sobre as duas praças de Santos e Rio de Janeiro.

As grandes difficuldades originadas da ultima baixa haviam causado viva impressão. Não se conhecia espirito dotado de algum patriotismo que se não tivesse voltado para assumpto de tanta gravidade.

Levantava-se a opinião universalmente acceita de que o remedio efficaz para o mal estava na propaganda.

Mas isto só seria efficaz se se conjugassem duas circumstancias: artigo bom e vendido a preços reduzidos.

Já lamentavelmente fracassara a tentativa do Centro da Lavoura do Rio de Janeiro na Europa, a proposito da grande crise de 1882-1883.

Grandes então as esperanças nos feitos da propaganda, garantias das maiores offereciam seus promotores e executores. Os resultados colhidos, após muito esforço e a preço de não pequenos sacrificios, não haviam correspondido á espectativa.

Muito receiava o reparador a reproducção do insuccesso; de nada teria servido a dura licção.

Longe do autor negar o grande alcance de propaganda methodica e persistente; mas esta propaganda exigia um systema para produzir todos os effeitos; sem este, não raro, chegava tocar as raias do ridiculo.

A proposito da má reputação dos cafés brasileiros organisou Silva Telles suggestivo e interessante quadro comparativo:

ANNOS	COTAÇõES		PRODUCÇÃO	
	Santos e Rio de Janeiro	Malabar	Brasileira	Mundial
1874	25 a 148	110 a 154	3.843.000	8.139.000
1880	74 a 94	102 a 106	5.553.000	9.758.000
1883	41 a 46	72 a 86	7.711.000	11.080.000
1887	77 a 124	90 a 128	6.129.000	10.312.000
1893	83 a 105	113 a 123	6.193.000	11.283.000
1897	34 a 65	100 a 116	8.680.000	12.608.000

Nos primeiros annos em que a producção brasileira era de pouca monta as cotações indicavam pequena primazia para os cafés estrangeiros. Era natural. Tratava-se de artigo mais conhecido e provavelmente superior, pelo melhor preparo; atrazada como então ainda estava a industria agricola brasileira e deficientissimos os meios de transportes o que concorria certamente para deteriorar o genero em caminho.

Em 1874 quando a producção brasileira era ainda inferior a 50 % da mundial os cafés do Brasil soffriam apenas uma depreciação variando de 5 a 6 francos em sacca.

A differença contra o café brasileiro começava a se accentuar, mais e mais, á medida do crescimento da sua producção.

Em 1897 quando o Brasil exportava approximadamente 70 % do café total, fora o seu genero cotado a uma media de 58 frs. e 50 abaixo dos similares estrangeiros!

Ora, ninguem negava que o Brasil tambem produzia cafés perfeitamente comparaveis aos melhores, concorrendo para isto o aperfeiçoamento introduzido geralmente no preparo, os excellentes meios de transporte, etc., etc.

O que explicava pois o desprezo com que era tratado o producto de sua industria?

A causa se apresentava clara, a necessidade do commercio justificar o alto preço por que chegava o artigo ás mãos do consumidor.

Embora se soubesse que os cafés bem reputados começavam a rarear, longe estando de poder satisfazer á procura, não havia no exterior quem não levasse para casa seu kilo de pseudo genuino café de Ceylão, Java, etc., etc.

Não obstante saber-se que o Brasil era o maior productor de café, e de café comparavel aos melhores conhecidos, desapparecia este nos mercados só se dando o nome de brasileiro ao rebotalho do café do mundo inteiro.

CAPITULO XXX

Mensagem de Campos Salles ao Congresso Nacional em maio de 1900 — Auspiciosa situação financeira da Republica — Influencia da crise economica sobre a financeira — Melhoria na situação do café — Prognosticos mais favoraveis

Na sua mensagem ao Congresso Nacional, a 4 de maio de 1900, criticou o Presidente Campos Salles o regimen imperial que vivia com as finanças permanentemente deficitarias.

A gestão economico-financeira do Imperio não fôra de molde a favorecer a expansão da riqueza nacional, na medida correspondente ao desenvolvimento progressivo da despesa publica, nem tão pouco a fazer conter esta nos limites da receita. Dahi a instituição do *deficit* permanente, affirmava Joaquim Murtinho em relatorio ao Presidente a 3 de maio de 1900.

Para combater o desequilibrio e dominar as crises apenas encontrava a adminsitração publica processos empiricos, circumscriptos a dois unicos recursos — o emprestimo e a emissão.

Os emprestimos successivos acarretavam ao Thesouro novos encargos, aggravando o proprio *deficit,* de anno para anno. Iam produzindo lentamente, mas em progressão continua, os naturaes effeitos — ruina das finanças e a debilitação do credito.

Por outro lado, a emissão, prestando fatal concurso a esta obra de decadencia e lançada, as mais das vezes, fóra das exigencias naturaes da fortuna publica, perturbava o organismo economico da nação, desvalorizando o meio circulante.

Fôra por este caminho, aberto pela imprevidencia e trilhado com a cegueira da mais condemnavel obstinação que o Governo Brasileiro chegara a contingencia de celebrar em Londres, o accordo de 11 de junho de 1898, fructo inevitavel

da politica financeira dos proprios que haviam depois passado e com a maior violencia a condemnal-a.

Iniciando o seu governo sob a influencia oppressiva desta situação grave e anormal, não hesitava em assignalar como suprema preoccupação que tambem era a aspiração nacional, o prompto levantamento do credito brasileiro, victima de tão rude golpe de longe preparado por paciente e descuidosa accummulação de erros.

Collocado em presença de tal ordem de coisas, parecera-lhe clara e palpitante a necessidade de uma orientação financeira inteiramente desligada de tão nefastas tradições. Cortar despesas e promover o desenvolvimento da renda — era a unica vereda indicada pelo bom senso e patriotismo. As imperiosas exigencias da situação não permittiam esperar a acção tardia de processos menos energicos.

Alludira o Presidente ás difficuldades que lhe trazia a realização do plano. Extirpar abusos e estabelecer boas praticas, para eliminar a confusão e fundar o methodo, encerrar a phase dos adiamentos e iniciar o periodo das soluções, ferir interesses que se julgavam legitimados pela acção tolerante do tempo, pedir ao contribuinte as sommas que o credito, já não podia fornecer, resgatar em vez de emittir solver velhos compromissos sem contrahir outros, finalmente, realizar vasta obra de reparação, era de certo empreza demasiadamente custosa, que governo algum jamais conseguiria levar a cabo, sem primeiro ter de vencer a pertinaz resistencia dos interesses contrariados.

Certo era que não haviam sido improficuos os esforços empregados. Podia annunciar com verdadeiro contentamento, que a Republica entrava em phase francamente auspiciosa, graças á collaboração do Congresso Nacional, que prestara, com patriotica firmeza a orientação segura, o indispensavel, concurso ao desenvolvimento de uma politica financeira, amoldada ás exigencias excepcionaes da situação.

O governo aguardava confiante a approximação de 1 de julho de 1901, termo do prazo fixado para a volta aos pagamentos em especie.

Era grato poder assegurar — não mais ante a simples perspectiva de lisongeiras presumpções, mas em presença da garantia positiva dos meios accummulados, que o Thesouro se encontraria solidamente preparado para corresponder, de prompto, a todas as exigencias do vencimento, voltando ao regimen de indefectivel pontualidade.

Para tanto não seria preciso pedir mais sacrificios nem

submetter o credito publico a novas provas. Cumpria perseverar não na pratica de lisongeiras presumpções, mas em presença da garantia positiva dos factos.

A diminuição evidente da intensidade da crise financeira e economica indicava, de modo incontestavel, o acerto do ponto de vista em que os Poderes Publicos encaravam a questão e a excellencia das medidas postas em pratica para as debellar.

A valorização do meio circulante, traduzida pela elevação lenta, mas segura, e sobretudo pela fixidez relativa do cambio, indicava claramente que o resgate do papel-moeda, realizado não só pelas verbas destinadas a satisfazer os compromissos do *funding loan* mas ainda pelas sobras provenientes das economias das despesas publicas, vinha produzindo os effeitos que delle se esperavam e deviam esperar-se.

A quantidade de papel-moeda que em agosto de 1898 elevara-se á enorme cifra de 788.364:614$500, estava reduzida a 31 de março de 1900 a 716.705:618$ 55.000:000$000 por conta do accordo do *funding loan* e 16.658:996$500 dos debitos do Banco da Republica e desconto de notas.

Realizada com toda a prudencia e cautela, a reducção na circulação se fazia sem perturbações prejudiciaes até pelo contrario, com vantagens reaes e positivas.

O resgate deveria ser mais amplo em 1900 em virtude dos recursos creados pela lei que estabelecera um fundo especial para esse fim.

A lei já em execução relativa ao fundo de garantia para o papel-moeda, sem duvida alguma desenvolveria a acção do resgate na valorisação do meio circulante, e a que extinguira a faculdade emissora creada pela de 1875. Daria estabilidade áquella valorisação e confiança na permanencia de seus resultados.

Mas a massa de papel-moeda não era o unico factor da taxa cambial; o valor da exportação vinha a ser outro e não menos importante; dahi a influencia notavel que a crise economica exercia sobre a financeira.

A elevação do preço do café, principal producto da exportação brasileira viera por isto combinar a sua acção com a do resgate na valorisação no meio circulante.

Os resultados obtidos demonstravam o real acerto da politica economica do Governo, tão mal comprehendida e por isto tão censurada a principio. Sem o emprego de meios artificiaes tantas vezes experimentados no paiz condemnados tan-

tas vezes pela experiencia, a lavoura se levantaria pouco a pouco e tudo levava a crer que breve estaria a crise conjurada.

A melhoria notada na situação geral do paiz, observava se igualmente na do Thesouro com as dividas de exercicios findos fortemente reduzidas e lettras emittidas em 1899 todas resgatadas dentro do exercicio.

As indemnisações em virtude de sentenças judiciaes haviam sido saldadas na importancia de alguns milhares de contos de réis e todas com reducções extremamente favoraveis ao Thesouro.

Ao par das dividas passivas, o Governo procurava liquidar tambem as activas, como os debitos do Banco da Republica colhendo por essa forma recursos para os fundos de garantia e resgate do papel-moeda.

Taes debitos, de liquidação demorada e sujeita a todos os azares das operações bancarias, em prazos extremamente longos haviam sido solvidos por meio de descontos identicos aos estabelecidos pelo Governo passado para os casos analogos, e perfeitamente semelhantes aos descontos commerciaes e aos das proprias lettras do Thesouro.

Fôra a operação vantajosa sob o ponto de vista commercial para o Thesouro com resultados não inferiores sob o ponto de vista da administração e da politica.

As ligações que existiam entre o Banco e o Thesouro, geravam situação a ambos igualmente perniciosa; de um lado emissões repetidas de papel-moeda, para emprestimos ao Banco; de outro immobilisação dos capitaes do Banco em fundos publicos, sob a pressão do Governo.

A esta situação se puzera fim, com a operação realisada.

O estudo, porém, das condições geraes do paiz e do movimento das rendas levava a crer com convicção, que no exercicio corrente a renda não seria inferior á do anno transacto.

Em resumo já se verificavam os seguintes fructos.

Valorisação lenta mas gradualmente progressiva da moeda, manifestada pela subida e fixidez do cambio.

Valorisação da exportação e consequente augmento da fortuna publica, manifestada pela alta do preço do café. Restabelecimento cada vez maior do credito do Brasil, manifestado pela alta notavel dos titulos no exterior e tendencia accentuada de capitaes estrangeiros.

Saldos orçamentarios provenientes de reducção de despesas e do augmento sensivel das rendas.

Certeza da parte do Governo e confiança cada vez mais

accentuada dos creditos da volta ao pagamento em especie dos compromissos no exterior.

Taes os resultados do esforço e da dedicação não só do Congresso e do Governo, e era justo lembral-o do Povo Brasileiro, que se não negara aos grandes sacrificios delle reclamados para o restabelecimento do credito da Republica.

Nada mais exacto do que affirmava Murtinho nos seus relatorios ás Camaras em 1900.

As emissões, como todas as outras, haviam trazido, uma ampliação da circulação e um augmento do seu valor pela creação dos valores potenciaes de seus bilhetes.

Mas, como em todas as emissões de curso forçado, os valores potenciaes tinham desapparecido sem ser substituidos por valores reaes, de modo que o resultado final fôra deixar para um valor circulante igual ao dos ultimos dias da monarchia, isto é, 22 milhões esterlinos uma massa circulante quatro vezes maior.

Nem se dissesse que a desvalorisação continua da circulação pudesse ser explicada tão sómente pela redução do valor da exportação brasileira pois, a valia desta em 1895 fôra muito maior que em 1894, 1891 e 1890; entretanto, o valor ouro, da circulação em 1895 mantivera-se igual ao de 1890 e menor que os de 1891 e 1894; o da exportação em 1897 mostrara-se maior do que em 1896, 1895 e 1890 entretanto, o valor ouro da circulação nesses trez annos avantajava-se ao de 1897.

Tratando da crise cafeeira affirmava Campos Salles que tinha razões para se declarar optimista.

A de 4 de agosto de 1900 declarava Joaquim Murtinho na introducção ao seu relatorio, como Ministro da Fazenda, que convicto de que a intervenção official só poderia augmentar os males do paiz deixara o Governo que a producção do café se reduzisse por selecção natural, determinando-se assim a liquidação e a eliminação dos productores destituidos de condições de vida, ficando a producção em mãos dos mais fortes e dos mais bem organizados para a luta.

Provocara esta rude declaração grande alarma entre muitos agricultores. Habituadas á tutela governamental, que só podia produzir beneficios aparentes no presente, multiplicando os males no futuro, algumas associações agricolas tinham aggredido com violencia o programma governamental. Cathegorico declarava o Ministro:

"Nem surpreza, nem magua me causaram estas aggressões antes, pelo contrario, vi com grande prazer que a lavoura

começava a mover-se, a agitar-se, a dar signal de vida e actividade propria."

Os seus primeiros movimentos, como todos os produzidos por um organismo sahido de prolongado torpor, haviam sido desordenados, só produzindo esteril agitação.

Pouco a pouco, porém taes movimentos tinham se coordenado e á esterilidade succedera a fecundidade; a agitação politica e aggressiva fôra substituida pelo trabalho organizador, que procurava fundar os apparelhos necessarios á propaganda do consumo do café no Exterior.

Agira activamente o Governo Brasileiro promovendo a propaganda pelo consumo no estrangeiro e obtivera diminuição de impostos de entrada de café em diversos paizes.

O resultado de todos estes esforços já se fazia sentir; o preço do genero elevara-se de modo accentuado, e ainda que tal elevação não fosse além, como tudo fazia suppor, o valor da exportação brasileira poderia attingir, em 1900, trinta e quatro milhões esterlinos.

Na solução, pois, da questão economica dera o programma do Governo os melhores resultados, manifestados pela prosperidade da lavoura e a prosperidade do paiz. E se desastres haviam attingido alguns lavradores provinha isto de que infelizmente a ninguem era dado supprimir todos os males.

Dado o accrescimo do valor da exportação pela valorisação do café, a solução do segundo problema, isto é, a concordancia entre o valor da exportação e a massa de papel-moeda ficava reduzida á diminuição desse papel.

Os mais moderados repetiam sentenciosamente que só resgatava papel moeda quem podia e não quem queria fazel-o. Os mais exaltados clamavam com indignação que o Governo destruia nas fornalhas da Alfandega grande parte da riqueza publica e que, em vez de navios e estradas de ferro, a ser construidos com aquelles capitaes, nada mais restava do que um montão de cinzas.

Não tinham a vista bastante penetrante para perceber que o que se queimara era apenas o vehiculo, e que o valor incorporado antes da incineração passava depois desta para o papel que continuava em circulação...

Referindo-se á ordem nova estabelecida na administração publica ainda allegava que na solução do terceiro problema, o de concordancia entre a receita e a despesa publica, a acção do Governo se manifestara, pela mais severa economia, ordem introduzida na administração, discriminação dos orçamentos da receita e despesa em ouro e papel, melhor arrecadação das

rendas, creação de novas fontes de receita, o estabelcimnto dos direitos em ouro nas Alfandegas e o desenvolvimento enorme dado aos impostos de consumo.

Por esta fórma transformara os *deficits* permanentes em saldos orçamentarios; ampliara os fundos de garantia e resgate do papel-moeda em circulação, continuara o resgate das apolices ouro de 1868 a 1880; reduzira a divida, enorme, de exercicios findos, a tal ponto que houvera no ultimo exercicio saldo de 1.000:000$000 na verba votada pelo Congresso para tal serviço; trocara titulos uruguayos por titulos brasileiros, resgatando 676.000 libras da divida nacional em ouro; pagara grandes sommas devidas por sentenças judiciaes e liquidara debitos de diversos Bancos e Thesouros, pondo fim á intervenção governamental na direcção do Banco da Republica. Estas duas ultimas operações haviam provocado criticas apaixonadas contra o Governo.

Terminando dizia o ministro ao Presidente:

"Precisamos continuar a manter a mesma coragem deante das difficuldades a mesma serenidade deante das aggressões, a mesma calma deante do enthusiasmo de uns e a mesma confiança deante do desanimo de outros; seguir sempre e sempre com firmeza e sem hesitações o caminho que traçamos, quaesquer que sejam os obstaculos; e assim podemos ter a certeza de que conseguiremos demonstrar praticamente que a Republica encerra em si os elementos para dominar as crises economica e financeira, que o paiz tem passado."

A compressão do meio circulante correspondia ás seguintes cifras:

A 31 de dezembro de 1899	733.727:153$000
A 31 de dezembro de 1900	699.631:700$000

Depois de elogiar vivamente o ministro como gestor do Thesouro Nacional criticava-o um analysta pelas columnas do *Jornal do Commercio* a proposito de suas idéas sobre as questões commerciaes:

A respeito das taxas cambiaes parecia confundir o credito do paiz com o saldo de pagamentos internacionaes, esforçando-se em mostrar que o valor da moeda corrente devia ser elevado, *pari passu*, com o credito nacional. Mas a ligação dos dois objectivos seria impossivel, por depender o primeiro dos persistentes esforços da administração, e o outro das variações sempre existentes nas permutas internacionaes da Republica.

Antes da cobrança de parte do imposto em ouro o The-

souro mostrara o mais vivo interesse no curso das taxas de cambio e isto quando nas Alfandegas residia por assim dizer, a unica fonte de renda nacional. A politica do Governo sustentando o valor ouro do mil réis apresentava-se comprehensivel, e até defensivel, por ser esta o unico meio de se estimular a importação, e assim cresceram as rendas.

Mas alterara-se completamente a politica anterior. Os pagamentos enormes tornavam o Governo independente do mercado de cambio. Dispondo do imposto de consumo, contava com recursos, independente da renda aduaneira, como acontecia na Inglaterra com o *Excise* e nos Estados Unidos com o *Internal Revenue*. De facto parecia o Ministro disposto a procurar diminuir a importação estrangeira, que a apreciação no valor ouro do mil réis infallivelmente augmentaria; e deste modo sua posição a respeito das taxas tornava-se ainda menos clara.

Pedia o analysta ao illustre secretario de Estado que não se afastasse dos esforços pela rehabilitação do credito da Nação. Não interviesse nas questões cambiaes, fazendo o que fizera em 1899 em que deixara de se occupar com a situação do café.

As leis commerciaes não se submettiam nunca a interferencias empyricas.

Em principios de setembro de 1900, surgiu na praça fluminense gravissima crise bancaria com intensa repercussão em todo o paiz e desmoronadora de muitos e velhos estabelecimentos de credito.

Era aliás esperada desde que o Thesouro Nacional começara a fazer pressão junto ao Banco da Republica para que este liquidasse o seu debito para com o Estado inclusive o da carteira de bonus e o do antigo Banco Hypothecario do Brasil e á elle transferido.

Isto em principios do anno. Devia o Banco 186.000 contos de réis e o Thesouro propuzera-lhe enorme rebate: pagamento de apenas 50.000 contos, metade a vista e o resto em quatro prestações semestraes eguaes.

O Presidente do Banco em exposição aos accionistas, a 7 de março anterior, declarara reputar a transacção favoravel aos interesses do estabelecimento.

O Ministro da Fazenda em seu relatorio annual de agosto depois de se referir á "triste historia dos emprestimos a Bancos para auxilios á lavoura, provocadores de enormes prejuizos ao Thesouro, sem vantagens aos agricultores" defendia a proposito governamental da accusação acerba de opposicio-

nistas, individuos a quem acoimava de má fé ou ignorancia, tornando impossivel qualquer discussão sobre o assumpto.

Mostravam desconhecer, por completo, quanto nas formulas de juros e descontos o factor tempo era essencial no calculo dos valores.

O Governo não tivera, deante de si, uma divida do valor actual de 186.000:000$000, mas simplesmente uma responsabilidade que, ao cabo de dezoito annos, attingira aquella somma vultosissima.

Dizer, que o Thesouro fôra prejudicado nesta operação era affirmar que o commrecio, em todos os paizes, era lesado constantemente pelos bancos, quando estes descontavam as lettras dos commerciantes.

E referindo-se aos favores contemporaneos do sinistro Ensilhamento lembrava:

Se pois, algum favor fôra feito ao Banco da Republica, reduzindo uma divida de 186.000:000$000 a 50.000:000$000, tal favor não se effectuara no acto da liquidação realizada pelo Governo vigente mas sim na época em que se deram aos Bancos da Republica e Hypothecario o prazo de vinte annos para pagamentos de suas dividas."

A concessão desse longo prazo constituira verdadeira reducção de debitos; o Governo Campos Salles, pois, já os achara reduzido e nada mais fizera do que os liquidar nas condições em que os encontrara.

Assim se processara o colapso que a tantas familias arruinaria no Rio de Janeiro.

Em meiados de 1900 começara a escassear, e muito, o dinheiro para desconto e o Governo puzera á disposição do Banco da Republica a quantia de vinte mil contos para facilitar o gyro das transacções.

Falava-se numa reorganização completa do estabelecimento de modo a tornal-o regulador do movimento bancario nacional.

Constava que o Governo pediria ao Congresso autorização para depositar no Banco da Republica parte do fundo de garantia da emissão, constituida em ouro. Realizada a reforma, o Governo se serviria de tal autorização e o Banco viria a ter um superintendente, a cujo cargo ficaria o serviço geral do estabelecimento. Seria o representante da Presidencia da Republica junto ao Banco.

Já fôra elle aliás escolhido: o banqueiro allemão Otto Petersen, director do Brasilianische Bank für Deutschland.

No dia 12 de setembro novidades as mais alarmantes alvo-

roçaram os mercados financeiros do paiz. Os Bancos mais importantes do Rio de Janeiro, entre elles o maior do Brasil, o da Republica, suspenderam pagamentos em dinheiro, prevalecendo-se da condição que exigia aviso prévio antes da retirada dos depositos em conta corrente.

Eram elles os Bancos da Republica, Rural e Hypothecario, e Lavoura e Commercio.

No dia seguinte o Banco Commercial do Rio de Janeiro tambem suspendia pagamentos em dinheiro, e a praça achava-se privada dos serviços de quatro de suas instituições bancarias das mais antigas e importantes. No entretanto, não havia indicios de panico: o Bánco da Republica, desde algum tempo, não era mais considerado banco para o commercio e os fundos delle depositados, portanto, não representavam dinheiro em circulação activa, apezar de que em seus cofres existiam quantias importantes, representando economias de viuvas, depositos judiciaes e outros. Justamente, e tão sómente em consideração a esses interesses decidira-se o Governo não sem grande relutancia, a intervir na crise do estabelecimento.

Um unico estabelecimento, dentre as velhas instituições bancarias cariocas, resistira ao desastre: o Banco do Commercio.

No Estado de S. Paulo fôra o reflexo relativamente consideravel sossobrando o Banco Mercantil de Santos cujo circulo de operações era avultado, sobretudo no interior paulista.

Defendeu-se o Governo da sua attitude perante os graves acontecimentos que determinavam a ruina de muitos milhares de pessoas.

Lembrou que já em 1899 allegara o Banco da Republica achar-se impossibilitado de pagar os juros dos bonus a que era obrigado pelo contracto com o Thesouro. Se tivesse de os satisfazer isto importaria na sua ruina. Condecendera o Governo pedindo o Congresso dispensa de tal pagamento afim de se normalizar uma situação difficil.

Voltara o Banco a solicitar novos favores do Estado allegando que não tinha liberdade de acção em virtude de suas ligações como o Thesouro que lhe estorvava a liquidação da carteira de bonus. Accedera ainda o Governo em liquidar todas as contas com o seu devedor para lhe dar liberdade de agir. E mais mandara depositar, em conta corrente, os saldos das Delegacias importantes. Apezar de tudo cada vez mais se aggravara a situação. Pedira a Presidencia do Banco fundos ao

Thesouro em fevereiro de 1900 e o Governo ainda lhe emprestara seiscentas mil libras esterlinas.

Mas os rumores das difficuldades do estabelecimento cada vez mais intensos se tornavam e a sua situação cada vez mais precaria se apresentava.

Pedira o Conselheiro Martins do Amaral, presidente do Banco, e com a maior insistencia, uma emissão de 50.000 contos de réis para salvar a instituição, sob pena de se fecharem dentro de dias os seus guichets.

Objectou-lhe o Presidente da Republica que isto era impossivel. Poria comtudo á sua disposição mais setecentas mil libras.

Tal emissão assumiria visos, até, de moeda falsa, ante a obrigação contrahida pelo Brasil, no ultimo accordo financeiro, de resgatar certa somma de papel-moeda. Importava em obrigação de não fazer novas emissões durante a vigencia desse accordo, que, finalmente, a emissão de papel-moeda no momento actual seria a ruina e a destruição de todo o trabalho financeiro realizado pelo actual Governo.

Insistiu o Conselheiro Amaral mas debalde, o Governo offereceu-lhe um total de 1.400.000 libras a mais das ..... 600.000 já concedidas.

Resolveu-se a entrada para a Directoria de um dos directores do Banco Allemão estabelecimento que então soccorreu as caixas do Banco da Republica do Brasil com alguns milhares de contos.

Parecia conjurada ou pelo menos adiada a crise, sobretudo por se saber da effectivação dos auxilios do Thesouro mas dias depois a corrida, a principio moderada accentuou-se de tal modo que a 10 de setembro se fechavam os guichets do Banco.

Explicando os acontecimentos dizia a Directoria do Banco que depois de cessar a ligação official intima do estabelecimento com o Thesouro notara-se a má vontade do Ministro para com a grande instituição.

Procurara ella vencer a torrente arrazadora que de muito longe vinha e com impeto assustador procurando destruir o estabelecimento.

Cresciam as difficuldades; o commercio e a industria do paiz lutavam corajosa e honradamente contra um acervo de erros, que não eram de ninguem por serem de todos.

Tinha o Banco como dever imperioso secundar estes nobres esforços; mas grandes e urgentes as necessidades, diminutos e demorados os recursos que de seus clientes recebia o Banco.

Aggravara-se a situação com a repetição de um facto quasi constante na praça — a escassez de numerario.

Baldado fôra tudo quanto o Banco tentara, mau grado muitos e pesados sacrificios.

Propoz o Governo pagar-lhe os debitos por meio de inscripções vencendo juros de trez por cento ao anno; pondo porém a sua testa directores de sua confiança e demissiveis *ad nutum*. Encetou-se pois a liquidação. E a 17 de outubro expediu-se um decreto sobre as operações forçadas dos estabelecimentos de credito attingidos pela crise, suspendendo-se temporariamente o que as regulava, e permittindo-lhe accordos extra judiciarios com os credores desde que obtivessem a anuencia de dois terços do valor do passivo sujeito aos effeitos do mesmo accordo.

Foram estas condições acceitas por quasi todos os institutos attingidos.

Commentando estes factos escrevia o retrospectista do *Jornal do Commercio* que das declarações do Governo e da resposta da Presidencia do Banco parecia poder deduzir-se que houvera por parte do Banco da Republica, e por conseguinte da dos outros, bastante pressão para induzir o Ministro a emittir papel-moeda e modificar o seu plano financeiro.

Mostrara-se elle coherente porém e inflexivel em relação á politica cujas directrizes havia traçado.

A suspensão dos pagamentos pelos bancos resultou na liquidação do Banco da Republica, de que o Banco Rural escapou sómente pela ameaça da liquidação forçada; e tanto este, como o Banco Commercial accederam ás condições do Ministro da Fazenda. Foi resultado da crise bancaria de 1900 verdadeira victoria para este.

Entretanto, era inegavel que a praça ficara privada de recursos de que antes gosava. Cabia lembrar comtudo a posição forte dos Bancos estrangeiros obstara indubitalvelmente um abalo que poderia ter ameaçado o movimento commercial abalo, talvez aggravado pela má orientação dos estabelecimentos que tinham suspenso os pagamentos.

Era a consequencia final e fatal do terrivel *Ensilhamento* que atulhara as carteiras dos bancos fluminenses, sobretudo, e de alguns Estados de titulos de valor illusorio, emittidos e acceitos frequentemente pela má fé e a improbidade. E a resistencia de Joaquim Murtinho em condescender na manutenção de um *statu quo* insustentavel, mais dias menos dias, haveria de o consagrar como auctor de relevantissimo serviço ao paiz.

Mas este desastre tinha longinqua origem, provinha das

loucuras de 1890 e 1891 em que a inconsciencia e por vezes a deshonestidade de alguns dirigentes de varios dos mais velhos bancos fluminenses haviam pactuado com as tranquibernias e desatinos de verdadeiros corsarios bolsistas. Processara-se lentamente a catastrophe occorrida em 1900, mascarada habilmente durante um octenio, por uma serie de medidas de camuflagem ditadas pelas manobras oriundas da famosa *chimica* dos magnatas do Ensilhamento. Viviam os accionistas de varias daquellas casas em perfeita illusão, sobre o valor exacto dos seus activos. E varios dos seus directores destes, justiça lhes seja feita, homens de bem, e zelosos tinham demasiada confiança no vencimento das difficuldades pelas quaes frequentemente não eram responsaveis, havendo acceito penosas successões de negocios filhos do erro e da deshonestidade.

CAPITULO XXXI

Ataque vehemente de Fausto Cardoso no Parlamento ao plano Murtinho — Critica aspera ás idéas do ministro sobre a crise cafeeira — Argumentos procedentes e improcedentes — Dados exactos e inexactos — Conclusão paradoxal

Na sessão de 3 de setembro de 1900 em vesperas do collapso bancario, portanto, Fausto Cardoso, deputado por Sergipe, atacava violentamente os processos administrativos de Joaquim Murtinho "caracter ferreo e inamoldavel, trancado ao mundo real, intellectualmente saturado de conceitos falsos, emocionalmente, petrificado por essencia, pela idade, a posição social, a fortuna, impossibilitado de comprehender a situação economica que lhe competia estudar e resolver."

Acerbamente verberava os processos de que lançara mão em sua administração economica e financeira. Em termos depreciativos, procurava ridicularisal-o no duplo feitio de medico homeopatha e sociologo.

Assim, cheio de ironia, commentava uma asserção do relatorio do illustre ministro:

"Collocada neste terreno, a solução da questão economico-financeira brasileira, só se podia encontrar no estabelecimento da concordancia daquelles elementos, reduzindo a producção do café e augmentando o seu consumo, reduzindo a massa do papel-moeda e augmentando o valor da exportação, reduzindo a despesa publica e augmentando a receita."

E repontava:

"E' admiravel. Ha mais café que consumo? Reduza-se a producção. Ha mais papel que riqueza? queime-se o papel, A despesa é maior que a receita? Corte-se a despesa. Pobre victima das proprias illusões"!

Tal medida era no fundo, a mesma que já a humanidade

das cavernas empregava, para vencer a crise produzida pelo crescer incessante das boccas e o decrescer continuo dos productos naturaes do sólo. Incapaz de intervir intelligentemente para lhe augmentar a producção, eliminava o excesso de boccas, destruindo os velhos como elementos imprestaveis á luta, e as creanças femininas como instrumentos perigosos de reproducção futura.

Não era outra a politica de Joaquim Murtinho affirmava o deputado sergipano que pouco adeante queria descobrir nas palavras do ministro, copiosamente, uma generalisação que elle não fizera.

Discordancia entre a producção do café e seu consumo, determinando a reducção do preço daquelle genero e, como consequencia, o empobrecimento na lavoura brasileira.

Ahi estava uma coisa que ninguem sabia; que a hyperproducção do café trouxera, como consequencia, o empobrecimento da lavoura do paiz! isto é, da lavoura da canna, do algodão, do cacau, do fumo, da borracha, do milho, de todas as modalidades da vida agricola nacional.

Ou pensaria Murtinho que no Brasil só se cultivava o café?

De um ou outro modo, tal affirmação era infantil.

Queria rebater outro topico ministerial a saber que a discordancia entre a producção e o consumo determinara a redução do preço do genero.

Appellava para os dados da estatistica dos negociantes, Schopper & C. de Rotterdam, citados pelo deputado paulista Elias Fausto Pacheco Jordão. Segundo estes senhores, havia ainda um deficit a favor da producção de 361.000 saccas.

A paixão politica levava o deputado sergipano a lançar mão de argumentos insustentaveis e declarar que recommendando Murtinho a restricção da producção, contrariava os interesses economicos da Nação.

De 1895 a 1899, em França o café baixara de 93 francos por 50 kilos a 34,25!

A producção do genero contemporaneamente dava em porcentagem para a quota brasileira, 43,7 em 1893-1894 e 63,3 % em 1897-1898.

Mas esse excesso da producção nacional não influira nem podia influir na baixa do preço, porque este excesso ficava aquem do consumo.

No emtanto, era incontestavel, o café brasileiro baixara, chegara ao maximo da depreciação, apezar da superioridade do consumo sobre a producção geral.

O consul brasileiro em Liverpool assignalava em 1899 em seu relatorio para o anno anterior que o exercicio fôra notavel pela barateza consequente da abundancia das qualidades inferiores dos cafés do Brasil.

Dera-se o mesmo com os de outras procedencias? Não! os da Venezuela, Guatemala, Haiti, Mexico, São Salvador, valiam sob pezo egual 58, 93, 66, 56 por cento mais do que o brasileiro. Costa Rica batia o record; 128,9 %. Os da Columbia 88,3 %.

De tudo isto se concluia que a crise do café se limitara ao Brasil! E por que? Porque descera tanto o preço do seu café, si, no mundo o consumo da mercadoria era maior que a producção?

Naturalmente, causas especiaes deviam ter concorrido para tão exquisito resultado.

E essas causas haviam sido largamente examinadas e discutidas agora plenamente acceitas como as que haviam produzido o depreciamento do café brasileiro nos centros importadores. Eram ellas: a mistura das varias qualidades exportadas; o pessimo acondicionamento do genero, transportes e baldeações repetidas, e principalmente a especulação sem limites, desenfreada, dos intermediarios.

Proclamara o orgão official da Sociedade Nacional de Agricultura que nos mercados estrangeiros, o café do Brasil era julgado em qualidade pelo typo que dava a mistura ou liga, e não pela qualidade real do producto, ao sahir das fazendas.

A mistura de café bom, com outros de qualidade inferior, e maior ou menor quantidade — de escolha — era o processo seguido no Brasil para a formação dos diversos typos. Era isto uma exigencia do comprador.

"A — escolha — além de ter apparencia desagradavel, trazia os prejuizos da imperfeição no preparo e os inconvenientes de todas as qualidades más que adquiria, desde os terreiros da fazenda até o momento em que entrava nos armazens do ensaccador, para as operações da liga ou mistura.

Esta mistura do café no Brasil, afim de obter-se uma especie média de café, conforme exigia o exportador, caldeando por exemplo uma amostra regular, uma segunda boa e outra escolha, para obter o typo ordinario, já em 1885 o illustre viajante hollandez. Van Delden Laerne, no relatorio apresentado ao governo do seu paiz, sobre a cultura do café na America, Asia e Africa, constituia, perante os fazendeiros, verdadeira e a maior das injurias praticada pelos ensaccadores, visto como

elles haviam tido tanto cuidado em egualar o seu producto. Assim affirmavam que os ensaccadores lhes estragava o café.

"Por sua vez, os ensaccadores que ainda tinham gastos com o preparo da liga, não podiam pagar o valor real do café que viera das fazendas cuidadosamente escolhido. E deste modo, accrescentava o illustre viajante, o fazendeiro soffria as consequencias desta operação commercial altamente damnosa ao renome do café brasileiro."

O illustre biologo Luiz Couty, já antes de 1880, informava que em 1878-1879. no Havre, haviam sido negociados cafés escolhidos enviados directamente pelo Club da Lavoura de Campinas, obtendo as ultimas partidas 10 % mais do que as qualidades analogas de Santos. Bastava a marca do club em um sacco para que fosse immediatamente comprado, sem ser aberto e só pelo exame da amostra!

Os poucos typos de café expedidos para o Havre em 1878, haviam sido julgados muito perfeitos e, entre elles, varios delles em tudo comparaveis aos melhores de Bourbon, Martinica, Ceylão e Java.

"O Brasil emittira o Dr. Couty, é grande productor de excellente café, injustamente mal conhecido. Assim concluira o seu lucido relatorio aconselhando remessas directas e a reducção do numero de intermediarios.

Do mesmo modo pensava o referendario van Delden Laerne. Affirmava que o unico meio do café brasileiro collocar-se, como de justiça nos centros consumidores, pela excellencia das qualidades, seria evitar as ligas ou misturas.

Soffria o processo da mistura para a formação dos differentes typos, unicamente para ser exportado, quando nos paizes importadores, esses mesmos typos eram desfeitos por meio de cuidadosa separação das differentes qualidades, afim de que as melhores qualidades pudessem ser entregues á especulação dos centros consumidores, como café de outros paizes, productores já vantajosamente conhecidos!

Destarte, o producto superior do Rio e de Santos, via-se frequentemente vendido como café de Java ou de Ceylão.

Não era portanto, sem razão que se podia e devia attribuir, em grande parte, a desvalorização do café brasileiro a esse processo condemnavel da — mistura — que só aproveitava á especulação commercial de alguns em troca do prejuizo certo de muitos e do descredito de um paiz inteiro, victimado pela falsificação do principal producto, base das suas transacções internacionaes.

Ao mesmo tempo, um agronomo brasileiro de grande

autoridade, o Dr. Joaquim Carlos Travassos, estudara cuidadosamente a questão da importancia do ensaque de café, opinando contra o emprego da juta.

A aniagem era a má companheira, inseparavel que acompanhava o café do Brasil como uma alma damnada, desde a casa da machina até que elle fosse tragado, em falta de melhor pelos seus apreciadores.

Era preciso que, quanto antes, fosse de vez expulso esse inimigo cruel, que sorrateiramente roia, havia muitos annos, as entranhas financeiras do paiz, até agora, por ignorancia tolerado, senão recommendado.

Para substituil-a, não precisava o Brasil recorrer ao estrangeiro, possuia a fibra por excellencia, que nenhuma outra seria capaz de substituir, e produzindo remuneradoramente em todos os Estados da União: o algodão.

Outra causa da depreciação de todos sabida, vinha a ser a attribuição da procedencia brasileira, exclusivamente, aos typos baixos. Assim havia pouco denunciara o Almirante José Carlos de Carvalho, caso sobremodo typico de que fôra testemunha ocular, na Suissa, quando vira uma grande casa de negocio negar-se a collocar rotulos de café brasileiro em amostras evidentemente sahidas de nossas lavouras e baptisadas como Ceylão e Java.

Responderam-lhe "bem sabemos, que assim é, mas o que aqui chamamos café do Brasil, é aquelle!" E apontaram-lhe amostras de café escolha.

Tudo isto mostrava, bem claramente, que as causas da depreciação do café brasileiro eram não o excesso de producção sobre o consumo, sonhado e aeramente propalado, pelo Ministro Murtinho, mas as enunciadas e das quaes resultara a desmoralização e o depreciamento do genero pela mistura, mau acondicionamento, transportes descuidados, baldeações repetidas etc.

Para o Ministro, porém, só uma causa existia a hyperproducção!

Obcecado não via as causas reaes da recente elevação das cotações atribuidas á redução da producção quando o que a determinara, era apenas o alargamento do consumo trazido pelas guerras de Cuba e do Transvaal.

Pittorescamente relatava Fausto Cardoso o mecanismo do augmento dos cafesaes.

Varias as causas da chamada hyper-producção brasileira. Dellas convinha assignalar as seguintes: o grande preço que o genero, desde alguns annos adquirira nos mercados consumi-

dores, a disposição do sólo e do clima para a cultura de café, em diversas partes do territorio nacional, a attracção irresistivel das actividades agricolas em virtude dos lucros excessivos a convergencia daquellas para os pontos adaptados e adaptaveis á sua lavoura e a canalisação das correntes immigratorias para taes pontos. Todas estas circumstancias, haviam actuado successiva e simultaneamente, para o augmento da producção brasileira.

A elevação do preço e o lucro crescente dos productores, haviam attrahido de todos os pontos — phenomeno naturalissimo que por toda a parte se repetia, individuos que se desfaziam dos bens, pelo que podiam apurar, no afan de irem entregar-se, nas regiões apropriadas, á cultura do café. Por força dessa attracção, os terrenos já aptos a esta cultura, tinham sido comprados por alto preço e os a ella adaptaveis, cultivados. Os immigrantes aos enxames, derramaram-se por taes logares.

Terras que ninguem suspeitava proprias para tal producção, ao sul e ao norte, haviam ficado cobertas de cafesaes. Lavouras diversas e prosperas tinham sido, em muitos lugares, destruidas e substituidas pela da rubiacea. Premios, se haviam concedido e ainda continuavam a dar-se nos Estados, a quem cultivasse e colhesse certa e determinada medida do producto.

Ia-se o Brasil cobrindo de cafesaes! Citou ahi o tenaz opposicionista dados exaggeradissimos como quando affirmou ter subido a exportação da Bahia a quasi um milhão de saccos, quando realmente em 1897 exportara 297.266 saccas e em 1898, 379.882! Attribuiu até, á Parahyba uma exportação de 400.000 saccas!

Na Bahia assistira ás primeiras manifestações da febre produzida pelos lucros do plantio do café em S. Paulo; vira crescer nos espiritos, dominando-os, a mania de se possuir, na então provincia de S. Paulo, uma fazenda. Conhecera muitos homens arraigados á terra pela familia, a propriedade, o habito, quebrarem todos esses laços e sahirem em longa peregrinação, a busca do bezerro de ouro, para serem, diziam fazendeiros de café, porque, então fazendeiro de café, queria dizer creso.

E essa febre, essa mania lavrara como epidemia por todo o paiz. A preoccupação constante do agricultor, era libertar-se da lavoura da canna, do algodão, do cacau, dos cereaes, em que mourejava, para se enriquecer com a do café. E este se plantara e colhera, vendera, e exportara.

Mas como tudo isto se realizara?

Plantara-se desordenadamente, colhera-se grosseiramente, vendera-se sem criterio e, o que fôra peor exportara-se a granel, de cambulhada, misturando-se typos diversos, qualidades differentes, acondicionando-se pela peor forma e modo mais prejudicial ao genero, já deteriorado pela cultura, a colheita, o preparo e a mistura.

Não havia a menor preoccupação quanto á qualidade; a questão era de quantidade e de lucro; produzir muito, embrulhar, remetter vender! Eis o que faziam os productores.

E os compradores? Estes misturavam as partidas recebidas, de pontos e proprietarios diversos, caldeavam-nas de novo, exportavam-nas e as revendiam!

O café bom, objectou-lhe então o deputado paulista Cincinato Braga, ia todo para a Europa para lá ser vendido sob outros rotulos.

Respondendo a este parlamentar allegava Fausto Cardoso, aparteado pelo deputado paulista, que se o Brasil produzia todos ou quasi todos os typos de café conhecidos, esses typos distinctos, produzidos em logares e proprietarios diversos, vinham reunir-se ás mãos dos intermediarios que, para os exportar, os misturavam, formando dessa mistura uns tantos typos.

A' imagem dos typos de café, variavam infinitamente as qualidades, conforme os cuidados do productor, com a colheita e o preparo.

Misturando os varios typos, o exportador, confundia tambem as qualidades. Deste modo o café brasileiro, de typos e qualidades infinitas, tomava uma só feição typica e qualitativa. Nos mercados estrangeiros, o intermediario vendia esse café, assim uniformizado no typo e na qualidade por um preço unico.

Mas, uma vez vendido, tal café, para ser revendido era separado em seus typos e qualidades diversas; typos e qualidades com preços diversos e muito differentes. O de bom typo e de boa qualidade, tinha grande valor, e o de mau typo e pessima qualidade valor nullo. Mas, depois de vencer pelo mesmo preço cafés de preços diversos o intermediario fazia o rateio entre os seus committentes, conforme os typos e as qualidades do genero delles recebidos.

Qual o criterio, porém, que presidia á justiça de tal rateio? Nenhum.

Na Europa o comprador, levava as amostras ao exame do spectroscopio e do polarimetro ou á analyse chimica, conforme a mercadoria de que se tratava, exames que revelavam

a pureza e a superioridade deste. Consoante as qualidades reveladas eram ellas pagas.

A superioridade do preço acompanhava a da qualidade, havendo para determinar a superioridade e o preço criterio seguro.

Mas esta superioridade, que o polarimetro revelava, em certos generos, e o exame chimico distinguia em outros e lá determinavá os preços, não podia ser avaliada pelo intermediario, quando fazia o rateio, que, assim ficava dependendo do seu capricho.

O prejuizo, portanto, do productor, cuidadoso, era certo, fatal, porque vinha a receber pelo café de boa qualidade que produzia, o preço das qualidades inferiores.

Agora se ponderasse que, para produzir café de melhor qualidade e separal-o, fazia o productor mais despesas do que para produzir o ordinario, empregava capitaes em despolpadores, brunidores, separadores e catadores, pois o mesmo cafeeiro dava fructos de qualidades diversas; o moka, o chato o grosso e o miudo.

A esta asserção, rebateu Cincinato Braga, a quem vivamente contestou F. Cardoso, a dizer que o moka sahia do fructo cujo caroço não se dividira em duas metades, porque se atrophiara, e atrophiara-se justamente por haver brotado na parte elevada da arvore, onde a nutrição chegava diminuida, ou em ponto em que houvera defeito de nutrição. Ao passo que do fructo do centro onde a seiva chegava mais abundante, e a arvore tinha mais vitalidade, sahia o *chato grosso*, o fructo cujo caroço se divida em duas metades, cada uma das quaes maior que o caroço atrophiado e unico do moka.

Eis ahi por que o mesmo cafeeiro dava café de varias qualidades que, na Europa, tinham preços differentes; o moka, ganhando em aroma e em essencia o que perdia em adiposidade, tinha por isto maior valor, o *chato grosso*, que perdia em essencia e aroma o que lucrava em adiposidade.

Havendo o seu contestante affirmado que todas estas qualidades occorriam no mesmo galho, retrucava-lhe o deputado por Sergipe a perguntar-lhe, se davam no mesmo galho, porque negara sua affirmação?

Era exacto, porque no mesmo galho um fructo qualquer podia desenvolver-se e outro atrophiar-se. Mas o moka occorria mais abundante na parte superior da planta, por ser a mais fraca. E a prova estava neste proverbio, corrente em sua terra — cafeeiro velho, muito moka.

Verberando os processos commerciaes vigentes, queria o

deputado que se ponderasse que o fazendeiro colhia esses fructos de typos e qualidades diversas e depois de os colher, os separava por meio de machinas apropriadas a tal fim. No emtanto, todo esse trabalho, dispendioso e demorado, não lhe aproveitava, porque o intermediario, misturando typos e qualidades diversas o inutilizava desfazendo o que fôra feito com tanto custo, anulando o tempo e a despesa do fazendeiro; trabalho de grande proveito si este vendesse ou exportasse directamente o genero.

E como o seu contestante affirmasse que com o trigo e o arroz o mesmo occorria, negou cabalmente tal asserção.

E proseguiu a pintar o caso com o maior pessimismo:

"Tome-se ainda em consideração a commissão do intermediario, as despesas de toda a sorte com o plantio, a colheita, o preparo, o acondicionamento, e transporte e os prejuizos innumeraveis que elle tem com a mistura dos typos e das qualidades, o mau acondicionamento com os transportes, e veja-se no fim de contas, com que fica o productor. Nada!"

Seu lucro era certamente menor que o obtido se só produzisse café de pessima qualidade, porque vendia o de boa qualidade pelo preço da má, gastando, aliás, para produzir aquella, o que não gastaria para produzir esta.

Dos factos assignalados resultara consequencia fatal; provocar entre os productores de café, a idéa de produzir muito embora mal! a preoccupação que se generalisava era da quantidade e não da qualidade; facto que viera accentuar a desvalorização definitiva do café brasileiro, iniciada, mantida e desenvolvida pelas causas nascidas dos absurdos methodos dos commerciantes.

O Ministro da Fazenda, porém, cego a todas estas razões evidentes, continuava convencido de que a desvalorização resultava do excesso da producção sobre o consumo.

Chegando ao recurso extremo do paradoxo, clamava Fausto Cardoso:

A verdade é porém outra: ha excesso de consumo!

Objectou-lhe Cicinato Braga que quando o café tinha cotações altas era acondicionado do mesmo modo, e seu contraditado, embaraçado, lançou mão de um recurso parlamentar, verberou a insistencia com que o contraditor o aparteava sem a preoccupação da logica que a esta contradição devia presidir.

E habilmente respondeu a defender a sua these, que quando o café tinha grande preço, apezar de acondicionado

do mesmo modo, a sua procura era tão extraordinaria que se não tomavam em conta esses defeitos. Mas esta procura excessiva determinara, principalmente no Brasil a desmoralização e a desvalorização do genero, apezar de haver ainda excesso de consumo.

Attendesse o aparteante a Camara: estudara e apontava a acção das causas da depreciação cujas influnecias haviam concorrido lentamente para desmoralizar e desvalorizar o café brasileiro.

Que importa não tivessem produzido desde logo effeitos?

Continuava a affirmar que a procura era maior que a offerta.

A novo aparte do deputado paulista respondeu F. Cardoso ironica senão asperamente dizendo-lhe que apezar de fazendeiro de café só entendia de plantar e colher!

E tanto assim era que, depois de mandar separar o café em sua fazenda, o mandava ao intermediario, que o caldeava, anullando-lhe um trabalho dispendioso. Nada disto via nem sabia que na Europa tal pratica tanto dava que falar. Continua a separar o seu producto e ensaccal-o e mandal-o ao intermediario, que o continuava a caldear e a lhe inutilizar o trabalho, trabalho que ia ser renovado nos mercados importadores, quando esse café tivesse de ser vendido.

Synthetisando o que dissera asseverava F. Cardoso.

O lucro excessivo determinara o augmento da producção; esta e o lucro crescente provocaram a incuria no preparo, acondicionamento e remessa do genero; a incuria gerara a desmoralisação, e a desmoralisação a desvalorisação, que se tornara completa, absoluta com o excesso da má producção do genero, manifestada de 1896 a 1898, e, cujo resultado fôra o Brasil entrar com 63 % da producção geral, e fazer descer o seu café a um preço que reduzira o fazendeiro a não poder cobrir as despesas do plantio e transporte de suas safras.

Fôra então que Murtinho interviera para reduzir a producção, na sua qualidade de spencerista, secretario da doutrina de não intervenção do Estado, da politica do *laissez faire!*

Que consequencias adviriam de semelhante pratica?

Sensatamente expendia o parlamentar que a crise do café brasileiro tinha uma vantagem. Os prejuizos viriam fazer comprehender ao productor a verdade economica de que o lucro não estava só em se produzir em grande quantidade, mas tamgem da boa qualidade. Uma vez de tal convencido pelos factos cuidaria do preparo, do acondicionamento e do transporte do seu café, evitando assim as causas de depreciamento.

Dest'arte a luta pela producção quantitativa seria substituida pela da producção qualitativa.

E como se tratava de verdadeira selecção os fracos desanimados se voltariam para outras culturas.

Continuando a accusar Murtinho do erro em que laborava tentando restringir a cultura cafeeira asseverava que sua conducta fôra contraria á ordem normal do desenvolvimento economico.

Adiando a solução pela redução da producção, impedira os beneficios economicos que a mesma logicamente traria; a transformação da luta pela qualidade que o lucro excessivo provocara na lavoura do café, pela quantidade que o excesso de producção e a desmoralisação do producto provocariam necessariamente. Dahi viria, como consequencia, a distribuição das actividades, ora voltadas para essa lavoura, para outras o aperfeiçoamento do producto e a eliminação do intermediario, que, nesse ramo da economia nacional, produzia "o effeito de um touro bravio em um armazem de vidro!"

E como a crise de café trazia salutares consequencias como esta da passagem da monocultura á policultura, lembrava que um surto algodoeiro promissor já occorria em terra paulista.

Terminando enchia o deputado ao ministro de qualificativos sobremodo desagradaveis apontando-lhe a verdadeira incomprehensão de que fosse uma sociedade, um povo a evolução de um organismo social!

Grande medico, mas deslocado de sua profissão, era nullo como homem de governo e saturado como estava de idéas falsos só via no paiz, um doente que pretendia curar com as dinamisações homeopathicas (sic).

Tal homem não podia comprehender absolutamente a situação nacional, pois o seu espirito não recebia as impressões do meio ou só as recebia de accordo com a feição mental. Era o espirito feito, definido, fechado.

CAPITULO XXXII

O mau anno commercial de 1900 — Athmosphera de desconfiança — Safra atrazada — Attribulações do commercio cafeeiro — O penoso sacrificio da execução do Funding Loan — Previsões pessimistas sobre a situação do café

Tratando do anno de 1900 declarava o *Retrospecto do Jornal do Commercio* que elle fôra ainda menos satisfactorio do que o anterior. As attribulações do commercio, tanto o de importação como o de exportação, haviam sido persistentes e agudas. A athmosphera de desconfiança que invadira a praça do Rio de Janeiro mostrara-se a mais pesada de quantas havia lembrança, durante mais do que um quarto de seculo, e seus effeitos visiveis pela repercussão no rendimento alfandegario.

O commercio de importação diminuira as encommendas, de tal modo que, ás vezes, este facto se afigurara perigoso; mas a explicação do caso era que o importador não sabia em quem pudesse confiar. E na impossibilidade de vender sempre a dinheiro, entendia que a prudencia elementar o aconselhava á restricção das transacções.

Apenas fizera excepção o commercio de estiva, mas este mesmo geralmente accusara forte diminuição das entradas de generos.

As cifras da arrecadação alfandegaria do Rio de Janeiro as mais importantes da receita eram o reflexo de tão penoso estado de coisas.

	Contos de réis
Em 1899	174.924
Em 1900	153.343
Diferença a menos . . .	21.581

Creara-se um serviço de estatistica commercial mas este ainda estava embryonario, desattendidos os seus pedidos pelas

autoridades informantes, a cada passo faltosas no descaso por tão util serviço.

As questões relativas ao imposto de consumo continuavam accesas em seus debates. Assim tambem o caso da rotulagem em portuguez e a regulamentação da cobrança dos 25 por cento em ouro, nas alfandegas.

Quando o cambio attingisse a 10 1/2 as vantagens da alta seriam exclusivamente as do commercio importador.

Em relação ao commercio exportador dizia o retrospectista, deixara 1900 triste recordação.

O mercado de café abrira sob a influencia da especulação altista nos mercados estrangeiros e os ensaccadores tinham realizado compras por preços extremamente altos.

Mas em março a especulação retirara-se, seguindo-se a baixa, com prejuizos importantes aos possuidores de café nos portos nacionaes. Continuara o movimento no mercado de cambio no sentido da alta, que produzira melhoras de preços nos mercados estrangeiros, sem conseguir firmeza no Brasil. Em julho, quando no mercado de Nova York o n. 7 disponivel se contara aos extremos de 8 15/16 a 7 7/8 cents por libra, a cotação no Brasil fôra de 10$000 a 13$200 por arroba.

Dali, até o fim do anno, a tendencia do mercado era para a baixa; o movimento legitimo do mercado, porém, fôra transtornado pela especulação desenvolvida no mercado de café tornando os negocios quasi impossiveis e deixando novos prejuizos aos interessados.

A colheita corrente se atrazara, por causas naturaes ou artificiaes, pelo menos de um mez. E quando principiara a entrar o supprimento ainda com a colheita do Rio reconhecida como pequena, excedera a de qualquer anno anterior. Entraram no primeiro semestre da colheita de 1901-1902, no mercado do Rio, 1.641.000 saccas e em Santos, 5.412.000! As entradas abundantes no porto paulista tinham produzido a transferencia de importante parte da exportação, para os Estados Unidos, do mercado fluminense para o paulista.

Em suma o commercio de café passara um anno tão attribulado como não se registrara havia muito. Nem promettia melhoras o proximo. As colheitas de Rio e Santos achavam-se orçadas em cerca de 11.000.000 saccas, e 1901 abrira com um supprimento visivel mundial calculado em cerca de 7.000.000 de saccas!

O movimento nos mercados durante o ultimo semestre da colheita, e o primeiro do anno calendario, sempre reduzia o supprimento visivel, porém as cotações da Bolsa de Café

verdadeiro barometro do sentido especulador, já haviam prevenido que o curso dos preços no anno proximo seria abaixo do nivel do de 1900.

Synthetisando as impressões sobre o movimento de 1900 dizia o *Jornal do Commercio* que os acontecimentos commerciaes de 1900 traduziam sensiveis melhoras na posição do Thesouro Nacional, sem vantagem para o commercio em geral. Nem era de esperar que os pesados encargos que o Governo se vira e via obrigado a impor ao paiz tivessem proximo allivio. A importação parecia muito desanimada, devido á situação difficil da praça e a exportação, ameaçada pela extraordinaria producção de café no Estado de S. Paulo, já dava signaes de desalento perante a perspectiva do anno futuro. Convinha não olvidar, porém, que um anno de colheita pequena de café mostrava-se sempre de desgostos, fossem quaes fossem os preços correntes. Era a quantidade do genero que infundia animação ao movimento; e as praças no semestre anterior haviam atravessado um anno de pequena safra.

O futuro não se mostrava, portanto, muito risonho.

Era de esperar a alta das taxas cambiaes. E talvez acontecesse que a apreciação no valor ouro da moeda corrente pudesse produzir depreciação séria no valor papel da exportação nacional, provocando agitação na classe agricola do paiz, já productora de grande parte dos generos de consumo, e portanto independente dos mercados estrangeiros. A liquidação dos bancos, em moratoria, causaria talvez, tambem, novas attribulações, sendo necessario que o Governo reorganizasse o Banco da Republica com a brevidade possivel, e sobre bases capazes de inspirar confiança ao mercado. Em junho os pagamentos em diheiro dos compromissos nacionaes no estrangeiro recomeçavam augmentados pelos encargos do *funding loan*. Em suma o primeiro anno do seculo XX não promettia ser muito mais auspicioso, do que o ultimo do seculo XIX!

Abrira 1900 para o mercado cafeeiro sob a influencia da especulação no estrangeiro, especialmente nos Estados Unidos, onde o preço do typo 7 se elevara de 7 1/8 cent, em janeiro a 15/16 cents em fevereiro.

Os ensaccadores compravam com exaggerada confiança, accumulando existencias de cafés a preços altos, liquidadas depois com prejuizos serios. A principio, portanto, fôra 1900 desastroso; e no seu decorrer em pouco, ou quasi nada, melhorara a situação do commercio cafesista. Os extremos das cotações haviam sido de 9$400 por arroba para o typo 7 em de-

zembro, e de 16$100 em fevereiro, contra 9$000 e 14$600 em 1899 e 15$000 em 1898 a 10$000 e 16$400 em 1897!

Além dos prejuizos provenientes dos negocios legitimos do mercado notava-se com verdadeiro pesar a invasão de certa tendencia especuladora, a principio evidenciada por vendas a descoberto com prazos mais ou menos longos, e, mais tarde, por negocios francos entre a classe dos ensaccadores, transacções que haviam assumido proporções assustadoras, e liquidadas com resultados que não era possivel avaliar com approximada certeza.

A venda, a prazo, de cafés, aos exportadores, não era illegitima, pois transacções de egual caracter se registravam em todos os mercados do mundo sendo necessarios á marcha regular do commercio em geral. Em 1900 porém haviam sido desastrosas para o commercio brasileiro. E assim se explicava este fracasso. Os vendedores a descoberto contavam com entradas da colheita nova em julho e agosto, e estas só haviam apparecido nos portos de embarque em agosto e setembro.

Assim os contractos vencidos em julho firmaram os commissarios que, agindo tal qual como os bancos, no mercado de cambio, em egual circumstancia tinham elevado os preços sobre uma base que afugentara os ensaccadores, sem compromissos.

E o curso do cambio causara a retirada dos exportadores, sem cambiaes vendidas com antecedencia, deixando o mercado entregue aos vendedores a prazo e ás casas exportadoras, compradoras desse café.

A demora de um mez nas entradas da safra corrente permittira, além de tudo, que as primeiras estimativas da colheita proxima chegassem aos mercados estrangeiros na mesma occasião em que o supprimento, nos portos nacionaes, era mais franco, fornecendo opportunidade aos baixistas das Bolsas para fazer com que os preços declinassem.

De 9 7/8 cents em julho o typo 7, cahira a 6 3/4 cents. em dezembro; differença sem egual desde muitos annos.

O curso do mercado carioca tambem transferira grande parte da exportação para os Estados Unidos ao de Santos, onde as cotações regulavam abaixo das fluminenses, não obtante os mercados americanos preferirem os cafés do Rio — outro resultado da posição anormal do mercado brasileiro em sustentar idéas decorrentes de transacções forçadas.

Assim os resultados do anno de 1900 haviam trazido serio desgosto para todo o commercio cafesista.

As estimativas das safras é que cada vez mais se iam

approximando da realidade. Assim o Centro Commercial se orgulhava de seu acerto em relação ás nove safras de 1890-91 a 1898-1899.

O total das estimativas attingira 28.350.000 saccas e as entradas haviam sido de 27.923.361 donde uma divergencia de 426.639 saccas apenas ou menos de dois por cento dos computos. Verdade é que por vezes houvera, em alguns annos, como em 1891-1892, erros de calculo a mais de 20 % ou, em 1897-1898, a menos de quasi outro tanto.

Em 1900 calculava-se a futura colheita dependente da Guanabara em 3.750.000 saccas e a de Santos em 7.250.000, donde um total de 11.000.000.

Deante daquelle affluxo immenso de café cuja collocação se mostrava cada vez mais difficil, ante o avolumamento da producção brasileira, voltavam-se, o Governo e os particulares, para a questão do alargamento do consumo no mundo. Pedira o Governo Brasileiro reducção nos direitos de entrada á França e esta se mostrava assaz pouco disposta a concedel-a donde a ameaça de maior tributação das suas mercadorias nas alfandegas brasileiras, tendo a questão assumido caracter assaz acido em meiados de 1900.

A especulação nos mercados americanos mostrara-se desenfreada, mas para os meiados do anno acalmara até certo ponto.

Houvera, em maio, difficuldades nas liquidações de compromissos a prazo, e prejuizos de certa monta.

Em junho, o curso do mercado de cambio parecia ter transformado os planos dos especuladores no estrangeiro, mas no Brasil produzira baixa nos preços, e as entradas principiaram a augmentar.

No mez de agosto novas liquidações se realizaram com prejuizos sempre serios.

O anno de 1901 abrir-se-ia com perspectivas bem incertas. O supprimento provavel do mundo parecia exaggerado relativamente ás entregas do anno anterior, em toneladas.

	1900	1899
Europa	490.320	481.320
Estados Unidos . .	289.760	344.231
Total	780.080	825.551

E a intenção evidente, nos centros estrangeiros, de se res-

tringir o consumo o mais possivel, durante o primeiro semestre de 1901 constituia para o Brasil perspectiva a mais desanimadora. Facto era que os mercados consumidores continuavam a reduzir os stocks, deixando aos nacionaes a obrigação de conservar existencias importantes.

Por outro lado o supprimento dos portos nacionaes seria certamente resumido no primeiro semestre de 1901 e mau grado todos os esforços a especulação não podia fazer cessar o consumo. Sabia-se que quasi dois terços das colheitas brasileiras chegavam aos portos de embarque de julho a dezembro, deixando, um terço para o semestre seguinte. Se, portanto as existencias estrangeiras se mostrassem demasiadamente reduzidas nos mezes proximos futuros, certa reacção occorreria em abril ou maio. Mas o commercio brasileiro já se achava prevenido pelas cotações das Bolsas, que o nivel dos preços no estrangeiro durante 1901 devia estar abaixo do nivel de 1900 e o futuro do mercado cambial tambem parecia ameaçar o valor papel do café.

Os prognosticos para 1901 pareciam pois, bem pouco animadores.

Orçava-se, em dezembro de 1900, o supprimento visivel em 7.700.000 saccas quando em igual data de 1899 cifrava-se em 7.140.000!

Houvera durante o anno muito frequentes desencontros entre taxas cambiaes e preços de café.

Assim em janeiro dera-se alta apreciavel com cambio muito estabilisado.

A actuação de numerosos especuladores extranhos ao commercio cafesista havia causado notavel perturbação nos negocios legitimos do genero. Em todo o caso, por vezes, conseguira a especulação tirar o commercio do estado de calmaria podre em que jazia.

Mostravam-se os exportadores indecisos limitando-se a experimentar as idéas dos vendedores sem fazer offertas e esperando visivelmente que se declarasse a baixa das cotações, nas bolsas estrangeiras. A alta de principios do anno se attribuia a mera especulação bolsista.

Os grandes embarques de Santos e do Rio avolumando os stocks faziam prever a queda das cotações dentro em breve. Ficariam os preços no Brasil á mercê dos representantes dos torradores americanos, os unicos compradores no mercado. Estes se mostravam indifferentes, contando que o desanimo, visivel entre os ensacadores, viesse influir sobre as cotações. Reconheciam que estas eram, em ouro, superiores ás

que regulavam no estrangeiro, onde tambem o supprimento visivel diminuia muito mais vagarosamente do que as noticias anteriores davam a esperar, e a tendencia do mercado era sempre para a baixa. Parecia que no Brasil a unica solução era ou a baixa sensivel de preços ou movimento muito mais animado nos mercados consumidores, do que em geral se esperava. A tendencia do mercado de cambio mostrava-se tambem desfavoravel ao commercio de café. Não obstante todas estas influencias contrarias, dias houvera em que os ensaccadores pagaram os commissarios preços que sabiam ser muito mais altos do que os calculos dos exportadores. Certo pasmo causara este modo de agir.

Em suma o ultimo semestre da colheita de 1899 não fôra satisfafctorio aos ensaccadores que a alta de principios de 1900 induzira a pagar altos preços. Dahi lhes provieram consideraveis prejuizos.

De vez em quando a alta e a baixa das taxas cambiaes reflectiam sobre as cotações.

Outro factor desfavoravel fôra que em grande parte os negocios entre consumidores e ensaccadores se tinham effectuado para liquidar vendas aos exportadores, realizadas com antecedencia.

E como uma só casa exportadora predominava naquelle genero de transacções o resultado fôra que os ensacadores, sem compromissos, não haviam podido realizar negocios com os correspondentes no estrangeiro sobre a mesma base, que as trasacções a liquidar-se tinham permittido aos concorrentes offerecer.

A politica dos compradores americanos era a de compressão dos stocks. Em dezembro de 1900 verificava-se notavel desanimo nos mercados de café.

A explicação parecia provir da circumstancia de que o commercio convencera-se da inutilidade de sacrificar seus stocks como desejavam os exportadores. Estes não realizavam negocios no Rio de Janeiro por vontade, e sim obrigados pelo reduzido movimento em Santos para os Estados Unidos, indice positivo de que os mercados americanos se achavam sobrecarregados com cafés, de procedencia paulista, e tornando-se necessario certo supprimento fluminense.

A baixa nos preços, portanto, ainda que produzisse movimento não melhorara a posição, porque os cafés vendidos não podiam ser substituidos por outros mais em conta. E assim os ensaccadores tinham admittido que a melhor politica

seria sustentar os preços em vez de reduzir as existencias a zero.

Haviam sido estes os confrontos entre o cambio e o preço medio da arroba do typo 7.

Janeiro	14.860	7 9/16 d
Fevereiro	15.530	7 15/16 d
Março	13.950	8 7/16 d
Abril	13.740	8 5/16 d
Maio	12.660	8 11/16 d
Junho	12.520	9 11/16 d
Julho	11.570	12 1/16 d
Agosto	12.160	10 11/16 d
Setembro	11.750	10 1/16 d
Outubro	11.410	10 5/16 d
Novembro	10.750	10 7/16 d
Dezembro	10.340	9 9/16 d

Estes eram os preços extremos por arroba dos typos de Nova York.

Typos		
N.º 6	10$100 a 16$700	9$400 a 15$000
N.º 7	9$800 a 16$000	9$000 a 14$600
N.º 8	9$400 a 15$600	8$500 a 14$000
N.º 9	9$000 a 15$000	8$300 a 13$600

Como vemos, notava-se ainda certa correlação entre baixas cambiaes e altas de café, embora por vezes houvesse desaccordos inesperados. Assim se, com effeito, á cotação maxima a de fevereiro, correspondera 7 15/16 vira-se em dezembro, o preço da arroba chegar a 10.340 com 9 9/16 d quando em junho fôra de 12.520 com o mesmo cambio, por assim dizer.

CAPITULO XXXIII

Ainda a grande crise bancaria de 1900 — Explicações de Campos Salles — A mensagem deste presidente ao Congresso em 1901 — Resultados notaveis obtidos com o programma de saneamento das finanças — Opposição violenta ao Presidente e ao seu Ministro da Fazenda — Injustiças para com elles praticadas

Em sua mensagem de 3 de maio de 1901 ao Parlamento Nacional, affirmou e reaffirmou Campos Salles que o estado geral do paiz apresentava aspecto accentuadamente animador, quer pela elevação do nivel da taxa cambial, e os progressos reaes que já se assignalavam na ordem financeira, quer finalmente, pelas manifestações de confiança alcançada dentro e fóra do paiz, quando a suspensão dos pagamentos do Banco da Republica do Brasil, em setembro de 1900 viera trazer serios embaraços sobretudo ao commercio da Capital Federal, com repercussão felizmente attenuada, em algumas outras praças.

Explicou depois as medidas governamentaes para o regimen de reerguimento do Banco da Republica, medidas que haviam dado bons resultados.

Annunciava depois grata nova, externando previsões e animado pela perspectiva, já então lisongeira, que apresentava o quadro das finanças nacionaes. Antecipara-se em annunciar ao Parlamento que o Thesouro se encontraria devidamente preparado, por occasião do vencimento do prazo convencionado em Londres, a corresponder, de prompto, a todas as obrigações decorrentes do accordo, voltando ao regimen da indefectivel pontualidade nos pagamentos.

Embora bem fundadas, não deixavam de ser simples previsões, que, se haviam podido tranquillizar os espiritos menos apprehensivos ou menos abatidos pelo desanimo, não tinham tido comtudo a virtude de vencer por completo a incredulidade pertinaz daquelles a quem se affigurava que o Brasil perma-

neceria perpetuamente arrolado entre os paizes de *finanças avariadas*.

Pois bem, chegara-se ao termo do prazo prefixado e era com a mais viva satisfacção que a Presidencia trazia ao conhecimento do Congresso a auspiciosa noticia de que o Governo, graças ao sabio e prudente concurso do Parlamento, e ao patriotismo dos Brasileiros, não experimentaria a pungente necessidade de solicitar de novo as condescendencias do credor estrangeiro.

A Republica desempenhara-se correctamente dos graves compromissos, e sobravam-lhe motivos de justo contentamento por tão viva manifestação de vitalidade do seu organismo economico e vigor de sua energia moral.

O *Jornal do Commercio* entoou então grandes louvores á obra de Murtinho no tocante á restauração das finanças nacionaes.

Graças a elementos de prudencia e previdencia o orçamento equilibrara-se como demonstrava o Ministro da Fazenda e o Brasil figurava como um dos poucos paizes do mundo com orçamentos de saldo effectivo.

Nesta ordem de serviços publicos mais não se podia exigir de um governo, que, em trez annos, tanto conseguira.

Infelizmente um dos seus mais visados objectivos não fora tão completamente alcançado quanto elle desejara e como do interesse do paiz a saber quanto á valorisação do meio circulante pela elevação da taxa cambial pela qual se media. Era certo, porém que desde a data do *Funding-loan* a taxa cambial subira de cinco dinheiros por 1$ a 10 1/2 d.

O melhor factor de tal valorisação do papel-moeda fôra a sua retirada, e resgate, que no triennio ultimo attingira a cerca de 100.000:000$000 sendo provavel que no fim do exercicio se elevasse a maior quantia, pois ainda faltava o resgate de certa quantidade de papel-moeda, para final cumprimento da clausula do accordo de 15 de junho de 1898. A massa em gyro entretanto, ainda era consideravel attingindo a cerca de 700.000:00$000.

Mas outro e grave problema tambem affectava o Brasil.

Se se reorganizara o regimen financeiro soffria o paiz tremenda crise economica, influindo em toda a sua vida commercial e industrial e affectando a propria existencia social. A quéda simultanea dos preços de todos os productos de exportação era sem duvida das principaes causas dessa enorme depressão do trabalho e da riqueza publica, mas nella não accentuavam menos outras de ordem politica.

A impotencia do Governo Federal em intervir na producção, regularizar o trabalho nacional e promover o povoamento do sólo, facilitando o commercio interno pela abolição das tarifas interestadoaes constituia uma dellas.

As variações do commercio internacional podiam corrigir-se por si mesmas, sendo o consumo de objectos importados naturalmente limitado pelos meios de os pagar. Neste caso a importação e exportação se equilibravam; só podia o Brasil importar o que podia pagar, principalmente num momento em que as praças brasileiras não gosavam da franqueza do credito de outróra. A Europa mandava-lhe theorias e conselhos gratas, mais não remetteria um unico objecto manufacturado sem que recebesse café, borracha, fumo ou algodão de preço equivalente para pagal-o.

A crise economica era pois, a que tinha de enfrentar o Governo e o Ministro da Fazenda não a desconhecia. Não só a via como a denunciava. Era nesse meio acabrunhador, asphyxiante que o Brasil vivia. Os soffrimentos, as angustias provenientes de tal crise inspiravam muitos sentimentos, muitos juizos e opiniões, errados para os que reflectiam e conheciam melhor os negocios, mas que pareciam verdadeiros aos que se debatiam nas privações, para os que viam á ruina deante de si mau grado o trabalho realizado graças á intelligencia e aos esforços diuturnos. A penuria transviava a opinião e incontestavelmente sem o commercio e as industrias nenhum povo estava rico ou folgado.

Era esta situação economica que o Governo devia enfrentar sendo de esperar que em tal obra fosse tão feliz quanto com a restauração financeira realizada.

O mal estar commercial, reconhecia Murtinho, provinha da difficuldade de descontos com a qual se debatia o commercio.

Mas tudo isto era ainda consequencia do terrivel Ensilhamento.

Taes difficuldades provinham de duas fontes principaes: a diminuição notavel do credito e a ruina de muitos estabelecimentos bancarios, causas que tinham origens nas grandes emissões do papel-moeda.

A facilidade de obter dinheiro, creada por essas emissões levava o commercio ao uso excessivo e até mesmo ao abuso do credito de tal forma que a base das operações commerciaes deixava de ser o capital auxiliado pelo credito para se transformar em credito auxiliado por pequeno capital!

Este abuso gerara, como quasi sempre, difficuldades na

satisfacção dos compromissos commerciaes. E a impontualidade a principio e, mais tarde, a impossibilidade de pagamentos, desenvolvera em grande escala a desconfiança, abaladora profunda do credito commercial.

A isto se accrescentasse o facto de que muitas casas commerciaes, levadas pela ambição de lucros grandes e rapidos do jogo da Bolsa se tinham deixado envolver em especulações de cambio e titulos de companhias vendo-se arrastadas nos desmoronamentos que ninguem podia evitar.

Negava Murtinho que o mal estar financeiro se devesse á falta de descontos e á escassez do meio circulante. Este, valorisado, chegava, perfeitamente, para o gyro commercial.

Defendendo-se da accusação dos que o accusavam da ruina dos bancos de 1900 nova e severamente arguia o ministro que o grande estabelecimento proveniente da fusão dos Bancos do Brasil e dos Estados Unidos do Brasil, como todos os outros que se tinham envolvido nas especulações da Bolsa, *era antes um bazar do que um banco*. Nelle se encontrava de tudo, menos dinheiro para descontos!

Mais do que com operações commerciaes, fecundas e lucrativas, as suas Directorias precisavam occupar-se com a direcção das innumeras companhias e empresas cujos titulos lhe enchiam as carteiras e que, sem condições de existencia, arrastavam-se vivendo como parasitas dos proprios bancos.

Dahi esse estado de crise chronica em que sempre vivera o Banco da Republica, crise só adiada graças aos recursos fornecidos pelo Thesouro Nacional.

Durante oito annos vivera este a amparar tão precaria vida. Tudo porém tinha limites! não era possivel continuar com semelhante situação. Verdadeiro crime, mais que erro persistir em tal caminho! Era um sorvedouro de dinheiro publico, o Banco da Republica que, de 1890 a 1898, recebera 259.955 contos de réis, 180.456 de auxilios e titulos do emprestimo e 79.999 pelo resgate dos proprios bonus substituidos por notas do governo. De toda esta enorme quantia nem 20.000 contos haviam sido resgatados!

Continuar a supprir dinheiro a tão arruinada instituição equivalia a pretender encher o tonel das Danaidas. Entretanto, apezar de tudo, não deixara o Governo submergir tão desmantelada nau e, assim procedendo, agira com grande elevação moral.

"Expressivamente dizia o illustre ministro: se recusámos obedecer a mesma politica seguida até então, em relação

áquelle estabelecimento de credito, não tinhamos o direito de abandonar a sorte dos seus credores e dos seus accionistas."

Dois motivos, um de ordem moral, outro social haviam inspirado tal intervenção.

Debaixo do ponto de vista moral, não se podia esquecer que o proprio Governo fôra outróra o maior responsavel de todas as loucuras da Bolsa e de toda a perturbação economica e financeira ligada á desvalorisação da moeda.

Fôra elle quem autorisara as emissões bancarias geradoras de todos aquelles desvarios cujos prejuizos colossaes se haviam condensado na carteira do Banco da Republica.

Ainda mais: elle proprio accrescera ás emissões bancarias outras no valor de 83:000:000$000.

O estado geral do paiz apresentava aspecto accentuadamente animador, quer pela elevação da taxa cambial, quer pelos progressos reaes já assignalados na ordem financeira, quer finalmente, pelas manifestações da confiança alcançada dentro e fóra do paiz, quando a suspensão de pagamentos do Banco da Republica do Brasil, trouxera serios embaraços ao commercio fluminense com repercussão, felizmente attenuada, em algumas outras praças.

Dadas as relações que desde annos vinculavam aquelle instituto á administração publica, não extinctas ainda de todo as ligações de mutuo interesse, entendera o Governo não poder manter-se impassivel ante o grave acontecimento.

Fôra porém não cedendo ás exigencias de velhos preconceitos, legados por uma serie de abusos tradicionaes, que o Governo da Republica tivera de oppor, em presença da crise bancaria todas as energias da resistencia, afim de impedir que ella viesse a transformar-se em calamidade de mais vastas proporções, affectando o proprio Thesouro Federal.

Sob a influencia oppressiva de tão graves preoccupações, uma corrente encabeçada pela propria directoria do Banco advogava nova emissão em um minimo de 50.000 contos podendo ser progressivamente elevada, segundo a elasticidade das exigencias e a pressão dos interesses. Não hesitou o Governo todavia em manifestar desde o primeiro instante a inabalavel resolução de não augmentar sequer de uma nota a circulação fiduciaria.

Assim se limitara ás providencias obtidas do Congresso Nacional. Recolheu ao Banco da Republica, em conta corrente, até a somma de um milhão esterlinos e emittira apolices nominativas ou ao portador a juro annual de 3 % para serem dadas em pagamento aos credores. Abrira ao mesmo tempo uma

conta corrente até 25.000:000$000 e finalmente assumira a administração do Banco até o resgate definitivo das apolices com a liquidação do seu acervo: Contemporaneamente concedera os favores de ordem juridica aos outros bancos nacionaes.

Ao influxo benefico destas medidas affirmou Campos Salles estabelecera-se a calma nos espiritos podendo os bancos regular a nova situação, que, si não excluia a probabilidade evidente de prejuizos, todavia organizava os meios de se lhes reduzir as proporções. Assim graças á efficacia e promptidão das medidas adoptadas podia se prever que a crise bancaria chegara ao seu termino sem os graves desastres acarretados por outras suas precedentes.

Tendo o Banco, em sua nova phase, recomeçado as operações conseguira realizar em quatro mezes o resgate de 39.000 contos da emissão quanto legalmente tal resgate poderia ser de 23.000 em doze mezes facto auspicioso que autorisava a lisongeira previsão de que, em praso muito menor do que o calculo pelo legislador estaria finda a laboriosa liquidação e liberta o Thesouro de todas as responsabilidades contrahidas sem registrar as perdas que o pessimismo systematico se comprazia em annunciar em sombrios prognosticos.

Externando previsões e animado pela perspectiva já então lisongeira do quadro das finanças nacionaes, antecipara o Presidente na Mensagem anterior, a annunciar que o Thesouro se encontraria devidamente preparado, por occasião do vencimento do prazo convencionado em Londres, para de prompto corresponder a todas as obrigações decorrentes do accordo do funding loan voltando ao regimen de indefectivel pontualidade nos pagamentos.

Embora bem fundadas não deixavam de ser simples previsões. Haviam conseguido tranquillisar os espiritos menos apprehensivos ou menos desanimados sem ter comtudo a virtude de vencer por completo a incredulidade pertinaz daquelles a quem se afigurava que o Brasil permaneceria perpetuamente arrolado entre os paizes de *finanças avariadas*.

"Pois bem, concluiu o Presidente temos afinal chegado ao termo do prazo prefixado e é com a mais viva satisfacção que trago ao vosso conhecimento a grata noticia de que o governo, graças ao vosso sabio e prudente concurso e ao patriotismo dos brasileiros, não experimentará a pungente necessidade de solicitar de novo as condescendencias do credito estrangeiro.

O paiz está devidamente preparado para volta ao regimen normal do pagamento em moeda."

A firmeza da politica financeira de Campos Salles e Murtinho vinha trazendo beneficos resultados, e dos mais accentuados. Subiam notavelmente os impostos de consumo, dobrados de 1898 a 1900! (De menos de 15.000 contos a 36.253 em 1900) a renda ouro fechara em 1900 com um saldo de mais de oito mil contos; o deficit papel, 17.014 contos, saldara brilhantemente o saldo ouro.

O cambio reagia brilhantemente; de 7 em janeiro attingira 11 11/32 em agosto embora em dezembro baixasse a 9 7/8.

As cifras da balança commercial segundo Calogeras haviam sido em 1900 para o cambio medio de 9 1/2 d.

	Contos de réis
Importações	434.178
Exportações	946.909
donde um saldo de	512.730

A estes numeros se oppõe os do *Commercio Exterior do Brasil*:

	Contos de réis
Importações	548.939
Exportações	850.331
Saldo	301.400

Baixara o meio circulante de 788.364 contos em agosto de 1898 a 699.531 a 31 de dezembro de 1900; amortizara-se completamente o emprestimo de 1897 não havia lettras de Thesouro na praça, e os pagamentos contractuaes na Europa estavam pagos.

Eloquentemente commenta Calogeras a situação do penoso sacrificio que Campos Salles e Murtinho tiveram de assumir.

"A firmeza e energia as mais severas eram indispensaveis para levar a bom termo uma obra do vulto daquella que haviam emprehendido. Os resultados só podiam ser obtidos a custo de muitos soffrimentos individuaes, muitas repressões de abusos ou simples maus habitos, enraizados nos costumes administrativos ou commerciaes.

Durante todo o periodo presidencial de Campos Salles as hostilidades não se desvaneceram chegando a provocar verdadeiras arruaças.

A principio partiram do commercio, devido á extensão dos impostos de consumo e do systema draconiano da sua execução.

Reclamações se endereçavam ao Governo em termos aggressivos. Foram repellidas, estabeleceu-se uma luta pessoal, systematisada entre o presidente e as classes productoras, injusta e profundamente antipathicas aos olhos imparciaes, não imbuidos das paixões do momento pois o presidente e seu ministro estavam em via de prestar ao paiz o mais eminente dos serviços possiveis: o restabelecimento da ordem nas finanças e o restabelecimento do credito brasileiro."

Frisantemente commenta o autor illustre da *Politique monétaire du Brésil*:

Chegou a critica dos actos a tal extremo de paixão que as mais evidentes verdades e até os proprios calculos arithmeticos eram negados pelos opposicionistas. Contra o paiz em peso, pode-se dizel-o, contando com o apoio unico do partido politico que o amparava, por dever intellectual, embora hostil sob o ponto de vista dos methodos governamentaes da applicação das leis, conseguiu o presidente desenvolver o seu programma de que a execução leal do *funding loan*, era um dos capitulos e nem mesmo o mais importante.

Raramente houve nos fastos do Brasil, exemplo mais flagrante de uma minoria infima, esclarecida, energica, clarividente e insensivel á injustiça, encaminhando para o porto de salvação com patriotismo e consciencia, as massas populares profundamente hostis e cegas ante os serviços inestimaveis que lhes eram prestados."

Terminando as considerações emittidas em 1910 affirmava Calogeras que ainda não se fizera inteira justiça á benemerita actuação de Campos Salles mas que com o decorrer dos annos elle viria infallivel com a serenidade e a irradiação luminosa das verdades indiscutiveis.

De 1901 em deante pôde Campos Salles effectual as operações de *Rescision scheme* relativa aos arrendamentos das estradas de ferro federaes operação felicissima que trouxe ao patrimonio nacional um accrescimo de rede ferroviaria com a diminuição das responsabilidades do Thesouro, amortização rapida dos antigos compromissos.

A 31 de dezembro de 1901 o meio circulante se reduzira a 680.451 contos e o funccionamento do Banco da Republica se regularisara.

A balança commercial segundo Calogeras fôra neste anno sob o cambio medio de 11 3/8.

	Contos de réis
Importações	448.353
Exportações	860.826
Saldo	412.473

dados que já não collidem com os do *Commercio Exterior Brasil*.

	Contos de réis
Importações	448.353
Exportações	860.827
Saldo	412.374

O cambio é que reagia sempre brilhantemente com as taxas medias de 10 de janeiro de 1901; 12 1/2 em maio e 12/16 em dezembro.

Chegara ao paroxismo a hostilidade contra o impopularissimo governo com o *krach* do Banco da Republica.

Tudo servia de pretexto para as explosões de animosidade.

"A luta, foi terrivel, entre os interesses coligados a favor do Banco, a ameaça de um cataclisma na praça, a bôa vontade de attender a opedido e salvar o Banco, por um lado, e, pelo outro, a convicção firme, inabalavel, intransigente, de Joaquim Murtinho que via, e com plenissima razão, na porta de novo aberta para essaconcessão absolutamente illegal e pernicioso, o fracasso da sua obra financeira e o regresso ao regimen dos erros e abusos que iam dando com o credito publico por terra, commenta Ramalho Ortigão na obra a que já nos reportamos.

Resistiu, portanto, resistiu heroicamente e venceu. O Banco fechou as portas, dias depois, altos e respeitaveis interesses, é certo, soffreram horrivelmente as consequencias desse facto lamentavel.

Mas teria sido peor, sem duvida, se tivessem, nessa hora, sido esquecidos e sotopostos a esses, os mais altos interesses geraes do paiz e da collectividade.

A crise bancaria de setembro de 1900 foi ainda a repercussão dos excessos de especulação e dos abusos do credito, determinados annos antes, pela inflação do papel de curso forçado."

Depois de verberar os perigos de uma hyperinflação, de incremento arbitrario do meio circulante, recorda Abelardo

Cesar, quanto a deflação exagerada pode inflingir serios perigos á economia de uma Nação.

E a tal proposito diz:

"O grande Joaquim Murtinho, dirigiu uma politica de deflação. Talvez não devera retirar papel da circulação com tanta rapidez, quem sabe se o seu unico erro, não obstante a sua clareza de idéas sua capacidade de acção, o alcance de suas vistas. O seu celebre Relatorio de 1898, é sempre actual e sempre verdadeiro. Mas a melhor maneira de se promover a deflação, é estancando-se a fonte de emissão injustificavel, deixando-se que o tempo, o augmento de população, os refluxos do ouro, o desenvolvimento dos negocios, absorvam o que houver de excessivo até a uma situação de equilibrio. Ou se não, com um banco central, que se procure regularizar o meio circulante, recolhendo-se o excesso que houver, com a venda de valores mobiliarios. Refiro-me ao excesso injustificavel de numerario que se injectou na circulação. Por isso sou partidario do redesconto elastico, do banco central flexivel, que possa acompanhar, estimular ou reter os negocios, segundo as necessidades e em harmonia com o rythmo da conjunctura nacional.

O proprio Banco da Inglaterra, reorganisado pela Lei Penal, de 1844, com a rigidez da doutrina ricardiana, de *currency principle,* teve que diminuir a sua dureza para se amaciar no molejo da doutrina do *banking principle.*

A 20 de junho de 1901 expirou o prazo do *Funding loan* e retornou o Brasil ao serviço de pagamento dos juros de sua divida externa em meio dos applausos geraes do paiz e do estrangeiro.

Commentando o caso dizia o *Jornal do Commercio*:

"O total emittido do *Funding loan* foi de £ 8.613.717 esterlinas, que ao cambio combinado de 18 d. por mil réis representa, em papel moeda, a somma de 114.820:847$000, quando as quantias incineradas desde 31 de agosto de 1898 a 31 de dezembro de 1901 não excederam o total de .... 107.913:556$500, deixando cerca de 6.900:000$000 para destruir. O papel em circulação ás datas respectivas fôra:

Em 31 de Agosto de 1898	788.364:614$500
Em 31 de Dezembro de 1899	733.727:153$000
Em 31 de Dezembro de 1900	699.631:719$000
Em 31 de Dezembro de 1901	680.451:058$000

Nas discussões, tanto no Parlamento, como na imprensa, manifestara-se certa tendencia de confundir as remessas realizadas pelo Thesouro, com o referido *Funding loan* quando era preciso distinguil-as claramente. As remessas e egualmente os adeantamentos feitos ao Banco da Republica foram tirados da renda ordinaria do paiz, que a existencia do *Loan* simplesmente permittia serem destinados a fim, diverso do legitimo."

CAPITULO XXXIV

Projectos de destruição dos cafés baixos — Idéas de Vicente de Carvalho — Apresentação de argumentos em favor da eliminação dos typos baixos — Imposto prohibitivo sobre elles lançado — Iminencia de ruina da lavoura paulista ante uma colheita abortiva — Contraditores ao projecto Vicente de Carvalho — Manifesto de grandes productores de S. Paulo

Em fins de 1900 e principios de 1901 esboçou-se em São Paulo, uma corrente de opinião tendente a aconselhar como meio de se solucionar a crise, ou pelo menos de se a attenuar, a destruição e não a retenção dos cafés baixos.

Papel saliente coube então a Vicente de Carvalho, que numa serie de artigos muito lidos e discutidos, como que liderou o movimento. Tinha o articulista grande prestigio como antigo politico, secretario de Governo e homem de lettras. E aliás era ao mesmo tempo, lavrador de café.

Provocou a sua attitude verdadeira avalanche de contestações. Boa parte dellas trazida a publico por pessoas que não conheciam a materia, declarava o contestado, ironico e sobranceiro.

Suppunham muitos, sem duvida, que era sufficiente dispor de alguma imaginação, penna e papel, para discorrer proveitosamente a respeito de coisa tão complexa, em que os pormenores se entrelaçavam tanto, como a crise do café. Começavam alguns mesmo, confessando não entender do assumpto; e pregavam em seguida medidas, que lhes pareciam decisivas, e declaravam unicas de proveitosa adopção.

Como era de prever, isto não concorrera para esclarecer coisa alguma, e pelo contrario, só para perturbar o debate em geral, pois uma discussão só é util quando os que discutem, sabem bem o que querem, e mutuamente se ouvem e entendem. Fora disto, apenas havia barulho, commentava maliciosamente.

Advogando a idéa da queima dos cafés baixos, tal qual fizera *Mercator* em 1898, mas com muito maior copia de argumentos, dizia Vicente de Carvalho, bem saber que em principio era absurdo economico produzir para destruir. Mas não se podia negar, que, tambem em principio, era absurdo economico produzir com esforço, para dahi não advir lucro algum.

Comtudo, esta anormalidade se estava dando. O café produzido com enorme esforço, vendia-se como estava sendo, por preço que mal cobria as despesas do custo. E estava lavoura ameaçada de o vender com indiscutivel prejuizo. Mesmo os que mais se apegavam aos principios não podiam fugir á evidencia dos factos.

Tratava-se de situação inteiramente anormal, escapando a todas as regras ordinarias, e exigindo o emprego de meios tambem extraordinarios.

Tentar negar que a crise era de superproducção, vinha a ser realmente pueril. A producção offerecia dois e meio milhões de saccas a mais do que as necessidades do consumo.

O grande factor da baixa, era o proprio Brasil, productor, em excesso, do grão da rubiacea.

E, facto digno de toda a attenção, tal excesso não consistia propriamente em café, e sim nas impurezas com que se exportavam os cafés brasileiros, e que como café, eram torradas e offerecidas ao consumo mundial. Aquillo que, em linguagem commercial, se chamava *cafés baixos*, era o que fazia, por si só a superproducção.

Podia-se, realmente, avaliar em 20 % da producção brasileira esse terrivel e desmoralisador concorrente do café brasileiro, correspondente, approximadamente, a dois e meio milhões de saccas!

A eliminação, deste grande factor de depreciação, não só faria desapparecer immediatamente a super-producção, mas alliviaria, mesmo dentro em pouco tempo, os stocks provenientes do excesso accumulado nos ultimos annos. Supprimida a causa da desvalorisação era evidente que os preços do café procurariam o nivel normal, anterior ao phenomeno da superproducção.

E ninguem esquecesse que o nivel normal dos preços, em ouro, do café fôra, muito superior ás cotações então correntes, e que nunca descera antes da super-producção, datando de cinco annos, nem mesmo no momento das mais bruscas baixas.

Mesmo que a eliminação, durante dois ou trez annos de 20 % das safras, a saber a suppressão annual de dois ou dois e meio milhões de saccas de cafés baixos, só tivesse como re-

sultado uma alta de 20 % nos preços tal eliminação seria ainda assim de extrema conveniencia.

Compensada a quantidade sacrificada, pela melhora correspondente do preço, nenhum prejuizo soffreria o productor; e conseguiria o Brasil, assim, sem sacrificio a rehabilitação do seu café, pela exportação unicamente de entregas depuradas e superiores. Habituar-se-iam pois os consumidores a beber realmente café. Nem se podia imaginar mais efficaz elemento de propaganda.

A influencia nefasta dos cafés baixos, não se fazia apenas sentir na superprodução. Esses typos impuros, verdadeira falsificação do café, convertiam-se em formidavel concorrente do verdadeiro café. A observação dos mercados nos ultimos annos, mostrava que elles tendiam a nivelar-se ás qualidades superiores, não subindo até estas, mas desmoralisando-as. De anno para anno, as differenças entre os cafés superiores e os typos infimos se tornavam menores. A baixa atacava de preferencia, com maior intensidade, os bellos typos de mokas e finos.

Nada mais exacto do que estes conselhos, nascidos da observação arguta:

Taes processos tendiam a fazer peorar, cada vez mais, o producto brasileiro. A pequena preferencia de preços obtida no momento pelos cafés sem defeito, já compensava mal o esforço empregado pelo lavrador para conseguir esses cafés, e o que elles perdiam em quantidade e peso. Tal preferencia, tendia a diminuir cada vez mais. Caminhava a lavoura nacional, assim, para este desastre; ser de bom conselho não empregar trabalho e despesas para obter cafés sem defeito; antes pelo contrario, poupar o esforço e aproveitar os defeitos que faziam avultar a quantidade. Nesse declive a lavoura se lançaria, descuidosamente, no que se podia chamar, verdadeira falsificação do seu producto.

Se á suppressão dos cafés baixos, acompanhasse uma alta correspondente de preços, vinte por cento que fosse, já os resultados seriam os mais auspiciosos.

Ante a colossal safra de 1901-1902, em perspectiva, ninguem saberia dizer a que extremo de baixa chegariam as cotações.

Com a alta do cambio e a cotação de 31 francos, por 50 kilos, como em 1899, onde iria parar a lavoura?

Não havia necessidade de exaggerar os desastres que essa baixa possivel acarretaria. Seria a desorganisação da lavoura

e do commercio provocando verdadeira perturbação social cuja extensão não era dado prever.

A eliminação dos cafés baixos, seria além de tudo o meio de se contemporisar á espera dos progressos do consumo, lentos mas seguros.

Ao envez disto, a retenção corresponderia a estabelecer-se perenne ameaça do despejo de vrdadeira enxurrada de café, sobre os mercados, impedindo a alta.

O café, producto de zonas especiaes, não podia ser genero barato. A queda dos preços era apenas o reflexo naturalissimo de enorme superproducção. Nem o consumo estava aproveitando com o sacrificio imposto ao producto, nem esse sacrificio era o exigido pelo alargamento do consumo. Augmentara elle sempre numa proporção normal resistindo mesmo aos preços de mais de cem francos a que o genero se mantivera em alguns annos.

Actualmente, o genero desvalorisado, para o productor continuava a ser genero caro para o consumidor! E isto se explicava era o café tão onerado, desde que sahia das mãos do productor, que a alta ou a baixa de 50 %, por exemplo, nos mercados de origem, representava, de facto, porcentagem minima nos preços de consumo.

Verdade era que a baixa actual de forma alguma determinava a resistencia do consumo, e sim — exclusivamente — a má posição em que a superabundancia, do genero collocava os productores. O mundo não exigia beber café barato. O Brasil é que se matava para fornecer-lh'o a preços impossiveis de sustentar.

Só havia recurso; a restricção das massas offerecidas ao consumo. E esta se faria em virtude da creação, por parte dos estados cafeeiros, de um imposto de 20 % pago em especie sobre todo o café, exportado e a eliminação positiva do resultado desse imposto, pago pelo exportador, no acto de despachar o genero, perante a repartição fiscal competente. Seria o exportador obrigado a exhibir certificado de que entregara ao deposito publico, para este fim instituido, a quantidade de café, correspondente a 20 % do que ia embarcar.

A eliminação dos cafés baixos se faria assim por simples selecção natural, porque nessa especie de menor valor procuraria o exportador encontrar com que pagar o imposto. Taes cafés seriam, pois procurados e comprados para esse effeito como actualmente estavam sendo para se exportarem.

A eliminação de 20 % da safra não seria destruição de

café, e sim apenas de qualidade baixas, de escorias, de concorrentes do café.

Expressiva e pittorescamente observava o illustre auctor do novo plano:

"Ninguem ignora que as cotações do café, são feitas por antecipação. A noticia das nossas floradas influe immediatamente em todos os mercados. A certeza da eliminação annual durante dois ou trez annos, de parte de nossas safras, equivaleria a noticia, não já de uma florada pequena, mas de uma grande geada."

A drastica medida teria de ser naturalmente transitoria mas de effeitos beneficos. Era uma solução de emergencia de altas consequencias. Aliviaria immenso os lavradores, rehabilitando o café brasileiro. Os consumidores se habituariam durante dois ou trez annos a beber verdadeiramente café brasileiro; durante dois ou trez annos, desappareceriam do mercado as escorias, usurpadoras deste nome. E a certeza de que, ao fim deste tempo, os chamados cafés baixos não mais seriam procurados, para a eliminação e já não encontrariam facil mercado de consumo, levaria os productores nacionaes a aperfeiçoar os seus productos.

Podia a providencia encarecida pelo illustre proponente ser tomada por trez annos. A porcentagem a eliminar-se é que poderia variar. Para a safra de 1901-1902, não deveria comtudo ser inferior a 20 por cento.

Estava a lavoura na iminencia de ver o seu café vendido a 4$500 por arroba!

A medida advogada não excluia qualquer outra de feição a auxiliar a lavoura. Não perturbaria nenhum dos serviços que o café exigia no paiz. Permittia a modificação do commercio e o abaixamento das tarifas de estradas de ferro. Não prejudicaria a organisação da propaganda, antes vinha em seu auxilio, pela sua rehabilitação como qualidade. Não impediria o alargamento do credito agricola, mas pelo contrario, favorecia-o pela valorisação do producto, como fonte de renda para o productor.

Devia-se accrescentar que a unica forma possivel de tornar forçada e proporcional a contribuição de cada lavrador, era fazer-se a perfeita selecção dos cafés baixos, por meio do imposto de exportação nos portos de embarque. Qualquer modificação nessa forma tornaria a medida impraticavel.

E que repercussão teria no Universo a adopção da queima do café? A melhor affirmava o illustre debatedor:

1.º — supprimindo as escorias que, como café, vendera o Brasil, até então, e que como café brasileiro foram torradas e fornecidas ao consumo, praticava-se um acto de moralidade commercial.

2.º — Eliminando a parte excessiva e perniciosa das safras, exercia o Brasil apenas, energicamente, um direito. Não tinha obrigação alguma de arruinar-se para que o mundo comprasse café por preços inferiores ao custo da producção.

As oscillações dos preços do café, obedeceriam sempre á comesinha lei economica da offerta e procura. Era a especulação bastante inteligente para tentar fugir á acção dessa lei; e impotente para conseguir della libertar-se.

O erro das tentativas brasileiras todas falhas, fora sempre tentar, por méro palpite, a resistencia aos mercados estrangeiros, quando estes faziam a baixa em perfeito accordo com as circumstancias. Os annos em que se tinham dado aquellas infelizes tentativas, haviam sido exactamente annos de colheitas enormes.

Desprezando este factor apresentado pelos adversarios, haviam os brasileiros, sido sempre vencidos.

Não existia, fundamento possivel capaz de admittir a possibilidade do consumo acompanhar a producção brasileira, no formidavel salto que dera.

A especulação iria agora jogar com os elementos de triumpho decorrentes da safra immensa de 1901-1902, para levar as cotações a um nivel baixissimo.

Quem lhe ia fornecer recursos para a victoria era o proprio Brasil, offerecendo doze milhões de saccas ao consumo!

Assim a resistencia só poderia effectuar-se pela suppressão da parte desta mole do café.

A simples retenção não era possivel, nem efficaz. Redundaria em erro, porque a superproducção não vinha a ser anomalia de momento, sanavel em pouco tempo; promettia pelo contrario, prolongar-se por dois ou trez anons.

Sob qualquer das duas formas lembrada a retenção apresentaria duplo caracter de tentativa theorica e errada. A creação de grande syndicato, com recursos capazes de fazer o monopolio do café, e regular as entregas aos mercados, esbarrava logo nesta difficuldade; não tinha o paiz dinheiro nem credito. Onde e como arranjar as centenas de mil contos, necessarios para pagar bem e guardar milhões e milhões de saccas accumuladas de anno para anno?

Se fosse possivel conseguir fundos, para tão extraordinaria operação, ainda falharia esta como haviam falhado os velhos e pequenos syndicatos brasileiros, lamentavelmente. Isto sem falar nas despesas immensas para o alojamento de milhões e milhões de saccas! Era indispensavel, comprehender que o café existente, estivesse onde estivesse, em Santos, ou nas tulhas das fazendas, nas docas do Havre e de Hamburgo, ou simplesmente na arvore, pesava sobre os mercados. O desapparecimento dos cafés baixos, no mercado, sem que se tivesse dado destino conhecido a taes cafés, indicaria aos mercados que esses 2 1/2 milhões de saccas tinham ficado retidos á espera de occasião para se despenharem na circulação. Tal ensejo seria visivelmente aquelle em que os mercados se cahissem nesse laço, tivessem acabado de comprar os cafés bons a preços altos.

"Não attribuamos gratuitamente aos mercados essa ingenuidade; e não sejamos nos do nosso lado ingenuos", aconselhava o mesmo realista, ironicamente. A retenção dos cafés baixos, seria ameaça permanente aos mercados e não provocaria a alta dos preços.

E além disto, a retenção dessa parte das safras, guardadas, para serem vendidas, em occasião opportuna, não rehabilitaria o café brasileiro. No dia em que tal massa entrasse na circulação, o café brasileiro voltaria a ser, mais do que nunca a escoria dos cafés do mundo.

E o imposto prohibitivo da exportação dos cafés baixos não impediria que esses cafés continuassem a explorar deploravelmente o mercado nacional de consumo.

A destruição dos cafés não era aliás innovação, invocava Vicente de Carvalho, a quem uma nuvem de contraditores interpelava e contraditava.

Diziam alguns que a destruição importaria em beneficio dos retentores de stocks. Venderiam os seus milhões de saccas por preços altissimos. Ironicamente repontava o interpelado que nada seria melhor. Haveria mesmo quem viesse ao Brasil abastecer-se de café barato, muito mais barato do que o dos stockistas.

Não faltaria, no mundo, quem corresse a comprar o café brasileiro para revendel-o com lucro.

Não era só o commercio do café que dispunha de dinheiro para o empregar em bons negocios.

Argumentavam outros que o imposto da destruição pesaria exclusivamente sobre a lavoura. Mas que importava, retrucava V. de Carvalho, se a perda dos vinte por cento de

cafés ordinarios valorisaria os oitenta por cento restantes, permittindo um accrescimo notavel da receita das fazendas.

Dizia o memorialista que a confusão dos espiritos levava muita gente a allegar que o imposto em especie recahiria sobre a lavoura. Mas se era para salvar oitenta por cento das safras, que os fazendeiros teriam de dar 20!

Ninguem deixasse de se capacitar que, em 1902, o café cahiria a 3 mil réis, por dez kilos, ao passo que a lavoura brasileira ganharia cem mil contos de réis com a eliminação dos stocks.

Enganava-se o brilhante argumentador no seu pessimismo; o futuro não lhe daria razão pois o café jamais cahiria á cotação por elle prophetisada.

Continuando a sua polemica ardente, via-se Vicente de Carvalho de tal modo interpelado, e a cada passo, e isto o levava a declarar que não responderia a *tiroteios parciaes*.

Aos objectadores serios, homens de responsabilidade negava que a alta do preço fizesse diminuir o consumo. E invocava excellente argumento.

O augmento do consumo universal resistira mesmo aos preços de mais de 100 francos em que o café se mantivera por annos.

E argumentando com o caso brasileiro vigente lembrava que com o café a 400 réis por kilo, no mercado de Santos, vendia-se tambem o kilo de café torrado a 1$200. A boa mathematica, provaria que: com o café em grão a 600 réis o kilo de café torrado, custaria 1$800 a 800 réis attingiria 2$400. Se o café em grão fosse a 12$000 por dez kilos o consumidor teria de pagar 3$600 por kilo de café torrado. O mesmo na ordem inversa.

Ninguem comtudo acreditaria nessa mathematica dos principios porque por completo a destruia o que se conhecia na pratica. Ensinava esta que na terra do café, onde o consumidor estava tão proximo do productor e a elle tão ligado os preços haviam oscillado no ultimo anno e meio, para o productor entre 400 réis e 1$000 por kilo; e para o consumidor em coisa alguma!

A chicara paga a 100 réis com o preço de 15$000 por dez kilos, nos mercados, pagava-se aos mesmos cem réis com o preço de 4$000 por dez kilos. Nada mais frisante e eloquente.

O phantasma do retrahimento do consumo universal por subir o café a 6$000 ou 8$000 no mercado de Santos — não era digno de assustar até aos mais medrosos.

O consumo não tomara parte alguma em tal phenomeno

economico. A fabulosa riqueza perdida não a aproveitava o consumo.

E que o fosse. Se o alargamento do consumo só se tornasse possivel com o café a 3$000, não haveria razão alguma para se desejar tal alargamento. Se o mundo só quizesse ou só pudesse beber café a 3$000 por dez kilos o remedio não seria destruir 20 % da safra brasileira, mas destruil-a toda e abandonar os cafesaes. Não valeria a pena estar o Brasil a matar-se nem mesmo perder o tempo em discutir para com isto alcançar unicamente que o mundo bebesse o café por menos do custo da producção.

Os timoratos que se tranquillisassem, provinha-lhes o panico de abstrações theoricas e insubsistentes.

Proseguindo em sua clamorosa campanha pedia Vicente de Carvalho aos que ao caso do café só prendia um interesse muito vago que não perturbassem o debate.

Multiplicavam-se os escriptores de occasião que fariam immenso bem mantendo-se quietos em vez de trazer a publico conhecimentos muito duvidosos da questão cafeeira.

A lavoura, affirmava, em geral applaudia a idéa da eliminação das escorias, trazendo-se amplo debate para o caso. Mas que o fizessem entendidos como entre outros Adolpho Botelho de Abreu Sampaio, Augusto Carlos da Silva Telles, Francisco Ferreira Ramos, A. Penteado. Passou a explicar o mecanismo da crise com notavel clareza.

Ninguem ignorava que, no seu principio, em 1896, cahira o café a 12$000 por dez kilos.

Fôra uma perturbação, mas ninguem se alarmara esperando que a baixa se mostrasse passageira. No anno seguinte, o preço viera a 10$000 e depois a 8$000 a 6$000, a 4$000... Deante de tal desmoronamento, que fizera a lavoura? E os poderes publicos?

Era preciso a elle resignar-se visando fatal melhora pela recuperação dos preços.

Tal sacrificio para que seria feito? afim de se conseguir a eliminação de 2 1/2 milhões de saccas de cafés baixos, isto é para se obter completa mudança da situação commercial do café no mundo; acabar com as escorias que usurpavam e desmoralisavam no estrangeiro o nome do café brasileiro, e no proprio Brasil, no mercado nacional de consumo, que era importante, de mais talvez de 1/2 milhão de saccas por anno. Faziam a mais desbragada concorrencia ao verdadeiro café, pois era sabido que só o Rio de Janeiro recebia quantidades colossaes de escolha, para o consumo local e dos Estados; era

tal escolha paga pelo consumidor nacional a preços muito mais altos do que os alcançavam nos mercados de exportação o melhor moka.

Seis contos de réis, para um lavrador de dez mil arrobas, equivaleria a uma baixa de 400 réis por dez kilos no mercado de Santos. E a lavoura não estava infelizmente acostumada, havia cinco annos a affrontar depressões bem mais consideraveis? Não valeria a pena a um lavrador de dez mil arrobas, desistir desses seis contos de réis, que uma pequena baixa de 400 réis no mercado de Santos lhes tiraria, para tentar uma resistencia seria?

Este pretendido sacrificio se faria para obter um resultado de quinze, vinte ou trinta contos. Não seria sacrificio; e sim emprego intelligente de capital. Semear não era sacrificar a semente.

Objectariam alguns que o resultado não seria immediato, poderia fazer-se esperar por um, trez, seis mezes...

Que se admittisse este argumento de timidos.

Para os que sabiam o que era derrubar, plantar café, crial-o e tratal-o, em cinco annos de dispendio de esforços, energia, despesas, para, só ao fim deste tempo, colher o fructo, não podia prevalecer o argumento de que tal esforço levaria um, trez, seis mezes a produzir resultados.

Acreditavam que a eliminação de 2 1/2 milhões de saccas de café, nuum anno, a de 5 a 6 milhões em trez annos — não fizesse subir os preços? mas então a que cotações faria descer o café essa massa enorme, si, em lugar de ser destruida, entrasse nos mercados?

A situação global da lavoura levaria a um simile que qualquer fazendeiro acceitaria logo.

Qual seria este lavrador que tendo oitenta mil pés, de boas lavouras e 20.000 de pessimo cafesal, sem colheita apreciavel e custeio carissimo continuaria a custear a fazenda?

Mandavam os lavradores do Brasil aos mercados o total das suas safras, vendidas a 12$000, 10$000, 8$000, a 6$000, a 4$000... E com isso haviam feito subir nos mercados de todo o mundo, a sete milhões de saccas os stocks de café! Com tal systema tinham conseguido peorar de anno para anno a sua situação!

Era claro que tal rumo seguido sem discrepancia, estava errado. E evidente que não deviam continuar a ter por norma de conducta remetter o seu café aos mercados sem se importar com o destino que o café ia ter, e qual seria o preço pelo qual seria vendido.

Se continuassem a proceder assim, continuaria a acontecer o que acontecera. Os preços continuariam a baixar e os stocks a crescer. Isto não era theoria; e sim facto ensinado pela triste experiencia dos ultimos cinco annos.

Experiencia a mostrar sem illusão possivel, que alguma coisa se devia tentar para sahir do mau caminho seguido até então.

De quem poderia esperar o Brasil a alta dos preços, a valorisação do café, se não a promovesse? E a ser necessario para essa alta algum esforço algum sacrificio, quem empregaria tal esforço, quem faria tal sacrificio, se não elle proprio? E se o sacrificio tinha de ser feito pela lavoura, de que modo o haveria de fazer, senão em café, desde que, sem dinheiro e sem credito, só de café dispunha?

A situação parecia bem clara ao memorialista. A aproveitar, como até então se fizera a totalidade das safras, continuaria sobre os mercados a acção nos cinco annos ultimos exercidos. A de se forçar ou favorecer a baixa dos preços. Punha-se á disposição dos compradores quantidade enorme de café e os compradores de tal se serviriam para comprar barato.

Que parte se pediria a cada lavrador para o vencimento da crise?

Argumentou Vicente de Carvalho, com um caso positivo, estudando a posição de um fazendeiro que enviasse dez mil arrobas a Santos.

Com o café a 4$000 de base, podia-se tomar 3$000 como media do preço alcançado em Santos, pelos cafés baixos. Isto é, o café baixo sobrecarregado com as despesas de frete, carreto e commissão, rendia 4$500 por arroba, resultado bruto.

Das dez mil arrobas, duas mil seriam das qualidades mais baixas valendo pois nove contos de réis. Já quanto ao imposto de exportação onze por cento, elle deixaria de pagar Rs. 1:320$000; em saccaria, 850$000, em fretes ferroviarios Rs. 700$000, total 2:870$000. Assim o seu prejuizo, pela não vendagem, equivaleria a 6:130$000.

Que lucro teria o fazendeiro?

Respondesse o bom senso commum de cada qual.

Os capitaes estrangeiros não tinham interesse em fazer subir o preço do café brasileiro, porque podiam, a cada canto, comprar barato; nem o Estado dispunha de recursos — independentes dos da propria lavoura — para compensar uma simples baixa de 1$000 em dez kilos no mercado de Santos, que importaria em quarenta e oito mil contos em oito milhões de saccas, nem e muito menos, as estradas de ferro podiam redu-

zir os fretes de modo a compensar simples baixa de 20 réis em dez kilos naquelle mercado, ou nove mil e seiscentos contos em oito milhões de saccas.

O que todos podiam era collaborar ccm a lavoura na sua salvação; o Estado, diminuindo o imposto e reduzindo as despesas proprias, ou applicando em beneficio mais directo do café parte do que recebia da lavoura; as estradas de ferro baixando tarifas ao razoavel e compativel com a situação.

A lavoura brasileira, procedera como se nella se encarnasse o espirito de um fazendeiro relaxado. Os mercados de café haviam sido o bem mais valioso do patrimonio nacional e ella os havia estragado.

Abarrotara-os, dando-lhe os meios de obter facilmente, por qualquer preço, todo o café de que precisavam e até mais do que isto. Todas as vezes que o Brasil não abusara dos mercados, elles lhe haviam fornecido quantias enormes pelo seu café. As safras, em annos de falha, foram sempre vendidas por alto preço, dando sempre renda opulenta.

Despejasse o Brasil menos café sobre os mercados, elles lhe pagariam melhor.

Isto delle dependia, só delle. Ninguem mais, senão a lavoura podia empregar o esforço enorme, necessario para valorisar actualmente o grão. E sem a valorisação do café, não seria possivel vencer angustiosa situação, nem mesmo a melhorar de modo sensivel.

O momento era o mais grave exigindo medidas urgentissimas como a applicação de lei que aliás seria a mais simples.

A entrada em scena de um mecanismo singelo que funcionava sem a menor difficuldade, eliminando-se os 2 1/2 milhões de saccos que estavam asphyxiando o paiz, por fazer a superproducção do genero; impediria que esses 2 ½ milhões de saccas, cisco de colheitas, continuassem a desmoralisar o café brasileiro. Uma das intenções da lei, a que poderia ser sophismada, por qualquer outra forma, a selecção dos cafés baixos, se faria com a maxima perfeição. Esta exigencia legal, estaria de inteiro accordo com o proprio interesse dos que tinham de a satisfazer.

Como se operar'a a destruição das escorias?

Dava Vicente de Carvalho immediata solução ao caso.

A suppressão dos cafés baixos, podia ser feita em Santos immediatamente, em grande forno montado pelo governo para a incineração do lixo da cidade. Tal forno não funccionava porque a sua capacidade fôra considerada insufficiente, á vista da abundancia de materias de dificil combustão, que entrava

no lixo urbano. Mas a sua capacidade era bastante para a queima diaria de grandes quantidades de café ordinario, de combustibilidade conhecida.

O valor commercial da cinza daria para cobrir as despesas de deposito, fiscalisação e incineração.

Pareceria a alguns mais simples lançar ao mar os cafés condemnados; mas algumas considerações destruiam esta illusão.

Para atirar ao mar cerca de 2 1/2 milhões de saccas, durante o anno, seria preciso pagar ás Docas de Santos 300 réis por sacca, ou uma somma de perto de 500:000$000 por safra; seria preciso carregar e descarregar vapores; e com estes fazer grande despesa, graças ao transporte para fora da Barra. Todos estes gastos, seriam perdidos, e sem compensação alguma, quando o valor commercial da cinza, pela incineração, compensaria os gastos feitos.

Com relação aos cafés exportados, por outros portos nacionaes, a applicação da medida seria egualmente simples, sujeita apenas a modificação no processo da destruição, publica dos cafés condemnados. Em ultimo caso, tinham á sua disposição o Oceano, dispondo de livre accesso a este.

A esta solução, proposta, contrapuzeram-se numerosas objecções dos eternos contraditores.

Queriam uns que se queimasse o café nas proprias fazendas, que se remetessem as escolhas a diversos estados brasileiros, onde o consumo fosse baixo etc. Aventavam outros a necessidade imprescindivel da reforma da legislação commercial e civil brasileira.

Queriam ainda outros que se enviasse essa enorme massa de escolhas a paizes como a Russia, para fins de propaganda pela distribuição gratuita. Mas seria isto pôr ao alcance de bons mercados, como os da França e da Suecia, cafés pessimos estragando praças, boas compradoras.

Calou fundo no espirito publico, a propaganda de Vicente de Carvalho, que redigiu uma petição no Congresso do Estado de S. Paulo, immediatamente coberta de centenas de assignaturas de muitos dos mais consideraveis e prestigiosos lavradores paulistas.

Esta mensagem, datada de onze de maio de 1901, assim se redigia:

Os abaixo assignados, lavradores e interessados na situação do café, vem pedir-vos que, como medida capaz de attender á crise actual desse genero, promovaes, entre os Estados brasileiros productores de café, a adopção temporaria de um

imposto proporcional á exportação, cobrado em especie, sendo eliminado o resultado desse imposto. Essa medida, tem como objectivo, valorisar o café pela diminuição dos nossos fornecimentos aos mercados.

Confiados no patriotismo e no espirito esclarecido do Congresso, os abaixo-assignados, esperam, que será attendido o pedido que fazem na qualidade de directo interessados no assumpto."

O primeiro a assignar era o conselheiro Antonio Prado, a quem acompanhavam muitos dos maiores e mais prestigiosos cafesistas do Estado de S. Paulo, como D. Veridiana Prado e Filhos, Barão de Tatuhy, Conde de Prates, Dr. Luiz P. Barreto, Baroneza de Anhumas, Antonio Alvares Penteado, Baroneza de Japy, Joaquim da Cunha Bueno, Condessa Monteiro de Barros, D. Francisca Silveira do Val, Dr. Elias Chaves, Carlos Monteiro de Barros, Christiano Osorio de Oliveira, Raphael de Souza Campos, João da Rocha Conceição, João P. Machado Portella, Barão de Itahim, Antonio Paes de Barros, Joaquim da Cunha Junqueira, Arthur Diederichsen, etc.

Não se realizaria comtudo naquella época o plano de Vicente de Carvalho.

Só muitos annos mais tarde se cogitaria das medidas por elle e por Mercator propostas passada a formidavel convulsão da Grande Guerra que viria por completo transformar o facies da economia politica e trazer innovações extraordinarias ao conjuncto das transacções internacionaes.

CAPITULO XXXV

Novos estudos de Franco de Lacerda — O avolumamento das porcentagens de producção paulista — Conceitos optimistas — A luta contra os succedaneos — Affirmação de que a crise não era nem de producção nem de consumo e sim de desorganisação commercial — Inconveniencia da grande lavoura

Em 1901 publicou Joaquim Franco de Lacerda os seus *Estudos sobre a crise do preço do café*. Repetiu muita coisa do que já em 1897 dissera mas não ousou sustentar, com o vigor de outróra, os prognosticos optimistas daquella época.

Quadro interessante foi o que publicou sobre o accrescimo da producção paulista por decennios em relação á producção mundial.

1850-1860	1.400.000	para	50.000.000
1860-1870	3.400.000	para	60.000.000
1870-1880	6.700.000	para	75.000.000
1880-1890	18.000.000	para	100.000.000
1890-1900	48.000.000	para	128.000.000

Assim as porcentagens relativas a S. Paulo vinha a ser

De 1850-1860	2.80 %
De 1860-1870	5.66 %
De 1870-1880	8.93 %
De 1880-1890	18.00 %
De 1890-1900	37.50 %

Em meio seculo a porcentagem paulista se tornara quasi treze e meia vezes maior.

Emquanto isto, notava-se a diminuição da producção de outras procedencias, sobretudo a de origem asiatica.

A dos Estados do Rio de Janeiro, Minas, Espirito Santo,

Bahia e a da America Central e Antilhas conservara-se estacionaria.

O grande desenvolvimento da producção no Estado de S. Paulo, correspondia ás necessidades do augmento do consumo. Vinha e viria supprir a diminuição das demais procedencias.

O facto da absorpção pelo consumo do augmento da producção evidenciava que o progresso desta não podia acompanhar a do consumo que se paralysava e retrogradava por falta do artigo.

Entretanto a industria dos intermediarios supria as necessidades do consumo, impingindo-lhe maior quantidade de succedaneos de toda a sorte.

Em geral estava o consumidor habituado a certa quantidade de café para o seu uso. Não podendo os intermediarios supprir com quantidades equivalentes, quando escasseava o artigo e tornava-se grande a procura, como quasi sempre acontecia com o café, augmentava a falsificação.

O uso da chicorea e de outras misturas era mais que conhecido. Em alguns logares davam-no como mistura necessaria para enfraquecer as qualidades excitantes do café, prejudiciaes á saúde.

Os varejistas, falsificavam o café moido com a chicorea e outros ingredientes, com o fim de augmentar a quantidade, para satisfazer á grande massa de consumidores. Era esta tão grande, que consumiria no minimo o duplo da quantidade do café produzido em todo o mundo.

Os falsificadores mais honestos misturava uma quantidade equivalente, adicionando a cada kilo de café outro de mistura; outros menos escrupulosos adicionavam a um kilo de café dois de mistura. Achava-se tão generalisada a falsificação do café, que até no Brasil, o abuso de se misturar o milho torrado se tornara corrente.

Excepcionalmente se tomava café puro em qualquer parte do mundo. Se si considerasse que geralmente se adulterava o producto adicionando-lhe no minimo o duplo de misturas, chegava-se ao resultado de que a producção de cerca de .... 15.000.000 de saccas annuaes só bastaria para a metade dos consumidores actuaes.

O consumo geral do mundo absorvia com as misturas, na falsificação do café, quantidade equivalente a 15.000.000 de saccas.

Seriam pois necessarias 30.000.000 de saccas, para satisfazer ás necessidades do consumo, si este, só fizesse uso de

café puro. Os grandes impostos de entrada a que estava sujeito o grão em França, na Italia, Austria e Allemanha davam logar ao abuso das falsificações. Pois bem! ainda assim, facilmente se absorvia qualquer augmento de producção. A generalisação do uso do café dar-se-ia facilmente. Seria no futuro o substituto do alcool, chamando as vistas dos dirigentes da companhia antialcoolica cada vez mais espalhada e tenaz.

O seu uso tinha a vantagem de ser pouco dispendioso além de não estar sujeito, como o alcool, a falsificações prejudiciaes á saude, como as que se faziam o hydrato de ethyla.

A campanha baseada, sobre o excesso da producção do café não tinha razão de ser. A producção e consumo ficariam equilibrados.

Eram os volumes dos stocks disponiveis razoaveis, não podendo pesar sobre o commercio regular que necessitava da mercadoria para operar as suas transacções entre productores e consumidores.

Os stocks tinham servido de base para justificar o excesso da producção e a baixa dos preços.

Os geraes haviam attingido a 7.500.000 saccas nas épocas das grandes entradas das safras; tal quantidade bastava apenas para o consumo de seis mezes approximadamente.

Cerca de quatro milhões estavam na Europa, um milhão nos Estados Unidos e o resto em viagem ou ainda nos portos brasileiros, mais ou menos 1.250.000 saccas.

Os prazos legaes, estabelecidos segundo as praxes adoptadas nos diversos mercados, desde o productor até o consumidor, em época alguma haviam sido exgotados, dando margem aos intermediarios a usufruirem descontos em todas as despesas.

Os prazos que pesavam sobre as mercadorias eram os seguintes:

	Dias
Em Santos	30
Remessa do stock para Europa	20
Prazo da lettra	90
Para a entrega aos mercados consumidores.	20
Somma	160

Além desses 160 dias, nos mercados francezes existia o desconto de 1/4 % ou mais 105 dias, correspondente aos juros de 6 % ao anno, total 265 ou 8 mezes e 25 dias.

Na Allemanha, na Hollanda, na Inglaterra, e outros mercados europeus, o desconto era de 1 % ou mais 60 dias, total 220 dias ou 7 mezes e 10 dias.

Nos Estados Unidos não se pagava desconto, total 160 dias ou 5 mezes e dez dias.

Devia-se deduzir do stock mundial os cafés conservados nas praças brasileiras e ainda por se venderem aos exportadores.

Assim os intermediarios só dispunham realmente de .... 5.250.000 o que correspondia ao consumo de cinco mezes.

Os prazos legaes egualmente adoptados nos diversos mercados do mundo, não chegavam a exgotar-se ganhando os intermediarios os descontos dos prazos não utilizados.

Nesta condições poder-se-ia julgar excessivo o stock de uma mercadoria, que o consumo absorvia antes de se exgotarem os prazos legaes, para o final pagamento?

O augmento dos stocks visiveis, acompanhava o desenvolvimento da producção e do consumo. E nem era justo estabelecerem-se comparações com annos anteriores, quando os stocks geraes bastavam apenas para o consumo de 2 e 3 mezes, quantidade insufficiente para a boa marcha dos negocios regulares — provocando altas extraordinarias que não se justificavam como succedera em 1874. Haviam os preços então attingido 148 francos por 50 kilos para o *good average*, no Havre; em 1887, 123 francos, em 1890, 132 francos.

Os stocks regulares provocavam baixas não justificaveis como acontecera em 1901. Quando pequenos exaggerava-se a alta.

A direcção dos preços era arbitraria, não obedecendo aos interesses dos productores e consumidores, na alta ou na baixa, quando exercia a sua acção nefasta e prejudicial.

Era a producção do genero intermittente; os annos de grande safra, deviam deixar saldos para os de pequena normalisando-se assim a marcha do artigo.

Não sendo excessivos os stocks actuaes, não havia razão para que se exaggerasse a baixa das cotações a um limite incapaz de cobrir o custo da producção.

Attribuia-se tambem á falta de recursos dos agricultores e commissarios as vendas a baixos preços. Affirmava-se que não offereciam a menor resistencia, acceitando continuamente offertas a preços em baixa successiva.

Tal asserção não procedia porém, os factos a cada passo a desmentiam. Bastava lembrar que muitos fazendeiros tinham deixado de vender, ao baixar o café, a 10$500 a arroba para

depois a largarem por 6$500! Os que iam vendendo constantemente a acompanhar o mercado tiravam melhor proveito.

As resistencias parciaes, guardando-se o grão no interior ou limitando em Santos o preço para venda retendo-se assim o café no Brasil augmentavam a quantidade que forçosamente seria offerecida á venda. Proporcionavam mais um factor aos especuladores baixistas que tiravam partido do augmento dos stocks nos portos brasileiros, fazendo pressão com vendas a termo a preços de baixa.

Era forçoso confessar que dentro da organização vigente no paiz, não podia a agricultura brasileira contar com meios de defesa sufficientes para o seu producto. Dahi o seu pedido de recursos ao governo. Não havia, ao ver de Franco de Lacerda, nem crise de producção nem crise de consumo. O que existia era apenas desorganisação commercial. E esta grande, enorme.

Não havia necessidade da eliminação de cafés baixos embora na producção brasileira se accentuasse a producção notavel de lotes muito mal preparados de onde desde muito proviera a má reputação do producto nacional.

Si a producção geral fosse toda de excellente qualidade, tornar-se-ia mais facil o equilibrio permanente dos preços do grão, aproveitado assim ao productor e ao consumidor; o producto obteria melhor compensação nos preços e o consumidor melhor aproveitamento no uso de cafés de boa qualidade.

A quantidade prejudicava a qualidade, quem o ignorava?

A grande lavoura, no Brasil, trazia grandes inconvenientes para a producção das boas qualidades por causa da demora da colheita e do tratamento nos terreiros. Especialmente quando chovia pois assim se difficultava revolver diariamente grandes quantidades de café, nos terreiros. Em outros paizes onde a producção era pequena, a colheita se fazia em tempo opportuno e o beneficiamento no terreiro e machina, mais cuidado, assim o resultado da producção mostrava-se de qualidade superior.

CAPITULO XXXVI

Projectos diversos apresentados á Camara dos Deputados — O projecto Francisco Sá sobre a entrega do embarque — Total do café ás repartições publicas — Projectos parlamentares de valorisação do genero — Não andamento dado a estes planos

Na sessão de 7 de dezembro de 1901, o deputado Francisco Sá representante do Ceará apresentou um projecto affectando o serviço de embarque de café exportado para portos estrangeiros e nacionaes, assim como o de outros generos ás alfandegas e Mesas de Renda. Deveria ser feito por conta do Governo Federal que para tal fim se entenderia com os governos estaduaes. Pagariam os exportadores duzentos réis por sacca de sessenta kilos.

Este projecto porém não teve andamento.

Em 1901 foram apresentados á Camara dos Deputados trez projectos tendentes á valorisação do café.

O primeiro, o de 11 de outubro de autoria do deputado riograndense Rivadavia da Cunha Corrêa, autorisava o Executivo a despender até cincoenta mil contos de réis em auxilios á lavoura cafeeira.

Os auxilios seriam feitos sob a forma de adeantamento com a garantia do penhor do café colhido e ao contractante consignado, afim de ser vendido directamente nosmercados estrangeiros.

A importancia de cada adeantamento não poderia exceder de 50 % do valor do producto consignado, calculado pelas cotações do dia.

Os adeantamentos venceriam os juros de 5 % ao anno, dos quaes 3 % caberiam ao Thesouro e o resto ao contractante.

Teria este direito a uma commissão de venda de 3 % não se incluindo nella as despesas de transporte, armazenagem e fretes.

A cada carta de consignação, corresponderia uma lettra acceita pelo consignante no valor do adeantamento, feito saccada e endossada pelo contractante e depositada no Thesouro, afim de ser resgatada ao se liquidar a respectiva operação e entregue a quantia correspondente aos agentes financeiros do Governo em Londres.

Todos os auxilios deveriam ser liquidados dentro do prazo maximo de um anno, applicando-se as sommas recebidas em novos auxilios liquidaveis dentro do mesmo prazo.

Exerceria o Governo a precisa fiscalisação no Brasil e no estrangeiro, onde o contractante teria armazem destinados á venda dos productos consignados.

Sem outras vantagens que as deste projecto, o contractante se obrigaria a um serviço de propaganda no estrangeiro, regulado pelo Governo.

A intervenção deste cessaria dentro de cinco annos, quando o Thesouro se reembolsasse de todas as quantias adeantadas.

O segundo projecto, o do deputado Joaquim Pires, e de 18 de outubro immediato, determinava que a exportação do café seria feita exclusivamente por intermedio do Governo Federal, que adoptaria taxa fixa annual para a venda do genero.

Essa taxa seria votada pelo Congresso, nas primeiras sessões, a saber até 1 de junho de cada anno, mediante proposta do Governo, que deveria tomar por base, a producção e consumo geral do Globo.

Seriam preferidos para a exportação os cafés de typos superiores a *sete* inclusive este.

A classificação se faria por uma commissão de trez membros nomeados pelo Governo Federal.

Os membros desta commissão prestariam fiança nunca inferior a duzentos contos de réis cada um, que responderia pelos prejuizos da classificação.

A commissão resolveria sempre por unanimidade de votos.

Seriam emittidos warrants com circulação forçada e revendiveis como moeda de ouro nas repartições federaes na importancia de 70 por cento do valor de café recebido para a exportação. Os demais 30 por cento seriam pagos em ouro depois de vendidas as partidas de café correspondente.

Eram estas as disposições mais frisantes do projecto Joaquim Pires.

A 31 de outubro de 1901, era apresentado terceiro projecto, agora da auctoria de Fausto Cardoso.

Outorgava ao Governo Federal o direito exclusivo de comprar no paiz, e vender no exterior, todo o café e borracha produzidos no territorio da Republica.

Era complexo e complicado.

O Governo não estabeleceria jamais preço definitivo nas compras que realizasse e as faria sempre á media das cotações do dia, menos as despesas, commissões e differenças que fossem estabelecidas.

O Governo pagaria á vista 60 % do valor das compras realizadas, fornecendo aos vendedores dois titulos — um que dava direito em prazo determinado, ao embolso dos 40 % restantes, outro que o investia do direito de receber a differença entre o preço real da venda no paiz e o producto liquido da venda no Exterior, depois que esta se realizasse.

O Governo faria as operações de credito e organisaria os serviços necessarios á exploração do monopolio de que era investido.

Podia o Governo Federal porém, transferir tal monopolio e conceder os demais favores constantes da lei, á empresa que se organisasse no Brasil. Eram elles: fundar-se um banco com o capital, funcções bancarias e objectivo mercantil determinado pela lei em apreço; estabelecer succursaes bancarias e abrir emporios em Nova York, Buenos Aires, Valparaiso, Montevideu, Londres, Havre, Hamburgo e outras praças americanas e européas.

Estabelecer filiaes e agencias nos centros productores e portos de embarque de Matto Grosso, S. Paulo, Minas, Rio, Espirito Santo, Bahia Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará a Amazonas e demais estados brasileiros que julgasse conveniente.

Crear-se uma séde do banco e junto ás sucursaes filiaes e agencias estabelecidas secções commerciaes que preenchessem o fim mercantil a que se destinava.

Mas o projecto trazia no bojo a idéa de uma inflação papelistica, vultosa. A empreza cuja séde seria o Rio de Janeiro, realizaria um capital de duzentos mil contos de réis com a faculdade de emittir papel bancario na importancia do capital realizado que poderia ser constituido por apolices e titulos de divida publica nacional interna e externa.

Ao papel do banco projectado, se concederia o poder liberatorio do papel-moeda nacional.

Era o projecto de F. Cardoso muito minucioso mas além

de muitos obices que iria encontrar, teria pela frente a negação formal do Governo que não poderia de todo consentir nessa nova tentativa inflatoria e tão consideravel.

Assim tanto elle como os dois antecessores não tiveram o minimo andamento, morrendo nas volumosas pastas do archivo parlamentar em que jaziam os projectos inviaveis, por estas e aquellas razões.

CAPITULO XXXVII

Repercussão no estrangeiro das más noticias do Brasil sobre a situação do café — Projectos de propaganda intensa no Exterior — Protestos da imprensa a proposito do plano de tal propaganda — Combate ás idéas de monopolio pelo Estado — As idéas de restrição da exportação — Desorientação geral

Insistindo nesta questão de que a lavoura andava muito queixósa e muito mal orientada dizia o observador a lembrar que se sobre ella descansava o edificio do Estado não era de boa politica denunciar-lhe a condição dos alicerces, processo que não podia ser considerado como meio de se levantar o proprio credito nem o do Estado. Esta era a deducção logica dos argumentos submettidos ao exame publico.

Quando alguem se lembrava que na mesma occasião em que se aconselhava a destruição pelo fogo de parte das colheitas paulistas o proprio Estado de S. Paulo contractava para a lavoura a introdução de novos immigrantes. Ficava o observador desinteressado ainda mais perturbado á procura de apreciar a verdadeira posição da cultura cafeeira. Convinha e muito chamar a attenção dos fazendeiros para a politica errada de se declararem aruinados, e ao mesmo tempo insistirem que suas necessidades vitaes eram o credito e braços para novos cafesaes.

O anno de 1901 abrira com o café do typo n. 7 cotado a 9$800 e 10$000 por arroba subindo no mez de janeiro até 10$300. Declarara-se a baixa dos preços e em abril os extremos haviam sido de 6$200 a 7$500. Em setembro houvera baixa a 6$600 e 7$200, no mez seguinte a cotação mais alta fôra elevada a 8$300. Em novembro os extremos subiram a 7$700 e 8$800 e no ultimo mez do anno regularam a 7$800 e 8$300. Os extremos de 1901, portanto, tinham sido de 6$200 a 10$300 por arroba, contra 9$800 e 16$100 em 1900; 9$000

a 14$600 em 1899; 9$000 a 15$600 em 1898 e 10$800 a 16$400 em 1897!

No mez de janeiro a discussão das medidas tendentes a solver a crise principiara na imprensa, sem influir sensivelmente sobre os mercados estrangeiros. Em fevereiro realizaram-se algumas liquidações com resultado desfavoravel aos interessados apparecendo os primeiros boatos sobre a organização de syndicatos nos Estados Unidos para sustentar ou elevar os preços do café. As noticias, no entretanto, indicavam fortes interesses *baixistas* alli, porém, e os cafés disponiveis sustentaram-se sobre a base dos preços do mez anterior. Durante o mez notara-se certa dissenção entre commissarios e ensaccadores, devida á presença de exportadores no mercado antigamente privativa dos ensaccadores.

Em março a organização dos syndicatos fôra confirmada, mas a desorganização do mercado de cambio tornara difficil qualquer movimento e houvera baixa nos preços durante a segunda quinzena do mez.

Em abril a superabundancia de café em Santos fôra sentida no mercado do Rio baixando as cotações a um nivel não registrado desde 1884. Encetaram-se as transacções a descoberto, tanto no estrangeiro como no Brasil, que sustentaram os mercados nos mezes a seguir. Em maio divulgou-se o projecto paulista Vicente de Carvalho de se queimarem 20 % das colheitas, plano aliás vivamente combatido. Impressionara uma novidade a proposito das praxes do commercio de café, que o *Jornal do Commercio* trouxera a publico relatando que alguns dos mais importantes exportadores de café estavam estabelecendo no littoral da Guanabara grandes armazens.

Assim as firmas Theodor Wille & Cia., no trapiche Mauá, para tal fim desalfandegado, como já requerera Arbuckle & Cia. o trapiche Ypiranga, e E. Johnston & Cia. grande armazem nos fundos das Docas Nacionaes.

Isto se considerava indicio seguro de se realizarem nos mezes futuros, ou embarques antes desconhecidos ou accumulação de importantissimos stocks, nas mãos dos exportadores. A primeira hypothese fôra a verdadeira.

Em junho a colheita se mostrara mais precoce do que nos annos anteriores. E se o mercado brasileiro quasi não soffrera alterações nos preços o de Nova York baixara, embora ligeiramente. Em principios de julho o curso do mercado justificava as opiniões de que não somente os exportadores, como alguns ensaccadores, tinham vendido com demasiada franqueza. Os commissarios acharam-se senhores do mercado, mas o mer-

cado de Nova York baixara a 5 5/8 e 6 cents. Em agosto o mercado se sustentara melhor do que se esperava, o curso dos preços durante setembro fôra totalmente o contrario ao das previsões do retrospecto paulista á vista de supprimento fluminense e em Santos, e com os preços em Nova York os mais baixos do anno, a 5 1/2 e 5 13/16. A firmeza do mercado se explicava pelo facto de existir tão importante proporção de existencias em mãos dos exportadores, ou virtualmente em transito. Nos fins do mez correram os primeiros boatos sobre a perspectiva desfavoravel das colheitas vindouras.

Em outubro noticias verdadeiramente alarmantes vieram de S. Paulo sobre a futura colheita e o mercado no emtanto subiu notavelmente. Observou-se porém que entre os exportadores americanos existia certo empenho em vender e não em comprar, o que produzira effeito desagradavel.

Em novembro o curso das Bolsas occupara toda a attenção do commercio com prejuizo de estudos da posição estatistica que não era animadora, continuando as noticias sobre a secca no Estado de S. Paulo. Registraram-se no mercado de Nova York as cotações de 6 1/2 a 7 1/4 cents. mas o mez de dezembro foi mais calmo, fechando com o café do typo 7 cotado a 7$800 e 8$000 por arroba.

Quanto aos resultados pecuniarios do anno acreditava o retrospectista que elle fôra mais favoravel no Brasil do que nos mercados estrangeiros. Influidos pela perspectiva de enorme colheita, a principio haviam os exportadores vendido francamente a preços baixos, e seguindo politica já conhecida, de procurar a baixa das cotações no principio de todas as colheitas operara-se importante movimento baixista nas Bolsas.

A organização dos syndicatos americanos obstara que as cotações cahissem ao ponto esperado nos Estados Unidos. E a decisão de algumas casas exportadoras do Brasil de agirem franca e directamente com os fazendeiros, fornecera elementos de estabilidade nos mercados nacionaes.

Era verdade que entre os ensaccadores declarara-se o empenho de vender a descoberto assim como a combinação da procura da parte dos exportadores compromettidos no estrangeiro e a dos ensaccadores sem compromissos.

Em synthese devia-se attribuir a estabilidade dos preços durante o anno aos syndicatos americanos, ás vendas estravagantes realizadas antes de junho, á mal imaginada especulação do cambio em abril e maio e finalmente aos negocios directos realizados entre exportadores e fazendeiros.

Acreditava-se em geral que em 1902, o numero até então

limitado de firmas exportadoras ensaccadores augmentaria e que a classe dos ensacadores sentiria a concorrencia dessas casas cada vez mais. Não receiava o desapparecimento do ensaccador; mas sua orbita parecia destinada a restringir-se.

A 19 de dezembro de 1901 realizava-se a installação do Centro de Commercio de Café do Rio de Janeiro, que satisfazia reconhecida necessidade da praça. A sociedade se compunha de commissarios, ensaccadores e outros interessados no commercio cafeeiro.

Em fins de 1901 mostrou-se a situação economica e financeira do Brasil mais desanuviada affirma o *Retrospecto do Jornal do Commercio*.

Correra bem melhor o anno para o commercio importador.

Quanto á exportação, no que dizia respeito ao café, era inegavel que o resultado do anno fôra muito mais favoravel do que todos fazendeiros, commissarios, exportadores e ensacadores, haviam esperado, ao terminar 1900. As noticias sobre as colheitas do Rio e de Santos tinham persuadido os mercados estrangeiros que um nivel baixissimo de preços estava imminente. Nas Bolsas destarte vendera-se franca e accentuadamente para a baixa tendo exportadores realizado transacções importantes a descoberto.

Formaram-se syndicatos para sustentar os preços nos centros consumidores, e varias casas exportadoras entraram em concorrencia com os ensaccadores entre os quaes individuos que se compromettiam a realizar vendas a entregar com prazo determinado.

Estabeleceram portanto agentes nos mercados nacionaes para sustentar, senão para elevar, os preços no Brasil com os Bolsistas sob suas vendas antecipadas, os exportadores nas mesmas condições, e finalmente a especulação por parte de alguns ensaccadores.

Além desta combinação favoravel para os fazendeiros de café existiam os syndicatos americanos, e talvez outros na Europa, e o facto era que as compras realizadas no interior pelos exportadores haviam deixado apenas limitada proporção do total das entradas nos portos de embarque á disposição dos vendedores necessitados, que assim tinham ficado sobreccarregados pelos compromissos tão precipitadamente assumidos. Que os commissarios houvessem aproveitado de circumstancias excepcionaes, para conseguir os mais altos preços possiveis, não era mais do que sua obrigação.

Assim se explicava o curso do mercado durante um periodo quando os algarismos registrados tinham excedido tão notavelmente os de qualquer anno anterior. Ao mesmo tempo convinha reconhecer que se devia a estabilidade dos mercados em grande parte, a manobras especuladoras, sem que tivesse havido augmento proporcional de consumo no mundo, achavam-se os mercados ameaçados de grande augmento de stocks. Fechara o anno com um supprimento visivel jamais registrado na historia do commercio de café, e o curso dos mercados, durante os primeiros mezes de 1902, talvez produzisse um abalo nos preços e a consequente baixa até que aquelles attingissem nivel inferior ao mais baixo verificado em 1901. As existencias importantes sem duvida, constituiam elemento de estabilidade nos mercados estrangeiros, mas ao mesmo tempo tornavam estes independentes dos mercados nacionaes.

Deante da grita geral movia-se o Governo Federal. O Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, Dr. Alfredo Maia, a 11 de novembro de 1901, expedia instrucções para o serviço de intensa propaganda de café principalmente por meio de exposições permanentes de amostras na séde dos consulados da Republica e sob a guarda das autoridades consulares, de Lisboa, Havre, Marselha, Pariz, Genova, Trieste, Londres, Hamburgo, Antuerpia, Bruxellas, Vienna e São Petesburgo.

Nos mercados de consumo de café deveriam ser estudadas as differentes qualidades e origens, a graduação da procura, o melhor acondicionamento, fazendo-se a comparação dos diversos productos e colligindo-se os dados estatisticos necessarios ao estudo da concorrencia e os meios de com ella se lutar.

Deveria o director da propaganda, apresentar, semestralmente, um relatorio das concorrencias havidas no serviço a seu cargo, acompanhado da demonstração das despesas realizadas.

Para superintendente do serviço na Europa foi nomeado o antigo ministro do Governo Provisorio Dr. Demetrio Ribeiro, a quem auxiliaria o contra almirante reformado José Carlos de Carvalho, representante da Sociedade Nacional de Agricultura.

E estas nomeações provocaram protestos por se não tratar de pessoas intimamente ligadas ao problema cafeeiro.

Expunha o *Jornal do Commercio* a 18 de setembro de 1901 as suas duvidas sobre o exito de tal incentivação.

A propaganda do café nos paizes estrangeiros por meio de exposições comparativas com o producto de outras proce-

dencias em nada viria melhorar a situação financeira do principal genero da exportação nacional.

Admittindo que tal comparação de productos pudesse influir no augmento do consumo e consequente melhoria de preços, não seria por certo um official da Armada, por mais bem preparado que fosse a pessoa mais competente para tratar do assumpto.

Que poderia acaso responder o representante da Sociedade Nacional de Agricultura desde que não fosse um homem pratico, um negociante de café, que além de algum preparo intellectual, tivesse conhecimento profundo do mecanismo do negocio cafeeiro nos mercados estrangeiros quando lhe perguntassem de que qualidades de café se compunha um *good average* ou quaes as qualidades conhecidas nos Estados Unidos pelos ns. 4, 5, 6 e 7.

Não seria a propaganda pela exposição de café brasileiro no estrangeiro que elevaria o preço da mercadoria.

Havia dois unicos meios para impulsionar a melhora dos preços do nosso café brasileiro! era um alargamento do consumo nos paizes que pouco ou nenhum café consumiam, como por exemplo a Republica Argentina, o Chile, todo o Mediterraneo e a Russia, mas não por meio de exposições comparativas do producto brasileiro com outros similares e sim por outros mais praticos.

O factor principal e decisivo, o que deveria contribuir para elevar o preço do café nos paizes consumidores seria regularizar a offerta e a procura.

Esta medida a ser tomada nos centros productores habilitaria os fazendeiros á resistencia, methodisando as remessas aos mercados exportadores, de maneira a não se precipitar a remessa de 2.000.000 de saccas em dois mezes como por exemplo acontecera em Santos nos mezes de julho e agosto de 1901.

Era obvio que os exportadores de Santos e do Rio de Janeiro, em sua maioria representantes de torradores nos Estados Unidos, contando com semelhantes entradas, em tão curto periodo, esperavam que os commissarios se vissem com a *corda no pescoço* da pittoresca expressão popular, com os armazens cheios de café e os saques dos committentes a se vencer, para offerecerem preços infimos, comprando por 4$ e 4$500 por dez kilos, aquillo que poderiam pagar 5$ e 6$000. Era uma lei inexoravel de economia politica quando a offerta superava a procura baixava o genero de preços que subiam quando a procura se mostrava superior á offerta.

A maioria dos exportadores de Santos e Rio de Janeiro representava torradores dos Estados Unidos, mas estes estavam no seu direito, procurando comprar o genero por infimo preço para o vender pelo maximo, porque operavam por conta propria, arriscando capitaes.

Havia um grupo de casas exportadoras que operavam por especulação, vendendo grande quantidade de café, a entregar, sob o regimen de *firm offers*.

Consistia o mecanismo da operação no seguinte:

Contando com as grandes entradas do segundo semestre faziam offertas firmes de grande quantidade a entregar nesses mezes, a preços inferiores de 1, 2 e 3 schillings por quintal inglez, do preço no mercado consumidor na época da offerta.

Collocada uma partida renovavam a operação sempre a preços mais baixos, de modo que o tomador que comprava 10.000 saccas ao preço de 32 shillings por exemplo via-se obrigado a tomar mais 10.000 saccas de nova offerta a 30 shillings para reduzir a media de preços. As offertas se sucediam cada vez mais baixas; os compradores espavoridos não faziam outras offertas occorria o panico e o preço da ultima offerta firmava a cotação dos mercados.

Assim se chegava á conclusão de que uma casa que principiava a vender a primeira partida a 32 s. renovando as offertas dez vezes com differenças de £ por 10.000 saccas acabava vendendo 100.000 saccas ao preço medio de 27 s. 6d. por *hundred-weight*. Como a ultima offerta fôra de 23 s. e estabelecera a cotação no mercado consumidor, ficava o exportador com uma margem a seu favor de 4 s. 6d. para occorrer aos riscos do negocio.

Chegada a época do embarque que coincidia com as grandes entradas nos mercados do Rio e Santos, principalmente neste, o exportador munido dos telegrammas diarios dos centros consumidores impunha ao pobre commissario, ou ensaccador, o fechamento do negocio. Allegava-lhes só poder pagar 23 schillings o que corresponderia por exemplo a 4$500 por 10 kilos.

O commissario assistindo á entrada de 60 e 70.000 saccas por dia e cheio de ordens a vencer-se que remedio tinha senão entregar o genero pelo preço offerecido?

Ahi estava uma das razões e talvez a principal, dos preços baixos de café nos mercados consumidores.

Deante de tal mecanismo o que iriam fazer na Europa os representantes da Sociedade Nacional de Agricultura senão gastar os avultados subsidios do Thesouro e em pura perda?

Os enthusiastas da propaganda do café nos mercados estrangeiros que se desenganassem: o unico meio, o correctivo real e efficaz para oppor uma barreira á baixa constante de preços do principal producto de exportação brasileira era regularizar-lhe a offerta e a procura.

Tal correctivo devia partir do Brasil dependendo exclusivamente dos poderes publicos.

Continuava a desorientação geral.

Concretisando o que preconisavam as correntes de opinião expendia o retrospectista do *Jornal do Commercio* o seu modo de ver: o monopolio de café, além de exigir sommas importantes de que o Governo só poderia lançar mão desfalcando certos serviços publicos, presuppunha a restricção da producção o que parecia em contradicção com as opiniões da lavoura, não obstante o projecto de se destruir parte das colheitas o que no Estado de S. Paulo se aconselhara. Monopolio sem limitação da producção, não parecia possivel.

Quanto á propaganda no estrangeiro tal medida parecia votada a não ter o menor exito. A abertura de novos mercados, por meios diplomaticos mostrava-se comprehensivel e digna de applausos; mas a idéa de enviar o Brasil representantes aos paizes consumidores de café, incumbidos de alterar virtualmente as praxes dos mercados não podia dar resultados.

Uma exposição de café no Havre, em Hamburgo ou em Antuerpia, não podia deixar de se afigurar como verdadeira ameaça aos interesses dos intermediarios naquellas praças pelo facto de representar uma tentativa para tornar directa a correspondencia entre o consumidor e o productor, o que ainda não se conseguira em parte alguma do mundo.

E a celeuma levantada, contra a chamada *falsificação* dos cafés brasileiros vendendo-os depois de torrados, sob nomes privativos a outros paizes, plausivelmente viria destes com mais razão. Pelo menos o Brasil vendia o seu café em grão, e os outros productores assistiam o avassalamento progressivo dos mercados estrangeiros pelos cafés brasileiros.

CAPITULO XXXVIII

O balanço commercial de 1901 — Situação hesitante do commercio importador — Anno melhor para os fazendeiros de que para o commercio cafeeiro — Ascendencia continua de Santos sobre o Rio de Janeiro — Os projectos de monopolio do café pelo Estado — Debates vehementes — Exposição de Assis Brasil sobre a situação cafeeira nos Estados Unidos

Resumindo impressões dizia Verediano Carvalho em 1901 que quanto á importação, os negociantes se haviam mostrado demasiadamente animados ao principiar o anno. Tinham mudado de rumo porém ao verificar que a situação economica não melhoraria com a presteza que esperavam. Para este commercio, portanto, se o anno não correspondera ás primeiras esperanças não fôra de todo perdido sendo inegavel que a alta de cerca de dois dinheiros no valor cambial do mil réis prestara reaes auxilios aos importadores.

Quanto á exportação o resultado talvez houvesse sido mais lucrativo aos fazendeiros, do que aos ensaccadores e aos exportadores.

As alterações nas praxes haviam durante o anno sido importantes no mercado cafesista, produzindo especulações que deveriam repercutir no mercado em 1902 em que a colheita estava orçada em menos da metade da anterior.

Argumentava-se: se a lavoura dispuzesse de colheita importante e collocada a preços regulares, que aconteceria com uma safra resumida e com os mercados estrangeiros mais do que amplamente suppridos?

Assim a perspectiva de colheita limitada impunha toda a prudencia ao commercio de importação, pois ainda que fosse inegavel que em 1901 as praças haviam ficado alliviadas de importantes sommas encalhadas pela maré baixa cambial tendo quantias igualmente avultadas emigrado em consequencia da

crise bancaria, os especuladores continuavam a actuar no mercado de cambio. Ao inverso do que se registrara em 1899 era provavel que as taxas cambiaes soffressem sensivel pressão.

Se o Governo continuasse com a mesma politica conservadora as fluctuações cambiaes não representariam mais do que uma luta entre bancos e especulação, mas nas incertezas dessa luta, muitos embora a ella alheios viriam a soffrer. Com o café, o grande esteio do commercio internacional brasileiro e o cambio o factor que determinava seu valor ouro, parecia, que a situação apontava aos cafesistas como caminho seguro a maxima prudencia em assumir responsabilidades.

Havia mais motivos para a confiança do que em fins de 1899 mas não se podia fechar os olhos ás nuvens que pareciam formar-se no horizonte. Oxalá desapparecessem.

Cada vez mais se evidenciava a superioridade da exportação cafeeira de Santos sobre a do Rio de Janeiro como traduziam as seguintes cifras:

Annos	Rio de Janeiro Saccas	Santos Saccas	Totaes Saccas
1898	3.441.253	5.521.000	8.962.253
1899	3.504.708	6.391.398	9.896.106
1900	2.658.990	6.508.710	9.167.700
1901	4.310.357	9.597.817	13.908.174

Deante de tal catadupa de café que fazer no sentido de se fazer a collocação de tamanho volume de saccas?

Os algarismos apontados desde o principio da colheita de 1901, haviam tão notavelmente excedido os de qualquer anno anterior, que algum estonteamento resultante talvez fosse natural.

Assim as reclamações planos e idéas de se vencer a evidente superabundancia de café principiaram cedo em 1901.

Já na segunda quinzena de Janeiro houvera discussões a proposito de medidas a tomar para se limitarem as relações crescentes entre exportadores e fazendeiros.

Multiplicavam-se os alvitres de toda a especie visando a melhoria da crise. Assim tambem já em janeiro de 1901 uma commissão do Centro Commercial procurara o Presidente da Republica para lhe suggerir que o Estado chamasse a si o monopolio do commercio cafeeiro.

Contrariando tal pretensão advertia o Dr. Joaquim Carlos Travassos, nome de muito prestigio entre os agronomos

do paiz que o Centro Commercial do Rio de Janeiro, por si e como representante da classe agricola e commercial do paiz, convencera-se de que a momentosa crise economica e financeira assoberbadora do Brasil era causada sobretudo pelas manobras inconfessaveis de exploradores baixistas estrangeiros contra o quasi exclusivo producto da exportação brasileira. Dirigira-se por meio de petição ao Governo Federal solicitando como legitima medida de salvação publica que se decretasse o monopolio do café nos portos nacionaes, ficando creada para tal fim — A Bolsa de Café. Tal plano era porém inexequivel ante o bom senso.

Em virtude da urgencia da questão que, não comportava delongas o Centro Commercial, embora reconhecesse que a lei ou o decreto solicitado só poderia ser facultado pelo Poder Legislativo suggerira e insinuara ao Governo que de prompto decretasse tal medida aguardando-lhe a sancção que certamente não lhe seria negada pelo Congresso.

Era preciso porém não confundir o que se aventara sob o rotulo de — Monopolio do Café — a explorar-se por uma associação commercial gestora eventual do mais alto e mais importante commercio do paiz, representado por centenas de milhares de contos, com os monopolios do tabaco, do sal, do alcool, e das lãs, explorados a beneficio dos proprios Governos de alguns paizes da Europa.

E quando se quizesse monopolizar esse primeiro e quasi unico producto da exportação brasileira em flagrante desrespeito á carta constitucional, então que o fizesse o proprio Governo em beneficio do paiz se acaso pudesse dispor de recursos a tanto sufficientes.

Estavam todos convencidos, o commercio e principalmente a lavoura agonisante, quanto a crise, pavorosa, tudo assoberbava. Era isto devido a muitos factores, predominando o circulo de ferro dos exploradores e o excesso de producção que se avantajara muito ao consumo. Mas dahi a concluir-se que só o monopolio decretado pelo Governo viria salvar a Lavoura e tiral-a da agonia havia um abysmo; pois não seria o monopolio que, por certo, viria melhorar as qualidades do grão brasileiro constantemente a baixar nos typos a ponto de ser nos paizes consumidores julgado a escoria dos cafés de todo o Mundo.

Nos bons tempos, quando os preços dos typos superiores eram compensadores, ainda assim eram elles cotados como cafés de outras procedencias ficando as inferiores designados como do Brasil.

Devido aos preços que, outróra, nos diversos typos, guardavam entre si grande distancia, o agricultor, para alcançar melhor vantagem, caprichava sempre em melhorar o producto. A circumstancia apregoada de que os torradores americanos, preferiam as qualidades inferiores trouxera tão pequena differença entre por exemplo o typo 4 e o 7 ou o 8, que o productor preferia fornecer estes ultimos, que lhe custava muito menos despesas do que o primeiro.

O que convinha era ter cafés bem beneficiados, capazes de acreditar o renome dos cafés brasileiros. A safra de 1902 immensa como se annunciava, seria vendida, certamente, a vil preço.

Outro reparador o Sr. José Guilherme de Souza preconizava a prohibição da sahida dos cafés abaixo de 7 e tal medida vivamente a sustentara um grande fazendeiro o Commendador Domingos T. de Azevedo Junior por que ella viria diminuir consideravelmente a exportação e os stocks.

Se lhe perguntassem o que se deveria fazer da massa de cafés abaixo do typo 7, já que em 1901 a vista da falta de recursos haviam predominado os typos inferiores, não duvidaria em responder que era preferivel lançal-o fóra e vendel-o ou exportal-o com prejuizo e em beneficio dos baixistas, uma vez que se presagiava ainda maior baixa, constante do que já se havia vendido a preço de 7$ cafés a entregar em junho.

Havia porém muitas opiniões divergentes de tal medida. Aconselhou um dos grandes commissarios do Rio de Janeiro, o Dr. Leopoldo Cesar Duque Estrada que se fosse mais condescendente prohibindo a sahida dos cafés abaixo do typo 8, pelo menos durante um anno, á vista da precaria situação dos lavradores.

Tornava-se preciso porém um accordo entre os governos dos grandes estados cafeeiros pois a questão vinha a ser das mais delicadas.

Affirmava o *Jornal do Commercio* que a retenção dos cafés baixos traria a reconstituição da massa dos bons typos de outróra restabelecendo-se o credito.

Mas tal recurso ou alvitre, que, com certeza, seria medida salvadora, não era possivel executal-o de prompto, pois dependia de lei do Congresso prohibindo a exportação dos typos condemnados e ainda de leis estadoaes dos Estados cafeeiros, caso taes poderes ou leis não fossem já conferidos aos seus Presidentes. Com certeza tambem tal unidade de vistas indispensavel no conjuncto, não seria acceita pelo Estado de São Paulo, onde predominava a quantidade e não a qualidade do

café. Os typos condemnados calculados em 60 % avultariam na grande massa dos cafés exportados.

Advertiu Domingos T. de Azevedo Junior a protestar contra os impugnadores da retenção de cafés abaixo de 7 que este limite para a exportação não era ainda sufficiente para se colherem todas as vantagens visadas. Pouco levantaria o conceito do producto brasileiro. Se se levasse tal tolerancia ao typo 8 seria então um descalabro!

Os exportadores procuravam burlar essa medida moralisadora misturando os typos excluidos com os cafés finos, e fariam a media que era o typo 7.

Com a inclusão do typo 8, muito mais facil decorreria tal manobra.

Excluindo até da exportação os cafés baixos era necessario que incontinente se estabelecessem as taxas differenciaes, como propunha o Dr. Travassos sendo a necessidade dessas medidas urgentissima.

Com sombrios prognosticos acenava o articulista.

"A que preço cahirá o café? Talvez a menos de 58, mesmo que o cambio não suba a 12."

O Brasil que já vendera menos de 7 milhões de saccas por cerca de 26 milhões de libras, se offerecesse agora 12 milhões não obteria 12 milhões esterlinos.

Ninguem a tal respeito se illudisse era lei fatal do commercio.

Assim propunha que fossem estes os direitos da exportação.

Cafés acima do typo 6 . . .	8 %
Cafés acima do typo 7 . . .	11 %
Abaixo de 7	12 %

Começaram os debates a se tornar acres. Como houvesse um parlamentar então de grande destaque o Dr. Leite Oiticica feito justas accusações de imprevidencia aos lavradores ouviu revides violentos.

Assim lhe repontava um destes contestantes ironicamente:

Fôra a lavoura que consumira os 500.000:000$000 que o Banco da Republica dera de prejuizo á Nação? fôra a mais aquinhoada no encontro de contas com diversas companhias, rescisão de contractos para construcção de estradas de ferro, etc.? fôra ella que confeccionara os sumptuarios orçamentos federaes e estadoaes e finalmente mostrara-se inteiramente

ignorante, porque se dedicara exclusivamente á producção de café, assucar, aguardente, borracha, fumo etc. deixando de produzir em abundancia milho, feijão, arroz etc.?

Clamorosa a injustiça do Sr. Oiticica que revelava conhecimentos profundos e theoricos sobre finanças, mas a quem faltava a pratica da vida do lavrador como a quasi todos os homens que governavam o Brasil.

Tanto elle como os demais politicos precisavam convencer-se de que um producto como o café não podia arcar com os trez poderosos factores da sua ruina — o especulador sem entranhas, as tarifas das estradas de ferro e os impostos de exportação.

Como minoração de males e ante o volume das reclamações dos lavradores resolveram as estradas de ferro baixar os fretes e assim como as companhias de navegação.

No Estado de S. Paulo, grandemente affectado pela crise como era de esperar, surgiam tambem projectos sobre projectos rasoaveis e absurdos. Alguns delles que então pareciam os mais extravagantes acabaram praticados.

Assim entre uns e outros propunha-se primeiro suspenderem-se as remessas de café até desapparecerem os grandes stocks nos mercados de Santos e Rio; 2.º nomearem-se commissões fiscaes em cada um dos postos de embarque, para impedirem a remessa de café de 1 de julho em deante; 3.º pedir-se ás sociedades de agricultura que solicitassem dos credores a espera dos pagamentos, pelo menos emquanto durasse a resistencia baixista.

Mais pratica era esta serie de medidas:

a) — reduzirem-se os salarios dos colonos em 1902 a 70$ pelo trato de mil pés de café;

b) — reduzirem-se a 1$500 com alimentação e a 2$000 a *secco* os salarios dos camaradas;

c) — armazenarem-se nas fazendas os cafés de qualidade baixa que seriam exclusivamente vendidos a 5$ a arroba.

Dizia um articulista de S. Paulo que os lavradores paulistas tinham com muito bom senso, feito, em geral, a reducção dos salarios, quer o das turmas pagas por mez, quer os dos serviços diarios. Isto se dera com acceitação de todos os empregados. Annunciava-se que os novos contractos annuaes seriam feitos por pagamento de carpas e não mais por anno como até então se dera para que o fazendeiro regulasse com

segurança suas despesas e não pagasse serviços muitas vezes não feitos, sendo um maximo e um minimo conforme corresse a safra pequena ou abundante. Taes factos já estavam geralmente acceitos.

Havia motivos de compensação em taes medidas.

A alta de cambio, valorizando a moeda, compensava a justa necessidade dos agricultores em procurar na economia de custeio das propriedades um remedio para o baixo preço do café.

Os cafesaes novos, onde os colonos plantavam cereaes, seriam no futuro anno agricola pagos pela metade do preço das carpas nos cafesaes formados, porque estes eram a fonte da receita para o proprietario, e os novos a fonte de maior receita para os colonos, cabendo a estes, da colheita dos cafesaes formados, compensação mais que justa e dos cereaes plantados nas lavouras novas uma fonte de remuneração.

Em meiados do anno o Dr. Assis Brasil expunha no Rio de Janeiro as idéas que lhe havia suggerido o contacto com o commercio cafeeiro americano, durante sua missão diplomatica nos Estados Unidos.

Propunha a creação de vasta sociedade com approvação dos Estados cafeeiros do Brasil, e cujo fundo principal fosse constituido por parte do imposto de exportação, cobrado sobre café. Tal sociedade, representando todos os exportadores, se encarregaria de realizar exposições permanentes nas grandes cidades dos Estados Unidos, faria todo o genero de propaganda destinada a mostrar que o grão que se vendia sob outros nomes era realmente brasileiro. Daria emfim, combate aos monopolistas por todos os modos licitos, realizando principalmente uma alliança com o consumidor americano, tão lesado aliás quanto o productor brasileiro.

A outra parte do plano consistia em convite que o Brasil devia dirigir a todos os governos e paizes productores de café, para a organização de uma conferencia annual, afim de determinarem, de mutuo accordo, a quantidade de grão que conviria a ser lançada no mercado no anno immediato.

Em virtude de tal accordo cada paiz reteria o café que excedesse a quantidade reclamada pelo mercado mundial. A porcentagem retida, que o diplomata presumia pequena, excepto no primeiro anno em que haveria a contar com as existencias accumuladas, seria exportada no anno seguinte, e constituiria objecto, emquanto não fosse exportada, de uma instituição de *warrants* agricolas.

A especulação baseada em pregões de futuras colheitas

excessivas seria supprimida pela base e o agricultor continuando aliás, a vender o seu café como até então succedera Faria mais dinheiro com o que vendesse do que se vendesse toda a producção.

Além disto,, a instituição dos *warrants* fazia com que a propria porcentagem retida por um anno não se mantivesse estagnada.

Como com a crise se multiplicassem as execuções hypothecarias, contemporaneamente propunha o deputado Alfredo Pinto alterações á legislação afim de alliviar a sorte de muitos lavradores agrilhoados á divida avultada a bancos e particulares dividas, em que se evidenciavam os caracteristicos da usura de muitos emprestimos effectuados com os favores da propria lei.

Assim fazendas avaliadas pouco antes em cem e mais contos de réis haviam sido vendidas ao correr do martello por inacreditaveis preços, com uma desvalorização de oitenta e até noventa por cento!

Abolindo o leilão e restaurando a adjudicação obrigatoria, depois da terceira praça á falta de licitantes, mantinha-se principalmente a valorisação da propriedade agricola libertando-se o devedor de responsabilidade que a legislação hypothecaria vigente eternisava.

Por outro lado, o credor, sufficientemente garantido por effeito dos privilegios hypothecarios, era defendido e amparado pelo projecto que, lhe concedia a faculdade de requerer somente a *adjudicação* de bens, quanto bastassem para o seu pagamento, ficando destarte, abolida a justa critica da consignação do excesso em deposito, no prazo de trez dias.

A Sociedade Nacional de Agricultura, impressionada, reuniu-se em congresso durante mais de uma quinzena, de 20 de setembro a 8 de outubro, para tratar do momentoso assumpto da crise cafeeira.

Foram innumeros os projectos apresentados e muitos delles positivamente grandiosos.

Pediu a Assembléa ao Governo da Republica a creação do Departamento de Agricultura; o auxilio á instituição e desenvolvimento das escolas praticas de agricultura; a decretação de medidas que facilitassem a restauração de credito em geral, preparando efficazmente a sua especialização agricola; a promulgação de sabias leis que regulassem a fundação dos syndicatos agricolas e a organização das associações cooperativas do credito mutuo; a intervenção legislativa federal para a suppressão dos impostos abusivos inter-estadoaes e inter-mu-

nicipaes; a reducção ao minimo do custo dos fretes e transportes, facilitando e melhorando os meios de navegação. Fossem suprimidos impostos vexatorios, democratisadas as tarifas; creados premios de exportação ou de producção para ampliar mercados antigos e crear mercados novos ou formação industriaes e culturas nascentes. Tudo isto se apresentava á consideração dos poderes publicos, como indicações e remedios urgentemente necessarios á situação penosissima da lavoura.

Ao mesmo tempo que o café tambem baixavam diversas outras producções brasileiras, colhidas pela desvalorização.

Começava a crise da borracha cujo kilogramma havia descido de 12$970 a 8$720 de seus typos extremos para de 7$150 a 3$800.

CAPITULO XXXIX

A exposição de Alfredo Ellis ao Parlamento sobre a crise cafeeira — Accusação vehemente aos agentes do commercio estrangeiro — Projecto por elle apresentado e outros deputados paulistas — Appello ao Governo Federal

Outro perigo e muito serio ameaçava o café, expunha Alfredo Ellis ao Parlamento augmento do consumo dos succedaneos como o da chicorea. Na Italia crescera notavelmente, por exemplo de 38 por cento entre 1901 e 1902.

E no emtanto baixos como estavam os preços do café não fôra a gananciosa especulação, achar-se-ia elle ao alcance das classes pobres, que alargariam o seu consumo dando-lhe com certeza, preferencia em vez de ingerirem repugnantes misturas vendidas como café.

Esta era a principal razão de não se alargar e generalizar o consumo. Os preços vigentes nos mercados a retalho eram os mesmos de 7 ou 7 annos atraz quando 50 kilos alcançavam 100 francos. Onde se escoava esta enorme differença?

Era o *trust* que operava recolhendo os lucros.

Uma chusma de empregados seus percorria o interior brasileiro e ia apanhando o pobre lavrador premido torturado pelas exigencias dos colonos.

Chegara o momento psycologico para impor o preço do café, entulhado ou beneficiado.

Era o momento propicio para se realizarem bons negocios!

De posse do café comprado no interior, afastavam-se os exploradores do mercado deixando que crescessem os stocks e, com elle, as necessidades dos commissarios que tinham de fazer face a saques e fretes. Esgotados os recursos eram estes, a seu turno, forçados a entregar-lhes a mercadoria pelo preço que estipulariam a seu talante. Chegavam os lavradores a esta tristissima situação por falta de capital.

Achava-se o café indefeso!

Era a situação do fazendeiro peor do que a do colono

affirmava Fausto Cardoso ao apartear ao seu collega paulista ao que este replicava que peor, muitissimo peor, porque estava na mais completa dependencia e sem recursos para reagir contra tão iniquo e cynico despotismo.

Si em logar dos 6$500 réis por arroba que lhe atiravam agora como esmola, resolvessem pagar-lhe 3$ ou 4$ amanhã, seria forçado a acceital-os da mesma forma.

Terminando a vehemente oração, como fazendeiro que era, queria deixar bem accentuado que a principal razão da baixa, causa unica da grave crise economica que estava reduzindo o Brasil a um paiz de mendigos, era a falta de recursos, a escassez de dinheiro e credito para a defeza da exportação.

A verdadeira moeda nacional era o café, com elle fazia o paiz o seu intercambio commercial.

Com o ouro que representava, pagava o Brasil os juros da divida externa e saldava os seus compromissos. De que servia o cambio a 12, si a verdadeira moeda, o ouro nacional que era o café, se desvalorizara de 75 %?!

Não havia paiz algum do mundo, por mais rico que fosse, capaz de por muitos annos supportar semelhante sangria.

Como estancal-a?

Se o projecto que ia submetter á consideração da Camara não podia, por si só, curar tão grave mal e resolver o difficil problema, concorreria, entretanto, para attenuar e aliviar sensivelmente a melindrosa situação da lavoura.

Era o projecto assignado por quatro outros deputados de S. Paulo, Paulino Carlos de Arruda Botelho, Gustavo de Oliveira Godoy, A. Rebouças de Carvalho e Antonio Moreira da Silva.

Autorisava o Poder Executivo a garantir o juro de 6 a 8 % ao anno sobre o capital de 100.000:000$000, e pelo prazo de 20 annos, a um ou a mais de um banco nacional ou estrangeiro que se abrigasse a operar em beneficio da lavoura de café e de canna, mediante o juro maximo de 10 %, ao anno, sobre hypotheca com o prazo limitado de cinco annos, sobre penhor agricola, letras hypothecarias *warrants* ou outro qualquer titulo creditorio de responsabilidade conjuncta do lavrador de café ou de canna e de commerciantes intermediarios de consumo de um desses generos, comtanto que o prazo do titulos não excedesse de um anno para o seu vencimento.

Poderia o Poder Executivo fazer qualquer operação de credito em ouro, ou papel, para o cumprimento dos contractos que celebrasse em virtude desta lei.

Na sessão de 3 de outubro voltava Ellis á tribuna.

O organismo nacional, proclamava-se, estava enfermo porque a lavoura soffria. O deperecimento desta reflectia-se sobre toda as classes. Sua pobreza, sua miseria, sobre toda a Nação.

Quanto mais se trabalhava, quanto mais suava o povo, quanto mais se exportava, mais a nação empobrecia e menos recursos alcançava para a satisfacção de seus compromissos.

Por toda a parte, do extremo norte, ao extremo sul, pavoroso grito de angustia ecoava, anunciando a miseria de todas as classes e o soffrimento de todos os brasileiros.

Causava verdadeiro pavor estranha extraordinaria anomalia:

No anno de 1892 exportara o Brasil para os Estados Unidos 640.210.788 libras de café, no valor de 123.041.920 dollars, ou fossem 516 mil e 700 contos, ao cambio de 12 dinheiros. Em 1900 a exportação subira a 787.991.000 lb. valendo apenas 52.467.943 dollares, ou 220 mil e 300 contos de réis! havendo pois uma differença contra o paiz de .Rs. 296.400:000$000.

Não podia ser mais aterrador o quadro.

A differença que a Republica deixava de receber, e os torradores e especuladores tinham embolsado, dava em dois, quando muito em trez annos, para saldar toda a divida externa do paiz, mesmo ao cambio baixo de 12!

A drenagem soffrida era peor, muito peor do que a que a lavoura soffrera quando tivera, por effeito da lei de 13 de maio, de abrir mão do trabalho servil.

A sangria que a debilitava e reduzia o lavrador á condição inferior á do colono era peor do que a soffrida por occasião da guerra do Paraguay, que custara mais de 600 mil contos. Tanto em um como em outro caso a Nação supportara os sacrificios porque a lavoura estava em plena prosperidade, a exportação em augmento com os seus productos valorizados.

Ninguem se illudisse a questão financeira só poderia ser definitivamente resolvida quando fosse possivel defender e valorizar a producção nacional.

A chave do problema financeiro estava na solução do problema economico! Queria isto dizer que, sem se resolver este, não se conseguiria liquidar o outro. Esta é que era a verdade.

A agricultura fôra e seria em todos os tempos e em todos os paizes do mundo, a grande fonte, o grande e inesgotavel manancial de riqueza publica.

Citou o orador os exemplos dos Estados Unidos, do

Egypto, do Transwaal. A crise cafeeira cerceando os recursos dos lavradores, a falta de meios não lhes permittia tratar bem das lavouras de uma planta que tanto exigia do sólo. E no emtanto era o Brasil fertil em exemplos deste grave perigo.

O vale do Parahyba, outróra coberto de extensissimos cafesaes, em plena producção, vivia quasi abandonado, e com producção tão escassa, que já não offerecia compensações e nem deixava margem a lucros.

Si se não protegesse a actual lavoura do café, ella se iria extinguindo. Dentro de duas ou trez dezenas de annos, estaria morta, sem ter deixado ao paiz somma equivalente á perdida fertilidade da terra.

Referiu-se Ellis aos esforços que o Governador de São Paulo vinha desenvolvendo no sentido de se minorar a crise.

Resolvera nomear uma commissão de pessoas altamente autorisadas para estudar o assumpto, certo de que para resolver tão grande problema, havia necessidade de medidas completas.

Esta commissão, apresentara o seu projecto optando, em primeiro logar, pela limitação das plantações e lembrando outros alvitres.

Este parecer devia ter sido submettido á apreciação do Congresso Estadoal ainda ultimamente.

Não o fôra porque sobreviera justamente a grande geada de 18 a 19 de agosto de 1902.

Esse phenomeno meteorologico, outróra o pavor dos lavradores, porque viam em uma só noite, no espaço de poucas horas, desapparecer o trabalho de tantos annos, a fortuna e o patrimonio de suas familias fôra no emtanto recebido com geral alegria. Afigurava-se a todos que no exterminio e destruição de grande parte da lavoura de café estava a solução do difficil problema.

Suppunham todos ingenuamente que os enormes prejuizos da geada seriam compensados pela alta dos preços.

Dahi a satisfação geral.

Mas tal alta não se verificara apezar da geada haver queimado, destruido, ou, pelo menos, gravemente damnificado 130 ou mesmo 140 milhões de cafeeiros, vinte por cento dos cafesaes de S. Paulo.

Além dos estragos directos, causados pelo phenomeno havia ainda a considerar os que o frio intensissimo occasionara nas plantas por ella poupadas.

Os lavradores conheciam por dolorosa experiencia quanto

os effeitos das temperaturas baixas são terriveis em relação á frutificação.

Podia-se, desde já, prever e asseverar que as duas ou trez outras safras futuras seriam bem menores do que as passadas.

Era ou não natural, portanto, que, com uma safra corrente pequena e outra futura ainda menor, esperassem todas sensivel alta de preços?

Nada mais logico, desde que se asseverava que a superproducção era a principal, sinão a causa unica, da desvalorisação do café.

E como explicar tal ordem de coisas: só pela insaciabilidade dos magnatas poderosos directores dos *trusts* do café!

Os vampiros que sugavam e continuavam a sugar a lavoura brasileira, impiedosos, não concediam siquer o bastante para a satisfação dos compromissos dos lavradores em relação aos colonos e camaradas.

O café continuava, em summa, a ser vendido nas praças de Santos e Rio de Janeiro pelas mesmas cotações.

Si os preços do café fossem os mesmos de cinco annos atraz, isto é, de 80 a 100 francos por sacca de 50 kilos, exportando só o Estado de S. Paulo, 11 milhões de saccas de 60 kilos, teria recebido, em pagamento, 50 milhões esterlinos.

Pois bem, a quanto montara a exportação total da Republica em 1901?

Não attingira a 38 milhões de esterlinos!

Se o Brasil recebesse semelhante somma por certo não teria cambio de 12 dinheiros, mas de 18 e 20, pelo menos.

Não contestando que houvesse super-producção sobre o consumo, estava Ellis convencido, entretanto, de que não era esta a causa principal de desvalorisação.

O exportador americano comprava o café, no Rio de Janeiro e Santos, por 5 1/2 cents a libra.

O mesmo café, depois de torrado, vendia-o a 25 e 30 cents.

Estava o povo tão habituado a estes preços que, si por ventura algum torrador o vendesse por menos, não augmentaria a clientella, de fórma que o lucro, a differença, ia exclusivamente para o bolsinho do torrador.

Não ficava á lavoura brasileira, siquer, o triste consolo de ver augmentado o consumo, e, portanto, equilibrada a producção.

Proseguindo appellava o deputado paulista para o Presidente da Republica, no sentido de amparar a periclitante lavoura cafeeira. E ao mesmo tempo censurava o antigo minis-

tro do Governo Provisorio, Dr. Demetrio Ribeiro, que chefe da commissão de propaganda cafeeira na Europa no emtanto se deixava entregue á inercia, affirmava.

Contemporaneamente aproveitava a occasião para apresentar um projecto tendendo a favorecer a lavoura algodoeira afim de que houvesse abundante materia prima para a saccaria destinada ao café.

Triste era dizer-se que a incuria, o desleixo iam ao ponto de fazer com que dispondo o Brasil de grande variedade de materia prima para o ensaque de café, importava, para favorecer a trez ou quatro fabricas, o fio de juta, aqui tecido e vendido aos lavradores, pelo duplo ou triplo do que custava.

E isto com prejuizo do Thesouro Nacional, que deixava de perceber a importancia avultada das taxas de entrada de aniagem e maior prejuizo da lavoura tambem, que pagava o dobro do custo do sacco. Assim se enriqueciam trez ou quatro industriaes, senhores do monopolio exclusivo da fabricação de saccaria, empregada para a exportação do café.

Ha trez annos occorrera até uma crise por falta de saccos!

Aproveitaram-se da circumstancia os felizes monopolisadores, elevando ao duplo o preço da sua mercadoria.

Chamavam industria nacional o odioso monopolio, que nada tinha de nacional, desde a cobertura das fabricas, que era franceza, machinismos trabalhadores estrangeiros, e até o fio de juta, que entrava para ser tecido e entregue ao commercio.

Se se reduzisse a tarifa da aniagem, naturalmente a saccaria ficaria por preços bem menores.

Era o protecionismo, odioso que concorria para a riqueza de trez ou quatro individuos, dispondo do poder discricionario de elevar o custo da mercadoria, a seu talante e bel prazer.

Perdia o Thesouro Nacional!

A industria nacional, sob essa fórma, nada adeantava ao paiz, pois a materia prima empregada era de procedencia estrangeira.

E além de tudo nada menos conveniente, como envolucro do café, do que a aniagem de juta, affirmava o deputado por São Paulo.

Quasi seria melhor enviar-se para a Europa o café, a granel, como se milho fosse ou castanhas do Pará.

A aniagem transmittia ao café um cheiro muito desagradavel especial, privando-o do agradavel perfume e aroma, uma de suas virtudes. Não o defendia da humidade que, o deteriorava, por ser o café altamente hydrometrico.

O sacco de aniagem era portanto, o peor dos envolucros.

Terminou Ellis o seu grande discurso com dois appellos ao Governo, para que acabasse com a tarifa movel ferroviaria e a imprensa brasileira para que incentivasse os debates sobre a crise cafeeira concitando os melhores espiritos do paiz á arena dos debates.

E apresentou um projecto autorisando o Governo a conceder premios de 20 a 25 contos de réis ás fabricas de tecidos que, com materia prima nacional, fabricassem e vendessem annualmente, de 400 a 500 mil saccos, grandes, proprios para o ensaque de café.

Tanto este projecto quanto o anterior relativo ao banco de credito agricola não tiveram andamento porém.

CAPITULO XL

A crise cafeeira exposta ao Parlamento por Alfredo Ellis — Revide de accusações feitas aos lavradores de S. Paulo — As condições penosissimas em que se debatia a lavoura paulista — Triumpho dos intermediarios sobre os productores — Recriminações contra os açambarcadores norte americanos

A 27 de setembro de 1902 pronunciou Alfredo Ellis novo discurso sobre a crise cafeeira, na Camara dos Deputados onde representava S. Paulo.

E encetou-o pintando com as côres mais sombrias a situação da lavoura que se achava em *verdadeira agonia com os signaes precursores da morte.*

E isto se depreendia do facto de se ter até antes passado a legislatura, sem que uma só voz se tivesse levantado, no recinto da Camara, para assignalar e apontar os perigos da situação — indicando o remedio ou suggerindo as medidas capazes de, pelo menos, attenuar a gravidade da crise.

E no emtanto era a lavoura o esteio do Brasil. Sem o seu concurso não se cumpririam as clausulas do *funding loan* ainda agora.

E de anno para anno, desde 1896, época em que principiara a crise até agora, a agonia da lavoura se prolongava lenta mas certa e inevitavel.

Abria um parenthesis para responder a certas accusações de esbanjamento que nescios e ignorantes atiravam aos lavradores e a seus filhos que na sua opinião não mereciam consideração e nem auxilio, *porque levantavam palacios, esbanjavam fortunas nas mesas de jogo e consumiam o patrimonio em faustosas viagens á Europa.*

A accusação, partindo do particular para o geral, era inepta, e até mesmo profundamente estupida.

Não podia a classe ser responsabilisada pelas loucuras e extravagancias de meia duzia de seus membros, assim como

não se poderia taxar de covarde um exercito por conter em seu seio um numero insignificante de soldados pusilanimes e fracos. Não, não era verdadeira a accusação atirada á lavoura.

Viajara pela Europa e Estados Unidos e podia affirmar, sem receio de desmentido, que em parte alguma do globo se trabalhava mais do que em S. Paulo. Como prova de tal bastava lembrar que a crise brasileira era crise de excesso de producção, do excesso de trabalho portanto!

Não era a super-producção apenas a responsavel pela crise e sim tambem a falta de defesa do genero. E esta a principal.

Com um producto como o café, que melhora de preços e de qualidade quanto mais tempo guardado, e sabendo-se que ás safras abundantes seguem-se quasi sempre, outras pequenas, não deveria o excesso das duas ultimas colheitas pezar no mercado a ponto de descerem as cotações de 100 a 33 e a 35 francos por 50 kilos!

A duas colheitas abundantissimas haviam-se seguido uma pequena, em andamento, e outra, em perspectiva, tambem pequena.

O equilibrio parecia dever restabelecer-se mas os preços não subiam para os productores ao passo que os consumidores continuavam a pagar os mesmos de outróra.

Ora, si todo o café se vendia e achava collocação, sendo até procurado, com avidez, nas proprias fazendas, por uma legião de agentes de casas exportadoras, e si o consumidor o comprava pelos mesmos preços antigos claro estava que os enormes lucros resultantes da operação ficavam nas mãos dos intermediarios e dos torradores que retalhavam o producto e o entregavam ao consumidor.

A super-producção por si só devia determinar a falta de procura — facto este que não se dava porque a procura continuava e as safras todas eram exportadas não se desprezando nem as qualidades mais baixas e ordinarias.

A enormissima baixa de preços, que chegava ao ponto de não deixar lucro algum ao productor, devia accentuar-se se houvesse realmente super-producção no mercado a retalho pondo o genero ao alcance das classes pobres e, por este facto, concorrendo para augmentar o consumo.

Não era isto, porém, o que se dava — o consumidor continuava a comprar o café por preços elevados e o productor morria na miseria porque era vendido o seu producto abaixo do custo da producção. E com o café nos mercados americanos e europeus pelos preços altos, dos ultimos annos, o consumo

não augmentaria sensivelmente, o desequilibrio continuaria. Completamente perdidos seriam os sacrificios do productor, que continuaria a lutar, esperando melhores preços e remuneração para o seu trabalho.

Metade da lavoura brasileira pereceria se os poderes publicos não a amparasse. Ahi subiria o preço do genero mas á custa de terrivel desbarato da fortuna particular e publica.

Era um absurdo tomar em consideração o que recommendavam certos individuos desconhecedores dos assumptos economicos quando recommendavam a polycultura aos lavradores de café do Estado de S. Paulo, por exemplo.

Como poderia o Brasil concorrer com outras nações que sobre elle tinham superioridade na producção do trigo, da lã, do milho, da carne e outros productos? Como concorrer com taes paizes com culturas desenvolvidas em terrenos proprios, mercados certos e fretes baixos, desprezando aquella que lhe fizera a riqueza e custando os esforços de duas ou de trez gerações para o deixar no pé de prosperidade em que estivera até havia pouco?

A polycultura podia ser adoptada e praticada mas nos Estados que não produziam café.

A um aparte de Fausto Cardoso de que a polycultura nem sempre era possivel, sendo determinada pela natureza, lembrava Ellis a situação especial de S. Paulo.

Nenhum Estado, nem os de Minas Geraes e Rio de Janeiro, que aliás produziram e produziam café em larga escala, podiam concorrer com o seu vizinho do sul. Tinha a seu favor o formato dos espigões drenados e de enorme fertilidade, de sólo profundo e facil trabalho para as capinas e as colheitas feitas de uma só vez e na época apropriada por causa dos mezes seccos. Além das vantagens naturaes que lhe asseguravam a supremacia na producção da preciosa rubiacea sobre todos os outros Estados e paizes, possuia a convergencia de todas as forças vivas do Estado, para o desenvolvimento de sua cultura em larga escala — grandes fazendas com todos os melhoramentos e machinismos modernos — servidas admiravelmente por um systema ferroviario que facilitava extraordinariamente a exportação do producto. O conjuncto de todas essas vantagens fazia com que se pudesse lançar em Santos prompta para o embarque, uma sacca de café por preço muitissimo inferior ao que poderia fazel-o qualquer outro Estado productor.

Não receiava concurrencia a lavoura paulista.

Tanto isto era verdade que, si porventura, os preços bai-

xassem ao ponto de que se tornasse impossivel a cultura cafeeira a ultima sacca entregue ao mercado viria de S. Paulo.

O deputado paulista Rebouças de Carvalho, corroborou ao mesmo tempo que nas fazendas de café havia producção de cereaes e tratavam da pecuaria os respectivos colonos. Os que queriam impellir os cafeicultores á polycultura, continuava Ellis, esqueciam-se ou não sabiam que o salario vem sempre a ser um supremo e unico regulador de qualquer industria.

Pelo systema vigente de cultura, não podia a lavoura de São Paulo pagar o salario que um trabalhador commum exigia, para empregal-o, visando lucros, na plantação de milho, feijão ou de arroz.

A verdade, porém era que produzia o sufficiente para a alimentação regional e, se S. Paulo importava parte daquelles productos era isto devido ás estações porque nem sempre corriam bem, influindo na diminuição da colheita.

A um aparte de que constituia verdadeira lei de economia politica o facto de que a industria vencedora era a que demandava menos esforço e menos dispendio, objectava o deputado paulista que naturalmente, quem não tinha sobra de braços disponiveis, não iria minerar o ferro, tendo ao lado uma jazida de ouro.

Desde que os preços de café deixassem maior lucro e compensassem amplamente os esforços e sacrificios, seria inepcia plantar qualquer outra coisa, sem a certeza de vantagens correspondentes ás que a cultura do café proporcionava.

Não havia duvida e ninguem o contestaria que outros Estados podiam e deviam cuidar seriamente da polycultura, porque não estavam nas condições de S. Paulo.

Aos paulistas se arguira e censurara porque não produziam mais milho, feijão, arroz, algodão e trigo, como se tivessem elementos disponiveis e só por má vontade e falta de boa orientação deixassem de o fazer! O que, porém, não se podia contestar, é que trabalhavam tanto, que haviam chegado a provocar uma crise determinada por excesso de producção. O que se não podia contestar por ser facto aliás consignado no relatorio do Ministro da Fazenda, era que o Estado de S. Paulo concorrera com mais de 300 mil contos, quando a exportação total da Republica attingira 640 mil contos de réis, S. Paulo trabalhava pouco e no emtanto concorria com quasi metade do valor total da exportação do Brasil!

Queria isto dizer que ninguem podia accusar os paulistas

de não serem bons brasileiros, não concorrendo para a prosperidade e riqueza nacional.

Si cada qual dos demais Estados exportasse nas mesmas proporções, seria o Brasil a nação mais rica e mais prospera do Universo.

Uma commissão das mais autorisadas cafesistas, escolhido pelo governo de S. Paulo, para estudar a crise apontava varias medidas a se executar sendo as principaes a limitação das plantações de café, a eliminação indirecta dos cafés escolhas que tanto pesavam sobre os *stocks* e tanto desvalorizaram o producto, e a reducção dos fretes ferroviarios. Além destas, lembrara a commissão outras complementares que muito concorreriam sem duvida para mitigar e attenuar a crise que arruinava progressivamente o Brasil.

A geada de agosto encarregara-se de limitar as plantações e diminuir as safras que, por dois ou trez annos, seriam bem reduzidas, visto como a destruição attingira 20 % do total das lavouras de todo o Estado.

Em relação aos fretes absurdos que as diversas companhias cobravam pelo transporte do café, depois de conseguirem dos governos federal e estadual, a tarifa movel era preciso que se adoptasse uma medida qualquer alliviando o producto de tão pesado encargo.

Não havia mercadoria, nem producto algum no mundo que supportasse taxa de transporte correspondente a um maximo de 270 kilometros e equivalente a 20 e 25 % *ad valorem.*

E o café pagava e continuava a pagar semelhantes fretes absurdos e prohibitivos.

Nos tempos em que o café era o *rei café* e tinha majestade supportava, sem azedumes e sem recriminações a onerosa tarifa, com o decorrer da crise porém, a verdadeira barbaridade correspondiam fretes, que equivaliam a positivo esbulho. contra o qual a classe inteira devia e com toda a razão insurgir-se.

Haviam outróra as ferrovias obtido tarifas moveis allegando que vehiculavam baratissimo uma mercadoria deixando enormes lucros. Mas a sacca de café viera de cem a vinte cinco mil réis e no emtanto os fretes continuavam os mesmos.

Nem procedia o argumento do preço de carvão de pedra pois haviam passado a empregar: lenha nos comboios, produzindo verdadeira devastação florestal que, si o Governo não obstasse, logo e logo, produziria irreparaveis males e pessimas consequencias, modificando até a climatologia e regimen das

chuvas. Já estas se iam tornando mais escassas de anno para anno.

A baixa do café não trazia apenas o empobrecimento do lavrador dizia respeito até ás proprias condições ethnicas brasileiras.

As raças definhavam como os individuos quando sem os alimentos necessarios, assim como a miseria atrophia o organismo, depaupera tambem o espirito enfraquecendo o physico e o moral.

O lavrador empobrecido retirava os filhos dos collegios reduzia as despesas, até as mais urgentes, sacrificava as suas e as commodidades da familia, privava-se até do quasi essencial para poder continuar a lutar, aguardando, esperando melhores tempos, melhores preços.

Ahi estava a situação nitidamente pintada, sem carga de toques negros. Lutando com as maiores difficuldades e fazendo os maiores sacrificios, o lavrador sentia, percebia via que no artigo — café —, que elle produzia, todos lucravam, todos enriqueciam desde o colono até o commissario, desde a estrada de ferro até o carroceiro, menos elle, que indefeso, sem recursos para proteger o seu producto, era forçado a entregal-o a vil preço afim de, já para começar, satisfazer os colonos que, como uma alcatéa de lobos, lhe rondavam a morada á espera do que aliás lhes era devido...

Terriveis as condições de apertura em que se viam os fazendeiros paulistas.

Nas melhores terras de S. Paulo, que chegavam a produzir annualmente, dois, trez e mesmo quatro kilos de café por arvore, sob um clima apropriado e em estabelecimentos formados e completamente organizados, o custo minimo da producção por arroba de café, regulava ser o de 4$000. Se a isto se addicionasse, o carreto em Santos para o armazem do commissario e a commissão deste, chegar-se-ia a um total de 2$000 no minimo, que sommados ao do custo da producção attingia 6$000 por 15 kilos.

Vendido por 6$400 a 6$800 por arroba, deixava o café apenas ao lavrador para os seus gastos particulares, administração, pessoal e juro de sua propriedade, a insignificancia de 400 a 600 réis por arroba!

Mas como pudera o lavrador paulista chegar a tão triste situação?

Confiante no seu esfórço e na uberdade das terras, na época das *vaccas gordas*, em que o café era o rei café immobilisara em novas plantações, os lucros que percebera das anti-

gas abrindo novas fazendas, devassando os sertões, concorrendo com o seu trabalho, coragem e tenacidade para a prosperidade do Estado e do paiz.

O especulador, que estava á sua espreita, sabia perfeitamente que o lavrador não sendo financeiro, commettia gravissimo erro não se restringindo, não deixando reservas em dinheiro para o gyro, isto é, para o custeio das suas propriedades.

Immobilizara o seu capital, não se lembrando de que, si sobreviesse uma baixa de preços teria de sacrificar o producto para fazer face aos salarios de colonos e camaradas.

Deixara o producto, em summa, indefeso e via-se agora forçado a custeal-o por qualquer preço, até mesmo abaixo do custo da producção.

Esta era a verdade plena!

O especulador, completamente senhor da situação e dispondo de capital, escravisara o lavrador pondo-o em condição inferior á do colono. Dava-lhe pelo café o que queria e quizesse a saber o sufficiente para mantel-o na lenta asyhyxia e agonia em que se achava. E si o não matava de vez, baixando ainda mais os preços era porque tal não lhe convinha. Cessariam os lucros e perderia a gallinha de ovos de ouro.

A misera lavoura paulista representava o papel de Gilliatt, desarmado, nos tentaculos do poderoso polvo, que se chamava o *trust*. Poderosos syndicatos, grandes companhias de torrefação se haviam organizado e exploravam o commercio de café, sugando todos os lucros, auferindo todas as vantagens do producto, comprado no Brasil a vil preço para ser vendido, torrado, pelo quadruplo do que custara.

Não havia muito, uma circular da firma Crossmen Brothers de Nova York, firma que dispunha de uma centena de milhões de dollares cynica e audaciosamente, declarava que a sua casa *continuaria a comprar café por preços baixos e infimos, porque os brasileiros oriundos de uma raça forte e trabalhadora, como a portugueza, tinham grande capacidade de trabalho mas pouca capacidade intellectual.*

Além do esbulho — o escarneo!

Se os americanos possuissem o monopolio do café, não venderiam uma só libra sem taxarem o preço que, por certo, não seria o infimo, que aos brasileiros pagavam pelo precioso producto.

E os explorados, que faziam? Cruzavam os braços ou estendiam as mãos para receber em troca a esmola que se lhes queria dar?

Sim, porque o café, anomalia extraordinaria, era o unico genero, em cuja venda o productor não marcava o preço.

O lavrador, em regra, entregava, na estação mais proxima de sua fazenda, o café beneficiado e ensaccado; e não sabia o rumo que tomaria, quem o comprara, si fôra ou não misturado com outras qualidades inferiores, nem o verdadeiro preço que alcançara.

Era preciso por força conseguir a reducção dos direitos de entradas do café em diversos paizes europeus. A attitude da Italia mostrava-se por exemplo incomprehensivel. Vinha a ser o paiz que mais auferia lucros com a cultura de café no Brasil pois mais de cincoenta milhões de liras lhe enviava a sua colonia do Estado de S. Paulo annualmente.

A população italiana no Estado chegava a cerca de um milhão de almas, cuja prosperidade dependia da lavoura de café, que lhe proporcionava trabalho e salarios tanto mais elevados quanto mais altas as cotações.

Era portanto tão interessada quanto o Brasil nesta questão e devia facilitar a entrada do café para dar sahida aos seus productos procurados, naturalmente de preferencia por seus filhos domiciliados no Estado de S. Paulo.

Era incomprehensivel pois a orientação do governo italiano, mantendo taxas prohibitivas sobre o café, aliás muito apreciado por todos os italianos immigrados para o Brasil. Devia ser mais amiga deste do que da Republica Argentina, porque elle não era seu concorrente na producção do trigo e do vinho, principalmente em relação ao trigo. Muito breve, lhe faria concorrencia e muito seria em relação ao vinho.

A politica actual de todos os paizes era a commercial — abrir mercados para os seus productos.

A Italia, porém, contrariava essa politica racional, propositalmente, guerreiando e fechando os que a natureza lhe concedera sem dispendio e sem sacrificios.

Politica realmente incomprehensivel, só podia ser explicada por falta de estudo e de conhecimento do verdadeiro estado das coisas.

CAPITULO XLI

A ultima mensagem de Campos Salles ao Congresso Nacional em 1902 — Exposição dos resultados obtidos com o cumprimento das clausulas do Funding Loan — A baixa dos principaes productos de exportação — Informações do relatorio de Joaquim Murtinho — Ainda a proposito da grande crise bancaria de 1900 e a derrocada dos bancos fluminenses — Commentarios diversos

Quasi chegado ao termo de sua missão governamental, declarava Campos Salles ao Congresso em 1902, ninguem poderia attribuir-lhe intenções veladas nem lhe suspeitar sinceridade isenta de qualquer egoismo politico.

Subira á suprema magistratura do paiz trazendo bem funda a consciencia de sua grande responsabilidade de que era penhor o seu já longo passado de homem publico no antigo e no novo regimen.

Nutria a convicção de tudo haver feito para bem cumprir o dever.

Era preciso recordar as circumstancias em que se debatia o Brasil ao assumir o Governo da Republica. Gravissimas as difficuldades a enfrentar, não todavia o que a declamação enferma dizia ser o descalabro da Republica. Apenas se lhe affigurava que o paiz só precisava de governo; encerrar a politica aos adiamentos abrindo-se resolutamente a phase das soluções.

Acabava o Brasil de assignalar concordata com os seus credores externos; um facto dessa natureza, de tão pungente anomalia na vida de um povo, bastava para caracterizar uma situação de excepcional gravidade.

Quando elle presidente em meio do geral desalento affirmava que o Governo da Republica possuia os meios necessarios para desempenhar-se com honra e sem humlihação dos

pesados compromissos, era de justiça confessar que bem raros haviam sido os que não classificavam tal confiança á conta de méra phantasia optimista.

Em quadro succinto de quanto era onerosa a herança de erros, que vinham de bastante longe, consignava Campos Salles o que encontrara.

Pagamentos suspensos.

A circulação do papel-moeda elevada a 788.364:614$500.

Resgate a realizar-se em virtude do convenio de Londres, 115.997:710$000.

Media annual da taxa cambial 7 3/16.

Os titulos brasileiros depreciados nas cotações das bolsas estrangeiras de cerca de 50 %.

Resto do emprestimo externo de 1897 por lettras do Thesouro pagaveis mensalmente a liquidar-se no exercicio de 1899 — £ 1.122.083.

Letras do Thesouro emittidas por antecipação de receita e em circulação — 20.350:000$000.

Saldo contra o Thesouro em conta corrente do Banco da Republica 11.000:000$000.

Prestação a pagar por material de guerra, em virtude de encommendas — £ 274.694.

Em face destes encargos existiam apenas no Thesouro 5.492:854$000. Na Agencia de Londres — £ 81.713.

E como moldura de tão negro quadro ainda a liquidação de avultados deficits orçamentarios dos exercicios anteriores.

Em presença de tal situação o programma do Governo estava virtualmente traçado; o problema financeiro era inilludivelmente posto no primeiro plano.

Obedecendo ao imperio de taes circumstancias e tomando como dever primordial resguardar a honorabilidade da nação na execução dos compromissos, declarara o Presidente de modo cathegorico, que não seria licito votar novas despesas nem mesmo tolerar as de caracter adiavel, antes de se por ordem nos negocios do paiz regulando suas contas.

Após haver feito uma resenha das condições do Brasil a 15 de novembro de 1898 pedia Campos Salles permissão para expor as em que deixava o paiz ao terminar o seu periodo presidencial. O simples confronto bastaria para esclarecer os moveis e os intuitos de sua politica, e assignalar-lhe a efficacia.

Os pagamentos em especie, restabelecidos no prazo preciso do convenio de 25 de junho de 1898, iam sendo feitos com rigorosa e honesta pontualidade.

A circulação do papel-moeda, alliviada pelo resgate de 107.913:356$000 reduzia-se a 680.415:258$000.

Subira a taxa cambial ao nivel de 12 dinheiros.

A grande massa de papel em circulação, que em sua primitiva totalidade apenas representava o valor de £ 23.500.000 passara a representar £ 34.00.000.

Os titulos brasileiros haviam attingido uma alta de cerca de 35 % nas bolsas estrangeiras.

O resto do emprestimo de 1897 — £ 1.122.083 — fôra pago por prestações mensaes no decurso do exercicio de 1899, na forma estipulada.

Os debitos por encommendas e contractos estavam pagos.

Não existia em circulação um só bilhete do Thesouro.

O deposito em Londres attingira a £ 2.000.000 (que se restaurava pelas remessas mensaes quando acaso desfalcado e mais £ 1.000.000 em consolidadas.

Na conta corrente ao Banco da Republica (excluida a conta da liquidação antiga com £ 300.000 do Thesouro a favor) existiam 12.000:000$. Por consequencia, a somma dos saldos, reduzido o ouro a papel, ao cambio do dia, era de 80.000:000$000.

Finalmente banira-se o *deficit* e instituira-se o regimen dos saldos orçamentarios.

Para completar estas informações com uma nota altamente significativa já o Governo remettera, em cambiaes, para Londres, no primeiro quadrimestre £ 9.000.000.

Outras providencias adoptadas ainda melhoraram as condições do Thesouro.

Entre ellas salientavam-se o resgate de titulos, ouro no valor de £ 4.400.000, e apolices internas papel, na importanica de 6.200:000$000.

Addicionados taes valores ao disponivel em Londres, verificava-se que a divida publica, embora computados os novos encargos provenientes do *funding* (£ 8.700.000), não chegara a ter um accrescimo de dois milhões esterlinos. Computada porém a somma correspondente de resgate do papel-moeda um dos pesados encargos da Nação, verificava-se consideravel differença em allivio do Thesouro.

Para provar quanto custara em esforços de economia, methodo e fiscalisação a obra da reparação financeira, era imprescindivel recordar que no periodo presidencial de 1894 a 1898 não haviam bastado ás necessidades da vida nacional os recursos orçamentarios. O Governo utilisara-se, a mais, dos emprestimos, £ 8.122.080 ouro; contrahira emprestimos-papel

na importancia de 160.000:000$, emittira lettras do Thesouro na somma de 20.350:000$ deixara no Banco da Republica, um debito em conta corrente de 11.000:000$; tentara o resgate retirando 30.000:000$ da circulação mas fizera emissões na importancia de 55.000:000$000 o que redundara no accrescimo de 25.000:000$000 destinados ás urgencias de administração; vendera navios de guerra no valor de £ 457.194; percebera pela venda das *debentures* da Companhia Leopoldina £ 560.000. Assim a administração anterior, além da renda publica arrecadada durante o quatriennio lançara mão de recursos extraordinarios £ 9.139.000 e papel 216.350:000$000! Verdade é que o quatriennio Prudente de Moraes tivera que arcar não só com a consequencia dos erros dos governos passados como com a mais difficil situação politica.

Os resultados auferidos e assignalados haviam sido conseguidos sem emissões, antes effectuando-se o resgate de consideravel somma sem emprestimos, antes solvendo compromissos e restabelecendo o regimen da pontualidade dos pagamentos em especie. Nada se alienara do patrimonio nacional. Pelo contrario adquirira-se cerca de 1.970 kilometros de estradas de ferro para a União.

No periodo de 1894-1898, o cambio apresentava a taxa media de 10 3/32 entrando desde logo em baixa continua até que, chegara á media de 7 3/16. No decurso do quatriennio, porém, abrira-se com esta media e entrara em movimento progressivo de alta até attingir o nivel de 12 d. Se se ponderasse que o mesmo movimento de desvalorisação e revalorisação se operara quanto aos titulos brasileiro, nas mesmas épocas, chegar-se-ia á consoladora evidencia de que, para honra da Republica, ao penoso movimento de decadencia do credito nacional succedera o da rehabilitação.

Ufanava-se o Presidente, repetindo alheio conceito, de que se utilisara no seu manifesto eleitoral: *As cifras não governam o mundo, mas dizem como o mundo é governado.*

A renda total da Republica attingira 36.233:667$000 ouro, e a 236.304:215$000 papel.

Comparadas com as rendas do exercicio anterior verificava-se que á excepção da renda em ouro e ao imposto do sello, todas as outras haviam soffrido diminuição. Graças porém á economia realizada nos diversos ministerios, encerrara-se o exercicio com saldo ouro de 10.819 contos, e 3.042 papel.

Reduzindo o saldo ouro a papel do cambio de 12 d. o total devia elevar-se a 27.387:162$000.

A questão financeira, o mais difficil problema a ser enfrentado — e o fôra com exito — pela fecunda actividade do seu honrado antecessor, entrada em phase de solução pelo restabelecimento dos pagamentos em especie, havendo cessado a situação grave e excepcional creada pelo *funding loan*.

Continuava porém, a considerar a situação financeira como grave problema de governo.

O desenvolvimento da producção, base da riqueza do paiz concorreria efficazmente para o reequilibrio da situação financeira mas infelizmente, o estado economico do paiz não apresentava condições de prosperidade, exigindo dos poderes publicos cuidados attentos.

A baixa de preços dos principaes productos gerava quasi o desanimo dos productores que apenas recebiam compensação minima do seu trabalho, como os do café.

Extraordinarios applausos do Exterior pontuaram as declarações do Presidente. Assim os tradicionaes banqueiros do Brasil, a casa Rotschild, saudaram o presidente expressando o seu enthusiasmo pelos triumphos alcançados, apressando-se em exprimir seu grande e sincero contentamento em presença desta situação prospera, pela qual verificara o reflorescente estado das finanças brasileiras, em contraste com as condições em que se achavam quando o presidente fôra eleito chefe do governo.

Discriminando as rendas arrecadadas em 1901 explanava Campos Salles que haviam sido:

	Papel	Ouro
A alfandegaria	136.190:045$	35.079:753$
A do consumo	32.552:591$	
A do sello	16.328:400$	
A do interior	79.849:000$	
A extraordinaria	10.191:000$	

Em summa a renda total attingira 36.233:669$ ouro e 236.304:915$ papel.

Se se deduzisse da renda ouro e dos recursos do *funding* no 1.º semestre ou fossem 48.901:741$ o total de 38.082:000$, que representava a despesa, occorria um saldo ouro, de Rs. 10.819:741$000.

Se do total em papel 236.304:215$000 se deduzisse a importancia de 233.261:470$ além da qual não poderiam subir as despesas resultaria um saldo de 3.042:745$000.

Se se reduzisse o saldo em ouro a papel, ao cambio de 12 d. o saldo total se elevaria a 27.387 contos de réis.

Em agosto de 1902, retirou-se Joaquim Murtinho do Governo. E a sua sahida provocou extraordinarias demonstrações de apreço por parte dos capitalistas, financeiros e da maior parte dos orgãos da imprensa.

O *Jornal do Commercio* com o prestigio de sua autoridade affirmava que a administração do ministro resignatario fôra sob muitos aspectos a mais fecunda e a mais notavel das que se tinham verificado no paiz. Nenhuma, de certo, se lhe avantajara em saber a competencia e sobretudo na vigorosa perseverança com que adherira ao programma que se traçara.

Em 1898 chegara o Brasil á borda de verdadeira cataclysmo com a baixa vertiginosa do camgio. A desvalorisação da moeda corrente arrastara o paiz a enfrentar a bancarrota quando graças á iniciativa de um dos bancos inglezes, o Governo concluira com os credores estrangeiros o convennio de 15 de junho que, assegurando-lhe os interesses, dava ao mesmo tempo ao Brasil uma folga em que, observadas fielmente as clausulas do accordo, poderia porventura senão restabelecer o equilibrio orçamentario, que o cambio desvairara ou pelo menos, pôr ordem á situação do Thesouro, de modo que, finda a moratoria, e rehabilitado o credito nacional, vida nova recomeçasse.

Poucos acreditavam, no Brasil e na Europa, na fiel execução do convennio — uns por carecerem de fé nos recursos do paiz, outros por méro espirito de malevolencia que lhes suggeria os mais negros prognosticos, outros ainda por lhes parecer que a melhor politica seria calotear francamente o credor estrangeiro! Mas a grande maioria se mantinha descrente do exito porque a execução do arranjo do *funding* dependia de pulso muito tenaz, vontade indomita em conter a direcção da politica financeira neste rumo unico que o Governo determinara.

A gloria de Murtinho estava em ter demonstrado aos seus patricios e á Europa que no Brasil havia estadistas de alto valor capazes de esforços sobrehumanos e indifferentes á impopularidade voluvel quando se tratava da realização de um plano assentado de politica patriotica.

Cordealmente amparado pelo Presidente da Republica, que tivera a honra de sellar o accordo de Londres, manobrara a nau do Estado com mão segura, por entre mil escolhos, financeiras, e descendo á terra podia ufano contemplar a luminosa esteira de sua fecunda administração. O estado finan-

ceiro do Brasil ainda longe estava de ser lisongeiro; mas em quatro annos, nem em quatorze saldava uma nação em decennios de loucuras. Mas a tarefa do primeiro estadio estava cumprida e bem cumprida.

Era impossivel que um espirito superior de grande concentração intellectual, não tivesse excentricidades. Estas, porém, desappareciam quando se tratava de medir o peso de um homem de verdadeiro valor. Emfim o Ministro Murtinho deixava o Governo, ma snão seria esquecido.

Com a sua retirada da pasta deram-se alguns debates acalorados no Parlamento a proposito de politica financeira. Sobretudo entre o antigo Ministro Serzedello Corrêa e o Dr. Custodio Coelho de Almeida, reputado especialista em finanças.

Na opinião do *Jornal do Commercio* foi este ultimo menos feliz na critica á situação do Thesouro, ao pretender demonstrar que a administração Campos Salles recebera recursos da anterior. Isto lhe valera a refutação cabal do contendor armado dos dados mais recentes.

Em maio de 1902 o relatorio de Murtinho ao Parlamento consignava estas informações eloquentes:

O commercio, para obter os generos importados durante o anno, no valor de 17.000.000 esterlinos, pagara em 1898, á taxa de 6 d 680.000:000$; em 1899, a de 7 7/16 .... 548.571:419$; em 1900, á de 9 11/32, 436.665:506$; e, em setembro de 1901, 388.571:414$. Os lucros do commercio importador tinham vindo, pois, crescendo de anno para anno. O confronto dos dois annos extremos — 1898-1901 — frisava que a differença entre o que elle pagara em 1899, isto é, — 680.000:000$, e o que dispendera em 1901 — 388.571:414$, era de — 291.428:586$000.

O commercio importador, com as medidas financeiras do governo, economisara, pois, perto de 300.000:000$ nas zonas que tivera de pagar pelos generos importados no valor de 17 milhões esterlinos durante o anno, tendo sido esta economia na realidade muito maior porque em alguns mezes a taxa cambial mantivera-se muito acima de 10 1/2.

As cifras citadas no Relatorio e relativas ao commercio internacional haviam sido em milheiros de libras, para os saldos da exportação: 40.413.

O *Commercio exterior do Brasil* corrige este numero para 44.151, de accordo com a seguinte demonstração:

Annos	Importação	Exportação	Saldo
1900	21.409	33.163	11.754
1901	21.377	40.622	19.245
1902	23.279	36.437	13.158

Quando Campos Salles deixou o governo eram flagrantes os symptomas de convalescença financeira do Brasil. Sobretudo depois que com a eleição acertadissima de Rodrigues Alves se assegurou a continuidade da actuação financeira do quadriennio anterior. Desde muito, nos seus dois ministerios de 1892 e de 1895, deixara bem patente a sua orientação esclarecida. O facto de haver chamado, para a pasta da Fazenda, a Leopoldo de Bulhões constituia nova garantia de coherencia de pontos de vista.

Attenuando o rigor fiscal da presidencia anterior tratou Rodrigues Alves de levar a cabo a grande obra triplice que iniciara: a do estabelecimento do porto do Rio de Janeiro, do combate á febre amarella, da remodelação da velha capital brasileira.

Entre as medidas mais esclarecidas de Rodrigues Alves citam-se a abolição de imposto interestaduaes, o zelo pela confecção dos orçamentos a opposição ao deficit, o respeito pelos dispositivos orçamentarios.

Os impostos em ouro foram augmentados para 50 por cento, para certas classes e 35 para a generalidade dos casos, tendo o Thesouro a faculdade de transformar em numerario o superavit das sommas necessarias ao saldamento das despesas em metal.

O Governo, e o Congresso, esforçaram-se por diminuir os encargos ao Thesouro em moeda metallica. Esta convergencia de esforços se traduziu pela situação geral dos fundos especiaes, de gastos orçamentarios e do total dos emprestimos assim como pelo desenvolvimento dos capitaes importados e do curso cambial.

Accentuava-se o progresso, renascia a confiança, consolidando-se diariamente, sobretudo depois que o Banco do Brasil restabelecido de grave crise pudera retomar o papel regularisador do mercado cambial.

Sob o ponto de vista da politica monetaria e da orientação economica pensa Calogeras que ahi está o serviço capital do periodo presidencial de 1902-1906, eminente serviço pres-

tado ao paiz pelo Conselheiro Rodrigues Alves e seu ministro Leopoldo de Bulhões.

O plano concebido e o mecanismo imaginado para o novo Banco do Brasil, quarto deste nome, estavam tão bem combinados que permittiram alicerçar solidamente a resistencia cnotra os excessos da agiotagem sobre o ouro.

Historiando a crise bancaria de 1900 com aquella attenção e consciencia, argucia e firmeza de conhecimentos que eram tão suas diz Calogeras que a fusão do *Banco do Brasil* e do *Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil* "conservara todos os germens de destruição creados pela gestão desastrosa, delapidatoria das duas instituições."

O resultado deste consorcio, o *Banco da Republica do Brasil*, começara a operar com um capital demasiadamente elevado, que não correspondia ao activo, com sobrecargas insustentaveis; por um lado majoração arbitraria de valores, por outra immobilisações que haviam tornado illusoria a funcção que lhe cabia de banco de circulação. Os descontos com isto se resentiam e o commercio legitimo não encontrava apoio no instituto quando sobre elle tanto devia contar.

Valera-se o Banco das perigosas permissões dos dispositivos das leis de 1875, 1885, e 1893. E o Thesouro com grande facilidade viera em seu soccorro numerosas vezes, fornecendo recursos creados por emissões especiaes legalmente resgataveis no decorrer do exercicio, garantidos pelo deposito de titulos mas de facto circulando muito além do limite legal.

Nada mais frisante do que o documento por Murtinho aduzido em seu relatorio de 1901. Em dez annos, de janeiro de 1890 a fevereiro de 1900, haviam sido emittidos 260.455 contos de réis para accudir ás exigencias dos bancos quando o resgate deste papel não attingira 20.000 contos.

Com a lei de 20 de julho de 1899 estancara-se a fonte destes soccorros e o Banco da Republica fizera ouvir as suas lamurias de falta de numerario, em vez de attribuir a situação ao accumulo de erros de suas administrações e a depreciação de seu capital.

Nesta occasião chegara a fome dos descontos a ser immensa, na praça do Rio, havendo como que desapparecido o credito, e existindo verdadeira impossibilidade de se levantar dinheiro até sobre a caução dos melhores titulos.

Em materia de cambio, affirma Calogeras fôra quasi sempre o Banco infeliz batido pela concorrencia dos bancos estrangeiros o que era explicavel em virtude da facilidade dos sup-

primentos das matrizes européas fartas de recursos metallicos, ás filiaes brasileiras.

Era a luta a mais desigual.

Em summa a sua situação era esta: deposito de titulos nascidos da orgia especuladora de 1889-1892, sem disponibilidades para agir commercialmente, em luta com concorrentes mais fortes e capazes de ser largamente soccorridos do modo mais efficiente. E por cima de tudo era o Banco mal gerido.

Quando Murtinho achou razoavel dar quitação da divida de 186.000 contos do Banco, a troco de um pagamento de 50.000 apenas, houve furiosa grita. Defendeu-se, allegando, peremptoriamente, que mais não podia o Banco pagar. Sua divida valeria comtudo em 18 annos este total; adoptara-se saldo de transacções como que o desconto de dividas em seu valor actual a juros compostos de 6 por cento.

Entende Calogeras que ha margens para censuras serias ao acto do Governo em relação ao accordo com o banco. Expondo as objecções principaes então formuladas entende que o principal fito do ministro teria sido talvez limitar, quanto possivel, as perdas do Thesouro, já tão avultadas.

Em todo o caso fôra elle quem provocara a terrivel crise de setembro de 1900.

"Teria sido bem ou mal? indaga o illustre historiador e economista.

Por mais sympathia que nos inspire a sorte dos que ficaram sob os escombros, victimas de erros que não eram seus e até talvez de faltas que haviam combatido, devemos lealmente confessar, arrostando até a pecha de insensibilidade e dureza — devemos confessar nossa profunda convicção que devidamente pesados, males e vantagens, a derrocada dos bancos em 1900 provocou resultados eminentemente beneficos, como o saneamento economico e financeiro da praça do Rio de Janeiro e dos principaes mercados que com ella mantinham relações."

Na derrocada geral dos bancos fluminenses salvara-se galhardamente o Banco do Commercio que não precisara cerrar os guichets.

Falando da fallencia do Banco da Republica teve Murtinho uma phrase lapidar.

"Oriundo da fusão do Banco do Brasil e do Banco dos Estados Unidos do Brasil, concentrara em sua carteira os residuos de todas as loucuras da Bolsa."

As medidas de Murtinho diminuiram os prejuizos dos credores do Banco mas os dos accionistas foram enormes como

era de esperar pois o capital do malfadado instituto nos ultimos annos quasi não passava de verdadeira mystificação.

E' muito expressivo o que Antonio C. de Andrada escreve synthetisando as conclusões do relatorio apresentado em 1902 pelos novos directores do Banco Drs. Custodio de Almeida Magalhães e Raymundo de Castro Maya.

As carteiras do Banco do Brasil e do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de cuja fusão se formara, transbordavam de acções e debentures de emprezas na mór parte fallidas e nascidas ao calor das emissões.

As acções e debentures caucionadas ao Banco do Brasil referiam-se a 196 emprezas, e no valor nominal, todos os titulos a 245.554:311$410.

Garantiam contas correntes na importancia de Rs. ..... 182.641:105$086. A relação de taes titulos "suggeria observação de que talvez nenhuma sociedade anonyma surgira no encilhamento que não tivesse acções e debentures na carteira do Banco, amparando debitos ás vezes verdadeiramente exorbitantes e que de antemão se poderiam considerar incobraveis.

O Banco da Republica dos Estados Unidos do Brasil tinha em carteira, como proprias, acções e debentures de 106 emprezas no valor nominal de 41.460:327$980 e, em garantia de debitos, titulos de 205 companhias e bancos, escripturados pelo valor de 273.470:590$296, importando os debitos por elles garantidos em 179.567:662$398. O valor desses titulos — observava o relatorio — estava muito reduzido, não alcançando muitos delles cotação alguma até.

CAPITULO XLII

Melhoria commercial importadora mercê de estabilisação cambial — Aggravação da crise cafeeira — Transformação operada no commercio cafeeiro — Baixa continua e desoladora das cotações — O plano valorisador de Quintino Bocayuva — Critica a este projecto — O Congresso dos lavradores em Campinas — Analyse do curso dos mercados em 1902

Em 1902 assignalava o retrospectista do *Jornal do Commercio* que a estabilidade do cambio durante o anno findo removera notavelmente as queixas do commercio importador; mas tão enraizado se mostrava o costume das referencias á crise tremenda, pela qual o paiz passava, que em quasi todos os documentos publicados, sobre os mais variados objectivos, constava allusão sombria ao desequilibrio cambial.

O commercio importador melhorara de condições, sensivelmente, como se deduzia do augmento das rendas aduaneiras.

Melhoravam tambem as arrecadações alfandegarias. Assim haviam sido:

	Contos de réis
Em 1901	126.967
Em 1902	141.543

Os algarismos demonstravam que a importação estrangeira, augmentara regularmente e estes algarismos persuadiam quanto não eram geralmente bem baseadas as reclamações sobre as más condições das praças nacionaes.

Falando da exportação de café expunha o analysta de 1902 os seus modos de ver sobre a crise que tão duramente assoberbava a lavoura e portanto ao paiz.

Desejaria poder referir-se á exportação ou pelo menos á de café, em termos menos sombrios, do que os que se via obri-

gado a empregar. Com a possivel attenção seguira durante o anno numerosos argumentos, planos e projectos publicados pelos aventadores de soluções para o mal estar cafeeiro.

Fôra-lhe util este exame attento.

Notara que os debatedores, numerosissimos, da questão avassaladora dos espiritos e que a todos preoccupava pareciam desprezar o ponto a seu ver principal, entre as causas da depreciação do valor do genero; o systema actual da producção. Sob o regimen servil, e durante os annos immediatos de 1889, o fazendeiro de café alargara o mais possivel as plantações de café, fazendo com que a producção ultrapassasse immensamente o consumo. Nessas novas lavouras haviam-se enterrado não só os capitaes particulares dos lavradores, como os dinheiros emprestados pelos commissarios, ou levantados por meio de hypothecas. Chegada a hora critica, quando o consumo não pudera enfrentar a producção os recursos já se achavam esgotados.

O fazendeiro de café, representava no Brasil o papel dos grandes proprietarios de terras nos outros paizes do mundo. Dono da fazenda, por herança, ou compra, deveria receber certo rendimento de suas propriedades, tal qual um socio commanditario de firma commercial, a espera da remuneração do seu capital. Mas o fazendeiro, obstinava-se em considerar-se não somente commanditario, como socio de industria assumindo responsabilidades que aos lavradores de suas terras deviam caber. Dahi as queixas amargas de uma classe que com a alteração no systema da lavoura, poderia até gozar de certa prosperidade.

Ao ver do reparador, existia apenas uma solução da crise agricola, os fazendeiros teriam de retalhar as propriedades entre os colonos ou outros quaesquer trabalhadores, sob contractos de arrendamento, ou portadores de hypothecas se não se vissem obrigados a vender as fazendas cahidas de suas mãos aos homens que effectivamente trabalhassem braçalmente nos respectivos terrenos.

Como vemos, opinião mais simplista do que esta seria impossivel emittir-se, reflexo de quem não conhecia senão perfunctoriamente o assumpto que versava.

Os salarios ora pagos aos colonos, além de conservarem os fazendeiros em estado de penuria chronica, constituiam poderoso elemento no curso dos cambios internacionaes, explicando a consideravel differença entre a exportação e a importação, tornando ainda mais o trabalhador uma entidade superior ao seu patrão, como se provara por occasião da fallencia

de um banco do Estado de S. Paulo, que devia a colonos e era credor de fazendeiros.

Quanta extravagancia em tão poucas linhas emittia o nosso reparador! O banco a que se referia deve ter sido o Banco Mercantil de Santos cujos debitos para com os colonos eram de depositos em conta corrente.

Os mercados consumidores, evidentemente reconheciam que a producção de café se achava mal parada. Polemicas, recriminações outros meios empregados na discussão da crise, nunca poderiam convencer o consumidor de que fosse seu dever, em relação a qualquer artigo, em superabundancia, sustentar-lhe as cotações a ponto tal, que além do custeio real da producção, estivesse sobrecarregado com gravames, se não de todo dispensaveis, pelo menos incompativeis com a posição do artigo.

O commercio de café no Rio achava-se em via de transformação. A existencia de casas importantes que conjugavam as operações de exportação e de ensaque, ameaçava a classe antiga dos ensaccadores, por tantos annos feição notavel dos nossos mercados e haveria de obrigar aos commissarios a algumas modificações no gyro de seus negocios.

No passado, o commissario vendendo ao ensaccador deixava a este o dever de servir de parachoque entre elle e o exportador informando-o sobre o movimento nos mercados esrtangeiros, e cobrando commissão pelos serviços prestados.

Agora, ao commissario cabia ou brevemente caberia o dever de se conservar informado sobre o movimento internacional do genero, ou de se expor ás consequencias de qualquer desleixo. O artigo café fôra dos ultimos artigos de permuta universal escapos ás influencias da especulação, tão visiveis nos mercados de algodão e cereaes. Ao ver do reparador, os primeiros passos já se haviam dado para collocar o primeiro genero da exposição brasileira, ao lado daquelles artigos. Não acreditava que estivesse o commercio preparado para este desfecho. O estabelecimento de uma Bolsa de café no Rio quiçá ajudasse a acquisição da experiencia necessaria aos negocios do grão. No momento presente, porém de muita incerteza não saberia o observador aconselhar nem contrariar tal idéa.

A 15 de novembro de 1902, deixava Campos Salles a presidencia da Republica e ao seu embarque, pouco depois, para S. Paulo assignalaram vivas demonstrações de desagrado por parte da população fluminense reflexo da antipathia creada pelas suas medidas financeiras sobretudo, as que se referiam

aos sellos de consumo e acirrada por violenta campanha de imprensa.

Mas a benemerencia de sua actuação numa empreza em que sacrificara a popularidade dentro em breve se imporia á opinião nacional.

E os applausos vivissimos dos mais reputados expoentes da grande finança universal se synthetisariam nos termos excepcionaes pelos quaes N. M. Rotschild and Sons o saudariam.

"Na vespera de deixar V. Ex. o cargo de Presidente da Republica do Brasil, temos a honra de enviar-lhe este telegramma, que apenas debilmente lhe exprimirá o nosso grande apreço pela maneira habilissima como foi encaminhada a obra entregue aos cuidados de V. Ex.

Quando ha quatro annos V. Ex. assumiu o Governo, as finanças do Brasil causavam serias inquietações; ante porém, á deliberação de V. Ex. de restaurar o equilibrio das finanças, o credito do paiz resurgiu e a felicidade geral da Nação augmentou bastante."

Dos bancos malferidos pela crise de 1900, alguns se arrastavam penosamente e outros já estavam em liquidação. O proprio Banco da Republica apenas pudera resgatar dez por cento das inscripções instituidas em 1900, para saldar os compromissos com os credores.

Melhorara muito a situação do Thesouro Nacional, mas apezar de tudo o paiz se via a braços com a crise financeira economica.

As entradas de café nos portos do Rio e de Santos, haviam fornecido ao mercado de cambio limitados recursos apenas no primeiro semestre de 1903, assignalava o retrospecto do *Jornal do Commercio*.

Certa diminuição das importações, emquanto durasse a posição desanimadora dos generos de exportação se afigurava desejavel. As rendas das Alfandegas, soffreriam forçosamente mas era necessario escolher entre uma baixa de alguma importancia, nas taxas cambiaes, e saldos grandes no Thesouro. Não era o reparador dos que acreditavam poder o Governo sustentar o cambio, contra o movimento internacional do paiz.

Mas a questão premente, sobretudo pela extrema gravidade, vinha a ser a do café.

Nuvens, era só o que se podia descortinar no futuro proximo. Encerrava-se o anno com stocks enormes nos mercados nacionaes e estrangeiros, e embora o supprimento moderado do semestre a entrar em 1903, não passasse das estimativas de 4.000.000.000 de saccas para os dois grandes portos, a pers-

pectiva da colheita de 1903-1904, não podia ainda ser descortinada. A propria commissão dos commissarios não fornecera a sua costumeira avaliação da safra.

O curso dos mercados estrangeiros não assegurava elementos para que se esperassem melhoras sensiveis de preços, quando estes afastavam toda a idéa de nova baixa. Em summa, acabara 1902, achando-se os cafesistas do Brasil como marinheiros a bordo de navio sem leme e á mercê das vagas da especulação.

Não se mostrava o retrospectista muito tranquillo a proposito da situação cambial e explicava os receios dum modo que nos parece sobremodo misoneista, inspirado por idéas nativistas e alguns preconceitos falsos.

O futuro do cambio tambem se apresentava nublado. O esgotamento constante dos recursos nacionaes, pelo infeliz systema que entregava todo o trabalho braçal ao estrangeiro, levado a economisar o mais possivel para remetter fundos ao seu paiz natal, tornava o colono agricola e o trabalhador das cidades verdadeira influencia má no mercado de cambio.

Que vantagem existiria na remessa de generos na importancia de £ 40.000.000 esterlinas, se a metade da quantia representava dinheiro perdido para o Brasil? O papel-moeda ficava mas o café, a borracha, o algodão, etc. das lavouras e florestas brasileiras, apenas exercia a acção favoravel sobre os cambios dos paizes cujos filhos emigravam á busca da fortuna. A situação parecia tão desanimadora que á consideração dos doutos em questões economicas caberia sua solução.

Os embarques de café no Rio de Janeiro em 1902, haviam sido de 400.000 saccas menos do que em 1901.

As cotações continuavam a baixar desoladoramente.

Assim haviam sido estes os extremos para o typo 7, por arroba:

1902	6$000	a	8$100
1901	6$200	a	10$300
1900	9$800	a	16$100
1899	9$000	a	14$600
1898	9$000	a	15$600
1897	10$000	a	16$400

Um diluvio de papel se enchia de commentarios e idéas por toda a parte, na imprensa brasileira, a proposito da crise cafeeira.

Verdadeira legião de economistas e financistas, legitimos

e improvisados, cobriam com as suas lucubrações, mais ou menos acceitaveis, as columnas dos jornaes. A maioria apresentava soluções inadequadas revelando a grande confusão dos espiritos provocada pelas aperturas financeiras dos lavradores e de quantos tinham as actividades e a economia presas á industria cafeeira.

Com carradas de razão escrevia ainda o autor do Retrospecto do *Jornal do Commercio*: que infelizmente nenhum dos diversos trabalhos podia fazer desvanecer o facto de que a superabundancia de café constituira a base dos preços desgraçados vigentes durante o anno, ainda que os collaboradores procurassem encobrir a reconhecida verdade pela substituição de *superabundancia de café* pelo euphemismo *superabundancia de offerta*, differença que os mercados no estrangeiro não se mostravam capazes de apreciar.

Era desanimador publicar a imprensa brasileira, todos os mezes, o supprimento visivel do mundo, que augmentava sempre, salvo em julho, até attingir a quantidade enorme de 783.360 toneladas metricas em primeiro de dezembro. Não menos desagradavel que os representantes dos fazendeiros procurassem lançar sobre os compradores estrangeiros a odiosidade da baixa dos preços, quando estes, egualmente, se não com maior interesse, tinham toda a obrigação de os sustentar.

Não seria necessario apontar os argumentos erroneos pregados durante o anno, pois os acontecimentos posteriores se haviam encarregado de sua refutação. Do que das palavras dos proprios autores de taes planos ficava claro, era porém, que sob todas estas suas varias idéas, planos e projectos, transparecia a solicitude de uma intervenção do Governo Geral.

Em summa os fazendeiros, para se livrarem de compromissos urgentes, não tinham o menor escrupulo em exigir recursos e sacrificios do paiz, não em proveito particular, mas para trocar os credores impertinentes que os causticavam por outros de maior complacencia.

Era a posição dos fazendeiros sem duvida, melindrosa e merecedora de toda a sympathia; não porém ao ponto de destruir, por meio de uma penada, os resultados conseguidos pelo governo do Presidente Campos Salles que se esforçara em restabelecer a posição financeira do Brasil. Os lavradores teriam, por força, de concordar que a terra e os cafesaes restariam, fosse qual fosse a sorte dos seus actuaes possuidores.

Quanto a terra sim, observamos nós, mas quanto aos cafesaes, ameaçados de privação de trato...

Neste interim dera o General Quintino Bocayuva a co-

nhecer ao publico o seu plano de valorisação submettido á apreciação dos governos de S. Paulo, Minas Geraes e Espirito Santo.

Como sempre succede contrapuzeram-se muitos applausos ao plano do illustre proponente e acerbas criticas.

Assim dizia o Dr. Rodrigues Caldas, politico mineiro de prestigio, que a importancia das idéas contidas no projecto e a transcendencia do assumpto despertara em todos os espiritos afflictos por uma solução para a crise do café, as mais fundadas e legitimas esperanças de haver finalmente chegado o momento anciosamente esperado, para a resolução do magno problema economico brasileiro.

Todos os espiritos preoccupados com esta idéa, cansados, desilludidos e abatidos pela attitude dos Governos e as consequencias da crise, que lentamente devorava todas as forças, recursos, economias e reservas da lavoura, sentiram-se reanimados ao ler esse plano. Visando o fim principal da questão, ia em linha recta ao objectivo, cercado das cautelas e medidas convenientes ao seu completo exito, necessarias em reforma de tão grande alcance.

A este optimismo, combatia outro articulista de relevo, e vigorosamente:

O projecto apresentado pelo illustre Presidente do Estado do Rio de Janeiro, não podia passar sem reparos, porque se se executasse viria causar serias perturbações e imminente perigo para as relações commerciaes brasileiras.

O projecto visando valorisar o café, queria estabelecer regras que iam de encontro aos comesinhos principios economicos e saltava por cima de todas as conveniencias commerciaes.

Firmava-se o auctor do projecto, a convidar os diversos Estados cafeeiros a se congregarem para impor um preço minimo por sacca de café, no facto do Brasil concorrer com trez quartos da producção do mundo. Agremiados os Estados pensava que estaria organizada a resistencia e que, acastelados na posição assumida como productor de café, estaria o Brasil prompto a terçar armas com os exportadores que, muito habilmente enleiavam o productor brasileiro e não o asphyxiavam porque isto não lhes convinha.

Parecia o governador fluminense ignorar quanto á falta de credito deviam os commissarios e lavradores o estado de exhaustão em que se achavam, forçando-os a vendas antecipadas do producto dos cafesaes.

Havia compromissos avultados para a entrega do genero

em prazos fataes, de sorte que os grandes exportadores, apoiados nos grandes stocks das praças da Europa e America, contando por preço certo e ajustado com as safras futuras, esperavam tranquillos os infelizes offertantes, que não tinham quem os soccorresse, e não podiam esperar um dia. Assim lhes impunham o minimo de 6$ por arroba. porque não queriam anniquilar uma industria que lhes dava fabulosos lucros.

Contando, pois com avultado abastecimento, fóra e dentro do paiz, para supprir o consumo durante longos mezes, ou mais de anno, dispondo de capital abundante e do perfeito conhecimento das precarias condições economicas do Brasil, os trusts não acceitariam a imposição que lhes queria lançar o projecto, de pagar direitos de exportação superiores a 50$ sobre o valor real do producto, no Rio e Santos.

Previa o articulista, cheio de pessimismo, que se infelizmente fosse abraçada a idéa e os quatro Estados cafeeiros impensadamente entrassem no convennio, travar-se-ia gigantesca luta da qual sahiria a lavoura anniquilada e ferida de tal sorte que iria animar o grande mercado dos succedaneos do café, representado pela chicorea, o ficus e outros que taes. Sabia-se de sobra quanto já lhe faziam tremenda concorrencia.

O retrahimento por parte dos exportadores, que seria fatal perturbaria fatalmente a vida economica brasileira, ainda produziria os perniciosos effeitos de afastar do consumo o o precioso genero, dando entrada a todas as substancias que não poderiam substituil-o se o Brasil tivesse o cuidado de tornal-o conhecido, como merecia. Não se provocasse pois, tal luta.

Era o perigo em verdade enorme.

A noticia do projecto Bocayuva alvoroçara os fazendeiros, em S. Paulo, Reuniu-se em Campinas a 2 de agosto de 1902, grande numero de lavradores. Varias medidas se propuzeram sendo a mais notada a do Dr. Costa Machado, que reclamava uma emissão de 200.000 contos, lastrada por café, e a ser resgatada em dois annos, pagando-se ao lavrador 24$000 por sacca de café bom entregue a repartições publicas adrede creadas para tal fim.

O Centro de Commercio do Rio de Janeiro, solicitava contemporaneamente providencias para minorar os effeitos da crise indicando como remedio:

A redução dos fretes das estradas de ferro, estabelecendo-se uma tarifa differencial reduzida para os cafés despachados directamente ao mercado do Rio de Janeiro.

A cobrança do imposto de exportação á sahida do genero.

A taxação differencial sobre qualidades de café afim de difficultar a exportação dos cafés inferiores.

Pedia ao mesmo tempo que se favorecesse e auxiliasse a propaganda de modo a ampliar o consumo e se solicitasse do Governo da Republica, a creação de entrepostos offerecendo ao genero deposito barato e os competentes warrants.

Pleteiaram os commissarios a maior extensão da propaganda, para diversos paizes. Fizera-se elle outróra, mas como se cancelassem as verbas para a sua manutenção, cessara a sua actuação.

Surgiam muitas difficuldades para uma harmonia de vistas e interesses.

Sentiam-se as estradas de ferro ameaçadas em seus interesses e protestavam.

No Congresso appareciam projectos e mais projectos. Assim por exemplo o do Dr. Alfredo Ellis, autorisando o Governo a garantir o juro de 6 a 8 % ao anno sobre o capital de cem mil contos de réis, pelo prazo de 20 annos, a um Banco nacional ou estrangeiro, que se obrigasse a operar em beneficio das lavouras de café e de canna etc.

Sobre este projecto. Serzedello Corrêa como relator, deu parecer contrario, sendo o seu véto acceito pelos companheiros de Commissão.

O governo paulista a 17 de dezembro de 1902, procurava crear um banco destinado a minorar as consequencias da crise.

O capital deste estabelecimento não era grande e a garantia do Estado, se as operações fossem effectuadas, com as cautelas da lei, seria provavelmente nominal.

Afiançava o Estado um juro de oito por cento sobre um capital de dez mil contos sendo as operações do banco:

I — Por descontos e redescontos:

de letras agricolas representativas de productos da lavoura do Estado, de prompta venda, e não susceptiveis de deterioração;

de lettras ou ordens de lavradores sobre commissarios ou exportadores dos respectivos generos.

I — Por emprestimos ou adeantamentos aos lavradores e commissarios garantidos:

por penhor agricola;
por penhor mercantil de titulos da divida publica federal

ou do Estado; de productos agricolas, ouro, prata e pedras preciosas, e com previa approvação do Governo, de titulos da divida publica municipal, acções, letras, debentures de bancos e companhias do Estado;

por warrants emittidos de accordo com a lei;

por primeira hypotheca de immoveis ruraes ou urbanos (directa ou por cessão).

Apresentara Alfredo Ellis um segundo projecto, modificando o primeiro em alguns dos seus dispositivos, relativo ao funcionamento do ideado banco fundado para soccorrer os lavradores de café e de canna, mediante o juro maximo de 10 % ao anno sobre penhor agricola, lettra hypothecaria, warrant ou outro qualquer titulo, creditorio de responsabilidade conjuncta do lavrador de café ou de canna e do commerciante intermediario do consumo de um desses generos, com tanto que o prazo desse titulo não excedesse de um anno para o seu vencimento.

Nada se delineara porém de positivo; a industria cafeeira via-se cada vez mais assoberbada de encargos e aprehensões.

Fazendo a synthese das operações de 1902 dizia o Jornal do Commercio:

O curso do mercado durante o anno de 1902, pôde ser considerado sempre sustentado. Depois da variação de 1$200 por arroba, no mez de janeiro, os extremos dos preços fluctuaram entre 200 réis no mez de março e 800 réis em agosto, e os extremos do n. 7 em Nova York foram de 5 2/4 e 7 c.

Infelizmente existiam duvidas serias sobre as cotações fornecidas pelos corretores, obrigados a se dirigirem aos ensaccadores.

Existiam, pelo menos, trez casas exportadoras importantes, e egualmente de ensaque, e em geral as offertas destas aos ensaccadores, haviam sido baseados sobre os preços dos commissarios, menos o lucro de ensaque, ou parte deste lucro ao menos. Nem seria provavel que os cafés embarcados estivessem vendidos a cotações muito superiores. Ainda mais, muito café, durante o anno, fôra vendido com prazo em mercados estrangeiros e prejuizos mais ou menos sensiveis aos vendedores quando os negocios liquidassem. Notavam-se portanto, duas influencias esperando para sustentar os preços: 1.º a concorrencia entre exportadores e ensaccadores, no mercado dos commissarios e 2.º a procura para exportação dos vendedores a prazo.

Assim se mostrava a resenha do exercicio de 1902 uma

das mais odiosas jamais occorridas. Em janeiro predominara o desanimo, com noticias desfavoraveis do exterior. Os embarques haviam excedido as entradas, mas correspondiam a compromissos. Negocios novos poucos e só sobre typos finos. Reinara muita indifferença dos exportadores desanimando os ensaccadores. Eram más as perspectivas. E nas bolsas estrangeiras, registravam-se fluctuações violentas. Fevereiro mostrara-se um pouco mais animado.

O argumento do commercio de café parecia ser que os preços no estrangeiro já ameaçavam com prejuizos importantes os possuidores de stocks no Exterior. Nova baixa, portanto, implicaria a ruina obrigando, assim aquelles mercados a sustentarem as cotações.

Em março occorrera facto interessante fallecera nos Estados Unidos, grande possuidor de stock de café, um Sr. Lewisohn, senhor de 800.000 saccas.

A liquidação desta massa, de chofre, atemorisara os mercados, tanto mais quanto se tratava de um altista. Em meiados do anno tornaram a apparecer na imprensa discussões sobre medidas a tomar para restringir a producção de café, porém sem resultado pratico. Os advogados da prohibição do plantio de novos cafesaes encontravam a opposição que sempre se levanta quando se procura estabelecer uma medida forçosamente a ferir certos interesses. Devia ter ficado patente a todos os interessados a inutilidade de se proclamarem ruinosos os preços do genero, quando se continuava a plantar, e sempre mais, café, embora á vista da quantidade enorme já accumulada nos mercados estrangeiros. Promettiam estas lavouras fornecer grão, já para colheitas de 1903 e 1904.

Na primeira quinzena de junho, confirmara-se novamente o axioma commercial de que era inutil emittir prophecias sobre os cursos dos mercados de um artigo em superabundancia. Ora o movimento nos de café somente se explicava por meio de compromissos ou dos ensaccadores ou dos exportadores nos centros consumidores.

Ao abrir-se a colheita de 1901-1902, o supprimento do mundo fôra calculado em 6.750.000 saccas. Com a colheita monstro imminente, de 1902-1903, só as existencias em Nova York, Havre e Hamburgo quasi egualavam todo o supprimento visivel do anno anterior. Entretanto existiam nos mercados nacionaes cerca de 1.400.000 saccas a embarcar e a colheita a entrar não era considerada tão desgraçadamente inferior como as primeiras estimativas, publicadas, no anno passado, haviam dado a entender.

Haveria de se reconhecer, portanto, a pouca probabilidade de melhores preços durante a colheita futura, baseados, pelos menos, sobre a posição estatistica do café. Mas ficara a quasi certeza de que com a diminuição do supprimento a esperar-se, a especulação attrahida pelo preço baixo do artigo encetaria novas manobras, restando sempre a duvida se seus esforços seriam empregados para elevar as cotações no estrangeiro, até reduzir as existencias actuaes, ou se resultaria de alta geral nos mercados tanto nacionaes como estrangeiros.

Em agosto, verificaram-se altas importantes nas Bolsas, em consequencia de geadas no Estado de S. Paulo, e disturbios politicos no mesmo Estado, que se suppunha poderem facilmente comprometter a posição do mercado cambial, coincidia este estado de coisas com revendas por diversos exportadores, e a presença de outros no mercado dos commissarios. Dahi se originara uma combinação que tornara a vida dos ensaccadores mais difficil do que em geral se verificara. As geadas pareciam destinadas a aproveitar mais aos mercados estrangeiros de que aos brasileiros, mas sempre serviram para tirar o artigo do estado de apathia em que jazia, com vendas nas Bolsas de cerca de 2.500.000 de saccas.

Não obstante a actividade febril no estrangeiro, o mercado brasileiro não funccionou verdadeiramente activo. A procura para a Europa, significava somente neutralidade e retrahimento por parte dos exportadores americanos, a alta das cotações visivelmente estimulando os fazendeiros a remetter a quantidade possivel de café aos portos de embarque. Nem as entradas nem o augmento das existencias produzira effeito sobre os preços nos centros consumidores, dominando a persuação de que os mercados se tivessem talvez estabelecido sobre base mais alta que a até então corrente.

O Governo de S. Paulo mandara realizar um inquerito sobre a importancia das geadas.

Em novembro a situação do mercado continuava sem probabilidades de animação proxima. As bolsas não se mostravam esperançosas, e a unica distração corrente eram as especulações mentaes sobre o futuro do artigo depois do principio de 1903. Dezembro sempre fôra mez de supprimento limitado em comparação com os anteriores, e parecia provavel que os *bolsistas* aproveitassem das entradas para encetar nova campanha altista, mas a carga de café pezando sobre os mercados, do mundo, apenas deixava fraco consolo aos mais optimistas.

Melhorara um pouco a situação apezar do accrescimo de

supprimento visivel do mundo mau grado avultadas entregas para o consumo.

Não se podia negar a existencia de certas esperanças, creadas pela animação nos embarques, sobre o futuro proximo dos mercados estrangeiros. O calculo geral era, que dois terços das colheitas, entrariam no primeiro semestre, montando o supprimento do Rio e Santos a cerca de 8.000.000, saccas, salvo se apparecessem, muito cedo nos mercados, os cafés da colheita de 1903-1904.

A incerteza no mercado de cambio tambem produzira algum effeito no commercio cafeeiro. Convinha notar o facto, de que, apezar do supprimento moderado provavel durante o primeiro semestre de 1903, as existencias estrangeiras continuavam a crescer.

E quanto ao futuro de cambio, convinha lembrar que, as cotações já estavam a cerca de 1 d, abaixo das de 1901, e importante baixa a seguir-se não parecia provavel, pois o Governo, por intermedio do Banco da Republica, estava disposto a sustentar as taxas.

Assim não era de se esperar que a queda cambial, fosse maior dahi não vindo reflexo algum sobre as cotações do café.

CAPITULO XLIII

A Conferencia Internacional para o estudo da producção do Café, em Nova York em 1902 — Exame das condições mundiaes de producção e de consumo — Estudo dos stocks — Retrospecto das crises cafeeiras — Desequilibrio da offerta e procura — Impressões da commissão organisadora do Congresso — Analyse das taxas alfandegarias de diversos paizes sobre entrada de café — Estudo dos planos de retenção e destruição dos cafés baixos — Conclusões e conselhos votados pela Conferencia

As pessimas circumstancias em que se debatiam os productores de café, em todo o Globo, provocaram certo movimento de opinião nos Estados Unidos de que decorreria a reunião de um congresso de interessados na industria cafeeira.

A 10 de dezembro de 1902 enviava o Presidente Theodoro Roosevelt ao Congresso Nacional uma mensagem capeando um relatorio do Secretario de Estado John Hay sobre os trabalhos da *Conferencia Internacional para o Estudo da Producção do Café* cujas sessões se haviam realizado em Nova York, no edificio da Bolsa de Café, de 1 a 31 de outubro de 1902, com o fim de se investigarem as causas da crise pela qual passava a industria cafeeira.

Nesta conferencia fôra o Governo dos Estados Unidos representado pelo Sr. Percy O' Sullivan, presidente da Bolsa de Café de Nova York e Sr. Thomaz Dowley Junior, de Nova York, homens de notaveis conhecimentos em materia attinente á industria cafeeira, além do Sr. Antonio Mariani, grande lavrador de Porto Rico.

Esta conferencia decorrera da resolução tomada durante a Segunda Conferencia Internacional das Republicas Americanas, reunidas na cidade do Mexico em 1901.

Enviaram representantes o Brasil, Mexico, Costa Rica, as Republicas Dominicanas e do Salvador, Honduras, Nicaragua, Venezuela e Perú.

Notou-se a ausencia de representação por parte da Colombia, Cuba e Haiti. Coube a presidencia das sessões ao Sr. O'Sullivan e a vice presidencia ao Dr. Assis Brasil, aliás ministro plenipotenciario do Brasil em Washington. Creou a Conferencia sete commissões entre as quaes foram distribuidos os trabalhos de regimento, indicações, producção, distribuição, consumo, estudo da crise e seus remedios e organisação de futuras conferencias.

A delegação dos Estados Unidos viu-se na curiosa situação de representar um paiz, ao mesmo tempo consumidor e productor, se bem que a producção fosse tão diminuta em relação ao consumo proprio a ponto de poderem seus interessados ser considerados como os de consumidor.

Expondo o seu modo de agir expendia esta commissão ao Secretario de Estado que embora apreciasse o desejo dos paizes productores de obterem melhores preços para o seu producto e desejasse favorecel-os por todos os modos compativeis com os interesses dos Estados Unidos, mesmo concordando com a sua these de que os melhores preços os habilitariam a tornar reciprocas as relações commerciaes com este paiz a delegação norte americana não pudera concordar com todas as resoluções aprovadas.

Ao ser proposto que se procurasse abolir, por todos os meios possiveis, os impostos sobre o café, cobrados pelos paizes europeus, o representante de Porto Rico, protestara, affirmando que só poderia apoiar a parte do projecto tendente a diminuir as taxas cobradas pelos paizes europeus. No seu entender, se se pedisse a abolição das taxas sobre o café, estaria decerto modo cerceada a liberdade dos Estados Unidos no sentido de proteger, como propria, a producção portoriquenha.

Assim, comquanto fosse favoravel a uma reducção dos impostos sobre café, cobrados pelos paizes estrangeiros, não queria figurar entre os defensores da abolição completa dos mesmos.

Outra proposta approvada pela conferencia e a favor da qual a delegação pudera dar o seu voto, fôra a que recommendava os paizes productores a retenção de determinada parte da safra annual, com o fim de se diminuir o fornecimento mundial. O delegado Mariani, demonstrou que a causa dos preços baixos não era a producção de café em Porto-Rico o que ninguem aliás deixava de saber. Affirmara que antes do cyclone de 1899, a safra annual daquella ilha fôra trez vezes maior que a actual. Era o mercado satisfactorio. Portanto, Porto Rico, não poderia ser accusado como responsavel pelos preços

baixos, decorrentes da superproducção, não devendo por isso soffrer restricções.

A' vista dessa attitude a delegação fôra obrigada a abster-se de dar o voto acerca de tal recommendação.

A commissão encarregada de opinar sobre a crise cafeeira vigente, e os meios de se a debelar, compunha-se do Ministro do Brasil, Presidente, e dos delegados Arriaga, da Guatemala, Gonzalez, de Costa-Rica, Madriz da Venezuela, Roman de Nicaragua e Carbo do Mexico.

A 27 de outubro era lido tal parecer. Falando da natureza da crise dizia elle que a historia da industria do café mostrava que nunca a producção e o consumo da mercadoria haviam soffrido perturbação alguma que lhes impedisse o desenvolvimento, ás vezes tão rapido como o que se observara naquelles dias, que aliás coincidiam precisamente com o periodo agudo da crise. O caso contrario se observava quanto ao preço ao productor.

Verificava-se uma depressão de 73 cents em relação ás cotações de 1884 depressão que recahia sobre os productores, quasi exclusivamente.

A permanencia de preços ruinosos levaria ao abandono, mais ou menos consideravel, das plantações com o que perderia o importador de café, pela diminuição dos negocios, e o consumidor, que por fim haveria de vir a pagar tanto mais caro quanto maior a escassez do genero.

Os bancos e capitalistas, representantes em grande parte de interesses estrangeiros, que forneciam fundos ao lavrador, teriam que partilhar do mal que o arruinava.

As potencias commerciaes do mundo não deviam, pois, ser indifferentes á ruina dos cultivadores de café. Esta traria equivalente restricção do poder comprador de tão importante cliente, ou pelo menos, a deslocação de corrente já estabelecida de consideravel transacções internacionaes.

Tratando das causas da crise, lembrava a commissão que valor era a relação entre a offerta e a procura. Admittia que um saldo de dois a trez milhões de saccas de um anno para outro não perturbava a regularidade das cotações. Mas era que as existencias haviam crescido immenso como a estatistica demonstrava:

Exercicios	Importação dos E. Unidos e Europa	Saldos do anno anterior	Total da offerta	Maximo e minimo do typo 7
1898-1899 . . .	14.156.000	5.435.000	19.591.000	7 — 5 3/4
1899-1900 . . .	14.754.000	6.200.000	20.854.000	8 — 5 7/16
1900-1901 . . .	14.699.000	5.840.000	20.539.000	9 — 6
1901-1902 . . .	19.013.000	6.867.000	25.539.000	7 — 5 1/4

A 21 de julho de 1902, o stock mundial era de .... 11.261.331 saccas e a 1 de outubro de 13.000.325. Deante destas cifras quem negaria que a causa capital da crise residia no excesso da offerta sobre a procura?

Trez agentes de importancia secundaria podiam ser apontados:

a) — A má situação financeira do productor;
b) — A especulação bolsista;
c) — Vicios existentes no commercio do café.

Tratando da primeira recordava o parecer que os preços altos haviam desvairado os lavradores. Tinham-se immenso dilatado as lavouras, e os fazendeiros abusado do credito além de contemporaneamente levantarem o padrão da vida a uma altura excessiva.

Dahi o endividamento profundo que os levava a não poder resistir ás offertas de compradores avidos.

Nas nações de circulação fiduciaria, havia a instabilidade do valor da moeda corrente o que aggravava a situação dos lavradores.

Em paizes da circulação metallica como Venezuela e Costa Rica (ouro) e Mexico (prata) diziam os cafeicultores que a moeda depreciada dos vizinhos permittia a estes obterem mão de obra mais barata o que lhes trazia desfavoravel concorrencia.

A especulação bolsista, era uma necessidade num commercio da importancia da do café. Tornava-se até benefica.

A especulação, sob pena de se tornar nefasta, a quem o praticava tinha que acompanhar as correntes naturaes da producção e do consumo.

Assim aggravava quer a alta quer a baixa.

Notava-se na Bolsa de Nova York enorme disparidade entre transacções reaes e ficticias, entre café papel e café grão.

Curioso quadro de confronto publicou a commissão demonstrando este notavel desconcerto.

Entre 1883-1887, haviam-se vendido nada menos de 56 milhões de saccas de café papel quando o numero entregue ao commercio fôra inferior a 14 milhões, quatro vezes menos!

Em 1887, tinham-se apontado 26.871.250 saccas de café e 2.671.585 de café disponivel!

Entre 1893 e 1902, haviam-se reduzido e muito estas disparidades conforme se deduzia do quadro:

	Saccas vendidas na bolsa	Entregues ao commercio
Em 1893	5.880.200	4.384.549
Em 1894	4.618.750	4.298.845
Em 1895	3.055.250	4.395.946
Em 1896	4.008.500	4.339.128
Em 1897	4.028.250	5.088.594
Em 1898	4.215.000	6.036.311
Em 1899	4.427.500	5.628.636
Em 1900	7.442.250	6.035.623
Em 1901	8.666.720	5.843.883
Em 1902	7.981.250	6.663.596
Totaes . . .	54.323.670	52.733.084

Ás enormes differenças de 1887 a 1889, por exemplo explicavam o seguinte: em épocas de tendencia perfeitamente pronunciada, para a alta ou para a baixa, os negocios diminuiam, pela simples razão de que o partido da tendencia dominante ficava sem ter com quem combater, já por se lhe terem desvanecido os opoentes da vespera, já por se haverem elles arruinado ou prudentemente retirado da arena.

Assim se comprehendia o facto, de, quando chegavam aos Estados Unidos menos de quatro milhões de saccas em um anno, (e entregavam-se ao commercio menos de trez milhões) haver a Bolsa operado sobre mais de vinte e seis milhões de saccas. Entretanto quando, a importação attingia seis milhões de saccas e as entregas reaes ao commercio, eram virtualmente

de egual quantidade, a Bolsa apenas operava sobre quatro milhões de saccas.

Tudo isso mostrava, de modo bem claro, que o maior mal da especulação bolsista, só podia dar-se favorecido por desequilibrio positivo entre a offerta e a procura.

Synthetisando impressões julgava a Commissão poder affirmar:

1.º) — Que se faziam em larga escala negocios puramente especulativos sobre o café.

2.º) — Que a especulação podia exercer-se sobre consideraveis multiplos do numero de saccas de café, realmente comprado e vendido, assim como podiam as operações especulativas não alcançar a extensão do negocio real.

3.º) — Que não havia serio obstaculo a que, depois de largo periodo de baixa, se concentrassem, em poucas mãos, os interesses desta tornando-se ficticias as proprias operações especulativas, pelo facto de venderem os baixistas a si proprios, no interesse de manterem os preços a um certo nivel.

E este facto se apresentava muito mais verosimil se o especulador baixista era ao mesmo tempo importador e distribuidor da mercadoria.

Reconhecendo que a especulação podia causar baixa maior do que a explicavel pelo desequilibrio entre a offerta e os pedidos, admittia a commissão egualmente que ella tambem podia provocar alta temporaria, um pouco acima da justa media, ou ainda conservar o preço estacionario por algum tempo, com uma razão natural de baixa ou de alta.

Dada uma situação como a que existia por exemplo, admittindo que a maior influencia exercida na Bolsa fosse a do importador de café, como era certo que esse importador accumulava nos armazens immensas quantidades de café disponivel, não seria absurda a hypothese de que elle estivesse neste momento a fazer esforços para deter os effeitos da propria obra em que já collaborara e fizesse os sacrificios possiveis para que a baixa não se declarasse tão consideravel como reclamaria o excesso de offerta. O baixista de hontem tornava-se altista, de um momento para outro, no interesse de dispor com lucro das suas existencias accumuladas. O ultimo resultado de semelhante situação só podia ser desfavoravel ao productor, que tudo tinha a perder com a criação de falsas apparencias e a instabilidade do negocio.

Tratando dos vicios existentes no commercio de café

declarava a commissão que o genero prestava-se admiravelmente a ser objecto de syndicatos, monopolios especulações de variadas especies no interesse de poucos intermediarios e em prejuizo da totalidade dos productos e consumidores.

Até o momento haviam estes e aquelles permanecido senão indifferentes ao menos inactivos emquanto os intermediarios, favorecidos pela propria natureza do negocio, apuravam todos os meios de garantir e augmentar os lucros.

Para isto prestava-se o café e optimamente convinha repetil-o. Um só paiz, o Brasil, produzia cerca de quatro quintas partes da safra universal, um paiz só os Estados Unidos, absorvia mais da terça parte, cerca de 42 por cento, da colheita mundial.

O valor da colheita annual de café, no mundo inteiro, era pequeno em relação ao de muitos outros productos agricolas. (só o milho nos Estados Unidos, valendo mais de setecentos milhões de dollares. excedia muitas vezes o café que não passava de cem milhões de dollares).

Podia o café armazenar-se de annos para outros, sem nada perder das boas qualidades ou antes ganhando até na maioria dos casos, o que permittia conservar grandes reservas, com fins especulativos.

Prestava-se pois admiravelmente ao estabelecimento do monopolio que aliás existia naturalmente.

Quando se pensava que, em virtude deste dominio absoluto do mercado haviam os titulares do monopolio podido manter fixos preços de venda relativamente altos, ao consumidor e preços vis de compra ao productor, quando se considerava que o seu lucro estava precisamente na razão directa dessa disparidade, comprehendia-se toda a extensão do mal que de tal situação podia resultar.

Assim reconhecia a commissão:

a) — que havia realmente entidades concentrando virtualmente todas as funcções da industria do café entre o lavrador e o consumidor;

b) — que a esses monopolios seria facil manter extraordinaria differença entre os preços de compra ao productor e de venda ao consumidor;

c) — que, alterando-se tal situação, seria possivel offerecer café mais barato ao consumidor, remunerar melhor o productor e ainda deixar margem para lucro razoavel do intermediario;

d) — que, finalmente, o lavrador estava arruinado, ou em imminente perigo de o ser, ao passo que o intermediario gozava de plena prosperidade.

Desta situação de açambarcamento decorria o grande mal para o productor.

E' que o lucro do monopolista estava na razão inversa do seu.

Tratando dos meios de se remediar á crise opinava a commissão que se a causa dos preços baixos era o excesso da offerta, remedio proficuo seria somente o que tivesse a virtude de corrigir o desvio entre esses dois termos.

A situação podia pois equilibrar-se de trez maneiras: pela restricção da offerta, a expansão da procura ou pelas duas causas simultaneamente.

Esperar-se concerto pelo augmento do consumo era absolutamente illusorio. Este crescia do modo mais tardonho e a producção dava enormes saltos em avanço.

Era o café planta perenne, talvez mesmo secular. Não somente dava fructos por muitos annos, mas só começava a dal-os abundantemente cinco annos depois de plantada.

Esta circumstancia, tornava as crises do café muito mais terriveis e rebeldes que as dos cultivos annuos, o algodão, os cereaes etc.

Plantava-se café sob a influencia duma previsão de cinco annos, para não dizer de muito mais, ao passo que as sementeiras das outras plantas obedeciam a uma previsão de alguns mezes apenas.

Tratando-se destas plantas, se a superabundancia se verificava ou se temia, semeava-se menos.

Mas, que fazer com o café, que, cinco annos depois de plantado, começava a desentranhar-se em messes continuadas por decadas e decadas? Esta era a explicação do absurdo apparente do progressivo augmento das colheitas quando já se tornavam conhecidos os mais evidentes signaes de que a capacidade maxima do mercado fôra attingida.

O consumo poderia avantajar-se bastante com a abolição ou diminuição dos impostos de importação e consumo gravando o café em varios paizes.

Eram por vezes excessivos estes direitos de entrada. Ao passo que os Estados Unidos e a Hollanda consideravam o genero como artigo de primeira necessidade, o almoço do pobre, o excitante benefico do trabalhador, o substituto hygienico das funestas bebidas alcoolicas, e por isso o dispensavam de

todo e qualquer imposto, outros paizes não menos respeitaveis, o classificavam mais ou menos entre os generos de luxo ou nocivos á saude publica, sobre elle impondo pesadissimos direitos. A Inglaterra, aliás um dos mais liberaes, dentre taes paizes, cobrava entretanto, trez cents por libra, cerca de 50 por cento do valor medio actual da mercadoria!

Quanto seria desejavel a franca admissão do café univermente! E no emtanto a Hespanha, a França, a Italia, taxavam-no como se fosse bebida só accessivel a gente opulenta.

Reconhecia a commissão da conferencia a necessidade imperiosa de uma propaganda universal systematica e permanente do melhor uso do café visando sobretudo combater, por meio de continuas publicações e quaesquer argumentos proprios os infundados preceitos relativos á sua influencia malefica sobre a saude. Era curioso ver-se tanta gente queixar-se quando jamais tomara café authentico, embora o houvesse ingerido sob este nome.

Divulgar a arte de bem preparar o café para ser tomado era outro ponto de grande importancia.

Quando a se manterem exposições permanentes de café seria recommendavel um esforço neste sentido por meio de contribuição obtida de cooperação de todos os cafeicultores do mundo.

Mas o ponto capital do plano da commissão versava sobre a restricção da offerta. — Assim aconselhava que os paizes exportadores entrassem em accordo para prohibir pelos meios mais opportunos, a proporção de impurezas que se determinasse. De modo geral se poderia dizer que bastaria sustar-se a exportação de typos inferiores ao numero 9 da Bolsa de Nova York.

Mas as circumstancias da producção podiam exigir mais largo corte na exportação. Além disto, decretar simplesmente a eliminação do café, inferior a certo typo, podia deixar margem á mystificação da medida, sendo as impurezas distribuidas pelos typos superiores, com prejuizo delles e sem diminuição real no volume da exportação.

Referindo-se ao plano Vicente de Carvalho dizia a Commissão que o defeito que parecia ter esta engenhosa medida era perpetuar a producção dos typos inferiores, quando seria melhor extinguil-o.

Só se devia a ella recorrer se os interessados julgassem inconveniente prohibir pura e simplesmente a exportação de impurezas que se apresentassem quer sós quer misturados com grãos de café. Esta era medida heroica e de cuja eficacia a

commissão não tinha duvida. Tornava-se porém indispensavel que os importadores viessem em auxilio dos productores, decretando medida analoga á que acabava de ser indicada, equiparando os cafés abaixo do typo 9 ás falsificações e prohibindo a sua entrada por amor á hygiene publica. O pseudo café o dos detrictos, constituia mera falsificação do verdadeiro. Estas escorias exerciam uma das influencias mais damninhas para a depreciação do café verdadeiro se por um lado avolumavam a offerta, fazendo cahir os preços, por outro, fomentavam as adulterações do producto puro, fazendo assim diminuir o consumo real.

Mas a suggestão mais importante vinha a ser a seguinte:

Que os paizes productores entrassem immediatamente em combinação solemne com o fim de evitar que se lançasse no mercado universal uma quantidade tal de café que se opuzesse á realisação de um preço racionalmente conveniente e tão estavel quanto possivel.

No conceito da commissão esta medida, posta regularmente em pratica, seria suficiente para solver a crise. Os seus caracteres essenciaes vinham a ser (a) Acção commum de todos os paizes interessados, em vez de esforços isolados de um só, como por alguns fôra por vezes lembrado. (b) Intervenção legal, concordante com a sciencia economica, não para tentar fixar um preço a despeito de deixar intactas as causas da perturbação, mas buscando destruir o effeito pela destruição da causa. (c) Regulamentação do mercado, de maneira a evitar as oscillações bruscas que tantos desastres acarretam. (d) Extincção de uma das peores especies de especulação — a que se baseava mais ou menos sinceramente, sobre a previsão da futura offerta, especulação que teria de desapparecer desde que a offerta fosse de antemão fixada.

A medida dependeria de tratado entre os paizes productores estabelecendo-se um entendimento annual dos delegados dos paizes productores. Basear-se-ia o estudo do quantum a exportar-se em rigorosas estatisticas dos stocks, estudo das safras pendentes etc.

Desde que se fixasse a quantidade a ser retida nos postos a conferencia annual decidiria sobre o seu destino.

Poderia ser destruida pelo fogo, ou simplesmente armazenada em depositos publicos, com a garantia do Estado, e servir de base a operações de credito em beneficio do depositante. O café depositado teria preferencia nas exportações do anno seguinte, independente da retirada de alguma porcenta-

gem, o que evitaria que se escolhesse sempre o genero da peor qualidade para o entregar ao deposito.

Por este processo se sobreviesse um anno de penuria, o café retido acudiria a normalizar o mercado, mas se se seguissem annos de superabundancia, tão extraordinaria que só o café retido fosse bastante para satisfazer á offerta seria necessario recorrer a medidas *ad hoc,* mesmo á mais radical de todas — á incineração.

Tal extremo seria preferivel ás consequencias que occasionaria uma enorme producção a encontrar todos os annos portas abertas para abarrotar os mercados. Não se tornava preciso accrescentar que a destruição seria relativa apenas á colheita do momento, não á mercadoria protegida pelos depositos publicos.

Effectuada a restricção offerta, a retenção e deposito de porcentagem julgada malefica não se destruiria um valor produzido permittindo a desejavel elasticidade ao mercado.

O café depositado não constituiria augmento virtual da offerta pois embora warrantado não podia ser offerecido ao consumo.

Se por qualquer motivo os Governos interessados mantivessem o receio de que a aglomeração dos depositos viesse a influir desfavoravelmente na regularisação dos preços não se devia recuar ante o extremo de se destruir, em vez de depositar, a porcentagem da colheita considerada perturbadora.

O que se tinha sobretudo em vista era proporcionar melhor preço ao productor sob menor volume de café vendido. E isto era exequivel. A media proposta não reclamaria, entretanto, tão forte reducção da offerta annual. Bastaria reduzil-a ao calculo, prudente como os que já faziam alguns grandes commerciantes, do consumo e da producção em perspectiva, e aconselhado como compativel com as condições do mercado.

A situação vigente em 1902 não servia para exemplo do que se devia fazer normalmente, porque se estava em presença de colheita descomunal e sem exemplo. Se, porém, a medida proposta já estivesse em operação desde tempo sufficiente, tal situação estaria longe de ser embaraçosa. Em 1902, a situação do café admittia 15 milhões de saccas para a producção e o consumo e mais 13 milhões de *stocks.* Se se levasse em conta que se tornava necessaria uma existencia de 3 milhões para base das transacções annuaes haveria por parte da offerta 28 milhões de saccas contra 18 do consumo.

Descontar de golpe todo este excesso seria reduzir a colheita a uma terça parte. Semelhante acção pareceria sem duvida

demasiado violenta. A este extremo não se veriam forçados os paizes productores se uma sabia previsão os tivesse levado em tempo a ir encurtando methodica e paulatinamente, o lançamento das safras sobre o mercado. Por o não terem feito, precisariam usar agora de medidas mais drasticas para atalhar o mal. Pensava a commissão que este sacrificio barbaro de 66 por cento da safra proxima poderia dar maior lucro em valor que o que se perdesse em especie; mas se os governos interessados não ousassem ir tão longe, poderiam proceder por partes, fixando o quantum da primeira producção; por exemplo, 30 por cento da colheita. O resultado seria mais lento, porém não menos seguro.

Temer-se-ia talvez que a medida não fosse á primeira vista sympathica ao productor. Não pareceria dfificil entretanto, fazer-lhe comprehender que o seu interesse não estava em absoluto em vender muito café, mas em delle tirar recompensa correspondente ao esforço. Objectariam alguns que estas manobras trariam grandes lucros aos detentores de grandes stocks. Covinha porém reflectir que o desejo egoistico de embaraçar lucros de outrem não devia pesar no espirito dos Governos interessados, e a propria circumstancia de se favorecerem os actuaes proprietarios de grandes existencias seria uma garantia de simples e, feliz exito para a medida adoptada. Aliás, não se concebia que o preço do café, subisse fosse como fosse, sem dar lucros a quem conservasse reservas do genero.

Depois de se referir á superproducção cafeeira causada pela excessiva alta de preços notava a commissão quanto era curioso observar que desde algum tempo, especialmente depois de terminada a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos — época em que começara a tomar gigantesco vulto, a producção de café na America — os periodos de crise, tanto de exaggerada offerta como de demasiada procura, isto é, de extrema miseria e extrema prosperidade do productor, se haviam alternado regularmente de dez em dez annos. Este lapso pareceria realmente o necessario para que repercutisse no seu maximo nas safras, tanto o enthusiasmo que fizera plantar demasiado, quanto a consternação e a depressão moral que levava o lavrador a descuidar da obra já feita e esperar melhores tempos com maior ou menor passividade.

A observação dos factos apontados produzira no espirito da commissão a triste convicção de que a existencia do productor de café individuos ou nações, confiados exclusivamente como parecia ter estado, ás forças cegas da natureza, se cara-

cterisava por uma serie de crises periodicas. Nada mais infeliz do que este viver intermitente, ou antes remitente cuja actividade se traduzia em phenomenos espasmodicos de vigor e depressão.

Qual a causa de semelhante alternativa de euphoria e angustia?

A desorganisação dos productores que não se reuniam nem se davam ao trabalho summario de se intercommunicar.

Os intermediarios prosperavam, porque faziam exactamente o contrario. Eram a ordem em face da anarchia. Comprehendiam a immensa vantagem da associação em todas as circumstancias, inclusive quando lhes parecia conveniente sacrificar desapiedadamente o productor.

O mal actual provinha do excesso da offerta, a commissão não se cansava de o affirmar. A demasiada offerta era um effeito da demasiada producção. Seria preferivel que esta ultima não existisse, ou houvesse meio legal e racional de a fazer manter-se em limites convenientes. Mas, como ella existia e tal meio não existisse o remedio seria fazer com que a demasiada producção não se transformasse em exaggerada offerta. Muita gente parecia confirmar estes dois termos, entretanto, bem distinctos.

Podia-se produzir-se muito e offerecer pouco. Era isto que a commissão propunha e tambem o que não poderia ser plena e satisfatoriamente realizado sem a união intima e sincera das nações interessadas.

Tudo no mundo se normalisava, era obvio lembral-o. Como em outras vezes acontecera, a situação haveria de vir um dia a normalisar-se pela simples espontaneidade das coisas, pela ruina das plantações e dos plantadores e o crescimento lento do consumo. E esta seria sem duvida, uma solução segura. Acaso digna, porém, de homens e nações intelligentes?

A 27 de outubro de 1902 formulava a Conferencia as suas conclusões:

A crise provinha dos preços do café que não remuneravam os esforços e sacrificios dos productores. Taes preços provinham do excesso de producção sobre as necessidades do consumo. A responsabilidade da especulação como aggravadora dos males dos productores era positiva mas seus maleficios decorriam sobretudo do excesso da offerta.

Preconisava-se pois aos paizes productores:

Prohibição, pelos meios mais efficazes, da exportação de impurezas sob nome de café e a mais assidua diligencia junto

dos governos dos paizes consumidores para obter a prohibição da importação de taes impurezas e o uso de falsificações ou quaesquer succedaneos offerecidos sob o nome de café.

Organização de uma União internacional que comprehendesse o maior numero possivel de interessados, destinada a velar perpetuamente sobre os interesses dos productores de café, mantendo constante propaganda pela palavra escripta e falada além de demonstrações objectivas, para provocar a maior expansão do bom uso do café no mundo.

A ultima das conclusões recommendava:

Como medida mais propria modificar favoravelmente, e com a maior brevidade possivel, o preço a que os productores estavam vendendo o seu café, eliminação da venda, á exportação, de uma quantidade tal da producção universal, que reduzisse a offerta ao limite aproximado do consumo addicionado dum saldo, que não devia passar de 3.000.000 de saccas de 60 kilos ou 132 libras, podendo nos primeiros tempos ter-se a respeito de tal saldo a totalidade que a existencia do actual enorme stock visivel reclamasse.

Convinha, e muito, a convocação urgente de conferencia de plenipotenciarios reconhecidamente competentes, com o objecto de se concluir um convenio ou tratado relativo ás medidas de caracter internacional recommendadas pela Conferencia, ou mais tarde suggeridas.

Antes de se dissolver resolveu a Conferencia indicar a cidade de S. Paulo para a séde da sua reunião. Assim propoz que se convidasse o Governo do Estado de S. Paulo a convocar com a maior brevidade, em logar e data de sua escolha, a Segunda Conferencia Internacional de Café, afim de se celebrarem os tratados e convenios de caracter internacional, que se inspirassem mas recommendações da Conferencia, recem-realizada, ou nas que mais tarde se sugerissem para a protecção da industria cafeeira. Para tanto deveriam os delegados ser investidos de poderes afim de celebrar os referidos tratados ou convenios.

Fosse o Governo do Brasil convidado a iniciar e levar a effeito as combinações junto aos governos dos outros paizes productores, que julgasse uteis á realização das resoluções e recommendações e demais votos da reunião que acabava de se realizar.

Encerrando a Conferencia pronunciou Assis Brasil um discurso em que declarou haverem sido dos mais efficientes os trabalhos da reunião. Alludiu ao enorme prejuizo dos pro-

ductores brasileiros, vendo o seu genero depreciado de 75 por cento.

Recordou que as crises eram como que decenaes. Em 1872 verdadeira maré de preços altos e em 1882 terrivel baixa. Em 1892 grande fluxo de prosperidade e em 1902 verdadeiro refluxo de miseria. Viria em 1912 o reverso favoravel que se desejava? Era licito esperar a volta da maré alta. O distincto presidente da conferencia, o Sr. Percy O' Sullivan, com a sua larga experiencia de homem de negocios, grande capitalista e presidente da *Coffee Exchange* declarara que ao seu ver a crise se debelaria dentro de dois annos, embora os proprios productores se mantivessem inertes.

Nada mais prejudicial a qualquer industria do que a oscillação anormal do valor do respectivo producto. Era absolutamente necessario por paradeiro a essa prejudicialissima instabilidade e isto não podia ser sabiamente conseguido senão pelos esforços harmonicos dos governos interessados. Para este objectivo, convergissem os esforços da Conferencia, cujos trabalhos tinham por este motivo o caracter de elevada e sã politica. Ainda que a fortuna a tal ponto sorrisse aos productores que vissem logo debelada a crise, os paizes interessados deveriam levar a effeito o plano de acção recommendado pela Conferencia. Era dos seres intelligentes antes prevenir os males que os remediarem, tanto mais que, muitas vezes, tornava-se o remedio impossivel. Não tinha instrucções para declarar até que ponto seriam ellas apoiadas pelo Governo Brasileiro. Confiava porém, que algumas dellas mereceriam o apoio mais cordeal tanto do povo brasileiro, quanto de suas autoridades.

Receberam todos com alegria a recommendação de que o café seria apresentado sob os verdadeiros nomes dos paizes de origem. O Brasil não desejava apropriar-se da gloria de qualquer outro paiz, e ficaria summamente satisfeito de ver o seu café vendido como *café brasileiro* simplesmente.

Sua opinião era que ao tornar effectiva esta recommendação, surgia uma questão semelhante á que a nota *made in Germany*, provocara havia tempo na Inglaterra e outros paizes. Quando se marcasse como brasileiro o café do Brasil, os consumidores se aperceberiam de dois factos interessantes: a saber que estavam simplesmente tomando café do Brasil, embora o pagassem por Moka ou Java e que o café brasileiro era pelo menos o melhor do mercado.

A pecha de que ao Brasil se devia atribuir a crise pelo excesso de producção cabia responder que se este paiz abarro-

tara os mercados devia-se isto ao facto de que o seu sólo era o mais adequado de todos ao cultivo da rubiacea.

Não se realizou a segunda Conferencia que deveria reunir-se em S. Paulo em 1903. Só se pensou em tal passado mais um quarto de século!

CAPITULO XLIV

O Congresso dos Lavradores de Minas Geraes — Estudo de vasto programma — Conclusões a que chegou a assembléa — Proposta de creação de uma Bolsa de Café no Rio de Janeiro — Informações do Ministro da Fazenda Leopoldo de Bulhões sobre a situação do café em 1903 — Queixas de deficiencia de dados por parte do Serviço de Estatistica — Dados da mensagem presidencial de Rodrigues Alves

O Congresso dos Lavradores de Minas Geraes occupou-se de programma sobremodo vasto, complexo e variado, abrangendo a lavoura de café, a polycultura a pequena cultura, e pecuaria e até as industrias manufactureiras e extractivas, a colonização, o commercio, as questões de transportes e fretes, impostos e tarifas, a mobilisação da riqueza immovel e os problemas bancarios.

A este congresso presidiram personagens do maior prestigio no Estado como fossem o ex-Presidente João Pinheiro da Silva, o grande cafeicultor José J. Monteiro de Andrade, o grande creador Carlos P. de Sá Fortes, o banqueiro João Ribeiro de Oliveira e Souza, o industrial F. Mascarenhas e o director superintendente da mineração aurifera de Morro Velho Dr. Jorge Chalmers.

Os problemas ventilados pelo Congresso a que concorreu o ministro da Viação Dr. Lauro Müller versaram o seguinte programma:

a) — que medidas poderiam ser adoptadas pelo Governo para melhorar a situação dos productores de café?

b) — conviria limitar a cultura do café, taxando-se prohibitivamente novas plantações?

c) — haveria conveniencia em tributar-se o café augmentando o imposto na razão inversa de suas qualidades, de modo a recahirem taxas mais elevadas sobre os typos baixos do que sobre os altos?

d) — resultariam vantagens da prohibição de serem exportados as escolhas e cafés baixos, misturados com pedras, terra e outras substancias extranhas? (sic!)

e) — para o fim de alcançar a expansão do consumo mundial do café mereceriam ser adoptadas certas conclusões do Congresso de Nova York, de outubro de 1902.

Eram os principaes?

Empenhar-se o Governo do Brasil em obter a abolição ou grande diminuição dos impostos de importação e consumo nos paizes estrangeiros, pedindo-se, no caso, de não ser conseguida a abolição daquelles, a taxação proporcional ao valor do café, e na razão inversa da qualidade, pagando menos as qualidades melhores.

Promover propaganda universal systematica e permanente do melhor uso do café, creando para esse fim um imposto geral sobre todo o café exportado, na proporção de 1 % do seu valor.

Manter exposições permanentes de café das diversas procedencias, com a indicação dos preços e toda a sorte de informações.

Empenhar-se pela realização do Congresso Internacional dos paizes productores de café, composto de pessoas reconhecidamente competentes e devidamente autorisadas para ajustarem um tratado regulador da producção e consumo desse artigo.

Indagava o elenco do programma do Congresso:

Conviria modificar a forma de pagamento do imposto de exportação do café, para ser directamente pago pelo exportador, de modo a levar-se o producto ao Rio de Janeiro, principal mercado mineiro, apenas onerado do frete?

Como medida pelo menos transitoria, e emquanto persistisse o preço do typo 7 abaixo de 8$, não deveriam ser diminuidos os fretes de café?

Conviria a uniformisação da tarifa do café para todas as distancias?

Offereceria vantagens o estabelecimento de entrepostos maritimos, convenientemente fiscalizados pelo Governo, ou a adopção de armazens da Central ou outros para permittirem a instituição e funcção commercial do *warrant?*

Conviria o estabelecimento de uma *Bolsa de Café* no Rio de Janeiro, devendo todas as transacções sobre este producto nella serem realizadas?

Quaes as melhores medidas a serem tomadas para evitar

os onus trazidos pelos intermediarios inuteis do commercio do café?

Como poderia intervir o Governo para auxiliar a venda directa do café no estrangeiro?

Haviam todos estes pontos do programma sido vivamente debatidos.

As conclusões da commissão especial eleita pelo Congresso, eram em favor da eliminação das escolhas e taxação tributiva dos typos 9 e 8. Havia tambem uma corrente em favor da liberdade do commercio e não intervenção do Governo. Depois de varios incidentes occorridos, aliás sem violencia de paixões, decidiu a assembléa que o Governo não devia intervir directamente no commercio. A emenda prohibindo a exportação das escolhas de typo 9, foi rejeitada por menos avultada maioria de votos. Em seguida submetteu-se á votação a emenda do Dr. Stockler, frisando a inconveniencia da intervenção do Governo em assumptos economicos. Foi vencedora, tendo a favor os votos, contrarios ás conclusões da commissão especial do Congresso. Firmou-se a doutrina da creação de uma associação de iniciativa particular dos congregados, para promover seus interesses. Para fins de propaganda, e auxiliar ao commercio de café, independente de intermediarios estrangeiros, votou o Congresso uma moção pedindo subsidio a ser cobrado pelo Governo.

Pedidas tambem foram tarifas protectoras da mercadoria nacional, proclamando-se que o grande obstaculo ao progresso do paiz residia na actuação do commercio representado por pessoas estranhas ao desenvolvimento economico do Brasil.

A commissão especial do café, no Congresso pediu ainda providencias, que occuparam toda a attenção do plenario: fosse o imposto de exportação da escolha elevado de 9 a 15 por cento para o typo 9, de 9 % a 30 % para o 8, de 9 % a 12 %. Assim se incitaria a producção dos typos finos do grão.

Tambem se votou uma moção, para que o imposto de exportação fosse progressivamente substituido pelo territorial, dentro do prazo maximo de quatro annos, estabelecendo-se uma relação annual em que um augmentasse e outro decrescesse, de forma que o imposto do café se reduzisse em 1904 a 7 % para os typos de numeros 1 a 7, inclusive, e nesta mesma proporção os productos de todas as industrias agricolas.

Emittindo o seu parecer definitivo, declarava a commissão executiva do Congresso que ao enfrentar o estudo do problema do café, de tão difficil solução, reconhecera a res-

ponsabilidade que lhe pesava sobre os hombros, tendo de emittir opiniões sobre questões que vinham occupando os espiritos mais eminentes do paiz.

Sendo a crise cafeeira uma crise nacional e não regional, apenas, procurava antes de votar conclusões, estudar e ponderar todos os grandes interesses presos á lavoura do café, assim como encarar o problema sob os multiplos aspectos pelos quaes teria de ser resolvido.

Fazendo o estudo do collapso cafeeiro, reconhecia como causas primordiaes da situação actual:

1 — *Antes da crise.*:

A insufficiencia de instrucção profissional dos lavradores;

Mau emprego do capital e abuso do credito para a monocultura demasiadamente desenvolvida por parecer então a mais remuneradora e acreditada o que provocara o abandono das outras.

A desorganização do trabalho em consequencia da lei de Treze de Maio, por falta de leis reguladoras e garantidoras do trabalho rural.

A impossibilidade de se manterem e desenvolverem outras culturas por carencia de protecção relativa aos meios de transporte e ás tarifas aduaneiras capazes de afastar o concorrente estrangeiro dos mercados nacionaes.

2 — *Depois da crise e como consequencia desta*:

A super-producção acarretando a pressão da offerta e a especulação por falta de meios de resistencia, nos mercados brasileiros.

O desapparecimento do credito e dos instrumentos de circulação, impossibilitando qualquer tentativa reformadora por parte dos lavradores e até mesmo a manutenção e custeio das actuaes lavouras, em franco *deficit*, aggravada ainda esta situação pela continua elevação dos onus fiscaes.

Convencida, como estava, de que attenuar a crise já seria encaminhar a solução do problema, apontava a Commissão primordialmente e de accordo com as conclusões da Commissão Fundamental do Congresso, as medidas que julgava dever aconselhar.

1.ª) — Decretação de uma lei reguladora dos serviços agricolas industrial e commercial.

2.ª) — Decretação de uma lei reguladora dos serviços agricolas e repressora da vadiagem.

3.ª) — Estabelecer e desenvolver o credito movel agricola, de modo a collocal-o no mesmo pé de egualdade do credito industrial e commercial.

4.ª) — Reforma do regimen tributario e abolição dos impostos inter-estaduaes e da exportação, substituindo-os pelo territorial, de accordo com as idéas do Dr. Sá Fortes expendidas em projecto sobre a remodelação do imposto territorial, afim de permittir mais amplo desenvolvimento das industrias nacionaes, particularmente a cafeeira, dessa forma amparada e garantida dentro dos mercados internos e externos.

5.ª) — Revisão das tarifas aduaneiras e de transporte.

6.ª) — Adopção de medidas de defesa — propaganda e resistencia — para o café, dentro e fóra do paiz, tomadas pelos Governos estadoaes e o da União.

Estudando a questão cafeeira sob seus multiplos e complexos pontos de vista, acompanhou-a a Commissão desde a producção nas fazendas até a venda nos mercados estrangeiros. Reconheceu como uma das causas principaes aggravadoras das consequencias da super-producção e excesso da offerta a vinda aos mercados de grande quantidade de cafés baixos e escolha que, inflacionando os *stocks,* e desmoralisando todo o producto nacional, nos centros consumidores, prestavam-se á chimica das misturas concorrendo mais do que qualquer outro factor, para a baixa.

Concluindo a analyse da premente situação julgou a Commissão bem interpretar os legitimos e verdadeiros interesses da lavoura declarando:

1.º) — Que não seria conveniente aos agricultores do Estado de Minas Geraes, desenvolver as suas culturas emquanto perdurasse a crise. Procurassem sim e com afan melhorar os typos de café pelo cuidado e capricho desde a colheita até o beneficiamento nos terreiros e nos engenhos, de modo a transformar os typos de qualidade inferior em bom café, conforme a demonstração publica feita perante os lavradores do Congresso pela Commissão.

Por esta experiencia ficara absolutamente provada a possibilidade e vantagens da transformação dos typos baixos em bons:

Um kilogramma do typo 9 continha:

De escolha 38,97 %.

De bom café, 61,03 %.

E um kilogramma do typo 8.

De escolha 25 %.

De bom café 75 %.

A perda media da escolha dos typos, bem como a media de café bom obtido, seria:

Para a escolha 31,98 %.

Para o bom café 68,01 % de typo 6, franco.

Assim pois estava a commissão convencida das vantagens da prohibição directa ou indirecta de exportação de escolha e de cafés baixos aliás reconhecidas na ultima Mensagem da Presidencia da Republica.

Lembrara esta que se a crise do café provinha, como geralmente se acreditava, do excesso de producção, seriam efficazes para combatel-a as medidas que convergissem para a valorisação do genero nos differentes mercados. E, effectivamente na franca resistencia dos intermediarios, repousava o maior embaraço para a regularisação do commercio do café e consequente movimento de seus preços, observando-se com certo desalento que, a despeito da grande baixa do paiz, o producto continuava a ser bem vendido nos mercados de consumo.

Nos paizes ricos, de forte organisação economica e commercial, crises como a brasileira eram facilmente combatidas pela acção commum dos interessados para regular as condições da offerta e da circulação dos productos. Os que, entretanto, e esta era a situação do Brasil, não dispunham de bons elementos de defesa, só podiam contrariar os effeitos da crise diminuindo o volume dos stocks pela eliminação das impurezas e as qualidades baixas do grão, beneficiando melhor o que se destinava á exportação e reduzindo ao minimo os gastos para produzil-o. Não se podia prescindir do concurso dos poderes publicos para auxilio dos lavradores na organização da resistencia e remover os embaraços que entorpeciam o desenvolvimento da grande industria, submettendo-a a um regimen fiscal atrophiante, ou sobrecarregando o productor de onus exaggerado.

Propunha a Commissão, em nome do Congresso ainda:

Que o imposto de exportação da escolha fosse elevado de 9 % a 20 %! o do typo de 9 % a 30 %; o de typo 8, de 9 % a 12 %.

Reconhecendo a necessidade de augmentar por todos os

meios o consumo do grão, dentro e fóra do paiz, e desejando attenuar o apparente rigor desta medida, que, longe de ser um sacrificio para os productores seria um beneficio em virtude do concurso a trazer á valorização do café, queria a Commissão:

Que os typos 8 e 9, acima taxados, quando torrados, fossem exportados para os Estados da União livres de direitos, cobrando-se 5 % em especie para a propaganda do café dentro e fóra do paiz.

Pelas razões expostas acima a Commissão propunha ainda a entrada livre do café nos mercados nacionaes, pagando o exportador os impostos de exportação nas alfandegas da União.

Antes de adoptada a entrada livre do grão nos mercados nacionaes, nenhuma alteração seria feita no imposto e taxas actuaes.

Estudando as condições da producção cafeeira em Minas nas suas relações com a vida economica do Estado, a Commissão declarava-se convencida de que o imposto territorial era a verdadeira base de estabilidade orçamentaria, e do engrandecimento e progresso de diversas industrias estaduaes. Provinha, como uma das necessidades de maior relevancia, para levantar e amparar a producção do Estado em geral, e particularidade a do café, que o imposto de exportação fosse progressivamente substituido pelo territorial dentro do prazo maximo de 4 annos, estabelecendo-se a relação annual em que um devia augmentar e outro decrescer, de forma que o do café se reduzisse já em 1904 a 7 % para os typos de numeros 1 a 7 inclusive; e nessa mesma proporção para os productos de todas as outras industrias agricolas.

Se não fosse opportuna essa transformação do imposto de exportação, a Commissão lembrava a equiparação de todos os impostos de exportação.

Para attender aos grandes e pequenos interesses da lavoura, a Commissão declarava adoptar o voto do Director da Recebedoria de Minas no Rio de Janeiro, pedindo:

Que o desconto de 30 % no imposto do café em côco se elevasse a 40 % e o do café em casquinha de 16 % a 20 %, visto ser esta a verdadeira porcentagem da perda em peso destes cafés, depois de beneficiados.

Continuando a estudar as necessidades da producção a Commissão reclamava dos poderes publicos, como uma das medidas indispensaveis e inadiaveis:

Uma lei indispensavel reguladora dos serviços agricolas, facilitando á lavoura os meios de melhorar os seus productos.

E como o povoamento do sólo fosse um dos maiores almejos para a riqueza e progresso do Estado, afirmava quanto convinha animar a immigração para as terras mineiras, concedendo o Governo favores tendentes a fixar o colono ao sólo. Para tanto se facilitaria o transporte de immigrantes chamados por parentes já domiciliados em Minas, requerido pelos agricultores ou associações agricolas que desejassem egualmente introduzir immigrantes para a organização de colonias onde pudessem localizar nacionaes e estrangeiros.

Protestava o Congresso contra a politica ferroviaria nos estados cafeeiros.

Havia a maior disparidade de tarifas. A Central do Brasil cobrava 243 rs. por tonelada kilometro, a Minas e Rio 310 e a Leopoldina 450!

Comparando taes fretes aos das estradas de ferro, paulistas contra os quaes reclamavam os lavradores interessados via-se que, longe de favorecerem o transporte de café, o aggravavam com tarifas exhaustivas a ponto de cobrarem pelo transporte de uma sacca em percurso de 300 kilometros e até menores, quatro a cinco mil réis ou quasi vinte e cinco por cento sobre o valor actual, isto é, o dobro ou triplo da taxa de transporte de uma sacca para a Europa ou America.

Ainda mais: estabelecera-se uma tarifa de favor no ramal de S. Paulo para o café procedente da estação do Norte, para uma distancia de 493 kilometros, de modo que uma sacca vinda desta estação pagava 1$200 ou 300 réis por arroba, ao passo que, em egual distancia da linha do Centro, pagaria 3$848 ou 962 réis por arroba, dando uma differença contra os productos mineiros de 2$648 em sacca ou 662 réis por arroba ou mais de 100 %.

Dahi resultava um affluxo de cafés baixos de procedencia paulista para o mercado do Rio. Favores tambem se haviam concedido a outros productos, deixando de lado o café cruelmente attingido pela crise e sobrecarregado de onus tão pesados que, em Minas, se elevavam de 35 a 40 % na media, o que equivalia á entrega do valor total do producto, de 2 em 2 annos e meio, para pagamento das despesas de transporte, impostos e venda do artigo nos mercados, perdendo o agricultor as despesas de custeio.

Assim pedia o Congresso a rigorosa revisão das tarifas ferroviarias de modo a homogenisal-as.

Solicitava ainda dos Governos da Republica e do Estado que fizessem a mais activa propaganda externa e interna de café brasileiro de typos de 1 a 9, concedendo ao mesmo tempo isenção permanente e total de direitos aduaneiros para machinas, instrumentos, utensilios e adubos destinados á lavoura, quando importados pelos agricultores ou associações agricolas. Requeria mais a taxação por meio de impostos municipaes, prohibitivos sobre compradores de café no interior para casas de exportação afim de impedir a acção perturbadora dos pequenos mercados sobre o grande mercado do Rio.

E como complemento ainda se requeria a fundação de um banco agricola de credito movel em Minas Geraes, a creação de uma Bolsa de Café no Rio de Janeiro e afinal o estabelecimento de um Convenio dos Estados cafeeiros sob as vistas e patrocinio da União, interessados como se achavam todos na solução do urgente problema da valorisação do grão, que era a salvação economica dos Estados e da União.

A esta competia alcançar por via diplomatica a reducção e suppressão dos direitos aduaneiros que sobrecarregavam de modo tão prejudicial o producto brasileiro nos paizes estrangeiros, principalmente na Italia, França Hespanha e Austria-Hungria e até em Portugal, onde o consumo não augmentava como nos paizes de entrada livre do genero.

Em seu relatorio de 1903, fornecia o ministro da Fazenda, Dr. Leopoldo Bulhões informações abundantes e valiosas sobre a situação cafeeira.

A Directoria do Serviço da Estatistica Commercial queixava-se da difficuldade em obter dados concordantes para o seu serviço sobre:

1.º — as entradas no Rio e em Santos;

2.º — as sahidas conforme os manifestos, no Rio, em Santos, na Victoria, Bahia e outros portos;

3.º — os embarques no Rio e em Santos;

4.º — os stocks nos mesmos portos;

5.º — os preços correntes no Rio, em Santos, na Victoria, Bahia, Nova York, Havre, Hamburgo e Londres;

6.º — o cambio bancario;

7.º — os valores das sahidas em moeda nacional e em libras esterlinas;

8.º — as sahidas por cabotagem;

9.º — os valores das sahidas por cabotagem em réis;

10º — as quantidades exportadas pelas casas exportadoras no Rio e em Santos, individualmente;

11º — as quantidades transportadas pelas companhias de vapores nacionaes ou estrangeiros;

12º — os portos de destinos de todo o café exportado do Rio, Santos, Victoria, Bahia, Ceará, Santa Catharina etc.;

13º — o supprimento visivel do mundo.

Assim como vemos ante a denuncia de tanta deficiencia de informações, era facil imaginar que os dados por ella apresentados seriam os mais falhos e inexpressivos.

Em Santos eram as operações faceis porque todo o café entrava pela S. Paulo Railway e por mar ambas as vias muito fiscalizaveis, tanto assim que as entradas em 1900-1901 e 1901-1902 calculadas pela Estatistica Commercial e a Associação Commercial de Santos apresentavam divergencias minimas de 600 saccas em 1900-1901 e 6.864 em 1901-1902.

Na Victoria, Bahia e até mesmo no Rio de Janeiro egual facilidade não existia porque, além das estradas de ferro, havia diversas outras vias de entrada, como a navegação de longo curso, a costeira, a de cabotagem, o que difficultava bastante o perfeito apanhamento. Na Bahia, e no Espirito Santo era impossivel conhecer-se a cifra das entradas; e nem se pretendera levantar estatistica a este respeito.

Outra e grande difficuldade para tal trabalho, no Rio de Janeiro, se devia á existencia de quatro vias de entradas conhecidas. As Estradas de Ferro Central, Leopoldina, Melhoramentos e a cabotagem. Destas entradas nem todas vinham para a Capital, algumas seguiam pela Leopoldina para Nictheroy, afim de serem alli embarcadas directamente para o exterior, não figurando por conseguinte nem nas entradas, nem nas sahidas nem nos stocks, constituindo movimento a parte.

O demais café, salvo transportado em transito, vinha para a Capital comprehendendo as entradas pelas Estradas de Ferro Central e Melhoramentos do Brasil, o saldo da Leopoldina que não ficava em Nictheroy e o café de cabotagem desembarcado no Rio de Janeiro. Estas constituiam as verdadeiras entradas na praça carioca.

Além destas duas cathegorias, haviam as entradas por cabotagem que não desembarcavam e eram conduzidas em transito e, portanto, só figuravam como entradas no porto, e não na Praça.

Das entradas brutas pelas estradas de ferro descontava-se um kilogramma por sacca e o restante se reduzia a saccas de 60 kilogrammas para se avaliarem as entradas liquidas.

As estimativas de entradas não podiam pois deixar de

divergir. Assim entre os dados officiaes e os colligidos pelo *Jornal do Commercio,* notavam-se fortes differenças.

Haviam estas sido de 168.000 saccas em 1900-1901 e 162.895 em 1901-1902 sendo as cifras officiaes superiores ás particulares.

Tambem na avaliação dos stocks cariocas o mesmo se dava.

Assim por exemplo as avaliações das existencias ao findar o primeiro trimestre de 1903, orçavam entre 248.452 e 510.526 saccas.

Queixava-se o serviço official da má vontade ou pelo menos da desidia dos corretores.

Urgia entretanto, tomar alguma providencia que puzesse cobro á anarchia reinante e estabelecer uma estatistica de café acceitavel por todo o paiz e estrangeiro como official.

Em relação á exportação havia tambem muita coisa obscura a esclarecer.

A consignação do café de um porto brasileiro, para um estrangeiro, não significava que o genero fosse consumido no paiz, a que o porto pertencia. Havia muito movimento de re-exportação feita, por exemplo para toda a Escandinavia, o Baltico, e por terras para os paizes centraes da Europa. De Trieste e Genova se suppria o Oriente e da Allemanha e do Havre, parte do Mediterraneo, Suissa etc.

Deste commercio de transito, não podia ter conhecimento a Directoria de Estatistica senão por meio das estatisticas dos paizes onde elle se operava. E era de lastimar que apezar de reiterados pedidos aos consules brasileiros, não fosse possivel conseguirem-se publicações das repartições estatisticas, a não ser do Chile, Argentina, Uruguay, Estados Unidos da America do Norte, e Belgica, de onde eram remettidas directamente.

Requeria-se a intervenção do Ministerio das Relações Exteriores para que tal desleixo se sanasse.

Os preços medios das vendas ao do café — typo 7 — no Rio e em Nova York, assim como ás medias do cambio nestes dois annos, haviam sido por mezes:

	MEDIAS					
	Dos preços				Do cambio	
	1901		1902		1901	1902
Mezes	Por 10 kilogr.	N. York cent. por lb.	Por 10 kilogr.	N. York cent. por lb.	Bancario á vista	
Janeiro . . .	6$620	7.16	5$110	6.37	9 7/8	11 15/16
Fevereiro . .	6$154	7.19	4$694	6.72	10 33/64	11 17/32
Março . . .	5$720	7.29	4$498	5.71	11 3/4	11 57/64
Abril	4$752	6.43	4$364	5.55	12 9/32	11 27/32
Maio	4$667	6.27	4$302	5.46	12 21/64	12 5/32
Junho. . . .	4$796	6.06	4$184	5.28	11 3/8	11 29/32
Julho	4$640	5.74	4$336	5.53	10 5/8	11 53/64
Agosto . . .	4$818	6.08	4$596	5.50	10 9/32	11 29/32
Setembro . .	4$642	5.60	4$676	5.43	10 57/64	11 25/3
Outubro. . .	5$024	6.20	4$682	5.38	11 33/64	11 7/86
Novembro . .	5$563	6.80	4$459	5.19	11 51/64	11 57/64
Dezembro . .	5$449	6.87	4$323	5.25	12 15/64	11 51/64

Houvera como se vê uma certa correlação entre cotações e taxas cambiaes, uma na razão inversa da outra.

Pelos elementos da Repartição de Estatistica Commercial, o valor da importação, em 1903 inclusive a especie metallica, fora de 505.538 contos papel, equivalente a £ 25.159.182 dizia Rodrigues Alves em sua mensagem presidencial.

Attingira em 1904 a 524.053 ou £ 26.494.766, havendo assim um augmento de £ 1.335.584.

O valor da exportação, inclusive tambem a metallica, fôra de 744.704:836$ papel ou £ 36.988.987, em 1903.

Elevara-se em 1904 a 776.217 contos £ 39.422.458, resultando pois um augmento de £ 2.433.471.

Comparados respectivamente os valores da exportação e importação em cada um dos annos de 1903 e 1904, verifica-

vam-se a favor daquella os saldos de £ 11.829.805, e de £ 12.927.692. ....

O movimento geral do commercio da Republica com o exterior, em 1904, accusava, pois, comparado com o de 1903, um augmento de: 50.027:549$000, papel ou £ 3.769.055, equivalente a 6 % do seu valor geral.

O valor nominal de exportação, em 1904, excedera ao de 1903 em 33.409:561$000 papel, augmento este de cerca de 44 %.

O seu valor real fôra maior que o de 1903 em .... 22.492:326$000 ouro, equivalente a £ 2.530.387 ou 6,8 %.

Nos quatro exercicios de 1901 a 1904, o valor da exportação fôra successivamente de £ 40.621.993, £ 36.437.456, £ 36.883.175, e £ 39.413.558, perfazendo um total de £ 155.356.182. O sensivel augmento notado em 1901 se devera á extraordinaria colheita do café que attingira 14.759.845 saccas.

Confrontando-se o quadro da exportação de 1901 com o de 1904, via-se que augmentara a sahida de areias monaziticas, borracha de maniçoba e mangabeira, cacau, caroço de algodão, carnaúba, farello, herva-matte, maganez e pelles. A exportação do café diminuira muito pouco, aliás apenas de 4.735.270 kilogrammas mas em compensação augmentara o valor respectivo.

A importação de mercadorias no mesmo quatriennio fôra de £ 94.499.049.

Do confronto deste valor com o da exportação no referido periodo (£ 153.335.182) apurara-se a favor da exportação um saldo de £ 58.587.133. Era ao mesmo tempo auspicioso o movimento das receitas federaes.

Em 1904 a receita alfandegaria apresentava um saldo de 4843 contos papel e 3039 contos ouro sobre as cifras de 1903.

CAPITULO XLV

Os melhoramentos do porto do Rio de Janeiro — Aggravação da crise cafeeira — O Congresso de Lavradores de S. Paulo — Suggestões por elle feitas

Encetando o *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercial,* para 1903, era com verdadeiro enthusiasmo que o seu autor saudava a solução definitiva dada pelo governo á antiga aspiração dos melhoramentos do porto do Rio de Janeiro, acontecimento maximo de ordem economica e social do anno de 1903. A este grande emprehendimento estavam vinculados, não só os mais altos interesses do commercio do Rio de Janeiro como tambem, em ordem ainda mais elevada, os de todo o paiz, e só o futuro poderia patentear todos os seus beneficios.

Para a tarefa ardua e complexa e para que bem pudesse ser avaliada convinha lembrar o que de essencial haviam realizado os Poderes Legislativo e Executivo.

Assim era mistér, recordar a serie de actos de ambos em diversas épocas a lei de 30 de dezembro de 1902, que autorisava o Poder Executivo a realizar as obras necessarias ao melhoramento dos portos da Republica, os decretos de 18 de maio, 8 e 16 de junho e 7 de julho de 1903, autorisando um emprestimo de oito milhões de libras para as obras do porto do Rio de Janeiro e estabelecendo um regimen especial para a execução de taes melhoramentos, as providencias sobre a encampação de diversas concessões, a autorisação para a emissão especial de apolices e o estabelecimento de uma taxa especial-ouro, de um e meio por cento, sobre a importação no Rio de Janeiro.

Provocara o ultimo decreto grandes reclamações e a Associação Commercial do Rio de Janeiro apresentara protesto á Presidencia da Republica. Accomodaram-se, porém, as coisas

ante a promessa governamental de se diminuirem as taxas desde que a situação o permittisse.

Os grandes melhoramentos portuarios e urbanos ideados pelo Conselheiro Rodrigues Alves, exigiam grandes sommas e os individuos timoratos receiavam muito que tudo isto repercutisse desastrosamente sobre as finanças nacionaes tão recentemente ainda abaladas.

Estavam ainda comprehendidas no plano geral do Governo certas obras complementares bem dispendiosas, que melhor caberiam á esphera da Municipalidade, para as quaes fôra, pelo Congresso autorisado a contrahir outro emprestimo externo de £ 4.000.000 garantido pelo imposto predial, operação esta ainda não realizada. Seriam ainda precisos alguns milhares de contos para o saneamento real do Rio de Janeiro e em face de despesas tão grandes, não era para admirar que os mais reflectidos ou timoratos indagassem se o Brasil se achava em condições de satisfazer tão pesados encargos, que corresponderiam ao incessante augmento de contribuição para os que trabalhavam e produziam.

E vinha muito a proposito reproduzir as palavras do Ministro da Fazenda, no relatorio ao Presidente da Republica, justamente na occasião em que quasi toda a attenção do Governo se voltava para a solução do problema das obras do porto do Rio de Janeiro.

A crise economica, que se accentuara, as despesas extraordinarias determinadas pelas complicações internacionaes, a occupação do Acre e a indemnisação ao *Bolivian Syndicate*, haviam impedido a continuação da retirada do papel-moeda em circulação e aconselhado ao Governo o adiamento da operação para o fim do exercicio, época em que se poderiam apurar os recursos do fundo de resgate.

Além disto, problemas varios exigiam solução urgente e não pequenas despesas, para as quaes devia o Thesouro estar apparelhado como fossem as liquidações com as companhias Oeste de Minas, Melhoramentos e Sorocabana.

A crise cafeeira continuava muito seria mau grado certos symptomas de melhoria das cotações.

Terminara o anno de 1903, sem que sob o ponto de vista pratico se tivesse dado um passo adiantado no que dizia respeito aos productos de exportação. O café de que tanto se falava e acerca do qual até certa data tanto se escrevera, ficara esquecido desde que se haviam notado os primeiros signaes da sua valorisação nas bolsas estrangeiras. Povo sem memoria, de promptos enthusiasmos e desfalecimentos doentios, os bra-

sileiros não se lembravam que o mal perdurava e residia principalmente no systema da producção dizia o analysta:

Grande numero de especialistas, estudiosos e interessados, no commercio do café, recorreriam á imprensa diaria e ás revistas, a monographia suggerindo idéas propondo soluções, as mais diversas para o vencimento da crise assoberbadora da lavoura.

Em S. Paulo, reuniu-se um congresso de lavradores que funccionou de 31 de janeiro a 3 de fevereiro e a que presidiu o Barão de Rezende homem da maior respeitabilidade.

No congresso de S. Paulo surgiram idéas acceitaveis, e outras absolutamente inacceitaveis, além de varias absurdas mesmo, como o de certo congressista que chegou a propor que o Brasil alienasse parte do seu territorio, cedendo-o á Inglaterra, afim de soccorrer a lavoura de café!

Uma commissão de 10 membros depois de estudar uma serie de planos recentes e mais antigos, cotejal-os e selecional-os, apresentou parecer de que foi relator o Dr. Ignacio Uchôa.

Diversas haviam sido as commissões eleitas pelo Congresso para estudar simultaneamente as questões relativas á valorisação do café e as indicações tendentes a fornecer recursos á lavoura.

Desde que haviam entrado na verificação e no estudo das propostas submettidas á sua apreciação, persuadiram-se da promiscuidade e connexão dos assumptos nellas contidos e viram a impossibilidade em separal-as, de modo a formarem projectos distinctos.

Haviam, portanto, resolvido fundirem-se em uma só para estudarem a materia, e sobre ella emittir parecer perante o plenario.

A assembléa não ignorava quanto era complexo este trabalho tão complexo e difficil que, assoberbava, o Estado e o paiz, com crise mais temerosa, e aguda de que havia noticia na historia da já longa vida economico brasileira. E a tal proposito se verberou ao Governo do Estado, e ao da União não terem vindo em soccorro dos principaes productores do paiz.

Muitos patriotas e illustres brasileiros se tinham occupado com a crise deixando ver no dispendio de esforços e na disparidade de opiniões, que realmente o assumpto reclamava a competencia dos profissionaes e o apurado estudo das mais complicadas questões economicas.

Não fôra porém de todo improficuo este movimento patriotico e era preciso que assim acontecesse, porque a Nação

inteira estava em perigo e dezeseis milhões de brasileiros gemiam sob a ameaça da ruina total do seu patrimonio, em risco de serem avassalados pela miseria e até pela fome, proclamava sinistra mas exaggeradamente a comissão.

O Governo se acautelasse para não ser arrebatado por essa onda devoradora, e, ainda que tardiamente, puzesse em acção todos os esforços, toda a actividade a ver se seria possivel salvar do naufragio os ultimos representantes dessa outróra rica e poderosa classe dos lavradores, agora reunida, em defesa dos mais caros interesses da nação.

As diversas commissões reunidas, depois do estudo, meditação e discussão, de cada um dos projectos offerecidos á assembléa, dellas procuraram haurir as melhores idéas, dividindo o assumpto em duas partes.

Medidas que podiam e deviam ser postas em pratica pelo Governo do Estado de S. Paulo e outras a serem executadas pelo Governo da União.

Entre as primeiras se propunha:

O contracto pelo Governo de um emprestimo interno de cincoenta mil contos em lettras ao portador, ao juro de oito por cento ao anno, com resgate pelo prazo mais conveniente; dinheiro a ser emprestado á lavoura sobre penhor de frutos pendentes ou armazenados, a prazo de um anno e juros de nove por cento.

Para a effectividade deste emprestimo, o Governo procuraria a mediação dos Bancos que melhores vantagens offerecessem.

Os fornecimentos de numerario á lavoura seriam feitos por intermedio das casas commissarias, devendo estas realizar os contractos pignoraticios com os lavradores, transferindo-os depois ao Banco com sua responsabilidade, e tambem pelos *Syndicatos Agricolas* e *Cooperativas* que se organizassem.

O Governo prestaria á Lavoura tal auxilio durante trez annos.

Advogava-se a reducção de trinta por cento nas tarifas das estradas de ferro.

Se as companhias se a ella se recusassem o Governo lançaria sobre suas rendas liquidas, impostos equivalente á reducção.

Pleiteou-se o amparo, por todos os modos, da exportação do café para os demais Estados da União, quer combatendo

o estabelecimento de impostos interestadoaes, quer instando pela reducção do frete de cabotagem.

A proposito deste topico lembrou o relator que se sabia ao certo de que os Estados do Norte do Brasil, eram suppridos de café, frequentemente, pelos Estados Unidos!

Continuavam os itens do projecto, solicitando:

Um auxilio para a creação de caixas cooperativas para a propaganda do café no estrangeiro.

A eliminação de 20 % da exportação, devendo esta retenção recahir sobre os cafés baixos e ser feita sob a forma de imposto, pago em especie pelo exportador.

Dos cafés baixos provenientes dos impostos, o Governo destruiria dois terços, reservando o resto para ser exportado, torrado, por intermedio dos *Syndicatos Agricolas,* em proveito destes e isento de impostos.

Tal disposição visava um meio de propaganda:

Solicitavam-se providencias no sentido de se não interromper a corrente immigratoria.

Pedia-se ainda a suspensão da lei estadual que prohibia a plantação de café até que os outros Estados productores adoptassem egual medida.

Para serem executadas pelo Governo da União pediu o Congresso dos Lavradores Paulistas:

A emissão de papel-moeda, por meio do Thesouro ou de um Banco, no total de pelo menos 150.000:000$000, destinada a ser emprestada aos Estados cafeeiros, proporcionalmente á producção de cada um, e destinada exclusivamente á indemnisação dos cafés baixos eliminados e á creação de estabelecimentos de credito agricola e hypothecario e auxilio a cooperativas.

Para a creação destes Bancos agricolas deveria o Governo preferir a proposta que maiores vantagens offerecesse, sugestão aliás ingenua.

Pleiteou-se ainda a reforma da lei hypothecaria no sentido de ser a divida extincta, pela execução, solemne do immovel hypothecario, quer esta se realizasse pela arrematação ou pela adjudicação, devendo o adquirente em todos os casos res-

ponder pelo salario dos colonos e pessoal das fazendas em relação aos serviços prestados no ultimo anno.

A proposito deste item levantou-se divergencia no seio da commissão. Explicou o relator que a disposição fôra de preferencia acceita no sentido de serem favorecidos os que pugnavam pela moratoria.

O ultimo dos itens rezava:

Propugnar-se-á promover perante os Governos estrangeiros, medidas tendentes a evitar a reprimir a falsificação do café e esforçar-se pela diminuição dos direitos de entrada.

Declarou a commissão que estes dez itens compendiavam as medidas acceitaveis constantes dos projectos apresentados á assembléa e outras publicadas pela imprensa e apresentadas com visos de criterio.

Expoz depois os seus pontos de vista:

Em relação á reforma hypothecaria, propondo a extincção da divida pela execução do immovel, convinha considerar, como meio de encarecer a reforma o facto natural e provavel de serem os credores hypothecarios impellidos á execução de seus devedores, desde que a adopção desta serie de medidas propostas melhorasse a sorte da lavoura pela restauração do valor do café.

Em relação á indemnisação do café eliminado, havia a considerar a conveniencia da diminuição gradual da indemnisação a proporção que o café se valorisasse, até a extincção da mesma desde que o producto alcançasse o preço de 7$000 por 10 kilos.

Os Estados deveriam concorrer anualmente para o Governo da União com a quantia precisa ao resgate da emissão dos cento e cincoenta mil contos, devendo o Estado de São Paulo hauril-a do imposto de exportação de 11 % e se fosse preciso por meio da creação de um imposto de 100 a 150 réis por arroba de café, desde que a mercadoria attingisse 7$000 por 10 kilos.

E nem havia duvida que o Governo do Estado poderia adoptar este recurso extraordinario, desde que se compenetrasse da necessidade e conveniencia de reduzir despesas, fazendo cessar as obras publicas não urgentes.

O emprestimo de 50 mil contos, era tão urgente que o Governo devia contrahil-o logo mesmo sem autorisação do

Congresso, (sic!) a cujo ulterior conhecimento levaría o facto, pedindo que o approvasse como medida de salvação publica. A lavoura estava impaciente e afflicta a notar o retrahimento inexplicavel do Governo em face dos seus soffrimentos, era preciso que fosse immediatamente attendida. Accrescia a circumstancia de que o mal era por sua natureza tão agudo, que o remedio para que se mostrasse benefico, precisava ser applicado de prompto.

Propuzera-se para as lettras do emprestimo o juro de 8 %. mas poderia o Governo contrahil-o com juro mais modico, a porcentagem proposta era para o caso de preferir o Governo, para não arriscar o credito, fazer o emprestimo á lavoura, dando ao mutuario, as proprias lettras.

Era claro que as medidas lembradas para a valorisação do café deviam ser applicadas por todos os Estados cafeeiros. A medida da eliminação de 20 % da exportação, certamente a que mais repugnaria aos outros Estados, estava attenuada em sua apparente aspereza, pela indemnisação, que cada Estado applicaria como julgasse mais conveniente. Para tal indemnisação aventava-se a emissão de 150 mil contos, que o Governo da União emprestaria aos Estados. No intuito de promover a acceitação dos meios de defesa do café, pelos outros Estados, lembrava-se a conveniencia da nomeação de uma commissão permanente e executiva que promoveria tal acceitação. Isto seria facilmente alcançavel com o concurso do Governo da União.

Terminando o longo parecer reconhecia a Commissão que ainda muito teria que objectar, se quizesse esclarecer todos os pontos de sua proposta, mas era o tempo escasso e as resoluções do Congresso urgentissimas.

Trouxe o parecer dez assignaturas, das quaes trez de lavradores de consideraveis lavouras. Em suma a medida essencial consistia no appello ao Governo da Republica a que contrahisse um emprestimo interno de 50.000:000$000 e emittisse 150.000:000$000 de papel-moeda destinados a auxiliar a lavoura de café.

CAPITULO XLVI

Opiniões do presidente Rodrigues Alves sobre a crise cafeeira, expendidas ao Congresso Nacional — Situação financeira satisfatoria do paiz — O problema da valorisação no Parlamento— Projecto de Antonio Candido Rodrigues — O voto em separado de Galeão Carvalhal e Francisco de Sá

Havia longos annos vinham os poderes publicos assediados por difficuldades financeiras agravadas por uma multidão de causas e os tristes effeitos de erros accumulados, reflectidos muito accentuadamente no credito da Republica, deprimindo-o, e levando a moeda brasiliera ao ultimo grau da desvalorização, lembrava Rodrigues Alves em sua mensagem presidencial de 1903.

Como era natural haviam-se concentrado todos os esforços para combater tal estado de coisas e a reacção operada e manifestada na estabilidade da taxa cambial, na cotação dos titulos brasileiros e na confiança que renascia para as transacções commerciaes e industriaes denunciava a proficuidade do trabalho dos presidentes seus antecessores e a conveniencia de proseguir o Governo no plano iniciado.

O regimen instituido, em consequencia do grave incidente do *funding loan,* a cujo periodo de duração assignalara a execução leal e completa das clausulas do accordo celebrado, fundava-se em elementos capazes de assegurar estabilidade e firmeza á situação financeira da Republica.

Constituindo fonte perenne de perturbações a natureza precaria da moeda nacional, convinha não repudiar os processos aconselhados para a tornar boa valorizando-a.

O fundo de resgate e o fundo de garantia, que o legislador afinal instituira, satisfaziam plenamente estes intuitos devendo ser mantido em condições de poderem funccionar com regularidade. Fortalecido pela arrecadação de parte dos direitos de importação em ouro, providencia que sempre parecera

ao novo presidente da efficacia incontestavel o systema financeiro do paiz podia-se considerar garantido contra a violencia de novas crises.

O exito de taes providencias dependia, entretanto, de uma condição essencial — a elaboração de leis orçamentarias expressas com exacta verdade. Era o mais simples dos problemas, mas a lição financeira ensinava que nada facil em ser resolvido. Determinar a somma aproximadamente precisa das receitas e não excedel-a, em absoluto, na applicação ás despesas reclamadas pelos serviços devia ser o grande empenho do legislador, fossem quaes fossem os interesses a contrariar. Os orçamentos do Brasil — não havia mal em dizel-o, porque todos os sentiam, nem o caso era exclusivamente brasileiro o mesmo se dando com Nações mais adeantadas, eram feitos tardiamente, encerrando germens de perturbação na deficiencia de algumas dotações ou na multiplicidade de autorisações consignadas com prejuizos do computo geral da receita. Das verbas de despesas mal dotadas provinha frequentemente a necessidade da abertura de creditos supplementares; as autorisações não incluidas no calculo geral perturbavam todas as previsões, e a votação tardia dos orçamentos impedia a distribuição dos creditos, provocando desordens no serviço e as mais justas reclamações dos interessados.

Isto constituia normas conhecidas para bem regularizar as finanças dos povos. Estes porém, não podiam prosperar sem o desenvolvimento da producção e da riqueza. Como todos os paizes novos e de vasta extensão territorial, o Brasil estava na dependencia do capital, que não era bastante para fecundar o trabalho, de braços que o procuravam com desconfiança, e desanimo, e de vias de communicação que precisavam ser abundantes para tornar facil a circulação dos productos.

Deviam os poderes publicos empenhar-se para que estes grandes factores da vida economica fossem estimulados e pudessem entrar em actividade. Comprimida pelas exigencias de uma crise financeira severa e prolongada, cujos feitos se haviam feito sentir por toda a parte, affectando a producção, enfraquecendo ou quasi eliminando o credito e perturbando sensivelmente as fontes de rendas dos Estados, a situação economica tornara-se mais grave com a baixa dos preços dos generos de exportação, principalmente a do café, base fundamental da riqueza brasileira. Vigilantes se mantinham aliás as classes agricolas e os governos dos Estados se esforçavam com solicitude para attender aos seus ardentes reclamos.

Desde que a crise do café provinha, como geralmente se

acreditava, do excesso de producção, seriam efficazes para a combater as medidas convergentes para a valorização do genero nos differentes mercados. Era effectivamente na fraca resistencia dos intermediarios que repousava o maior embaraço para a regularização do commercio cafeeiro, e consequente movimentação de seus preços, observando-se com certo desalento, que a despeito da grande baixa no paiz, continuava o producto a ser vendido nos mercados consumidores.

Nos paizes de grande riqueza publica e forte organização economica e commercial, eram as crises de tal natureza facilmente combatidas pela acção commum dos interessados para regular as condições da offerta e circulação dos productos. Os que, como o Brasil não dispunham de bons elementos de defesa, só podiam contrariar os effeitos das crises diminuindo o volume dos seus *stocks* e a eliminação das impurezas e qualidades baixas do producto beneficiando melhor o que se destinava a exportação e reduzindo ao minimo os gastos de producção. Não podiam ao mesmo tempo prescindir do concurso dos poderes publicos para auxiliar os lavradores na organização da resistencia e remoção dos embaraços entorpecedores da grande industria.

A situação economica brasileira, apezar da crise cafeeira e da baixa de preços dos principaes productos de exportação não era comtudo desanimadora.

Segundo os dados, ainda incompletos, da Repartição de Estatistica Commercial, a exportação fôra em 1902 de 736.100 contos e a importação de 467.249, verificando-se portanto um saldo de 288.861. Os dados modernos do *Commercio Exterior do Brasil* rectificam aliás estes numeros para 735.940, 471.410 e 264.826 contos.

Em 1901 fôra a exportação de 860.827 contos e a importação de 449.956, sendo o saldo de 410.871. As cifras do *Commercio Exterior* rectificam taes numeros para 860.827, 448.353 e 412.474.

Embora o valor da exportação diminuisse e o da importação augmentasse em 1902, a taxa cambial mantivera-se com pequenas oscillações. Tal facto e a circumstancia de procurarem aplicação nas industrias e fundos publicos as economias que se iam apurando, demonstravam que a confiança renascia.

A crise com que lutava a lavoura realmente acarretara grandes prejuizos a alguns Estados. Não podia, entretanto, surprehender aos que acompanhavam attentamente o movimento economico, desde que se vira a producção do café elevar-se, em doze annos, entre 1890 a 1902, de 4 a 15.000.000

saccas e o consumo não crescer na mesma extraordinaria proporção.

Coincidira este augmento de offerta com a valorização do papel-moeda, manifestada pela alta do cambio, e assim era natural que a situação dos productores se tornasse muito melindrosa.

A grande offerta do genero fôra o maior factor do lamentavel phenomeno. Outros, porém, cooperavam para a situação, actuando lentamente, como effeitos necessarios de leis naturaes, que a ninguem era licito contrariar, em um meio que soffria a influencia da moeda, fiduciaria inconversivel.

O capital representado pela terra e as machinas não podia contar com a remuneração de outros tempos, em que menos oneroso era o trabalho. O salario, reflectindo as condições geraes do paiz, era tanto mais exigente quanto maiores os gastos da subsistencia. O credito fôra sempre quasi nullo, não se sentindo o effeito da sua grande funcção protectora. O que se fundasse sob o penhor das safras por si só poderia fornecer ao productor os meios de esperar, sem impaciencia, a colheita e entregal-a ao consumidor sem precipitações.

Impunha-se a necessidade de organizar a defesa contra a irregularidade dos mercados e certos processos dos intermediarios do commercio do café. Era lisonjeiro porém assignalar que os lavradores se congregavam em syndicatos agricolas para promoverem a defesa de seus interesses.

Faltavam ainda por completo ao Brasil institutos que satisfizessem ás necessidades economicas do paiz. Era até admiravel como, sem, elles, as industrias se houvessem mostrado resistentes.

O Banco da Republica achava-se em situação especial, procurava alargar as operações de desconto não lhe faltando a confiança manifestada pelo augmento dos depositos. Intervindo no mercado cambial, sua principal, sinão exclusiva preoccupação, fôra embaraçar as grandes oscillações que perturbavam a vida commercial. A carteira das liquidações não podia auxiliar a dos descontos sem desviar-se de sua funcção precipua da amortização em curtissimo prazo, da emissão das inscripções de 1900. O banco representava menos um elemento positivo do que negativo na vida economica do paiz, e, entretanto, o que se precisava era de propulsores que imprimissem movimento ás riquezas adormecidas ou latentes.

Notava-se a despeito de tudo, que ia conseguindo melhor direcção a actividade nacional, monopolisada até então pelas chamadas *grandes industrias agricolas*. O café, a borracha, o

fumo, e o assucar, renderam em 1902 na exportação, menos do que no anno anterior; a herva mate, o cacau e o algodão, algo tanto mais. Outros productos de menor importancia manifestaram franca melhora, representando o seu valor 9,7 % da exportação em 1902, contra 6,7 % em 1901.

Era satisfatoria a situação financeira do paiz, como se deprehendia dos depositos no estrangeiro e no Banco da Republica e a alta cotação dos titulos brasileiros internos e externos.

Parallelamente ás discussões do Senado debatia a Camara dos Deputados o assumpto capital da valorisação do café. Na sessão de 28 de agosto de 1903, tomava a palavra um representante de S. Paulo, dos mais acatados, Antonio Candido Rodrigues, antigo engenheiro militar mais tarde ministro de Estado.

Vinha em nome das bancadas dos estados cafeeiros apresentar um projecto de lei, no sentido de affirmar, que a lavoura cafeeira necessitava ser protegida e amparada na temerosa crise que havia sete annos vinha atravessando de modo cruel, e, de dia para dia, aggravada de forma insustentavel.

Analysou a crise sob todos os aspectos e, após accentuar que essa agravação provinha de causas e origens distinctas taes como a substituição do trabalho escravo pelo livre, etc. fez ver que ella assumira maiores proporções não só com o cumprimento exacto do *funding loan* como pela especulação de alguns exportadores que se haviam convertido em monopolisadores do café.

Em face das diversas evoluções por que passara, sempre em marcha crescente, vira-se a lavoura desapparelhada para resistir á crise porque não tinha ao seu lado o instrumento do credito. Faltava-lhe o amparo dos poderes publicos que, nem ao menos cogitavam da propaganda do producto, facilitando assim o consumo e, portanto, forçando a alta de seus preços insignificantes.

Synthetisou as considerações salientando a necessidade de se procurar um meio qualquer, embora artificial para se amparar a lavoura e melhorar, as cotações, já que não era mais possivel voltar aos bellos preços de outróra.

Este projecto trazia as assignaturas de trinta e seis deputados dos quaes 16 paulistas, 16 mineiros e quatro fluminenses.

Autorisava o Executivo a promover a valorisação do café e o equilibrio entre a offerta e a procura do genero. Para isto, além de outros meios considerados aptos, poderia de accordo com os diversos estados productores auxiliar, por meio de

garantias de juros, subvenções, porcentagens, augmento, redução ou isenção de impostos, os syndicatos agricolas ou emprezas commerciaes idoneas que tivessem por fim:

Regular o commercio do café brasileiro, garantindo-lhe um preço minimo durante um prazo determinado.

Fazer activa e constante propaganda, operar com o credito agricola, por descontos e redescontos de lettras agricolas e de lettras ou ordens de lavradores, por emprestimos ou adeantamentos para o custeio das lavouras, com garantias de penhor agricola ou mercantil, *warrants* e hypothecas.

O Governo Federal estudaria immediatamente as condições dos paizes productores e as condições dos mercados consumidores, crearia e regulamentaria a bolsa de café, podendo crear typos brasileiros de café.

Faria dentro ou fóra do paiz, as operações de credito necessarias á execução da lei, obrigando-se os Estados, perante a União e respectivamente aos seus territorios, pelos compromissos que esta assumisse para a fundação de estabelecimentos de credito agricola nos mesmos Estados, assim como se obrigariam os Estados productores de café pelos compromissos para a valorisação e propaganda de sua mercadoria e o augmento, reducção ou insenção de impostos de exportação.

Na sessão de 23 de dezembro de 1903, era divulgado o parecer da commissão de orçamentos autorisando o Governo a promover a valorisação do café e o equilibrio entre a offerta e á procura, do genero.

Compunha-se de oito membros e tinha como relator o deputado do Piauhy, Anisio de Abreu. Dois membros, Cornelio da Fonseca, de Pernambuco, e Urbano Santos, do Maranhão, oppunham restricções ao parecer integral assignado por Cassiano do Nascimento, Francisco Neiva, David M. Campista, além do relator.

Apresentou voto em separado o deputado por S. Paulo Galeão Carvalhal a quem acompanhava Francisco de Sá.

Dizia o relator que não era propriamente um projecto de lei o trabalho submettido ao estudo da Commissão, e sim ampla autorisação conferida ao Governo, em que se achavam comprehendidos diversos meios indicados como adequados á solução do problema da defesa e valorisação do café.

A autorisação não firmava, não escolhia, não preferia entre os alvitres apontados, indicava-os enumerava-os, deixando ao criterio do Governo a selecção do melhor, do mais opportuno e efficaz.

A commissão se escusava de indagar se o projecto não

derrogava funcções privativas do Poder Legislativo e até se não seria inconstitucional.

A simples leitura do projecto tornava evidente o que estava na consciencia geral a solução do problema dependia principalmente da iniciativa e da acção conjunctas dos governos dos Estados cafeeiros e da propria lavoura.

Tão funda e arraigada porém, era a crença, no poder do Centro, que mesmo nos actos de exclusiva competencia do congresso, nas medidas dependentes unicamente da energia, do querer e do esforço de elementos estranhos á esphera governamental, naquillo que affectava directamente o interesse de determinada classe e que só a união e solidariedade dos seus membros bastaria para assegurar o exito de suas aspirações, que sem o prestigio do Governo Federal nada se tentava, agitava ou promovia. Fóra da influencia deste nada medrava toda a iniciativa era vã, nada se cria passivel de viabilidade.

Dahi a crise ter-se prolongado por tanto tempo, entregue exclusivamente á acção do tempo, ás incertezas do acaso e, o que era peor, á especulação estrangeira, que a mais e mais emaranhava em suas teias de aço o monopolio do principal genero de producção brasileira.

Já Murtinho demonstrara á saciedade, e luminosamente, que a crise cafeeira não proviera da decadencia do trabalho nacional e sim de uma degradação economica consequente á applicação desse trabalho, na producção desordenada de um só genero, excessivo, no mercado, superior ás necessidades do consumo, gerando por este motivo o aviltamento dos preços estimulando os appetites insaciaveis da especulação, anormalizando o mercado, destruindo-lhe o equilibrio, anullando a lei da offerta e da procura, difficultando a possibilidade de quaesquer calculos e previsões.

As emissões de papel-moeda, gerando a grande abundancia de capitaes ficticios, haviam incitado a febre de negocios fabulosos, extinguido a noção da riqueza como producto do trabalho lento, desciplinado e seguro.

Inflitrara no espirito da lavoura a ambição irresistivel e tentadora das grandes fortunas, realizadas com rapidez e facilidade, sem grandes esforços e perseverança. Fôra a causa principal e directa da ruina que a opprimia e que ella mesma preparara.

A solução da crise limitava-se a um recurso simplista: diminuição de producção e alargamento de consumo.

Quanto a este poderiam os poderes publicos intervir pela propaganda, a revisão das tarifas ferroviarias etc.

Mas quanto á diminuição da producção esta só se poderia prever pela politica da selecção feroz do *laissez faire, laissez passer.*

De quanto reinava verdadeira anarchia mental em materia de politica cafeeira havia forte documentação nas paginas dos Annaes do Congresso traduzida pelos numerosos projectos apresentados ao plenario e abandonados por inviaveis.

Achava a commissão que desde muito já poderiam ter sido adoptadas providencias debeladoras da crise, ou pelo menos della attenuadoras.

Só a realização de duas "prohibição da exportação dos cafés baixos e a abaixamento dos impostos de exportação na proporção inversa dos typos" teria de muito, e promptamente, concorrido, senão para evitar, pelo menos para diminuir a intensidade, a aggravação e o prolongamento da crise, desde que a queima e a privação de plantações novas haviam sido, desde logo, postas á margem como, barbaras e impraticaveis.

A sua realização, porém, dependia exclusivamente dos proprios lavradores e dos Estados cafeeiros, por intermedio dos respectivos governos e assembléas.

A massa enorme dos cafés baixos brasileiros no conjuncto da exportação era o terrivel factor da depressão das cotações. A rehabilitação do renome do producto brasileiro impunha-se a todo o transe. A especulação, sobretudo a morte americana, era outra causa de prejuizos dos mais serios. Haviam os preços altos, além de tudo, acostumado e muito mal, tanto os governos quanto os particulares.

Opinava o relator:

No meio da crise, que era geral, e a todas as classes e impulsos da sociedade e do trabalho affectava, ninguem queria fazer o minimo sacrificio em favor de si proprio e da communhão, pretendendo ou acreditando poder manter, integra e completa, na adversidade, a prosperidade ficticia de outróra.

Os governos não se resignavam a reduzir de um ceitil os gastos das organizações administrativas apparatosas e a simplificação dos serviços; os individuos, não se resignavam a proporcionar as despesas á cifra minguada da receita. Tinham todos os olhos voltados, confiantes e obstinados, para a intervenção providencial, a unica que se lhes afigurava — efficaz, a do Governo Central.

Debalde se lhes fazia ver a improficuidade de semelhante intervenção. E mais do que isto, a absoluta impossibilidade della poder dar-se no momento difficil que transcorria. Era em vão que os espiritos, rectos e bem orientados, como o do

secretario da Agricultura de São Paulo, o Dr. Francisco Malta escrevia acerca da atmosphera pesada que a todos acabrunhava e não era como a lavoura supunha, o resultado decorrente do preço reduzido a que resvalara o café, unico artigo importante no balanço das operações commerciaes brasileiras, e sim o resultado da obstinação confiante na rotina, até então seguida, nada creando, nada substituindo, nada colligindo. Accrescentava e não alargava os horizontes da actividade commercial pelo augmento das permutas ou a variedade dos productos, sem destruir uns mas iniciando o desenvolvimento a exploração de outros.

As crises commerciaes e agricolas, resolviam-se naturalmente pelo restabelecimento do equilibrio dos elementos cujo conflicto haviam concorrido para as crear.

Nada, força alguma seria capaz de lhes impor determinada directriz.

Haveriam de seguir o curso fatal até que factores favoraveis surgissem de novo pelo influxo de leis a que estavam sujeitas.

Todas as medidas tendentes a desvial-as do leito em que corriam, eram sempre negativas, como de tal davam abundante copia as experiencias, maximé quando tinham por causa — o delirio das ambições pela fortuna rapida, o abuso do credito e a especulação desconhecida como no Brasil, infelizmente succedera.

Não haviam sido individuos das differentes classes sociaes, experientes e inexperientes, que se tinham atirado vertiginosamente á exploração da cultura, em grande escala, da preciosa rubiacea, delineando e executando, sem methodo, obras monumentaes, iniciando e desenvolvendo vastos emprehendimentos demandando avultados recursos em capital e braços? E todo esse edificio não fôra obra apenas da iniciativa individual?

E o instrumento da sua formação apenas o credito pessoal?

Os remedios a este mal generalisado eram de sobra conhecidos e os unicos: previdencia, redução de despesas, resignação ao trabalho, sem o esquecimento da lição recebida, com a queda dos calculos illusorios.

Illusorio viria a ser o recurso do appello ao thesouro. Os que o pretendiam pareciam olvidar-se de que se o Estado de um lado dava do outro absorvia, se contrahia emprestimos para os distribuir, pelas classes necessitadas, estas e o povo teriam de pagal-os mediante o augmento de impostos.

Havia além de tudo outra causa provocadora do retardamento da solução do problema economico, a delicadeza e disparidade das condições financeiras dos quatro mais importantes estados cafeeiros.

Não eram egualmente responsaveis, como causadores do augmento crescente da super-producção.

Como combinariam o caso da eliminação dos cafés baixos ou agravação das taxas sobre os mesmos, que lhes iria retirar parte da producção, ou desequilibrar-lhes os orçamentos para sanar um mal de que alguns não tinham culpa, e quando tal sacrificio não teria a todos custado a mesma somma de esforços, nem affectaria por egual, ou irmãmente, os interesses de cada um?

Com effeito e innegavel, pois, a afirmativa que partia das fontes mais insuspeitas — a super-producção era obra quasi exclusiva do Estado de São Paulo. A crise podia-se dizer estava, portanto localizada. Quem o affirmava era dos acerrimos defensores da lavoura paulista, um dos seus orgãos mais autorisados — o relator do parecer que consubstanciara os votos dos lavradores, na memoravel reunião de 22 de junho de 1903.

Na sua monographia de 1902, *Valorisação do café*, escrevera:

"Produzimos de mais: produzamos m e n o s! Vejamos quanto e cinjamo-nos a São Paulo, que, desde vinte annos, em todo o mundo, tem sido o unico factor do augmento dos supprimentos.

Desta disparidade decorria a diversidade das medidas reclamadas, para a solução da crise pelos proprios Estados mais directamente nella interessados.

Dahi tambem decorria a existencia de duas correntes de opinião; uma querendo a intervenção directa, immediata e urgente, do Governo da União, por meio do monopolio; outra, confiando de preferencia na iniciativa individual, na solidariedade das classes agricolas e industriaes, indirectamente auxiliadas pelo Governo.

Estas duas tendencias claramente se accentuavam e definiam-se nas conclusões votadas nos dois congressos agricolas, o de Minas a 13 de maio, e o de São Paulo, a 22 de junho, ambos em 1903.

O projecto Candido Rodrigues, afigurava-se á Commissão capaz de harmonizar e satisfazer os intuitos, destas opiniões divergentes, habilitando o Governo a agir com efficacia dentro da esphera das legitimas funcções, sem armal-o em

banqueiro, industrial ou fiador de um e outro, em beneficio da lavoura do café.

Havia quem o reputasse infringente da Constituição, por investir o Governo do direito de crear monopolio.

Infundada parecia a critica.

Synthetisando os seus pontos de vista declarava a commissão:

Auxilios indirectos, amplos, completos, urgentes — sim: auxilios directos — por meio de emprestimos, de retirada de dinheiro dos cofres publicos, de operações de credito, de emissão de moeda-papel, ou de apolices — não e nunca!

Era dos primeiros que a lei cogitava, era delles que a lavoura, necessitava e os unicos que o governo lhe podia conceder, os unicos que, votando a lei em elaboração a commissão não o autorizava a conceder.

Aliás confiava ella na inquebrantabilidade das directrizes governamentaes.

Quão melindrosa era a situação da lavoura cafeeira; digna da solicitude dos poderes publicos! Mas estes não podiam ir ao ponto de sacrificar os interesses communs e superiores do paiz, fazendo-o retrogradar ao regimen funesto que o arrastara á moratoria havia tão pouco e do qual sahira á custa de tantos sacrificios — o regimen condemnado das emissões e dos emprestimos!

Não era esta a primeira experiencia deste genero a que se submettia o Brasil.

As anteriores de auxilios pecuniarios á lavoura, por intermedio do Estado, mas á custa do povo, haviam deixado profundas e tristes recordações, eloquentes de mais e bem vivas ainda, para aconselhar a maxima prudencia em quaesquer tentativas renovadoras no mesmo sentido.

O auxilio directo agora como então, iria de preferencia, beneficiar a terceiros; era possivel que minorasse a oppressão sob a qual viviam alguns fazendeiros, mas certamente não salvaria a lavoura.

Iria pelo contrario, augmentar a crise, incrementando a monocultura, favorecendo e estimulando a expansão das novas plantações e o regimen funesto do desaperfeiçoamento do producto em que a qualidade se sacrificava á quantidade, o que queria dizer — continuaria a desvalorisação dos cafés brasileiros, e, portanto, a impossibilidade da elevação dos seus preços.

O proprio Congresso para ser coherente, devia lembrar-se de que resistira inflexivelmente, ás continuas e intensas

solicitações de favores directos, na phase mais aguda da crise. Agora que esta se achava em declinio, não poderia enveredar por caminho diverso.

Assim a commissão ainda pedia á Camara que approvasse as emendas da lavra de Ignacio Tosta, determinando que só pudessem ser utilisadas emprezas commerciaes para os auxilios á lavoura á falta absoluta de syndicatos agricolas, organizados de accordo, com a lei de 6 de janeiro de 1903 e praticamente apparelhados, e a da autoria de Pandia Calogeras que excluia clara e expressamente qualquer emissão de papel-moeda.

Do parecer da commissão, divergiu completamente como dissemos um dos seus membros, o deputado por São Paulo, João Galeão Carvalhal, que se mostrou absolutamente infenso á intromissão do Governo nos assumptos relativos á crise cafeeira.

A crise que ha alguns annos atormentava a lavoura cafeeira, affirmou, não seria resolvida por medidas de excepção. Estavam os interessados de accordo em que a baixa dos preços resultava da super-producção, consequencia natural das extensas plantações recentes, feitas principalmente no Estado de S. Paulo.

Para remover semelhante mal, ainda não se descobrira remedio, capaz de sustentar os altos preços de um genero offerecido em demasia ao consumo. O remedio unico, aconselhado pela experiencia e a licção da historia, seria deixar que o equilibrio se restabelecesse pelos meios naturaes, a saber pela eliminação das unidades mais fracas, incompletamente apparelhadas ou explorando cafesaes decadentes, eliminação que se effectuaria sempre automaticamente e sem abalo, uma vez que não a embaraçasse a intervenção de forças contrariantes.

Os adeptos da intervenção governamental, explicavam a actuação dos poderes publicos, por considerarem o café como a base principal da fortuna publica nacional.

Em que repousava semelhante convicção?

A opinião dominante nesta corrente era de que as exportações de mercadorias constituem as receitas das nações novas e as importações suas despesas; daquellas provinha lucro e destas desfalque.

Dahi nascera um estado d'alma nacional prismatico, attribuindo á lavoura de café outras virtudes, negadas a qualquer outro ramo do trabalho nacional? não era ella equiparada ás demais industrias a cargo da iniciativa individual?

Allegavam os defensores dos auxilios que a lavoura do café era a que mais contribuia para avolumar a cifra da expor-

tação. Assim por isso ao Estado competia tratal-a com mais prestigio e amparar-lhe os capitaes avultados, que corriam os mais serios riscos. Diminuindo a exportação, diminuiriam, correlativamente, as receitas dellas oriundas para a fortuna publica.

Alludiu o deputado paulista ao embate de idéas absolutamente em contraste e á diversidade de soluções propostas repetindo umas ás outras. Todos porém estavam acordes em exigir a responsabilidade do Thesouro.

Referindo-se ao caso da propaganda em que tambem queriam envólver o Governo ironicamente observava o deputado divergente que os defensores da valorsiação como que admittiam faltasse ao commercio universal a capacidade e o tino necessario ao exercicio de suas actividades e como si e enorme consumo moderno do café, não fosse o resultado do esforço empregado pelos negociantes que tinham avultados capitaes empregados em tal ramo de negocio.

Convocado o Congresso estadual paulista, a 5 de março de 1903, explicara o Presidente Bernardino de Campos os motivos que o haviam levado a promover esta reunião extraordinaria, motivada pela situação em que se achava o ramo mais importante da agricultura paulista brasileira affectando profundamente a sociedade paulista e prejudicando os interesses geraes do paiz.

Na crise do café reflectia-se, grandemente, a influencia da sua propria riqueza, explicava o presidente paulista.

Mercadoria privilegiada por suas qualidades intrinsecas e a limitação dos territorios apropriados á sua cultura, o café, por sua opulencia no commercio do mundo, legitimamente atrahira a actividade de todos os que dispunham dos elementos naturaes para produzil-o.

O valor do artigo remunerava fartamente os mais extremados esforços do trabalho, a despeito da mais franca concorrencia.

Em São Paulo, haviam collaborado, na obra grandiosa e admiravel das vastas culturas, a acção particular e a publica — uma, aproveitando, com intelligencia caracteristica energia e labor tenaz, a uberdade das terras por vezes portentosa — outra, mantendo o direito, garantindo o crédito, a propriedade e o trabalho, abrindo faceis communicações, proporcionando a rapidez no transito pela navegação e as vias ferreas, desenvolvendo o povoamento e a immigração, diffundindo o ensino geral e o profissional, saneando cidades e povoações.

Nada mais natural e humano do que as consequencias deste conjuncto de coisas.

Formara-se pois um meio propicio ás elevadas e sãs exigencias da vida social, que impunha confiança e concitava as sympathias e adhesões naturaes.

Todos lhe adjudicavam haveres e esforços.

Delle provinham os recursos que engrandeciam as povoações e as cidades, agora dotadas de todos os melhoramentos mantenedores das condições de vida e saúde; os que ministravam o ensino aperfeiçoado ás novas gerações, promoviam a ordem e a paz, e organisavam os apparelhos civilisadores.

Em regra, não se haviam accumulado reservas. As sobras do movimento da receita e despesa voltavam a consolidar-se em novas culturas do mesmo genero, e em aperfeiçoal-as — apurando-se-lhes vantagens.

Este crescimento da producção, extraordinario e descomedido despertara as attenções. Parecera a alguns espiritos, preoccupados com o assumpto, que não era prudente cogitar apenas das installações agricolas que os mais abastados haviam já elevado ao maior grau de primor. Convinha que os possuidores da enorme massa de capitaes, empregada exclusivamente nos cafesaes e nos custosos apparelhos do preparo do café, tratassem de lançar as vistas para horizontes mais longinquos, além dos contornos das preciosas lavouras, examinando a situação commercial do producto.

Elementar era tal cautela; só a possibilidade de verificar-se o excesso da producção sobre o consumo a justificava.

Já em janeiro de 1896, como de todos era sabido, os presidentes de S. Paulo e do Espirito Santo, haviam-se em acção conjuncta, dirigido aos de Minas Geraes, do Rio de Janeiro e da Bahia, convidando-os a uma conferencia, em que se assentassem as bases de trabalho systematico e continuo, com a intervenção do pessoal mais competente dentre os lavradores, no sentido de se alargar o consumo do café. Lembraram-se as tentativas anteriores de uma patriotica associação e a conveniencia de nella interessar a União, que dispunha dos meios diplomaticos.

A 2 de março do mesmo anno, de 1896, continuava Bernardino de Campos a historiar: realizara-se em Petropolis a reunião dos representantes de Minas Geraes, Rio de Janeiro, Espirito Santo, Bahia e S. Paulo.

O objecto pricipal da conferencia fôra a nomeação da Commissão Directora do Serviço de Propaganda, e o concurso material que cada qual dos Estados deveria prestar á sua ins-

tallação e custeio, por todo o tempo que fosse conveniente mantel-o, ou durante o periodo que se convencionasse para a sua duração.

Celebrado o accordo, fôra approvado pelo Congresso paulista, sendo concedida ao Governo autorisação para abrir um credito especial de oitocentos contos de réis, destinados a occorrer ás despesas com esse serviço. Communicara o Governo da Bahia que a respectiva legislatura, fundada em que a execução do accordo traria despesa excessiva para resultados, a seu ver duvidosas, recusara a approvação ao convenio.

Assim deixaria aquelle Estado de cooperar. Dirigira-se então o Governo de São Paulo aos de Minas Geraes, Rio de Janeiro e Espirito Santo, communicando-lhes a declaração da Bahia, e consultando-os, á vista de tal desistencia, devia ou não considerar-se nullo o accordo, como parecia conveniente. Em resposta, ouvira de que o Governo de Minas Geraes concordava em que ficasse sem effeito o accordo, tendo o do Rio de Janeiro participado que por achar-se o convenio submettido á deliberação da respectiva legislatura nada podia dizer sobre a consulta.

O Espirito Santo não se pronunciara.

Dada porém, a attitude de trez dos cinco Estados, firmadores do convenio, fôra este considerado desfeito.

Por outro lado, o Congresso Agricola de S. Paulo, reunido em setembro de 1902, estudando a questão do café, abandonara a idéa de tratar-se do seu aspecto commercial, e de quaesquer providencias fóra do paiz, que não se referissem á immigração, apresentando-se mesmo a convicção de que a crise, que aliás já surgia, era de carater financeiro e não economico.

Passara elle a ser bem conhecida, e geralmente assignalara-se a super-abundancia do producto, como a sua principal causa, constituindo o meio em que se elaboravam muitas das especulações que lhe aggravavam os effeitos.

De sobra se sabia quanto a desvalorisação do café enfraquecera os elementos economicos e financeiros nacionaes. Podiam falhar os recursos que ainda amparavam a situação da lavoura.

Desde 1899 decretara o Estado providencias no sentido de desenvolver o credito real, já existente e firmar o credito agricola, por meio de novos institutos garantidos pelo Thesouro.

Pendia de execução, a lei de 1902, ampliando as garantias

em favor dos capitaes incorporados aos estabelecimentos de credito agricola.

Haviam sido regulamentadas e postas em execução a lei creadora do imposto sobre novas plantações de café a contar de janeiro de 1903, e a que reduzia o imposto de exportação sobre o café acondicionado em involucros de aramina ou algodão, afim de estimular as industrias manufactureiras desta saccaria.

A primeira lei fixava o limite da producção do Estado, fornecendo base certa para o seu calculo. Impedindo novas plantações, valorisava ao mesmo tempo as já existentes — libertando os lavradores do circulo vicioso em que se achavam — de abrir — com enorme onus, novas culturas, como meio de manter os trabalhadores para as que já conservavam com difficuldade.

A influencia desta lei sobre os stocks accumulados, aliás mal conhecidos, haveria de ser real, embora mais ou menos lenta, dependendo tambem do movimento do consumo, realmente ascendente.

Agitava-se, havia muito, a questão de se reduzir o *quantum* das safras a exportar, pela exclusão do grão de baixa qualidade e por meio de imposto prohibitivo ou do imposto *in natura*, isto é, pela eliminação de 15 ou 20 % do café a exportar.

A idéa, estudada com muito interesse pelo Governo e o Congresso Legislativo, não podia, porém, applicar-se sinão a parte da safra de 1902. — Esta poderia ser apanhada pela nova lei, desegual, injusta e improficuamente. Assim se entendera conveniente adial-a para a safra de 1903-1904.

Além desta razão, occorria a circumstancia de não prescindir do accordo, com os outros Estados productores de café, a exclusão dos mercados desta porcentagem de typos baixos das safras. A não ser assim viria ella a constituir um onus parcial e sem a totalidade dos effeitos.

Tal accordo fôra entabolado, e o presidente pensava que haveria de realizar-se, dependendo isto, naturalmente, do voto dos legisladores.

Quanto ao modo, divergiam as opiniões, pronunciando-se uns pelo imposto prohibitivo e outros pelo imposto *in natura*.

Esperava Bernardino de Campos fixar brevemente o accordo em todos os seus pontos.

Não lograram exito as disposições anteriormente votadas em relação á instituição mais completa e equitativa do credito agricola. Accentuara-se o pensamento de se accrescentar ao

mecanismo estatuido nas leis existentes, aliás optimas, disposições que attendessem, mais celeremente, ás urgencias do momento.

Cogitava o Governo da melhoria das condições relativas aos impostos interestaduaes, ás relações com os mercados externos, aos fretes de cabotagem.

O Governo contava com a reducção de tarifas nas estradas paulistas, já para a safra de 1903-1904.

Invocara o presidente o apoio de todas as classes do Estado para a boa execução das medidas esboçadas e iniciadas.

Se a sociedade se mantivesse inerte, a lei se converteria em lettra morta, ou a sua intervenção passava a ser prejudicial, senão mesmo ruinosa.

O meio paulista possuia uma pujança de energias e actividades preciosas e effectivas.

Haviam estas creado riquezas moraes e materiaes admiraveis; constituido um centro cultural e poderoso, cujo trabalho contribuia para as maiores acquisições dos valores reaes das finanças nacionaes e concorria com cerca de um setimo da receita federal, arrecadando ainda quasi outro tanto para as necessidades regionaes.

Estas forças não se estagnariam volvendo-se com empenho para os pontos que as solicitavam. O que cumpria era aproveitar os beneficios que offerecia o principio da associação, já traduzido em lei, em suas varias fórmas.

Podia ser applicado com vantagem á organização do credito, e do trabalho, no intuito de alliviar o custo da producção; ao emprego da machina e das noções das sciencias naturaes. Cabia-lhe tambem influir nas relações commerciaes, impedindo a falsificação e o descredito do producto, ampliando o consumo interno e externo, promovendo a eliminação de obstaculos á liberdade de transito e communicações.

Só a acção collectiva, resultante da associação dos esforços individuaes, mesmo com o auxilio official, poderia tornar efficaz as medidas que a situação reclamava.

O exemplo dos outros paizes offerecia ensinamento proveitoso.

O assumpto era bem conhecido pelos estudos e planos de cidadãos competentes, e já fôra objecto de larga propaganda, até constante de documentos officiaes.

A proposta que Bernardino de Campos apresentara ao Congresso a 5 de março de 1903, estatuia que o Governo ficaria autorisado: a crear um imposto até 20 %, cobravel de 1.° de julho de 1903 em deante, *in natura,* sobre todos os cafés

a exportar; ou *ad valorem* sobre as qualidades baixas, calculando sobre o preço da pauta official, sem prejuizo dos impostos existentes.

Na primeira hypothese, o café arrecadado seria eliminado pelo processo a ser adoptado.

Multa equivalente ao decuplo do valor do producto, puniria as misturas feitas no sentido de ser illudida a disposição retentora.

Ás companhias de navegação de cabotagem se concederia subvenção annual, até duzentos contos de réis, desde que reduzissem os fretes do café de Santos aos outros Estados da Republica não productores do artigo.

Crear-se-iam os typos officiaes de café de modo que os superiores fossem menos onerados do que os inferiores, gradualmente.

Providencias deveriam ser tomadas sobre os estabelecimentos torrefactores para exploração e propaganda dos cafés torrados, no interior do paiz, livres de impostos interestaduaes.

Facultado ficaria ao governo paulista a fundação de casas commerciaes ou industriaes no estrangeiro, mediante protecção e favores para a venda dos cafés.

Encarregar-se-ia elle ainda de fiscalizar, rigorosamente, o commercio de café torrado e moido, para evitar qualquer mistura ou falsificação.

Pedia o Governo autorização para dispender até dez mil contos de réis, afim de auxiliar a lavoura cafeeira do Estado, quantia que aliás nos parece sobremodo exigua dadas as dimensões da industria e o vulto da crise.

Tomar-se-iam providencias para a organização de Banco de Credito Agricola, já previsto pela lei de dezembro de 1902.

Os auxilios aos lavradores seriam prestados sobre primeira hypotheca de immoveis urbanos ou ruraes, sob penhor agricola, com garantia subsidiaria, a juizo do prestamista, sob caução de acções de estradas de ferro ou titulos da divida publica federal ou estadual, por intermedio e com responsabilidade de bancos ou syndicatos agricolas approvados pelo Governo.

Nenhum auxilio ou emprestimo a lavrador excederia de cincoenta contos de réis, nem juros excedentes de 8 %, inclusive commissões.

Os emprestimos hypothecarios não seriam feitos por prazo maior de trez annos, pagos os juros annualmente e amortizados em prestações de 20, 30 e 50 % do capital.

Quando o emprestimo realizado o fosse sob penhor agri-

cola ou caução de titulos, o prazo seria de um anno, prorogavel por mais um, a juizo do prestamista, si o mutuario amortizasse, no minimo, 50 % da divida.

Ao Governo de S. Paulo se autorizava entender-se com o da União, para o fim de se promover a reunião de um congresso internacional de agricultores de café em S. Paulo, afim de resolver sobre o melhor meio de defender a cultura, producção e consumo do genero no Universo.

Ficava ainda o Governo paulista autorizado a entrar em accordo com os governos dos outros Estados productores de café e da União, para a valorização do producto.

CAPITULO XLVII

Estudo da situação cafesista por G. Carvalhal — Improficuidade do auxilio do Governo Central — Illusorio recurso ao thesouro federal — Appello a que se produzisse menos — Falsas idéas sobre a falta de credito

Passando a tratar de outra face da questão observou Carvalhal que não havia motivos para queixas sobre a falta de credito e recursos monetarios á lavoura, pois de outra forma não lhe teria sido possivel ter chegado ao volume actual da sua producção. Fôra pelo contrario, o emprego de grandes capitaes em compra de terras e novas plantações, fôra a facilidade inaudita do credito e o supprimento de braços por parte dos poderes publicos, os causadores da super-producção. A penuria procedera da insufficiencia dos preços de venda do café, que até bem pouco, em regra geral, não davam para cobrir os gastos de producção.

Seria crivel que nova derrama de meios pecuniarios conseguisse levantar mais as cotações no estrangeiro, e diminuir os gastos de producção dentro do paiz? Evidentemente não.

Soffria o Brasil de nefasto preconceito enraizado em suas classes dirigentes.

Convinha combater o falso aphorisma — de que uma nação era rica, porque exportava muito; e tambem urgente levar a convicção aos lavradores de que o fetichismo pela preciosa rubiacea não podia ser absoluto. O café seria uma riqueza, entregue a industria aos seus proprios elementos, de modo a não se converter em sorvedouro de toda a economia nacional.

Vivendo no regimen da circulação fiduciaria de curso forçado, haviam os brasileiros perdido a exacta noção dos valores.

A depreciação do papel-moeda, em relação ao seu valor nominal, baseado no padrão ouro brasileiro, não se accusava por phenomeno algum interno, porque o papel gosava de força

liberatoria pelo valor nominal para a liquidação de todos os contractos, sem embargo do valor real — ouro — representado no acto da transacção contractada. Dahi era facil um juizo sobre os transtornos que tão precario meio circulante occasionava, sorrateiramente no equilibrio das economias privadas e nos haveres dos cidadãos. Não havendo no jogo das transacções internas indicio indicativo da depreciação do papel em relação ao ouro, ella se accusava tão somente pelo contacto com as transacções externas, a saber, na compra e venda de cambiaes sobre o estrangeiro.

Assim nascera o preconceito, fortemente enraizado no espirito publico brasileiro, de que a variação no valor do papel, ou melhor, a alta e a baixa do cambio, tinha como causa principal e talvez unica, a maior ou menor necessidade que o paiz tinha de fazer remessas em dados momentos. Dizer que nenhuma connexão fatal ou essencial existia, entre taes necessidades e o andamento das taxas cambiaes, constituia heresia que podia, até, ser tomada como gracejo ou extravagancia.

Dahi decorrera a força axiomatica dos principios decorrentes de taes preconceitos.

Os paizes novos não possuindo capital proprio, tambem não podiam possuir outra moeda sinão a *moeda credito*, o papel-moeda, cuja manutenção de valor repousava no equilibrio da balança commercial das trocas internacionaes.

O crescimento da riqueza de taes paizes operava-se pelo correspondente crescimento dos saldos favoraveis verificados naquella balança. Dahi a conveniencia de se favorecer a exportação das mercadorias nacionaes e difficultar a importação estrangeira.

A principio a ausencia absoluta de estatisticas acceitaveis obscurecera completamente as condições de observação do phenomeno. Mais tarde, haviam ellas apparecido destruindo pela base os dois principios outróra intangiveis.

O primeiro fôra que a cifra do valor das mercadorias, exportadas era ininterruptamente muito superior á das importadas, independente de qualquer esforço em tal sentido empregado, e que o crescimento visivel e palpavel da riqueza nacional estava muito longe de acompanhar os resultados da exploração. Fôra o segundo que as variações do valor do papel-moeda, as oscillações do cambio não concordavam com o andamento da balança commercial, e que apezar do seu pendor favoravel, era sempre a baixa cambial que mais duradouramente persistia.

Durante muito tempo haviam os economistas brasileiros andado á procura de explicação para tão extranhas anomalias

e, finalmente tinham chegado á encontral-a na formula: O excesso das exportações sobre as importações era absorvida pelas remessas do Governo para o pagamento dos juros da divida externa, a compra de armamentos e, sobretudo, remessas de fundos, dos estrangeiros domiciliados no Brasil e dos que delle se retiravam.

E como neste capitulo havia margem para todas as phantasias, de deducção em deducção, achava-se ainda mais a solução radical do problema, forçando a nota das remessas dos estrangeiros, tanto quanto fosse preciso, para chegar ao quociente expressivo da depressão cambial.

Haveria objecções a fazer ao radicalismo das affirmações do deputado paulista, que não tinha presente, no momento em que opinava, as cifras das estatisticas a que se referia.

Nem os saldos de exportação haviam sido tão consideraveis, nem tão pouco visivel e palpavel o crescimento da riqueza nacional.

Bastava lembrar que num paiz de desbravamento o acrescimo da producção cafeeira, representava, no minimo, a incorporação de novas regiões á zona do povoamento e da civilização, e a fixação de valores novos ao patrimonio nacional.

As evasões cambiaes e a importação representavam ao mesmo tempo a ancia dos brasileiros pela melhoria das condições de vida civilisada, recorrendo aos productos de industrias muito mais apparelhadas do que os de suas manufacturas rudimentares.

Os trez principios, os dois antigos e o mais novo, affirmava G. Carvalhal, formavam o corpo de doutrina economica, dentro do qual os governos haviam procurado, por meios directos e indirectos encaminhar o trabalho nacional.

Não queria porém tornar evidente a inanidade desta concepção economica simplista; o que pretendia era apenas demonstrar a inefficacia das medidas que estavam sendo preconisadas para debellar a crise cafeeira.

O que fazia o valor do café como artigo de exportação, era o preço pago pelo consumidor estrangeiro em ouro e não o preço que pudesse vigorar no Brasil em papel-moeda.

Si por ser o maior e mais valioso artigo da exportação, constituia o café a principal riqueza brasileira, esta riqueza derivava somente da somma de ouro com que o estrangeiro a pagava, originava-se da equivalencia do ouro que fazia entrar para o paiz. Na actualidade, tal exportação produzia vinte milhões esterlinos, mais ou menos, ou ao cambio de 12 d. 400 mil contos; ao de 27, d. equivaleria apenas a 178.000:000$000

ao passo que ao de 6 d. representaria a colossal cifra de .... 800.000:000$000.

Ora, si era com a maior somma em contos de réis improvisados no Brasil, graças a emissões de papel-moeda que a riqueza global brasileira devia augmentar, pela exportação do café; si o augmento da riqueza não dependia, unica e exclusivamente da somma em ouro e outros valores effectivos que o café fizesse entrar do estrangeiro, facilimo se tornava resolver o problema economico. Era cogitar o Governo de larga emissão de papel-moeda. Assim teria a lavoura o numerario preciso para o custeio das fazendas.

A tal absurdo conduzia a doutrina em voga; felizmente no momento vigente, o Governo não seria capaz de assumir a responsabilidade de tão desastrada medida. Si crear riqueza consistisse em emittir papel-moeda, não haveria paiz pobre no mundo. Era o processo rapidissimo; bastava fazer trabalhar as machinas de impressão das notas. O cambio estaria aviltado, o preço do café alto, e elle assim manteria a reputação legendaria de pedra angular da riqueza nacional.

A queda do cambio, consequencia das emissões papelistas, trouxera a alta artificial dos preços do café, pago ao fazendeiro em moeda brasileira. Si o cambio não tivesse baixado e si as lavouras recentes não annunciassem colheitas enormes, havendo justo equilibrio entre a producção e consumo, o café conservaria, com algumas oscillações naturaes, o preço normal de 100 francos mais ou menos, o que para o fazendeiro importava em 35$000 por sacca, tomando o cambio ao par de 350 réis por franco. Com as emissões o cambio baixara conservando durante mais tempo a taxa de 9 d. a mesma sacca de café; com o franco a 1$200 passara a valer 12$0000 para o fazendeiro, havendo portanto uma differença de 85$000 considerada como enorme accrescimo de lucro, quando na verdade, representava apenas a pulverisação das economias legitimas constituidas dentro do paiz. Nenhum augmento se operava na fortuna publica global, e por isto se evidenciava o estado de penuria da economia nacional, facto confessado por todos os documentos officiaes.

Tratando-se de artigo de exportação, qualquer calculo a elle relativo, só podia ser feito em ouro e nunca em papel inconvertivel, embora o Brasil não possuisse outro meio circulante. Os que argumentavam tomando por base a moeda nacional, podiam estar de boa fé mas forçoso era confessar que por atavismo hereditario e força do habito, tinham per-

dido a noção exacta dos valores e por isso tudo confundiam e baralhavam.

Proclamavam os valorisadores que o café não interessava somente aos fazendeiros, e sim a toda communhão, porquanto na lavoura se empenhara enorme somma de capital pertencente a toda a Nação. Do café, além do producto dos impostos para as despesas publicas, proviera o dinheiro para a construcção de estradas de ferro, grandes melhoramentos materiaes. Fôra sobretudo, o café a causa do progresso assombroso do Estado de São Paulo e de sua opulenta Capital.

Era tudo isto perfeito mas convinha lembrar que se o café absorvera a maior quota de capital nacional, obrigara-se *ipso facto* a contribuir tambem com a maior porcentagem para as despesas publicas, não podiam pezar exclusivamente sobre as outras culturas ou trabalhos considerados como pobres. No café estava e estivera empenhada a maior parte do capital nacional; assim sendo era justo que alguma coisa restituisse em troca á collectividade nacional.

Viera depois o reverso da medalha, os annos biblicos das vaccas magras da reacção anti-inflacionista.

A economia nacional ficara depauperada, e, do enorme capital que o café consumira, restavam muitas fazendas compromettidas pelos grandes onus que sobre ellas pesavam e por este motivo, desvalorizadas não rendendo grande numero dellas o sufficiente para o custeio e mais despesas. Restavam os immoveis urbanos, tambem na generalidade não vendidos pelo preço da acquisição. Sobrenadavam poucos bancos nacionaes, porque quasi todos haviam desapparecido dando avultados prejuizos a accionistas e depositantes. Do remanescente, alguns vegetavam inspirando continuada desconfiança ás pessoas que possuiam suas economias. Desta hecatombe, só tinham escapado os bancos estrangeiros, porque se haviam abstido, em tempo opportuno, de quaesquer operações de credito directo com a lavoura.

Continuando com o seu quadro de tão sombrias cores, lembrava o deputado paulista que das casas commissarias nos ultimos annos, dispondo de avultados recursos, muitas haviam desapparecido pela liquidação e fallencia. As grandes e pequenas fortunas em bens moveis, já constituidas no paiz, tinham-se sumido pois ninguem as enxergava ou apalpava. E não se dissesse que se haviam deslocado dentro do paiz, porque então seriam vistas ás mãos de quem directa ou indirectamente as absorvera, e principalmente em poder da lavoura do café, mas esta se confessava pobre e quasi arruinada.

Affirmava Galvão Carvalhal que a crise cafeeira não surgira muito mais cedo porque entre 1890-1898, as enormes lavouras novas oriundas da inflação, ainda não tinham *chegado* desequilibrando a offerta e a procura do genero. A partir de 1896, com o advento de grandes safras, o que era inevitavel e fatal, começara o escoamento para o estrangeiro sob a forma de uns tantos milhões de saccas de café, que em geral não cobriam os gastos da producção. Descera o genero a preços infimos e na situação em que se encontrava, longe de ser a riqueza, era elemento de empobrecimento geral.

Justo pois se tornava que representando a industria cafeeira enorme quota da economia nacional, della decorressem os proventos distribuidos pela receita das estradas de ferro, os dividendos das companhias exploradoras das fazendas, os lucros commerciaes e os creditos de toda especie pagos ao Estado.

Convinha comtudo salientar que o café tivera o seu periodo aureo de 1890 a 1896. E coisa singular! em nenhuma época se manifestara no Brasil penuria maior, resultante das liquidações do *ensilhamento* — miseria economica tão grande, factos tão graves, conductores do paiz á triste contingencia da concordata com os credores europeus.

Expunha o seu parecer no plenario contando que diversos projectos de auxilios á lavoura haviam lhe sido submettidos ao estudo: dando ampla autorização ao Governo Federal para, de accordo com os governos estaduaes, promover a valorização do café e o equilibrio entre a offerta e a procura, podendo para tal fim auxiliar a iniciativa particular, organizada em syndicatos agricolas ou emprezas commerciaes idoneas.

CAPITULO XLVIII

Conselhos da commissão parlamentar acerca do projecto A. Candido Rodrigues — Emenda de Calogeras — Novos projectos de valorisação apresentados á Camara dos Deputados — Henrique Borges Monteiro, Frederico Borges

Eram as crises economicas como que enfermidades sociologicas fataes como os morbus que assaltavam os individuos comentava a commissão encarregada do parecer a proposito do projecto Antonio Candido Rodrigues.

O Brasil precisava e immenso do cooperativismo.

A Commissão entendia portanto, que os lavradores de café, custasse o que custasse, deviam organizar-se em syndicatos agricolas e cooperativas de producção e venda, sem demora, para se aproveitarem dos favores e concessões com que porventura os poderes publicos da União e dos Estados pretendessem auxiliar a lavoura de café, nos termos amplos do projecto Candido Rodrigues.

A este a Commissão julgava conveniente ser acceito pela Camara sob condição de ser approvada a emenda Tosta, determinando que só pudessem ser utilizadas emprezas commerciaes para os auxilios á lavoura na "falta absoluta de syndicatos agricolas, organizados de accordo com a lei de 6 de janeiro de 1903, e praticamente apparelhados."

A emenda da proposta por J. P. Calogeras como que nullificava o processo Candido Rodrigues, salvo a que excluia claramente qualquer emissão de papel-moeda.

O deputado fluminense Henrique Borges Monteiro ampliava o projecto Candido Rodrigues mandando que a acção governamental visasse a valorisação de todos os productos agricolas do paiz.

Por um lado era sympathico aos agricultores das outras culturas, por outro difficultava, si não inutilisava, a acção do Governo em relação á crise do café, visada pelo projecto Rodrigues, crise com caracteristicos especiaes; porquanto o café

constituia para o Brasil, no mercado mundial, um monopolio de facto. Ainda havia a pouco escrevera Emile Gautier no *Jornal de Paris* a censurar a projectada elevação dos direitos de entrada sobre o café proposta pelo governo francez ao parlamento: "A questão do café se resume entre duas partes — o Brasil e o resto do mundo, tão pequena a importancia dos outros productores de café, em relação ao debate."

O mesmo não se dava com o assucar, o fumo, os cereaes.

O deputado cearense Frederico Borges apresentou outro projecto, autorisando o Governo a firmar contracto com Fernando Machado de Simas e Mauricio Sinke para o fim de comprarem e pagarem em moeda corrente, e á vista, todo o café de São Paulo, do Rio de Janeiro, Minas Geraes, Espirito Santo e Bahia, destinado á exportação, ao preço fixo de 7$000 por arroba, typo 7 de 8$000 no 2.º anno, 9$000 no 3.º e nessas bases para os demais typos, nos portos de embarque, obrigando-se a estes preços emquanto o cambio estivesse entre 10 e 14 d.

Os contractantes ou proponentes pediam como compensação dos encargos que se avocavam a garantia de juros de 6 % sobre o capital effectivamente empregado na compra do café, mensalmente liquidavel, no prazo de 10 annos, em que vigorasse o regimen indicado.

Contemporaneamente os deputados Henrique Borges Monteiro e Felisberto Freire, haviam apresentado projectos tendentes a favorecer o cooperativismo.

A Commissão louvava estes intentes, a tal proposito fazendo grandes elogios aos proponentes e acabava declarando ser de parecer que se approvasse o projecto Candido Rodrigues, recommendado pelos deputados Tosta e Christino Cruz.

Ficava o Governo autorisado a firmar contracto com os proponentes Fernando Simas e Mauricio Sinke.

Quanto ao projecto Henrique Borges, sua redacção estatuia que o Governo promoveria a valorisação do café e outros productos da lavoura nacional e industrias ruraes pela venda directa nos mercados consumidores, em grosso e a varejo, melhoria no preparo acondicionamento e transporte, propaganda para desenvolvimento do consumo e outros meios semelhantes julgados adequados.

Para tanto podia conceder, por prazo não excedente de dez annos, garantia de juros, subvenções, premios, reducção ou isenção de fretes e impostos, conforme julgasse mais conveniente aos syndicatos ou associações cooperativas constituidas por profissionaes da agricultura ou das industrias ruraes, fir-

mas, sociedades ou empresas commerciaes e sociedades anonymas que a tal se propuzessem, preferidos sempre os primeiros:

Manteria a publicação de boletim quinzenal, com a mais ampla distribuição no paiz e no estrangeiro, contendo todas as informações e estatisticas necessarias para o exacto conhecimento dos mercados productores e consumidores e o desenvolvimento da agricultura e industrias correlativas nacionaes.

Estabeleceria typos nacionaes do café, descriminando-os por Estados.

Obteria dos Estados a tributação dos typos de café inferiores, de modo a lhes impedir, gradualmente a exportação.

Para a execução da lei poderia o Governo dispender até o maximo de 5.000:000$000 annuaes.

Em relação aos syndicatos e cooperativas de credito agricola, a commissão da Agricultura, apresentou extenso projecto, minudente e cheio de emendas. Mas todos estes diversos projectos ficaram sem andamento, dentro da opposição irredutivel do Executivo.

E aliás a sua pequena escala bem mostrava quanto não passavam de timidos ensaios que mostravam não terem os seus autores uma idéa nitida da magnitude das operações que ellas envolviam.

O projecto Antonio Candido Rodrigues, com as emendas, subscripto por 15 deputados paulistas, 16 mineiros e 5 fluminenses, autorisava o Governo a promover a valorisação do café e o equilibrio entre a offerta e a procura do genero. Para isto, além de outros meios que considerasse aptos, poderia de accordo com os Estados productores de café:

Auxiliar por meio de garantias de juros, subvenções, porcentagens, augmento, reducção ou insenção de impostos, os syndicatos agricolas ou emprezas commerciaes idoneas cujos principaes fins fossem:

Regular o commercio do café brasileiro, garantindo-lhe um preço minimo durante determinado prazo.

Estabelecer no mais breve prazo e nos portos brasileiros exportadores, armazens apropriados ao recolhimento do café podendo este ser vendido em leilões publicos e pago em ouro ao cambio do dia.

Fazer activa e constante propaganda do genero, para augmentar-lhe o consumo nos actuaes mercados consumidores e nos que se abrissem fóra e dentro do paiz.

A associação que a isto se propuzesse obrigar-se-ia a estabelecer escriptorios de amostras de café brasileiro nos portos

em que operasse registrando, com precisão, o movimento commercial da mercadoria e fazendo estatistica rigorosa com a declaração das procedencias.

Operar com o credito agricola, por descontos e redescontos de lettras agricolas, e lettras ou ordens de lavradores; por emprestimos ou adeantamentos para custeio das lavouras, com garantias de penhor agricola ou mercantil, *warrants* e hypothecas.

A associação que se encarregasse de tal serviço, estabeleceria succursaes e agencias nos Estados que assim o reclamassem.

O Governo faria estudar todas as condições dos mercados consumidores e dos paizes productores de café, para bem conhecidas serem no Brasil.

Como garantia dos capitaes que se empenhassem nas operações valorisadoras, os Estados productores de café tomavam, para com a União, o compromisso de tributar os terrenos em que se fizessem novas plantações de café, durante trez annos, pelo menos, assim como o de augmentar o imposto de exportação sobre os cafés baixos, conforme classificação que fosse feita.

Faria o Governo, dentro ou fóra do paiz, as operações de credito necessarias para a execução da lei, obrigando-se os Estados perante a União, pelos compromissos que esta assumisse para a fundação de estabelecimento de credito agricola nos seus territorios respectivos. Assim tambem se obrigariam pelos compromissos para a valorisação e propaganda de mercadoria augmento, reducção ou isenção dos impostos de exportação.

Ao Governo Federal, incumbiria a regulamentação da lei podendo-se assim julgasse conveniente, crear e regulamentar a bolsa do café, bem como crear typos nacionaes.

Pela mesma proposta, de leis podiam ficar constituidas na Republica cooperativas de credito agricola.

Ao mesmo tempo se acceitava a proposta Frederico Borges, com a alteração seguinte:

O preço basico para o typo 7 seria de 8$000 por arroba, no segundo anno, e de 9$000 no terceiro, e nessas bases para os outros typos, emquanto o cambio permanecesse entre 10 a 14 d. e relativamente para os cambios abaixo de 10 acima de 14 d. de conformidade com as demais condições estabelecidas na proposta.

Eleito senador continuou Alfredo Ellis na Camara Alta a sua campanha em pról da valorisação do café.

Na sessão de 1.º de julho de 1903, atacava rudemente as estradas de ferro cujos lucros eram a seu ver enormes locupletando-se a custa da lavoura cafeeira.

E assim proclamava que sua enorme riqueza, e prosperidade contractavam singularmente com a enorme miseria da lavoura!

A riqueza das industrias de transporte estava na razão inversa da miseria da lavoura!

Esta empobrecia — produzindo — ao passo que ellas enriqueciam — conduzindo — o que ella produzia.

No Brasil valia mais a pena ser carregador do que productor!

Seria um paiz condemnado, si semelhante absurdo e anomalia não se corrigisse. Ao passo que nenhum estabelecimento agricola, por mais prospero que fosse, produzia bastante para dar 3 ou 4 % ao seu proprietario, as estradas de ferro podiam distribuir, conforme se demonstrava 18 por cento sobre um capital ficticio accrescido pelo desdobramento de acções e differenças de cambio levadas á conta de capital.

Não havia um só paiz do mundo que pudesse por longos annos, indefinidamente, supportar a sangria que o Brasil vinha supportando desde 1896.

A baixa do café acarretava prejuizo não inferior a 15 ou 20 milhões esterlinos annualmente.

O Estado de S. Paulo procurara estancar a mortifera sangria; não era o unico e exclusivo productor de café.

Outros Estados tambem o produziam e naturalmente todos comprehendiam a extrema necessidade, si algo se queria fazer de util, aproveitavel e benefico neste assumpto — de haver nas deliberações certa unidade de vistas, certa unidade de acção.

Convocara S. Paulo extraordinariamente o seu Congresso para resolver o problema, que era capital, e o Senado paulista e a Camara tendo em vista que a causa principal da baixa era a super-producção, trataram de adoptar medidas indirectas; mas naturalmente indicadas para combater e debelar a causa originaria da crise.

Ora, se a baixa de preços se devia á super-producção, claro estava que a principal medida — o remedio urgente, a aconselhar a ser adoptado era a diminuição da producção.

Fôra assim pensando que — muito acertadamente — aquelle Congresso adoptara a disposição que limitava, pelo prazo de cinco annos, as plantações de café.

Não sendo, porém, semelhante medida de effeitos prom-

ptos e immediatos resolvera adoptar outra. Creara imposto prohibitivo sobre as qualidades e typos baixos, no duplo intuito de melhorar a qualidade do producto, o typo do café no estrangeiro, diminuindo, por outro lado, o volume, o excesso da exportação.

Claro estava porém que esta deliberação legislativa só podia vigorar e ser posta em execução, mediante accordo com os outros Estados productores.

Infelizmente, tão importante medida e de tanto alcance não poderia ser executada, porque o Estado de Minas Geraes resolvera não adoptar o mesmo typo de café que deveria ser taxado no Estado de S. Paulo.

Burlados assim o intuito e o patriotico pensamento do governo paulista claro estava que evidentemente se tornavam necessarias outras medidas — outros planos, para evitar o despenhadeiro que, não estava longe, antes bem proximo.

Convinha deixar bem claro que a questão não interessava, como a muitos podia afigurar-se, somente o Estado de São Paulo, e sim a todos os Estados cafeeiros.

A questão era ainda mais alta, mais grave, por interessar á propria União.

Tratava-se do principal producto de exportação do Brasil e, si porventura, não fosse o café, monopolio natural brasileiro — se se tratasse de producto commum a todas as zonas e climas, o problema seria outro.

Voltando ás suas antigas theses affirmava Alfredo Ellis que o excesso da producção não compensava a desvalorisação do producto.

Perdia a União por deixar de receber os milhões esterlinos que receberia, si o valor do café fosse egual ou approximado do que era outróra.

Na balança commercial brasileira tal differença era muito sensivel.

Para cumulo de infelicidade nem siquer restava ao productor de café o consolo, a esperança de, com os sacrificios actuaes, poder conseguir o augmento de consumo ainda que lento e tardio.

Sim porque o grão continuava a ser vendido e o consumidor a pagal-o pelo mesmo preço por que o fazia outróra.

Queria isto dizer que a baixa do genero não faria augmentar sensivelmente o consumo.

Para onde então ia tal differença onde se sumiam os milhões esterlinos que o Brasil deixava de receber e que, apezar de tudo, os consumidores continuavam a pagar?!

Para os bolsos dos torradores americanos, que, com suas vastas installações, e a cumplicidade dos mercados do Havre e de Hamburgo, deprimiam as cotações para obter a materia prima para os seus grandes estabelecimentos.

Chegavam a enviar circulares, como a petulante e grosseirissima de Crossman & Brothers, de Nova York.

Além de empobrecerem o producto brasileiro delle escarneciam!

Era a affirmação positiva e brutal de não possuir o Brasil conhecimentos commerciaes e nem o capital preciso para defender um producto incontestavelmente, monopolio brasileiro e só brasileiro.

O facto era que em relação a qualquer outro producto, a não ser o café, inutil seria a resistencia.

Melhor seria que continuassem as coisas por esta forma, até que diminuissem e desapparecessem os stocks existentes.

Isto, porém, não passava de frivola desculpa destituida de qualquer base, porque o stock actual era inferior de dois milhões de saccas do que fora em 1902, continuando apezar de tudo, a baixa progressiva dos preços.

E nem podia deixar de assim ser, dado o modo pelo qual era entregue o grão ao mercado, ao commercio.

A principal causa da desvalorisação do producto provinha da fraqueza, da impotencia brasileira para defendel-o!

Os exportadores tinham descoberto a falha da organização agricola nacional e della se aproveitavam, com sagacidade, para reduzirem o povo brasileiro á triste condições de servo da gleba, senão de escravo.

Os lavradores de café tinham immobilizado não só o capital de que dispunham, como tambem o credito para augmentar as suas lavouras.

Não tiveram a previdencia de por de parte a somma precisa para os pagamentos dos salarios dos trabalhadores.

Vinham da escravidão, tinham o trabalhador gratuito, não se lembravam de que, com o trabalho livre, indispensavel se tornava uma reserva para o custeio dispendioso e opportuno dos estabelecimentos.

Descoberta a falha da organização agricola brasileira, trataram os exportadores americanos, de aproveital-a o mais possivel.

Tinha o lavrador necessidade urgente de dinheiro para os salarios de seus trabalhadores, e os commissarios não dispunham das sommas, precisas e importantes para o custeio de tão grande numero de fazendas.

Haviam constituido *stock*, verdadeiras represas de forma a não serem obrigados a entrar por alguns mezes no mercado.

O plano aliás de simplicidade extraordinaria, dera o resultado esperado, porque o commissario não dispunha de recursos de capital, precisando, entretanto, o lavrador vender o producto afim de fazer numerario, para o custeio das fazendas.

Dessa urgencia, desse atropello, em vender o café pelo preço que fosse, tornava-se a offerta muito superior á procura e dahi a imposição de preços que, cada vez e de de dia a dia mais baixavam porque as necessidades cresciam e a miseria augmentava progressivamente.

Por este motivo cahira o café apezar do *stock* ser menor do que em 1902.

Estava o Brasil agora mais pobre e por isto mesmo mais incapaz de resistencia.

O café continuaria a baixar, e infallivelmente seria o Brasil aniquilado, se não fossem tomadas providencias energicas e adequadas.

Não havia tempo a perder...

Lembrando que o Governo Federal por diversas vezes procurara salvar o Banco da Republica da fallencia affirmava o senador por S. Paulo que no emtanto nada fizera elle para soccorrer a lavoura cafeeira.

Assim propunha: Ficava o Governo autorizado a promover, de accordo com os Estados productores, com capitaes nacionaes ou estrangeiros, os meios de defender e valorizar o café.

A commissão de finanças, porém, a 31 de julho, emittia parecer contrario ao projecto. Deste era relator Ramiro de Barcellos.

Achava-o vago e indefinido sem os requisitos essenciaes de uma lei — clareza precisão, definição positiva e expressa do pensamento do legislador, afim de que nenhuma ambiguidade pudesse modificar ou alterar-lhe a applicação.

Defender o café... Defendel-o de que? Valorisar o café... Valorisal-o como?

A Commissão não encontrava nas disposições dos trez artigos do projecto Ellis um fio conductor que a levasse por inducção mais ou menos plausivel, a encontrar resposta firme e segura áquellas interrogações que, assim como surgiam em seu espirito, deviam estar egualmente formuladas ao do Senado.

Por outro lado, nunca se animaria a Commissão de Finanças a aconselhar a abertura de ilimitado credito destinado a operação desconhecidas, de bases ignoradas e pelo projecto

não especificadas sinão por dois vagos verbos: defender e valorizar.

Diante dos avultados capitaes manejados no commercio do café, ninguem podia precisar até onde poderiam ir os sacrificios exigidos ao Thesouro Federal, envolvido em uma guerra commercial, cujo fim seria augmentar ficticiamente os preços da procura de uma mercadoria que, por produzida em excesso, dava naturalmente logar ás especulações para a baixa.

E, tanto assim justificado era o receio da Commissão de Finanças quanto estava convencida, por argumentos apresentados na tribuna pelo proprio autor do projecto, de que grande parte dos proventos extorquidos ao lavrador, não se limitava sómente ao absorvido pela especulação dos compradores, mas tambem em larga escala do peso dos elevados impostos de exportação e do consideravel tributo que o genero pagava ás vias ferreas.

Ponderava ainda a Commissão que o processo adoptado pelo projecto de transformar o Thesouro Federal em amparo directo das industrias a sofrerem pelo excesso ou não de producção e em valorizador de mercadorias, cujos preços decahiam, constituia innovação perigosa.

Além disto declarava que proteger o café deixando os demais productos brasileiros indefesos era absolutamente contra a justiça e a equidade.

A Commissão do Commercio, Agricultura, Industria e Artes num parecer de que foi relator Francisco Glycerio, a 7 de agosto de 1903, dissentia do modo de ver da de Finanças, reprovando a rejeição *in limine* do projecto Alfredo Ellis.

Quando muito a Commissão de Finanças, valendo-se da propria autoridade, aliás, incontestada, poderia modifical-o offerecendo emendas ou concluindo por um projecto substitutivo.

A verdade era que de alguns annos já ininterruptamente, a lavoura de café vinha atravessando profunda crise, assignalada pela queda insistente das cotações nos mercados de consumo.

Em presença desse facto economico perfeitamente caracterizado, affectando de modo iniludivel as rendas da União e as dos particulares, perturbando a circulação do commercio da Republica, interna e externamente pois que se tratando do producto basico da exportação nacional e sobre o qual se apoiava secularmente toda a circulação da riqueza do Brasil, era politicamente justificavel a intervenção da legislatura no sentido de decretar meios financeiros em auxilio da lavoura.

Travou-se vivo debate entre Ellis e Barcellos que lhe contrariava fortemente os pontos de vista. Afirmou o senador paulista que seu collega era hostil ao amparo do café como porta voz da má vontade governamental. Encontrara este capitaes avultados para obras adiaveis como a Avenida Central do Rio de Janeiro e negava-se a conceder quantia muito menor destinada á valorização do café.

Objectou-lhe o senador riograndense que os cem mil contos do projecto representavam uma insignificancia ante os enormes capitaes dos americanos do lado adverso. Qualquer torrador dos Estados Unidos poderia e com vantagem sustentar a luta.

Respondeu-lhe Ellis que acceitando mesmo como real o *stock*, que os *roasters* annunciavam de 11 1/2 milhões de saccas, si se promovesse a resistencia, comprando o Governo e retirando do mercado cinco milhões de saccas, a questão mudaria totalmente de aspecto.

A medida que o Governo fosse comprando os *stocks* ir-se-iam infallivelmente esgotando sem perigo de accrescimo, porque, em parte alguma, encontrariam os torradores o bastante para supprir as necessidades do consumo.

E isto sem levar em linha de conta, e nem tomar em consideração a circumstancia que occorreria, sem duvida alguma da elevação, de preços correspondentemente, na Europa e America, por parte dos possuidores dos *stocks*.

Se estes não suspendiam os preços era porque não havia resistencia no Brasil e não por falta de vontade, ou pouco desejo de se reputar melhor a mercadoria.

Perguntava o senador paulista qual o consumo do mundo actualmente? 47.000 saccas diarias. Assim para o supprimento do mundo, havia necessidade de 1.300.000 saccas mensaes.

Portanto, se o Governo pudesse resistir por cinco mezes, os *stocks* diminuiriam de 6 milhões e 500 mil saccas, ficando reduzidos a 5 milhões mais ou menos.

Objectou-lhe o contraditor que a seu ver elle se enganava redondamente. Suppunha que a mudança de localidade dos stocks influia, quando tal não se dava. Estivesse em qualquer parte, desde que o commercio existisse, procuraria o stock sustentando-se até que fosse despejado.

Era preciso que o Brasil tivesse dinheiro para manter um stock durante quatro ou cinco mezes, o que não se dava.

Agastou-se Ellis declarando que o seu collega do Rio Grande do Sul muito pouco sabia dos negocios cafeeiros, e de passagem fez pungente critica ao seu conterraneo que presi-

dia á propaganda do café na Europa assumpto de que nada entendia.

E como a discussão se tornasse algo acrimoniosa pediu Barcellos que Ellis declarasse ao Senado qual seria no momento o *stock* mundial ao que o senador paulista lhe retrucou que tal tarefa deveria antes caber a quem se mostrava tão conhecedor de tudo. e tão disposto a contrariar as affirmativas dos que haviam gasto annos a pesquizar a materia, afim de trazer ao Senado documentos e provas.

Um jornal americano recentissimo trazia o resumo dos *stocks*. A bolsa de Nova York accusava um augmento de 470 mil saccas, ao passo que a firma Duuring & Zoon, de Roterdam, proclamava uma diminuição de 333 mil saccas!

Havia portanto uma differença, sommadas as duas parcellas, de mais de 800 mil saccas, ou de 3 milhões e 200 mil arrobas!

Com quem estaria a verdade? Mysterio! A questão era que as grandes torrações newyorkinas, precisando de materia prima, esforçavam-se por adquiril-a pelo preço o mais baixo possivel, lucrando a differença porque vendiam o producto torrado pelos preços que vigoravam, outróra e isto quando o genero lhes custava o triplo e mesmo o quadruplo.

A estatistica da bolsa de Nova York nunca exprimira a verdade afirmava Ellis peremptorio.

O interesse, e isto era intuitivo, era de se conservarem os preços baixos.

Qualquer fabricante desejava que a materia prima, para a sua industria, pudesse ser comprada *pelo minimo*.

Se pudessem obtel-a de graça, melhor seria.

Ahi estava uma das razões da baixa.

A outra não era menos importante, porque não deixava augmentar o consumo, os grandes onus pesando sobre o café.

Terminando appellou Ellis vehementemente para o Conselheiro Rodrigues Alves afim de que amparasse os cafeicultores em vez de fazer obras sumptuarias na capital da Republica e invocou, como brasileiro e com opaulista, que não se esquecesse do compromisso de sua mensagem. Assim se lembrasse dessa classe de trabalhadores que jazia, no mais profundo desespero, não porque lhe faltasse a coragem, e sim os recursos imprescindiveis para continuar a produzir a riqueza do paiz.

Cuidar de obras sumptuarias em tão critico momento para os productores do paiz, se afigurava estar a adornar uma necropole, para uma batalha de flores.

Explicando a sua attitude e a da Commissão de finanças

acoimou Ramiro de Barcellos ao seu collega de S. Paulo de ilogico. Apresentara um projecto, não para dizer o que queria sobre a lavoura, mas para que outros o fizessem suggerindo medidas em novo projecto.

Assim, pretendia ter trazido dados e informações para que a Commissão os estudasse e com elles remediasse os males existentes.

Se tinha trinta annos de conhecimento e pratica do assumpto, se lera e lia tantas revistas, se sabia quaes os recursos de que carecia a lavoura de café para se erguer e prosperar se sabia onde lhe estavam os males, porque não apresentava um projecto concreto que a tudo provesse em vez de trazer ao Senado uma coisa vaga? Como ainda por cima recriminava a Commissão quando esta sobre tal base nada podia fazer?

Queria que a Commissão de Finanças apresentasse um substitutivo, o que seria um meio facil, mas inadequado, dos Senadores fazerem o seu trabalho.

O Senado legislara, dizia o orador, mas não fazia sessões para tomar conhecimento de coisas vagas.

Não consultara sequer as proprias aspirações. Ao seu ver o remedio por elle proposto em vez de curar o enfermo haveria de o matar.

CAPITULO XLIX

Exposição de Candido Franco de Lacerda sobre as condições da lavoura paulista em 1903 — Necessidade imperiosa da reducção dos salarios — Entrega dos cafesaes em parceria — Dados concretos sobre preços de custeio — Proposta de auxilios á lavoura solicitados dos governos

Em 1903, um lavrador paulista importante e intelligente, Candido Franco de Lacerda, a estudar as causas da crise assoladora da industria cafeeira, recordava que já em 1898, outro lavrador, o Sr. Orozimbo do Amaral, advogara perante um congresso de cafeicultores, a necessidade de se obstar a plantação de novos cafesaes por meio de um imposto de mil réis por cafeeiro novo.

"Todos nós, confessa o articulista, qualificámos o projecto de absurdo, pelo que foi o mesmo rejeitado irreflectidamente.

A lei decretada ultimamente, fazendo cessar a faculdade de novas plantações de café no Estado de S. Paulo, com tacita e geral approvação, veiu confirmar o nosso erro de ha cinco annos, repellindo aquelle projecto."

Alargara-se immenso com effeito o cafesal paulista.

Recorrendo-se á estatistica dos inspectores agricolas, notava-se que em 1901, havia quinhentos e vinte e cinco milhões de pés de café, maiores de quatro annos, além de cento e trinta e cinco milhões menores de quatro annos, que iam augmentar ainda mais o excesso de producção.

Achava-se a lavoura asphyxiada pela baixa dos preços. Mas era sobretudo o proprietario o attingido pela crise e não o colono.

Para produzir barato e conseguir enfrentar a concorrencia, estrangeira, só havia dois recursos, entendia C. F. de Lacerda.

1.º — Reducção dos salarios a metade;

2.º — A entrega dos cafesaes em parceria ou a paga aos

colonos com metade do producto da cultura, deduzindo-se naturalmente, metade das despesas geraes.

Destes dois alvitres, o segundo parecia de resultados mais promptos e decisivos; no emtanto, talvez se visse a lavoura obrigada a lançar mão do primeiro, visto como os colonos, devido aos preços baixos, não acceitavam a parceria.

Por uma estatistica, feita em 1901, pelos inspectores agricolas do Estado de São Paulo, o numero de trabalhadores ruraes, era de 266.400. Para reduzir os salarios, de metade, seria necessario um augmento de oitenta a cem mil trabalhadores o que de modo algum convinha.

O preço do trabalho, era uma consequencia da offerta e da procura.

Para se obter a reducção do salario, achava o articulista que se tornava necessario sacrificar 20 a 30 por cento dos cafesaes.

Seria a medida muito mais proficua, do que a queima dos cafés, advogada por Vicente de Carvalho, idéa que ia aliás calando fundamente na opinião publica. O proprio governo, ia se convencendo de tal necessidade pensando em lançar um imposto de 20 por cento sobre os cafés baixos de modo a represal-os.

Isto só viria aggravar a situação da lavoura, sem resultados immediatos, pois havia enormes stocks e estava-se em começo de nova safra; além do que, os 20 % apenas representavam 15 da producção do mundo.

A eliminação ou queima do café, daria resultados favoraveis, mas serodios e, por isto, não se devia onerar a lavoura com o imposto de 20 % uma vez que se pudesse realizar a mesma eliminação com a vantagem de se reduzir o custeio das lavouras a 50 %.

Pois era admissivel que o lavrador lutasse com a falta de braços e de dinheiro para o custeio, pagasse carretos, fretes ferroviarios, commissões etc. para no fim queimar em Santos o seu café?

O corte dos cafesaes ao ver de Candido de Lacerda solucionaria o caso muito mais favoravelmente. Advogava a eliminação de vinte por cento dos cafeases novos em plena producção ou de trinta nas lavouras velhas.

As vantagens que dahi adviriam assim as enumerava:

a) — Com a poda ficaria livre grande area de terrenos para os colonos plantarem cereaes, o que para elles constituia o maior attractivo.

b) — Com a reducção dos cafesaes occorreria um excesso de trabalhadores, obrigando-os a acceitar a reducção dos salarios.

c) — Com o excesso de trabalhadores, se poderia regularizar o systema de trabalho, estabelecendo uma só regra e preço por toda a parte.

d) — Com os preços reduzidos facilmente os colonos acceitariam a meação ou parceria.

Declarava o articulista, peremptorio, que todos se convencessem de uma verdade; os altos preços do café não voltariam durante uma geração toda! Como se enganava aliás, comentemos de passagem!

Tão duras as perspectivas para a lavoura em 1903, que todos appellavam para a Providencia, pedindo-lhe uma grande geada, especie de maná divino que viesse salvar a situação cafeeira. Porque não se haveria antes de derrubar a machado 30 % dos cafesaes?

Se para tanto não houvesse hesitações, não precisaria São Paulo de mais immigrantes. Dentre os colonos seriam escolhidos os que se tornassem necessarios aos trabalhos dos terreiros, machinas, recebedorias, fiscalisação etc. ficando assim as fazendas emancipadas das turmas etc. que tanto pesavam no custeio.

Fazendo-se arauto de sua classe declarava F. de Lacerda, que na situação em que ella se achava qualquer reducção nos preços de custeio, passava a ser verdadeiro allivio. Assim quanto á injustiça da tarifa movel das estradas de ferro, supportavel apenas no tempo das cotações altas, as despesas de carretos, ensaques, etc. Fôra estabelecido entre o commissario e o exportador o preço de 1$700 por sacco, no serviço de ensaque e classificação.

Os altos preços do café, de outróra, supportavam, insensivelmente, tal despesa, bem como a dos carretos, dispendiosos em Santos. Depois não, pelo contrario, qualquer reducção de despesas, por pequena que fosse, só podia constituir beneficio para o lavrador.

Ia se processando o sinistro aguente-se quem puder!

Vaticinado por Joaquim Murtinho, com tamanha crueza, de termos e conceitos, affirmava o articulista de S. Paulo que a maior parte dos lavradores, estava em pessimas condições financeiras; outros se iam despojando, aos poucos, dos fundos de reserva, vendendo acções de bancos e companhias, predios urbanos, etc. tudo para supprir as difficuldades do custeio. Verificava-se a crueza de um proloquio corrente no Estado

de S. Paulo. Se o café dava casaca frequentemente tirava a camisa ao fazendeiro.

Noutros tempos, assim não succedia, com os saldos das safras, os lavradores, compravam titulos e outros valores, ao passo que de trez annos a esta parte os estavam a vender, sendo os compradores, em sua maioria, estrangeiros que, aos poucos se iam assenhoreando de tudo quanto de bom existia no paiz.

O protecionismo industrial affectara vivamente a lavoura. Assim o que beneficiava a saccaria trouxera o encarecimento do producto, causando um onus de 340 réis por sacca, imposto pago pela lavoura, em beneficio da construcção das grandes fortunas de meia duzia de felizardos.

Calculava Candido Lacerda por experiencia propria o orçamento do custeio de uma fazenda de cem mil arvores, produzindo sessenta arrobas por mil pés, média considerada boa.

Carpas	8:000$000
Colheita	6:000$000
Carretos para os terreiros e beneficio	6:000$000
Carreto para a estação	600$000
Conservação de machinas, carroças, animaes, pastos e caminhos	2:500$000
Administração e auxiliares	4:000$000
Eventuaes	1:000$000
Imposto municipal	240$000
Somma	28:340$000

Sendo a producção de seis mil arrobas, ficava a arroba de café, posta na estação, no interior em Rs. 4.723.

Eram estas as despesas de café até a apresentação da conta de venda pelo commissario em Santos:

	Réis
Frete do sacco vasio de Santos ao interior	12.5
Fretes, média dos grandes centros productores	1.250
Imposto de transito	37.5
Carreto para o armazem	100
Commissão	200
Imposto municipal em Santos	15
Somma	1.615

Assim ficava a arroba ao fazendeiro por 6.338 réis.

Das seis mil arrobas mil eram de miudos e escolhas, cafés chuvados etc. Sobravam cinco mil que poderiam attingir o preço da base (Rs. 6.300) num total de 31:500$000. Os cafés de rebutalho, se venderiam a mil réis por arroba. Assim pois a receita do fazendeiro seria de 34:500$000 para uma despesa de 38 contos de réis em numeros redondos donde um deficit de 3:500$000.

Mas isto não era tudo, pois, o café chegado a Santos ainda exigia despesas até ser posto a bordo. E esta despesa regulava por arroba.

	Réis
Classificação e ensaque	340
Imposto sobre aniagem	85
Imposto de exportação 11 % sobre a base de 4$200	693
Dito de expediente capatasias e docas	75
Carreto para bordo	100
Somma	1.293

Assim ficava a arroba por 7.631 e a safra toda por 45.786$000, dando um deficit de mais de dez contos de réis para o fazendeiro que no emtanto já colhia boa média por mil pés. Situação intoleravel pois!

Havia quem propuzesse a medida de se marcarem as saccas de café paulista de modo especial, para as distinguir das de outros Estados brasileiros que não concordassem com a eliminação ou imposto de 20 %.

Ora, se tal marca trouxesse vantagens, os exportadores adoptal-a-iam nos cafés de outras procedencias brasileiras, burlando-a com a mesma facilidade com que no estrangeiro procediam, classificando o café brasileiro, como de infima qualidade, mas que, uma vez chegado ao ponto do seu destino, era novamente classificado, afim de ser vendido como typo fino de Porto Rico, Java, Ceylão etc.

A pretendida diminuição dos stocks pela eliminação, dos vinte por cento não influiria nas cotações, pensava o nosso autor. Os exportadores americanos, senhores de enormes capitaes, não se impresionavam com o caso.

O unico recurso, restante ao productor brasileiro, era o barateamento da producção e isto pela introducção do systema de meiação.

Em 1889, o café dava ao fazendeiro, folgadamente, ... 12$000 por arroba. Em 1894, entre 22 e 25$000. Ainda em 1896, quinze mil réis. Fôra ahi que surgira o grito de alarma de Bernardino de Campos. Não tivera éco algum, porém. Em 1897, a proposta de Orozimbo do Amaral, não encontrara o minimo apoio quando no emtanto tão sensata era. Entendiam todos que a baixa seria transitoria.

Restava discutir; a vantagem da diminuição dos stocks.

Os exportadores a consideravam insignificante no sentido de que pudesse determinar uma alteração de preços. Sabiam que a safra pendente era pequena (seis a sete milhões por Santos) mas esperavam a florada de setembro pois os cafesaes haviam descançado e talvez a safra de Santos em 1904 fosse de doze a quatorze milhões. Alterariam então os preços, e certamente... para maior baixa...

Qual então a vantagem da confiscação dos 20 %? Seria licito que, a titulo de experiencia, se fizesse tão enorme sacrificio?

Em presença de tão triste perspectiva preciso era que o lavrador brasileiro se convencesse da realidade da situação.

Para que conservasse a posse das propriedades agricolas era imprescindivel a producção do café barato. Na espectativa de maior depressão de preços, a meiação constituia o meio seguro de que deveria a lavoura lançar mão para a sua tranquillidade, visto como se tornava impossivel lutar com o vulto dos fabulosos capitaes de que dispunham os negociantes do café.

Estabelecera-se uma especie de circulo vicioso com a expansão das lavouras paulistas.

Emquanto os braços escasseavam formavam-se cafesaes, os colonos exigiam novas terras para a cultura dos cereaes; derrubavam-se as mattas, estendiam-se novas plantações de café. Até que viera o *deficit* do custeio, fechar a bocca do abysmo em que o Brasil se lançara.

E agora como sahir delle? elevando o preço do café Impossivel era, pois ninguem confiava em monopolio, com capitaes estrangeiros. Estes não emprehenderiam esta operação, sem grandes vantagens. Estava o Brasil além disto empobrecido para que pudesse oppor séria resistencia e quaesquer outros meios de valorisação seriam tardios ou de resultados duvidosos.

Restava, portanto ao fazendeiro, tratar de produzir café barato.

Mas, objectariam, se o café, fosse produzido em condições mais baratas, o negociante ainda baixaria os preços.

Ainda neste caso, adviria a vantagem da baixa, de preços influir para o augmento do consumo e diminuição da quota dos outros paizes, dispondo de terras de pequena producção.

Na peor das hypotheses esta objecção era ainda argumento favoravel ao systema de meação, que, poria a Lavoura a salvo do *deficit* do custeio.

Nos Estados Unidos, a despeito da abolição do imposto sobre o chá, o consumo do café augmentara extraordinariamente, nos ultimos annos, por que o consumidor aproveitava com o preço reduzido do artigo.

Se na Europa o augmento do consumo não fôra proporcional, era isto devido aos altos impostos alfandegarios e sobretudo á boa organização commercial que podia e devia ser combatida pela propaganda de preços.

Allegava F. de Lacerda os sacrificios dos agricultores.

Ninguem ignorava que para se produzirem qualidades finas de café, era preciso colhel-o perfeitamente maduro, separar os vermelhos dos seccos, vigiar constantemente os terreiros etc. A' falta de braços, porém os fazendeiros do Brasil, colhiam grãos verdes, vermelhos e seccos, em verdadeira promiscuidade; nos terreiros raramente se evitavam os estragos das chuvas. Era o prazo limitado, de forma que cada colheita se constituia em uma campanha em que o lavrador lutava com a falta de braços, intemperies e afinal, como agora com a falta de recursos em dinheiro.

A eliminação portanto de 20 a 30 % dos cafesaes, traria além de outras vantagens, a de se obterem qualidades de café optimo.

Synthetisando o seu ponto de vista pedia o articulista. que o governo assim agisse em prol da lavoura:

a) — reduzindo o imposto municipal de 40 a 20 réis por arroba;

b) — abolindo o imposto de transito não só sobre o café, como tambem sobre outras mercadorias e passagens;

c) — reduzindo o imposto municipal em Santos de 60 a 10 réis por sacca.

d) — do imposto de 11 % reservar 9 para o Estado e destinar os 2 restantes para auxiliar os estabelecimentos de credito propaganda etc.;

e) — coagindo as estradas de ferro a adoptar as anti-

gas tarifas, não só para o café como para outros generos, mercadorias e passagens;

f) — empenhando-se com outros Estados brasileiros, para fazer cessar as novas plantações.

Respondendo a uma ultima objecção, invocava o ensaista que para os grandes males, grandes remedios!

Haveria ainda quem objectasse, para se inutilizar parte dos cafesaes seriam obrigatorias novas despesas!

Entendia o autor do projecto que o corte não acarretaria despesa alguma, pois o colono derrubaria gratuitamente o cafesal em troca de vantagem de receber o terreno para a cultura de cereaes.

O governo não podia indemnisar em mais de 20 a 40 réis, por pé de café. E só por principio de respeito ao direito de propriedade, é que se admittiria tal indemnisação.

Os commissarios não comprehendendo ainda o alcance do resultado do corte dos cafesaes, combatiam-no em geral.

Reflectiam que adoptado o projecto de meação, não seriam mais forçados a adiantar dinheiro para o custeio, contribuição pesadissima.

Que allivio dahi não viria, para os commissarios, banqueiros e lavradores?

As transacções de vulto limitar-se-iam á entrega, no fim do anno, do producto dos cafés remettidos; o dinheiro ficaria mais barato; facilitando o gyro industrial e commercial; e os proprios lavradores, agora insolvaveis, voltariam com o correr do tempo a uma situação desafogada, e depois á prosperidade de antanho.

CAPITULO L

Os mercados financeiros em 1904 e a crise determinada pela guerra russo japoneza — Renascimento do credito brasileiro — Melhoria sensivel das finanças nacionaes segundo o relatorio do Ministro da Fazenda Leopoldo de Bulhões — Inquerito determinado por este ministro sobre a situação dos Estados — A crise cafeeira e a economia dos Estados productores — Impostos de exportação — Estudos dos stocks mundiaes do café — Dados da mensagem presidencial

Entre as publicações relativas á projectada valorisação destaca-se uma serie de artigos publicados no *Boletim da Associação Commercial do Rio de Janeiro*. Não assignados devem ter sahido porém de especialista versado em assumptos relativos á economia do café e como porta-voz da Associação, ou pelo menos de uma muito forte corrente desta.

Combinando os argumentos dos que combatiam ferrenhamente a valorisação expondo as causas da crise agricola lembrou o articulista que a 15 de novembro de 1889 o papel-moeda brasileiro em circulação 192.800 contos de réis equivaliam a 196.308 contos.

Proclamada a Republica, o governo provisorio entendera acertado excitar a imaginação popular com o espectaculo da abundancia isto é, do dinheiro barato, e assim autorisara as emissões bancarias.

"O espirito desviou-se do problema politico e começou a marinhar pelo mastro da riqueza, que o Ministro da Fazenda fincara no seio das especulações de bolsa."

Critica acerrima fez o autor á inflação dos primeiros annos da Republica.

"Não havia em que empregar as emissões, mas era indispensavel empregal-as.

Tanto dinheiro facil, quasi gratuito... Nenhuma relação existia entre continente e conteúdo. Mas a phantasia ahi es-

tava para inventar o continente, ou pelo menos para forçar a elasticidade do que se via.

E as emissões haviam creado emprezas, planos, esperanças, embustes, catastrophes...

Quando a elasticidade do continente attingira o maximo, ainda o conteúdo a introduzir era notavel, viera a prensa da desvalorisação, e as notas, comprimidas, amassadas, desprestigiadas, diminuidas, se tinham depositado no recipiente a transbordar.

A terra fecunda dos Estados cafeeiros atrahira as ambições excitadas com a sua mudez promissora, e forte corrente de capitaes invertera-se em fundos agricolas.

A plantação do café tornara-se excessiva, e, para avalial-a bastava exprimir em cifras a producção do grão nos annos seguintes aos seis primeiros do regimen das emissões.

	Saccas
1895-1896..	6.005.000
1896-1897..	9.316.000
1897-1898..	11.210.000
1898-1899..	9.320.000
1899-1900..	9.425.000
1900-1901..	11.285.000
1901-1902..	16.145.000

Em sete annos, portanto, a producção triplicara no Brasil, emquanto, nos demais paizes cafeeiros se mantivera fixa por assim dizer nas immediações de 4.000.000 de saccas annuaes.

Era a consequencia inevitavel: os mercados abarrotados, os *supprimentos visiveis* (saldo accumulado das safras precedentes) a crescerem rapidamente. E como o consumo não acompanhava nem em numero nem em augmento voluntario das rações habituaes, o desenvolvimento espantoso da producção tornara-se a offerta insistente de mais para uma procura tornada relativamente escassa.

Os preços do café haviam pois continuamente baixado. A média de preços por sacca *good average* (qualidade média) em Santos havia sido respectivamente: 85$200, 64$200, 51$300, 43$800, 46$800, 35$100 e 27$900!

Num periodo de sete annos o valor venal do café decrescera de cerca de 67 %.

Por isto a exportação brasileira importara aos preços referidos:

1895-1896	511.200:000$000
1896-1897	598.023:000$000
1897-1898	571.073:000$000
1898-1899	368.216:000$000
1899-1900	441.090:000$000
1900-1901	396.103:000$000
1901-1902	450.445:000$000

Do confronto destas sommas resultava:

1.º — a safra de 1900-1901, rendera á lavoura uma differença a mais de 87.000:000$000.

2.º — a de 1897-1898, maior que a de 1895-1896 de quasi 90 %, dera lucro, sobre o desta ultima de .... 60.000:000$000 somente.

3.º — a producção maxima do periodo, a de 1901-1902, superior á de 1895-1896 de 10 milhões produzira 61 mil contos menos!

Estes resultados não mediam absolutamente comtudo os prejuizos da lavoura porque: muitas dos estabelecimentos ruraes haviam sido adquiridos, durante a fermentação das emissões, por sommas altissimas, embora no momento mediocres, dada a barateza apparente do dinheiro; tinham os lavradores ficado onerados com os juros e a amortização dos capitaes, que aos mesmos se haviam incorporado como adiposidades inuteis; 2.º: que nos estabelecimentos novos, quer nos antigos fôra por um lado o custeio crescendo proporcionalmente á abundancia progressiva das colheitas, e por outro da carestia da vida. E os lavradores haviam precisado augmentar a sua renda de producção para fazer face aos gastos exaggerados, o que não conseguiam pela venda do café, assim forçados a novos emprestimos, já difficeis de se obterem ruinosos quando obtidos 3.º: a falta de proporção entre o valor venal do producto e as despesas de custeio, provocava o desanimo dos lavradores e timidos e aguilhoava a temeridade dos ousados. Assim em umas fazendas ficavam os cafesaes descuidados, e a qualidade do café se aviltava. Em outras o passivo attingia cifras formidaveis, que os preços cada vez mais baixos da producção punham dia a dia, em sinistro destaque.

A largueza das emissões, e a barateza do dinheiro na-

quella época tinham inculcado ao espirito de toda a gente, e tambem ao dos proprietarios ruraes a mania do luxo, dos gosos da vida farta e alegre, que nem sempre se esvaia com o advento da penuria, sendo, como a experiencia ensinava, extremamente difficil a economia, quando exigia a incidencia de privações ou pelo menos das restricções impostas á familia.

Todo este mundo de calamidades desprendera-se naturalmente, sem esforço e como consequencia logica da nefasta politica das emissões bancarias e das do Thesouro. O governo incumbido de amparar e proteger a fortuna publica desvalorisara-a. E no exercicio de suas altas funcções falhara á sua missão.

Violentamente commentava o articulista que a situação angustiosa da lavoura fôra assim preparada pelos actos governamentaes, que haviam arrastado o credito nacional á moratoria e as fortunas particulares á deliquescencia. Delles devia a lavoura queixar-se, a elles cumpria pedir remedio a seus males não sob a fórma de supplica, mas com o entono vibrante do desforço!

E como ninguem se illudia na apreciação das relações de causa e effeito patenteados evidentemente a todos os olhos, a questão da valorisação do café deixara de ser questão regional: passara a ser a grande preoccupação do paiz inteiro, constituindo o magno problema da actualidade.

No dia em que a lavoura fizesse ponto o Brasil iria á fallencia.

Calamitosa a influencia das emissões preparando o paiz para as absorver e transformar em fundos productivos. Com a maré enchente das safras occorrera e isto era fatal o avolumamento dos stocks.

Que influencia teria exercido o cambio na desvalorisação do producto?

Eram as tabellas instructivas, respondendo satisfatoriamente á interrogação.

Annos			
1895-1896 . . .	6.005.000	85$200	9 3/4
1896-1897 . . .	9.315.000	64$200	8 1/4
1897-1898 . . .	11.210.000	51$300	7
1898-1899 . . .	9.320.000	43$800	7 5/8
1899-1900 . . .	9.425.000	46$800	8
1900-1901 . . .	11.825.000	35$100	11

1901-1902 . . .	16.145.000	27$900	11 3/4
1902-1903 . . .	12.945.000	25$200	12
1904-1905 . . .	10.520.000	30$900	13 1/2

Os numeros referiam-se ás safras do Brasil.

Trez vezes se verificara a baixa simultanea dos preços e do cambio; duas a alta simultanea do caminho e preços, cinco a alta do cambio e a baixa dos preços.

Se a relação entre cambio e preço dependesse da depreciação da moeda nacional, exclusivamente os preços em ouro demonstrariam o facto.

Entretanto, tal demonstração não occorria. Fossem cotejados os preços médios do café, no Havre, no citado periodo e as taxas cambiaes brasileiras.

	Francos	Cambio
Por sacca	104,40	9 3/4
" "	69,60	8 1/2
" "	46,80	7
" "	43,20	7 5/8
" "	46,80	8
" "	51,00	11
" "	39,60	11 3/4
" "	40,80	12
" "	46,20	12 1/2
" "	54,00	13 1/2

Portanto: trez vezes baixa simultanea; trez outras altas de cambio e baixas de preços; quatro outras altas simultaneas.

Se, pois, as sommas apuradas pelo productor brasileiro o haviam sido em moeda desvalorisada, nada tinha o preço do café com o phenomeno da desvalorisação. Fôra elle fixado pela relação economica entre a offerta e a procura nos mercados pervertidos pela super-producção e por elementos novos. Apuradas pelo productor estariam positivamente subordinadas ao valor do papel-moeda no Brasil; mas os preços do café, nos mercados consumidores, não teriam soffrido sensivel alteração.

O prejuizo da lavoura seria monetario ou cambial e não economico. Era indispensavel firmar claramente tal pormenor cujo esquecimento servira para vincular a questão agricola á monetaria, em detrimento de ambas, assim tornadas solidarias.

A lavoura só tinha a perder com esta fusão perigosa de problemas distinctos.

A crise que a affligia não era simplesmente agricola, e sim mixta. Dependia da super-producção, quanto á baixa de preços, mas dependia da ausencia de apparelhos brasileiros capazes de contrariar; quanto fosse licito e possivel, a especulação nos mercados consumidores; era uma crise commercial quanto ao preço.

Com effeito achava-se a lavoura desprovida desses apparelhos; não os possuia, nem os possuiria jamais, á medida das antigas exigencias e dos novos reclamos.

A' porteira das fazendas vivia a especulação á espera de que um mundo de interesses hostis viessem cavar no café as pepitas do Klondyke, desde os exportadores que comprando directamente o producto e a apertar, como bem entendia, a corda da estrangulação, até os *artistas* estrangeiros, vendendo ao publico um café de seu fabrico sem acharem pela frente, quem mostrasse ao publico o genero verdadeiro.

A crise agricola provinha da injecção exaggerada de café nas praças mundiaes.

Mas em 1904-1905 já a situação melhorara afirmava o articulista a anunciar dados.

	Saccas
Producção do Brasil	10.522.000
De outros paizes	4.380.000
Somma	14.902.000
Consumo total	15.505.000
Deficit coberto pelo stock visivel.	605.000

Podia-se afirmar, que o equilibrio se achava restabelecido, que a lei economica de fixação dos preços normaes se rehabilitara, e, conseguintemente, que sob o ponto de vista da super-producção, o Brasil refizera-se. A crise agricola no presente, não se manifestara com a fisionomia de outróra, com o seu aspecto proprio; perdurava-lhe ainda os effeitos, não mais sob a fórma de perturbação da lavoura, mas com os feitios exclusivos de perturbação commercial.

Vivia a lavoura desesperada e os terapeutas haviam surgido numerosos, mas a confundir a crise de proprietario com a da propriedade.

O motivo real da baixa exaggerada devia ser procurado fora do Brasil. O lucro do commercio estrangeiro duplicara quasi de 1895 a 1905.

Em vez de se procurar instituir o commercio nacional do café prestava-se attenção ás idéas falsas inventadas pelos valorisadores que projectavam o sequestro de quatro milhões de saccas da producção brasileira, e contrahir um emprestimo externo, cujo pagamento se annunciava com uma dedução de trez francos-ouro do valor de cada sacca, para o fim, de determinar um preço minimo do producto. O que convinha era organizar o commercio barateiro.

O commercio de café no Brasil encontrava-se na situação de atrazo de havia annos. Não progredira, não se havia instituido apparelhos novos, nem mudado ainda de processos.

O principal producto da exportação brasileira estava sem resguardo, não dispunha de organização alguma de indole a defendel-o. Emquanto o commercio e a industria de outros paizes mourejavam por espalhar pelo mundo a noticia de sua existencia e a boa nova de sua vigilancia, abrindo mercados novos, fundando bancos, creando grandes casas importadoras, expedindo emissarios para toda a parte, o commercio brasileiro do café não sahia á rua, não se movia, não pleiteava, não debatia, e limitava-se a lamentar a crise de lavoura, a baixa dos preços, a penuria de renda... acompanhando com a vista a entrada dos exportadores nas fazendas onde compravam directamente as safras de café, com alegria dos lavradores, que não pagavam mais aos commissarios como antigamente porcentagem de venda, em virtude das quaes tinham prosperado entretanto os proprietarios ruraes, no Rio e em São Paulo. Homens de valor, experiencia e probidade, defensores devotados do interesse dos agricultores, seus comitentes, a estes prestavam inestimaveis serviços, continuos auxilios e discretos conselhos.

A attitude apathica do commercio do café, e o sonho em vigilia dos lavradores, deviam forçosamente, crear a servidão economica vigente. Com o robustecimento do commercio estrangeiro, e a multiplicação enorme dos interesses que este prendera á baixa dos preços, á revelia do Brasil os processos de aventura, agilidade, perspicacia, os systemas artificiaes de valorisação, poderiam trazer grandes amarguras afirmava o pessimista.

A' pobreza do lavrador e aos seus devaneios juntava-se a obnubilação da vista, que não permittia á lavoura enxergar no grande stock mundial de café uma arma de combate contra

afixação de preços ideiada no plano valorisador, e a tradicional apathia com que contemplava a absoluta carencia de apparelhos commerciaes capazes de assegurar a defesa do producto no Brasil como no estrangeiro.

Verberava o articulista do Boletim da Associação Commercial uma circular dos grandes torradores Crossmann e Sielcken, de Nova York, os chamados *reis do café*, partidarios decididos da valorisação.

Accusava-os de altistas por terem grande stock a vender quando um anno antes teriam sido confessadamente baixistas.

Muito de industria calavam qualquer referencia á questão dos supprimentos.

Apregoando as vantagens do Convenio sustentavam que elle daria resultado satisfatorio comtanto que se fixasse taxa cambial razoavel para base de operações, o valor da moeda corrente do preço do producto fosse tão approximado do custo actual da producção quanto possivel e os brasileiros não se mostrassem muito exigentes e se contentassem com pouco.

Para integralizar o seu pensamento, os Srs. Corssmann Sielcken punham fecho á sua circular com estas palavras, extremamente suggestivas.

"Todavia a grande super-producção dos annos passados constituirá empecilho, para uma alta immediata se a proxima safra do Brasil, fôr negociada independente das necessidades dos paizes consumidores, pelo unico motivo de se acharem os fazendeiros impossibilitados de guardar a sua colheita por falta de auxilio financeiro."

Transposta para linguagem correntia, a peroração da circular traduzia o aviso dos Srs. Crossmann & Sielcken aos agricultores nacionaes: mandem pouco café até que tenhamos utilisado a alta resultante da remessa escassa, para descarregar nosso stock, a bom preço, e depois, conversaremos.

Protestava o articulista contra a asserção falsissima dos grandes *roasters*.

"Desde que o governo sustou a emissão de papel-moeda e começou a queimar anualmente uma certa quantia, o mil réis subiu de preço e o fazendeiro, em proporção á taxa de cambio mais elevada, recebeu preço inferior, em papel, pelo seu producto.

A depreciação deste foi consideravel: de mais de 100$000

por sacca, a 25$000. E quanto mais baixos os preços tanto mais precaria a situação do fazendeiro...

E a prova era o simples quadro de confronto:

Annos	Preço no Brasil por sacca	Preço no Havre (ouro) frs.	Cambio
1895	85.200	104,40	9 3/4
1896	64.200	69,60	8 1/2
1897	51.300	46,80	7

Assim simultaneamente haviam baixado o preço em papel e em ouro assim como a taxa cambial.

Analysando os itens do manifesto Crossmann e Sielcken protestou ainda o *Boletim* contra as diversas condicionaes para o exito da valorisação.

"Se se fixasse razoavel taxa cambial para sob base de operações."

Quebrar-se-ia o padrão monetario brasileiro pela quarta vez? que cumulo seria este em materia economica financeira?

A segunda condicional: "Se o valor da moeda corrente do preço do producto for tão aproximada quanto possivel."

Tal phraseologia era untosa e escorregadia. Desvendasse, porém, o pensamento da circular, que transferido para a linguagem vulgar, assim poderia exprimir:

Arranje o Brasil o cambio razoavel que quizer, comtanto que não pretenda vender o seu café por preço superior ao estrictamente necessario para pagar as despesas de producção. Lucro era luxo para os subditos dos reis do café."

Quanto á terceira e á quarta.

"3.ª — si os brasileiros não fossem exigentes;

4.ª — se os brasileiros se contentassem com pouco."

Para a integração do ideal acalentado pelos propugnadores do convenio, de que assistia ao vendedor o direito de fixar o preço de seu producto, na questão do café, as condicionaes transcriptas *ipsis verbis* definiam na perfeição, o que se denominava o bilhete branco.

O projecto valorisador prevendo a creação de uma caixa de conversão para fixação do valor da moeda era verdadeira petulancia pois previa desde logo que ella seria creada pelo Congresso Nacional, providencia exhorbitante da competencia

de quaesquer poderes dos Estados. Em summa o contracto assim se apresentava: duração indeterminada, a saber o prazo conveniente, de manterem os Estados um preço minimo para o café, nos mercados nacionaes.

Era muito provavel que a valorisação tomasse logo e logo o aspecto de conflicto commercial, em que os trez Estados, de um lado, abarrotados de café para vender, gritariam aos compradores, *paguem!* e os compradores responderiam, do outro lado, não pagamos!

Era pois impossivel prognosticar o exito da contenda.

Arriscada pois a operação do *corner* tentado pelos trez estados. Os dois stocks o visivel e o invisivel poderiam garantir ao commercio estrangeiro. E por outro lado a industria dos sucedaneos teria muito onde se alargar.

Outro perigo, e este tremendo, ameaçava tal plano. Nos stocks mundiaes havia café comprado a preços inferiores ao minimo que se entendia estabelecer, e que daria lucro aos seus donos vendidos pelo dito minimo, ainda mesmo onerado com despesas de seguro, embarque e frete, no caso de reexportação.

Nota sobre a mais antiga referencia conhecida relativa ao consumo do café no Brasil

Inesperado e valioso achado proporcionou-nos a leitura nestes dias do *Peregrino da America,* de Nuno Marques Pereira, o livro famoso de nossa literatura colonial setecentista de que acaba de apparecer a sexta edição, tiragem da Academia Brasileira devida á benemerencia infatigavel e á erudição de Afranio Peixoto, Rodolpho Garcia e Pedro Calmon.

Occorre na segunda parte da obra, até agora inedita, reproducção de apographo pertencente á Bibliotheca Nacional de Lisboa e constitue ao nosso ver o mais velho documento relativo ao consummo do café no Brasil.

Tira a primazia ao depoimento do abbé de Le Caille, referente as chicaras do bom café que este abalisado astronomo relata haver ingerido no Rio de Janeiro em 1752.

No capitulo terceiro da segunda parte do *Peregrino* descreve Nuno Marques Pereira de modo romanceado e symbolico diversas particularidades da cidade d'O Salvador e de sua vida social.

Encontra-se o Peregrino com dois rapazes Bellomodo e Attractivo, á porta do "Palacio de Saúde".

Contam-lhe os moços que se empregavam "em fazer assento e lembrança de todas as pessoas que no paço entravam, homens e mulheres. Inscrevia-lhes Attractivo os nomes num livro que levava a um "thesoureiro a quem chamavam Banqueiro e a quem muitos mais chamavam Trapaceiro, pelo que costumava obrar em deter as partes". Como vemos ahi ha allusões malignas á corrupção administrativa da época.

Faz Bellomodo com que o Peregrino observe detidamente o palacio e seus annexos a casa das Audiencias, "a que chamava o povo da Ambição" em cujo sobrado funccionava o Tribunal Superior em forma de Relação. Nesta assistiam seis ministros, intitulados consultores e "onde se determinavam os feitos sentenciados na audiencia de Ambição." Aponta-lhe ainda a casa do pateo das comedias, onde havia representações ás sextas e segundas-feiras, etc., etc.

Continuando a servir de cicerone ao Peregrino levou-o

Bellomodo a percorrer uma rua onde viu "muitas damas mui bellas e bem vestidas ás janellas de suas casas."

Cortejavam-nas "politicamente" mancebos que pela rua iam passando, com varios acenos affectuosos, correspondidos pelas beldades a quem se endereçavam.

Nas lojas das casas notou o Peregrino a presença de muitas mulheres de maior idade, occupadas em coser e fiar, além de outras cujo officio consistia em "darem casa de pasto a todas aquellas pessoas que queriam ir comer gostosos manjares, e beber varios sorvetes, e chocolates, chá, *café* e outras muitas potages de gosto ao paladar."

Esta segunda parte do *Peregrino da America* concluiu-a Nuno Marques Pereira em fins de 1733. Datou de 12 de novembro deste anno a dedicatoria da obra endereçada a Miguel dos Passos Dias, "cavalheiro professo da Ordem de S. Thiago, auxiliar do Santo Officio e nobre cidadão da cidade da Bahia" acerca de quem escreveu Pedro Calmon larga e excellente nota identificadora.

Assim pois ficamos sabendo que em 1733 existiam na cidade d'O Salvador casas de pasto onde o publico encontrava "sorvetes, chocolate, chá, café e outras muitas potages de gosto ao paladar."

Suppomos que esta referencia seja a mais antiga até hoje conhecida e relativa ao consumo do decocto da fava arabica no Brasil.

Em 1733 havia apenas seis annos que Francisco de Mello Palheta trouxera as primeiras sementes do cafeeiro de Cayena para Belem do Pará.

Seria o café consumido então na Bahia já de procedencia paraense? Provavelmente não em virtude da escassissima producção da época e das difficuldades de navegação a vela da Amazonia para o Sul do Brasil, provocadas pela direcção das correntes oceanicas. Viria o grão mais que provavelmente das regiões do oriente nas naus da India que a cada momento tocavam na Bahia a refrescar.

Commentando o *Peregrino* escreve Pedro Calmon (vol. II, 38) com o habitual brilho: "Não se tomou café no Brasil antes do meiado do seculo XVIII quanto ao chocolate podia vir do Pará ou da America hespanhola senão re-exportado da Europa. Os cacauaes da Bahia não são anteriores a 1740, o chá este não podia faltar em porto de escala das naus da India abarrotadas de porcellanas, especiarias e tecidos da China."

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1940.

Indice

PRIMEIRA PARTE

O Panorama cafeeiro do Brasil em 1889 — As finanças nacionaes, o cambio e o café — Influencia enormemente preponderante do café na economia do paiz — A terrivel crise dos preços — A valorisação de 1906.

PAGS.

CAPITULO IV

CAPITULO V

CAPITULO VI

CAPITULO VII

CAPITULO VIII

PAGS.

CAPITULO IX

CAPITULO X

CAPITULO XI

CAPITULO XII

CAPITULO XIII

PAGS.

CAPITULO XIV

CAPITULO XV

CAPITULO XVI

CAPITULO XVII

PAGS.

CAPITULO XVIII

CAPITULO XIX

CAPITULO XX

CAPITULO XXI

CAPITULO XXII

PAGS.

CAPITULO XXIII

CAPITULO XXIV

CAPITULO XXV

CAPITULO XXVI

CAPITULO XXVII

PAGS.

PAGS.

CAPITULO XXXII

CAPITULO XXXIII

CAPITULO XXXIV

CAPITULO XXXV

CAPITULO XXXVI

CAPITULO XXXVII

Pags.

CAPITULO XXXVIII

CAPITULO XXXIX

CAPITULO XL

CAPITULO XLI

CAPITULO XLII

PAGS.

CAPITULO XLIII

CAPITULO XLIV

CAPITULO XLV

CAPITULO XLVI

CAPITULO XLVII

Impresso nas Officinas
Graphicas dos IRMÃOS
PONGETTI — Rio de
Janeiro

28/12/78: Doação antiga
Aval. Cr$30,00.